CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

TERRAS E FATOS

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Cesar Maia

SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS
Ricardo Macieira

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Antonio Carlos Austregésilo de Athayde

DIVISÃO DE PESQUISA
Sandra Horta

CONSELHO EDITORIAL
Antonio Carlos Austregésilo de Athayde (presidente)
Afonso Carlos Marques dos Santos (*in memoriam)*
André Luiz Vieira de Campos
Antonio Torres
Carlos Lessa
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Franco Paulino
Jaime Larry Benchimol
Lana Lage da Gama Lima
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo
Maurício Abreu
Pedro Lessa
Sandra Horta
Vera Lins

COLEÇÃO MEMÓRIA Carioca

CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

TERRAS E FATOS

Aureliano Restier Gonçalves

Edição comemorativa dos 110 anos do
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

2004

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO JANEIRO

SECRETARIA DAS CULTURAS

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO DE PESQUISA

COLEÇÃO MEMÓRIA CARIOCA
VOLUME 04

© 2004 by Aureliano Restier Gonçalves

Direitos desta edição reservados ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro da Secretaria Municipal das Culturas.
Proibida a reprodução, total ou parcial, e por qualquer meio, sem expressa autorização.

Printed in Brasil – Impresso no Brasil
ISBN: ??????????

Organização e edição
Sandra Horta

Co-organizadores
Ana Lucia Eppinghaus Bulcão
Alberto Taveira
Eulalia Junqueira
Maria Celia Fernandes

Apresentação
Nireu Cavalcanti

Preparação dos textos
Sandra Horta
Paulo Roberto Araújo dos Santos

Glossário, quadro de logradouros e notas históricas
Alberto Taveira
Eulalia Junqueira
Maria Celia Fernandes

Biografia do autor
Ana Lucia Eppinghaus Bulcão

Transcrição paleográfica dos documentos
Gracilda Alves

Organização da bibliografia
Elza Elena Pinheiro dos Santos

Reprodução fotográfica das imagens
Marco Bellandi

Estagiários do laboratório de fotografia
João Barbosa, Fabrine Mazelli, Ronald Nunes

Digitalização das imagens
Carlos Henrique Bernardo

Revisão de texto
André Telles

Projeto gráfico e tratamento de imagens
6D Estúdio : Beto Martins

Colaboradores
Domícia Gomes
Cleide Ferraz Frazão
Junia Gomes da Costa Guimarães e Silva
Ercília Severina Mendonça
Regina Vilma Guilliod
Rita de Cássia de Mattos
Rogério Rodriguez Fernandez Filho
Rosa Maria Dias
Sonia Maria Magalhães Neto

Consultoria
Diva Graciosa

Ficha catalográfica

Gonçalves, Aureliano Restier, 1881-1967 G635
Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos / Aureliano Restier Gonçalves. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004.
404p., il. – (Coleção Memória Carioca, vol.4)

1. Aforamento – Rio de Janeiro(RJ). 2. Terras públicas – Rio de Janeiro(RJ). 3. Rio de Janeiro(RJ) – História. I. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. II.Título. III. Série.

CDD 346.044
CDU 333.1(815.41)

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Rua Amoroso Lima, 15, Cidade Nova.
20211-120 – Rio de Janeiro – RJ
Telefax: (21) 2273-4582 / 2273-3141
E-mail – arquivog@pcrj.rj.gov.br
Site: www.rio.rj.gov./arquivo

s/a, s/d. Rua Visconde de Inhaúma.

Augusto Malta, s/d. Paço Municipal.

Se pensarmos na herança e nas tradições que formam e conformam o espírito e o ser carioca, estaremos falando de um patrimônio que nos singulariza mas, ao mesmo tempo, nos torna parte integrante da Nação brasileira. Patrimônio que foi construído, preservado e legado, através dos séculos, às gerações subseqüentes e que nos permite saber hoje quem somos, a partir do conhecimento que acumulamos do que já fomos no passado.

No entanto, esse conhecimento seria impossível se homens e mulheres de todos os tempos não se tivessem preocupado em guardar, cuidar e conservar para o futuro parte do que foi criado, erguido e desenvolvido pelas populações que viveram no Rio de Janeiro desde a sua fundação, por Estácio de Sá, em 1565, até os dias atuais.

Lutando primeiro para conquistar a terra, nela fixar-se e sobreviver, posteriormente para vê-la crescer e prosperar, os cariocas foram edificando um significativo patrimônio, do qual, apesar do esforço de muitos abnegados, muito se perdeu devido às invasões estrangeiras, a incêndios acidentais e criminosos, a intervenções urbanísticas desastrosas e mesmo à incúria, indolência ou descaso de seus administradores e de seus cidadãos.

Atualmente, existe maior conscientização sobre a necessidade de se preservar os símbolos, os valores e os bens culturais de uma sociedade, verdadeiros documentos de sua identidade. E por compartilhar a noção de que o inventário das fontes documentais produzidas pela administração pública constitui uma iniciativa da maior importância não só para preencher lacunas na nossa História, mas também para fornecer ao gestor público instrumentos e informações que o ajudem a planejar e definir políticas para a coletividade, é que nos preocupamos em dotar o Arquivo da Cidade de mecanismos que possibilitam identificar e recolher os documentos gerados pelos órgãos municipais e dar um tratamento condigno a seu acervo.

A lei 3404, de 6 de junho de 2002, que instituiu a “Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados” e o decreto nº 20.113, de 25 de junho de 2001, que criou o “Sistema de Memória da Cidade” conferiram ao órgão prerrogativas que o capacitam a orientar, coordenar e executar uma política abrangente de preservação documental e, conseqüentemente, de manutenção da memória.

As datas comemorativas constituem excelente oportunidade para despertar a atenção do cidadão e dos administradores sobre o fato ou acontecimento que está sendo celebrado. Assim, a publicação deste livro, nas comemorações dos 110 anos da criação do Arquivo da Cidade, constitui um atestado da importância da pesquisa, do acesso e divulgação dos documentos para a análise, interpretação e compreensão do nosso passado.

Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos, mais do que um título que enriquece a literatura especializada sobre a cidade, é um tributo que se presta a um antigo funcionário dos quadros da instituição, Aureliano Restier Gonçalves, pesquisador obstinado e apaixonado pelo Rio de Janeiro.

CESAR MAIA
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Augusto Malta, 31/8/1920. Morro do Castelo.

Esta edição comemorativa dos 110 anos do Arquivo da Cidade vem atender a uma reivindicação antiga dos pesquisadores e estudiosos da história do Rio de Janeiro. Obra que descreve a trajetória dos principais e mais tradicionais logradouros de nossa cidade – desde a sua abertura até a época em que o livro foi escrito (1949/1964); os diferentes nomes que essas ruas adquiriram com o passar dos séculos; a origem, muitas vezes curiosa, dessas denominações; as querelas que se estabeleceram entre a municipalidade, que reivindicava o senhorio das terras, e os posseiros; os instrumentos legais e as artimanhas de toda sorte que acabavam por garantir aos legítimos donos ou aos usurpadores a posse dos terrenos. Minuciosa descrição elaborada durante 15 anos, presta um serviço inestimável àqueles que buscam explicar como a nossa cidade surgiu, cresceu e se expandiu.

Por outro lado, não poderia haver melhor escolha para comemorar uma data tão auspiciosa do que a publicação de um livro escrito por um funcionário da Prefeitura, demonstrando o zelo de um servidor não só com a documentação que estava sob seus cuidados, procurando reunir e sistematizar dados que poderiam perder-se com o passar do tempo, como a vocação de investigador criterioso e atento – verdadeiro garimpeiro em busca das gemas preciosas –, que resultou neste belo livro.

E não por acaso, mas por ter freqüentado muitos arquivos, Aureliano Restier Gonçalves faz, no decorrer da narrativa, inúmeras referências às dificuldades que se antepunham ao trabalho do pesquisador, empecilhos colocados por atendentes pouco atenciosos, que o impediam de consultar os documentos de que necessitava para corroborar suas análises, o desaparecimento de séries documentais de grande valor ou mesmo o estado lamentável em que se encontravam muitas das fontes consultadas, tornando impossível decifrar o que ali deixaram escrito os nossos antepassados.

Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos é uma obra que não pode faltar na estante dos aficcionados pela história da cidade e da gente carioca, mas traz também uma inegável lição para todos os que se preocupam com a preservação da memória: a necessidade vital de cuidar dos arquivos públicos e dos seus acervos, torná-los acessíveis a todos, sem nenhuma espécie de interdito, tornando transparentes os atos da administração pública e facilitando ao cidadão a comprovação de seus direitos.

Temos trabalhado com afinco para que o Arquivo da Cidade preencha esses requisitos e seja cada vez mais o Arquivo do cidadão carioca, cumprindo a sua missão de colocar ao alcance do estudante, do pesquisador, dos amantes das coisas da cidade material de referência para estudo, para simples deleite ou, quem sabe, um estímulo para a formação de futuros historiadores e arquivistas que, como Restier Gonçalves, não deixarão que a memória se esvaneça nos fundos de armários e gavetas.

RICARDO MACIEIRA
Secretário Municipal das Culturas

PREFÁCIO

Em boa hora, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro publica o original manuscrito de Aureliano Restier Gonçalves – antigo funcionário dessa instituição –, guardado, como jóia que é, no cofre, e de acesso muito restrito à consulta. Com essa publicação, o AGCRJ retoma a prática de seus antigos dirigentes de democratizar seu acervo, incentiva seus funcionários à produção de textos sobre a documentação da instituição, e contribui para a pesquisa sobre a história da cidade. Feliz iniciativa tomada bem no ano de comemorações de 110 anos de existência do AGCRJ. Iniciativa que vem se somar à do prefeito Alaor Prata (16/11/1922 a 15/11/1926), pois foi em seu governo que, em 1925, se publicou o trabalho de Restier Gonçalves intitulado *Índices e Extratos do Archivo Municipal do Rio de Janeiro*.

A presente obra, que Restier Gonçalves nomeou **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos** e que data de 1949, foi escrita em sete cadernos; talvez por isso tenha sido concluída pelo próprio autor em outra data: 29 de outubro de 1963. Provavelmente planejava ele publicá-la em 1949, mas não concretizou seu sonho, felizmente realizado, com atraso de 54 anos. Portanto, devemos ler essa obra de Restier Gonçalves contextualizada em seu tempo, relevando as limitações, fruto das dificuldades que o dedicado funcionário público deve ter enfrentado para produzi-la.

Para esse seu novo trabalho, o autor utiliza fartamente a documentação que usou no anterior, acrescentando-lhe muitas outras e avançando na proposta do texto. Agora não se trata simplesmente de um "extrato" de documentos; é um texto de historiador-cronista sobre a cidade do Rio de Janeiro. "Historiador" formado na pesquisa documental primária que compilou, analisou e que também encontrou em muitos outros arquivos que não apenas o do AGCRJ onde era servidor responsável pela organização do acervo. Quem hoje for pesquisar no AGCRJ irá encontrar a assinatura de Restier Gonçalves em inúmeros documentos catalogados por ele.

Portanto, a sua "História" é calcada nas pesquisas realizadas, principalmente, no Arquivo Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Judiciário, e na leitura dos principais autores que trataram da história brasileira e da cidade do Rio, em especial Oliveira Lima, Francisco Adolfo de Varnhagen, Max Fleiuss, Gastão Cruls, Cônego Pinheiro, Simão de Vasconcelos, Roberto Southy, Luiz Gonçalves dos Santos (Padre Perereca), Baltazar da Silva Lisboa, Vieira Fazenda, Noronha Santos, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, este, entre todos, o mais citado (*Memórias históricas do Rio de Janeiro*).

Restier Gonçalves limitou espacialmente a cidade do Rio, sobre a qual iria tratar em sua história, principalmente, à área central, expandindo-a para os atuais bairros do Catumbi, Estácio, Cidade Nova, Saúde e Gamboa, e para a direção Sul aos bairros da Lapa, Santa Tereza, Glória, Catete, Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Lagoa Rodrigo de Freitas e Copacabana. Em geral adota um esquema: para todos os bairros traça um breve histórico, estuda os respectivos logradouros levantando minuciosamente os imóveis da área e seus proprietários. O autor faz ainda estudos gerais sobre a história da região da Guanabara anterior à fundação da cidade do Rio e sobre a ocupação dos franceses da França Antártica e as ações luso-brasileiras para expulsá-los da região. Discorre com certa desenvoltura sobre a questão das sesmarias (legislação e sua aplicação no caso do Rio de Janeiro), sobre os terrenos de Marinhas e sobre a história da implantação da iluminação pública na urbe carioca.

É verdade que falta à obra de Restier Gonçalves melhor sistematização e adoção de regras apropriadas à escrita de história urbana. Cabe ao leitor reconhecer o valor deste trabalho sobre a cidade, aproveitar as volumosas e variadas informações inéditas que soube incorporar a seu estudo. Nele, o leitor encontrará, além do histórico de muitos imóveis importantes da cidade, como o do Palácio do Visconde do Rio Seco, do prédio do antigo Arquivo Nacional e dos demais que formam o quadrilátero do campo de Santana, uma crítica do autor à arquitetura do atual Palácio Duque de Caxias (prédio tombado).

Enfim, a **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos** permanecerá uma fonte indispensável a todo aquele que se interessa pelo estudo histórico da cidade do Rio de Janeiro. Portanto, as "Notas" que faço, ao longo do texto, visam apenas a ajudar o leitor a melhor entendê-lo.

NIREU CAVALCANTI (Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2003)
Professor e arquiteto – Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF

Imagem 11 – s/a, s/d. Praça José de Alencar.
Além do monumento ao escritor, destaca-se o Hotel dos Estrangeiros, já demolido, onde residiram ou se hospedaram várias personalidades importantes, inclusive o senador gaúcho, Pinheiro Machado, assassinado no saguão do prédio.

NOTAS DO EDITOR

Publicar este livro significa concretizar um antigo anseio dos funcionários do Arquivo da Cidade, por inúmeras razões. Há muito tempo, os manuscritos originais encontravam-se encerrados no cofre da instituição, fato que, se lhes conferia o estatuto de obra rara, dificultava que pesquisadores, estudantes e interessados na história da cidade do Rio de Janeiro tivessem acesso às informações preciosas, amealhadas por Aureliano Restier Gonçalves ao longo de uma vida totalmente dedicada à pesquisa.

Esta obra resulta de meticulosas investigações em acervos documentais do Arquivo da Cidade e demais instituições afins, sediadas no Rio de Janeiro. Trata-se de estudo de um antigo funcionário público do Arquivo da Cidade, e, como tal, representa a luta cotidiana de quantos lidam com a preservação da memória no país, sob condições adversas já por demais conhecidas e divulgadas. Se, por um lado, os obstáculos, muitas vezes, acarretam perdas lastimáveis, por outro, constituem desafios que acabam por revelar o espírito empreendedor e criativo de administradores, especialistas, intelectuais e técnicos, quando se trata de restaurar, resguardar e proteger o nosso patrimônio.

A edição de **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos** constitui, portanto, uma vitória do quadro funcional do Arquivo da Cidade. Resultado de um esforço coletivo, multidisciplinar, da reunião de um conjunto de conhecimentos específicos, advindos da formação acadêmica e técnica de cada um; de muita paixão e persistência para que esse legado não se perdesse ou permanecesse recluso e pudesse chegar a um público mais amplo, encontrando seu lugar nas bibliotecas e nas livrarias, ao lado das mais qualificadas análises que engrandecem a literatura especializada sobre o Rio de Janeiro.

A oportunidade para o tratamento dos originais com vistas à publicação veio no bojo das comemorações dos 110 anos do Arquivo da Cidade. Assim, ao iniciarmos a tarefa de digitar os sete cadernos manuscritos, nos deparamos com a grande responsabilidade de trazer a público uma obra seminal no sentido das informações que contém. A partir dessa constatação, seguiram-se as discussões de como apresentá-la, tirando o melhor partido do seu conteúdo. Chegamos à conclusão de que seriam necessárias algumas pequenas intervenções, exigências das técnicas contemporâneas de editoração. Acréscimos também deveriam ser introduzidos para auxiliar estudantes e pesquisadores iniciantes, a quem a obra é também dirigida, democratizando o seu acesso. Obedecendo ao princípio de fidelidade aos manuscritos, fizemos algumas pequenas alterações, sempre com o cuidado de não descaracterizar o texto, e que consideramos importante esclarecer.

De forma a tornar a leitura mais agradável, dar uniformidade ao relato e tornar eficiente a absorção dos conhecimentos difundidos, transformamos em notas, sempre que possível, trechos biográficos os quais, do nosso ponto de vista, seccionavam o texto, dispersando a atenção do principal, e cujo deslocamento no corpo do livro não compromete o fio condutor da narrativa. Na verdade, demos seguimento à proposta do próprio autor, que colocou em notas finais a maior parte das biografias de personalidades citadas no decorrer de seu estudo, já que elas têm o papel de ilustrar o leitor, informando-o sobre a vida e obra de vultos da nossa história, mas não são imprescindíveis para o entendimento do tema.

Atualizamos, em notas de pé-de-página, denominações de logradouros e localizações de instituições. Também aparecem em notas de pé-de-página, identificados com as iniciais N.C., os comentários do prefaciador, professor Nireu Cavalcanti, convidado para apresentar este trabalho por ser exímio pesquisador e notório conhecedor da formação, evolução e expansão das terras cariocas.

Dentre as fotografias selecionadas por Restier para ilustrar o livro, optamos por não incluir aquelas já veiculadas em outras publicações, portanto já muito contempladas e conhecidas, de maneira a destacar a originalidade de algumas dentre as que permaneceram.

Concomitantemente, selecionamos outras pertencentes ao acervo do Arquivo da Cidade, para assegurar a distribuição equitativa das imagens, de acordo com os assuntos mencionados, uma vez que Restier privilegiou alguns temas e regiões com um número bem maior de ilustrações. Foram mantidos alguns dos croquis – encomendados pelo autor ou elaborados por ele para figurar no livro – depois de submetidos a técnicas de higienização e restauração dadas as condições precárias em que se encontravam –, pois os consideramos indispensáveis pelo ineditismo das informações que contêm.

Restier Gonçalves selecionou alguns documentos para ilustrar pendências com relação a heranças, pagamentos de foros e laudêmios e direitos de propriedade, providenciando cópias cuja autenticidade foi atestada por arquivistas. Nesse caso, mantivemos a ortografia da época, seguindo as normas da paleografia, e colocamos esses documentos nos apêndices. Serão de muita utilidade para os que ainda não tiveram a oportunidade de consultar fontes primárias e para os que se dedicam aos estudos paleográficos. Também mantivemos a forma gráfica utilizada pelo autor para expressar numerais e valores monetários.

Tendo em vista que esse livro foi iniciado na década 1940 e que Restier Gonçalves usou inúmeros termos extraídos dos documentos a que teve acesso, inclusive de origem jurídica, muitos atualmente em desuso ou empregados com outro significado, elaboramos um Glossário para definir a terminologia empregada. O mesmo critério usamos com relação a instituições hoje extintas, existentes nos períodos colonial e imperial, conceituando-as nas Notas Históricas, segundo sua natureza, atribuições e alcance na época. Titulares e nobres do Brasil Colônia e do Brasil Império, figuras de destaque na República, apenas mencionados, foram incluídos nas Notas Biográficas, de acordo com a proposta original de Restier Gonçalves de apresentar personalidades que sobressaíram no cenário social, político e cultural brasileiro.

Utilizando-nos da mesma estratégia do autor, introduzimos o leitor nos meandros de sua vida privada – embora muito não se tenha conseguido saber sobre ela –, e da sua trajetória profissional. Sem dúvida, Aureliano Restier Gonçalves, no início modesto amanuense e, posteriormente, pesquisador e arquivista, mas sempre funcionário público modelo, é um orgulho para a categoria, demonstrando do que é capaz um profissional quando imbuído dos melhores propósitos, extrapolando suas obrigações rotineiras para concretizar seu objetivo de deixar para a posteridade uma obra de peso.

A despeito de tratar exaustivamente das ruas do Centro do Rio de Janeiro e de alguns bairros da Zona Sul – dando-nos data aproximada de sua abertura, nomeando os proprietários anteriores dos terrenos por onde foram assentadas e as distintas denominações que receberam –, algumas vias, travessas, becos e elementos da topografia carioca mereceram, por parte do autor, apenas referências, sem detalhamento, motivo pelo qual organizamos o Quadro de Logradouros, descrevendo sua localização e as diferentes nomenclaturas através dos tempos.

Na transcrição das informações reunidas para os cadernos, Restier, por distração ou cansaço, omitiu algumas palavras que acrescentamos, colocando-as entre parênteses, para destacar sua inclusão. A bibliografia a que recorreu para escrever esta obra – livros e periódicos – foi por ele identificada somente por título e autor, exigindo consulta ao acervo bibliográfico do Arquivo da Cidade, de forma a incluir editora, data e local de edição, de acordo com as normas prescritas pela ABNT, que adotamos. Os títulos utilizados para consulta pelas equipes de editoração e pequisa, assim como as obras e artigos já publicados, de autoria de Restier, encontram-se relacionados na Bibliografia.

Todas essas medidas foram efetuadas visando a facilitar a leitura, despertando no leitor iniciante o desejo de prosseguir, evitando obstáculos que possam desestimulá-lo, e fornecendo aos estudantes material de consulta obrigatória, caso almejem entender o contexto temporal e espacial analisado. Quanto aos pesquisadores familiarizados com esse universo, procuramos repassar na íntegra o objetivo de Restier ao escrever este livro, ou seja, dar conta, na medida da sua formação, do seu potencial e dos recursos disponíveis, da evolução do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro, através da leitura exaustiva dos documentos. Esses cuidados

editoriais absolutamente não desmerecem o trabalho, pelo contrário, destacam a sua importância como obra de referência para estudiosos de um assunto que até hoje é polêmico, que despertou e ainda desperta controvérsias, merecendo ter prosseguimento e dar origem a novas dissertações e teses de doutorado.

Convém frisar que, até a conclusão dessa obra, iniciada em 1947 e terminada em 1963 ou 1964 –, já que o autor cita, em momentos distintos, as duas datas como sendo os da sua finalização –, algumas das principais fontes de renda do município eram obtidas por meio de pagamento de foros e laudêmios e da arrecadação com a Décima Urbana, atual IPTU. O Imposto sobre Serviço (ISS), exclusivamente municipal, só foi criado nos fins da década de 1960, daí a importância – aliás até hoje – do recebimento daqueles impostos, justificando a preocupação e as críticas de Restier Gonçalves às usurpações de terras municipais e às invasões, que representaram sérias perdas para os cofres municipais e, indiretamente, para toda a população carioca.

Este livro consiste, na realidade, de uma narrativa na qual os fatos, extraídos dos documentos, são encadeados cronologicamente e dispostos espacialmente, sem problematização, sem formulação de hipóteses ou cotejo de interpretações, que seriam esperadas de um profissional do ramo. Desvendar a lógica interna de um documento depende das perguntas que lhe fazemos, da problemática que propomos e do instrumental científico que empregamos.

Evidentemente, e nem podia ser de outra forma, esta pesquisa não foi empreendida com o rigor teórico-metodológico exigido do historiador, até porque Restier Gonçalves não o era. Porém, seus méritos são indiscutíveis, revelando-se na pertinácia do investigador que não se contenta com os ensaios de gabinete e busca, qual explorador incansável, o seu tesouro no campo das possibilidades.

Por outro lado, se "a História é a disciplina do contexto e do processo", como afirma E.P. Thompson, a não inserção dos acontecimentos em um quadro maior – fruto da articulação entre as condições sociais, econômicas, políticas, institucionais e mentais de uma sociedade situada em um determinado tempo histórico –, atentando-se para suas recíprocas articulações e correlações, acarretou distorções.

Se Restier Gonçalves jamais teve a veleidade de agir como historiador ao abordar o seu objeto, sua análise resulta compartimentada e de certa forma maniqueísta, pois focaliza somente os proprietários, sejam eles foreiros ou posseiros, como se a sociedade brasileira fosse homogênea, sem relações de classe e conflitos, a não ser os estabelecidos entre os donos de terras e a administração pública. Os escravos – submetidos ao trabalho compulsório – são mencionados apenas quando se refere a testamentos e heranças que arrolam, entre os bens imóveis a serem legados, os semoventes, empalidecendo a realidade de uma sociedade hierarquizada e excludente, cuja produção e reprodução baseavam-se, quase que exclusivamente, no instituto da escravidão.

Outra questão assenta na transposição de modelos construídos para explicar formações sociais situadas em outro tempo e lugar, como é o caso do conceito de feudalismo utilizado por Restier quando se refere à doação de terras e às obrigações que delas decorriam na época colonial, refletindo uma generalização que não encontra respaldo nas instituições adotadas no Brasil para garantir a ocupação e a exploração das novas terras e para reforçar os laços de fidelidade ao reino e ao monarca.

Voltamos a reafirmar que essas lacunas não diminuem o brilho do trabalho de Restier Gonçalves. Apesar das limitações, os atributos de **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos** são inquestionáveis. Reúne e sistematiza informações sobre o patrimônio imobiliário da cidade, reconstituindo sua trajetória desde a doação por Estácio de Sá de duas sesmarias, uma para a instalação da cidade, em 16 de julho de 1565, e outra aos jesuítas, passando pelas lutas entre estes e a municipalidade – ocorridas por dúvidas com relação aos limites entre as terras foreiras à Câmara e as doadas aos padres da Companhia –, e pelas principais querelas estabelecidas entre a Câmara Municipal e os que se apossavam dos terrenos

municipais recusando-se a aceitar o domínio direto da municipalidade. As análises do autor estendem-se até meados do século XX, referindo-se sempre às artimanhas de toda sorte de que lançavam mão os pretensos donos dos terrenos, alertando para o progressivo encolhimento do patrimônio público ao longo dos séculos.

Eis o principal motivo do enfoque dado ao que Restier considerou "chão carioca" – terras aforadas à municipalidade por ocasião de sua fundação – fato que explica porque restringiu-se a analisar o Centro e alguns bairros da Zona Sul da cidade, excluindo a Zona Norte e os subúrbios, situados para além dessas "fronteiras" iniciais e cuja ocupação só passou a adensar-se com a criação da Estrada de Ferro Pedro II, depois Central do Brasil.

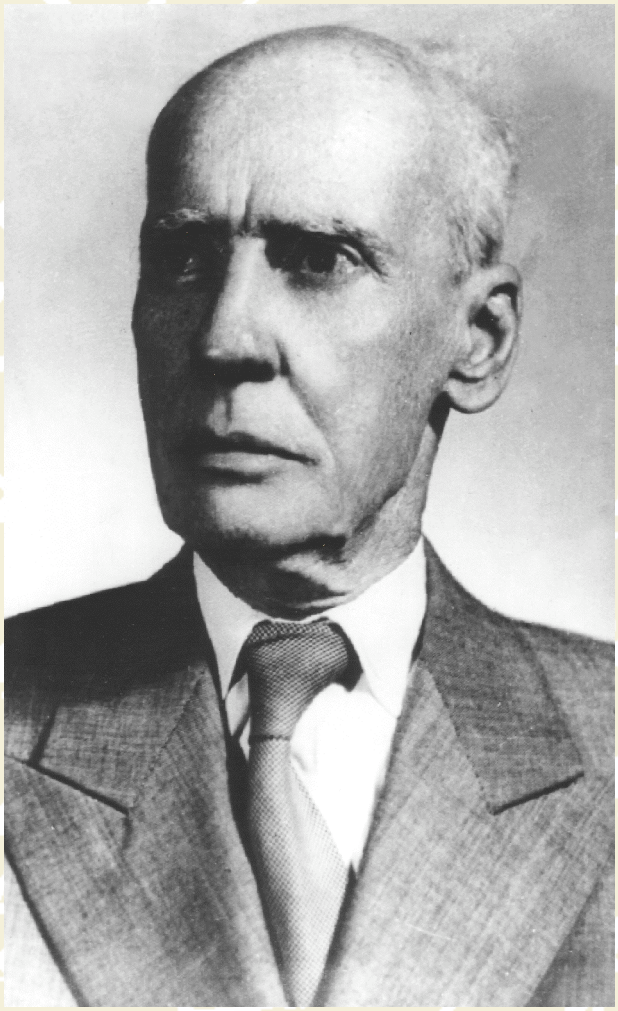
Além disso, o tratamento preferencial dado às questões de distribuição e posse de terras não excluiu uma abordagem pitoresca dos fatos ocorridos no nosso passado. A descrição das principais famílias responsáveis pela construção e expansão da cidade, com suas chácaras, casas residenciais e demais bens imóveis que possuíam nas terras foreiras ao município, bem como o relato das profissões e artes que exerciam constituem fonte de grande valor para os que se dedicam aos estudos genealógicos. Além disso, o autor fornece inúmeros dados sobre cordeamento, evolução e nomenclatura dos logradouros, sobre a destinação de terrenos para a formação de rossios e loteamentos. Define os terrenos acrescidos de marinha, os encravados, os salgados e sapais, as terras enxutas e alagadas, detendo-se na luta da população e dos administradores do Rio de Janeiro para conquistá-los e torná-los habitáveis e combater as epidemias resultantes de clima e situação geográfica desfavoráveis. Tudo isso entremeado por relatos de aspectos prosaicos do cotidiano da cidade e sobre os personagens que fizeram parte da nossa história.

Aureliano discorre, ainda, sobre os locais destinados a cada tipo de atividade profissional, explicando as causas dessa tendência de se aglutinarem trabalhadores de determinado ofício em certas áreas da cidade, como é o caso dos ourives. Descreve as mais afamadas lojas, os restaurantes e teatros freqüentados pelos habitantes do Rio de Janeiro, as festas populares, as danças mais difundidas, os meios de transportes existentes, ou seja, traça um painel dinâmico e curioso dos hábitos e costumes da gente carioca.

Entregamos, portanto, ao público ávido de informações sobre o Rio de Janeiro, o resultado da aventura de Restier Gonçalves no mundo dos documentos e que passa a integrar a **Coleção Memória Carioca**, reunião de títulos imprescindíveis para quem deseja conhecer a cidade a partir de vários ângulos e sob distintos aspectos, que a pluralidade de etnias, credos, atividades econômicas, culturas e paisagens permite.

Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos é obra de um hábil artesão, incansável na busca da peça que faltava para compor um imenso quebra-cabeças. Mergulhado em um cipoal de papéis, imagens e mapas, nem sempre organizados e fáceis de localizar, Restier saiu-se vitorioso da espinhosa missão que se atribuiu: traçar o relato mais fidedigno possível das batalhas travadas pela posse e usufruto do "chão carioca", nas quais se envolveram os mais diferentes personagens, numa empreitada, muitas vezes, de legitimidade discutível.

SANDRA HORTA
Diretora de Pesquisa – AGCRJ



Retrato de Aureliano Restier Gonçalves

UM PERFIL DE AURELIANO RESTIER GONÇALVES

A incumbência de apresentar aos leitores um antigo funcionário do Arquivo da Cidade constituiu uma tarefa instigante e gratificante. É bom lembrar que mesmo convivendo diariamente com uma pessoa ela nos surpreende.

Aureliano foi um brasileiro comum e a História desconhece os homens comuns, permanecendo estes, assim, anônimos, sem História. A maioria dos biógrafos reclama das dificuldades enfrentadas para descrever seus personagens, porém exaltam o fascínio que a tarefa proporciona.

Filho de Joaquim Pedro Gonçalves e Carolina Maria Restier Gonçalves, Aureliano nasceu a 8 de abril de 1881 no então distrito de Barra do Piraí, onde cursou o primário na primeira escola da cidade, emancipada do município de Piraí em 1890. Foi um autodidata. Graças ao seu esforço e à sua dedicação, progrediu no funcionalismo ao mesmo tempo em que se transformaava em um estudioso da História da cidade do Rio de Janeiro. Tornou-se um de seus memorialistas, narrando ao que assistiu e o que lhe contaram, pois, além de familiares e amigos, entre seus contemporâneos contavam-se os mais destacados cronistas e memorialistas do Rio de Janeiro: Vieira Fazenda, Ferreira Rosa, Mello Morais Filho, Max Fleiuss, Luiz Edmundo, João do Rio, Noronha Santos. Este foi seu colega e chefe no Arquivo do Distrito Federal. Uma convivência muito rica, já que todos eram homens do século XIX que tinham assistido e participado das mudanças políticas, econômicas, sociais e urbanistas da virada do século XX na cidade do Rio de Janeiro.

Entre 1904 e 1909 trabalhou na administração municipal como extranumerário, exercendo a função de auxiliar de escrita, lotado na Diretoria Geral de Obras e Viação. Sendo extranumerário, só recebia quando realizava alguma tarefa; contudo, o tempo de serviço contava como o de qualquer funcionário efetivamente contratado. Em outubro de 1909, a Diretoria teve ampliado seu quadro funcional com a nomeação de quatorze amanuenses, entre eles Aureliano, então com 28 anos.[1]

Hoje poucos conhecem o termo, que dirá a função que o amanuense exercia. Essa desapareceu do Serviço Público com a introdução da máquina de escrever e da fotocópia. O amanuense se responsabilizava pela escrita de todos os documentos necessários ao serviço. Tudo era manuscrito. O aparecimento do datilógrafo não o fez desaparecer de imediato, já que inúmeros documentos por sua tipicidade ou caráter sigiloso continuaram a ser manuscritos. Quem desconhece o acervo documental manuscrito existente nos cartórios e nos arquivos e convive cotidianamente com xerox, fax, computador e internet dificilmente avalia a importância dos amanuenses e o volume de sua contribuição.

O amanuense situava-se na posição inferior na hierarquia do funcionalismo. A subalternidade do cargo atraiu a verve dos escritores do século passado, e mesmo do século XIX, motivando-os na produção de vários textos. Ciro dos Anjos destacou-se com sua obra O amanuense Belmiro. Arthur Azevedo escreveu vários contos usando-os como tema central. Em De cima para baixo, satiriza a burocracia do Serviço Público, ao mesmo tempo em que ressalta a relevância da atividade do amanuense, apesar de sujeitos aos mandos e desmandos dos superiores. Alguns dos "colegas" amanuenses foram: Cruz e Souza na Estrada de Ferro Central do Brasil, Luiz Gama na Secretaria de Polícia, Lima Barreto, Orestes Barbosa.

Aureliano exerceu a função na Diretoria de Obras ao longo de quase vinte anos, tendo sido promovido a 2º oficial em 1919, o que resultou na escalada de um degrau

na hierarquia funcional,[2] contudo, as atividades continuaram semelhantes.

As Diretorias da Prefeitura funcionavam no Paço Municipal na praça da República nº 140; certamente, esta proximidade facilitava a troca de informações entre elas; por isso suponho que a transferência de Aureliano para a Diretoria de Estatística e Arquivo, ocorrida em 1924, se deu devido ao reconhecimento pelos superiores do seu empenho e do seu interesse pela pesquisa documental, visto que, em 1925, ano seguinte a nomeação de sua transferência,[3] foi reiniciada a publicação do Arquivo do Distrito Federal, interrompida há trinta anos, com um trabalho dele – Extratos e manuscritos sobre aforamentos. No ano seguinte novo número foi lançado com mais um texto sobre aforamento, dando continuidade ao anterior, também de autoria de Aureliano. Em 1929, foram publicados pelo Arquivo, também de sua lavra: Extratos e manuscritos sobre vacina, uma coletânea de documentos sobre a vacina contra a varíola, e outro sobre aforamentos, continuação dos dois editados anteriormente.

Em 1934, a promoção, a 1º oficial,[4] e, em 1935, a mais importante, ao cargo de chefe de seção, apesar de ser em caráter de interinidade.[5] Em 1937, foi nomeado chefe de seção, chefia que corresponde à atual Diretoria do Arquivo da Cidade.[6]

A aposentadoria, em 20 de abril de 1948, não o afastou das pesquisas, nem da produção de textos. Ao longo dos anos prosseguiu seus estudos, suas pesquisas e redigiu vários artigos e coletâneas de documentos, alguns publicados na Revista do Arquivo do Distrito Federal, quando esta voltou a ser relançada em 1950: “Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro – 1500/1900”; “Paço Municipal da Cidade do Rio de Janeiro”; “A governança de Luiz Vahia Monteiro – cartas recebidas e expedidas”.

Aureliano empenhou quinze anos na elaboração do livro Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos, que se constitui na obra de um memorialista. Assistiu ainda menino à Abolição da Escravatura, à Proclamação da República, à Revolta da Armada. Na juventude de seus vinte anos conviveu com a Revolta da Vacina, quando começava sua atividade de extranumerário. Presenciou as transformações urbanas produzidas pela Prefeitura do Distrito Federal, como a abertura da avenida Central, da construção da avenida Beira Mar, a transferência do desembarque dos viajantes que aportavam na praça Quinze para o píer da praça Mauá, devido à construção do porto do Rio de Janeiro. Provavelmente acompanhou a construção do aeroporto Santos Dumont na ponta do Calabouço; ao desmonte do morro do Castelo; ao nascimento da Cinelândia . Conviveu com a construção da Esplanada do Castelo, atual avenida Presidente Antonio Carlos, com seus ministérios da Fazenda, do Trabalho, da Educação, visto que desembarcava na praça Quinze, quando vinha de Niterói, onde morava, e, obrigatoriamente, tinha que passar pelo canteiro de obras que ficava praticamente ao lado. Foi contemporâneo do desaparecimento do Convento da Ajuda. Deve ter sido impossível ter deixado de presenciar a demolição das igrejas de São Domingos e de São Pedro dos Clérigos, assim como do Paço Municipal, onde trabalhava há mais de trinta anos, para a abertura da avenida Presidente Vargas.

Por força dos "melhoramentos" urbanos o Arquivo mudou-se para o prédio de número onze da rua Santa Luzia. Tal fato deve ter preocupado Aureliano, visto que defendia há anos a instalação do Arquivo em uma sede própria com condições adequadas para a preservação da documentação e ao trabalho de pesquisa.[7]

Este livro resulta, principalmente, do amor e dedicação da filha de criação de Aureliano, Neir Elisa Senna Gualda Dantas, que doou seus trabalhos ao Arquivo da Cidade para compor uma coleção dedicada a seu pai.

A adoção permitiu que Aureliano conhecesse as alegrias de ser pai e de ser avô de Fernando José, Maria Elisa e Claudia Márcia, filhos de Neir e Fernando Gualda

Dantas, que, até hoje, lembram com carinho do avô. Contam que era metódico, sempre estudando e escrevendo, muito cuidadoso com a apresentação. Portava sempre terno, chapéu e bengala, mesmo quando saía para pequenos passeios perto de casa.

Aureliano faleceu a 31 de maio de 1967 aos 86 anos, três anos após ter concluído seu manuscrito sobre a cidade do Rio de Janeiro. Foi sepultado no cemitério de Maruí em Niteroi, cidade onde residiu ao longo de sua vida.

Seu livro vem trazer ao público importantes revelações sobre a cidade, focalizando essencialmente a formação dos principais logradouros cariocas, além de nos permitir ter contato com dados documentais que, dificilmente, poderão ser localizados em arquivo ou cartório, visto que não devem mais existir. Ele mesmo alerta para o precário estado de conservação de muitos dos que consultou. Teve sempre o cuidado de ilustrar seus textos, desde o de 1929 sobre aforamentos, o que não conformava uma prática muito usual nas publicações. Esta edição fornecerá imagens, muitas inéditas, sobre locais, lamentavelmente, desaparecidos. Sua obra como toda realização humana tem imperfeições, uma delas diz respeito à prodigalidade com que emprega o adjetivo “rico”, já que a concepção de riqueza varia muito de conformidade com a época e o meio. “Ricaço” e “milionário” apresentam-se deslocados, fora do contexto. Outro engano relaciona-se ao modo de enfatizar o progresso material de um morador da cidade, quando explica que possui uma "casa nobre" sem dar qualquer indicação do que venha a ser, impossibilitando ao leitor visualizar a "casa nobre" que elogia.

Concordo com Duby, famoso medievalista francês, quando valoriza as narrativas como inesgotáveis reservas de material acerca das mentalidades, das ideologias, e quanto ao máximo aproveitamento de trabalhos de historiadores que nos precederam, pois fornecem contribuições valiosas sobre a época e o meio em que viveram; é dessa maneira que devemos receber e ler a obra de Aureliano Restier Gonçalves: como um testemunho único de um tempo e de uma cidade que já não se pode encontrar mais.

Ana Lucia Eppinghaus Bulcão
(Doutora em História; Pesquisadora do AGCRJ)

.

Ana Lucia Eppinghaus Bulcão
Pesquisadora do AGCRJ

NOTAS

1 – Boletim da Prefeitura de 1909.

2 – Boletim da Prefeitura de 1909; Boletim da Prefeitura de 1928: decreto nº 2.770 dá outra denominação ao amanuense, que passa a ser designado como 3º oficial.

3 – Boletim da Prefeitura de 1924, p.267.

4 – Boletim da Prefeitura de 1934.

5 – Códice 51.1.83A.

6 – Boletim da Prefeitura de 1937.

7 – Códice 51.1.83A.

Imagem 48. Augusto Malta, s/d.
Rua Visconde de Inhaúma
O novo aspecto da rua Visconde de Inhaúma, depois das obras de alinhamento e ligação com a avenida Marechal Floriano.

Sumário

Prefácio. Página. xx

Notas do Editor. Página. xx

Um perfil de Aureliano Restier Gonçalves. Página. xx

CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO
TERRAS E FATOS

Exórdio. Página 36

Capítulo I

Conquista e Fundação do Rio de Janeiro. Página 40
Baía de Guanabara. Página 41
Estabelecimento de Villegaignon. Página 41
Desbarato da Colônia. Página 42
Estácio de Sá – Combate de Uruçumirim. Página 42

Capítulo II

Sesmarias. Página 47
Terras do Rio de Janeiro. Página 48
Sesmarias de Sobejos.Página 49

Capítulo III

Marinhas. Página 51

Capítulo IV

Botafogo. Página 55
Terrras de Botafogo. Página 56
Praia de Botafogo – Jardins Particulares Página. 62
Praia de Botafogo – 1856. Página 62
Praia de Botafogo – 1857/1908. Página 62
Praia de Botafogo – 1857/1908. Página 63

Praia de Botafogo – 1858/1908. Página 63
Praia de Botafogo – 1865/1930. Página 63
Praia de Botafogo – 1873/1911. Página 63
Praia de Botafogo – 1898/1927. Página 64
Praia de Botafogo – 1906/1907. Página 64
Praia de Botafogo – 1910/1919. Página 64
Praia de Botafogo – 1917/1925. Página 64
Rua São Clemente – 1819/1858. Página 64
Rua São Clemente – 1820/1854. Página 65
Rua São Clemente – 1856/1858. Página 65
Rua São Clemente – 1857. Página 65
Caminho Velho de Botafogo. Página 66
Caminho Novo de Botafogo. Página 66
Rua Paissandu – 1858. Página 67

Capítulo V

Copacabana. Página 68
Lugar da Copacabana – 1818/1895. Página 70
Lugar da Copacabana – 1844. Página 70
Estrada de Copacabana – 1808/1847. Página 70
Rua de Copacabana – 1860. Página 71
Lagoa Rodrigo de Freitas. Página 71

Capítulo VI

Cosme Velho. Página 74
Quinta de Cosme Velho. Página 75
Lugar do Cosme Velho – 1806/1844. Página 76
Lugar do Cosme Velho – 1809/1882. Página 76
Lugar do Cosme Velho – 1823/1851. Página 77
Lugar do Cosme Velho – 1825/1846. Página 77
Estrada do Cosme Velho – 1826/1847. Página 77
Estrada do Cosme Velho – 1830. Página 79
Estrada do Cosme Velho – 1835/1860. Página 79
Estrada do Cosme Velho – 1836-1849. Página 80
Estrada do Cosme Velho – 1836/1866. Página 81
Estrada do Cosme Velho – 1836/1870. Página 81
Estrada do Cosme Velho – 1838/1872. Página 81
Estrada do Cosme Velho – 1841/1843. Página 82
Rua Cosme Velho – 1854/1855. Página 82
Rua Cosme Velho – 1855. Página 82

Capítulo VII

Laranjeiras. Página 83
Chácara de Ana Rodrigues. Página 84
Chácara do Areal. Página 85
Chácara do Velasco. Página 86
Chácara do Hermogêneo. Página 87
Chácara do Ramos. Página 87
A Ilhota. Página 87
Rua das Laranjeiras – Beco do Miranda – 1908/1837. Página 88
Rua das Laranjeiras – 1822/1870. Página 88
Rua das Laranjeiras – 1845/1847. Página 90
Rua dasLaranjeiras – 1853/1876. Página 90
Rua das Laranjeiras – 1860. Página 90
Rua das Laranjeiras – 1862. Página 90
Rua das Laranjeiras – 1862. Página 92
Rua das Laranjeiras – 1863/1872. Página 92
Sítio das Laranjeiras – 1823/1845. Página 92

Capítulo VIII

Catete. Página 94
Chácara da Ponte do Catete. Página 100
Chácara do Desembargador. Página 100
Chácara do Machado. Página 102
Chácara da Sacramento. Página 102
Chácara do Asséca. Página 103
Chácara do Lisboa. Página 104
Chácara do Pedreira. Página 105
Chácara do Cônsul. Página 107
Estrada do Catete – 1784/1838. Página 107
Rua do Catete – 1796/1846. Página 107
Rua do Catete – 1808/1843. Página 109
Rua do Catete – 1816/1831. Página 109
Rua do Catete – 1818/1844. Página 109
Rua do Catete – 1818/1854. Página 110
Rua do Catete – 1823/1843. Página 110
Rua do Catete – 1845/1864. Página 111
Largo do Machado – 1829/1857. Página 111
Largo do Machado – 1856/1872. Página 112
Largo do Machado – 1871. Página 112

Capítulo IX

Glória e Lapa. Página 114
Rua Santa Cristina – 1854. Página 116

Praia da Glória -1857/1859. Página 116
Rua da Glória – 1831/1843. Página 119
Rua da Glória – 1844. Página 119
Rua da Glória – 1845. Página 120
Rua da Glória – 1846/1850. Página 120
Rua Dona Luiza – 1842/1851. Página 120
Rua Dona Luiza – 1851/1855. Página 122
Rua Dona Luiza – 1854. Página 122
Rua Dona Luiza – 1854. Página 122
Rua Dona Luiza – 1858. Página 123
Rua Dona Luiza – 1861/1903. Página 123
Rua Dona Luiza – 1862. Página 123
Rua Dona Luiza – 1864/1865. Página 123
Rua Dona Luiza – 1866. Página 123
Rua Dona Luiza – 1871/1872. Página 124
Praia da Lapa. Página 124
Rua da Lapa – 1839/1865. Página 125
Rua da Lapa – 1842/1860. Página 125
Rua da Lapa – 1844/1892. Página 125
Rua Nossa Senhora do Desterro – 1840/1847. Página 126
Travessa do Desterro – 1868. Página 126

Capítulo X

Ajuda. Página 127
Chácara da Floresta. Página 132
Convento da Ajuda. Página 132
Rua da Ajuda – 1787/1826. Página 135
Rua da Ajuda – 1815. Página 135
Rua da Ajuda – 1818-/1856. Página 135
Rua da Ajuda – 1826. Página 136
Rua da Guarda Velha . Página 136
Beco do Propósito. Página 139

Capítulo XI

Misericórdia. Página 149
Rua da Misericórdia – 1774/1828. Página 151
Rua da Misericórdia – 1790. Página 151
Rua da Misericórdia – 1792/1835. Página 152
Rua da Misericórdia – 1810/1827. Página 152
Rua da Misericórdia – 1834/1836. Página 152
Rua da Misericórdia – 1867. Página 153
Largo da Misericórdia – 1861. Página 153
Travessa do Guindaste – 1819/1869. Página 156
Travessa do Guindaste – 1853/1854. Página 156
Beco da Fidalga – 1650/1860. Página 156

Beco dos Ferreiros – 1810/1830. Página 157
Beco dos Ferreiros – 1818/1833. Página 158
Beco dos Ferreiros – 1819/1843. Página 158
Praia de Dom Manoel. Página 159
Praia de Dom Manoel – 1816/1856. Página 159
Praia de Dom Manoel – 1830/1840. Página 159
Praia de Dom Manoel – 1833/1869. Página 159
Largo da Assembléia. Página 160
Rua da Cadeia. Página 160
Rua da Cadeia – 1782/1853. Página 161
Rua da Cadeia – 1824/1863. Página 162

Capítulo XII

Bairro Comercial. Página 163
Rossio do Carmo. Página 166
Ribeira do Mar. Página 166
Rua Direita. Página 167
Arco do Teles. Página 171
Beco ou Travessa dos Adelos. Página 171
Rua do Ouvidor. Página 172
Rua Nova do Ouvidor. Página 176
Rua da Quitanda. Página 176
Rua de São Bento. Página 177
Ruas Visconde de Inhaúma e Teófilo Otoni. Página 177
Rua dos Ourives. Página 180
Rua do Cano. Página 181

Capítulo XIII

Litoral Norte ou Recôncavo da Cidade. Página 182
Prainha. Página 183
Rua do Aljube – 1779/1837. Página 184
Rua da Prainha – 1826/1848. Página 185
Sítio da Prainha – 1810/1902. Página 185
Sítio da Prainha – 1817/1877. Página 186
Rua São Francisco da Prainha – 1834. Página 186
Saúde – Valongo – Gamboa. Página 186
Praia da Saúde – 1821/1850. Página 187
Praia da Saúde – 1840/1856. Página 189
Valongo. Página 189
Quinta do Livramento. Página 190
Quinta da Madre de Deus. Página 190
Gamboa ou Camboa. Página 192
O Forno Grande da Cal. Página 194

Capítulo XIV

São Domingos. Página 195
Largo do Rosário – 1705/1840. Página 198
O Jogo da Bola. Página 198
A Dança. Página 199
Largo do Rosário – 1813/1830. Página 200
Rua do Fogo – 1785/1840. Página 200
Rua do Fogo – 1808/1844. Página 200
Rua do Fogo – 1808/1850. Página 201
Rua do Fogo – 1844. Página 201
Chácara da Conceição. Página 202
Chácara da Mitra. Página 202
Largo de São Francisco de Paula – 1725/1841. Página 203
Largo de São Francisco de Paula – 1747/1860. Página 204
Largo de São Francisco de Paula. Página 204
Rua da Lampadosa – 1721/1782. Página 207
Rua da Lampadosa – 1818/1846. Página 207
Rua da Lampadosa – 1855. Página 207
Rua da Lampadosa – 1861/1872. Página 207
Rua da Lampadosa. Página 208
Rua do Sacramento – 1798/1859. Página 209
Rua do Sacramento – 1803/1859. Página 209
Campo de São Domingos – 1714. Página 215
Largo de São Domingos – 1849/1870. Página 217
Largo de São Domingos – 1884. Página 217
Rua de São Joaquim – 1827/1877. Página 218
Rua de São Joaquim – 1827. Página 218
Rua de São Joaquim. Página 219
Chácara do Coqueiro. Página 219
Igreja de São Joaquim. Página 220
Rua São Jorge – 1820/1852. Página 220
Rua São Jorge – 1856. Página 221
Rua São Jorge – 1860. Página 221
Igreja de São Jorge. Página 221
Rua dos Ferradores – 1787. Página 222
Rua dos Ferradores – 1808/1856. Página 222
Rua da Alfândega – 1762/1840. Página 222
Rua da Alfândega – 1799/1854. Página 223
Rua da Alfândega – 1801/1858. Página 223
Rua da Alfândega – 1803/1855. Página 223
Rua da Alfândega – 1804/1839. Página 223
Rua da Alfândega – 1805/1830. Página 224
Rua da Alfândega – 1806/1848. Página 224
Rua da Alfândega – 1806/1858. Página 224
Rua da Alfândega – 1808/1856. Página 225
Rua da Alfândega – 1810/1843. Página 225
Rua da Alfândega – 1811/1850. Página 225
Rua da Alfândega – 1811/1852. Página 226
Rua da Alfândega – 1813/1836. Página 226

Rua da Alfândega – 1816/1858. Página 226
Rua da Alfândega – 1818/1841. Página 227
Rua da Alfândega – 1818/1846. Página 227
Rua da Alfêndega – 1819/1834. Página 227
Rua da Alfândega – 1820/1840. Página 228
Rua da Alfândega – 1822/1844. Página 228
Rua da Alfândega – 1823/1836. Página 229
Rua da Alfãndega – 1825/1834. Página 229
Rua da Alfândega – 1826/1849. Página 229
Rua da Alfândega – 1829/1852. Página 229
Rua da Alfândega – 1830/1848. Página 230
Rua da Alfândega – 1835/1848. Página 230
Rua da Alfândega – 1836/1850. Página 231
Rua da Alfândega – 1836/1837. Página 231
Rua da Alfândega – 1836/1840. Página 231
Rua da Alfândega – 1843. Página 231
Rua da Alfândega – 1844. Página 232
Rua da Alfândega – 1841/1844. Página 232
Rua da Alfândega – 1845. Página 232
Rua da Alfândega – 1856. Página 232
Rua da Alfândega – 1858. Página 233
Rua da Alfândega – 1859. Página 234
Rua da Alfândega – 1859. Página 234
Rua da Alfândega – 1860. Página 234
Rua da Alfândega – 1865. Página 234
Rua da Alfândega. Página 234
Rua Senhor Bom Jesus – 1782. Página 237
Rua do Sabão – 1830/1859. Página 238
Rua São Pedro – 1820/1874. Página 238
Rua São Pedro – 1830/1845. Página 238
Rua São Pedro – 1833/1843. Página 239
Rua São Pedro – 1846/1851. Página 239
Rua São Pedro – 1862. Página 239
Rua São Pedro. Página 239
Rua da Carioca – 1877/1879. Página 240
Rua da Carioca Página 242
Chácara de São Domingos. Página 243
Largo do Rossio Grande – 1807/1873. Página 244
Largo do Rossio Grande – 1813/1842. Página 245
Largo do Rossio Grande – 1822/1845. Página 245
Largo do Rossio Grande – 1836. Página 245
Rua do Conde da Cunha – 1806/1807. Página 246
Rua do Conde da Cunha – 1807/1859. Página 246
Rua do Conde da Cunha – 1807/1859. Página 246
Rua do Conde da Cunha – 1807/1892. Página 247
Rua do Conde da Cunha – 1807/1892. Página 247
Rua do Conde da Cunha – 1807/1892. Página 247
Rua do Conde da Cunha – 1808/1892. Página 248
Rua do Conde – 1811/1820. Página 248
Rua do Conde – 1817/1859. Página 249
Rua do Conde – 1840. Página 249

Rua do Conde – 1856/1867. Página 249
Rua do Conde da Cunha. Página 249
Rua dos Ciganos. Página 250
Rua dos Ciganos – 1807/1877. Página 250
Rua dos Ciganos – 1807/1878. Página 250
Rua dos Ciganos – 1807/1893. Página 250
Rua dos Ciganos – 1807/1893. Página 250
Rua dos Ciganos – 1807/1893. Página 251
Campo de Santana. Página 251
Campo de Santana – Face Oriental – 1759/1878. Página 254
Campo de Santana – Face Oriental – 1806/1858. Página 254
Campo de Santana – Face Oriental – 1807/1858. Página 254
Campo de Santana – Face Oriental – 1807/1858. Página 255
Campo de Santana – Face Oriental – 1809. Página 255
Campo de Santana – Face Oriental – 1816. Página 255
Campo de Santana – Face Oriental – 1817/1866. Página 255
Campo de Santana – Face Oriental – 1817/1878. Página 256
Campo de Santana – Face Ocidental – 1789/1893. Página 256
Campo de Santana – Face Ocidental – 1809-1880. Página 258
Campo de Santana – Face Norte – 1811/1858. Página 259
Campo de Santana – Face Sul – 1819/1848. Página 261
Campo de Santana – Face Sul – 1827/1872. Página 262
Campo de Santana – Face Sul – 1832/1859. Página 262
Campo de Santana – Face Sul – 1859. Página 262
Rua do Areal – 1825/1880. Página 262
Rua do Areal – 1830. Página 263
Rua do Areal. Página 263

Capítulo XV

Matacavalos. Página 264
Chácara do Caetano. Página 266
Chácara do Silva Manoel. Página 266
Chácara do Padre Leite – 1817/1844. Página 267
Caminho de Matacavalos – 1816/1908. Página 267
Caminho de Matacavalos – 1817/1844. Página 269
Estrada de Matacavalos – 1818/1845. Página 269
Rua Matacavalos – 1819/1912. Página 270
Rua Matacavalos – 1820/1850. Página 270
Rua Matacavalos – 1830/1883. Página 270
Rua Matacavalos – 1836/1844. Página 271
Rua Matacavalos – 1839/1843. Página 271
Rua Matacavalos – 1840/1849. Página 271
Rua Matacavalos – 1843/1845. Página 272
Rua Matacavalos – 1843/1853. Página 272
Rua Matacavalos – 1845. Página 272
Rua Matacavalos – 1845. Página 272
Rua Matacavalos – 1845/1847. Página 272
Rua Matacavalos – 1845/1859. Página 273

Rua Matacavalos – 1845/1868. Página 273
Rua Matacavalos – 1845/1870. Página 273
Rua Matacavalos – 1847. Página 274
Rua Matacavalos – 1847/1848. Página 274
Rua Matacavalos – 1847/1869. Página 274
Rua Matacavalos – 1848/1855. Página 274
Rua Matacavalos – 1853/1865. Página 275
Rua Matacavalos – 1855/1856. Página 275
Rua Matacavalos – 1855/1861. Página 275
Rua Matacavalos – 1857/1858. Página 275
Rua Matacavalos – 1860. Página 276
Rua Matacavalos – 1860/1861. Página 276
Rua Matacavalos – 1862. Página 276
Rua Matacavalos – 1862/1863. Página 276
Rua Matacavalos – 1864/1865. Página 276
Rua Mauá. Página 277
Ladeira do Meireles – 1860. Página 277
Ladeira do Meireles – 1861/1873. Página 277
Ladeira do Meireles – 1861. Página 277
Ladeira do Meireles – 1862/1886. Página 277
Rua Dona Josefa – 1854. Página 278
Rua Dona Josefa – 1855/1857. Página 278
Rua Dona Josefa – 1855/1857. Página 278
Rua Dona Josefa – 1857. Página 278
Rua Paula Matos – 1857. Página 278
Rua Paula Matos – 1858/1865. Página 279
Rua Paula Matos – 1869. Página 279
Rua do Riachuelo – 1879/1880. Página 279
Rua do Senado – 1823/1837. Página 279
Rua do Senado – 1840. Página 279
Pantanal do Pedro Dias. Página 281
Rua do Resende – 1810/1867. Página 283
Rua do Resende – 1812/1825. Página 283
Rua do Resende – 1844/1859. Página 284
Rua do Resende – 1846/1872. Página 284
Rua do Resende – 1846. Página 284
Rua do Resende – 1846/1848. Página 284
Rua do Resende – 1846/1860. Página 285
Rua do Resende. Página 285
Rua do Resende – 1861. Página 285
Chácara do Desterro. Página 286
Chácara da Alagoinha. Página 286

Capítulo XVI

Catumbi, Cidade Nova e Adjacências. Página 291
Catumbi. Página 292
Terreno do Papa-couves. Página 293
Cidade Nova. Página 294

Adjacências – Mangues. Página 294
Chácara do Capueruçu. Página 296
Chácara do Machadinho. Página 296
O Canal do Mangue da Cidade Nova. Página 297
Campo de Marte. Página 301
Arraial de Mataporcos. Página 302
Escravos. Página 302
Progredimento. Página 302
Chácara de Mataporcos. Página 302
Mangue de São Diogo. Página 303
Pedreira de São Diogo. Página 304
Praia Formosa. Página 304
São Diogo. Página 305
Iluminação Pública. Página 306
Questões sobre Terrenos. Página 307
Patrimônio Territorial da Municipalidade do Rio de Janeiro. Página 307

Notas. Página 310

Apêndices. Página 328

Bibliografia. Página 339

Obras do autor. Página 340

Bibliografia citada pelo autor. Página 340

Bibliografia utilizada para esta edição. Página 343

Glossário. Página 348

Quadro de logradouros. Página 359

Notas históricas. Página 371

Notas biográficas. Página 392

Ao Leitor,

No fato, na pesquisa e no documento fundamenta-se a História. O fato obriga o raciocínio e a reflexão que determinam a pesquisa e o estudo minucioso dos documentos. Assim orientou-se este nosso modesto trabalho. Em verificando uma documentação guardada nos nossos arquivos, conseguimos reviver aspectos e fatos do antigo passado da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e em cuja interpretação pusemos toda a probidade histórica. Outro valor não traz este livro.

À memória dos meus pais e dos meus irmãos.

Exórdio

Aos destinos da humanidade abriram-se novos caminhos e rasgaram-se mais vastos horizontes, com a descoberta da pólvora, da bússola e da imprensa. Esses três notáveis acontecimentos operaram radical transformação dos costumes e idéias da Idade Média, realçando o século XV na história da civilização. Livre das cadeias que o acorrentavam aos escolásticos princípios doutrinários medievais, o espírito humano pôde criar e propagar novas e adiantadas doutrinas e estabelecer outras fontes de atividades mais produtivas que serviram de alicerce à civilização moderna. O homem, desvendando o segredo dos mares, nunca dantes navegados, descobriu outras terras – que conquistou; desenvolveu o comércio, as indústrias e as artes, e espalhou o progresso, abrindo a luta da liberdade contra o despotismo e da igualdade contra o privilégio; que é, em resumo, a história da civilização, no dizer de Oliveira Lima.

Além de outras causas, o espírito de aventura da época, a propaganda religiosa e as circunstâncias comerciais atuaram grandemente para as descobertas geográficas do século XV. Em Sagres, a sudoeste de Portugal, montou-se um pequeno observatório astronômico, onde se praticaram os estudos que determinaram a conquista dos mares, abrindo-se o chamado caminho para as Índias. O genovês Cristóvão Colon ou Colombo, a 12 de outubro de 1492, valendo-se dos roteiros conhecidos, mostrou à Europa um novo continente, a América. Seis anos depois, a 20 de maio de 1498, Vasco da Gama aportou à Índia. Finalmente, a 22 de abril de 1500, à luz da civilização, surgiu uma nova terra: o precioso achado do navegante lusitano Pedro Álvares Cabral, o qual ia por capitão-mor de uma armada portuguesa que navegava para as Índias, ao tempo do venturoso rei dom Manoel I. "E a terra que, surgindo de relance no Oceano, se abstraíra a todos os cálculos e previsões, seqüestrava todas as atenções e a que se atribuía diversas conjecturas, era o Brasil: e essa terra que ao longe se desenhava ao ocidental e que um dia, depois de rodados três séculos de escravidão e ignomínia, seria uma portentosa realidade, avultando, e muito, as demais que se assentam no hemiciclo da América, era o país da Vera Cruz, duramente conquistado ao gentilismo, por aqueles que, arrojando-se cavalheiros à África e Ásia a quebrar lanças de paladinos, correriam de aventuras à essa terra a ceifar vidas, com o ardimento da cobiça..."* Logo a El-rei, o Venturoso, mandou-se a nova do achamento da terra, em tal maneira graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Não tardou a ganância dos aventureiros a assentar tendas nas virgens terras, à cata de lendários tesouros, e pelos nossos mares a velejar corsários para a prática do comércio clandestino do pau-brasil: imirapiranga ou pau vermelho. A frota de Pedro Álvares Cabral permaneceu até o último de abril em observações à terra descoberta, julgada ilha. Na sexta-feira, primeiro de maio, desembarcou toda a gente da expedição e assistiu missa cantada à face da Cruz, erguida como padrão da soberania de Portugal sobre a terra que seria o berço de uma grande nacionalidade.

No dia seguinte, abandonando à solidão das selvas misteriosas dois infelizes degredados, partiu a esquadra para o seu destino, rumo sueste, exceção do navio de André Gonçalves que voltou à Europa, levando a boa nova da descoberta. São duvidosas, variando de autor para autor, as notícias relativas às primeiras expedições portuguesas ao Brasil. Historiadores abalizados dão, pelo menos como prováveis, a vinda de duas frotas logo depois de conhecido o feito de Cabral. A primeira deixou as águas portuguesas, em maio de 1501, sob o comando de dom Manoel Nuno, favorito do rei, e trazendo por piloto o cosmógrafo Américo Vespucci: veio avistar terra a 16 de agosto daquele precitado ano, nas proximidades de um cabo que ficou denominado de São Roque, por ser esse o dia do santo, e prosseguindo a sua derrota foi avistando outros pontos da costa, batizando a todos, e passou à barra da nossa famosa baía, a 1º de janeiro de 1502, a qual tida por foz de rio, recebeu o nome de Rio de Janeiro. Chegou a São Vicente no dia 22 do mesmo mês e, depois de alcançar a boca do rio que chamou da Prata, voltou a Portugal. O afamado navegador Gonçalo Coelho dirigiu a segunda expedição, que saiu de Lisboa em meados de 1503 e na qual veio, de novo, Américo Vespucci, no comando de uma caravela, que se afastou, e mais uma outra da frota expedicionária, quando a capitânia naufragou por bater em um penedo. Esses dois navios arribaram à Bahia, foram a Cabo Frio e daí voltaram para Portugal, onde, em Lisboa, já se encontrava, a 18 de junho de 1504, Gonçalo Coelho, que se transportara para outra caravela, conduziu a frota rumo sul até o Rio de Janeiro, onde desembarcou, e fez levantar alojamento para descanso, junto a um rio, que se supõe tenha sido o Carioca,[1] Cari-oca ou casa de pedra,** diz Varnhagen. Depois de várias explorações, fez-se de volta ao reino, onde chegou em 1506.

---

* José Joaquim Machado de Oliveira – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 18. (N.A.)

** A "Casa de Pedra" só foi construída em agosto de 1531, na atual praia do Flamengo, perto do Morro da Viúva, pela expedição de Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes de Souza. (Nota N.C.)

A principio, as informações sobre o Brasil eram desencontradas e duvidosas. Por esse motivo ou porque lhe interessassem mais as Índias, o certo é que Portugal, durante trinta anos, deixou a sua colônia da América entregue à sanha de corsários e de aventureiros. Entretanto, os franceses, que começaram a freqüentar o Brasil, foram angariando a amizade dos seus naturais e com os quais entraram a comerciar, e do recôncavo de Cabo Frio fizeram o reduto para as suas naus. Portugal reclamou providências à França, em 1516, mas, a despeito da reclamação, maior foi sendo o trato do comércio dos armadores franceses. Em 1526, dom João III determinou a vinda da flotilha guarda-costas de Cristóvão Jacques, que usou de bastante represália sobre as naus francesas. Ao chegar a Portugal, Cristóvão Jacques logo procurou convencer ao rei dom João III das vantagens da divisão do Brasil em capitanias e teve a circundá-lo nessa idéia o professor Diogo de Gouvêa, ilustre português residente em Paris, onde dirigia o colégio Santa Bárbara. A 3 de dezembro de 1530, fez-se de vela do Tejo a armada de Martim Afonso de Souza, grande valido do rei e alcaide-mor de Bragança. A Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso e comandante da caravela Rosa, deve-se o famoso diário dessa expedição – que avistou terra brasileira, a 31 de janeiro de 1531, na altura do cabo de Santo Agostinho, e logo começou a perseguir as naus francesas, apresando algumas. Ancorou à Bahia em 13 de março e a 30 de abril ainda daquele ano, aos olhos deslumbrados da sua tripulação, descortinou a baía de Guanapará ou Guanabara: maravilha que a Providência traçou neste contorno do mundo. Até agosto do precitado ano, refazendo forças e provendo necessidades, esteve Martim Afonso no Rio de Janeiro, partindo a 31 do dito mês para Cananéa, onde permaneceu mais de quarenta dias – sempre sob um sol encoberto. De volta do rio da Prata, entrou no porto de São Vicente, a 25 de janeiro de 1532, e aí, onde encontrou o celebre João Ramalho, Martim Afonso, pela amenidade do clima, o pitoresco da paragem e outras boas condições naturais, decidiu-se a estabelecer uma colônia, no que empregou todo o zelo e toda a atividade. Os poderes que trazia permitiram ainda mais a Martim Afonso tomar posse, em nome do rei de Portugal, das terras pelas quais fosse passando, levantando os padrões, e concedê-las por sesmarias a quem as quisesse, pudesse e soubesse aproveitá-las; dispor de modo geral sobre a administração, sobre a justiça e a prover, enfim, sobre todos os negócios da governança em terra e mar. Ao regressar à Europa, em 1535, o ilustre fundador de São Vicente já conhecia da divisão do Brasil em capitanias hereditárias.

Os acordos que resultaram das negociações diplomáticas entre Portugal e a França, sobre a navegação para o Brasil, muito pouca vantagem trouxeram aos interesses do comércio e da política colonial do reino português. Não perdendo de vistas o nosso país, a França, secretamente, continuou a dispensar proteção aos seus armadores, sempre em atividade comercial do pau-brasil e outras madeiras raras. O que a este propósito relatou Pero Lopes em Lisboa, apressou a divisão do Brasil em diferentes quinhões, doados àqueles que se mostrassem aptos a promover o cultivo das terras, o seu povoamento e segurança. Aos donatários, além do direito de juros e herdade, o rei garantiu-lhes o do título e mando das suas terras, e obrigados apenas a preito e homenagem à Coroa. Arremedos de feudalismo foi essa colonização, operada desastrosamente. Porque, se na verdade, para o povoamento do nosso pátrio solo, veio gente boa e honrada, também não é menos verdade a vinda de muita gente ruim, considerando-se o Brasil um couto e homizio onde ninguém seria perseguido, em virtude de crimes e de delitos anteriores.

Ao tempo dessa primeira divisão não havia ainda seguro conhecimento corográfico do Brasil, explorado apenas em uma estrita faixa do seu litoral, o que contribuiu, além de outras causas de ordem material e moral, para a imediata decadência das donatarias. No ano de 1548, Luiz de Góes,* em carta, apelou para o rei, dizendo: "... se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorrer estas capitanias e costa do Brasil, ainda que nós percamos as vidas e fazendas, Vossa Alteza perderá a terra." Não padece dúvida que dom João III, instituindo as capitanias hereditárias, procurou diligenciar em beneficio da extensa terra entregue pela fortuna a Portugal; mas, pelas razões já expendidas, provado está o desacerto dessa medida, prontamente, aliás, corrigida pelo solícito soberano. Estabeleceu-se, então, um governo de centralização administrativa e política que, em nome do rei, ministrasse a justiça e atendesse a todos os negócios do serviço real e ao bem das partes. Tomé de Souza, escolhido para primeiro governador geral do Brasil, pelas suas reconhecidas qualidades de administrador operoso e de homem enérgico e nobre, chegou à Bahia em 29 de março de 1549. A unidade de governo que se implantou no nosso país, em 1549, encontrou fortes obstáculos a vencer. Além da vastidão do desconhecido território, da

* Luiz de Góes da Silveira, irmão de Pero de Góes da Silveira, donatário este da capitania da Paraíba do Sul (N.A.)

diversidade do seu clima e da dos costumes da sua gente, houve, outrossim, a inobservância dos capitães e proprietários das antigas capitanias às ordens do poder central.

Tomé de Souza, fazendo o reconhecimento das terras das capitanias para colonizá-las e defendê-las contra as incursões de inimigos, usou métodos discricionários que acumularam dificuldades à governança do seu sucessor – Duarte da Costa. Esse segundo governador, na sua agitada administração, teve a luta com os índios sublevados contra os portugueses, as desavenças com o bispo e a invasão francesa, a que não pode opor resistência por falta de elementos. Mem de Sá, terceiro governador geral (1557/1573) reprimiu os desmandos, apaziguou o gentio, fundou povoados, e expulsando, em 1567, os franceses do Rio de Janeiro, assegurou a soberania de Portugal na terra carioca, onde deixou consolidada a obra da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cuja história é o objeto do nosso livro.

Indubitavelmente, ingente obra foi a da integridade do território brasileiro que nos legaram os nossos maiores, e mantê-la, mesmo a custo de sacrifícios, é trabalhar pela grandeza do Brasil. O notável historiador cônego Fernandes Pinheiro deu tal magnitude à unidade do Brasil, que a considerou obra de Deus e não dos homens. E se assim, de fato, parece ser, que neste século de graves perturbações morais, políticas e sociais, o delicado conceito daquele nosso ilustre patrício viva sempre como sentimento unânime dos brasileiros.

CAPÍTULO I

Conquista e Fundação do Rio de Janeiro

Baía de Guanabara

A frota portuguesa do comando de dom Manoel Nuno e pilotada por Américo Vespucci, que fazia o reconhecimento da costa dessa parte das Américas, descobriu, a 1º de janeiro de 1502, a baía de Guanapará ou Guanabara – seio do mar – a qual, devido a um erro cosmográfico, foi considerada um rio que recebeu o nome de Janeiro, pelo mês da descoberta. Alguns historiadores emprestam o sucesso a André Gonçalves e outros a Gonçalo Coelho. O visconde de Porto Seguro – Francisco Adolfo Varnhagen – quando alude a esse arrojado navegante – Gonçalo Coelho – diz: "... segundo revelações deduzidas de antigos portulanos, se recolhera nada menos que à baía do Rio de Janeiro e assentara em terra um arraial." Quando em viagem de inspeção à costa sul, Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, visitou a Guanabara e vendo-a ficou entusiasmado, e, em carta ao rei descreveu as magníficas condições naturais da nossa bela baía e lembrou o aproveitamento da terra, povoando-a de gente boa e honrada, porque nesta costa não há rio em que entrem franceses senão neste. Portugal se mostrou indiferente a essa sensata ponderação, deixando o Rio de Janeiro esquecido. Entretanto, os armadores franceses, nas contínuas entradas no nosso porto, conseguiram cativar a confiança dos indígenas e com eles começaram a comerciar o pau-brasil – ibirapitanga –, o gengibre, a hortelã-pimenta e outros produtos da nossa rica flora.

Estabelecimento de Villegaignon

As monarquias sucedâneas das baronias feudais procuraram dilatar os seus domínios com as guerras de conquistas, as aventuras coloniais e as alianças matrimoniais entre as casas reinantes. Durante um largo período, o destino da Europa esteve à mercê dessa política – que se prestou bastante aos planos de dois poderosos rivais: Carlos V da Espanha, ambicionando a soberania universal, e Francisco I da França, levantando-se contra aquele audacioso monarca. À essa rivalidade o mundo espiritual da época deu mais instigação, abrindo a luta religiosa. Lutero, frade dominicano da Alemanha, tornando público o seu protesto contra o papado e queimando em praça pública a bula da sua condenação, trouxe a Reforma, cisma religioso de graves conseqüências políticas. Circunstâncias decorrentes dos ditos fatos forçaram a França a abandonar as suas empresas de colonização, para melhor cuidar dos seus interesses na Europa. Não padece dúvida que, nas suas derrotas pelos mares da América, os corsários franceses fizeram-se os mais audazes freqüentadores das costas do Brasil, e que foram os primeiros noticiaristas do nosso país no Velho Mundo. Os seus razoados influíram bastante sobre os homens e empresas que buscavam aventuras, trazendo-os às nossas plagas. Sob tal influência, organizou-se a expedição de Nicolau Durand de Villegaignon. Quando esse notável marujo planeou a França Antártica, a sua pátria, sob o governo maquiavélico de Henrique II, joguete de mulheres e de partidos políticos, estava às portas da guerra civil, a que deram causa as perseguições religiosas das câmaras ardentes de Paris. Oportunidade teve, então, Villegaignon de levar avante o seu projeto de estabelecer no Rio de Janeiro uma colônia francesa, conseguindo, como conseguiu, o assentimento do almirante Gaspar de Coligny, juiz supremo dos negócios náuticos da França, grande amigo do rei e chefe dos huguenotes. Nessa ocasião, Coligny fazia empenho por conseguir um asilo seguro, fora da Europa, para os seus correligionários. Villegaignon soube aproveitar-se dessa circunstância para convencer o almirante e obter a sua proteção. Também, com habilidade, Villegaignon fez-se protegido dos católicos, garantindo-se, assim, contra qualquer eventualidade da luta religiosa que ameaçava a França. Afinal, com dois navios bem artilhados e municionados e carregando todos os aprestos à construção de um forte, formou-se a expedição que, a 12 de julho de 1555, deixou o porto do Havre rumo ao do Rio de Janeiro, onde ancorou a 10 de novembro do precitado ano. Feito o reconhecimento da baía, Villegaignon escolheu a pequena ilha de Serigipe – atual Villegaignon, para a sede do governo da colônia, em cujo arranjo e defesa ele demonstrou o propósito de obra duradoura, obra que, na verdade, causou entusiasmo, teceu esperanças e moveu o tráfego mercantil no porto do Rio de Janeiro.

Desbarato da Colônia

Villegaignon, sem meditar as conseqüências, pôs em ventura os amigos, os emigrados voluntários, os mercenários e os condenados que o acompanharam ao Rio de Janeiro, onde a toda essa gente o destino reservou uma existência bem diversa da que sonhara cheia de conforto e tranqüilidade, próspera e rica. Em menos de um ano, o clima e as privações amoleceram o ânimo; a continência e a severa disciplina criaram a rebeldia e por fim as desavenças religiosas. Embora ilustrado, Villegaignon não possuía qualidade de administrador e pensou vencer com a tirania, fazendo-se, assim, odiado. A fragilidade do seu caráter levou-o a fomentar a luta religiosa entre os colonos e procurou tirar vantagens dessa situação, declarando-se sincero calvinista, como havia sido fervoroso católico. Acabou, afinal, diz Gaffarel, odiado pelos protestantes e desprezado pelos católicos. Prevendo o malogrado e próximo fim da colônia, preferiu abandoná-la, embarcando para a Europa em 1558. A tática guerreira de Nicolau Durand de Villegaignon e a sua bravura impuseram sempre receios ao inimigo, para um ataque de ofensiva. A partida, portanto, do cavaleiro de Malta e vice-almirante de Bretanha, fez romper logo as hostilidades das forças portuguesas contra o estabelecimento francês, cujo governo ficara entregue a Bois le Comte, outro tirano que não teve o bom entendimento de aliar os elementos valiosos ainda existentes na Colônia e com os quais teria podido defender a sua segurança. A 15 de março de 1560, deram os portugueses o ataque decisivo que lhes trouxe a vitória, após dois dias e três noites de luta heróica. Assediados, sem água e sem munições, os franceses e os indígenas abandonaram a cidadela aos lusitanos. Logo a seguir, mandou Mem de Sá arrasá-la e que o mesmo se procedesse no continente, onde o fogo destruiu toda a próspera Colônia. Em carta a Catarina da Áustria, regente de Portugal, Mem de Sá, prestando contas do seu feito, lembrou à dita soberana o povoamento do Rio de Janeiro.

Estácio de Sá – Combate de Uruçumirim

Os franceses voltaram a ocupar o Rio de Janeiro, onde levantaram novas fortificações em Uruçumirim – depois praia do Flamengo, junto à aguada da Carioca e na ilha de Maracaiá – chefe indígena. Essa ilha é a atual Governador. Por toda a costa, desde o Espírito Santo até São Vicente, os franceses instigaram os indígenas contra os portugueses, cujas feitorias foram destruídas pelas legiões guerreiras dos índios tamoios. São Vicente escapou à destruição, porque a tempo de um armistício chegaram os jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta que negociaram a paz entre os beligerantes, firmada na aldeia de Iperoig onde aqueles religiosos tinham desembarcado, a 4 de maio de 1563, e foram hóspedes do cacique Caoquira. Entretanto, porque parecesse favorável a ocasião de povoar o Rio de Janeiro, senhoreando a terra com a completa expulsão dos franceses, Portugal mandou Estácio de Sá, por capitão de efeito, com duas naus de guerra, que chegaram à Bahia em 1563, onde o governador geral, vendo-se com tão hábil capitão e socorro, agregou a ele os navios da costa e alguma gente militar, aviou a frota com a maior presteza que pôde e a despediu no começo do ano de 1564. O regimento da expedição mandava que o capitão demandasse a barra do Rio de Janeiro e nela entrasse ao som de guerra, observasse as disposições do inimigo e, se contasse com a vitória, procurasse tirá-lo ao mar alto e aí rompesse com ele. Para diligenciar auxílios à empresa, veio da Bahia com Estácio de Sá o ouvidor Brás Fragoso, e no Espírito Santo embarcou o capitão provedor Belchior de Azevedo, e aliaram-se à frota, com as suas velozes canoas, os índios temiminós, sob a direção do seu valente cacique o famoso Araribóia. Em chegando à Guanabara, nos primeiros dias de fevereiro de 1564, a expedição conquistadora, logo à entrada da barra, fez a tomadia de uma nau francesa que carregava carne, pão e vinho e cuja tripulação se pôs em fuga para a terra. O profundo antagonismo das duas raças não podia permitir entre o branco europeu e os livres filhos da América uma paz duradoura e esse foi o principal, se não único, embaraço à conservação do tratado de Iperoig, que Estácio de Sá já encontrou rompido ao chegar ao Rio de Janeiro, onde os seus batéis foram recebidos a flechas pelos tamoios. Em tais circunstâncias, mandando o regimento da expedição todo o zelo pela paz com o gentio e a audiência do padre Nóbrega nas ocasiões difíceis, resolveu Estácio de Sá pedir a presença do notável jesuíta no Rio

de Janeiro, mandando ligeira embarcação para conduzi-lo. Em expectativa de mais de trinta dias esteve a expedição, fazendo-se de vela, afinal, em demanda de São Vicente. Porém, os ventos desfavoráveis fizeram-na retroceder ao Rio de Janeiro, onde veio encontrar os jesuítas Nóbrega e Anchieta, chegados à meia noite da sexta feira santa de 31 de março de 1564.* No dia seguinte à volta da expedição, Domingo da Páscoa, após a missa solene na ilha de Villegaignon, combinaram os jesuítas com o capitão-mor a partida da expedição para São Vicente em busca de reforços. Pela segunda vez, diz Varnhagen, a capitania de São Vicente se prestava, mais do que lhe permitiam as suas forças, para o Brasil não ser dilacerado. Armaram-se todas as canoas prestáveis, juntou-se o mantimento para o sustento durante três meses e reuniu-se quanta gente pudesse combater. A expedição, reforçada, ficou composta de seis naus grandes, de várias embarcações pequenas e de muitas canoas de índios temiminós. Segundo o padre Anchieta a nau capitânia saiu na dianteira, zarpando do porto a 22 de janeiro de 1565, para chegar no mesmo dia à ilha de São Sebastião, onde aguardou a chegada da frota, que dias depois começou a navegar rumo ao Rio de Janeiro, em cujo porto, à entrada e com o cansaço e o constrangimento de todos, escreve o mesmo Anchieta, teve que esperar a capitânia, só aparecida a 28 de fevereiro, vinda da ilha Grande, onde, desarvorada, fora arribar. No dia seguinte, 1º de março de 1565, ordenou Estácio de Sá o desembarque – que se fez tomando terra junto a um penedo altíssimo e outra penedia que por outro lado cercava, com que ficava em parte defendido, e, nesse lugar de abrigado porto e matas ao redor, Estácio de Sá lançou os fundamentos da cidade a que chamou de São Sebastião do Rio de Janeiro, honrando ao rei de Portugal – dom Sebastião. Varnhagen, com o qual estamos de acordo, tem o dito local como sendo a praia Vermelha e o berço da cidade do Rio de Janeiro.** Entretanto, uma corrente contrária, cuja opinião está oficialmente aceita, põe o berço da cidade entre o morro de São João – antigo Cara de Cão – e o do Pão de Açúcar. E assim é que nesse lugar, a 20 de janeiro de 1916, levantou-se um padrão comemorativo. Há na história do Rio de Janeiro enganos oriundos de uma visão superficial dos acontecimentos e pelo pouco interesse que ainda despertam as pesquisas históricas. O local da fundação da cidade do Rio de Janeiro se nos afigura um desses enganos. A chamada várzea de São João era estreita faixa de terra entre dois mares encrespados e sem porto abrigado, por conseguinte, não permitindo segura ancoragem e nem fácil desembarque. Como tática de guerra, inconcebível também, porque estaria a expedição por alvo do inimigo. Tampouco o interesse econômico, político e social poderia ter levado Estácio de Sá a desembarcar no istmo do Cara de Cão. Consideremos agora sobre a praia Vermelha. Em voltando de São Vicente, Estácio de Sá[(2)] ancorou a sua frota no porto de Martim Afonso, já bem conhecido dos navegantes pelo abrigo que oferecia, e desembarcou na praia de areias avermelhadas, entre um penedo altíssimo – o Pão de Açúcar – e outra penedia – que são penedos juntos pejando o lugar: Urca, Babilônia, Pasmado e São João Batista. Todos esses morros, cobertos e rodeados de mata, foram o baluarte natural que Estácio de Sá encontrou para guardar-se durante dois anos fora das vistas do inimigo, acampado no Uruçumirim – praia do Flamengo. Por detrás dessa forte cortina o primeiro capitão-mor do Rio de Janeiro pôs o berço da Sebastianópolis e pôde, sem perigo, balizar a terra que pisara e que os seus foram penetrando, abrindo caminhos até o Socopenapã, no oceano bravo. E desses caminhos são vestígios as ruas General Severiano – primitivamente, caminho da Azinhaga, Passagem, Mariana, General Polidoro e Real Grandeza e as ladeiras do Leme e do Barroso. O porto de Martim Afonso, assim conhecido desde 1531, quando aí ancorou a frota da expedição colonizadora, chefiada por Martim Afonso de Souza – o sábio e prudente, no dizer de Luiz de Camões, era muito movimentado, fazendo-se por ele, em larga escala, um comércio clandestino de madeira e especiarias. Ainda no século XIX, na praia Vermelha, no lugar do porto, era feito o contrabando de bebidas.*** Depois da derrubada da mata, os expedicionários da frota de Estácio de Sá acharam água de lagoa, mas tão grossa e nociva, escreve o erudito Simão de Vasconcelos, “que recearam causasse doenças aos soldados.” José Alonso e Pedro Martins Namorado tomaram a sua conta fazer uma cacimba da qual beberam boa água doce. As águas perenes das montanhas formavam as encharcadas ou lagoas por toda a planície de Botafogo. Forte tranqueira foi levantada pela gente da expedição, construídas cabanas à maneira selvagem; levantada a capela do padroeiro, e até um raio de seis léguas para cada lado, marcado foi o termo da cidade – que recebeu por armas um molho de flechas. Estácio de Sá nomeou as autoridades e concedeu muitas terras aos principais e aptos da expedição, e nas quais logo começaram as plantações. Enfim, na administração

* Anais da Biblioteca Nacional, 02/1877 (N.A.)

** Os documentos da época, principalmente a narrativa do padre José de Anchieta, afirmam que a frota entrou na baía de Guanabara e que a cidade foi fundada no sopé do morro Cara de Cão. (N.C.)

*** Vide neste livro o capitulo sobre o bairro de Botafogo. (N.A.)

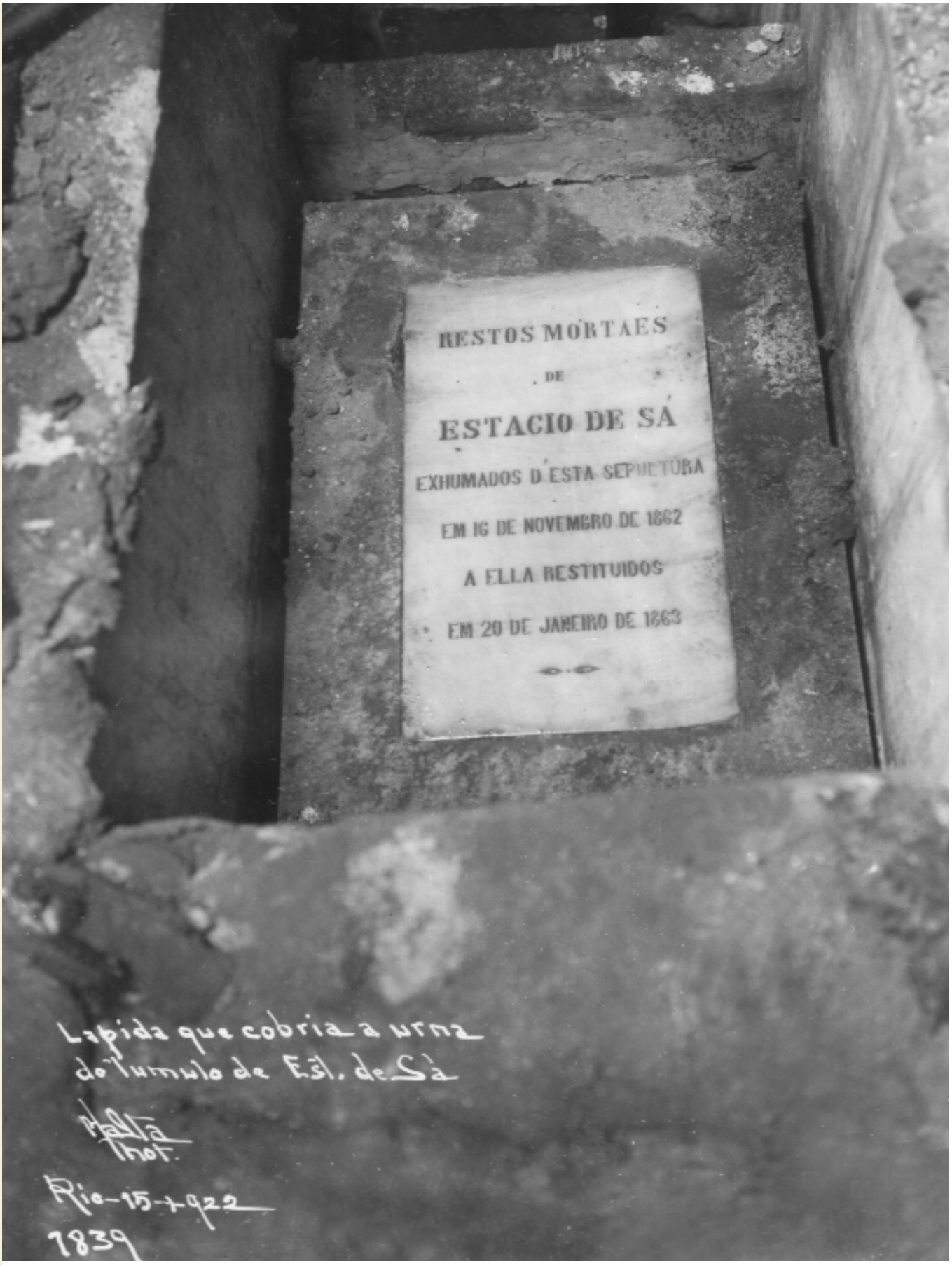
civil, na justiça, nos costumes e em tudo que praticou, o capitão-mor procurou dispor de modo a garantir a estabilidade da colônia, onde se manteve por dois anos em defensiva, até que, em chegando Mem de Sá, a 18 de janeiro de 1567, com muita tropa, pôde enfrentar o inimigo em Uruçumirim, onde se travou o decisivo e terrível combate de 20 de janeiro de 1567 – dia de São Sebastião, padroeiro da cidade. Vitoriosos foram os portugueses, depois de mortífera peleja que fez tremer a terra na contingência de quem havia de possuí-la.* No Instrumento dos seus serviços, a propósito da tomada da ilha de Maracaiá – Governador, atualmente –, Mem de Sá diz o seguinte: "Daí a poucos dias mandei dar em outra fortaleza do Paranapocu, onde havia mais de mil homens de guerra e muita artilharia e três dias a combateram continuamente, até que entraram com muito trabalho e maior riscos e mortes de alguns brancos e depois de se defenderem esforçadamente se renderam e foram todos cativos, e estando prestes para ir a outra fortaleza mais forte em que estavam muitos franceses, não ousaram esperar e deixaram a fortaleza, a qual tinha três cercas fortíssimas, muitos baluartes e casas-fortes, e logo me vieram pedir pazes e lhas outorguei, sob ficarem vassalos de sua alteza."

Sobre a conquista do Rio de Janeiro pelas forças portuguesas, em 1567, escreve Roberto Southey: "Jamais guerra em que tão pequenos esforços se fizessem e tão poucas forças se empregassem de parte a parte foi tão fértil de importantes conseqüências. A Corte de França andava por demais ocupada em queimar e trucidar huguenotes para poder pensar no Brasil; e Coligny vendo abortar os seus projetos pela vil tradição de Villegaignon, já não atendia a Colônia. O dia de emigrar já era passado e os que deviam colonizar o Rio de Janeiro, empunhavam armas contra um inimigo sanguinário e implacável na defensão de quanto é caro ao homem. Portugal estava tão desatento como a França. A morte de dom João III fora para o Brasil irremediável perda; porquanto, posto que a rainha regente algum tempo seguisse as pegadas do finado monarca, era com menos zelo e diminuído poder; e quando se viu forçada a resignar a administração nas mãos do cardeal dom Henrique, revelou este a mesma falta total de resolução e atividade que mais tarde manifestou no seu curto e triste reinado. Tivesse sido Mem de Sá menos enérgico no cumprimento dos seus deveres, ou Nóbrega menos hábil e menos incansável, e esta cidade, que é hoje a capital do Brasil, seria francesa agora."

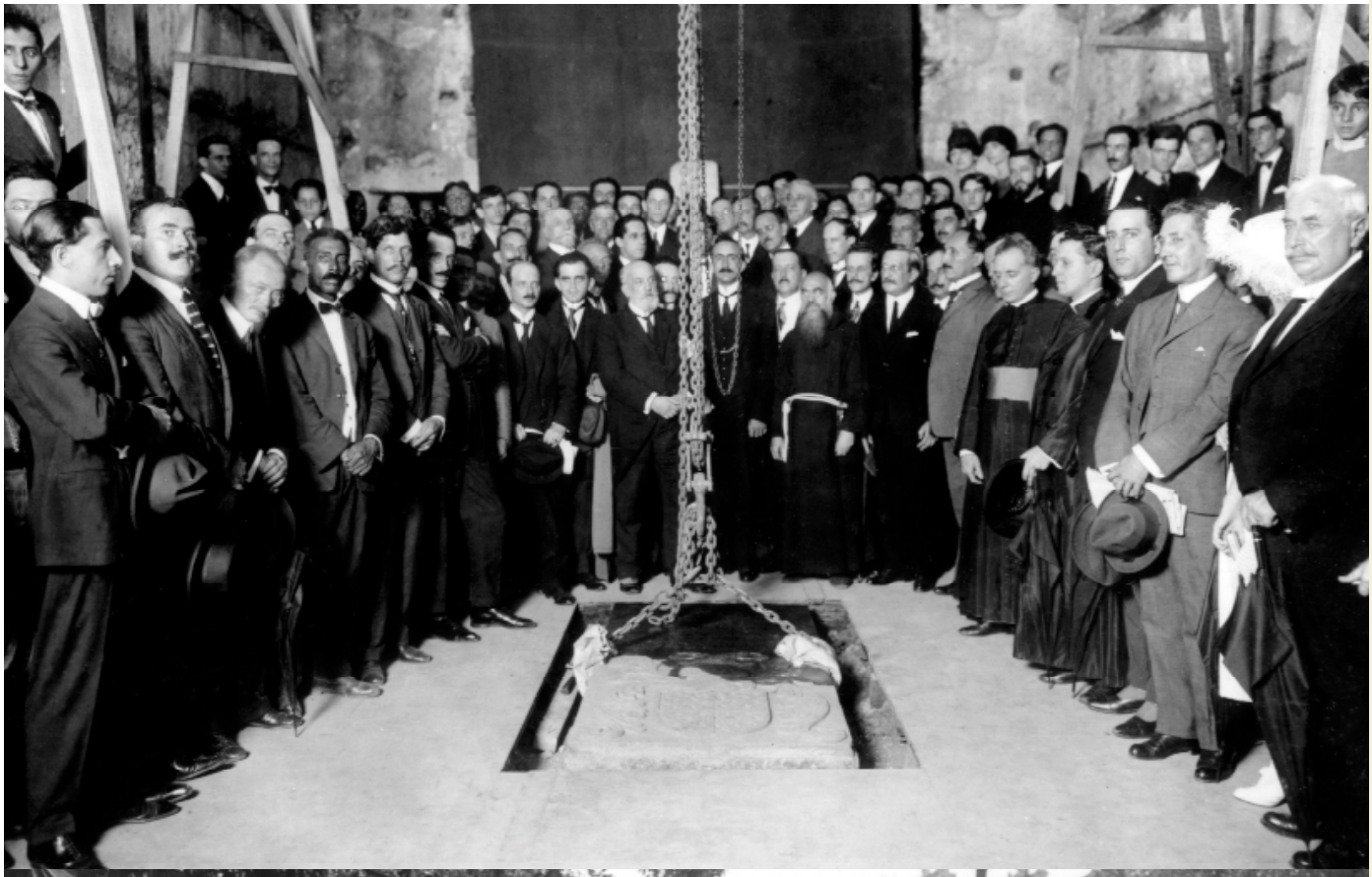
Antigos dominadores de quase toda a costa, desde a Bahia até São Vicente, os tamoios não quiseram permanecer na terra em que foram vencidos, e penetrando o sertão em direção ao norte, diz Joaquim Norberto, seguiram as mesmas veredas por onde tinham trilhado os seus antepassados, e nessa triste retirada deixaram-se guiar pelos tobixáras, que seguiam os pajés ao sussurro misterioso do maracá. Em conseqüência dos ferimentos que recebera no combate de Uruçumirim, Estácio de Sá veio a falecer um mês depois, em 20 de fevereiro de 1567, sendo o seu corpo sepultado no próprio aldeamento – a que muito mais tarde se denominou Vila Velha,[2] e daí levado para o morro do Castelo. Agora, arrasada a tradicional colina, os restos mortais do fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro descansam em condigno jazigo na suntuosa basílica de São Sebastião, à rua Hadock Lobo. Terminada a luta e assegurado o domínio português sobre a terra carioca, Mem de Sá transferiu o solar primitivo da cidade para outro local mais conveniente à beira mar, olhando o oriente e onde havia um outeiro coberto de espessa mata que a custo e trabalho se derrubou. No alto desse monte, chamado do Descanso, a princípio, e depois do Castelo, levantou-se a cidadela bem cercada e fortificada. Construíram-se a igreja, a casa dos jesuítas, a Casa do Conselho ou Câmara, sobradada, telhada e grande, a cadeia, os armazéns da Fazenda Real, com varandas, e as casas de morada particulares. Depois dessas e outras providências, Mem de Sá voltou à Bahia. Indiscutivelmente, a ação militar de Mem de Sá e os atos que praticou, com a autoridade de governador geral do Brasil, deram-lhe certa projeção nos acontecimentos da fundação da cidade do Rio de Janeiro – mas nunca o título de fundador. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro veio a ser a capital da capitania deste mesmo nome, capitania que abrangeu extenso território entre as capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo ao norte, e a de São Vicente, ao sul.

---

* Rocha Pitta, *História da América Portuguesa*. (N.A.)



Augusto Malta, 15/1/1922. Lápide que cobria a urna do túmulo de Estácio de Sá.



Augusto Malta, 15/1/1922. Abertura do túmulo de Estácio de Sá.
Augusto Malta, 20/1/1922. Traslados dos restos mortais de Estácio de Sá – prefeito Carlos Sampaio e autoridades à frente do préstito.

CAPÍTULO II

Sesmarias

Na fase da formação social dos agrupamentos humanos, quando o homem passou de pastor a agricultor, vamos encontrar a origem da sesmaria, palavra que aceitamos como corruptela de semear. Todavia, muitos a consideram oriunda de sesma, a sexta parte, porque na sua origem as sesmarias pagavam de pensão a sexta parte dos frutos da terra. Nas organizações econômicas dos mais antigos povos, como incentivo ao trabalho do campo, as terras de sesmaria só eram doadas aos capazes de cultivá-las. Em Portugal, na forma das Ordenações Afonsinas (Liv. 4 – tít. 43), as sesmarias não tinham outra finalidade senão a da cultura dos campos, abandonados pelas aventuras das guerras. Dom Afonso II (1211/1223) mostrou-se sábio ao resolver a grave crise do seu reino, quando atraiu o homem, novamente, ao trabalho agrícola, doando-lhe terras de sesmaria. Primitivamente, só ao rei competia nomear os sesmeiros. No decorrer dos anos esta competência foi sendo atribuída aos Conselhos, de forma que aos poucos o Estado passou a intervir nos negócios concernentes às sesmarias até chegar a uma intervenção absoluta. Desde então, ficaram sujeitas à inspeção dos almoxarifes e criaram-se ônus aos donatários além do direito reservado ao rei de exercer o domínio iminente em benefício da comodidade e da utilidade públicas. No Brasil, terras de sesmaria foram dadas pelos donatários das capitanias, esquecidos, porém, já estavam os seus princípios fundamentais e daí a pouca ou nenhuma vantagem trazida ao desenvolvimento das donatarias. Com o governadores, que foram pródigos concedendo terras, o pouco que se providenciou teve caráter administrativo-judiciário, apenas. Muito tarde, no Brasil, procurou-se corrigir os erros e regulamentar com acerto sobre as sesmarias, e só em 1795, pelo alvará de 5 de outubro, estabeleceu-se um novo regimento. Por fim, com o abandono das terras, que foram sendo desmembradas e povoadas, extinguiram-se naturalmente as antigas sesmarias. Os atos administrativos praticados, considerando-as extintas, fundamentaram-se na Ordem Régia de 16 de março de 1662, e firmados, portanto, na ordenação supressiva, revogável e intransferível por determinado período. Além disto, o título da sesmaria obrigava o aproveitamento das terras pela cultura, e queria nas mesmas a residência dos concessionários – o que muito pouco aconteceu no Brasil.

Terras do Rio de Janeiro

Extenso território, entre as capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo, ao norte, e a de São Vicente, ao sul, compreendeu a capitania do Rio de Janeiro, e nesse território, em cerca de mil quilômetros quadrados, da donataria de Martim Afonso de Souza, está assente a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cuja fundação, em 1565, por Estácio de Sá, em nome do rei de Portugal, obedeceu na ordem política e econômica ao processo histórico das cidades portuguesas.

À margem ocidental da baía de Guanabara espraiou-se a cidade do Rio de Janeiro, guarnecida de montanhas, umas distanciadas e outras próximas, num conjunto alcantilado e encantador. A planície onde repousa, no seu aspecto primitivo, apresentava acidentes curiosos, com os extensos mangues, as grandes e pequenas lagoas de águas doces e salgadas, marnéis e terras enxutas cobertas de mata espessa. O litoral de recôncavos pitorescos e belas praias.

As terras doadas à Câmara, em 16 de julho de 1565 e 18 de agosto de 1567, constituíram os bens próprios do seu patrimônio e os bens do uso comum, regendo-se pelas regras (título 46, Livro 1º) da Ordenação Manoelina. Das duas citadas doações deriva-se o direito da municipalidade ao senhorio direto a uma grande parte do chão da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. É certo, porém, que nesse mesmo chão se fez sentir o domínio particular, por ocupação intrusa. Esse fato chegou a causar clamor público e levou o Senado da Câmara a tomar enérgicas providências contra os intrusos, muitos dos quais se decidiram a legalizar a situação. Também, ainda é certo a ausência até hoje de um estudo completo, consciencioso e perfeitamente documentado, que prove a legitimidade do domínio particular no Rio de Janeiro.* No Parcelamento Cadastral da Prefeitura, de 1914, está dito que é impossível conhecer, positivamente, do domínio direto exercido por instituições, notadamente as religiosas, pela ausência de fontes documentárias que mereçam fé. Não se deve ocultar, outrossim, que as contestações aos direitos dominicais da municipalidade fizeram-se sentir mais constantes e fortes depois do incêndio do Arquivo do Senado da Câmara, a 20 de julho de 1790, e que os contestantes eram poderosos e ricos,

* Parece-me que Restier Gonçalves desconhecia dois importantes trabalhos que tratam dessa questão das sesmarias e terras públicas: a) “Tombo das terras municipais”, do vereador Roberto Hadock Lobo, publicada em 1860; b) “A cidade do Rio de Janeiro e seu termo: ensaio urbanológico”, do engenheiro João da Costa Ferreira, publicado em 1933. (N.C.)

havendo para eles prontos recursos de sofismada jurisprudência, levantada pela advocacia ladina da época.

Quanto à validade das duas precitadas sesmarias não deve padecer dúvida, à vista da interpretação histórica. São concessões legítimas que guardam a mesma origem enfitêutica. A sesmaria concedida por Estácio de Sá traz a data de 16 de julho de 1565 e compreende uma légua e meia de terra, "a começar da casa de pedra ao longo da baía até onde se acabar, e para o sertão o mesmo e que virá sair à costa do mar brabo e Gávea..." "No dia 24 do mesmo mês e ano, junto à foz do rio Carioca, a Câmara foi emitida na posse pública e solene dessa doação, na pessoa do seu procurador João Prosse."* No ano de 1567, Mem de Sá confirmou e ampliou a sesmaria estaciana, alterando-lhe, porém, o rumo, a fim de favorecer os primeiros povoadores do Rio de Janeiro, colocando-os fora dos limites das terras da municipalidade e livres, portanto, do pagamento de foros.

Porfiada luta, a da Câmara do Rio de Janeiro, pela posse das suas sesmarias. Não só com os jesuítas, vencedores no pleito que levantaram contra o rumo da sesmaria municipal, e também com particulares intrusos. Afinal, sobre decidir-se em definitivo a respeito da demarcação das suas sesmarias e do tombamento de todos os seus bens, a Câmara mandou um procurador a Lisboa, em 1642. Diligentemente operando, esse emissário conseguiu do rei dom João IV a carta régia, de 7 de janeiro de 1643, que ordenou a demarcação e tombo das terras e demais bens da Câmara. Mas, os embaraços surgidos, principalmente aqueles trazidos pelos jesuítas, obstaram a execução do mandado régio. Tentou cumpri-lo o ouvidor da Comarca, Manoel Dias Raposo, em 1667, expedindo atos enérgicos defensores da ordem social, do direito e da lei. Porém, da campanha inglória movida pelos jesuítas, resultou-lhe terrível perseguição, confiscação de bens e encarceramento. Mais tarde, outras diligências junto ao governo de Portugal motivaram a Provisão Régia de 14 de abril de 1712 – que mandou se medissem as terras da Câmara. Somente, quarenta e um anos depois, em 1753, deu-se começo à medição, que durou cerca de um ano. Concluída, seguiu-se logo o processo do seu julgamento e respectiva sentença a 20 de fevereiro de 1755. Os limites dessa sesmaria, de acordo com a dita medição, ficaram marcados da maneira seguinte:

Testada de Frente – Um rumo direto partindo da praia do Flamengo e alcançando o morro da Conceição, no local da antiga fortaleza então ali existente, com pontos de referência na igreja de Santa Efigênia, à rua da Alfândega. Outro rumo direito partindo também da praia do Flamengo e até alcançar o outeiro de Nossa Senhora de Copacabana, com referências nos morros da Viúva e da Babilônia.

Testada de Fundos – Seguiu-se a linha por diferentes rumos: do morro da Conceição à rua da Harmonia e daí à ilha dos Melões – desaparecida com os aterros sobre o mar – na praia dos Lázaros, em São Cristóvão. Da dita ilha, voltando, veio costeando o morro de São Diogo até alcançar a embocadura do rio Catumbi, e atravessando o mangue seguiu até a nascente do dito rio, na chácara da família Navarro de Andrade, e, finalmente, da nascente à pedra do Bispo, na chácara de Bernardo Joaquim de Souza.

Sesmaria de Sobejos

Em 1667, a Câmara verificando que entre o rumo da testada da sua sesmaria e o mar existiam terrenos devolutos e livres de foro, conseguiu do governador da capitania, Dom Pedro Mascarenhas, a concessão desses terrenos, por Provisão de 26 de maio do precitado ano de 1667. Essa concessão, conhecida por sesmaria de sobejos, compreendeu uma extensa área extramuros da cidade entre a Carioca e o outeiro da Conceição. Alagadiça bastante, foi sendo aterrada e retalhada para a formação de rossios e construção da casaria. A sua frente era na travessa da Vala Grande – atual rua Uruguaiana, e o fundo, bem irregular, estendia-se pouco além da rua da Conceição. Impropriamente, nessa sesmaria, procura-se incluir a parte da cidade antiga, entre a rua Uruguaiana e a Primeiro de Março. Nunca demarcada, a sesmaria de sobejos tornou-se litigiosa, não tendo o alvará régio de 10 de abril de 1821, em absoluto, modificado esta situação. Aqueles que a contestam trazem sempre os argumentos seguintes: a) continuidade ou não da área da sesmaria; b) legitimidade da ocupação dessa área por particulares anteriormente à concessão; c) situação real dos chamados sobejos ao ser concedida a sesmaria, em maio

* Título de Concessão de Sesmaria, 1565, Arquivo Municipal. (N.A.)

de 1667; d) extensão e localização dos sobejos, desde que não se considere não contínua a área da sesmaria. Com respeito a esses pontos, o estado histórico da sesmaria de sobejos, seguramente averiguado, obriga a reconhecer que, em 1567, Mem de Sá, confirmando e ampliando a sesmaria de 1565, alterou o seu rumo no propósito de favorecer os primeiros povoadores do Rio de Janeiro, colocando-os fora dos limites dos domínios da Câmara e portanto livres de foro. Foi um incentivo ao povoamento da incipiente cidade. Que o segundo capitão-mor, Salvador Corrêa de Sá, por sua vez, deu elasticidade aos favores do seu tio Mem de Sá, permitindo o direito de edificação sem outro ônus do que o livre arbítrio de cada um. Que em 1667 a Câmara deixou claro reconhecer a existência, fora dos limites da sua sesmaria, de terras livres já ocupadas, com sobejos ou encravados e os quais lhe foram então concedidos. Que a ocupação dessas terras alodiais se fizera por efeito de concessões dos primeiros governadores – ou mesmo sem qualquer título, vindo os ocupantes a gozar do direito do *primi capientis*. Nesse mesmo campo histórico ainda temos a carta da Câmara ao rei de Portugal, em 10 de agosto de 1730, pela qual se vê que entre as atuais ruas Primeiro de Março e Uruguaiana bem poucos os terrenos sobre os quais a Câmara podia exercer o senhorio direto. O já citado alvará de 10 de abril de 1821 garantiu aos posseiros de terrenos na data da sua expedição todos os direitos antigos, e é em virtude desse alvará que a municipalidade não tem outros direitos na sesmaria de sobejos, senão aqueles que lhe foram conservados e designados pelo dito alvará. Assim sendo, pouco acertado, nada prático e nem mesmo jurídico, modifica-se a situação que usufruem desde séculos, por seus antecessores, os atuais proprietários.

CAPÍTULO III

Marinhas

Marinha é o lugar da praia onde a água se junta, cristalizando-se em sal – segundo a antiga definição do notável filólogo frei Domingos Vieira. Entre os direitos reais figuravam as rendas das marinhas de sal que os antigos reis, por usança de longo tempo, acostumavam de haver e levar.* Modernamente, marinhas são as terras banhadas pelo mar ou pelos rios navegáveis na respectiva foz e à distância de 33m do ponto a que atinge o preamar médio.** O Estado despreocupou-se muito do seu domínio sobre as marinhas e somente no século XVIII, pelas aperturas do Erário Real, começou a cuidar com interesse dessa fonte de renda, dispondo medidas que melhor assegurassem os direitos da Coroa sobre esse patrimônio e que tornassem eficaz a arrecadação dos rendimentos por ele produzido. Por ser contrário à economia do Estado, à reserva e à monopolização dessas marinhas pela Coroa, na forma do disposto pelo Foral do Reino de Portugal, o governo português veio a resolver, afinal, a supressão da regalia, e a concessão das marinhas, por emprazamento e aforamento, às pessoas abonadas que as aproveitassem devidamente. É assim que o alvará de 17 de julho de 1769 dispôs com respeito aos salgados e sapais de Távora, no reino do Algarve. No Rio de Janeiro, dizia-se marinha da cidade todo o litoral desde Santa Luzia até São Bento. Uma valiosa parte dessa marinha, que corresponde à quadra entre as ruas Primeiro de Março, Rosário, Mercado e travessa do Tinoco, a Câmara aforou a Salvador Corrêa de Sá e Benavides,*** o qual levantou, aí, a Casa da Balança para a pesagem, depósito e embarque das caixas de açúcar (1637/1643). Mais tarde, serviu de trapiche da cidade onde, em 1710, se refugiou Duclerc, chefe da primeira invasão francesa no Rio de Janeiro.

Quando os holandeses, em 1614, invadiram o norte do Brasil, o governo do Rio de Janeiro, acautelando-se, reforçou a defesa da Guanabara e projetou, então, uma fortaleza sobre uma lage à sua entrada. Para o custeio dessa obra – fortaleza da Lage – recorreu-se ao povo por subscrições, e fez-se a venda dos terrenos da marinha da cidade, ainda devolutos e na forma do deliberado em vereança da Câmara, de 26 de novembro de 1646.

Pela ocupação dessa citada marinha já questionavam a Câmara e a Fazenda Real, no fim do século XVII. O governo da Metrópole, para o qual recorriam os questionantes, mandava dissesse o governador, com segurança, sobre o que pensasse do assunto.**** Em 1726, como se esperava, pela sua animosidade contra os vereadores, o governador, respondendo ao rei, sobre se entre o mar e as novas edificações deveriam mediar marinhas e que quantidade, disse o seguinte: "... que o Senado da Câmara, aforando para a parte do mar, não declarou a medição certa do chãos que aforava, e somente determinou a largura e o fundo que ocupavam da rua Direita até o mar, aonde chegando os primeiros e parando neles as areias, se originava nova praia, na qual foram os foreiros acrescentando os edifícios, e dizem que com este título lhes pertence tudo quanto largou o mar." Em reposta, a Ordem Régia de 10 de dezembro de 1726 proibiu, sob rigorosas penalidades, a ocupação das praias até o Valongo. Mas, a despeito de tal ordem, o Senado da Câmara continuou aforando terrenos de marinhas. Em novembro de 1790, foram sustados esses aforamentos, por força de um aviso do vice-rei conde de Rezende, datado de 3 dos precitados mês e ano. O Senado da Câmara levou recurso ao Tribunal do Conselho Ultramarino, o qual, ouvindo a Relação do Rio de Janeiro, confirmou a decisão do vice-rei, por serem as marinhas da inspeção da Provedoria Real. Ao Senado da Câmara, porém, a decisão do Tribunal garantiu a recepção dos respectivos foros e laudêmios. Posteriormente, a velha questão sobre o que deveriam ser marinhas, foi como que dirimida pelos avisos de 18 de novembro de 1818, de 29 de abril de 1826, de 19 de julho de 1827 e de 20 de outubro de 1832, os quais definiram marinhas o espaço de terra compreendido em 15 braças entre a terra firme e o bater do mar em marés vivas. Com respeito a terrenos de marinhas sem títulos e já ocupados por edificações, mandou o aviso de 29 de março de 1830 que se processe contra os proprietários dessas edificações, obrigando-os ao cumprimento das disposições dos artigos 42 e 43 da lei de 1º de outubro. Essas questões sobre a posse e o uso das marinhas e sobre a sua administração pelas municipalidades, determinaram o que prescreve o art. 51 § 14, cap. IV, da lei de 15 de novembro de 1831, origem da legislação em vigor sobre as nossas marinhas. A lei de 1831 entregou às Câmaras Municipais do Império os terrenos de marinhas reclamados para logradouros públicos, e também deu poderes ao ministro da Fazenda, na Corte, e os presidentes dos Conselhos, nas províncias, para julgar das concessões e aforar a particulares aqueles de tais terrenos que julgassem convenientes e segundo o maior interesse da Fazenda Pública. Somente a 14 de novembro de 1832 foram conhecidas as instruções referentes à lei de 1831.

---

* Ordenações – Livros I, II e IV – Tomos 1, 26 e 62. (N.A.).

** Aviso de n. 373, de 12 de julho de 1833. (N.A.)

*** Na maioria dos textos aparece como Benevides. (N.E.)

**** Ordens Régias, de 21 de outubro de 1710 e 7 de maio de 1725. (N.A.)

No município da Corte a medição das marinhas destinadas à utilidade pública ficou a cargo da Inspetoria de Obras do Império, havendo porém o entendimento direto entre a Ilustríssima Câmara e o Ministério da Fazenda, na forma prevista pela portaria de 29 de dezembro de 1831. Ainda em outubro de 1832, reclamava a Ilustríssima Câmara do Governo Geral a entrega dos terrenos que pedira no interesse público. Questões surgiram, criando-se um cipoal de opiniões e doutrinas que dificultaram a posse desses terrenos e dos encravados pela municipalidade.

Segundo a deliberação da Ilustríssima Câmara, de 9 de maio de 1832, e na forma do parecer da respectiva comissão, da qual foi relator o vereador Joaquim José Pereira de Faro, futuro primeiro barão do Rio Bonito, as chamadas reservas de marinhas destinadas à servidão pública compreendiam áreas extensas no litoral da cidade. É assim que foram reservadas, na praia dos Mineiros, 612,5 braças quadradas entre o edifício do Consulado – Alfândega – à direita, e o Arsenal de Marinha, à esquerda, confrontando pela frente com as casas situadas entre as ruas das Violas – depois Teófilo Otoni, e dos Pescadores – atual Visconde de Inhaúma. Na praia do Peixe – rua do Mercado dos nossos dias – 1.260 braças quadradas, das quais se aproveitaram como logradouro público apenas 787,5 braças, entre a rua do Ouvidor e o largo do Paço – agora, praça Quinze de Novembro, junto ao tanque bebedouro de animais que ficava entre o terreno da Irmandade da Cruz dos Militares, à esquerda, e aquele dito largo à direita, e com frente às bancas do peixe. Na Prainha, 345 palmos, desde o trapiche do Sal, da Fazenda Nacional, até o

Augusto Malta, 1904 – Praia de Botafogo (obras de alargamento e construção de um dique para contenção das marés na parte sul da praia). Obras de melhoramentos na praia de Botafogo, com a avenida Beira-mar, antes de seu ajardinamento, notando-se as belas residências que deram fama ao bairro; à direita, o campanário da igreja Imaculada Conceição, inaugurada em 1892, serve como ponto de referência.

pertencente a Francisco Antônio de Oliveira Bastos, e mais 225 palmos pelo lado da Forca, desde a casa de Antônio Fernandes Pereira até o trapiche do referido Bastos. Esse terreno de 225 palmos era ocupado pelas barracas dos armadores de barcos de pesca do comércio de costa – cabotagem. Ele não estava compreendido pelo plano, já aprovado pelo governo, para a formação de um rossio e mercado na Prainha, em frente aos antigos quartéis da Polícia. Pela sua localização era o ponto que se oferecia mais próprio para o ancoradouro dos barcos provindos de Iguaçu e Pavuna com carregamento de café e também dos que provinham de outros mais portos do Recôncavo, trazendo os gêneros necessários à avultada população da cidade. Ainda reservas de Marinhas eram no Valongo – atual rua Camerino, 250 palmos para aumentar a largura da rampa, porque crescia dia a dia o número das embarcações que ali aportavam com mantimentos, frutas, madeiras, cal e tijolo. Também no litoral oeste da baía existiram reservas, cerca de 102 braças de extensão, com diferentes larguras. Há na documentação dos reservados de marinhas particularidades curiosas que interessam, e bastante, à história do Rio de Janeiro, quanto à transformação material da cidade e notadamente em relação ao aspecto físico do seu primitivo litoral. Sensíveis foram as transformações operadas pela natureza e pela mão do homem. As aluviões marinhas que se formaram pela costa dizem bastante do que foi o recuo do mar num período de pouco mais de século. É certo, pois, que a maior parte do solo da cidade, na antiga faixa litorânea, desde Botafogo até o Caju, não tem outra origem. Por força da lei de 3 de outubro de 1834, a municipalidade tornou-se usufrutuária dos rendimentos dos foros de marinha, na compreensão do seu município, inclusive os do mangue vizinho à Cidade Nova. As leis recentes sobre a organização municipal do Distrito Federal tiraram essas vantagens. As questões de posse intrusa de marinhas e as sobre o comisso foram muitas e complicadas, formando um aglomerado de opiniões e pareceres, divergências curiosas e diferentes decisões – embora idênticos os casos julgados. Ninguém melhor do que Luiz Antônio Navarro de Andrade, como profundo conhecedor do assunto, pelo que relatou na qualidade de diretor do Patrimônio Municipal, para confirmar o que escrevemos. Interessantes os comentários, infelizmente esparsos, acerca das Instruções do Ministério da Fazenda, de 28 de dezembro de 1889. Essas Instruções e todas que se seguiram até o ano de 1900, foram revogadas pela lei 741, de 26 de dezembro de 1900, que reconheceu o direito do Distrito Federal aos favores da lei 3.348, de 20 de outubro de 1887, em toda a sua plenitude. Finalmente, de tudo que se praticou em relação às marinhas, acrescidos e mangues, resultou o regime híbrido a que foram subordinados esses terrenos no município do Rio de Janeiro, aliás, sem motivo plausível. A municipalidade da capital do Brasil, conseqüentemente, podia aforá-los, mas sempre na dependência da autorização do governo geral; usufruía, na verdade, os seus foros e laudêmios, sem ter, porém, sobre esses terrenos o direito de opção e prelação.

CAPÍTULO IV

Botafogo

Os primeiros povoadores do Rio de Janeiro, em face dos acidentes do solo que conquistavam, assaz desconhecido para eles, foram se localizando onde mais prontos se mostrassem os meios de vida e de segurança. Assim, a cidade evoluiu aos saltos, entre colinas e por diferentes pontos, mais ou menos distanciados uns dos outros. De permeio, ficaram lugares que, no decorrer dos anos e por determinantes de ordem econômica, política, social e mesmo religiosa, se tornaram bem povoados e evoluíram de maneira a suplantar as primeiras localidades vizinhas, muitas das quais caíram em completa decadência. Nesses povoados, têm a sua origem os bairros da antiga cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. E são esses os bairros que, ao impulso constante da evolução do Rio de Janeiro, formam nos nossos dias centros populosos de adiantado comércio e de continuada prosperidade. Nas suas ramificações, a serra do Corcovado forma ao sul extenso vale, no qual está assente o velho bairro de Botafogo.[3] Na antiga praia de Socopenapan – praia dos socós, atual Copacabana, abria-se a garganta do vale, depois dos brejos e restingas que desapareceram em conseqüência dos arruamentos e das edificações que se fizeram. A borda do vale era a praia de Botafogo, em curva longa e bem reentrante e fechada nos extremos pelo morro da Viúva, à esquerda e o do Matias à direita. Entre o Pasmado e a Urca, a praia de areias avermelhadas do porto abrigado, no qual desembarcou* Martim Afonso de Souza, em 30 de abril de 1531, e também o primeiro capitão-mor do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, em março de 1565. Todo esse aspecto transformou-se no decorrer dos anos, pelos aterros sobre o mar, cortes de morros e outras causas. No vale de Botafogo, localizaram-se os expedicionários portugueses de 1565, os quais lograram terras nesse pitoresco sítio. Abriram-se caminhos, levantaram-se engenhos e olarias e as terras cobriram-se de granjearias, que prosperaram bastante e deram origem às famosas quintas e chácaras do século XVIII. Senhores de engenho e oleiros enriqueceram e os seus descendentes, donos de sólidas fortunas, educados e instruídos, criaram uma existência mais sociável e de mais conforto material. Alguns, já fidalgos, instalaram-se principescamente em residências construídas à beira da praia de Botafogo, antiga João de Souza. E foi essa descendência de obreiros do campo que fez o fausto da corte dos vice-reis do Brasil e também dessa descendência saíram nobres ilustres, que engrandeceram o reinado de Dom Pedro II.

Terras de Botafogo

As terras de Botafogo são foreiras à municipalidade do Rio de Janeiro. Apontam-se exceções, em virtude de alegados direitos bem pouco averiguados. Para favorecer o progresso do lugar, a Câmara, logo no começo do século XVII, procedeu à desmembração das terras, mesmo daquelas já aforadas. Um dos desmembramentos deu origem à quinta de São Clemente, que pertenceu ao padre Clemente Martins de Matos, até 1702.[4] Quando esse sacerdote faleceu, a 8 de julho do dito ano, no Rio de Janeiro, sua terra natal, já a quinta, desde 1675, estava desmembrada na parte sul, por onde corria antiquíssimo caminho, origem da rua do Berquó – atual General Polidoro. O restante da quinta veio a pertencer a Pedro Fernandes Braga e à sua mulher Bárbara Xavier de Carvalho e desmembrou-se por completo na partilha entre os filhos e herdeiros desse casal. O ricaço oleiro Francisco de Araújo Pereira adquiriu importante porção aos referidos herdeiros, no lado esquerdo da rua de São Clemente, e que se estendia até o morro do Pasmado, com fundos na lagoa Rodrigo de Freitas. Essa porção veio a constituir a fazenda da Olaria, que pertenceu mais tarde ao negociante Joaquim Marques Batista de Leão – o velho, administrador e inventariante, dos avultados bens deixados pelo rico oleiro. O capitão Araújo Pereira fez doações de terras da sua fazenda a sobrinhos seus, sendo sessenta braças a João José da Fonseca Costa, por escritura de 15 de janeiro de 1814; cinqüenta e uma ditas de fundos à Joaquina Tomásia da Fonseca Costa Ramos; e ao coronel Manoel Antônio da Fonseca Costa e esposa, Maria Balbina da Costa Barros Fonseca, foi doado o sítio do Grotó, em terras da mesma fazenda na estrada geral – hoje, rua Humaitá – e onde também tinham frente as sessenta braças de João José da Fonseca Costa, o qual levantou nas mesmas magnífica vivenda, que, por sua morte, passou a um seu filho menor de nome João Francisco, tutelado de sua mãe, Luiza Benedita da Cunha Maldonado. É interessante dizer que o barão da Gávea, um vulto notável do Império, era filho de João José da Fonseca Costa e Luiza Benedita da Cunha Maldonado. As doações precitadas motivaram demandas em juízo, depois da morte do doador, suscitadas pelo já citado

* Como já explicamos, a famosa “Casa de Pedra” foi construída na praia do Flamengo, em 1531. (N.C.)

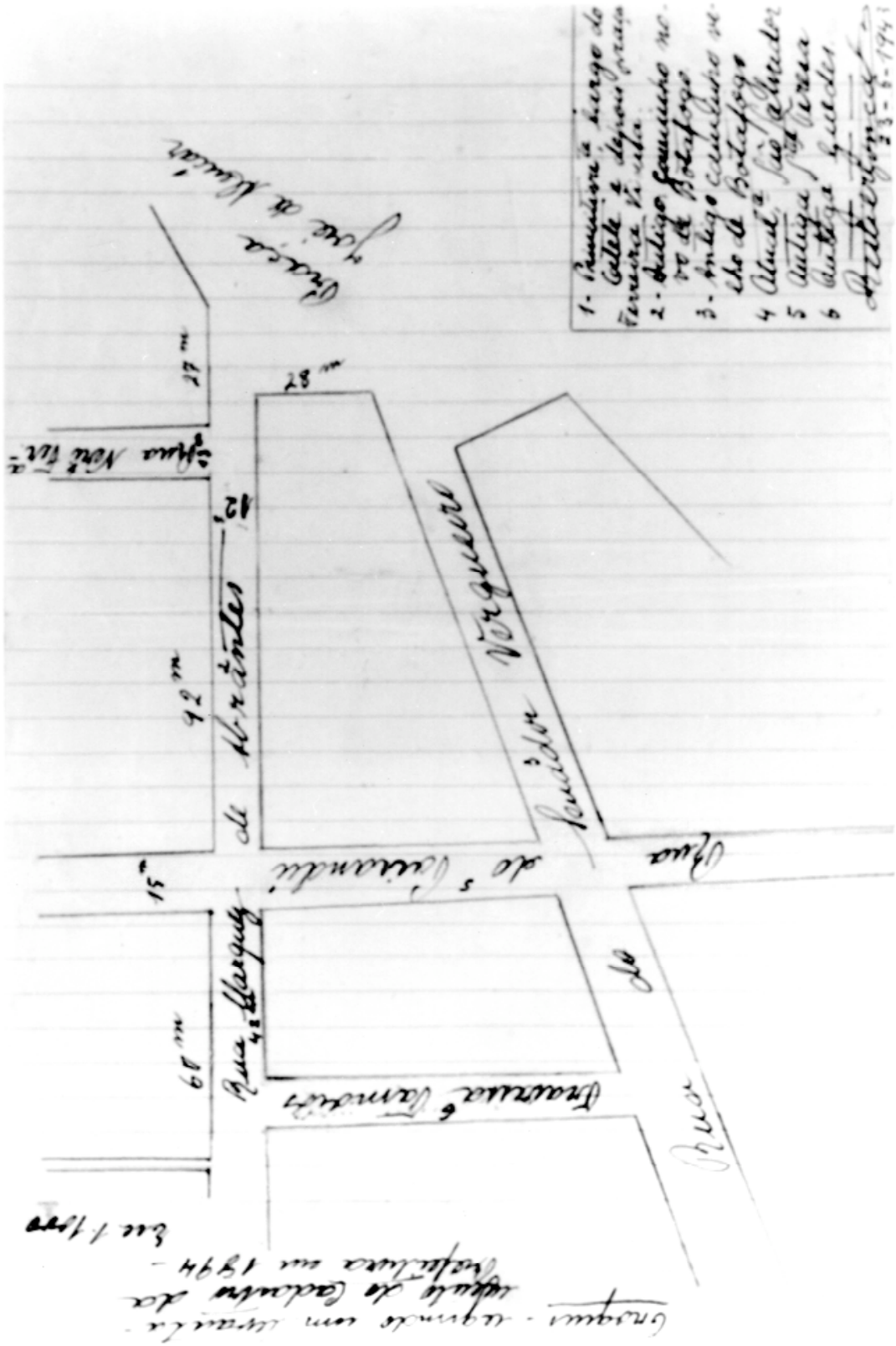
administrador Batista de Leão com o intuito de anulá-las, principalmente quanto à do sítio do Grotó. Afinal, as terras da Olaria retalharam-se para abertura de ruas e para a construção do casario, vivendo ainda o velho Marques de Leão, de quem se fizera mentor Luiz Alves da Silva Porto, homem ladino que adquiriu grande fortuna no artifício e engenho dos seus negócios. É assim que, na sua quase totalidade, prédios e terrenos deixados por Marques de Leão aos seus filhos, Antônio, Joaquim e Maria, vieram a ser hipotecados ao referido procurador, o qual em juízo moveu ação de penhora, que lhe deu ganho de causa, com a adjudicação obtida. E foi, ainda, em virtude da decisão referida, uma grande vantagem conseguida por Silva Porto o aforamento de todos os terrenos adjudicados, que lhe concedeu a Ilustríssima Câmara, em 15 de abril de 1834. Por morte de Silva Porto e da sua mulher, os terrenos passaram aos sete filhos do casal, todos com os seus títulos de aforamentos registrados no antigo Tombo das Terras Municipais de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1885. Eduardo Alves da Silva Porto, por sucessão dos seus irmãos, tendo ficado único possuidor dos terrenos, propôs à Prefeitura, em 1931, comprar o domínio direto dos mesmos. Não pôde, porém, a proposta ser aceita, devido à situação política do momento.

Em terras de Botafogo plantaram-se extensas chácaras, todas foreiras à municipalidade. A que pertenceu ao deão da Sé, Gaspar Gonçalves de Araújo,[5] veio a ser comprada, em 1754, pela quantia de três mil e quinhentos cruzados, por Antônia Maria Pizarro, que tirou carta de aforamento, em 12 de abril de 1755. Essa chácara media duzentas braças de frente pela praia de Botafogo, entre a quinta de São Clemente, à esquerda, e as terras de Manoel de Souza Andrade, à direita. Por morte da referida senhora, ficou dona da chácara uma sua filha de nome Ana Clara Xavier Pizarro, a quem o Senado da Câmara concedeu um novo título de aforamento, em 27 de outubro de 1790.

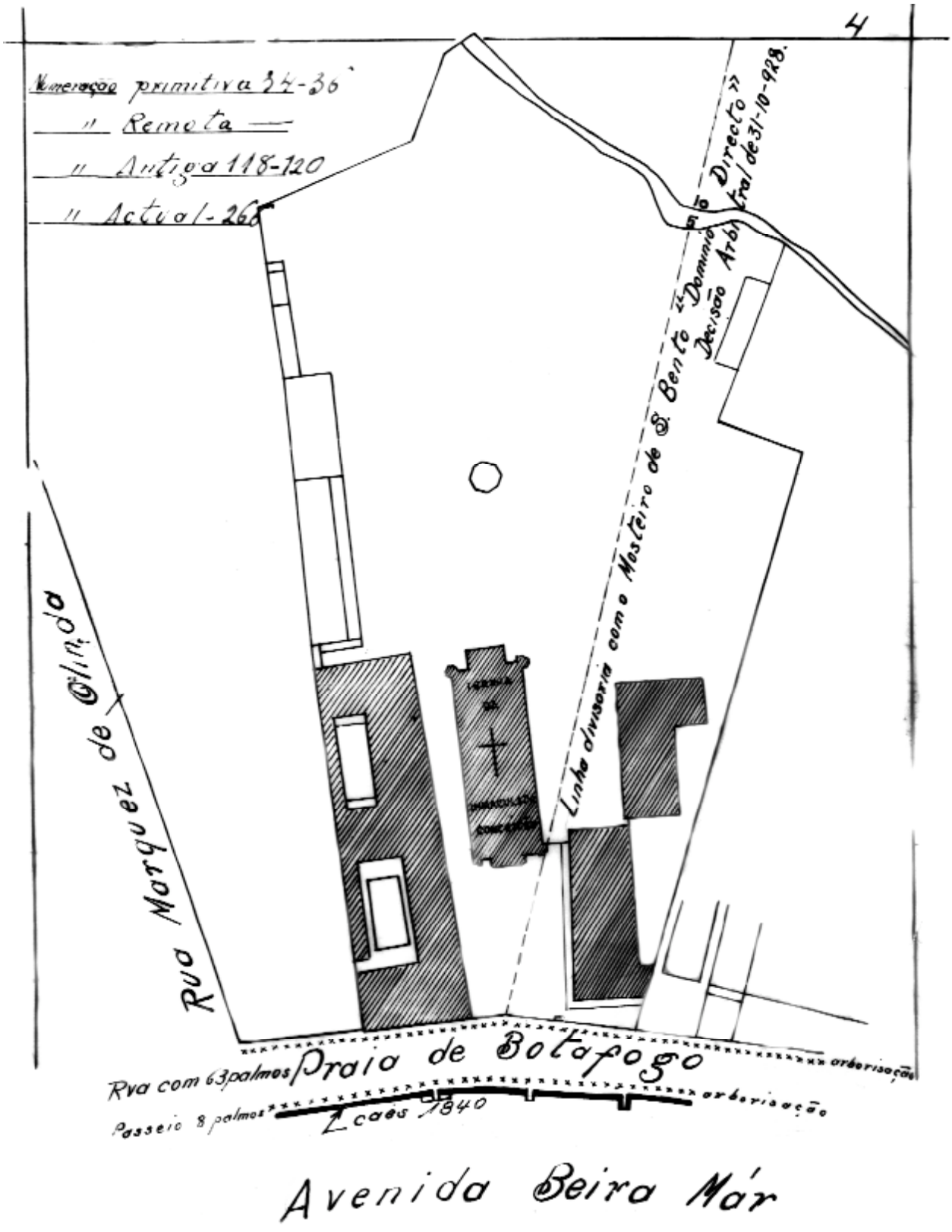
Na memória sobre o bispo Guadalupe* escreve o magistral José Joaquim Pinheiro sobre o deão Gaspar, o seguinte: "... sapientíssimo varão, certamente digno de século mais fulgente e glória perdurável...". Continuemos, porém, com a notícia das chácaras do velho bairro de Botafogo. Além da chácara do Deão, já noticiada, mais três existiram – extensas e bem cuidadas: a chácara do Cura da Sé, a chácara do Licenciado e a chácara do Secretário. A do Cura da Sé era constituída por duas chácaras místicas que pertenceram à Teresa Ferreira de Carvalho e depois a seu filho e herdeiro monsenhor Antônio Rodrigues de Miranda, cura da Sé do Rio de Janeiro. Era situada no caminho para a Copacabana e aparece aforada, em 15 de dezembro de 1792, a monsenhor Miranda,[6] figura de destaque do clero pelas posições que ocupou. A chácara do Licenciado, assim chamada por pertencer ao licenciado – bacharel em leis – Bernardo José Tavares, ficava entre a do Secretário, a nordeste, e a do Brocó, a sudoeste. O Título do Aforamento das terras dessa chácara traz a data de 18 de outubro de 1794, em nome do bacharel Tavares. Finalmente, a chácara do Secretário, na paragem de Botafogo, entre a olaria do capitão Francisco de Araújo Pereira e a chácara do licenciado Tavares, e com frente à praia Vermelha. Pertenceu também à Bernarda Maria de Castro até o ano de 1807, quando foi vendida a Manoel José Francisco Guimarães que, durante vinte e um anos, permaneceu intruso na posse da chácara, e somente veio a legalizar a situação forçado por uma denúncia levada à Ilustríssima Câmara, em 1827. Ultimado o processo da legalização, recebeu, então, Francisco Guimarães o seu título de foreiro, a 17 de fevereiro de 1828. Ainda foreira à municipalidade do Rio de Janeiro é a porção do vale de Botafogo, desde São Clemente até as Laranjeiras e o Catete. Dos primitivos foreiros nessa região interessa conhecer apenas Sebastião Gonçalves e Miguel da Silva. O primeiro muito operou para o desenvolvimento do lugar, enxugando pântanos e abrindo vias públicas. A rua Senador Vergueiro é o antigo Caminho Velho de Botafogo, aberto por Sebastião Gonçalves pela encosta da pedreira, nos alagados que enxugou. Miguel da Silva foi possuidor de terras beneficiadas que vendeu aos religiosos de São Bento e aos quais foram aforadas pela Câmara, em 20 de novembro de 1681, à razão de quatrocentos réis anuais. Essas terras, à margem direita do rio Carioca, foram possuídas, remotamente, por João Fagundes Paris e sua mulher Petronilha Fagundes, que as beneficiaram bastante e as venderam ao oleiro João Rodrigues, por escritura pública do notário Pedro da Costa, de 23 de janeiro de 1646. Por fim, Miguel da Silva, na qualidade de genro do oleiro Rodrigues ficou de posse das terras em apreço. Também, nas nossas pesquisas pelos arquivos públicos da cidade, descobrimos que os frades de São Bento, para benefício da religião, pediram, em 1618, à Câmara, por aforamento, vinte braças de pedreira ao pé da foz do rio Carioca – local do edifício do antigo e famoso Hotel dos Estrangeiros.** Esse aforamento foi concedido por

* Memórias dos Prelados e Bispos do Rio de Janeiro – Arquivo do Cabido do Rio de Janeiro. (N.A.)

** Restier Gonçalves enganou-se ao confundir a sesmaria dos beneditinos com o terreno onde foi construído o Hotel dos Estrangeiros. Ficavam em lugares distintos: o prédio do hotel localizava-se na esquina da atual rua Barão de Flamengo com a praça José de Alencar, e o terreno do mosteiro de São Bento começava na travessa dos Tamoios e se estendia até a praia de Botafogo. (N.C.)



Praça José de Alencar, ruas Senador Vergueiro e Marquês de Abrantes, segundo levantamento do cadastro da Prefeitura de 1894.



Colégio Imaculada Conceição.

despacho de 29 de dezembro do dito ano de 1618, pelo tempo de vinte anos e à razão de duzentos réis anuais. Não obstante, quando a Câmara, por edital de 4 de setembro de 1790, convidou os seus foreiros a apresentar os títulos dos aforamentos para um novo registro, em virtude de terem sido queimados os respectivos originais no incêndio do Arquivo da Câmara, em 20 de julho de 1790, os ditos religiosos não atenderam ao convite e, desde então, começaram a questionar com a municipalidade, negando a esta os direitos de senhorio direto sobre os terrenos de que estavam de posse em Botafogo. Questão que teve o seu remate somente em 1928, com a decisão arbitral de 31 de outubro do precitado ano de 1928 – decisão que sempre se nos afigurou estranhável, em face dos fatos históricos que passamos a narrar.

No começo do século XIX, com as desmembrações das antigas e extensas chácaras de Botafogo e do Catete, verificaram-se os limites das terras aforadas ao frades de São Bento como situadas entre essas chácaras, que eram também foreiras ao Senado da Câmara. Uma dessas chácaras pertenceu ao sargento-mor Antônio José de Brito, que a desmembrou em parte, para vender e reservar, como reservou, maior porção, vendida mais tarde, em 1859, pelos seus herdeiros. Por ocasião dessa venda aos frades questionaram o laudêmio que a municipalidade recebeu e embargaram a venda. Mas perderam a questão, por bem fundamentada sentença, favorável à Ilustríssima Câmara, do juiz municipal da 3ª Vara Cível da Corte, em dezembro de 1859. Bem curiosos os autos dessa demanda, os quais conseguimos examinar, em 1924, num dos arquivos forenses, então à rua dos Inválidos. Instruindo esses autos, vimos a carta de aforamento de terras e roças à praia de Botafogo, concedida pela Câmara aos “frades beneditinos do Rio de Janeiro”, a 22 de novembro de 1681; razões apresentadas pelos ditos religiosos para a justificação do embargo; comprovantes de pagamento de foros de terrenos em Botafogo, pelo mosteiro de São Bento à municipalidade, e uma carta do superior da Casa Conventual do Rio de Janeiro, o notável monge frei José Policarpo de Santa Ana Gertrudes, sobre a remissão de foro do terreno à praia de Botafogo, canto do Caminho Novo – rua Marquês de Abrantes, ocupado pelo palacete da rainha Carlota Joaquina. Essa carta é do ano de 1835 e nela está dito, por frei Policarpo, que a “religião não podia remir o que não era seu, pois o mosteiro era apenas enfiteuta da Câmara, e como tal isso não lhe era permitido.” O Palacete, por morte da rainha, passou a seu filho – o imperador Dom Pedro I, e por fim [foi] adquirido pelo marquês de Abrantes.

Um outro esbulho do patrimônio territorial do município praticou-se em terras do oleiro José Luiz da Mota, que as comprara aos herdeiros de Pedro Fernandes Braga. Desmembração da quinta de São Clemente, que era foreira à municipalidade, as terras de José Luiz da Mota estavam, pois, obrigadas a foro, que ele, posseiro Mota, sempre pagou, seguindo o procedimento dos posseiros seus antecessores. Elas tinham frente na praia de Botafogo, entre o Caminho do Carro, atual rua São Clemente, e o riacho Banana Podre, e os seus fundos alcançavam as vertentes da serra. O riacho corria tortuoso até a praia de Botafogo, onde desaguava a pouca distância do local em que, nos nossos dias, se encontra a capela do colégio da Imaculada Conceição. As terras do oleiro Mota, em várzea, com lugares arenosos e terrenos de argila, eram ótimas para qualquer cultura, e o referido posseiro soube aproveitá-las, plantando uma boa e extensa chácara, já pertencendo, em 1804, ao licenciado José Bernardo de Figueiredo – mais tarde desembargador da Relação do Rio de Janeiro. O licenciado ou bacharel Figueiredo contestou sempre o senhorio direto da municipalidade sobre o chão da sua chácara e, retalhando-a em parte, negociou a venda dos retalhos como sendo de bens alodiais, e à revelia da administração municipal assim foram feitas todas as vendas e transmissões até 1832. Em sessão de 6 de junho do dito ano, a Ilustríssima Câmara, denunciada a irregularidade que vinha de cometer o dr. Figueiredo, deliberou chamá-lo a juízo para prestar contas dos laudêmios, indevidamente por ele recebidos. No começo, a questão teve rápido andamento e foi discutida fortemente. Mas a posição social e a força política do acusado abafaram-na e fizeram-na esquecida. Em 1844, encontramos de novo a Ilustríssima Câmara a discutir com o dr. Bernardo de Figueiredo por causa da venda que ele fizera de mais uma porção da chácara questionada, sem a devida permissão do senhorio direto, que era municipalidade. Foi comprador o dr. Estácio Goulart Pereira que entrou também em litígio com a Câmara Municipal. Por ocasião da segunda querela, a Ilustríssima Câmara, na representação que levou ao governo imperial, assumiu uma atitude bastante enérgica ao expor os fatos, mostrando a cavilação dos seus agentes. Porém, mais uma vez, acomodou-se o caso. Em 1850, interessado em cortar o resto da chácara para abrir ruas e vender terrenos, o desembargador Figueiredo procurou, pacificamente, um entendimento com a Ilustríssima Câmara,

propondo-lhe a compra do senhorio direto do chão da chácara. Entretanto, com a morte do proponente, as negociações suspenderam-se, e somente em junho de 1854 foram ultimadas com o visconde de Olinda, sogro do finado, representando os demais herdeiros. Levou-se a efeito a remissão dos foros por três apólices da dívida pública, de um conto de réis cada uma.

Vem a propósito recordar que, em 1916, quando prefeito do Distrito Federal, o dr. Antônio Augusto de Azevedo Sodré dirigiu mensagem ao Conselho Municipal sobre reunir-se os foros e consolidar-se o domínio de todos os terrenos da Prefeitura dados em *enfiteuse*. O produto do resgate seria aplicado em construção de prédios escolares. Sobre essa mensagem, o eminente Epitácio Pessoa opôs um juízo – que é uma página de Direito bem importante e consta publicado no *O Imparcial*, de 29 de junho de 1916.

Em voltando à nossa narrativa, temos a dizer que nas exceções a que anteriormente aludimos, está incluída a várzea ou areal da praia Vermelha e também o outeiro do fim da praia de Botafogo, cujas terras foram consideradas livres pelo Senado da Câmara, em 1787, tendo em consideração o parecer do seu procurador. Um oleiro chamado Antão Cosme ocupou e senhoreou essas terras durante anos e sem título que justificasse a ocupação. Levantou casa de morada coberta de telha, olaria, engenho, senzala, casas de sapê para colonos e outras benfeitorias. Ao findar o século XVII, já as terras estavam cortadas, constituindo duas chácaras místicas denominadas do Outeiro, uma, e a outra do Areal, por detrás da primeira. A do Outeiro compreendia toda a área limitada agora pelas ruas da Passagem, antiga Copacabana, General Severiano, antiga Hospício de Dom Pedro II e, primitivamente, Caminho da Azinhaga, e a rua João Faro, outrora Barão do Rio Bonito e, em época mais afastada, Guapimirim. Confinava de um lado com a chácara do Secretário e nos fundos com a do Areal e nos seus limites estava compreendido o outeiro ou colina – chamado mais tarde morro do Matias. A chácara do Outeiro pertenceu a Luiz Teixeira de Figueiredo e pela viúva desse proprietário vendida a Antônio Soares, em 21 de janeiro de 1734. Foram também donos da chácara em apreço Luiz de Freitas Serrão, Francisco Gomes Casado e Pedro Gonçalves dos Santos Piteiro, que a tornou maior pela anexação de uma parte da chácara do Areal, que comprara. Piteiro dividiu a chácara em duas porções iguais, para constituir uma o dote de sacerdócio do seu filho Bruno dos Santos Piteiro. Por morte dos seus pais e da sua irmã Helena dos Santos Piteiro, o padre Bruno Piteiro ficou sendo o único dono da chácara do Outeiro, vendida por ele, em 18 de janeiro de 1787, a Manoel Francisco de Mendonça e à sua mulher, Maria Nazareth Teles de Mendonça. Sobre essa venda suscitaram-se dúvidas que determinaram uma nova escritura, em 18 de agosto de 1789, ratificando a primeira. Um outro padre, Luiz Corrêa Brandão, veio a possuir a chácara do Outeiro, por compra ao casal Mendonça. Por fim, vendida a Matias Francisco Marques, negociante à praia dom Manoel, a importante propriedade passou a ser conhecida por chácara do Matias e a colina – morro do Matias. O padre Bruno Piteiro era natural do Rio de Janeiro e residia na cidade do Porto, em Portugal. Joaquim José de Barros, seu procurador no Brasil, recebeu dele uma carta, datada de 3 de outubro de 1781, sobre a venda da chácara em apreço e de todos os seus haveres no Rio de Janeiro, com lucros compensadores, a fim de que melhor pudesse se estabelecer em Portugal. A carta foi suspeitada de falsa e somente aceita e cumpridas as suas determinações, depois de confirmada, sob juramento *in verbo sacerdotis*, por frei Estevão da Trindade, carmelitano, residente no convento do Carmo do Rio de Janeiro e irmão do padre Bruno Piteiro. Como deixamos dito no começo, por detrás da chácara do Outeiro estava a do Areal, adquirida por Manoel Antunes da Silva, em 2 de junho de 1702. Era bem localizada e banhada por um riacho que desaguava na praia Vermelha e pelo qual navegavam barcos, empregados no transporte de bebidas, descarregadas no porto da praia da Chácara, junto a olaria de Pedro Ferreira de Barros, com sociedade nesse comércio clandestino e muito rendoso. Em morrendo Antunes da Silva, a sua viúva logo desmembrou da chácara uma extensa e larga faixa banhada pelo riacho e na qual estava compreendido o porto da chácara. Essa desmembração foi vendida, a 31 de janeiro de 1731, a dinheiro de contado – dinheiro à vista – por cem mil réis fortes em moeda ouro. Não conseguimos descobrir o nome do comprador, pois que a escritura da venda estava estragada bastante pela traça e também quase toda a documentação relativa à chácara do Areal.

Praia de Botafogo
Terrenos dos Jardins Particulares

Depois de um largo período de esquecimento, a velha questão dos terrenos de jardins, à frente das casas à praia de Botafogo, voltou a ser lembrada em 1839, quando das obras de melhoramentos desse logradouro, em cujo plano ela foi cogitada para a uniformização desses jardins, dando-se-lhes alinhamento conveniente. Um decreto do governo imperial, de 14 de novembro de 1839, autorizou a organização da Companhia Melhoramentos da Estrada da Praia de Botafogo. Logo no ano seguinte, foram iniciados os seus trabalhos sob a direção do abalizado engenheiro Pedro Alcântara Belegard. Pelo plano Belegard, submetido à Ilustríssima Câmara e por ela discutido e aprovado, uma rua de sessenta palmos de largura seria formada ao longo da praia, obedecendo à sua curva, reservando-se doze palmos de terreno em seguimento às casas, na frente delas, para servidão privativa dos seus moradores, a fim de cessar a velha usança de ocupar-se servidões públicas para recreio de particulares, com privança do gozo comum. Belos tempos... É certo que os protestos surgiram logo e que fortes embaraços foram levantados à execução do dito plano. Daí encontrar-se a Ilustríssima Câmara, ainda em 1846, diligenciando sobre a questão, de modo a conciliarem-se os interesses em jogo, sem prejuízo à causa pública. Afinal, agindo em definitivo e com energia, a Câmara deliberou, em 3 de fevereiro de 1846, fossem derrubados grades e cercas que fechassem antigos jardins e manteve a concessão de doze palmos para a feitura de novos. Essa deliberação proibiu as cercas e estabeleceu um risco para o fechamento dos jardins com gradil de ferro sobre muralha de cantaria. Mais uma vez, porém, na história do Rio de Janeiro os célebres mandados proibitórios e de manutenção de posse aparecem criando obstáculos ao embelezamento e saneamento da metrópole do Brasil. Dez anos mais tarde, volta a ser debatida a questão dos jardins, em presença de um pedido do conceituado professor inglês Tomás J. Hitchings para ajardinar a frente do prédio nº 40, à praia de Botafogo, e no qual funcionava o seu afamado colégio. Em sessão de 15 de fevereiro de 1857, a Ilustríssima Câmara deliberou conceder a licença, obrigando-se o peticionário a assinar um termo de posse precária do terreno para o jardim. Logo depois dessa concessão, vieram pedidos idênticos, levando a Câmara a deliberar de um modo geral, em 17 de julho do mesmo ano de 1857. Esta deliberação estatuiu que os terrenos seriam concedidos sempre a título precário e para o uso único e exclusivo de jardins.

A seguir e pelos logradouros em que estão situados registraremos alguns terrenos do bairro de Botafogo. Assim também em relação aos demais bairros de que tratarmos, faremos esses registros. São achegas de interesse à história do patrimônio territorial da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Praia de Botafogo – 1856

Terreno de 45m de frente por 65m de fundo, ocupado, em 1856, por um grande prédio, estilo palacete, e extensa chácara, propriedade do professor Tomás Price Hitching e onde funcionava o colégio desse afamado educador. Hitching obteve a posse precária do terreno para o jardim à frente do prédio, que se demoliu para dar lugar à construção do Palácio Grandmasson.

Praia de Botafogo – 1857/1908

Terreno de 20m de frente ocupado por um prédio de dois pavimentos, propriedade de Manoel Gomes Pereira. Esse proprietário obteve da Ilustríssima Câmara, em 30 de julho de 1857, a licença para jardim à frente do seu prédio, então nº 174, com a posse precária do terreno necessário e sob a condição de abrir mão do mesmo, independente de questão e de qualquer indenização, logo que a Ilustríssima Câmara, por utilidade pública, assim o exigisse. O dito prédio aparece, em 1875, com o nº 204, que conservou até 1908, quando passou a ter o nº 384. Em virtude de doação, o imóvel, em 1896, passou a ser propriedade de Isidora Mota Muniz Barreto.

Praia de Botafogo – 1857/1908

Terreno de 15m de frente, com dois prédios construídos, em 1857, por Felipe José Gonçalves. Esse proprietário ajardinou a frente dos prédios, em 1859, ocupando para este fim um terreno de 15m, 10 de frente por 11m de fundo. Em 17 de fevereiro de 1869, Felipe José Gonçalves vendeu os prédios a Antônio Bernardo Teixeira da Cunha Carneiro. Em falecendo Cunha Carneiro, homem endinheirado, os imóveis em apreço passaram à sua filha e herdeira Marina Ribeiro Carneiro de Assis, que os transferiu a João Rodrigues Teixeira Júnior, por venda. Até 1908, os prédios tiveram os nºs 88 e 90 e depois os nºs 402 e 404.

Praia de Botafogo – 1858/1908

Terreno de 98m de frente ocupado pelos estabelecimentos da Associação de São Vicente de Paula – Colégio da Imaculada Conceição, Igreja da Conceição e Pensionato. O prédio em que funciona o colégio foi modernizado e aumentado. Tinha dois pavimentos, à frente da rua, com testada de 27m, quando foi arrematado pela Associação de São Vicente de Paula, a 17 de junho de 1858. A igreja é afastada da rua cerca de 36m e fica entre o edifício do colégio e o do pensionato, destinado a senhoras. O prédio do pensionato é de antiga construção, com três pavimentos, afastado da rua e num terreno de 32m de frente. Foi doado à Associação, em 16 de maio de 1900, tem uma acentuada obliqüidade, da esquerda para a direita, buscando a linha do alinhamento determinado pelo prédio à direita. Em 1875, a Ilustríssima Câmara permitiu o ajardinamento à frente do prédio, na forma da deliberação de 17 de julho de 1857. O prédio do colégio teve o nº 36 e o do pensionato o nº 34. Em 1908, na revisão da numeração predial da cidade, eles receberam o nº 266.

Praia de Botafogo – 1865/1930

Terreno de 22m de frente ocupado por dois antigos prédios térreos, os quais aparecem em 1865 no Rol das Décimas, com os nºs 60 e 60A, sendo o 60 propriedade do dr. Adolfo de Carvalho Melo Matos e nele funcionou por muitos anos uma taberna com comidas, famosa nos anais da polícia e muito freqüentada à noite pela boemia da época. Nos fundos do 60A, havia um cortiço de vinte e dois quartos para solteiros, sempre alugados e na quase totalidade a moços portugueses do comércio. Esses prédios foram comprados, em 1884, por José Bitencourt de Souza e por ele demolidos, para a construção de dois prédios de sobrado, à frente dos quais foi feito jardim, em terreno concedido pela Ilustríssima Câmara a título precário, segundo o termo assinado pelo concessionário, em 28 de julho de 1884. Mas, foram os imóveis comprados por Edgard Mége, que os transformou em um só prédio de dois pavimentos e que tomou o nº 360. Em 14 de janeiro de 1921, Mége comprou à Prefeitura a área do terreno dos jardins dos antigos prédios, por 8:000$000. Posteriormente, isto é, em 1930, o prédio 360 aparece no lançamento do imposto predial em nome de Eulálio Pouman.

Praia de Botafogo – 1873/1911

Terreno de 8,70m de frente por 67,30m de fundo, com um prédio que pertenceu a Domingos José Bernardes até 1873, quando foi comprado pelo barão de Tefé, para servir, como serviu, de sua residência. Em 23 de setembro de 1911, encontramos o referido titular vendendo o prédio a Guiomar Maria de Sá Fontes. Modernamente, o prédio aparece com o nº 360. Quanto ao número antigo não conseguimos conhecer.

Praia de Botafogo – 1898/1927

Terreno de 12m de frente, por 120m de fundo, com um grande prédio no interior. Em 1898 e tendo, então, o nº 180, o prédio passou a ser propriedade do dr. Francisco Leite Bitencourt Sampaio, em virtude de herança. O dr. Bitencourt Sampaio, advogado de fama, homem culto e de fino trato, fixou residência nesse prédio, totalmente reformado e bem modernizado, em 1927, tendo nessa ocasião o nº 350.

Praia de Botafogo – 1906/1907

Terreno de 22m de frente, com três prédios, nºs 194, 196 e 198, pertencentes a João de Souza Lage, Constant Adet e Severino Taulow Wolhner, respectivamente. Em 1906, o de nº 194 foi vendido ao dr. Antônio Azeredo, a quem também, em 1907, foram vendidos os dois outros, e logo depois demolidos todos os três. No terreno levantou-se, então, um único prédio, estilo palacete, que recebeu o nº 366 e passou a ser a residência do dr. Azeredo – político de relevo, senador por Mato Grosso e durante anos vice-presidente do Senado da República.

Praia de Botafogo – 1910/1919

Terreno de 18m de frente, ocupado por dois prédios antigos de nºs 242 e 244 pertencentes a Frederico Durval e à baronesa de Uruguaiana, respectivamente. Em 18 de março de 1910, o dr. Carlos César de Oliveira Sampaio comprou o de nº 242 aos herdeiros de Durval e, a 17 de setembro de 1919, adquiriu aos herdeiros daquela titular o de nº 244. O dr. Carlos Sampaio transformou em um só os dois antigos prédios e nele fixou residência. Posteriormente, do terreno do prédio 244 foi desmembrada uma porção de 5m de frente por 65m de fundo e nessa desmembração foi construído um prédio que recebeu o nº 244A. O ilustre dr. Carlos César de Oliveira Sampaio foi o operoso prefeito que tornou Maravilhosa a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para as festividades do primeiro centenário da Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1922.

Praia de Botafogo – 1917/1925

Terreno de 14m de frente; ainda por construir no ano de 1917. No ano seguinte, Luiz Rebelo Martins Vieira, que havia adquirido o terreno, nele construiu um bom prédio que recebeu o nº 284 e que foi vendido por Vieira a Manoel Pinto Torres Neves, em 24 de julho de 1925.

Rua São Clemente – 1819/1858

Terreno de 35 braças de frente, com casa residencial e chácara que pertenceram a Manoel Moreira Lírio até o ano de 1819, quando passaram a pertencer a Manoel José da Silva Ribeiro, segundo o Arrolamento das Décimas. Em 1835, com o nº 73, foram vendidas, casa e chácara, por 7:900$, pelos herdeiros de Silva Ribeiro a Antônio da Costa Guimarães. A conformação da chácara, que era extensa, veio sendo bastante alterada no decorrer dos anos, pelos cortes que se faziam nas suas quatro faces, para abertura de vias públicas e para edificações. De sorte que, em 1858, já estava bem pequena, tinha o nº 102 e era propriedade da viúva de Costa Guimarães. Vizinha à chácara de Moreira Lírio ficava outra

importante chácara, de 30 braças de frente e magnífica residência. Era foreira à municipalidade, pertenceu a Sebastião Luiz Viana e depois a dom Marcos de Noronha Brito, 8º conde dos Arcos, que a comprou por 8:600$. Em 1831, os herdeiros desse titular, representados no Rio de Janeiro por Joaquim de Cerqueira Soares, venderam-na pela quantia de 13:016$440, paga na cidade de Lisboa, em moeda portuguesa. Foi comprador Francisco Ferreira Sampaio, brasileiro ricaço, morador na ilha das Cobras, onde explorava a indústria da pesca e a da construção de barcos. Em 1846, a sua viúva, Joaquina Engrácia Sampaio, pediu e obteve da Ilustríssima Câmara o aforamento do terreno da casa e chácara, então com o nº 86. O conde dos Arcos foi o último vice-rei do Brasil e no seu governo, 9 de agosto de 1806 a 14 de janeiro de 1808, deu provas de um zelo ativíssimo, uma prudência consumada e uma probidade superior a toda expressão: diz Alexandre Katzinger na sua *Resenha Histórica da Cidade de Sebastião*. O conde dos Arcos faleceu em Portugal, a 6 de maio de 1828. Sobre Manoel Moreira Lírio damos ligeira notícia no capítulo concernente ao bairro do Catete. O comendador Lírio é uma personagem bem digna de ser memorada, como ensinamento ao presente.

Rua São Clemente – 1820/1854

Terreno de 12 braças de frente e cujo domínio útil o seu possuidor, sargento-mor Sebastião Luiz Viana, transferiu por venda, em 1820, a Joaquim José da Cruz Secco e pela quantia de 1:740$. Luiz Viana era grande proprietário e, além da chácara que vendeu ao conde dos Arcos, tinha outras propriedades no bairro de Botafogo. Cruz Secco, que residia no Rio Grande do Sul, mandou edificar no terreno em apreço um sólido prédio que vendeu por sete contos de réis – 7:000$ – a Antônio Dias Peixoto, em 1830. Peixoto, outro rico dono de terras em Botafogo, Gávea e Laranjeiras, vendeu o prédio, com cuidada chácara, por 9:000$, em 1838, a Higino José dos Santos. Em 1854, término das nossas pesquisas sobre o dito imóvel, encontramo-lo já registrado no nome de Francisco de Oliveira Martins, em virtude de compra que fizera a Maria Helena de Araújo Sampaio, viúva de Higino José dos Santos, pela quantia de 23:000$. O registro que consultamos reza ainda ter o prédio o nº 88 e que o comprador havia aforado o terreno – isto é, obteve da Ilustríssima Câmara o aforamento do terreno no mesmo ano de 1854.

Rua São Clemente – 1856/1858

Terreno de 52 braças por 30 ditas de fundo, à rua de São Clemente, no lugar chamado Barreira, e aforado ao comendador Manoel José Bessa. Em 1856, o comendador Bessa transferiu por 11:000$ o domínio útil do terreno a João Henrique Soares e a Ladislau Dias José dos Reis, os quais obtiveram em comum o aforamento do terreno, que lotearam para vender. Em 1858, já estavam vendidos quase todos os lotes e edificados. A Barreira, lugar inóspito, transformou-se em um sítio salubre e aprazível.

Rua São Clemente – 1857

Terreno de 100 braças de frente pela rua de São Clemente e fundos de igual testada na rua de São Joaquim, atual Voluntários da Pátria. Em virtude de legado, Joaquina Tomásia da Fonseca Costa Ramos possuiu 51 braças desse terreno, cujo restante ficou sob a posse de Joaquim Marques Batista de Leão, por adjudicação. Todo o terreno era ocupado por três chácaras com boas casas de morada, nºs 109, 111 e 113 da rua de São Clemente. Em 1857, foram vendidas pelo seu proprietário Hermenegildo Xavier de Moraes a Antônio Pereira Ribeiro Guimarães, o qual, obtendo da Ilistríssima Câmara o aforamento do terreno, retalhou as chácaras, abriu ruas, vendeu porções do terreno e edificou no restante. E assim, com os cortes das grandes chácaras que bordavam o antigo Caminho do Carro, formou-se o arrabalde de São Clemente.

Caminho Velho de Botafogo

Por muitos anos, o acesso mais rápido de Botafogo ao Catete foi o Caminho Velho, que somente em 1620 começou a ser cuidado devidamente, sendo aterrado, empedrado e corrido de sarjetas. Nessa ocasião, reformou-se a ponte do Salema, também dita do Leripe, na foz do rio Carioca. A ponte foi levantada na administração do quarto governador do Rio de Janeiro – Antônio Salema (1577/1578) para passagem cômoda do povo. Era toda de madeira forte do Brasil e, próxima à mesma, fez-se uma pequena represa para bebedouro de animais das tropas de mercadorias. A 20 de fevereiro de 1866, o Caminho Velho de Botafogo recebeu a denominação de rua Senador Vergueiro.[7]

Caminho Novo de Botafogo

Datam de 1792 as primeiras tentativas para a abertura de uma via pública em direção reta à praia de Botafogo, partindo do largo do Catete. Mas, pelas desapropriações que se deveriam fazer, a obra fazia-se dispendiosa. Afinal, em 1796, pôde o Senado da Câmara realizá-la, abrindo o Caminho Novo ou rua de Botafogo. Em virtude da deliberação da Ilustríssima Câmara, de 20 de fevereiro de 1866, essa via pública passou a denominar-se rua Marquês de Abrantes, em homenagem a Miguel Calmon de Pin e Almeida, marquês de Abrantes.[8]

Na rua Marquês de Abrantes está a capela de Nossa Senhora da Piedade, que foi privativa da família do visconde de Silva e hoje sob os cuidados da colônia inglesa católica, para celebração pública dos atos religiosos. Também na rua Marquês de Abrantes muitos são os terrenos reconhecidos foreiros à municipalidade do Rio de Janeiro, mansa e pacificamente desde remota época. Do lado esquerdo da rua são os terrenos que se aforaram aos religiosos de São Bento, a 22 de novembro de 1681, e cuja testada de frente demarcou-se pelo então Caminho Velho. Ainda no lado esquerdo, são os terrenos aforados a José Miguel de Faria, a 22 de abril de 1785. Do lado direito da rua, são os terreiros da extensa chácara do comendador Manoel Guedes Pinto, com origem em dois prazos distintos adquiridos pelo comendador à Mariana Teresa do Nascimento, um, e o outro a Paulino Nunes de Souza, que os possuíram por sucessão de antigos foreiros da Câmara. Em morrendo Guedes Pinto, fez-se a partilha da chácara, cabendo a metade dela, com a boa casa de morada, à viúva Maria Eugênia Guedes Pinto. Em 1831, começou, e por bom preço, a venda dos terrenos desmembrados da chácara, venda realizada toda ela com o reconhecimento dos direitos senhoriais da municipalidade. A principal entrada da chácara do Guedes era pelo Caminho Novo de Botafogo, para o acesso até o sopé da montanha, onde ficava a casa residencial – ocupada, em 1857, pelo notável brasileiro Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí. Um dos grandes adquirentes de terrenos da chácara em apreço foi o conselheiro Joaquim Pereira de Faria – que foi riquíssimo. Ele adquiriu por 80:000$ um terreno de 59 braças – ou 129,80m – de frente pelo Caminho Novo de Botafogo e também alguns prédios, por alto preço, no mesmo logradouro. Outro comprador dos terrenos de Guedes Pinto foi o conceituado corretor João Carlos Palhares, que adquiriu extensa área com frente à rua então dita de Santa Teresa e depois chamada Paissandu. Dos prédios comprados pelo conselheiro Faria, dois foram vendidos, por 60:000$, ao dr. Manoel Jacinto Nogueira da Gama, que os vendeu, depois, em 1891, a Josefina Rodrigues Braga, por 150:000$. Esses prédios tiveram os nºs 2 e 4 e depois 12 e 14 da rua Marquês de Abrantes. Luiz da Rocha Miranda, ricaço também, comprou ao conselheiro Faria um terreno de 10 braças de frente no qual construiu um prédio, vendido em 1881 por 25:000$ a Ana Leocádia Moreira de Miranda. Esse prédio, então nº 6 da rua Marquês de Abrantes, ficava na segunda quina, à mão direita, dessa dita rua com a Neri Ferreira, caminhando para a praia de Botafogo. Comprados ao conselheiro Faria são ainda um terreno de 5 braças de frente por 31 ditas de fundo e outro de 11m de frente por 81,4m de fundo. Do primeiro foi comprador o dr. Antônio Castro Lopes, que construiu um prédio para a sua residência e que recebeu o nº 8 da rua Marquês de Abrantes. Comprou o de 11m de frente o dr. Nogueira da Gama, que o vendeu ao afamado médico barão de Pedro Afonso. Nesse terreno, foi construído um bom prédio, nº 10 da precitada rua e vendido, em 1891, por 80:000$, ao notável brasileiro André Gustavo Paulo de Frontin, que no mesmo fixou sua residência. A rua Neri Ferreira foi aberta em 1875, com o nome de São Salvador.

Rua Paissandu – 1858

Terreno de 30 braças de frente pela rua Paissandu, antiga Santa Teresa, aforado a Antônio Carlos da Bechart, que o comprara à viúva Maria Eugênia Guedes Pinto, em 1858. Em 1865, já aparece esse terreno edificado e com cinco braças de menos. Não conseguimos descobrir o motivo desse corte.

Do lado sul, e numa extensão de 212 braças, a rua Paissandu formou-se de terrenos tirados à chácara do comendador Manoel Guedes Pinto e com o dito fim doados por José Guedes Pinto e Manoel Guedes Pinto Júnior, filhos e herdeiros do referido titular. Também, José Machado Coelho tirou da sua chácara 108 braças para a formação da citada rua, que se abriu numa extensão de 320 braças e com a largura de 60 palmos. Aceita pela Ilustríssima Câmara, foi entregue à servidão pública a 6 de agosto de 1853, com o nome de Santa Teresa. Em 1876, e pelos terrenos que lhe pertenciam, a princesa Isabel, então na sua segunda regência do Império – 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877 – fez estender a rua até a chácara do Hotel dos Estrangeiros.

O prolongamento até o mar implicava o corte dessa chácara, cujo proprietário levantou forte oposição, questionando. Afinal, submeteu-se, obrigado à desapropriação dos terrenos que fossem necessários ao prolongamento do logradouro, por utilidade pública. A 2 de março de 1865, passou a chamar-se Paissandu, memorando um feito da guerra com o Paraguai, logo nos primeiros encontros em que o Exército Brasileiro, sob o comando do general João Propício Mena Barreto, tomou de assalto a cidade de Paissandu, a 2 de janeiro de 1865.

No rol dos foreiros da municipalidade do Rio de Janeiro figura o conde d'Eu com a posse de vastos terrenos à rua Paissandu e dos quais, a seu pedido, lhe foi concedida pela Ilustríssima Câmara a respectiva carta de aforamento, a 8 de maio de 1866. Previamente, provou o conde d'Eu[9] a aquisição dos terrenos por compra que fizera a José Machado Coelho. Os terrenos constituíam dois lotes distintos, sendo um de 107 braças de frente, pelo lado par da rua Paissandu, canto com a rua Guanabara. A testada dos fundos, na rua do Roso, tinha as mesmas 107 braças e a extensão de frente a fundos era de 490 palmos. À direita, confinava com terrenos de Machado Coelho e, à esquerda, com os herdeiros de José Maria Velho da Silva. O outro lote era de 990 palmos de frente pelo lado ímpar da rua Paissandu, correndo fundos até a raiz da pedreira da Guanabara, numa extensão de 730 palmos.

CAPÍTULO V

Copacabana

Na costa sul do Rio de Janeiro, o mar, ao afastar-se naturalmente das encostas das montanhas, foi deixando extensa planície arenosa. Homens destemidos da expedição de Estácio de Sá, afeitos à vida do oceano, localizaram-se nessa região a que os indígenas chamavam costa do mar bravo ou também Socopenapã – lugar onde moram os socós, aves aquáticas muito abundantes em quase todo o nosso litoral. Por entre dunas e pitangueiras, esses homens, que se entregaram à pesca, foram levantando casas de taipa de mão, cobertas de palmas, e também foram abrindo trilhas de comunicações para a praia Vermelha e para Botafogo, galgando os morros. E assim lançaram-se os alicerces de Copacabana[10] que é hoje, o bairro de elegante e rica gente e onde a vida espelha todos os seus prazeres e vícios. Há luxuosos palácios, grandes hotéis, bem montados estabelecimentos comerciais, teatros e outras casas de diversões de todo o gênero. É realmente, por tudo isto, o lugar mais procurado pelos turistas.

Segundo a compreensão do século XVIII, a praia de Copacabana, também chamada Socopenapan, formava dois trechos distintos a que davam os nomes de praia do Leme e praia de Copacabana cujos extremos eram o morro da Babilônia, à esquerda, e o outeiro de N.S. de Copacabana, à direita. Sendo que a baliza de separação entre os dois trechos era um pequeno morro de pedra viva, onde está a atual praça Serzedelo Corrêa. A rua de Copacabana lembra essa primitiva praia. Dois caminhos, de remota antigüidade, davam-lhe comunicação com Botafogo e com a praia Vermelha. Depois de 1850, abriu-se um outro que servia de saída à antiga fazenda de Rodrigo de Freitas e atravessava de lado a lado as terras de José Miguel de Barros, indo, por fim, servir de prolongamento da rua Velha da Real Grandeza até a praia. Também antiga era a travessa da praia Funda que fazia a comunicação entre a praia de Copacabana e a do Arpoador.

Foreiros à municipalidade da cidade de Sebastião do Rio de Janeiro são os terrenos de Copacabana, porque estão compreendidos na área da sua sesmaria. Entretanto, um aventureiro de nome Joaquim José Suzano, posseiro intruso de terrenos, desde o morro da Babilônia até encontrar a fazenda de Socopenapan, nunca se dispôs a reconhecer o senhorio direto do município sobre os terrenos de que estava de posse ilegítima e que vendia como alodiais. Daí considerar-se, ainda hoje, terrenos próprios todos aqueles que constituem o bairro do Leme, propriamente dito, e os que se lhes seguem desde a ladeira do Leme até a dos Tabajaras. Por muitos anos moveram-se nos tribunais complicadas questões relativas à posse de terrenos em Copacabana. Pouco depois de 1870, apareceram os protestos contra Alexandre Wagner, o qual sofreu embargos pelos arruamentos que, então, estava fazendo em vasta área por ele ocupada, entre a rua da Passagem e Copacabana. Mas, desprezados os embargos, Wagner loteou terrenos nas margens dos logradouros que abriu, construindo em alguns e vendendo os demais. Esse Alexandre Wagner (que se presume seja parente de Wagner, o grande compositor alemão), na obra que executou em Copacabana, grande serviço prestou à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, dotando-a de um novo bairro à beira-mar e que é hoje o seu orgulho. Toda a obra executada por Wagner foi aceita pela Ilustríssima Câmara, em sessão de 6 de junho de 1874. Um dos embargantes, de nome Manoel Pereira da Silva, dono do sítio do Inhangá, não se conformou com as decisões favoráveis ao embargado e indevidamente trancou à servidão pública o prolongamento da rua Bernardo de Vasconcelos, levantando cerca e plantando bananeiras. Porém, logo que conhecedora do ato abusivo de Pereira da Silva, a Ilustríssima Câmara mandou derrubar tudo pelos seus guardas. Afinal, vendo perdida a sua causa, o rixoso indivíduo procurou amigavelmente acordo com a Ilustríssima Câmara, em 1877, o que foi feito sem prejuízo ao público. Em 1895, encontramos Pereira da Silva a questionar sobre terrenos de seu sítio e desta vez com a Empresa de Construções Civis, a qual viu-se envolvida em outras mais querelas com possuidores de terrenos em Copacabana. Ainda em 1895, a dita empresa, procurando por termo a essas questões, insistia com a Prefeitura do Distrito Federal, pelo aforamento da grande área de terrenos da antiga fazenda de Socopenapan, e área que ela, empresa, possuíra na qualidade de sucessora da Companhia Esperança, adquirente da referida fazenda em dezembro de 1844, por seu presidente Carlos Le Blon. Em 31 de julho de 1895, há um despacho do prefeito sobre essa pretensão, mandando que a Empresa de Construções Civis aguardasse a decisão do Poder Judiciário a respeito dos litígios existentes. Posteriormente, acordos entre a querelada e alguns dos querelantes criaram maior confusão sobre os terrenos de Copacabana e a respeito dos quais ainda há questões.

Lugar da Copacabana – 1818/1895

Terreno de vastíssima extensão, pedregoso bastante em uma parte, à beira-mar, maninho na sua maior porção com altas dunas e pitangueiras nas encostas da montanha. Em 1818, ainda estava ocupado por um estabelecimento de pescaria, que existia desde o começo do século XVIII, com casa residencial de pedra e cal, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Copacabana, um poço de água potável, todo de cantaria e coberto de telha, e diversas outras servidões. Tudo isso pertencia a Manoel de Santos Passos, que era foreiro do Senado da Câmara pela posse do terreno. Por morte de Santos Passos, herdou todas as precitadas benfeitorias o capitão Antônio da Costa Passos, sobrinho do finado. A esse herdeiro, foram elas compradas por Luiz Pereira de Lima, com licença do Senado da Câmara, a 26 de maio de 1819. Os herdeiros e sucessores de Pereira de Lima na posse do estabelecimento de pescaria, casa de morada, capela e de todas as demais serventias, foram Inácio da Silva Melo e sua mulher, Ana Venância Bernardina de Almeida Melo, seguindo-se a sucessão diretamente aos filhos do dito casal: Francisco da Silva Melo e Carlota Joaquina de Almeida Gonzaga, casada com Francisco do Nascimento de Almeida Gonzaga, os quais fizeram prosperar novamente a propriedade, que, além de outras benfeitorias, foi acrescida de uma casa apropriada a romeiros, levantada próximo à capela. Desde essa época, ficou a morada dos Melos sendo chamada – fazenda de Socopenapan, com muita plantação, principalmente a de mandioca para o fabrico de farinha, em engenho próprio da fazenda. Essa fabricação de farinha destinava-se à venda pública, que era feita em larga escala. Por escritura de 13 de fevereiro de 1843, do tabelião João Nepomuceno Cantalice (livro 192, fls. 9), foi a fazenda vendida a Bernardino José Ribeiro, pela quantia de 4:300$. Ribeiro tirou carta de aforamento das terras da fazenda a 10 de setembro de 1844 e, neste mesmo ano, escritura de 9 de dezembro, do tabelião João Pinto de Miranda, vendeu a sua propriedade pela quantia de 6:400$ a Carlos Le Blon, na qualidade este de presidente da Companhia Esperança, empresa que se liquidou e teve como sucessora a Construções Civis. Da referida venda foi excluída a capela, já sob a posse da Mitra da Diocese do Rio de Janeiro. Os limites da fazenda de Socopenapan, ao ser comprada por Le Blon, eram os seguintes: pela frente, a praia de Copacabana; ao fundo com as terras da antiga fazenda de Rodrigo de Freitas; ao norte, as terras do Cantagalo, e ao sul, o oceano.

Lugar da Copacabana – 1844

Terreno de marinhas, com 127 braças – cerca de 280m de extensão pela praia fronteira ao sítio do Cantagalo, no lugar chamado Copacabana. Esse sítio era propriedade de Domingos José de Almeida, o qual pediu e obteve da Ilustríssima Câmara o aforamento dessas marinhas, por despacho de 13 de dezembro de 1844. O terreno em apreço entestava com o mar grosso e era invadido e alagado diariamente na cheia da maré. Foi esse terreno considerado devoluto para ser aforado a José de Almeida e o seu aforamento obedeceu aos dispositivos do aviso do Tesouro Nacional, de 30 de janeiro de 1836, aditamento da lei de 15 de novembro de 1831 e instruções de 14 de novembro de 1832 e mais o que dispôs a lei de outubro de 1834. Domingos José de Almeida era muito rico, possuindo prédios urbanos, terras lavradas nos arredores da cidade, na Zona Norte e em Copacabana, onde além do Cantagalo, possuía uma outra importante propriedade chamada sítio da Lagoa, em terras da antiga fábrica de pólvora, pertencentes ao domínio da Nação.

Estrada da Copacabana – 1808/1847

Terreno de grande extensão de frente e de fundo, e cuja medição precisa nunca se fez, por dúvidas surgidas. A primeira tentativa para o levantamento oficial desse terreno foi em 1808, quando já havia anos era ocupado por uma chácara com boa casa residencial pertencente a Joana Bernarda Mansa de Castro. No dito ano de 1808, aparece Joana Bernarda vendendo a casa e chácara ao casal José Fernandes Guimarães e Teresa Jesus Guimarães. A esses compradores é certo ter o Senado da Câmara concedido o

aforamento do terreno. Ainda é certo, porém, que, posteriormente, as desmembrações do terreno e os arrendamentos foram feitos à revelia da municipalidade, senhorio direto, e quando ela procurou reivindicar os seus direitos senhoriais sobre as desmembrações havidas, esses direitos foram desprezados por prescritos, e os arrendatários tiveram a seu favor o usucapião. Por sua vez, o filho e herdeiro do precitado casal, José Fernandes Guimarães Júnior, tendo conseguido da Ilustríssima Câmara o título de foreiro, em 20 de fevereiro de 1846, foi a juízo para reivindicar direitos de domínio útil. Mas, em face da decisão judicial em favor dos arrendatários antigos, a Ilustríssima Câmara modificou a concessão de fevereiro de 1846, expedindo um novo título em 5 de agosto de 1847 nos termos do qual foi concedido o aforamento a José Fernandes Guimarães Júnior.

Rua de Copacabana – 1860

Terreno de 79 braças, formando ângulo reto na junção das ruas Copacabana e Dom Pedro II. Era desmembramento da antiga fazenda do Vigário Geral que ocupava toda a várzea entre os morros do Suzano, Urca e Leme. Dessa fazenda saíram os terrenos doados à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e ao imperador Dom Pedro II. Os do monarca, por sua determinação, foram incorporados aos próprios da Nação. O terreno motivo destas notas estava compreendido na doação à Santa Casa e foi por ela vendido a José Carvalho de Souza Figueiredo. Para essa venda a Ilustríssima Câmara, na qualidade de senhorio direto do terreno, concedeu a devida permissão, em 31 de março de 1860. A rua de Copacabana tem hoje o nome de Passagem. O Rio de Janeiro deve ao insigne Paulo de Frontin a iniciativa de grandes melhoramentos. Copacabana, Ipanema e o Leblon tiveram do ilustre engenheiro brasileiro, quando prefeito, cuidados especiais.

Lagoa Rodrigo de Freitas

A lagoa Rodrigo de Freitas chamou-se, primitivamente, lagoa de Socopenapan, Socóapenapan e ainda Sapopenipã, que quer dizer raízes chatas, e pelas suas margens viviam em bandos os Soo-cós: aves aquáticas da família das pernaltas. A lagoa Rodrigo de Freitas foi compreendida na concessão de terras feita a Diogo de Amorim Soares, em 1598, pelo operoso governador do Rio de Janeiro, Francisco de Mendonça Vasconcelos. Depois, a lagoa, plantações, engenho, olaria, casa de morada e outras mais serventias e utilidades, com as quais Amorim havia beneficiado as terras, foram por ele doadas ao seu genro Sebastião Fagundes Varela. Cientificado de que as terras eram foreiras à Câmara, Fagundes Varela tirou a carta de aforamento das mesmas, a 27 de novembro de 1606. Aos sucessores de Fagundes foi a propriedade do distrito da Lagoa comprada pelo fidalgo português dom Rodrigo de Freitas Castro, que a melhorou bastante com as obras feitas no engenho, na olaria e em outras dependências.* Construiu uma nova casa para a sua residência e nas proximidades levantou casa para os colonos. Reconstruiu a capela para o culto público a Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Com esses e outros empreendimentos, dom Rodrigo insuflou vida por toda aquela região amena e pitoresca. Cansado e velho, voltou para Portugal e ali faleceu, deixando descendência no Rio de Janeiro. Na posse da importante propriedade, com a morte de dom Rodrigo, foi investido o seu filho dom João de Freitas Castro, casado com Maria de Melo Pereira Sampaio e falecido viúvo, em 1779, deixando herdeiro dos seus bens o seu filho dom Rodrigo de Freitas Melo e Castro, casado com Josefa Margarida Leonor Cardoso de Menezes Castro. Dom Rodrigo faleceu viúvo, a 22 de dezembro de 1803, e as filhas do casal Maria do Ó de Freitas de Melo e Castro e Maria Leonor de Freitas de Melo e Castro ficaram de posse da propriedade, da qual, por fim e em compra amigável à sua irmã, Maria Leonor, ficou sendo a única dona. Pelo decreto real, de 13 de junho de 1808, o engenho, a olaria e mais estabelecimentos, todas as terras e a lagoa passaram a

* Primeiramente, devemos retificar o título de “dom”, atribuído pelo autor a Rodrigo de Freitas Castro, que nunca o teve. Em segundo lugar, Rodrigo de Freitas não comprou o engenho; recebeu-o de dote para se casar com a neta de Fagundes Varela, de nome Petronilha Fagundes, em 3 de julho de 1702. O novo casal proprietário vendeu o engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, em 25 de março de 1711, ao dr. Manoel Correia Vasques. Portanto, Rodrigues de Freitas usufruiu da propriedade durante nove anos, tempo curto demais para fazer as obras citadas por Restier Gonçalves. Aliás, o nome da região deveria ser “lagoa dos Fagundes”. (N.C.)

Augusto Malta, 2/1/1919 – Copacabana.
Augusto Malta, 2/1/1919 – Leme.

pertencer à Nação. Mas, pelas dúvidas que surgiram, a desapropriação só em 1827 foi ultimada, recebendo a proprietária, como indenização, a quantia de quarenta e dois contos cento e noventa e três e quatrocentos e trinta réis. O engenho do Rodrigo de Freitas, que compreendia também a lagoa, ocupava toda a região desde o antigo forte de São Clemente até o morro dos Dois Irmãos e desde a praia até as vertentes, como assinala a planta do capitão Cony, a qual serviu de base para as medições de 1844 e de 1868. Foreiras à municipalidade, à razão de seis mil réis anuais, as terras foram remidas pelo governo do Império, por cinqüenta apólices da dívida pública de um conto de réis cada uma. Lavrou-se a respectiva escritura, a 18 de dezembro de 1869, na forma do artigo 14, da lei 1245, de 22 de junho de 1865. Logo depois do precitado decreto real da desapropriação, uma fábrica de pólvora e uma grande oficina de armas foram instaladas nos antigos edifícios dos Rodrigos de Freitas.

É interessante saber que, em 1932, o Conselho Florestal do Distrito Federal teve a triste idéia de propor à Prefeitura, pelo ofício 729 de maio daquele ano, a mudança do nome da lagoa – "por não ter significação histórica" [sic] para o de lagoa das Garças. Felizmente, a Diretoria de Matas e Jardins, manifestou-se contrária à absurda proposta.

Em tempos antigos, longa era a caminhada para ir à então lagoa de Socopenapan. Partia-se de Botafogo e contornava-se o morro do Secretário para alcançar um estreito caminho, que era bem alagado em alguns pontos e tinha o mesmo seguimento das atuais ruas da Passagem e General Polidoro. Posteriormente, com as retificações e arruamentos que se fizeram, o trajeto passou a ser feito pelo Caminho do Carro – hoje rua São Clemente.

Pescadores já habitavam em derredor da lagoa de Socopenapan no começo do século XVII. Foram eles os primeiros a praticar, periodicamente, a abertura de um canal de ligação do mar com a lagoa, para facilitar a entrada do peixe na época da desova, feita, como se sabe, nos remansos seguros da costa. Nesse trabalho de quase dois séculos e sem outra preocupação senão a de favorecer a sua indústria, os pescadores iam reduzindo os ares malignos que as águas mortas da lagoa espalhavam. Por fim, houve o despovoamento em conseqüência das febres pestilentas que assolaram a pitoresca região, sob a forma epidêmica grave. A de 1779 foi horrível, porque matava ou inutilizava pela paralisia. Desde então, pouco se cuidou da famosa lagoa. As algas cobriram-na e a morte a rodeou. Em 1837, fizeram-se ligeiros trabalhos de saneamento e nessa ocasião começou o corte da lendária Pedra Santa que se erguia muito inclinada sobre a estrada à margem da lagoa. O corte esteve a cargo do padre Manoel Gomes Souto, por empreitada. Ao fim de dois anos, o empreiteiro pediu à Ilustríssima Câmara um auxílio em dinheiro, alegando já ter gasto mais de 10 barris de pólvora e também muito maior importância do que a do seu contrato, que era de duzentos mil réis. A Câmara negou o auxílio e administrativamente terminou o serviço.

Em 1880, o barão de Teffé, então capitão de mar e guerra e diretor da Repartição Hidrográfica da Marinha, apresentou estudo e plano ao Ministério do Império, que os solicitara, a respeito de obras para um saneamento definitivo da lagoa. Todo o trabalho do ilustre engenheiro naval, que faleceu com mais de 90 anos no posto de almirante reformado, aparece claramente desenvolvido em relatório seu, de 27 de fevereiro de 1880. Acompanha o relatório uma curiosa planta das margens da lagoa, levantada por Teffé com a colaboração do então capitão-tenente Francisco Calheiros da Graça, que também morreu idoso e almirante. Em 1883 e em 1887, novas tentativas e outros planos para o saneamento da lagoa, com o contrato de J. Belissine & C.º Nada se fez e os anos rolaram sobre esses e outros muitos fatos em relação à lagoa Rodrigo de Freitas. Por ela, realmente se interessou, quando prefeito (1920/1922), Carlos César de Oliveira Sampaio, um dos mais brilhantes administradores do Rio de Janeiro, pela sua operosidade surpreendente, aliada à sua alta competência de engenheiro e de intelectual, no que deu provas em muitas das suas realizações. Citaremos as obras da lagoa Rodrigo de Freitas, planeadas por técnicos da escolha de Carlos Sampaio e plano que obedeceu, em linhas gerais, idéias do precitado ilustre prefeito. Assim, cuidando ele da questão capital, que era o saneamento da lagoa, não descurou, todavia, da parte estética, e, sem quebrar os encantos naturais daquele recanto, transformou-o de forma a torná-lo uma das maravilhas da capital do Brasil.

CAPÍTULO VI

Cosme Velho

Cosme Velho era o lugar alto da Carioca Velha ou Paragem das Laranjeiras, topando com a serra grande de mata espessa. Foi de todo desbravado no século XVII,* pelo desenvolvimento das granjas – terras incultas que, pelas laboriosas mãos de Cosme Velho Pereira, se cobriram de bananeiras, canaviais e laranjeiras – e daí o batismo do bairro com o nome de Cosme Velho, onde o antigo obreiro do seu progresso passou quase toda sua existência, insuflando trabalho e prosperidade. Ao correr jubiloso os seus pomares, Cosme Velho Pereira antevia, por certo, do alto da sua quinta, o grandioso futuro reservado à heróica e leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Quinta de Cosme Velho

A quinta de Cosme Velho Pereira media 418 braças de frente pela estrada pública, com fundos até o alto da montanha, no caminho da serra por onde corriam os canos da Carioca, no lugar da caixa d'água desses canos. A estrada é hoje rua Cosme Velho e o lugar da caixa, o Silvestre. As terras da quinta constituíam uma desmembramento das que foram ocupadas pelo engenho e pela olaria de Cristóvão Monteiro (1566/1610).** Por morte desse oleiro, que foi ouvidor do Rio de Janeiro, a sua viúva, conhecida por marquesa Ferreira, vendeu as terras e benfeitorias, em agosto de 1610, a uma ricaça de nome Maria Soares, a qual levou a efeito a desmembramento completa das terras para a venda. No começo do século XVIII, Cosme Velho Pereira já aparece dono da quinta em apreço, a qual, na sua primitiva situação, apresentava acidentes geográficos curiosos e limitava-se de um lado, banda da cidade ou do norte, com o dr. João da Mota Leite, e do outro lado, sul, com Antônio Rodrigues de Freitas.*** A pedido de Cosme Velho, mandou a Câmara demarcar a quinta em 17 de novembro de 1727, e na mesma data concedeu ao peticionário a carta de aforamento das terras por ela – quinta – ocupadas. Por três vidas e ao foro anual de dois mil e duzentos réis fez-se a dita concessão. Com a morte de Cosme Velho, a quinta passou ao filho e herdeiro do finado, dr. José Velho Pereira, a quem coube o aforamento em segunda vida, por carta de 5 de março de 1760. Logo depois, o dr. Velho Pereira e sua mulher, Teresa Leonor Gertrudes Pereira, venderam a quinta a João da Cunha Neves, ao qual o Senado da Câmara concedeu nova carta de aforamento correspondente à terceira vida. Em 1778, guardando ainda as mesmas linhas divisórias, a quinta de Cosme Velho passou a um novo dono, Manoel da Cunha Neves, por sucessão hereditária, na qualidade de único irmão, herdeiro e sócio de João da Cunha Neves. No mesmo ano de 1778, por escritura de 24 de dezembro, Manoel da Cunha Neves fez doação da quinta aos filhos da sua sobrinha Joaquina Rosa da Silva, casada com Luiz Francisco da Silva, sob condição de usufruto para o referido casal. Foi um presente real de festas desse bom tio. Por morte dos usufrutuários e para a partilha procedeu-se à desmembramento da quinta, levada a efeito a 2 de agosto de 1822. A divisão compreendeu a parte da quinta que estava desembaraçada, que era de 366 braças de frente, pois que a outra parte, de 52 braças de frente, estava em litígio com o confinante João da Costa Freitas, e assim ficou reservada em comum aos donatários até a decisão do pleito.

Em 1836, afinal, decidiu-se o litígio e contra Costa Freitas. No mesmo ano de 1836, as ditas 52 braças foram vendidas a Joaquim Luiz da Silva Souto, o boticário. A partilha a que aludimos anteriormente deu 9.5 braças de frente, por extenso fundo, a cada um dos donatários, que foram Carlos Francisco da Silva, Justina Carolina da Silva, Ana Matilde da Silva e Mariana Delfina da Silva. Mariana não demorou em vender o seu quinhão e de uma só vez todo ele, por 2:800$, ao já referido boticário Silva Souto, que comprara a parte litigiosa, como deixamos dito antes. Joaquim Luiz da Silva Souto loteou os terrenos que comprara, construiu sete prédios e formou, entre estes prédios e o rio, um logradouro público a que se deu a denominação de largo do Boticário. Silva Souto teve fortuna e foi estabelecido com botica à rua Direita, agora Primeiro de Março. Em voltando a falar dos donatários, diremos que o de nome Carlos Francisco da Silva, das suas 9.5 braças, reservou 45 de frente por 50 de fundo e aí construiu uma boa casa residencial com chácara para servir-lhe de moradia, como serviu, e que depois vendeu a Manoel Veloso Tavares. Em 21 de junho de 1831, encontramos Veloso Tavares

---

* Cosme Velho Pereira só adquiriu sua chácara no primeiro quartel do século XVIII. O próprio autor data a demarcação dessa chácara: 17 de novembro de 1727. (N.C.)

** Cristóvão Monteiro faleceu antes de 1590 pois, nesse ano, sua viúva marquesa Ferreira doou as terras que herdara (atual bairro de Santa Cruz e outras áreas) aos jesuítas e voltou com sua família para São Vicente, em São Paulo. (N.C.)

*** Autos de Medições e Demarcações de Terras – Arquivo Municipal. (N.A.)

vendendo a casa e a chácara a Salvador Corrêa de Sá, a quem a Câmara Municipal, por despacho de 30 de agosto daquele dito ano, concedeu o aforamento do terreno da casa e chácara. Salvador Corrêa de Sá, de tradicional e ilustre família, homem inteligente e letrado, foi, porém, um desviado na vida, pelas ações que praticou. É assim que encontramo-lo às voltas com a justiça, em 1838, quando, falhando a sua habilidade criminosa, não pôde evitar as conseqüências de um ato que praticara e que se fez público com escândalo. Salvador de Sá havia hipotecado a sua casa e chácara e por essa hipoteca vem a ser executado. A despeito disto e conseguindo descaminhar os autos da penhora, vendeu-as por 2:000$ ao cônego Francisco dos Santos Moreira, em 8 de agosto de 1838. A patifaria foi descoberta, os autos da penhora encontrados e esta executada, anulando-se a venda. Salvador de Sá foi chamado a juízo como criminoso. Por fim, fazendo um acordo com o exeqüente e perdoado pelo cônego Moreira, Salvador Corrêa de Sá livrou-se da culpa e arquivou-se o processo.

Em 1843, a casa, com a chácara, foi vendida a Francisco Coelho de Oliveira. Em 1846, em praça de ausentes aparecem casa e chácara, com o nº 45 da rua do Cosme Velho, arrematadas pela quantia de 5:700$, por Manoel José Fernandes a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno, em 26 de fevereiro de 1847, depois de atento exame da situação do imóvel perante a Justiça.

Lugar do Cosme Velho – 1806/1844

Terreno de 180 braças de frente, por um caminho agreste ou estrada pública, no lugar chamado Cosme Velho, e cujos fundos iam ao mais alto da serra e águas vertentes para São Clemente. Esse terreno, ainda em 1806, é encontrado como pertencendo ao tenente miliciano José de Azevedo Santos e, no dito ano, por escritura de 16 de agosto, vendido pela quantia de cinco mil cruzados ao casal do capitão Joaquim Gonçalves dos Santos. Esse casal era riquíssimo, possuidor de propriedades rurais nos sertões da antiga capitania do Rio de Janeiro, margem do rio Paraíba, com escravos em grande número. O casal Gonçalves do Santos beneficiou bastante o terreno que comprou, construindo grande casa para a sua residência, rodeada de arborização especial. Afinal, por ajuste particular, de 27 de julho de 1812, foi feita a promessa de venda da magnífica propriedade pelo dito casal ao capitão-mor Manoel José de Souza. Consumou-se a venda por escritura pública, de 28 de setembro de 1814. Nas transferências, por compra e venda, que se fizeram das citadas benfeitorias, era incluído o terreno sempre como livre de foro. Em 1814, houve quem denunciasse o fato às autoridades competentes do Senado da Câmara, mas, por motivos que ficaram ocultos, nenhuma providência foi tomada. Somente trinta anos depois, o capitão-mor Manoel José de Souza, já bem idoso e enfraquecida a sua influência, viu-se obrigado a reconhecer o senhorio da municipalidade sobre o chão da sua casa e chácara e a pagar os foros em atraso, evitando assim a praça de comisso com que fora ameaçado. Em 9 de julho de 1844, legalizou-se a situação dos imóveis, tirando o capitão-mor a respectiva carta de aforamento.

Lugar do Cosme Velho – 1809/1882

Terreno de 286 braças de frente pela estrada pública no lugar chamado Cosme Velho cujos fundos se estendiam além de 50 braças pelo morro de São Clemente acima. No Cosme Velho, extensas terras montanhosas e em mata virgem foram possuídas por Bernardo Francisco de Moura. A sua viúva, Maria Rosa de São Francisco, transferiu todas por venda e pela quantia de seis mil cruzados, ao capitão Joaquim Gonçalves dos Santos, em 2 de março de 1809. O capitão Gonçalves dos Santos, de quem já falamos, mandou proceder o levantamento geral das terras e as dividiu em duas porções iguais, que vendeu uma ao capitão-mor Manoel José de Souza, também já nosso conhecido, e a outra ao padre Antônio Benedito José de Souza. Da porção do capitão-mor Souza saiu o terreno objeto destas notas e que foi vendido, em 4 de dezembro de 1824 a Domingos Gonçalves de Azevedo, já possuidor de outros terrenos comprados ao padre Benedito de Souza, a 6 de novembro de 1816. Aliás, o padre Benedito

desfez-se de toda a porção que comprara, com a venda feita a Domingos de Azevedo e mais duas outras, sendo uma ao conselheiro Luiz Moutinho Alvares de Azevedo, e a outra ao inglês Henrique Chamberlain. É interessante recordar que Domingos Gonçalves de Azevedo tinha-se na conta de sátrapa. Daí, os atos de força e de ilegalidade que praticou com respeito às terras de que era apenas posseiro. Afinal, acabou processado e condenado às penas máximas (prisão, multa e confisco) da lei, pelo juízo privativo do Senado da Câmara. No terreno vendido pelo padre Benedito de Souza ao inglês Henrique Chamberlain, a 27 de novembro de 1816, foi edificada boa casa residencial entre arborização selecionada, na maioria árvores frutíferas. Essa magnífica residência pertenceu a mais dois ingleses – Guilherme Young, por compra a Chamberlain, e a Jorge Britain, que a comprou a Young, em 23 de março de 1822. Agostinho José Inácio da Costa Figueiredo, genro de Silvestre Pires Chaves e vizinho de Britain, tornou-se o proprietário da bela morada, conhecida por chácara do Inglês. Dessa chácara saíram os terrenos que entraram na formação de uma outra boa vivenda – a famosa chácara do Tumba, cuja situação, em 1882, está bem delineada no desenho que ilustra estas notas.

Lugar do Cosme Velho – 1823/1851

Terreno de 36 braças de frente por 317 ditas de fundo, possuído por Justina Carolina da Silva, e a ela comprado por Antônio Rodrigues Soares de Luna, em 23 de outubro de 1823, pela quantia de 1:080$. Soares de Lima beneficiou o terreno construindo casa de morada confortável e plantando boa chácara, que não demorou em ser inutilizada, devido ao desmembramento que se fez em duas porções diferentes: uma de 16 braças de frente, vendida a Antônio Joaquim Álvaro da Silva, e a outra de 20 braças, vendida a José Gomes Moreira de Miranda. Devido ao estrago causado no livro de escrituras pela traça, não nos foi possível precisar o dia das vendas das citadas porções de terreno, sendo certo, porém, que se fizeram no mês de outubro de 1851.

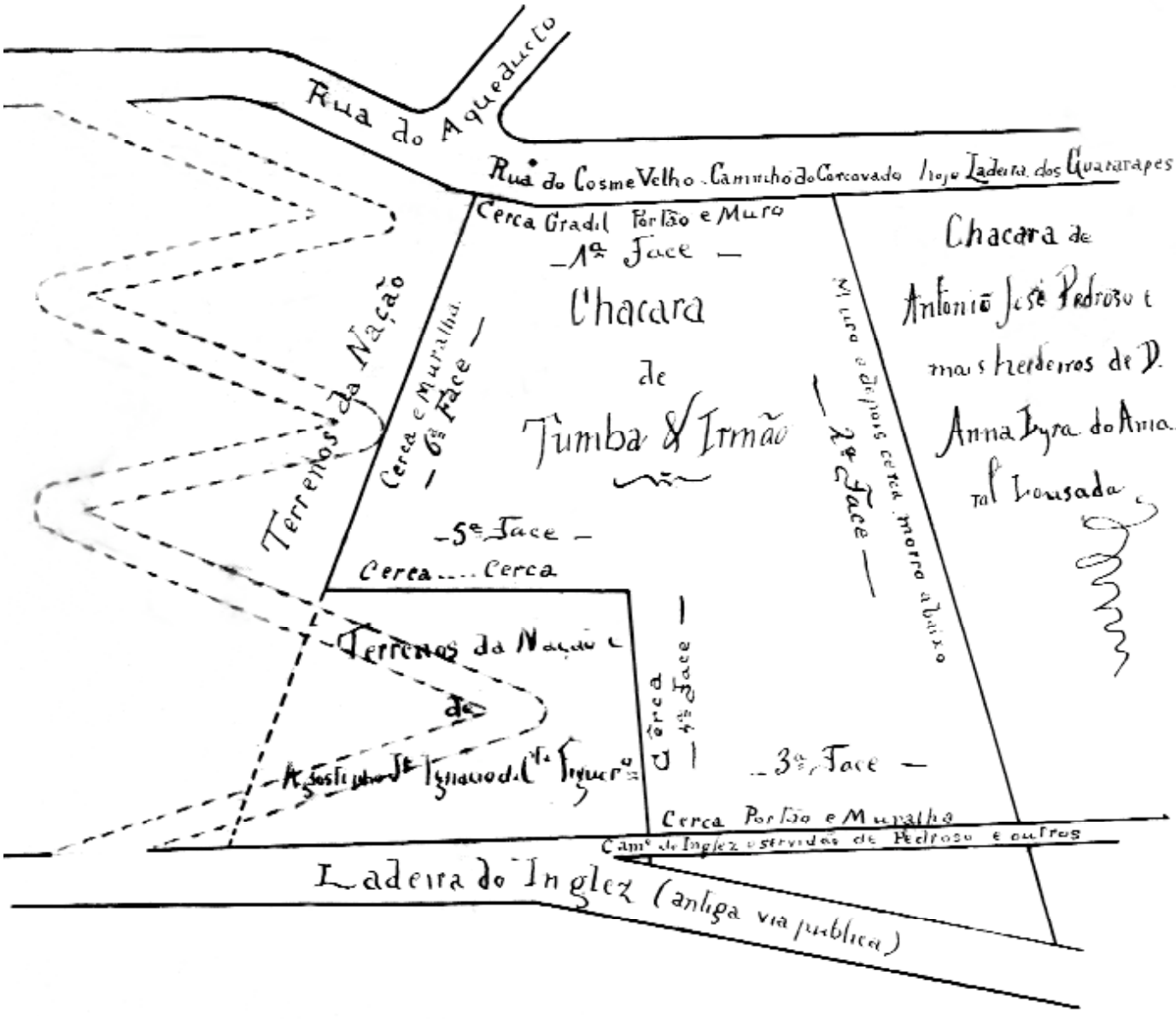
Lugar do Cosme Velho – 1825/1846

Terreno de 23 braças de frente por 30 ditas de fundo, possuído por Ana Matilde da Silva e pela dita posseira, vendido em 1825 a José Botelho de Siqueira. Nesse terreno, Botelho construiu casa de morada com chácara, lançada em 1846, no Tombamento Municipal, com o nº 30 da rua do Cosme Velho e em nome de Bernardo Botelho, na qualidade de filho e herdeiro do precitado José Botelho de Siqueira. Ainda no dito ano de 1846, verificamos a existência de anotações sobre o imóvel em causa, porém, elas se apresentam lacônicas, como em geral todas que dizem respeito às transferências de prédios. É assim que no livro competente – “Lançamento das Décimas para o ano de 1846” – apenas consta: “Chácara 30, rua do Cosme Velho, João Tavares, por compra e pela quantia de 10:000$”. O que deixa crer ter sido Tavares apenas comprador das benfeitorias, tendo o terreno ficado sob o domínio útil de Bernardo Botelho, segundo o Registro do Tombamento, em 1846.

Estrada do Cosme Velho – 1826/1847

Terreno de extensa frente pela estrada do Cosme Velho, no ponto em que ela se bifurcava, formando dois caminhos: um para o Regelo e o do Corcovado. A respeito desse terreno, não encontramos provas do seu levantamento nas fontes a que recorremos e bem assim quanto ao caminho para o Regelo, sobre o qual são lacônicas e duvidosas as referências que se lhe fazem, posteriormente ao ano de 1826. Quer nos parecer que esse caminho desapareceu em conseqüência das desmembrações das chácaras a que prestava servidão, para os lados de Santa Teresa. O terreno foi comprado por Jorge Britain ao capitão-mor Manoel José de Souza, a 2 de janeiro de 1826, e aforado ao dito comprador, a 19 de novembro de 1828. Ao tempo deste aforamento, Jorge Britain era ainda cônsul geral da Inglaterra e

negociante no Rio de Janeiro, onde residia em grande e cuidada chácara com entrada pela estrada do Cosme Velho e que ocupava quase todo o morro do Inglês, no alto do qual ficava a residência do conceituado cônsul. A chácara e também a casa de morada foram doadas por Britain a uma senhora de suas relações e grande estima, de nome Marcelina Rosa da Porciúncula. Ao falecer, o bom cônsul Britain devia avultada quantia à "Casa Britain, Wilhenson & Broconel", de Schefeld, no condado de York, e para pagamento da dívida foram à praça os seus bens. Num gesto altruísta e de gratidão ao seu finado amigo e benfeitor, a senhora Porciúncula pôs também à praça a chácara e casa que lhe haviam sido doadas e onde residia, para com o produto da venda auxiliar a liquidação dos compromissos deixados por Britain – a quem chamavam o bom cônsul – Agostinho José Inácio da Costa Figueiredo adquiriu a magnífica morada.



Chácara dos Tumbas.

Estrada do Cosme Velho – 1830

Terreno de 50 braças de frente por perto de 70 ditas de fundo. Esse terreno aforado a Antônio Peixoto do Vale, em 8 de março de 1830, estava nessa época ocupado por uma cuidada chácara bem arborizada e várias casas residenciais, formando, todo o conjunto, uma pitoresca vila denominada vila do Peixoto, por pertencer a Antônio Peixoto do Vale, que a comprara a João da Costa Freitas, em estado de quase completa ruína e a reconstruiu com esmero. A vila do Peixoto dava uma boa renda ao seu proprietário. A compra foi feita por um conto de réis em moeda prata – em grande giro nesse memorável ano de 1830. A moeda prata prestava-se a uma série de especulações, em conseqüência de oscilar constantemente o seu valor, estipulado pelo câmbio do dia. Nas vendas de prédios, enorme as especulações, com prejuízo à renda municipal da quarentena a que estavam obrigadas essas vendas, visto que grande parte do chão em que está assente a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é foreira à sua municipalidade. A Ilustríssima Câmara, acautelando-se, desenvolveu atilada fiscalização, que dificultou bastante a maroteira. Antônio Peixoto do Vale era possuidor de vastos terrenos à margem esquerda do rio Carioca, com fundos na estrada que ia para o Corcovado e na quase totalidade comprados ao conselheiro Luiz Moutinho Alvares de Lima. Na porção adquirida a esse titular estavam compreendidos três antigos engenhos de farinha, em estado de ruína e que se incluíram na venda, realizada em 1830, por 1:100$. Peixoto do Vale concorreu muito para o progresso do Cosme Velho, desmembrando as terras que possuía para abrir vias públicas e levantar bons prédios. Depois de 1834, esse bairro começou a crescer com rapidez.

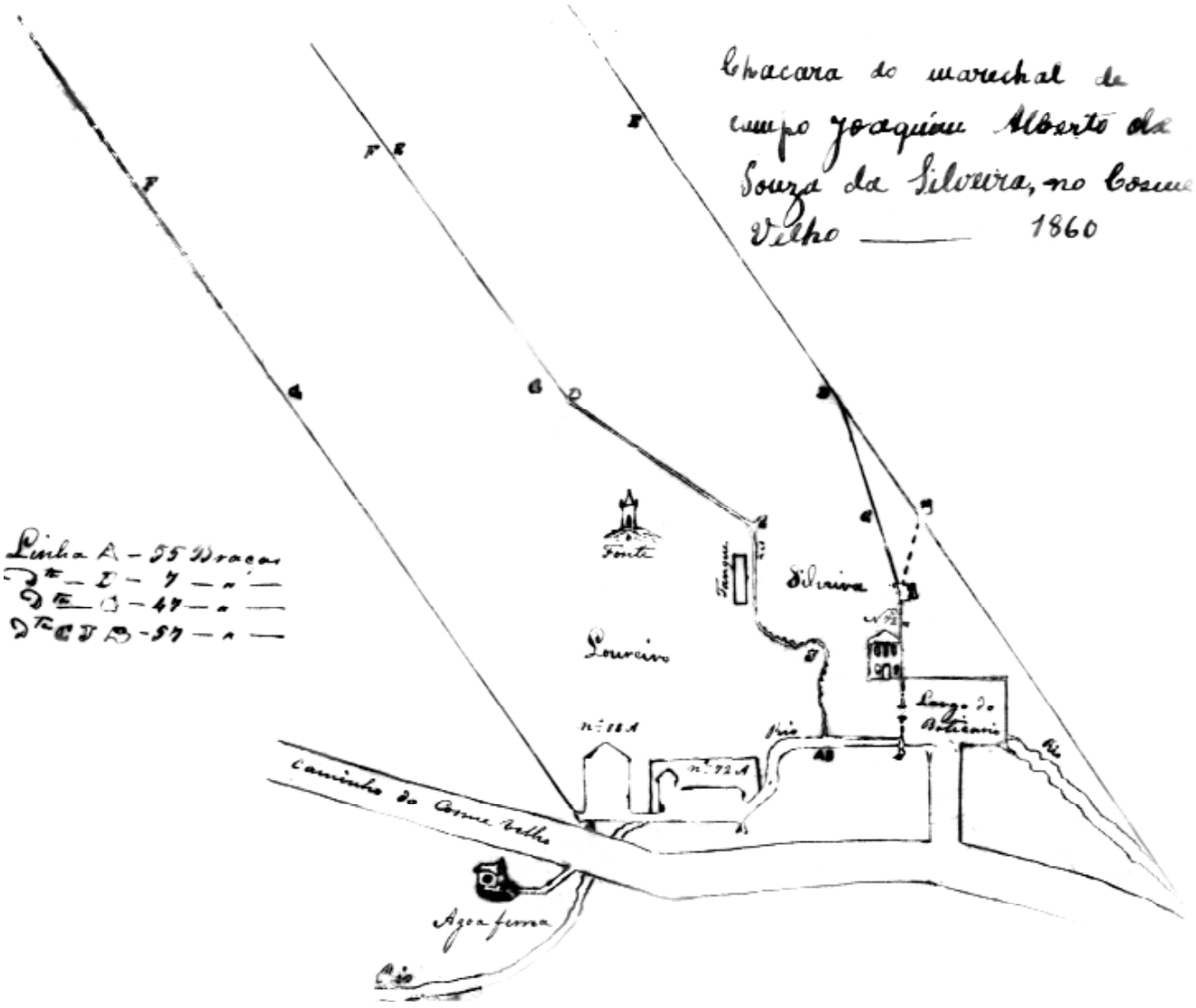
Estrada do Cosme Velho – 1835/1860

Terreno de 62 braças de frente pela estrada do Cosme Velho e que se estendia até as nascentes do rio Comprido, sendo aí coberto de espessa mata. Esse seguimento de frente a fundos fazia quase todo em reta. Além de outras benfeitorias, existiam nesse terreno três antigas casas de morada, com entradas pela estrada do Cosme Velho nºs 72, 72A e 88A, e propriedade do marechal-de-campo Joaquim Alberto de Souza da Silveira, que era também o posseiro do terreno. Esse militar tinha mais propriedades, e valiosas, no Rio de Janeiro, em outros lugares do Brasil e em Portugal. Residia no Rio de Janeiro, a princípio no Cosme Velho e por fim na Lapa. Ficou viúvo em 1835, com uma filha de nome Maria José de Mendonça da Silveira, a qual veio a casar-se, em 1844, com Jorge Firmo Loureiro. O marechal Silveira, por morte da sua mulher, não fez, como era obrigado, o inventário dos bens do casal, para a entrega da legítima materna à referida filha. Daí, complicações que surgiram e que tornaram demorado o inventário e mais dispendioso. A partilha fez-se amigavelmente por escritura pública de 5 de novembro de 1857 e lavrada pelo tabelião Pedro José de Castro, na residência do marechal, à rua da Lapa, 29, com a presença dos interessados e das testemunhas Sabino Inácio da Silva e Francisco Tomás de Aquino. O marechal Silveira reservou para ele nove escravos: cinco operários ao ganho e quatro para serviços domésticos e estes foram a mucama Justina, com 25 anos; a cozinheira Eulália, de 35 anos; o padeiro, mulher, de nome Maria, de 33 anos, e o cocheiro Manoel, de 40 anos. Também ficou reservado para o marechal a sua antiga residência à rua do Cosme Velho, 72, no largo do Boticário. Maria José ficaram pertencendo os prédios 72A e 88A da rua do Cosme Velho; a fazenda da Conceição, em Pati de Alferes, na província fluminense; a quinta de Castelões e a do Casal do Assento, na freguesia do Guimarães, em Portugal; 46 escravos e outros bens móveis, semoventes e imóveis no Rio de Janeiro. A partilha foi julgada por sentença de 9 de dezembro de 1857, do juiz municipal da 1ª Vara Cível da Corte do Rio de Janeiro, escrivão Hipólito Cândido de Assis Araújo.

O croqui que apresentamos é curioso e data de 1860, quando se fez necessário conhecer-se precisamente os limites do vasto terreno possuído pelo marechal Silveira e a ele aforado desde o ano de 1846. A casa em que havia residido esse militar figura como nº 72, tendo entrada pelo largo do Boticário. Maria José, ficando viúva de Firmo Loureiro, que era rico, casou-se com João Antônio Martins Tinoco, também endinheirado.

Estrada do Cosme Velho – 1836/1849

Terreno de 60 braças de frente pela estrada do Cosme Velho. Foi comprado, em 1836, pelo sargento-mor e boticário Joaquim Luiz da Silva Souto a Carlos Francisco da Silva e irmãs, últimos donos da quinta do Cosme Velho, na qualidade de donatários de Manoel da Cunha Neves. Silva Souto, em seguimento desse terreno, possuía outro também desmembrado da precitada quinta, com 9,5 braças de frente e que comprou Mariana Delfina, um dos donatários aludidos. Dos terrenos de Silva Souto saíram as vinte braças que a sua viúva, Maria Rita da Silva Souto, vendeu, em 1846, a Manoel Coelho Moura, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento das ditas vinte braças, por despacho de 24 de julho do mesmo ano de 1846. Na parte mais alta do terreno que comprou, Moura edificou uma confortável casa residencial a que se ascendia por íngreme ladeira, começando da fonte férrea. Foi atendendo a esta dificuldade de acesso que a Ilustríssima Câmara concedeu vários favores a Coelho Moura, facilitando-lhe a construção da pitoresca vivenda, que alcançou o começo do atual século. Por escritura de 26 de maio de 1849, e pela quantia de 9:250$, a casa em apreço foi vendida a Francisco Ribeiro de Moura.



Curioso croqui do local das propriedades do marechal Silveira no Cosme Velho.

Estrada do Cosme Velho – 1836/1866

Terreno de 87,5 braças de frente pela estrada do Cosme Velho, no trecho que se chamou de caminho do Peixoto. Esse terreno, desmembrado, em 1836, da antiga chácara dos Moinhos, aparece em 1844 como tendo sido comprado por Antônio Peixoto do Vale, pela quantia de 1:600$, Rosa Maria do Nascimento, viúva e herdeira de João da Costa Freitas, antigo dono da dita chácara. Era nesse a chamada Fortaleza: casa residencial de sólida construção de pedra e cal, aparentando fortaleza medieval e na qual residiu Peixoto do Vale. Em 1866, foi vendida pela viúva Peixoto do Vale, Bernardina Clara, já casada com José Antônio Cardoso dos Santos, quem, por cabeça de casal, aparece em quase todas as transações de bens da referida senhora. Cardoso dos Santos foi um marido liquidatário. Na verdade ele aparece liquidando quase todos os bens da rica viúva. Era casado pelo regime de comunhão de bens, ele que pouco tinha, como deixa crer a documentação que, atentamente, examinamos. A Fortaleza foi comprada por José Borges da Costa, grande proprietário no Cosme Velho, onde possuiu para mais de vinte prédios. Deixou fortuna e descendência distinta no Rio de Janeiro e em Niterói. Os seus descendentes, domiciliados em Niterói, ao fim do século passado, já estavam pobres. O ricaço Borges, que era homem seguro nos negócios que fazia e um tanto avarento, possuiu na antiga estrada do Cosme Velho, além da Fortaleza, nº 73 e da chácara, nº 75, os bons prédios nºs 63E, 63F, 63G, 63H, 65A a 65E e do lado par, para mais de seis. Quando vendia os prédios, retinha sempre o domínio útil do terreno, ficando assim o comprador obrigado a pagar-lhe o foro do terreno e também o laudêmio, no caso de transferência. As vendas que fazia eram concernentes às benfeitorias, apenas. Criou um verdadeiro feudo. Encontramos, depois da sua morte, antigos feudatários seus a questionar em juízo para reivindicação de direitos sobre a posse útil de terrenos, pretendida pelos herdeiros de Borges da Costa.

Estrada do Cosme Velho – 1836/1870

Terreno de 10 braças de frente, por 67 ditas de fundo, alcançando o aqueduto que abastecia o chafariz do largo do Machado. Ana Matilde da Silva e Sá, possuidora do terreno, efetuou a venda do mesmo ao tabelião José Pires Garcia, em 23 de agosto de 1836. Na parte mais elevada do terreno, Pires Garcia fez construir uma boa casa residencial, com chácara, e aí residiu até o ano de 1845, quando, a 7 de maio, vendeu por dez contos de réis, casa e chácara, a José Carvalho Pinto, a quem foram compradas por 25:000 réis, em 1870, pelo negociante Deocleciano Bruce. Na ocasião dessa compra, o imóvel figura no Registro das Décimas com o nº 22 da rua do Cosme Velho. Quanto ao aforamento do terreno, o Tombo Municipal registra como foreiro, até 1841, Ana Matilde da Silva e Sá e em débito. Somente no dito ano de 1841, Pires Garcia pediu o aforamento do chão em que estava assente a sua casa e chácara. Por carta de 30 de outubro, ainda de 1841, a Ilustríssima Câmara concedeu-lhe o aforamento, mediante prévio pagamento dos foros em atraso.

Estrada do Cosme Velho – 1838/1872

Terreno de 100 braças de testada pela margem do rio Carioca e cortado pela estrada do Cosme Velho, tendo 80 braças de fundo. Em conseqüência de corte, o aforamento compreendeu um lado e outro da estrada do Cosme Velho e ainda pelo caminho do Inglês, onde também fazia outra frente. Esse terreno foi legado ao padre Manoel de Queiroz Paiva* pelo antigo posseiro Domingos Alves de Azevedo e, em 1838, vendido pelo dito sacerdote, por 4:000$, ao barão da Glória, Antônio José Leite Guimarães. O barão, comprando o terreno, todo ele montanhoso, ainda muito agreste e fechado por cerca viva, logo o dividiu e construiu vários prédios, dos quais cinco no lado direito da referida estrada, vendidos pelo mesmo titular, em 1863, a José Borges da Costa, a quem pertenciam ainda em 1870 e figuravam no Rol das Décimas com os nºs 50, 52, 54, 56 e 58.

---

* O padre Queiroz Paiva era enteado de Domingos Alves de Azevedo. (N.C.)

Estrada do Cosme Velho – 1841/1843

Terreno de 38 braças de frente por 60 ditas de fundo, logo abaixo da caixa d'água, com casa de morada e chácara, pertencentes ao conselheiro Luiz Moutinho Alvares de Lima, que as vendeu em 1841, por 2:000$, a Joaquim Manoel Silva Castro. Em pior estado do que quando as comprara, Silva Castro vendeu a casa e chácara, por 2:500$, a Agostinho José Inácio, em 1º de fevereiro de 1843. No mesmo ano de 1843, José Inácio, que reformou a casa e cuidou da chácara, conseguiu da Ilustríssima Câmara o aforamento do terreno, por despacho de 10 de outubro.

Rua Cosme Velho – 1854/1855

Terreno de 3 braças de frente pela rua do Cosme Velho, no largo do Boticário, por 48 ditas e 9 palmos de fundo, com uma casa térrea nº 64, propriedade de Jerônimo Jacinto de Almeida, que a comprou, em 8 de julho de 1854, à viúva e filhos do boticário Joaquim Luiz da Silva Souto, pela quantia 2:300$. No Tombo Municipal aparece esse terreno aforado a Jerônimo Jacinto de Almeida, por carta de 2 de maio de 1855. Em 1854, fomos encontrar a viúva Souto, Maria Rita da Silva Souto, já residindo na cidade de Niterói, em companhia de uma filha de nome Maria da Silva Souto Carneiro, casada com Manoel Rodrigues Carneiro, mas separada dele – que residia em Lisboa. Como dissemos, o largo do Boticário formou-se de terrenos tirados à chácara do Souto, da qual saíram também os terrenos para o alargamento da estrada do Cosme Velho. Um riacho de águas cristalinas, com nascente na chácara dos Moinhos, atravessava a do Souto, afluindo as suas águas para o rio Carioca, logo abaixo da paragem das águas férreas. A chácara dos Moinhos* e a do Souto formaram-se de terras da quinta de Cosme Velho Pereira.

Rua Cosme Velho – 1855

Terreno de 10 braças de frente por 28 ditas de fundo, desmembrado da chácara dos Moinhos, da qual era o dono João da Costa Freitas, passando depois à sua viúva herdeira Rosa Maria do Nascimento. Essa senhora tinha um filho de nome João Manoel Mendes, posseiro que foi do terreno objeto destas notas, até 1855, ano em que, a 11 de julho, se fez a transferência do imóvel em causa para Patrício Ricardo Freire. Nos fundos do terreno, com águas limpas, corria o rio das Caboclas e por que se prestasse à lavagem de roupa, para esse trecho do rio, que outro não era senão o lendário Carioca, afluíam lavadeiras em bandos álacres, e quase todas de cor acobreada. Daí a denominação de rio das Caboclas.

---

* Restier Gonçalves, no verbete seguinte (rua Cosme Velho – 1855) se contradiz com relação à posição da chácara dos Moinhos, afirmando que pertencia a João da Costa Freitas. (N.C.)

CAPÍTULO VII

Laranjeiras

São do século XVII as primeiras concessões de terras feitas pela Câmara no estreito vale formado pelo rio Carioca, com espessa mata coroando os montes. Os concessionários dessas terras montaram engenhos* e olarias que prosperaram rapidamente. Depois, nos retalhos das antigas quintas, levantaram-se granjas rodeadas de laranjais. Em linhas gerais, eis a formação do bairro das Laranjeiras, onde no século XVIII os descendentes dos antigos oleiros, dos senhores de engenhos e dos lavradores ostentavam, orgulhosos, os brasões encimados nos portões acastelados das suas moradas principescas.

Os sucessos políticos da Europa, no começo do século XIX, tiveram transcendente significação no Brasil. E assinalado está de principal importância a transmigração da Família Real Portuguesa para o nosso país, que se fez sede do governo do reino de Portugal. Naturalmente, o Rio de Janeiro,[11] sendo a Corte, centralizando a administração pública e o comércio, teve um grande avanço na sua vida social e radicais foram as transformações materiais da cidade e dos costumes dos seus habitantes. Melhoraram-se os serviços da limpeza urbana e criaram-se novos códigos de posturas sobre higiene domiciliar, com planos para as construções das casas, suas disposições internas, ventilação e também sua feição arquitetural, com preocupações relativas à uniformidade e elegância das fachadas. Os bairros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro receberam melhoramentos e, de preferência, o das Laranjeiras que se classificou no Rol das Décimas, como lugar notável para receber da administração pública, como recebeu, cuidados especiais. Os proprietários e moradores nas Laranjeiras foram convocados para prestar o apoio necessário – quer em dinheiro, quer em materiais – para a execução das obras de viação e saneamento indispensáveis ao bairro das Laranjeiras que merecera, de Sua Alteza Sereníssima, a princesa Carlota Joaquina, esposa do Regente, ser escolhido para a sua residência de recreação. Na verdade, Carlota Joaquina adquiriu em Laranjeiras uma grande e sólida casa com extensa chácara, que foram adaptadas de modo conveniente à residência de uma dama de tão alta linhagem. Abriram-se alamedas pela chácara, cuja arborização foi acrescida de espécies raras e levantou-se um mirante. As obras foram entregues aos melhores operários do Rio de Janeiro e tiveram a direta fiscalização técnica do arquiteto do Senado da Câmara e a administrativa da Intendência Geral da Polícia. Na sua residência, em Laranjeiras, Carlota Joaquina, a futura rainha de Portugal, Brasil e Algarve, aninhou em carícias e prazeres os seus áulicos afeiçoados e viveu, talvez, os dias mais felizes da sua vida de mulher e de rainha – depois tão atribulada. Laranjeiras fez-se, assim, o bairro notável e chique da cidade do Rio de Janeiro – capital de fato do reino de Portugal, Brasil e Algarve, e a casa do mirante ou quinta da rainha o ponto de reunião da fidalguia alegre da Corte e o fervedouro dos enredos políticos da astuta rainha Carlota Joaquina.

Com a volta da Família Real para Portugal, a 26 de abril de 1821, uma vida de feição claustral envolveu os antigos solares e Laranjeiras tornou à quietação dos seus primitivos tempos. Hoje, o bairro das Laranjeiras está completamente transfigurado, açoitado como tem sido também pelo vendaval de transformações exóticas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Têm desaparecido os antigos solares e as belas chácaras, de algumas das quais damos notas a seguir. Surgem os edifícios de apartamentos – monstruosidades em cimento armado, onde se aglomeram famílias endinheiradas e onde o ar e a luz são artificiais e a vida passa sombria, sem se ver o céu... – este céu tão belo da terra Carioca!...

Chácara de Ana Rodrigues

Importante propriedade agrícola no sítio das Laranjeiras, com engenho de farinha e olaria. Ocupava terras foreiras à Câmara, de 193 braças de testada de frente e extenso fundo. Pertencia a Ana Rodrigues, a quem as terras estavam aforadas por título de 26 de junho de 1715. Não conseguimos constatar se Ana Rodrigues era solteira ou viúva, sendo certo, porém, que tinha um filho de nome Cosme Gonçalves da Cunha, ao qual a Câmara concedeu um novo título de aforamento das terras, em data de 10 de abril de 1730. A 30 de abril de 1763, o título de Cosme Gonçalves da Cunha aparece transferido para uma sua filha de nome Maria da Cunha. Já na época dessa transferência era de abandono o estado da chácara e estabelecimentos fabris a ela anexos. Brígida de Jesus, sucessora de Maria da Cunha, deu

* É importante ressaltar que os “engenhos” citados pelo autor, para essa região, não eram voltados para a produção de açúcar, mas sim para produção de farinha ou descascar arroz. (N.C.)

início ao desmembramento das terras da chácara, que se dividira em duas porções, por ter sido cortada pelo novo caminho ou estrada das Laranjeiras. Em testamento, Brígida de Jesus legou o restante das terras e benfeitorias existentes à margem direita da dita estrada à sua sobrinha Maria Luisa da Silva, com o usufruto até a morte ao pai da legatária – Joaquim José Xavier, irmão da testadora. A parte da chácara à esquerda da estrada foi vendida, em 4 de abril de 1814, pelos sucessores de Brígida, ao tenente-coronel Joaquim Ribeiro de Almeida. Essa parte ou porção veio a formar uma outra posse que o Senado da Câmara aforou, por 1.280 réis anuais, à Maria Teresa da Silva Ribeiro, viúva do dito tenente-coronel. Quanto à parte legada a Maria Luisa da Silva veio a ser vendida por essa senhora, já viúva de Antônio Luiz de Melo, em fevereiro de 1837, e pela quantia de 17:955$, a Domingos Carvalho de Sá. Nessa parte, estava a casa em que residira Ana Rodrigues, situada bem ao alto do morro. Ao tempo dessa venda, a testada de frente das terras era ainda de 193 braças, visto que os desmembramentos praticadas no decorrer dos anos compreenderam apenas os fundos das terras. É assim que, no levantamento de 1837, está dito: "... terras de 193 braças de testada de frente pela estrada das Laranjeiras." Domingos Carvalho de Sá obteve o aforamento das terras, a 7 de março de 1837, ao foro anual de 4.160 réis, dividiu-as, ocupou uma parte com a construção de uma boa casa e chácara para a sua residência e abriu uma rua que ainda conserva o seu nome – Carvalho de Sá. Por sua morte, a casa e chácara em que residira, à rua das Laranjeiras nº 2, foram à praça em 1849 e arrematadas por João Antônio de Miranda, pela quantia de 18:610$000.

Chácara do Areal

No alto das Laranjeiras, lugar do Areal, à mão direita, subindo a estrada, ficava a chácara do Areal, assente em terras foreiras à municipalidade e cuja extensão de frente era de 872 braças. Compreendiam-se nessa chácara uma boa casa de morada, plantações de bananeiras, café, mandioca, mata de lenha, forno de cozer farinha, olaria, cocheiras e outras benfeitorias que pertenceram todas a Antônio Vilela Machado até começo do ano de 1802, quando foram vendidas a Antônio Fernandes da Torre, antigo oleiro rico e posseiro de terras e matas na Carioca Grande. Já na ocasião da venda, a extensão de frente da chácara havia diminuído e de muito, segundo o respectivo registro do Tombo Municipal que reza: "... terras da chácara de Areal de 218 braças de frente, com fundos no cume da serra, aforadas a Antônio Fernandes da Torre, por compra que fizera a Antônio Vilela Machado, etc.." O aforamento foi concedido por despacho, de 5 de maio de 1802, sendo o foro arbitrado em sete mil réis anuais. Em 8 de fevereiro de 1822, encontramos Torre desmembrando da sua posse, com licença do Senado da Câmara, um terreno de 24 braças de frente por 45.5 ditas de fundo, para doar, como doou, ao seu filho Manoel Fernandes da Torre. Desse terreno saíram dez braças, que Manoel vendeu em 1824 a Luiz Joaquim de Almeida, oficial ajudante do 2º batalhão de linha do Regimento Sexto. Esse militar conseguiu do Senado da Câmara a diminuição do foro do terreno para 4.500 réis, com argumentos sobre se tratar de pequena porção de terreno desmembrada de uma outra também desmembrada, e que comprara para edificar a sua morada própria. Almeida construiu a casa, que pouco depois vendeu a Custódia Angélica da Luz. Apuramos que a dita casa aparece lançada nas Plantas das Décimas, do ano de 1870, em nome de Luiz Cipriano Pinheiro de Andrade, à rua das Laranjeiras, com o nº 110 e que no começo do presente século foi demolida. Manoel Fernandes da Torre, que era casado com Generosa Maria do Amor Divino, herdando do seu pai a chácara do Areal, deu começo ao seu desmembramento, completado por morte da sua esposa, para entregar a legítima materna ao filho único do casal – Luiz Fernandes da Torre. Foi a esse Torre a quem a Ilustríssima Câmara comprou, por um conto e noventa mil réis, em 20 de março de 1838, um vasto terreno coberto de mata no alto da serra, onde chamam Silvestre. Luiz Fernandes da Torre residiu em casa que construiu, com chácara de 87 braças de frente, no Segundo Dois Irmãos e voltada para as Laranjeiras. Essa ótima moradia Torre vendeu por bom dinheiro de contado – dinheiro à vista – ao comendador Antônio José Afonso Guimarães, o qual tirou carta de aforamento a 23 de setembro de 1845. A título de curiosidade, terminando estas notas, deixamos dito, aqui, que os antigos prédios da rua das Laranjeiras, de nºs 66 a 136, numeração do ano de 1873, ocupavam terreno da chácara do Areal.

Chácara do Velasco

A chácara do Velasco, que existia ainda no começo do século XIX, ficava pouco acima do largo do Machado – como, aliás, continua a ser chamado e bem conhecido esse logradouro, embora a denominação oficial que traz de praça Duque de Caxias. A chácara ocupava terrenos encharcados, arenosos e sobrepostos, tendo frente na estrada das Laranjeiras e fundos no cume do penedo de Dona Marta. Pertenceu ao sargento-mor Gregório Pereira de Lima e depois ao seu herdeiro, capitão Antônio Pereira de Lima Velasco. O capitão Lima Velasco faleceu viúvo, a 25 de novembro de 1810, e deixou do seu único casamento três filhos já maiores: Antônio Joaquim Pereira Velasco, Maria Rosa Velasco, casada com o tenente Antônio Delgado, e Beatriz Pereira Velasco, que se casou com João Muniz da Silva. Por convenção amigável entre esses irmãos e cunhados, confirmada pelo juiz de órfãos, em 1811, ao herdeiro varão ficou pertencendo a casa residencial da família Velasco, com toda a sua chácara. Em 1839, cortou-se a chácara para a abertura de uma rua, que é hoje a Pereira da Silva, antiga Nova das Laranjeiras e, primitivamente, do Velasco. Foi aberta desde o portão da chácara até os seus fundos, com a largura de 30 palmos e depois do rio, que acompanhou fazendo curvas, tomou o rumo 86º sudoeste até o seu final no alto da montanha. Em 1842, foi alargada, desaparecendo as curvas.

Augusto Malta, s/d – largo do Machado. O fluxo de pessoas e veículos no largo do Machado já era grande no início do século XX, mostrando sua importância como centro comercial e de lazer, mas hoje sua aparência mudou e a tradicional Casa do Barbosa, à direita, foi substituída por modernas galerias repletas de lojas.

Chácara do Hermogêneo

A chácara do Hermogêneo, à esquerda, subindo a estrada das Laranjeiras, ocupava uma frente de 150 braças, com boa casa de morada. Pertenceu a Hermogêneo Pereira da Silva. O seu terreno foi desmembrado de maior porção de 300 braças, possuída por Antônio da Fonseca Lima, a quem Hermogêneo comprou as 150 braças, em 1816, e, neste mesmo ano, pediu e obteve do Senado da Câmara a competente carta de aforamento. Por morte do velho Hermogêneo, os seus dois filhos, o dr. Hermogêneo Pereira da Silva, casado com Cândida Tibre Pereira da Silva, e Francisco Pereira da Silva, concordaram na posse em comum da casa e chácara, então com o nº 91, e pediram um novo título de aforamento, concedido a 11 de fevereiro de 1854. Em 1858, com o falecimento do dr. Hermogêneo, médico de bastante clínica e muito conceituado, a sua viúva vendeu a parte da chácara, que pertencia ao casal, ao cunhado. Francisco Pereira da Silva dividiu a chácara, vendendo uma parte. Em novembro de 1872, encontramos os restos da chácara do Hermogêneo, com a velha casa residencial da família, vendidos à Companhia Economia de Lavandaria a Vapor por 62:460$, aparecendo como vendedora Gertrudes Carlota do Vale Silva, casada com José Corrêa de Mendonça. Por ocasião da referida venda, a antiga chácara tinha o nº 143.

Chácara do Ramos

Importante propriedade ainda em 1828, tendo uma frente de 46 braças pela estrada das Laranjeiras, com o nº 93. Pertenceu a João Mendes Ferreira Ramos e por sua morte vendida em praça, sendo adquirida pelo cirurgião-mor Antônio José Ramos, por 14:437$500. A viúva do cirurgião, Maria Benvinda Pinto Ramos, desmembrou toda a chácara, formando diferentes lotes de terreno, vendidos todos. Em 1851, nada mais restava da chácara do Ramos. Um lote, de 30 braças de frente a fundos, foi comprado pelo marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa, com carta de aforamento do terreno, em 8 de junho de 1852. O marechal Andréa construiu boa casa, com chácara, onde passou a residir. Em morrendo o marechal, seu filho José de Vitória Soares de Andréa vendeu casa e chácara, então nº 147 da rua das Laranjeiras, ao comendador João Pedro da Veiga, no ano de 1859, pela quantia de 50:000 réis.

Francisco José de Souza Soares de Andréa, marechal do Exército Brasileiro, grande do Império, agraciado com o título de barão de Caçapava, nasceu em Lisboa, a 29 de janeiro de 1781, e faleceu a 2 de outubro de 1858, na vila de São José do Norte, no Brasil. Os seus feitos militares no nosso país fizeram-no notável. Governou várias províncias do Brasil e na do Rio Grande do Sul, nomeado em 1848, quando iminente a guerra com o caudilho Rozas da Argentina, Soares de Andréa revelou-se hábil homem de Estado e deu provas da sua alta capacidade nas providências que tomou, preparando a defesa do Brasil. Como engenheiro, a sua grande técnica deixou provada nas obras de importância que dirigiu, desde 1847 a 1852. Fez estudos e planos sobre melhoramentos para o Rio de Janeiro, encarando sempre a sua situação geográfica privilegiada e o futuro grandioso reservado à capital do Brasil e com previsões seguras, que são hoje realidades, sobre o seu urbanismo, meios de transportes, bairros e habitações de operários, zonas comercial, industrial, portuária e residencial. Cogitou, ainda, dos problemas da expansão econômica, intelectual e moral do Rio de Janeiro. Todo esse estudo, feito a pedido da Ilustríssima Câmara, foi entregue a essa Assembléia Municipal, em dias do ano de 1854. Soares de Andréa faleceu aos 76 anos, quando ainda prestava o valioso concurso da sua brilhante capacidade na elaboração do Tratado de Amizade do Brasil com o Uruguai.

A Ilhota

A Ilhota era uma antiga chácara, em terras foreiras à municipalidade do Rio de Janeiro, e cujos títulos originais de aforamento datam do meado do século XVIII. Estreita e longa faixa de terra banhada ao norte pelo rio Carioca e ao sul por uma vala, que desapareceu em 1814. Por ocasião dos aguaceiros, chuvas fortes que, em regra, iam de janeiro a começo de março, o rio e a vala transbordavam, ilhando a

chácara durante muito tempo, daí a denominação – chácara da Ilhota. Pertenceu ao capitão Tomás José Gusmão e à sua mulher Francisca de Paula e a esse casal foi comprada pelo capitão José Antônio Lisboa. Em morrendo Lisboa, a Ilhota passou a um filho do finado, de nome José Antônio Lisboa Júnior,[12] casado com Maria Eufrásia Lisboa. Com Lisboa Júnior a Ilustríssima Câmara viu-se obrigada a questionar em juízo sobre terrenos da chácara necessários ao alargamento da rua das Laranjeiras. A Câmara teve ganho de causa, podendo assim desapropriar, em benefício à servidão pública, uma faixa de terreno de 106 braças – 233 m de comprido por 60 palmos – 12 m de larga. Foi derrubada a cerca viva que fechava a chácara, sendo atingido pelo corte frondoso jequitibá, que ornava a entrada da chácara. A derrubada dessa árvore, conhecida por Pau Grande, deu origem a uma canção popular, cantada com música sentimental, segundo narra o historiador Melo Morais.

Nos desmembramentos da Ilhota foram sendo formadas novas chácaras, dentre as quais cinco, com os nºs 61, 61A, 63, 65 e 67, ainda existiam em 1865 e bem cuidadas. A de nº 67 era a melhor pelo trato e mais extensa. Tinha 40 braças de frente por 70 de fundo e pertenceu ao chefe de esquadra Joaquim Marques Lisboa, servindo-lhe de residência. Veio a ser dividida em duas porções iguais vendidas, uma a José Pereira de Mesquita, por 10:000$, e a outra, pela mesma quantia, a Alexandre Balmat. Essas duas chácaras foram vendidas a Henrique Ferreira Moutinho e por ele desmembradas para levantar prédios, como levantou, e bons, depois de 1865. Ferreira Moutinho dotou o bairro das Laranjeiras, onde foi grande proprietário, de úteis melhoramentos, entre os quais a abertura da rua Moutinho. A Ilustríssima Câmara, em 10 de agosto de 1875, deu a essa rua o nome de Cardoso Júnior. Houve forte censura a esse ato da Câmara, que, na verdade, não teve fundamento razoável. Ainda foi Moutinho quem, no intuito de melhorar, pediu e obteve da Ilustríssima Câmara, em 1862, a licença para fazer o desvio do rio Carioca, levando-o a correr mais à frente da rua das Laranjeiras – ou melhor dito, avançando-o para esse logradouro cerca de 60 palmos, com a redução de 20 palmos no leito do rio. Desse desvio resultou, entre o rio e a rua, uma faixa de terreno cujo domínio ficou pertencendo à municipalidade, na forma da decisão judicial dada ao pleito havido com alguns proprietários de prédios fronteiros à mesma faixa. Entre as ruas Ipiranga e Guanabara, atual Pinheiro Machado, com as obras que se fizeram por ocasião do desvio do rio, formou-se um pequeno largo no qual se colocou um chafariz,* e que recebeu arborização – como também as margens do rio foram arborizadas.

Rua das Laranjeiras – Beco do Miranda – 1809/1837

Terreno de 6 braças de frente pela rua das Laranjeiras e igual largura nos fundos. Ficava entre a casa e chácara nº 8 à esquerda, e a casa e chácara nº 10, à direita, pertencendo a de nº 8 ao comendador Manoel Gomes Ferreira e a de nº 10 ao comendador Francisco Teixeira de Miranda. No Rio de Janeiro, retalhadas as terras das grandes e primitivas chácaras e feitas as novas divisas, foram sobejando faixas estreitas de terrenos entre os retalhos. Desses retalhos ou encravados veio a origem dos becos sem saída da velha Sebastianópolis. Assim aconteceu em Laranjeiras e nos demais bairros da antiga cidade. O terreno em apreço é um desses encravados, já existentes em 1809, e que se fechou nos fundos, onde se colocou um chafariz, para uso do público, aproveitando-se uma nascente de boa água potável ali existente. A esse logradouro chamou o povo beco do Miranda. Depois de 1837, seca a nascente e retirado o chafariz, ficou o beco em abandono, cobrindo-se de mato e passando a esconderijo de malandros.

Rua das Laranjeiras – 1822/1870

Terreno de cerca de 60 braças pela rua das Laranjeiras, canto do largo do Machado, onde fazia outra frente de 37 braças. Constituía um desmembramento da antiga chácara da rainha Carlota Joaquina. Em 1822, foi arrematado em praça por Antônio José de Castro, o qual edificou no dito terreno três moradas de casas, que receberam no Lançamento das Décimas os nºs 27, 29 e 31. Em 1835, a viúva do referido proprietário, Leonarda Angélica de Castro, desmembrou da chácara nº 31, onde residia, uma porção de terreno com uma capelinha, que vendeu, em 4 de abril de 1831, à Irmandade do Sacramento

* O citado chafariz situava-se em outro local, em frente à rua Leite Leal, onde se encontravam as “Casas Casadas”. (N.C.)

da Freguesia de N.S. da Glória. Em 1870, a 5 de maio, encontramos a dita corporação religiosa transferindo o terreno e a capelinha, por venda, a José Batista Martins de Souza Castelões. Em 1847, a viúva Castro vendeu a casa e o resto da chácara nº 31, por 12:500$, a Júlio Ferreira Pinto. As casas 27 e 29, depois 1 e 3, já em 1858 pertenciam a João Paulo Cordeiro, fabricante do afamado rapé Cordeiro. A casa de nº 31, depois 5, por morte de Júlio Ferreira, passou ao seu genro João Mendes Osório, que a vendeu, em 1869, a Francisco de Matos Trindade.

Augusto Malta, 29/7/1906 – rua das Laranjeiras. O prédio, à esquerda, na esquina da rua das Laranjeiras com a rua Soares Cabral, permanece como lembrança do passado; as outras residências foram substituídas por edifícios de apartamentos e o rio Carioca, também conhecido nesse trecho como das Caboclas, não corre mais a céu aberto.

Rua das Laranjeiras – 1845/1847

Terreno de 35 braças de frente, ocupado pela casa e chácara nº 14, propriedade, em 1845, de herdeiros de Manoel Pereira da Silva e por eles vendidas pela quantia de 29:400$, em 15 de julho daquele precitado ano, ao comendador Antônio José de Mesquita, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno em apreço, por despacho de 18 de novembro, ainda no mesmo ano de 1845. Em 1847, já falecido o comendador Mesquita, foram à praça os seus bens, inclusive a casa e a chácara da rua das Laranjeiras, arrematadas pela quantia de 23:000$ por Francisco José Pacheco. Verificada a arrematação pela Ilustríssima Câmara, na qualidade de senhorio direto do terreno e achado tudo conforme, concedeu a dita Câmara, a pedido do arrematante, o devido aforamento, por Título de 12 de agosto de 1847.

Rua das Laranjeiras – 1853/1876

Terreno de 6 braças de frente vendido por Pedro de Alcântara Lisboa a Antônio Joaquim Ribeiro de Carvalho, pela quantia de 1:800$. Ribeiro de Carvalho vendeu o terreno a Sérvulo Barreto, que construiu um sólido prédio, lançado pela primeira vez no Rol das Décimas em 1853. Sérvulo vendeu o prédio, em julho de 1860, a Joaquim de Souza Silva e Melo. Segundo o Arrolamento para as Décimas do ano de 1876, o prédio de que tratamos veio a ser, logo no ano seguinte, 1861, vendido por Silva e Melo a Zeferino Ferreira de Faria, a quem foi comprado pelo comerciante Guilherme de Lara Tuper, em 9 de outubro de 1863 e, ainda em 1876 pertencia a Tuper, figurando, então, com o nº 115 no Lançamento das Décimas.

Rua das Laranjeiras – 1860

Terreno de 49 braças e 5 palmos de frente pela ruas das Laranjeiras e 31.5 ditas pela rua da Guanabara. No cruzamento dessas duas ruas à direita e em ambas correndo testada em reta, esse terreno constituía um desmembramento da grande chácara do Roso, que pertenceu a Domingos Francisco de Araújo Roso, e na partilha da chácara entre os herdeiros de Roso, coube à sua filha Leonor Alves de Castro Roso Torres, casada com Antônio Dias Torres. Na mesma partilha relaciona-se mais um terreno desmembrado da dita chácara e tendo de frente 526 palmos e de fundo 116 ditos. Esse segundo citado terreno (coube) a uma outra filha de Domingos Roso de nome Tomásia Francisca de Araújo Roso Figueiredo, casada com o dr. Vicente Pereira Figueiredo. Nesse segundo terreno existiu uma boa casa residencial, com chácara, que em 1860 já pertencia à filha do dito casal – Maria Leonor de Castro Roso Figueiredo Barros, casada com o dr. Antônio Lobo Pereira de Caldas Barros. Domingos Francisco de Araújo Roso foi figura de certo destaque no alto comércio e na política da Corte do Rio de Janeiro, tendo sido vereador.

Rua das Laranjeiras – 1862

Terreno de 50 palmos de frente pela rua das Laranjeiras, correndo fundos pela do Moutinho. Diogo Andrew foi possuidor desse terreno por compra a Henrique Ferreira Moutinho. A Ilustríssima Câmara, no título de aforamento desse terreno a Andrew, fez compreender também outros terrenos possuídos pelo mesmo Andrew na rua Moutinho, visto terem todos uma só origem enfitêutica. Os terrenos da rua Moutinho tinham de frente 360 palmos por 220 ditos de fundo. A Ilustríssima Câmara, assim deliberando, procurava evitar as usurpações de terrenos do patrimônio territorial da municipalidade e em regra praticados pelos ricos proprietários, mancomunados a políticos sem

escrúpulos. Daí as constantes ações surgidas nos tribunais na defesa de pretensos direitos. No que concerne a terrenos destinados à servidão pública, as usurpações se praticavam por todo o município da Corte. Em Laranjeiras tornaram-se escandalosas. Assim é que, em uma sessão da Ilustríssima Câmara, de julho de 1831, ainda declarava o vereador João Silveira do Pilar: "... que a Câmara pusesse em execução medidas coercivas contra usurpadores das vias públicas, em Laranjeiras." Grandes foram os prejuízos econômicos da nossa antiga e principal municipalidade com essas polêmicas, que, além disso, retardaram o progresso da cidade São Sebastião do Rio de Janeiro.

A antiga rua das Laranjeiras começava no campo do Machado – hoje praça Duque de Caxias – e terminava no Areal.* Todas as terras das Laranjeiras, Cosme Velho e Vargem do Corcovado, como já deixamos provado, são foreiras à municipalidade.

Todo esse extenso vale dividiu-se em grandes aforamentos, dos quais o menor tinha de testada 100 braças, e o maior 600 ditas. As testadas eram contadas pelas margens do rio Carioca. Nessa grande área foreira, os terrenos baixos, desde o Flamengo até a atual rua Pinheiro Machado, – antiga Guanabara, constituíam um vasto campo – parte em charco ou brejal e parte arenosa – no qual floresceram roças de cereais. Nas terras elevadas ficavam as grandes chácaras e pomares, cujos vestígios ainda se notavam no século XIX.

* Como o areal ficava na altura da atual praça David Ben Gurion, a rua das Laranjeiras não poderia terminar nesse ponto. (N.C.)

Augusto Malta, 8/5/1914 – Rua da Guanabara, atual rua Pinheiro Machado. As obras de engenharia para o prolongamento da rua da Guanabara, em Laranjeiras, até a rua Farani, em Botafogo, tiveram início durante a administração do prefeito Serzedelo Correia, e o logradouro foi entregue ao tráfego, em 1917, pelo prefeito Amaro Cavalcanti.

Rua das Laranjeiras – 1862

Terreno bem irregular à rua das Laranjeiras, correndo fundos pela do Moutinho em uma extensão de 570 palmos pelo lado direito e de 446 dito pelo esquerdo. Por ocasião do aforamento do terreno a Zeferino Ferreira de Faria, fato ocorrido a 5 de abril de 1862, o piloto agrimensor municipal, Agostinho Nunes Montez Júnior, ao prestar a sua informação à Ilustríssima Câmara diz: "... terreno com a forma de um decágono irregular, com a testada de frente pelo lado ímpar da rua das Laranjeiras, medindo 174 palmos em duas porções, sendo uma de 104 palmos e a outra de 70. A testada dos fundos media 550 palmos pelo caminho do Moutinho." Nesse terreno existiu um prédio que teve o nº 61B e que pertenceu a Joaquim de Souza da Silva Melo, a quem foi comprado por Zeferino Ferreira de Faria. Aliás, Zeferino aparece no Tombo Municipal como comprador do domínio útil de três terrenos foreiros à municipalidade, na rua das Laranjeiras. Compra feita, segundo o mesmo Tombo, a Joaquim de Souza da Silva Melo pela quantia de 16:500$ e com a licença da Ilustíssima Câmara, datada de 25 de junho de 1861. Pela planta que conseguimos deitar vistas, do ano de 1860, esses três terrenos foram desmembrados de maior porção tirada à chácara dos Lisboa.

Rua das Laranjeiras – 1863/1872

Terreno de 42 braças de frente por 40 de fundo, até o rio das Laranjeiras. Com licença da Câmara Municipal, expedida a 7 de maio de 1863, esse terreno foi comprado pelo visconde de Souto, notável e riquíssimo banqueiro da época, a José Bernardo Gomes por 20:000$. O terreno foi todo fechado por um muro de pedra e cal. No interior, fizeram uma casa residencial e uma habitação coletiva, constituída por pequenos quartos. No Rol das Décimas, figurou o imóvel com o nº 47A durante mais de cinco anos e depois com o nº 31 até 1872. O visconde de Souto era sócio solidário da casa bancária de Antônio José Alves Souto & Cia., do Rio de Janeiro, à rua Direita. A falência do dito estabelecimento levou à praça os bens do referido titular. É assim que a 4 de junho de 1865, a Ilustríssima Câmara concedia licença à comissão liquidante da massa falida de Souto & Cia. para vender o domínio útil do terreno e também todas as benfeitorias nele existentes, por 16:000$, a José Martins de Oliveira. Ao referido comprador, cujo prenome é Francisco José, foi concedido a carta de aforamento, em 14 de setembro de 1865. A falência da casa bancária Souto & Cia. causou escândalo social e provocou grande abalo financeiro.* Roberto Grei foi o leiloeiro que funcionou na praça dos bens penhorados ao visconde de Souto. Em 1872, Francisco José Martins de Oliveira já era falecido e a 13 de março do dito ano a Ilustríssima Câmara concedia licença a Paulo José Batista e João Rodrigues Pedreira para efetivarem a arrematação, que fizeram em praça do juiz de direito da 3ª Vara da Corte, de um terreno com casas à rua das Laranjeiras 31, antigo 47A, pertencentes ao espólio de Francisco José Martins de Oliveira.

Sítio das Laranjeiras – 1823/1845

Terreno de 14 braças**– 8,8 m, com fundo de mais de [...] braças, até o rio das Laranjeiras. Confinava, de um lado, com as terras do finado Joaquim Ribeiro de Almeida e, do outro, com as que pertenciam a Joaquim José Pereira dos Santos. Dos Registros de Aforamentos praticados pela Ilustríssima Câmara, em maio de 1838, consta ter sido concedido a João Fernandes Lopes o domínio útil desse terreno, a 30 de maio de 1838, ao foro anual de 4.500. Era um desmembramento da antiga quinta da rainha e estava ocupado por uma boa casa de vivenda e outras benfeitorias arrematadas em praça por João Neto Carneiro Leme, em 1º de outubro de 1823, e a ele compradas com licença da Ilustríssima Câmara, de 6 de outubro de 1830, por João Fernandes Lopes, pela quantia de 4:000$. Pouco depois de obter o aforamento do terreno, em maio de 1838, como dissemos, Lopes vendeu a sua posse por 8:000$ a Manoel Luiz Maldonado, que a melhorou com as obras que executou na casa e demais dependências.

---

* Dela – falência – tratamos no Cap. XII – Bairro Comercial. (N.A.)

** Uma braça equivale a 2,20m; logo, 14 braças, correspondem a 30,80m. (N.C.)

Em 1847, esse imóvel aparece no Rol das Décimas com a inscrição: “rua das Laranjeiras nº 45 – casa de vivenda nobre, de Manoel José de Almeida, por compra a Manoel Luiz Maldonado, pela quantia de 12:000$”. Pela documentação que examinamos, ficamos propensos a aceitar como tendo sido a casa precitada aquela em que residiu a rainha Carlota Joaquina. José de Almeida, sempre que se referia à sua residência, dizia com ênfase – casa em que residiu a rainha de Portugal.*

Dona Carlota Joaquina, rainha de Portugal e do Brasil, nunca pagou foro à Câmara pela ocupação das terras que constituíram a sua quinta. Posteriormente, as desmembrações dessas terras ficaram obrigadas a foro, arbitrado pelo Senado da Câmara em 4$800 o máximo e o mínimo em 2$000 anuais. “Carlota Joaquina, nada econômica, gastava largamente. Para atender ao grande dispêndio da sua casa, lançou mãos de avultados empréstimos. Ao deixar o nosso país, em abril de 1821, a mãe do primeiro imperador do Brasil estava bastante endividada e sob hipoteca grande parte dos seus bens. Logo que partiu a Família Real, os credores da rainha pediram ao governo o arrolamento e avaliação dos bens pertencentes à S.M. a rainha de Portugal na província do Rio de Janeiro. Ordenou o príncipe regente, em maio de 1822, que se procedesse na forma da lei e como fosse de justiça, e deu poderes especiais ao Banco do Brasil para agir, como principal credor. O processo correu pelo juízo privativo do mesmo banco (desembargador José Navarro de Andrade e escrivão José Rodrigues da Costa). À execução das diligências, opôs embaraços o administrador dos bens régios, padre José de Carvalho e Souza, o qual, à vista de reclamação da Junta do Banco, foi notificado judicialmente, em 26 de agosto de 1822, para entregar no prazo de dez dias peremptórios, sob pena de seqüestro imediato, todos os bens móveis, imóveis e semoventes, devidamente relacionados. Intimou-se, também, o mesmo administrador a prestar contas de sua administração e a pagar de sua fazenda qualquer alcance que se mostrasse. À revelia do cônego Carvalho e Souza correu todo o processo. Em 26 de fevereiro de 1823, o próprio imperador autorizou a Junta do Banco a ultimar a venda dos referidos bens pela maneira que melhor entendesse. Finalmente, a 17 de setembro de 1823, em frente à sede do Banco do Brasil, à rua Direita – atual Primeiro de Março, Alexandre José Rodrigues, porteiro dos Auditórios da Corte e privativo dos leilões do comércio e casa falidas, procedeu, solenemente, à praça dos bens de S.M. a rainha de Portugal, constantes de uma quinta, com 200 braças de testada por 60 de fundo, contendo casa que servia de palácio e seus pertences, cocheiras, casa da criadagem e arvoredos de espécies, nas Laranjeiras; engenho em Inhaúma, com suas terras, medindo 1.000 braças de testada, por outras tantas de fundo, suas plantações e utensílios de lavoura, gado e casas de engenho, e seus escravos, em nº de 70, entre homens e mulheres.

* No verbete “Laranjeiras, 1822-1870”, Restier Gonçalves discorre sobre o terreno que continha a capela que pertencia à rainha Carlota Joaquina, localizada no trecho da rua das Laranjeiras, onde se situa o colégio Franco Brasileiro. (NC)

CAPÍTULO VIII

Catete

s/a, s/d – praça José de Alencar. Além do monumento ao escritor, destaca-se o Hotel dos Estrangeiros, já demolido, onde residiram ou se hospedaram várias personalidades importantes, inclusive o senador gaúcho Pinheiro Machado, assassinado no saguão do prédio.

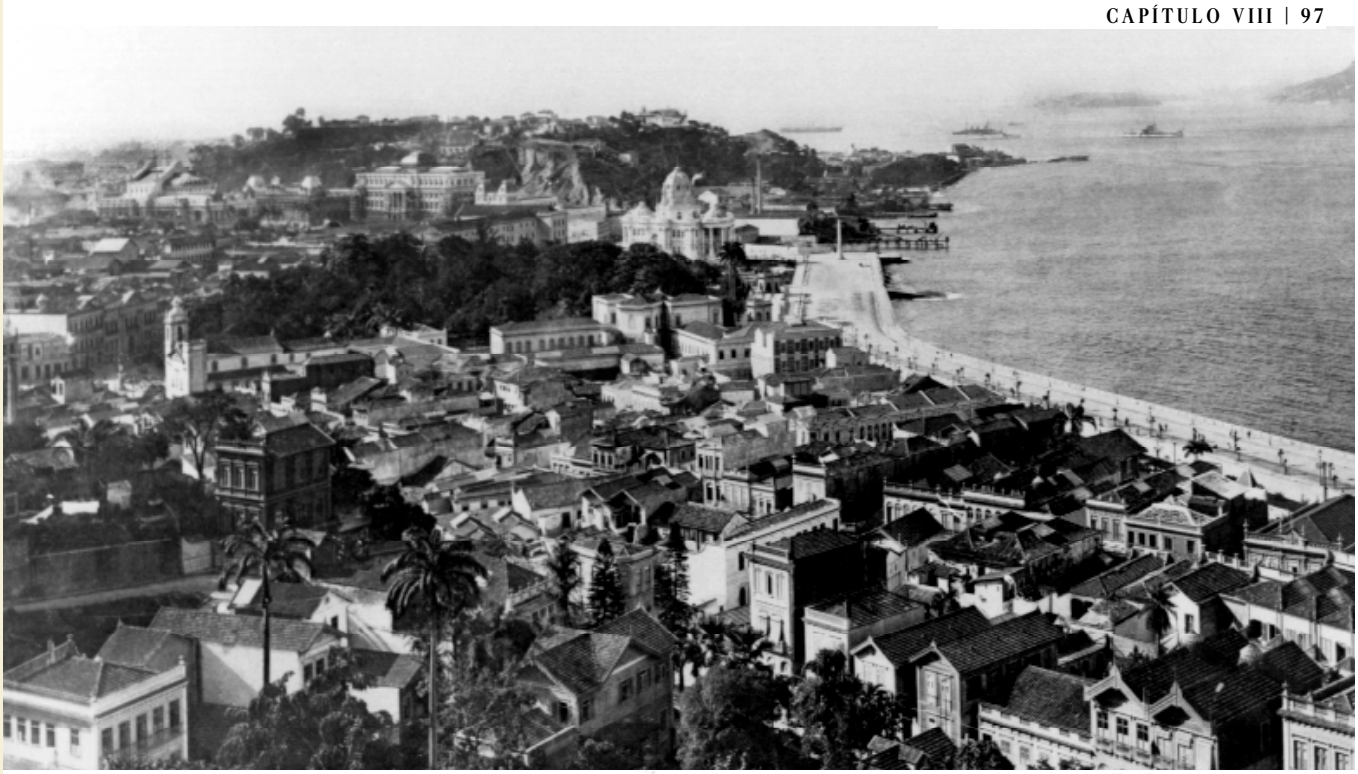
Rápido o desenvolvimento do sítio Carioca, que compreendia toda a região em que vieram a formar-se os bairros de Botafogo,* Laranjeiras, Catete e adjacências. Carioca, vocábulo indígena, significando casa do branco, vem de carib ou cari, homem branco, e ca, casa. Os portugueses chamaram Carioca ao rio de águas abundantes e puras que os abastecia. Segundo uma lenda indígena, as águas desse rio serviam para embelezar as mulheres e fazer melodiosas as vozes dos cantores enamorados. Alguns autores de nomeada, dentre os quais se destaca Pires de Almeida, dizem que, nas vertentes da serra do Corcovado, existia uma próspera aldeia de índios guerreiros chamados cariós ou carijós – fato ao qual emprestam a origem do nome dado ao rio. Depois de quedas e saltos, serpenteando pela serra e desde a nascente banhando região amena e agreste, o rio Carioca derramava as suas águas formando funda e grande lagoa que foi sendo aterrada, dando origem a vastíssimo campo, cujos vestígios tem-se ainda nas atuais praças José de Alencar e Duque de Caxias – antigo largo do Machado. No local onde se encontra o edifício do antigo Hotel dos Estrangeiros, na praça José de Alencar, e que era, então, praia, desaguava o Carioca e aí, próximo à foz, o governador Antônio Salema (1577/1578) mandou levantar uma ponte para melhor cômodo e segurança do povo que ali ia fazer a sua aguada.

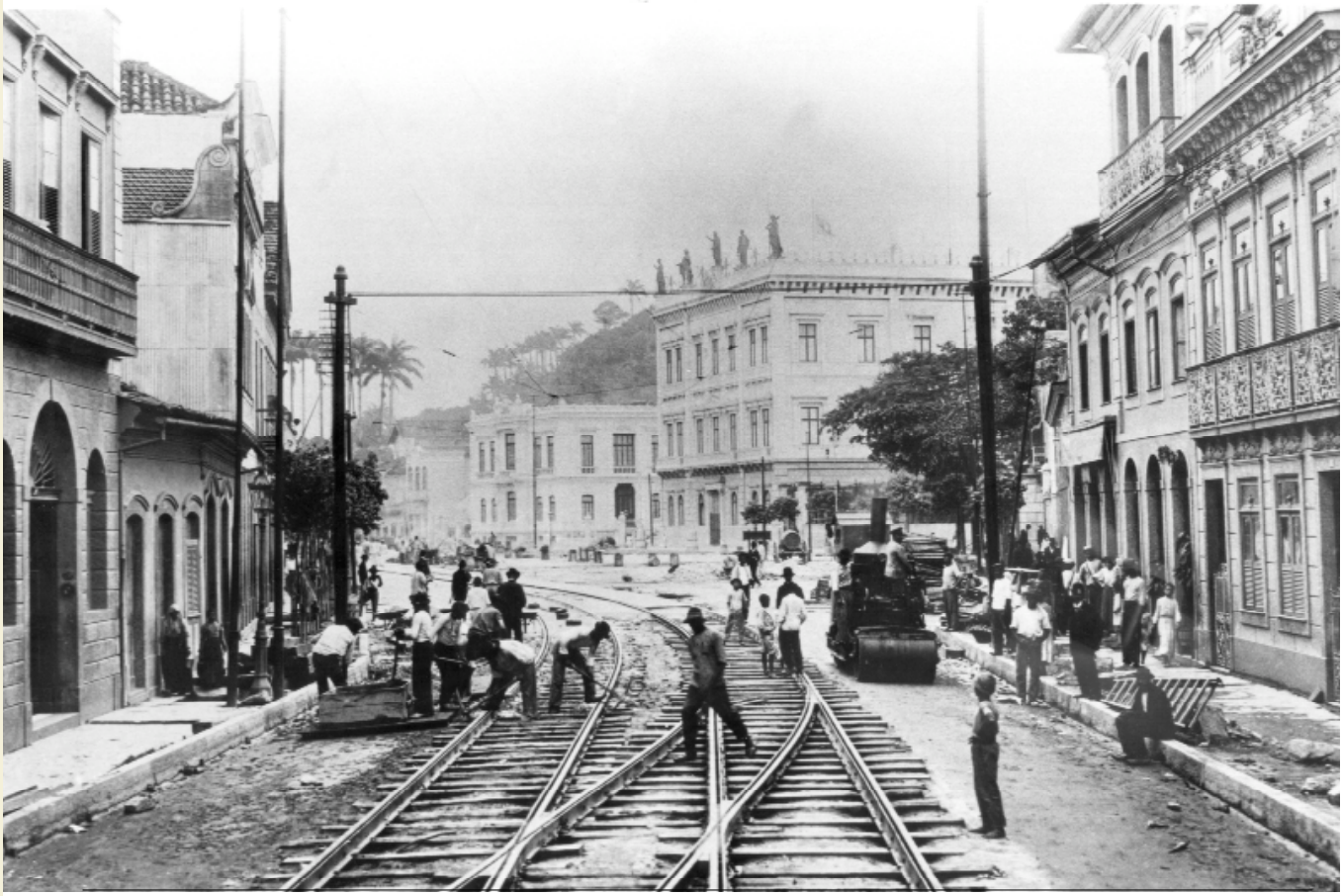
Nos primeiros aforamentos praticados no sítio da Carioca incluem-se o de uma vasta área, entre as vertentes dos montes e a praia, com charnecas e mato. Foram posseiros de terrenos nessa região, dita do mato denso ou Catete, entre outros, Antônio Calheiros, 1568; Cristóvão Monteiro, que foi ouvidor da Comarca, e Cristóvão Mendes, 1609; Amador Jorge, em 1610 – para citar apenas os mais antigos e maiores possuidores. Esses terrenos prestaram-se, principalmente, para a cultura do arroz. A região progrediu e é certo que, em menos de um século, já a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro possuía no antigo mato denso um bairro bastante próspero a que chamavam – subúrbio do Catete, cuja comunicação com a parte urbana se fazia por mar, visto ser mais rápida e menos perigosa. Por terra, caminhava-se pela praia, por onde agora corre a rua do Catete, galgava-se a montanha a custo ou trilhava-se pela sua encosta, com perigos; beirava-se a lagoa do Desterro – entre os morros de Santa Teresa e Santo Antônio – e depois a do Boqueirão – local do Passeio Público e daí, para chegar à cidade, seguia-se pelo campo alagado da Ajuda ou pela Misericórdia, tendo de galgar o morro do Vintém, que era uma aba do morro do Castelo – e assim chamada em virtude do pedágio de vinte réis que se pagava para transitá-la.

Os ricaços do Catete tinham força política e daí as vantagens dadas a esse bairro, favorecendo o seu rápido progresso. Em chegando a Família Real portuguesa, em 1808, o Catete passou a ter ainda maiores cuidados da administração da cidade. Fizeram-se sólidos aterros e melhores nivelamentos, que deram pronto escoamento às águas para o mar e nessa direção abriram-se valas de cinco palmos de largura, empedradas e cobertas com lajedos. Arruamentos perfeitos e novas calçadas permitiram trânsito cômodo às carruagens. Os prédios foram reconstruídos, para o aldeamento das soleiras, que ficaram com mais um palmo. Levantaram-se sobrados em quase todos, e nas fachadas os legítimos azulejos portugueses e a cantaria artisticamente trabalhada. Nos tetos e nos ornatos o genuíno estuque. A execução de qualquer obra passou a depender de um exame meticuloso pelos técnicos do Senado da Câmara, concedendo este a licença somente se a obra estivesse de acordo com o risco do arquiteto da cidade, de forma a cumprir-se as regras da arte, da beleza e do conforto que a situação de nobreza e de importância social desse subúrbio da cidade devia obrigar.

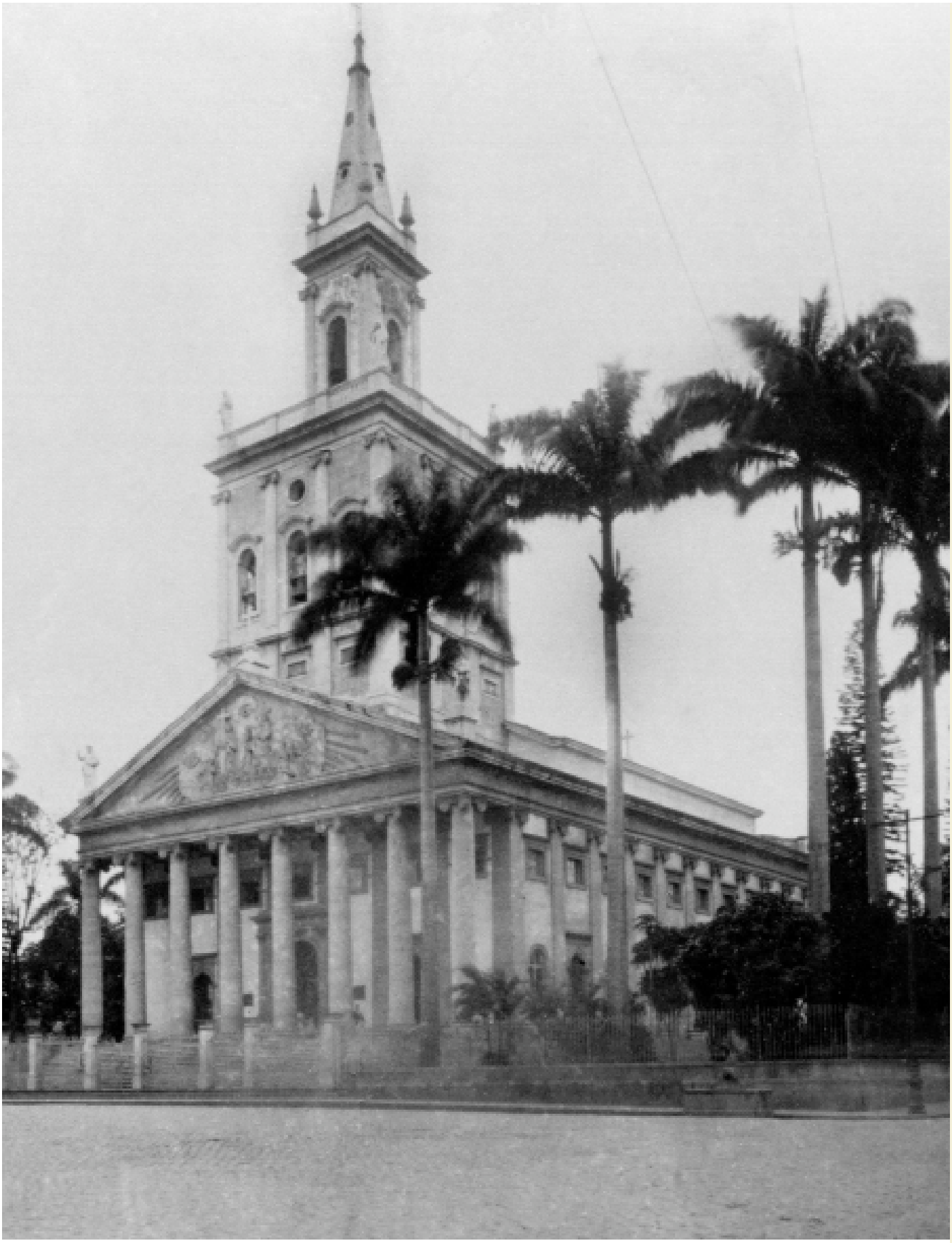
Grandes fidalgos e ricos negociantes tiveram residência no Catete e na estrada ou rua desse nome residiu a famosa duquesa viúva de Cadaval, em grande chácara comprada ao rico negociante e sargento-mor Matias José Pinto Pereira Osório, e depois vendida pela duquesa ao marquês de Jundiaí o qual, em 1827, fixou residência na mesma chácara, com fausto nababesco. Por morte do marquês, foi o antigo solar levado à praça, em março de 1838, e arrematado pela riquíssima viúva Carolina Fausta Pinto Ferreira. Essa senhora, figura de realce na alta sociedade, em primeiras núpcias foi casada com o negociante Antônio José da Costa Ferreira e depois com o comendador Francisco João Sóler. O terreno que foi ocupado pelo solar Cadaval é foreiro à municipalidade do Rio de Janeiro, sendo o seu último aforamento datado de 25 de fevereiro de 1858. Já nessa ocasião, [era] bem outra a feição da antiga e nobre morada. O seu magnífico parque cortado e o próprio palacete bastante modificado, figurando, então, no Rol das Décimas, com o nº 140 da rua do Catete. Nos terrenos tirados ao parque, Joaquim Valeiro Tavares, burguês bem rico, que os comprara, construiu casas de feição modesta para aluguel. Por

* Restier Gonçalves confundiu "caminho de Botafogo (Novo e Velho)", isto é, as ruas Senador Vergueiro e Marquês de Abrantes, como pertencentes ao bairro de Botafogo. Os bairros atuais compreendidos na antiga região da Carioca são: Glória, Catete, Flamengo, Laranjeiras e Cosme Velho. (N.C.)





Augusto Malta, s/d – Vista parcial da Lapa (tirada da vivenda do dr. A. Burnier). Em primeiro plano, a Lapa com seus sobrados antigos, destacando-se a avenida Beira-mar, recém-aberta, a vegetação exuberante do Passeio Público, o Palácio Monroe e, ao fundo, o morro do Castelo, nessa época tendo sido demolida apenas a encosta próxima ao prédio da Biblioteca Nacional.
Augusto Malta, 24/1/1906 – Rua do Catete (calçamento). Muitos sobrados na rua do Catete, bem como a escola Rodrigues Alves, que se vê ao fundo, foram demolidos durante as obras de construção do metrô: o Palácio do Catete foi preservado, mas as estátuas das Fonderies du Val d´Osne foram substituídas por águias.



s/a, s/d – Igreja N.S. da Glória – largo do Machado. A pedra fundamental da matriz de Nossa Senhora da Glória foi lançada em 1842, na presença de dom. Pedro II, e a construção da suntuosa igreja em estilo neoclássico, que guarda semelhanças com a Madeleine de Paris, terminou em 1872.

morte de Valério, a grande fortuna que deixou coube à sua filha, Joana dos Prazeres Tavares du Bergier, casada com o francês Charles du Bergier. Infeliz no casamento, madame du Bergier – como era chamada – desquitou-se por sentença judicial, de janeiro de 1859, e logo teve a posse absoluta e a livre direção dos seus avultados bens, dos quais uma terça parte, em virtude da sentença do desquite, foi entregue ao seu marido, que muito depressa a dissipou. Ao tempo desses fatos, madame du Bergier residia à rua do Catete n.º 150, em bom prédio de sua propriedade.

O comendador Francisco João Sóler foi quem primeiro cortou o parque do antigo solar, para abrir a rua do Infante, em 1858. Essa rua chamou-se depois, em 1874 – Dois de Dezembro: data natalícia do imperador do Brasil, Dom Pedro II, que nasceu no Rio de Janeiro, a 2 de dezembro de 1825, no Palácio da quinta da Boa Vista, em São Cristóvão.

Na rua do Catete fica o Palácio da Presidência da República. É uma construção levada a efeito pelo conde de Nova Friburgo para a sua residência de inverno. O Palácio do Catete, como é conhecido, sofreu modificações externas e internas, quando adquirido pela Nação, mesmo assim carece de importância arquitetural. Internamente, há raras preciosidades e decorações de fino gosto artístico. Fica-lhe ao fundo um belo e extenso parque.

O bairro do Catete compreende-se na freguesia da Glória, cuja igreja matriz, que é um templo majestoso e artístico, está no lado ocidental da praça que se chamou da Glória, agora Duque de Caxias, e antigamente largo do Machado – denominação, aliás, ainda conservada pela voz do povo – que é a voz da tradição que não morre.

Em tempos bem remotos, esse logradouro, muito mais extenso que era, chamou-se campo das Boitangas, das Pitangueiras, do Catete e por último campo do Machado – pelo fato, diz Melo Morais, de existir um machado suspenso à porta de açougue muito afreguesado e sito no dito logradouro.* Não conseguimos encontrar algo de confirmação ao que diz Melo Morais – aliás cronista carioca de muito mérito. Constatamos que em códices da primeira metade do século XVIII já aparece a denominação de campo do Machado e cuja origem, não padece dúvida, prende-se ao fato de existir no lugar um rico oleiro de nome – André Nogueira Machado. Era homem muito conceituado e possuidor de propriedades de casa de morada, situadas de uma e de outra banda do antigo campo do Catete, e que se diz hoje do Machado.** – O nome Boitanga aparece em vários Autos de Vistorias, nos primeiros anos do século XVII. É do linguajar africano, significando cobra: boi-cobra, e tanga, de tangar, que enrola. Entre os autos citados, alguns de difícil leitura e outros estragados pela traça, figuram os das terras aforadas, em 1628, ao padre Cosme Ramos de Morais, mestre da capela da cidade e também capelão da Misericórdia, por nomeação do provedor Salvador Corrêa de Sá e Benavides, em 25 de novembro de 1622. O padre Cosme, aproveitando os alagadiços das suas terras, desenvolveu grande plantação de arroz, cuidada por negros de Guiné. Foram eles que denominaram o logradouro de campo das Boitangas, pela existência de cobras nos alagados. No Brasil, aliás, pelas margens dos rios e nos alagados, vivem diferentes espécies desse ofidiano e que se chamam – boipeba, boisurana, boibi, etc.

O nome que traz agora o antigo largo do Machado data de 29 de outubro de 1869, em homenagem ao famoso guerreiro brasileiro marechal Luiz Alves de Lima e Silva, que foi um espírito conservador e disciplinado e um devotado à monarquia e ao trono, tendo sido agraciado com o alto título de duque de Caxias.

Nessa praça, a 15 de agosto de 1899, levantou-se a estátua de Caxias em ato solene, com a presença do presidente da República – Manoel Ferraz Campos Sales, e do general Rosa, presidente da Argentina, em visita ao Brasil. Recentemente, por força do destino, a estátua de Caxias – o braço forte em apoio do trono, no dizer de Max Fleiuss, veio a ser mudada para a praça da República, próximo ao Monumento da República, no qual avulta a figura de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, espírito ultra liberal e que foi a força intelectual da propaganda republicana nos últimos tempos.***

---

* Essa versão do nome “largo do Machado”, dada por Melo Morais é equivocada. O nome advém de um dos proprietários, André Nogueira Machado, adquirente de chácara no local em 1716. Essa sua chácara é que veio a ser propriedade da rainha Carlota Joaquina. (N.C.)

** Autos de Vistorias de Terras – 1740/1760 – Arquivo Municipal. (N.A.)

*** Atualmente este monumento está situado no interior do campo de Santana. (N.E.)

Chácara da Ponte do Catete

No começo de outubro do ano de 1760, Miguel José de Faria compareceu, em pessoa, ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro para pedir, como pediu, um pedaço de terra entre a fazenda dos religiosos de São Bento e a estrada pública que ia ter a Botafogo, e que se lhe desse essa terra por aforamento, em fateusim perpétuo e da maneira inculta em que se achava. O Senado da Câmara deferiu, concedendo o aforamento por três vidas e ao foro anual de 320 réis, por despacho de 18 de outubro de 1760. Esse aforamento foi registrado no livro 12, fls. 28v, conforme anotação feita nos respectivos autos. Na restauração dos livros do Senado da Câmara, devido ao incêndio do seu Arquivo, em 1790, o título do citado aforamento aparece registrado no livro 2, fls. 237. Em morrendo o foreiro Faria, o Senado da Câmara mandou transpassar o aforamento a um filho do finado, de nome João José de Faria, e depois à viúva deste, Vitorina Maria da Conceição, e dessa senhora a um seu filho natural de nome João, ainda menor. Em juízo, apresentou-se Antônio José Corrêa e provou com documentos ser o pai do menor e nesta qualidade vendeu a chácara da Ponte do Catete ao desembargador Luiz José de Carvalho e Melo, futuro visconde da Cachoeira, a quem o Senado da Câmara mandou dar um novo título de aforamento, por despacho de 7 de dezembro de 1808. A filha do dito titular – Carlota Cecília Carvalho e Melo, com licença da Ilustríssima Câmara, vendeu a chácara por vinte contos de réis a José Ribeiro Monteiro, em 19 de novembro de 1832. Sucedeu a Monteiro, um seu filho, João Ribeiro Monteiro, o qual aparece o Rol dos Foreiros da municipalidade, a partir de 29 de outubro de 1850, como sucessor de seu pai, pela posse de uma chácara no largo do Catete, junto à ponte, onde fazia frente, entre os caminhos Velho e Novo de Botafogo, deitando fundos para a travessa do Guedes. Esses dois caminhos são hoje as ruas Senador Vergueiro e marquês de Abrantes, respectivamente a praça José de Alencar e a travessa dos Tamoios. Entregue ao abandono, a velha chácara veio a ser vendida por 8:000$, em 1856.

Bem difíceis de ler-se, pelo cursivo e pelos estragos, são os códices da primeira metade do século XVII, que dizem respeito aos baldios do Conselho. Trazem eles narrativas valiosas que desmentem muita coisa que anda por aí escrita com visos de verdade sobre o Rio de Janeiro do século XVII. Os baldios, por inaproveitáveis, pelos perigosos lodaçais que os cobriram, estiveram largos anos abandonados e esquecidos pela Câmara. Horticultores reinóis foram ocupando esses baldios e afoitos entregaram-se ao árduo trabalho de enxugá-los para plantar, como plantaram, hortas e chácaras. Assim aconteceu com os baldios das margens do rio Carioca, no Catete. E os terrenos artificiais que aí se formaram são aqueles que, por todo o século XVIII, a municipalidade procurou reivindicar, num esforço de legalização amigável, da posse intrusa que dos ditos terrenos se fizera. Sem a menor dúvida, a municipalidade tem o senhorio direto desses terrenos artificiais, porque estão incluídos na área da sesmaria que lhe foi concedida, em 1565, por Estácio de Sá e ampliada e confirmada, em 1567, pelo governador geral do Brasil – Mem de Sá. Mas, por culpa do próprio senhorio – a Câmara, – que foi displicente, no Catete, como em muitos lugares da cidade, os intrusos foram amparados pela força do Direito, em face da situação jurídica favorável que para eles se criara, pela mansa e pacífica posse que desfrutavam havia anos e muitos.

Chácara do Desembargador

À margem direita do rio Carioca existia ainda, em 1750, viçosa de arvoredos, de frutas e regalos, uma extensa chácara, com boa casa de vivenda, chamada pelo vulgo de chácara do Desembargador, porque pertencia e nela morava o desembargador João Tavares de Abreu – homem de muito respeito. A esse magistrado foi a chácara comprada, de meias, pelo capitão José dos Santos Rebelo e Teotonio José de Sá. Em comum acordo, a 25 de maio de 1789, os ditos compradores venderam a chácara a João Gonçalves, casado com Joaquina Rosa da Conceição. Essa senhora, enviuvando, veio a contrair segundas núpcias com Manoel de Almeida, grande ricaço da época, possuindo valiosas propriedades urbanas no Rio de Janeiro e outras fontes de renda na mercancia de gêneros alimentícios. A chácara do Desembargador confinava com a chácara do capitão Manoel Pinheiro Guimarães, e tinham por divisa natural uma antiga vala. Pinheiro Guimarães era bem egoísta e manhoso no trato de negócios, quando

em jogo os seus interesses, e gozava de influência nos meios políticos e administrativos da cidade. É assim que conseguiu do Senado da Câmara a licença para derivar o rio Carioca, levando-o à referida vala, que era formada pelos esperdícios das águas caídas das nascentes na serra da Carioca. A vala corria paralela ao rio e cortava terras sobrepostas e férteis do arrabalde das Laranjeiras, vindo morrer na praia, onde nos nossos dias é a praça José de Alencar. Na segunda metade do século XVIII, já estava muita diminuída do seu leito e mais funda e serpenteava por entre chácaras carregando imundícies e despejando as suas águas nos encharcados da pedreira, logo depois de atravessar o caminho Velho de Botafogo – atual rua Senador Vergueiro. Também, interessante citar o grande alagadiço que se formava entre o Catete e Botafogo com as chuvas torrenciais do verão. Durante meses ficavam os moradores como que insulados e privados de trânsito. Somente no meado do século XVIII deu-se início a uma obra perfeita de enxugamento dessa região, obrigando-se aos proprietários a enxugar os terrenos dos quintais das suas casas, das suas chácaras e das suas hortas e a limpar as valas. Aos insubmissos era aplicada a pena de multa e prisão. Um século depois, quando da chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, o largo da ponte do Catete e suas adjacências foram melhorados a bem do público e do bom nome da cidade que hospedava Sua Majestade Real Fidelíssima.

Voltemos à chácara do Desembargador, cujos donos, em 1829, eram Antônio Vieira Pereira e Ana do Espírito Santo, herdeiros que foram da antiga proprietária, já citada, Joaquina Rosa da Conceição. A esses ditos herdeiros foi a chácara comprada, a 19 de agosto do dito ano de 1829, pelo conselheiro Cláudio José da Costa Pereira, a quem a Ilustríssima Câmara expediu nova carta de aforamento do chão da chácara e da casa de vivenda, em 6 de dezembro de 1829. O conselheiro Cláudio da Costa, possuidor de grande fortuna, pelos azares da sorte, veio a ficar pobre. Magistrado, ministro do Tribunal da Justiça, membro do Conselho do imperador e figura de bastante relevo na Corte, tinha vida de grandes gastos para atender a toda essa representação. Em março de 1831, Cláudio José da Costa Pereira e a sua ilustre esposa Maria Velho da Costa Pereira viram-se constrangidos a comparecer em juízo para outorga de poderes dos conselheiros Pedro de Araújo Lima, mais tarde marquês de Olinda e regente do Império do Brasil, Francisco Alberto Teixeira de Aragão, íntegro magistrado e sexto intendente geral de Polícia da Corte, e ao ilustrado causídico dr. Bernardo José de Figueiredo, para *in solidum* disporem com os credores sobre a venda dos bens do casal e bens que já estavam sujeitos à administração de Joaquim José Pereira de Faro, primeiro barão do Rio Bonito, e do padre José Manoel Bessa. Ultimada a concordata dos credores, realizou-se a praça de todos os bens do casal, a 26 de julho de 1832, com toda aquela detração que sofrem os grandes e os poderosos quando caem.

A chácara do Desembargador foi entregue a Manoel Veloso Rebelo por 15:710$ e também um grande prédio de sobrado à rua da Quitanda, canto com a do Hospício, pela quantia de 25:000$. Veloso Ribeiro, o maior credor do casal Costa Pereira e o mais intransigente, residia no dito prédio. Foram muitos os prédios no Rio de Janeiro, quase todos no bairro da Ajuda e de sobrado, que figuravam nesta espetacular praça de penhora, e também figuraram importantes propriedades agrícolas na província da Bahia, entre as quais um grande engenho na vila de Valença, comarca de Ilhéus, com extensas terras cultivadas, principalmente a cultura da cana-de-açúcar, cuja produção era fabulosa – conforme arrolamentos junto aos Autos da Penhora, que encontramos em 1923, já muito estragados e desordenados, num depósito de papéis do antigo Fórum, à rua dos Inválidos. Nas pesquisas que levamos por diante, embora as grandes dificuldades criadas, a manifesta má vontade e até ofensas, tivemos a sorte de novamente encontrar a chácara do Desembargador, no ano de 1844, vendida por 10:000$ a Bernardo José da Cunha, pelo barão do Andaraí – Militão Máximo de Souza, que a comprara por 8:000$ ao precitado Manoel Veloso Rebelo, compra para a qual houve alvará de licença da Ilustríssima Câmara, datado de 18 de abril de 1837, segundo as anotações lançadas à margem do Registro de Cobrança de Sisa, em 1844, no Tesouro Nacional. Foi Bernardo José da Cunha quem terminou as obras do grande palacete da chácara, iniciadas em 1829 pelo conselheiro Cláudio da Costa, e paralisadas, desde 1831, por embargos de credores. Prédio de linhas elegantes, com três artísticos portões de ferro no andar térreo para ingresso, sacadas de cantaria trabalhada nas portadas do sobrado em nº de nove e dezenove janelas nas faces laterais. Posteriormente, sofreu modificações com acréscimos e outras obras de adaptação a um hotel de primeira ordem que aí foi instalado, luxuosamente, com o nome de Hotel dos Estrangeiros. Nesse estabelecimento, que teve fama e chegou aos nossos dias,* hospedavam-se chefes de Estado,

* O Hotel dos Estrangeiros foi demolido. (N.A.)

príncipes, grandes atores e atrizes, homens ilustres e os nababos em visita ao nosso país, até o começo do atual século, quando começaram a surgir os chamados grandes e modernos hotéis no Rio de Janeiro. O Hotel dos Estrangeiros foi sendo esquecido e caiu em decadência. Mas da sua existência faustosa, com dias de glórias, ele deixou para a história da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro achegas bem interessantes nos fatos ali acontecidos e atinentes à política, às finanças, às artes, às ciências, às letras, ao alto mundanismo, à vida social da Sebastianópolis, enfim. E ao término destas notas recordamos que o conselheiro Cláudio José da Costa Pereira foi quem cedeu, sem qualquer indenização, uma larga faixa de terreno da sua chácara, em toda a extensão de frente a fundos, pelo rio Carioca abaixo até o mar, para a abertura da rua que traz hoje o nome de Barão do Flamengo.

Chácara do Machado

Como deixamos dito anteriormente neste capítulo, na narrativa sobre o campo do Catete, o padre Cosme Ramos de Morais tinha grande lavoura de arroz e um engenho de beneficiar cereais na sua quinta ou chácara do Catete. Essa importante propriedade veio a pertencer a João Corrêa Ximenes, conceituado senhor de engenho em São João de Meriti. Ao tempo dos fatos a narrar, a intolerância religiosa fazia-se excessivamente. Ser cristão novo era crime imperdoável e castigado de modo bárbaro pelo Tribunal da Inquisição. Ainda no século XVIII, em Portugal, a perseguição religiosa encarcerava muita gente pelo chamado crime de heresia. No Rio de Janeiro, eram muitos os cristãos novos no nº dos quais estavam o referido João Corrêa Ximenes e o seu irmão José Corrêa Ximenes, este, homem inteligente, com instrução, tendo sido notário público e mordomo das demandas por eleição, na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, durante a provedoria do coronel Francisco de Moura Fogaça. Os irmãos Ximenes foram condenados por heresia e mandados para os cárceres de Lisboa, onde acabaram os seus dias. Na confiscação dos bens de João Corrêa Ximenes entrou a quinta do Catete e, na praça realizada em 1713, ela foi arrematada pelo alferes André Nogueira Machado, homem de conceito e rico. Desde então, a quinta passou a ser chamada – chácara do Machado. Pela petição datada de 1º de julho de 1716, dirigida ao Senado da Câmara, o alferes Machado, declarando-se possuidor de uma chácara no Catete, que pertencera a João Corrêa Ximenes, a quem fora confiscada, obteve o aforamento do terreno por ela ocupada em fateusim perpétuo e ao foro anual de doze tostões, guardadas para os fins de direito e posse as confrontações do aforamento que era o do padre Cosme Ramos de Morais, concedido em 10 de junho de 1628. Pelas ditas confrontações, a chácara tinha cem braças na testada de frente e duzentas ditas na dos fundos e ficava entre terras ocupadas pelos religiosos de São Bento e por outros, à direita, e pelas possuídas por Nicolau da Fonseca e Antônio Martins de Brito, na outra banda – lado esquerdo. Em 1778, já estava em abandono, cortada por caminhos e ocupada por intrusos e nesse estado foi vendida pela quantia de dez mil cruzados ao capitão Manoel Ribeiro Guimarães, em 4 de fevereiro de 1778. Foram os vendedores Maria Josefa Nogueira Machado e irmãs, que eram filhas do alferes André Nogueira Machado.*

Chácara da Sacramento

Ainda existia no começo do século XIX a chácara da Sacramento, assim chamada por pertencer a Ana Maria do Sacramento. Por ocasião das obras do cordeamento definitivo e regular de uma via pública – atual rua do Catete – beirando a praia velha – governança de Luiz Vasconcelos e Souza – 1779/1790 – desmembrou-se por completo a antiquíssima quinta do Catete e dela saíram terras para a formação da chácara da Sacramento. Em 1806, já diminuída, com melhor casa residencial, a chácara tinha uma frente de 23 braças, a começar das terras livres do dr. Manoel de Jesus Valdetaro, à mão esquerda subindo da cidade. Por questão de divisa, Ana Sacramento querelou anos em juízo com o

* Restier Gonçalves não se deu conta de que parte dessa chácara, adquirida por Antonio José da Silva, é a mesma que também foi adquirida pela rainha Carlota Joaquina e que o autor descreve no verbete : “Chácara do Lisboa”. (N.C.)

heréo* confinante Manoel Pinheiro Guimarães, dono de uma chácara à esquerda da querelante. Afinal, em 1806, houve um acordo e Ana do Sacramento, na forma da sentença do juiz das Demandas, saiu ganhando, com a posse de algumas braças a mais e das quais obteve o aforamento pelo Senado da Câmara, em 21 de maio de 1806. Mais tarde, a referida senhora vendeu a chácara ao casal conselheiro José Joaquim de Souza Lobato e Clementina de Araújo Albuquerque Lobato. Esse novos donos da chácara da Sacramento melhoraram-na bastante, e, entre as obras executadas, a da retificação da testada foi muito vantajosa à perspectiva da chácara. Para regularidade, foi adquirida, aos herdeiros do dr. Valdetaro, uma tira de terra de 13,5 braças de larga nos fundos da chácara, à praia do Flamengo, e que ficou sendo a porção alodial ou livre da chácara da Sacramento. Em 5 de outubro de 1825, o casal Souza Lobato, já residindo em Lisboa, vendeu a sua importante propriedade por 18.500$ ao ricaço Gonçalo Germano de Araújo Souza, residente no Rio de Janeiro, à rua das Mangueiras – atual visconde de Maranguape. Para edificar, como edificou, sólidos prédios residenciais, com frente no Flamengo, Gonçalo Germano desmembrou a chácara na parte dos fundos. Afinal, a chácara da Sacramento, então com o nº 183 da rua do Catete, veio a ser vendida em 25 de março de 1848, por 45:000.00, pelos filhos de Gonçalo Germano, ao visconde de Miraguaia – Bernardo Pinto Gonçalves da Silva, o qual na mesma chácara teve residência. A chácara da Sacramento ficava entre os terrenos do Valdetaro – local do Palácio presidencial do Catete – e terrenos da chácara de Pinheiro Guimarães, onde corre a rua Corrêa Dutra.

Chácara do Asséca

Em 21 de fevereiro de 1816, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, na qualidade de senhorio direto, concedeu a licença que lhe solicitara o capitão Manoel Pinheiro Guimarães para a venda de um terreno a Brown Watson & cia, desmembrado da parte dos fundos da chácara do vendedor. O terreno vendido tinha 35 braças e 9 palmos de frente pelo Flamengo, 28 braças e 8 palmos de comprido pelo lado esquerdo e pelo direito 31 braças e 8 palmos. Fica entre dois caminhos que subiam do mar para o alto do Catete e que mais tarde serviram de risco para abertura de duas ruas: o da esquerda, para a do Infante, depois – Dois de Dezembro e hoje – Cristóvão Colombo,** e o da direita, para a rua do Pinheiro, agora Machado de Assis. Brown Watson & cia construíram nesse terreno uma boa casa residencial, com chácara e outras benfeitorias, tudo em puro estilo inglês. Essa pitoresca vivenda veio a ser cobiçada pela rainha Carlota Joaquina, num passeio matinal que fazia pela praia do Flamengo, em um dia de março de 1817. A soberana mandou convocar imediatamente os proprietários da casa e propor-lhes a compra, pois que a situação da mesma era muito propícia à saúde (de) sua majestade, que para tanto se dispunha a dar vinte contos de réis, com o pagamento em Lisboa. Contrariados, embora, como deixa transparecer a representação que fizeram ao serem convocados, Brown, Watson & Cia. declaram “que em presença de tal comprador largavam a sua boa propriedade à S. M. em prova de respeito e submissão com a franca bizarria de não quererem por ela senão o seu custo, sem câmbio de dinheiro e nem juros de mora”. Por sua vez, o Senado da Câmara, para evitar delongas à compra, abriu mão do laudêmio, em vereança de 15 de março de 1817, pela alta consideração e devido respeito à augusta senhora rainha. Porém, com espanto geral, Carlota Joaquina desistiu da compra, querendo, apenas, não se fizesse bulício e nem dano houvesse por isso. Sabia-se, entretanto, dos consideráveis compromissos de dinheiro assumidos pela rainha no Rio de Janeiro e que na capital portuguesa pouco crédito lhe restava. Circunstâncias prováveis da desistência – ou, segundo os cochichos sobre o fato, algum estratagema do rei dom João VI, empregando a sua manhosa diplomacia para resolver, como de costume e sem escândalos, as leviandades da sua esposa. Por fim, a bela vivenda do Flamengo veio a pertencer ao visconde de Asséca que aí residiu por algum tempo. Na chácara do Asséca, em brilhantes recepções, reuniam-se a mais alta aristocracia e os expoentes da intelectualidade da época na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

---

* Heréo: Senhor, proprietário. “Assim nas demandas se citam os heréos confinantes” – Antônio Morais e Silva – Dicionário da Língua Portuguesa – ed. de 1878. (N.A.)

** A rua voltou a denominar-se Dois de Dezembro, nome que mantém até hoje. (N.E.)

Chácara do Lisboa

O trato comercial e as atividades agrícolas foram os esforços dos primeiros governadores do Rio de Janeiro. Com esse fim, abriram-se estradas e fizeram-se largas concessões de terras. Os sertões da capitania ligaram-se à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na qual se formaram vastos rossios, a fim de mais útil e pronto se fizesse o convívio do povo e melhor se operassem os negócios. Abusivamente, esses rossios foram sendo usurpados pelos proprietários circunvizinhos, os quais iam avançando sobre os terrenos de servidão pública, quando levantavam as suas casas de morada. Esse proceder abusivo era considerado grave infração pelas Ordenações do reino. É certo, também, que a Câmara conseguiu reivindicar muitos dos terrenos nos usurpados: uns, por acordo amigável e outros, por sentença condenatória. No campo ou rossio do Catete, as usurpações atingiram o máximo do escândalo público, chegando a causar motim. A Câmara levou os fatos ao conhecimento do rei de Portugal, e daí a Ordem Régia de 19 de setembro de 1745, que determinou o despejo sumário dos ocupantes dos terrenos e a revisão geral dos aforamentos concedidos no sítio do Catete, em 1742, de forma a proceder-se com acerto e segurança, anulando-se por completo aqueles encontrados sem os títulos próprios, legalmente expedidos. No Catete, a anulação de maior vulto foi feita a Antônio José da Silva, cuja chácara, de 50 braças de frente por 60 de fundo, era usurpada ao rossio do Catete. Essa chácara, junto à ponte grande, ocupava terras foreiras à municipalidade em 6.800 réis anuais e era banhada pelo rio Carioca, desde a rua das Laranjeiras até a dita ponte. Cortada a parte usurpada, a (chácara) começou a ser retalhada, sendo dona a viúva de Antônio José da Silva. Essa senhora, de nome Úrsula Maria do Bom Sucesso, veio a casar-se com Venancio José Lisboa, outro ricaço do Catete e Laranjeiras, onde possuía extensos terrenos foreiros à municipalidade. Lisboa, logo depois de casado, alegou direitos de adjudicação e a sua qualidade de cabeça do casal, procurando conseguir, como conseguiu, do Senado da Câmara, por despacho de 19 de agosto de 1809, que todo o terreno da chácara da sua esposa e os adjacentes, baldios ou não, fossem aforados em seu nome. Desde essa época, ficou sendo chamada chácara do Lisboa. No correr dos anos, com os desmembramentos praticados, novos aforamentos se fizeram de porções e foros diferentes, sendo o maior foro de oito mil réis anuais. Por doze contos de réis o comendador Fernando Carneiro Leão adquiriu uma porção ao sul do rio Carioca, com frente de 19 braças pela rua do Catete, junto a ponte grande, por dez ditas de fundo. Carneiro Leão, que depois foi barão e conde de Vila Nova de São José, pediu ao Senado da Câmara e dele obteve, por despacho de 11 de outubro de 1815, o aforamento da porção do terreno que comprara e no qual construiu boa casa para a sua residência, com extensa chácara, começada a desmembrar-se em 1855. A chácara de Carneiro confinava, à direita, com o mirante da chácara do Lisboa e com as casas de aluguel de propriedade do coronel Manoel Ribeiro Guimarães, e à esquerda, lado da cidade – expressão da época, usada no documento examinado -, com a casa de propriedade e residência de Joaquim Ribeiro de Almeida e com o rossio do Catete. Nos fundos, lado das Laranjeiras, com a chácara de Domingos Francisco de Araújo Roso. O rio Carioca atravessava pela chácara de Carneiro Leão e também pela do Lisboa. Sobre a servidão das águas do rio, ainda abundantes e limpas, houve um acordo entre os dois proprietários, obrigando-se Carneiro Leão a não criar estorvo à derivação canalizada do dito rio para a Casa de Banhos situada à rua do Catete e propriedade de Venancio Lisboa. Como dissemos, em 1855, foi iniciado o desmembramento da chácara Carneiro Leão e quase todos os terrenos foram adquiridos pelo Banco Alemão, dirigido por Adolfo Klingeldoefer. Esse estabelecimento ofereceu à Ilustríssima Câmara o terreno necessário para a abertura de uma rua e que se abriu, em 1875, com o nome de São Salvador, depois chamada Neri Ferreira e voltando, ultimamente, à antiga nominação. Com a testada de frente para essa rua ficaram os terrenos comprados, por João Antônio Ferreira de Almeida, ao Banco Alemão, já em liquidação no ano de 1881. Por esses terrenos abriu-se também uma rua, a qual deram o nome de Concórdia, substituído depois pelo de Ferreira e por fim Conde de Baependi, ainda conservado. Voltemos à chácara do Lisboa, onde encontramos a construção, iniciada em 1813, do palacete que serviu de residência durante alguns anos à família Lisboa – por muitos títulos ilustre. Ficava à frente da rua do Catete, canto do largo deste mesmo nome. Tinha, na dita rua, um alto portão de ferro dando acesso a um pátio arborizado, que ficava à entrada do palacete, à esquerda. Todos os antigos prédios que se seguiam ao muro do pátio – ou área descoberta – e até o canto do largo do Machado, foram construídos por Venâncio José Lisboa.[13]

Vamos fechar a nossa ligeira notícia sobre a chácara do Lisboa com a recordação de um fato bem triste ocorrido no antigo rossio do Catete, no domingo, 8 de outubro de 1820, às 11h da noite. Naquele dia e horas citados, no rossio do Catete, ao apear-se da carruagem à porta da sua residência, em companhia de duas filhas e regressando de uma solenidade do rosário, foi assassinada a tiro de arcabuz Gertrudes Petra Carneiro Leão, nobre esposa de Fernando Carneiro Leão. Pela hora adiantada da noite, o assassino pôde escapar sem ser visto, e nem descoberto foi, embora diligências determinadas pelo desembargador José Albano Fragoso, na qualidade de presidente do juízo Especial do Paço. Horrível mistério envolveu esse crime. Noronha Santos, erudito cronista carioca, dá como indigitado autor do crime um celerado de nome Jerônimo Inácio da Costa e de alcunha "o Orelha", a mando da rainha Carlota Joaquina, por ciúmes, pois que era amante do marido da vítima. Fernando José Carneiro Leão nasceu no Rio de Janeiro, a 30 de maio de 1782, e faleceu em Niterói, a 4 de setembro de 1832. Era filho do riquíssimo negociante Braz Carneiro Leão e de Ana Francisca Rosa Maciel da Costa. A princípio, dedicou-se ao comércio e dirigiu, por morte do seu pai, a casa comercial, que girou sob o nome Carneiro Leão, Viúva & Filhos. Forte e conceituada bastante era essa casa comercial atacadista desde o tempo do velho Braz Carneiro Leão. Ficava à rua Direita, agora Primeiro de Março, para os lados de São Bento, com depósitos na Prainha e na Saúde. As mercadorias – fazendas, gêneros, etc.– que importava e também as que exportava – café, farinha e outros produtos do país – eram carregadas em navios de propriedade da mesma casa comercial.

Fernando Carneiro Leão deixou o comércio e ingressou no Exército fazendo parte da 2ª linha e passou para a primeira no posto de coronel de cavalaria, por decreto de 31 de março de 1828, tendo sido promovido a brigadeiro, a 12 de outubro do mesmo ano. Comandou a guarda de honra do imperador Dom Pedro I. Foi agraciado com o título de barão de Vila Nova de São José, a 12 de outubro de 1825, e no ano seguinte elevado a conde do mesmo título. A viúva de Braz Carneiro Leão foi agraciada com o título de baronesa de Goitacazes e faleceu bem idosa, a 12 de junho de 1832, na sua suntuosa residência na Glória. No Palacete Goitacazes funcionou o Ministério dos Estrangeiros, no regime monárquico, e foi demolido, não há muitos anos, para dar lugar à construção do Palácio São Joaquim, residência do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. O Palacete do rossio do Catete veio a pertencer à Guilhermina Adelaide de Souza Coutinho, marquesa de Maceió, tendo sido demolido no começo deste século.

Chácara da Pedreira

Ainda no princípio do século XVII, Felipe Coutinho Carneiro aparece dono de três prósperas olarias no sítio da Carioca e em terras foreiras à Câmara do Rio de Janeiro. Francisca Pereira, mulher de haveres, que sucedeu a Felipe Carneiro na posse das olarias, foi vendendo uma por uma com todas as servidões e terras respectivas. Foram compradores: Miguel de Freitas Ribeiro, Francisco Rodrigues da Paz e o licenciado bacharel – Jerônimo Coelho de Andrade, tendo este, por escritura de 1º de setembro de 1692, do notário Manoel de Oliveira Couto, comprado a olaria de Miguel de Freitas Ribeiro, com boa casa de morada, rodeada de pomar, na parte alta, onde ficavam também uma grande fábrica de telhas, e na parte baixa, horta e curral de bois. Essa parte baixa era toda um brejal. A 12 de novembro de 1715, e por quatro mil cruzados, o licenciado Andrade vendeu as suas duas olarias e todas as benfeitorias a Caetano da Costa Coelho. Por deliberação do Senado da Câmara, as terras, cultivadas ou não, compreendidas na dita venda, passaram a constituir uma só enfiteuse com o foro anual de quatro mil réis. As benfeitorias que, então, se relacionaram foram roças de mandioca, milho e café,* fornos de coser, louça do país – panelas de barro, potes e outros utensílios – telhas e as moradas nobres ou não. A testada desse novo aforamento era bem extensa e corria pela estrada dita da Carioca, na atualidade ruas da Glória e do Catete, entre as terras que mais tarde pertenceram ao reverendo dr. Cláudio Grurgel do Amaral e as de José Rodrigues Gomes. Caetano da Costa Coelho, que era casado com Maria Viegas de Abreu, desmembrou das terras que possuía duas porções de 1/3 cada uma para formar os dotes de núpcias das duas filhas do seu casal: Inácia Viegas de Souza, que casou com Carlos Monteiro da Silva,

* Não é possível ter existido plantação de café no ano citado de 1715, pois seu cultivo, no Rio de Janeiro, se dá a partir de 1760, com as primeiras sementes trazidas do Maranhão pelo desembargador João Alberto Castelo Branco. (N.C.)

e Isabel Correia, casada com Manoel Veloso de Carvalho. Costa Coelho, depois de possuir fortuna e de movimentar diferentes empreendimentos, viu-se endividado e bem pobre. Para liquidar as suas dívidas, num montante superior a quinze mil cruzados fortes, pôs em praça todos os seus bens móveis, imóveis e semoventes. Figurou nessa praça a chácara da Pedreira, no bairro da Glória, à mão direita, caminhando da cidade para o Catete, inclusive as grandes pedreiras, das quais se extraíam pedras de todas as qualidades. Assim, rezam os pregões da praça realizada em dias do mês de setembro do ano de 1780. Devido ao estrago dos autos da praça, não foi possível precisar o dia. O capitão Felix de Souza Castro, um dos credores do casal Costa Coelho, arrematou a chácara da Pedreira, da qual, como dissemos, saíram dois terços para os dotes de Ignácia e Isabel Viegas de Souza. As duas senhoras beneficiaram bastante os seus terrenos com casa de morada e pomar. Pelo título de aforamento, que traz a da[ta] de 28 de abril de 1787, a chácara de Inácia Viegas de Souza tinha frente na estrada do Catete, numa extensão de 34.5 braças e fundos no mais alto da montanha, onde acusava uma largura de 185 braças na direção de sudoeste. Em 1799, viúva havia mais de dez anos e completamente cega, Ignácia Viegas entabulou negociações para a venda da sua chácara com o padre Antônio Gonçalves Marinho, chegando a ser lavrada a respectiva escritura pelo notário Antônio Teixeira de Carvalho e na residência de Salvador Corrêa Alves Quintanilha. O comprador ficou emprazado a apresentar a certidão da sentença de ratificação da posse da chácara proferida pelo Tribunal de Justiça de Lisboa. Cinco anos decorreram sem que o dito documento fosse apresentado. Afinal, nos primeiros dias do ano de 1806, Salvador Quintanilha, levando ao Senado da Câmara a denuncia da transação havida, declarou-se dono da chácara. Nas demandas, cavilosas quase todas, que se criaram pela posse da chácara da Pedreira, são lamentáveis e mesmo vergonhosos os conluios havidos em torno da dita cega rica. Muito há para escrever sobre este fato e também sobre outros – em relação às fortunas e heranças no passado. É farta e curiosa a documentação encontrada nos arquivos forenses. Na denúncia que fez, Salvador Quintanilha é categórico ao declarar-se dono da chácara, porque, disse ele – "para a sua pessoa e com o seu dinheiro havia sido comprada a chácara, e o padre Marinho interviera apenas com a sua diligência." Esse sacerdote era pessoa de confiança e de estima da senhora Viegas, a cega. Em vereança de 29 de janeiro de 1806, o Senado da Câmara decidiu favoravelmente a Quintanilha, investido logo na posse da chácara, que começou a ser desmembrada ainda em vida do precitado posseiro, para a abertura da rua Quintanilha, atual Bento Lisboa. Fez-se o desmembramento completo quando da partilha entre herdeiros de Delfina Benedita Quintanilha, que se havia casado com o seu cunhado, João José de Souza Quintanilha, pouco depois da morte de Salvador Quintanilha, seu primeiro marido. Os herdeiros de Delfina foram Tertuliano, Procópio, Ubaldina, Rosa e Rufina – filhos do primeiro casal da precitada senhora. Também herdeiro foi o segundo marido, ao qual coube da chácara três partes, por ele vendidas em 1856 a Rego & Barros, pela quantia de 140:000$. Em terras da chácara da Pedreira abriu-se a rua Pedro Américo,[14] e existiu um poço de muita boa água e tida como medicinal. O poço ficava na encosta do morro e foi entregue à servidão pública, em 1810, por decisão do Senado da Câmara. Levantou-se uma fonte em cantaria, com torneiras de bronze. Facilitando o acesso ao local, foi aberto um beco sem saída. Em 1838, embora com fartura ainda de boa água, abandonados estavam pela administração pública o beco e a fonte, esta arruinada e o mato cobrindo o beco. Esconderijo de malfeitores, só destemidos ali penetravam. Francisco de Paula Brito Rosa e Alexandrino de Barros Monteiro, moradores e proprietários nas vizinhanças, vinham disputando a posse da falada nascente, até que a Ilustríssima Câmara, em 1841, intervindo, deliberou a 5 de maio do dito ano investir-se na posse do poço, porque *ex – vi legis*, as nascentes são bens próprios dos municípios. Afinal, beco e poço desapareceram em virtude do prolongamento da rua Pedro Américo, morro acima.

A partilha dos bens do casal do velho Salvador Quintanilha ultimou-se a 19 de dezembro de 1828. Dois anos depois, grande parte da herança estava sendo desbaratada em hipotecas e outros negócios ruinosos. O mais exigente e o maior credor hipotecário foi Joaquim Coelho Messeder que recusou a concordata, levando a efeito a penhora executiva contra Ubaldina Alves Quintanilha Pereira do Lago e seu marido Lucídio Cândido José Pereira do Lago. Os outros herdeiros de Quintanilha também tudo perderam. É certo que muitas das antigas famílias burguesas que, nos fins do século XVIII – o século dos vice-reis –, já constituíam a aristocracia do dinheiro na capitania do Rio de Janeiro, foram desaparecendo como que devoradas pelo luxo em que viviam, gastando, por orgulho e fausto, rios de dinheiro em suntuosas festas e outras exterioridades supérfluas. A distinta família Salvador Quintanilha foi vítima deste mal.

Chácara do Cônsul

No fim do século XVIII, ao defrontar o outeiro da Glória, à mão direita, subindo a estrada para o Catete, uma grande chácara que aí existia e pertencente a Inácio Miguel Pinto Campelo, ainda chamava a atenção do transeunte pela sua luxuriante arborização, rico pomar e confortável casa de morada. Em 1811, foi comprada pelo conselheiro Manoel Velho da Silva, para na mesma residir, como residiu até a morte. Velho da Silva, em 1812, fez obras na sua propriedade, modernizando a casa de morada e pondo um trato mais aperfeiçoado na chácara. Em morrendo o conselheiro, a sua viúva – Maria Rita da Rocha Pinto Velho da Silva – vendeu a propriedade por 10:000$ ao inglês Guilherme Young, em 7 de outubro de 1819. O novo proprietário, adquiriu, por compra, aos Quintanilhas, mais terreno nos fundos da chácara e assim pôde estendê-la até o alto da montanha, alcançando a enorme pedreira da Candelária, assim denominada por ter sido extraída dela a pedra necessária à construção da nova igreja de N.S. da Candelária, cuja pedra fundamental foi colocada em 6 de junho de 1775, durando as obras até 1811. Neste dito ano, a 8 de setembro, foi benzido o templo e no dia seguinte, 9 de setembro, realizado solene pontifical, com a assistência de dom João VI e de toda a Família Real.

Guilherme Young, que era do alto comércio do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de cônsul – geral da Inglaterra, ao tempo do rei dom João VI, passou a residir na chácara que comprara e que desde essa época ficou chamada – chácara do Cônsul. Em 1838, ele a vendeu a José Antônio Alves de Carvalho, por 48:000$. Carvalho pediu e obteve o aforamento do terreno da chácara, em 30 de março de 1847, com larga discussão havida na Ilustríssima Câmara sobre se conceder ou não esse aforamento. A chácara do Cônsul, ainda em 1850, figura do Rol das Décimas, com o nº138 pela rua do Catete.

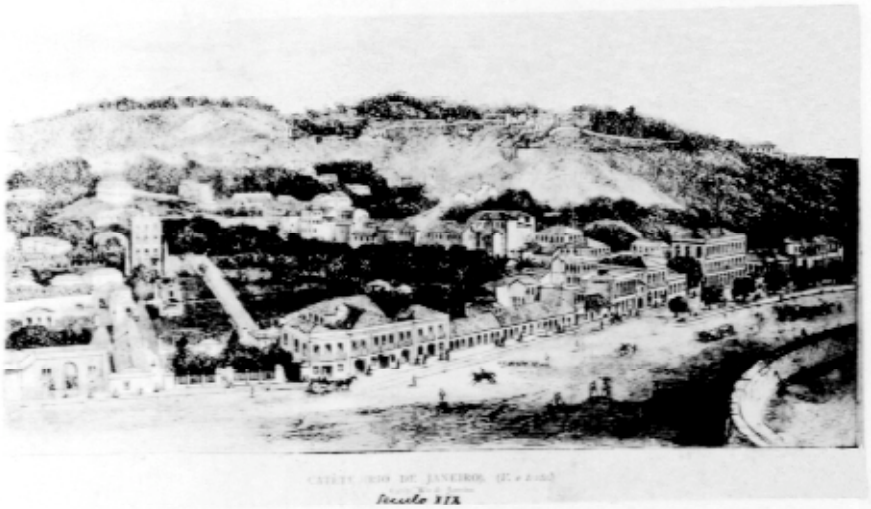
Estrada do Catete – 1784/1838

Terreno de 12,5 braças de frente pela estrada do Catete, desmembrado de maior porção aforada a João da Cunha Barbosa, que era grande proprietário no Rio de Janeiro, na zona urbana, residindo em casa própria à rua das Violas – hoje, Teófilo Otoni. Já em 1784, Cunha Barbosa aparece foreiro da Câmara pela posse de vastos terrenos no sítio do Catete, adquiridos ao capitão Domingos Luiz Cerqueira. O terreno em apreço veio a ser vendido por Cunha Barbosa, em 1816, a Maria Joaquina Rosa, pela quantia de 200$000. Para essa venda precedeu licença da Ilustríssima Câmara, expedida a 10 de julho de 1816. Joaquina Rosa, também proprietária de prédios urbanos e dona de fortuna, era solteirona e residia em boa casa de sua propriedade, à rua do Carmo. Somente em 1827, foi o terreno registrado no Tombamento Municipal em nome da referida senhora e já ocupado por uma boa casa de morada, com chácara. O aforamento fez-se com multa de mora a 14 de setembro de 1827, ficando estipulado o foro anual de 2.500 réis. Ao mesmo terreno, foram acrescidas mais três braças para o aumento da chácara de Joaquina Rosa e que as comprou ao seu vizinho, José Dias da Silva Guimarães. A chácara de Joaquina Rosa era situada à direita da estrada do [Catete], subindo, junto à ponte, com o nº 108. A rica proprietária faleceu em 1837 e o inventário dos seus bens foi processado no cartório de Francisco Luiz da Silva e ultimado a 21 de março de 1838. O principal herdeiro foi Alexandre Ferreira Prata, genro da inventariada e a ele coube a chácara da Estrada, vendida depois a Francisco Julio Xavier.

Rua do Catete – 1796/1846

Terreno de 4 braças de frente pela rua do Catete, por 12 ditas de fundo, desmembrado da chácara de Antônio José da Silva – antiga chácara do Lisboa, da qual já tratamos. Em 1796, esse terreno foi comprado por José Dias de Oliveira e sua mulher Ana Teodora Mascarenhas. Esse casal construiu no terreno pequenas casas de aluguel, em forma de vila. Já em 1825, era dona dessas casas, em número de 8 – 4 de cada lado – uma filha daquele precitado casal, de nome Joaquina Rosa Mascarenhas, a quem foram compradas por Nicolau Henrique Soares. Em 1846, Soares era senhor de regular fortuna e

~Estrada do Catete~
Lado Direito
Segundo decênio do Século XIX



Século XIX

~ Vista do lado direito do antigo logradouro publico, que é, hoje, com a denominação de rua do Catete, um dos mais importantes da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Grande extensão da estrada, lado esquerdo, a beira-mar, se estendia em charco: [illegible]

---

s/a, década de 1820 – Estrada do Catete.

levantou em substituição das velhas casas um sólido prédio que recebeu o nº 188. Faleceu Soares no mesmo ano de 1816, no estado de viúvo de Luiza Maria da Silva Soares, e os seus filhos e cunhados foram os herdeiros da fortuna. O prédio 188 veio a ser vendido a José Fortunato da Cunha.

Rua do Catete – 1808/1843

Terreno de 15.5 braças de frente pela rua do Catete, com fundos na praia, onde terminava com a largura de apenas 1 braça. Por escritura de 1º de setembro de 1808, o capitão Manoel Pinheiro Guimarães vendeu esse terreno e as benfeitorias nele existentes ao tenente miliciano José Antônio de Oliveira Guimarães e à sua mulher Rosaura Delfina de Vasconcelos Guimarães. A venda foi feita por cinco mil cruzados e os compradores beneficiaram o terreno, construindo uma boa casa nobre e plantando árvores raras. Formou-se, assim, na rua do Catete, mais uma bela e pitoresca vivenda, entre a de Ana Maria do Sacramento e a do capitão Bento Luiz de Oliveira Braga. O tenente José Antônio e sua mulher firmaram um acordo de composição amigável dos limites das suas chácaras, por escrituras de 29 de abril de 1812, do tabelião Manoel Marques Perdigão. Somente em 1827, o casal Oliveira Guimarães procurou obter da Câmara Municipal o aforamento do terreno da chácara, o que lhe foi concedido por despacho de 7 de fevereiro de 1827, e, nessa época, outros eram os confinantes da chácara do miliciano José Antônio. É assim que, de um lado, confinava com o notável José Clemente Pereira e, do outro, com Gonçalo Germano de Araújo Souza. Por morte do tenente José Antônio passou a chácara à sua viúva e falecendo ela, à filha do casal, Alexandrina Severa de Oliveira Viana, casada com Francisco Eduardo de Oliveira Alves Viana. Em março de 1843, esse casal vendeu a chácara ao visconde de Miraguaia – Bernardo Pinto Gonçalves da Silva, dono também que foi da chácara da Sacramento,* por compra aos filhos de Gonçalo Germano. José Clemente Pereira foi um dos mais ardentes propagandistas da Independência, merecedor de toda homenagem dos brasileiros.

Rua do Catete – 1816/1831

Terreno de 26 braças, pela rua do Catete, correndo fundos até a rua que estava sendo aberta pela chácara do Quintanilha. Esse terreno, desmembramento da chácara de Salvador Alves Corrêa Quintanilha – chácara da Pedreira – foi comprado em 1816 pelo sargento-mor João José Dias Moreira, que edificou uma boa casa residencial com chácara e mais seis casas para alugar. Em maio de 1819, o referido sargento-mor vendeu essas suas propriedades, por 14:000$, a Gregório Pinto Ramos. Posteriormente a 1829, aparecem as ditas como pertencendo a Bernardo Pinto Gonçalves da Silva, visconde de Miraguaia. Esse titular, que era milionário, tirou carta de aforamento do terreno em apreço, a 13 de maio de 1831, por ter comprado as casas, no mesmo existentes, aos herdeiros de Gregório Francisco Ramos.

Rua do Catete – 1818/1844

Terreno de 10 braças de frente pela rua do Catete, dividido em três lotes, sendo iguais os de nºs. 1 e 2. Era posseiro do terreno o construtor e empreiteiro de obras públicas Alexandre José Pereira da Fonseca. No lote 1, construiu-se um confortável e sólido prédio de sobrado, com pátio olhando para o largo do Machado,- prédio esse que Pereira da Fonseca vendeu a Antônio Neves, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno do prédio comprado, por carta de 13 de junho de 1844. Alexandre José Pereira da Fonseca era hábil artista – mestre pedreiro e proprietário de uma fábrica de ladrilhos e de tijolos de mármore para pavimentação de edifícios. Nas suas oficinas, no Catete, foram

* Vide notícia sobre essa chácara no capítulo VII. (N.A.)

fabricados os tijolos de mármore azul e branco com os quais se pavimentou o andar térreo do edifício do primeiro paço municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O mestre pedreiro Alexandre se fez rico pela sua grande capacidade artística. Possuía bons prédios nas Laranjeiras e Catete, e residia em casa nobre de sua propriedade, por ele mesmo projetada e construída, à rua do Catete, canto do largo do Machado, na face em direção à Laranjeiras.

"Em vereança de 20 de julho de 1816, do Senado da Câmara da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fez-se ouvir o vereador mais velho, Francisco de Souza de Oliveira, influência política, homem operoso, muito acatado pelos seus pares e bastante conceituado no meio comercial. Nas poucas palavras proferidas, levantando a idéia da edificação de uma casa apropriada à sede do Senado da Câmara, o vereador Souza de Oliveira logo convenceu a assembléia, a qual, unanimemente, aprovou a proposta apresentada, por considerá-la patriótica. Fez-se da mesma um registro especial e mandou-se arquivar o original com a maior segurança possível. Porém, a despeito de todo o recomendado cuidado, houve o descaminho do documento, nunca mais encontrado. Na mesma vereança de 20 de julho de 1816, o Senado da Câmara deliberou, ainda, sobre considerar-se matéria relevante a escolha do local para o paço da cidade, obrando-se com urgência neste particular e também sobre um plano para a edificação, com relatório minucioso e que, finalmente fosse a estudo cuidadoso dos componentes da administração, para então ser levado à presença do rei – a quem se suplicaria a graça da aprovação."*

Rua do Catete – 1818/1854

Terreno de 13 braças de frente por 76 de fundo, entre a chácara do padre Pedro Nolasco Marinho e a do capitão Manoel Pinheiro Guimarães. Até 1818, esse terreno pertenceu ao sargento-mor Manoel Moreira Lírio e no dito ano Lírio vendeu o imóvel em apreço a Francisco Antônio Michelis, com a devida licença do Senado da Câmara, em 26 de setembro, pela quantia de 2:820$. Sólida casa assobradada com bela aparência, foi construída no terreno por Michelis e a quem foi comprada pelo coronel Domingos José Teixeira, em 9 de março de 1822. No Arrolamento das Décimas, para o ano de 1847, figura a casa com o nº 191, em bom estado de conservação e vendida pelos herdeiros de Domingos José Teixeira, por 28:000$, a Manoel Pinto da Fonseca. Em casa de sua propriedade, contígua a de Michelis, morava José Clemente Pereira por ocasião da Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822. José Clemente, um dos mais ardorosos propagandistas da nossa Independência política, nasceu em Portugal e faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de março de 1854, com relevantes serviços prestados ao Brasil. Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ministro de Estado, deputado, grande provedor da Santa Casa da Misericórdia Fluminense, José Clemente Pereira nestas, como em muitas outras funções que desempenhou, deixou provas da sua vasta cultura, brilhante inteligência, vontade e firmeza de opiniões.

Rua do Catete – 1823/1843

Terreno de 4 braças de testada pela rua do Catete, correndo fundos pelo largo do Machado, em direção à rua das Laranjeiras e numa reta de 16 braças. A princípio ocupado por quatro casas térreas, de nºs 50 a 56, arrematadas pelo ricaço mestre-pedreiro, Alexandre José Pereira da Fonseca,** na praça dos bens penhorados à rainha Carlota Joaquina, esposa do rei dom João VI, depois dos acontecimentos políticos que determinaram a volta dos soberanos a Portugal, a 26 de abril de 1821. Pereira da Fonseca transformou as ditas casas em uma só, térrea e apalacetada, com cocheiras e dependência para criadagem, e que vendeu, em 1841, por 12:000$, ao dr. José Ewbanck, o qual na mesma fixou residência. O dr. Ewbanck pediu e obteve o aforamento do chão da sua casa, em 1º de agosto de 1843. Era situada no canto do largo do Machado, à direita da rua do Catete, por onde tinha o nº 156, ainda em 1843.

---

* "Paço Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro" – de Aureliano Restier Gonçalves, **Revista do Arquivo do Distrito Federal**, vol. 4, pgs. 27 a 69,1953. (N.A.)

** No verbete "rua do Catete, 1818/1844", Restier Gonçalves trata mais detalhadamente desse mesmo pedreiro Alexandre José Pereira da Fonseca. (N.C.)

Rua do Catete – 1845/1864

Terreno de 10 braças de frente pela rua do Catete, canto da rua do Infante – hoje, Dois de Dezembro,— por onde corria fundos numa extensão de 80 braças. Esse terreno aparece aforado a Manoel Francisco Lírio, em 16 de dezembro de 1845, e já ocupado por quatro prédios com os nºs 189 a 195, depois mudados para 199 a 205, e como pertencentes ao dito foreiro, que os herdara do seu pai – comendador Manoel Moreira Lírio. O prédio 199, antigo 189, ficava no segundo canto, à esquerda, no cruzamento das duas precitadas ruas. Em 1855, esses quatro prédios pertenciam ao negociante francês Jean Mentigni, por compra que fizera a outro francês de nome Gadel Redignain. Mentigni faliu, em 1864, e todas as suas propriedades foram entregues ao Banco Hipotecário, para a liquidação da dívida do falido com o citado estabelecimento. Os prédios da rua do Catete, o banco vendeu a Francisco José Martins de Oliveira. O comendador Manoel Moreira Lírio, citado no começo destas notas, é pessoa que merece ser recordada, por ter sido figura de escol no passado carioca. Serve de exemplo à atualidade tão vazia de valores morais, que desaparecem, dia a dia, pelo abastardamento do caráter, pela ignorância e pela corrupção. Coronel de Milícias, comendador da Ordem de Cristo, independente e rico, Manoel Moreira Lírio, caráter nobre, convicções firmes, enérgico nas ações, foi por isto mesmo o homem capaz, na qualidade de provedor da Santa Casa da Misericórdia 1825/1826 de colocar-se, desasombradamente, à frente do movimento, partido daquela dita instituição, com o fim de ser obtido o perdão, não conseguido, de João Ratcliff, Joaquim da Silva Loureiro e João Metrovich, implicados na chamada Confederação do Equador, e que após o fracasso da revolução, em 1824, foram condenados e trazidos de Pernambuco para o Rio de Janeiro, onde a 17 de março de 1825, numa quinta-feira, pela manhã, sofreram a pena do patíbulo, no largo da Prainha – atual praça Mauá – porque pensassem num Brasil mais livre e realmente democrata.

Largo do Machado – 1829/1857

Terreno de 18 braças de frente pelo largo do Machado, lado da rua das Laranjeiras, fazendo outra frente menor pela rua do Catete. Pertenceu a Alexandre José Pereira da Fonseca, por compra, em 1829, a José Antônio de Freitas Amaral. Nesse terreno, desmembramento da chácara que pertencera à rainha Carlota Joaquina, Alexandre José construiu cinco prédios pelo largo do Machado, por onde receberam os nºs 3, 5, 7, 9 e 11, que foram vendidos pelo dito proprietário. Também vendidos foram, por Alexandre José, os dois prédios que construíra juntamente com os primeiros precitados e com frentes à rua do Catete, nºs 156 e 158. O comprador dos prédios nºs 3 e 156 foi o dr. José Ewbanck, em 1843; o prédio 5, e o 158, foram comprados por Domingos de Sá Pereira, em 1845; o de nº 7 foi à praça, em 1846, e arrematado por Felipe de Barros Corrêa. Os de nºs 9 e 11, em morrendo Pereira da Fonseca, ficaram pertencendo à sua viúva Carolina Rosa de Jesus. Por morte do dr. Ewbanck, o prédio 156, da rua do Catete, foi vendido pela viúva, a qual não se desfez do de nº 3 do largo do Machado e nele fixou residência. Domingos de Sá Pereira, em 1857, vendeu o prédio nº 5 do largo do Machado, por 26:000$, ao dr. Inácio Francisco Silveira da Mota, e, desde 1855, desfizera-se do de nº 158, da rua do Catete, trocando-o por uma chácara à rua Carvalho de Sá, 14, propriedade de Vitorino de Sá Passos. Quanto ao prédio 7, do largo do Machado, pequeno, térreo e com sótão, verificamos que ainda existia, bem conservado, a 1º de novembro de 1846, dia de Todos os Santos, domingo, quando às 11.5 da manhã, sob um sol abrasador, estava sendo vendido em leilão público e foi comprado por Felipe de Barros Corrêa, pela quantia de 9:750$.

Como já dissemos, Alexandre José Pereira da Fonseca era um fino artista em trabalhos de cantaria e fez-se grande industrial na sua arte, enriquecendo bastante. Ladino e muito reservado no arranjo dos seus negócios e hábil no trato com os homens, Pereira da Fonseca ganhou fortuna e conseguia prestígio.

Largo do Machado – 1856/1872

Terreno de 12 braças de frente, desmembrado da chácara de Maria Inês da Cunha Marques de Sá e pela dita senhora vendido ao desembargador Joaquim Inácio da Costa Miranda, que tirou carta de aforamento do terreno, a 21 de junho de 1850, e construiu no mesmo casa nobre, de beiradas portuguesas, pátios laterais, boa chácara e aí fixou residência. Teve o nº 8 do largo do Machado, em 1872, e já nesse ano era propriedade do general João de Souza da Fonseca Costa, por compra aos herdeiros de Costa Miranda. Quando o precitado militar, a 8 de julho de 1872, obteve o aforamento do terreno, a chácara nele plantada tinha, à direita, o edifício da Escola da Glória, e, à esquerda, as casas de Joana dos Prazeres Tavares e Eugenio Remoud.

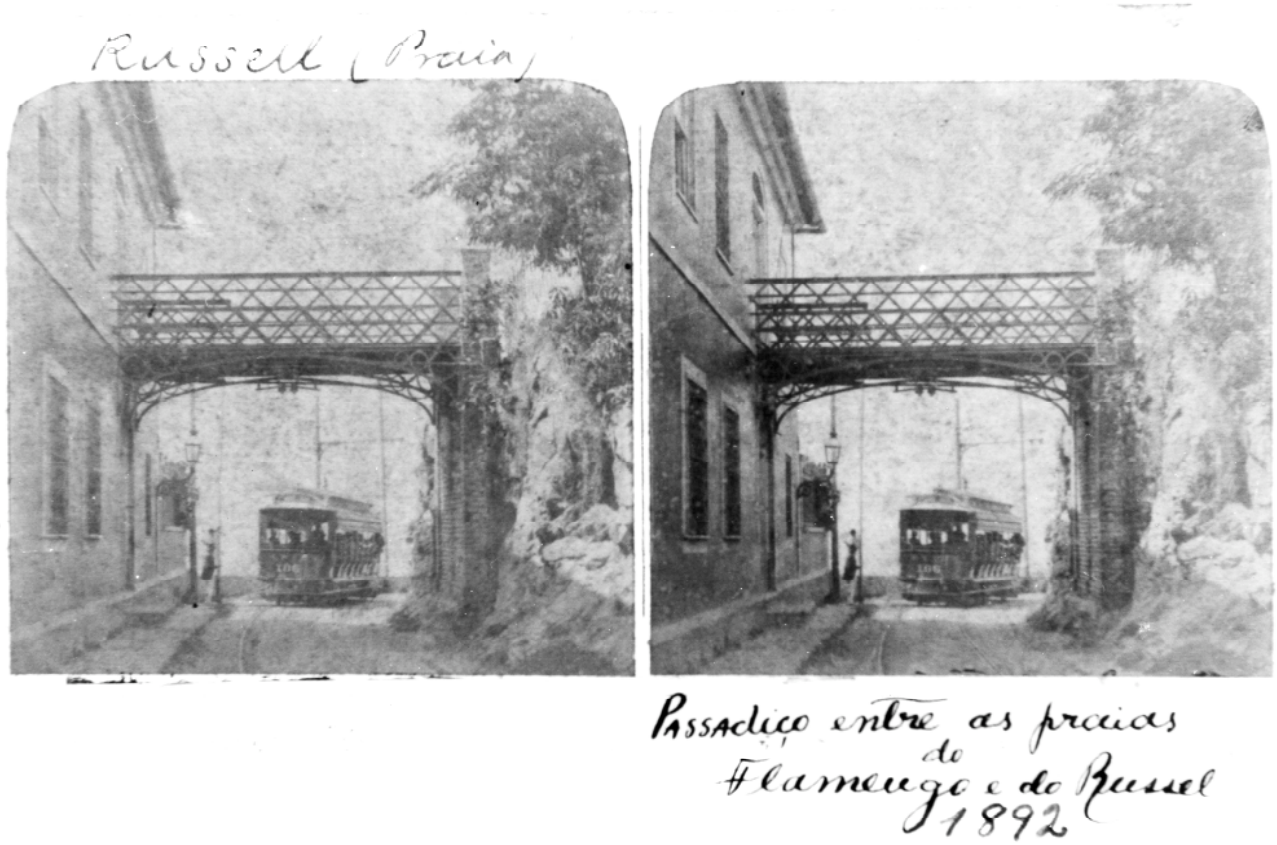
Largo do Machado – 1871

Terreno de 18 braças de frente por 24 ditas de fundo, pertencente ao dr. José Marques de Sá e irmãos e aos quais foi comprado, em janeiro de 1871, pelo Governo Imperial para a edificação de um prédio apropriado a uma escola de ensino primário. Esse prédio construiu-se espaçoso, de cantaria e boa feição arquitetural e nele instalou-se a Escola da Glória. O terreno sendo foreiro à municipalidade do Rio de Janeiro, a venda fez-se com a devida licença da Ilustríssima Câmara, pelo alvará de 7 de janeiro de 1871. Foi avaliado à razão de um conto de réis a braça, pagando o governo sob essa base e obrigando-se ao foro anual de mil e seiscentos réis. Posteriormente, para aumentar o prédio e fazer um parque, a Fazenda Nacional comprou mais quatro braças de terreno a Eugenia Cadeac, por nove contos de réis.

Em terminando este capítulo VIII, como complemento às notas sobre o largo do Machado, diremos que nesse logradouro, no lado esquerdo, começo da rua das Laranjeiras e olhando o nascente, havia, de remotos tempos, uma capela destinada ao culto de Maria Santíssima e fizera parte da quinta do padre Cosme Ramos de Morais, cura da cidade. O retalhamento da quinta, em conseqüência da abertura de vias públicas de comunicações e da construção da casaria pela extensa planície, isolou a capela e o chão ao redor, que necessário fosse à sua servidão. Em 1720, a Câmara considerou devoluto esse chão e assim permaneceu cento e dois anos, sendo afinal incluído no aforamento concedido a Antônio José de Castro, em 1822, juntamente com a capela, que foi considerada uma benfeitoria para proveito do dito foreiro José de Castro e pelo mesmo anexada à chácara nº 31 da rua das Laranjeiras. Até 1808, a capela, motivo de lendas e superstições, esteve ao abandono. No dito ano, foi restaurada por ordem e às expensas da princesa Carlota Joaquina, esposa do príncipe regente dom João, depois rei sexto deste nome. Fazia dona Carlota Joaquina o seu retiro espiritual nessa capela, na qual era celebrada missa às primeiras horas da manhã, de todos os domingos, assistida apenas pela precitada princesa, que foi rainha de Portugal e do Brasil, e por pessoas de muita sua intimidade e tudo sem cerimonial. Com o regresso à Europa da família real, em 1821, esquecida ficou a capela da rainha. Em 31 de março de 1835, a Ilustríssima Câmara concedeu licença para venda da capela à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de N.S. da Glória, para a sua sede.* O atual templo, que é a igreja matriz da dita freguesia, começou a ser construído em 1842, no lado direito da rua das Laranjeiras, tendo frente voltada para o largo do Machado. Está assente em terreno cedido pela municipalidade do Rio de Janeiro. Francisco Marques Lisboa, dono e morador em uma chácara próxima ao local da futura igreja e com frente também para o dito largo, protestou contra a cessão do terreno, alegando a privação que se ia fazer ao público da sua comodidade de locomover-se facilmente. Esse protesto causou péssima impressão e, em juízo, os embargos opostos por Lisboa foram desprezados. Afinal, uma conciliação entre as partes litigantes deu origem a uma convenção aprovada pelo decreto imperial de 28 de abril de 1840. Mas, com espanto geral e comentários de toda espécie, Eufrásia Joaquina de Lima Lisboa, esposa de Francisco Marques Lisboa, aparece nos tribunais pleiteando a nulidade do convênio, porque ele envolvia bens de raízes e depender da sua outorga, na qualidade de mulher não divorciada e nem desquitada do dito marques Lisboa. Foi sabido que sérias questões íntimas do casal determinaram a atitude da referida senhora, que conseguiu ganho de causa. Em 1842, devido à interferência de pessoas amigas do casal, houve um acordo que permitiu fosse a igreja levantada no local cedido pela municipalidade.

---

* É importante destacar que a irmandade não construiu a igreja matriz hoje existente no terreno dessa capela, como pode parecer pela redação que lhe foi dada; ao contrário, a irmandade vendeu-a a José Batista Martins de Souza Castelões. (ver verbete “rua das Laranjeiras, 1822/1870”). (N.C.)



s/a, s/d – Passadiço entre as praias do Flamengo e do Russel, em imagem esteroscópica.

CAPÍTULO IX

Glória e Lapa

A Glória e a Lapa – dois importantes bairros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A Glória, residencial, nobre e austera, desde a sua primeira idade, fim do século XVII. O atual século, inovador de costumes, doutrinas e leis extravagantes, mudou-lhe por completo a feição. A Lapa, nascida muito depois, sempre popular. Tem vida noturna animada, com entrada chique, que é a Cinelândia.

No começo do século XVII, acentuou-se o interesse pela lavoura, aproveitadas que foram as terras das primitivas sesmarias que se mostrassem abandonadas e incultas, podendo assim serem tomadas, como foram, e divididas. Entre essas terras estavam as da sesmaria de João Lopes, que compreendia terras em morro com mata bravia e nascentes abundantes ao longo da costa, para o lado sul, na Carioca. O sesmeiro, que a princípio as aproveitara, foi aos poucos deixando-as ao abandono, facilitando a intrusão com vantagens. Assim, aconteceu com muitas outras sesmarias. A sesmaria de João Lopes, em 1603, foi considerada nula e dividida em três porções, as quais foram postas em almoeda – venda em leilão. Interessam-nos apenas duas: a que constituiu a chácara da Glória e a que formou a chácara das Mangueiras. Em sua origem, a chácara da Glória era extensa propriedade agrícola com frente à beira-mar, desde o Catete, onde fica a rua domCarlos I, antiga Santo Amaro, até a Lapa, na rua Joaquim Silva. Em 1750, já estava desmembrada, e o que sobrou ficou com o antigo dono, Joaquim Martins de Brito. Das desmembrações, uma era em quadra e corria frente pela então estrada do Catete, numa extensão que corresponde, hoje, ao trecho da rua do Catete, desde a de domCarlos I e até o local do Palácio arquiepiscopal. Esse desmembramento foi adquirida por Amaro Velho da Silva e, já em 1659, era considerada livre de foro à municipalidade. Um outoa desmembramento da chácara da Glória, francamente foreira, veio a pertencer ao capitão Antônio de Araújo Pereira, que pagava quatro mil réis de foro, anualmente. A porção de Araújo Pereira tinha fundos nos antigos canos da Carioca e frente no caminho da Glória, correspondendo nos nossos dias à linha das edificações, desde a rua Cândido Mendes até a da Lapa, no cruzamento com a Joaquim Silva. Em falecendo Joaquim Martins de Brito, os seus herdeiros, em 1792, levaram à praça a parte que restava da antiga chácara da Glória, parte essa reconhecida foreira à municipalidade e cuja frente corresponde agora à extensão desde a rua Benjamin Constant até a Cândido Mendes, compreendidas essas duas ruas. O arrematante dessa parte da chácara da Glória foi o coronel José Bento da Silva, sucedido por sua filha Luisa Clemente da Silva Couto. Quanto à parte do capitão Araújo Pereira, passou ao seu filho Francisco de Araújo Pereira e ao seu sobrinho brigadeiro Manoel Alves da Fonseca Costa. O que coube a Francisco de Araújo Pereira, incluído o palacete da sua residência no cais da Glória nº 56, os seus herdeiros venderam, em 1845, ao dr. Cassiano Esperidião de Melo Matos.

Também extensa era a chácara das Mangueiras, porém menor que a da Glória e de irregular contorno. Tinha a frente olhando o mar e os fundos alcançando o alto do morro do Desterro – agora Santa Teresa, por onde passa a rua do Curvelo. A um trecho da testada de frente, ao tempo com forte declividade para o batente do mar, corresponde todo o lado direito da rua da Lapa de agora, desde o seu começo no largo do mesmo nome até a rua Joaquim Silva. Nesse dito trecho, a costa era de praia arenosa, coberta de conchas e mariscos e ia terminar em ponta rochosa, saliente bastante e onde, em 1751, foi levantada a capela e o seminário de N.S. da Lapa, atualmente igreja e convento das Carmelitas. A ponta da Lapa e a ponta do Cafôfo – depois – Calabouço eram os extremos do saco ou boqueirão da Carioca, onde ficava a infecta lagoa do Boqueirão, aterrada no governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, conde de Figueiró (1779/1790). Para o aterro dessa lagoa fez-se o desmonte do morro das Mangueiras, que ficava entre o morro do Desterro – atual Santa Teresa, o de Santo Antônio e o campo da Ajuda. Esse morro fazia parte da chácara das Mangueiras, banhado pela lagoa do Desterro, no local da moderna praça dos Arcos. A precitada chácara pertenceu, por muitos anos, ao capitão Antônio Rebelo Pereira, homem rico e piedoso. Para a edificação de um Seminário e respectiva capela, Rebelo doou ao bispado do Rio de Janeiro um terreno que desmembrou da sua chácara, na parte da praia bem junto à chamada ponta da Lapa, chapa de pedra furada que se estendia ao mar. Esse Seminário e também a capela, ficaram conhecidos por capela e seminário de Nossa Senhora da Lapa do Desterro, e são hoje, aumentados e melhorados, dos frades Carmelitas, os quais ali têm instalado o seu convento. Em 1750, por escritura de 16 de novembro, do notário Manoel da Silva Coutinho, o capitão Antônio Rebelo Pereira vendeu a sua chácara ao conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro. Em terras da chácara das Mangueiras foram abertas as ruas da Lapa, Santa Teresa – atual Joaquim Silva – e Mangueiras – agora visconde de Maranguape. Todo o chão da chácara era foreiro à municipalidade, a

quatro mil réis por ano. Mas o governador Gomes Freire, querendo doar parte da chácara às religiosas de Santa Teresa, conseguiu do Senado da Câmara a troca do foro, que pagava pelo dito chão, por um outro equivalente e que se impôs a uma outra boa propriedade de Gomes Freire, situada à rua do Cano – hoje Sete de Setembro.

Rua Santa Cristina – 1854

Terreno de 13 braças de frente pela rua Santa Cristina e igual largura nos fundos, à rua Santo Amaro. De um lado, confinava com o capitão Jorge Castrioto e do outro com Domingos Batista. Em 1854, foi comprado por Jacques Burdalet e a ele aforado, em virtude da deliberação da Ilustríssima Câmara, de 4 de novembro do dito ano de 1854. Esse terreno constituía um desmembramento da chácara do conselheiro José Maria Velho da Silva, pela qual abriram-se as ruas Santa Cristina, Santo Amaro e Santa Isabel – esta, atualmente, chamada Benjamin Constant.

Praia da Glória – 1857/1859

Terreno de marinha de 33 braças de frente, por 5 ditas de fundo, aforado a Ana Joaquina Cajueiro, a 6 de maio de 1859. Esse terreno era parte das marinhas concedidas pela Ilustríssima Câmara em aforamento perpétuo ao dr. Inácio de Barros Vieira Cajueiro, diretor gerente da Companhia Construtora de Mercados e Cais, concessionária da construção de um cais e de um mercado na praia da Glória. A petição do dr. Cajueiro relativa à concessão dessas marinhas traz a data de 6 de junho de 1857, e o despacho da Câmara, concedendo-as, só verificou-se a 31 de agosto de 1858, devido a estudos e debates que se alongaram. Pouco depois, faleceu o dr. Cajueiro e logo a sua viúva, Ana Joaquina Cajueiro, liquidou negócios com a precitada Companhia e iniciou o processo de aforamento das marinhas. Com brevidade correu o julgamento, pois que, iniciado a 23 de março de 1859, em 13 de junho do mesmo ano dava-se a sentença final, em favor da referida senhora.

Já ao tempo do governo do vice-rei marquês do Lavradio (1769/1779), o rossio da Glória, então beirando o mar, era local de feira, por ordem do vice-rei, em 1771. Aves, hortaliças, gêneros alimentícios, louça do país e muitos outros artigos de utilidades eram postos à venda na feira da Glória, que funcionava sob a severa vigilância das autoridades da Almotaçaria,[15] implacáveis com os chatins – mercadores que roubavam no peso e especulavam nos preços, elevando-os gananciosamente. Os chatins, na atualidade, tubarões, eram presos, multados, açoitados e condenados ao degredo perpétuo e mesmo ao patíbulo, quando reincidentes. O marquês do Lavradio fez construir barracas de alojamento para os mercadores, abrigo para as tropas da mercadoria, trazida dos sertões da capitania do Rio de Janeiro. Mandou levantar uma ponte sobre o riacho Catete e uma rampa para a descida dos animais até o riacho, que era um braço d'água do rio Carioca, desaguando a cinco metros depois da ponte, entre muralha. Por sua vez, o Senado da Câmara, colaborando com o vice-rei, mandou fazer um outro cais na praia da Glória, calçamento aperfeiçoado e um chafariz abastecido com a boa água de uma nascente havida na rocha, à beira da estrada que ia para a cidade – atualmente, rua da Glória. O governo do marquês do Lavradio não deve ser esquecido, como coordenador de elementos para o progresso material e moral da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Reformou costumes, atraindo o povo a um convívio, pelas diversões que lhe proporcionou. "Constante na piedade, nem as leis o fizeram rigoroso, nem a espada sanguinolento, e sabiamente unia o poder com a ternura e a justiça com a humanidade", é o que nos diz de Lavradio o erudito monsenhor Pizarro e Araújo, nas suas *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. O sucessor do marquês do Lavradio, Luiz de Vasconcelos e Souza, fez cessar a feira – pelos malefícios que trazia à limpeza do lugar, tido entre os lugares nobres da cidade. Entretanto, os cuidados que se dispensavam ao bairro da Glória foram sendo esquecidos, devido mesmo à escassez de numerário nos cofres do município. Somente em 1844, encontramos a administração municipal a cuidar do bairro da Glória, aproveitando o reforço havido na dotação orçamentária para melhoramentos da cidade. Das

s/a, 1901 – Praia do Russel. Ao fundo a igreja de N.S. da Glória do Outeiro.

Augusto Malta, s/d —Rua Visconde de Maranguape, tomada do Grande Hotel. A rua Visconde de Maranguape foi conhecida como rua das Mangueiras, por ter sido aberta na outrora chácara das Mangueiras, onde existia um morro, arrasado no governo do vice-rei d. Luis de Vasconcelos, para aterrar a lagoa do Boqueirão e construir o Passeio Público.

obras realizadas, as de vulto e realmente úteis foram o aumento do largo da Glória, como conseqüência do que se ganhou ao mar em uma extensa e larga faixa de grande e sólido aterro; a construção de forte cais de pedra e cal, ao longo de toda essa faixa, que corria em curva natural, desde o largo da Glória até a Lapa; o capeamento do riacho Catete e o de uma vala de despejos dos moradores do lado direito da rua do Catete e que corria pelos fundos das casas, desde o largo do Machado. O vazadouro dessas águas foi feito no mar. O riacho Catete, braço do rio Carioca, vindo das Laranjeiras, seguia até a rua Princesa do Catete, atual Tavares Bastos, e daí caía em direção ao mar, pouco abaixo do logradouro por muitos anos chamado beco do Rio, e como tal reconhecido pelo decreto municipal nº 1.165, de 31 de outubro de 1917. Por ocasião dos ditos melhoramentos, também a fontinha da Glória foi restaurada, construindo-se de pedra e cal as suas paredes e a sua cobertura, e levantou-se de cantaria a ponte sobre o trecho descoberto do rio Catete. É ainda interessante de recordar o grande mercado da Glória, arremedo do pátio dos Milagres de Paris, a que foi transformado, depois de 1893. Na forma de deliberação da Ilustríssima Câmara, no ano de 1855, o edifício para o mercado começou a ser construído à beira-mar, no largo da Glória, com sólido cais adequado, escadaria e rampas, sendo a obra por empreitada do dr. Inácio Cajueiro. A inauguração foi em 1858, e, em 1870, já eram péssimas as suas condições de estabilidade e de higiene. Mas um mandado judicial mantinha o seu funcionamento. Em 1874, uma leva de imigrantes alemães foi abrigada nos alojamentos do mercado e aí quase toda vitimada pela febre amarela. Em 1893, revoltada a Armada Nacional na Guanabara, decretado o estado de sítio, suspensas pois as garantias constitucionais, pôde o prefeito Henrique Valadares fechar o famoso mercado da Glória, fato ocorrido no dia 19 de setembro do dito ano de 1893. Desde então, ficou sendo o abrigo de famílias pobres, de miseráveis e de malandros perigosos – um verdadeiro pátio dos Milagres. Afinal, em junho de 1904, caiu a temida praça, na administração do emérito prefeito Francisco Pereira Passos – vencidos os elementos contrários à sua ação construtora de costumes aperfeiçoados e de embelezamento material da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Rua da Glória – 1831/1843

Terreno de 108 palmos de frente e muito escasso de fundo, na encosta da rocha e à esquerda do chafariz ali colocado, em 1772, no governo do vice-rei marquês do Lavradio. Ainda em 1831, esse chafariz jorrava água – e da boa – para abastecer o povo da freguesia da Glória, como abastecia e com abundância. Foi justamente nesse memorável ano de 1831, da abdicação de Dom Pedro I e do fortalecimento da nossa nacionalidade, que o governo da Regência do Império, na sua política de reconstrução geral, cuidou de atender de pronto às mais indispensáveis necessidades públicas, entre as quais a do abastecimento de água à cidade. Todos os chafarizes, as fontes e as bicas foram tratados convenientemente para a fartura da água à população. No terreno, objeto destas notas, existiam duas casas térreas compradas por Francisco Esteves de Lima, em 26 de outubro de 1831, ao antigo proprietário dos ditos imóveis – João Taylor, por cabeça de sua mulher, Maria Teresa Amália Alves da Costa Taylor, que foi possuidora de vários prédios nos bairros da Glória e Lapa. O casal João Taylor residia, em 1831, à rua Matacavalos, atual Riachuelo, em casa própria. Em 1843, Esteves de Lima vendeu as casas, então com os nºs 48 e 50, a Águeda Maria de Avelar Brotéro, proprietária também dos prédios 22, 24 e 26 da rua da Glória.

Rua da Glória – 1844

Terreno das casas 4 a 10 da rua da Glória, aforado ao chefe de esquadra João Taylor,[16] na qualidade de tutor dos seus filhos menores, aos quais pertenciam os prédios precitados, por legítima materna.

Rua da Glória – 1845

Terreno de 31 braças de frente pela rua da Glória por 400 ditas de fundo e largura máxima de 219 braças, confinando com o caminho público do aqueduto – depois rua Curvelo, que é, hoje, a Joaquim Murtinho. No Tombo Municipal de 1845, esse terreno está aforado ao senador Cassiano Esperidião de Melo Matos, com a prova da sua aquisição aos herdeiros do capitão Francisco de Araújo Pereira. Bem irregular, montanhoso em parte, o terreno formava uma pequena várzea por uma continuada vertente, desde as terras de Amaro Velho da Silva até o morro de Santa Teresa. Escrituras, formais de partilhas e registros do Tombamento Municipal, que consultamos sobre esse terreno, provam que uma vala, chamada do Cajá, dividia o terreno a uma distância de cem metros da frente do mesmo terreno. A vala era formada pelas águas descidas dos morros adjacentes e corria em diagonal e em rumo contrário ao da sesmaria municipal. É dessa divergência de rumo as questões que se suscitaram entre a Ilustríssima Câmara e os posseiros do terreno, os quais consideravam a vala um limite natural, separando os terrenos foreiros dos alodiais, que se compreendiam entre a vala e a rua da Glória, na extensão de cem metros, como ficou dito. Afinal, uma vistoria judicial, em 9 de novembro de 1854, aceitou o referido limite, com ressalvas futuras para os interesses da municipalidade. Em tratando dos terrenos da chácara da Glória, da qual, o que está em apreço nestas notas fazia parte, Inocêncio da Rocha Maciel, autor do tombamento municipal, contesta a alodialidade pretendida pelo senador Cassiano para uma parte do chão da antiga chácara da Glória e diz ainda que o mesmo senador iludiu a Ilustríssima Câmara, onde a sua força política e a sua habilidade de magistrado somente não conseguiram convencer ao vereador Santos Rodrigues, único a votar contra aquele senador. Na verdade, a documentação que examinamos sobre o fato confirma a apreciação de Inocêncio Maciel. O senador não se apresentou à Ilustríssima Câmara munido de provas jurídicas que destruíssem os direitos senhoriais da municipalidade, apenas procurou acomodar os seus próprios. É assim que não há contestação da possibilidade do senhorio direto da Ilustríssima Câmara sobre todo o terreno que ele, Cassiano, comprara aos herdeiros de Araújo Pereira e não contestou pela ausência de documento bastante que destruísse esse senhorio. O senador Cassiano ainda dispôs-se a pagar, como pagou, o laudêmio de seiscentos mil réis, concernente à parte reconhecida foreira e reservou-se para, de futuro, satisfazer o restante do laudêmio, na forma do que se viesse a decidir. Essa decisão nunca se deu, porém.

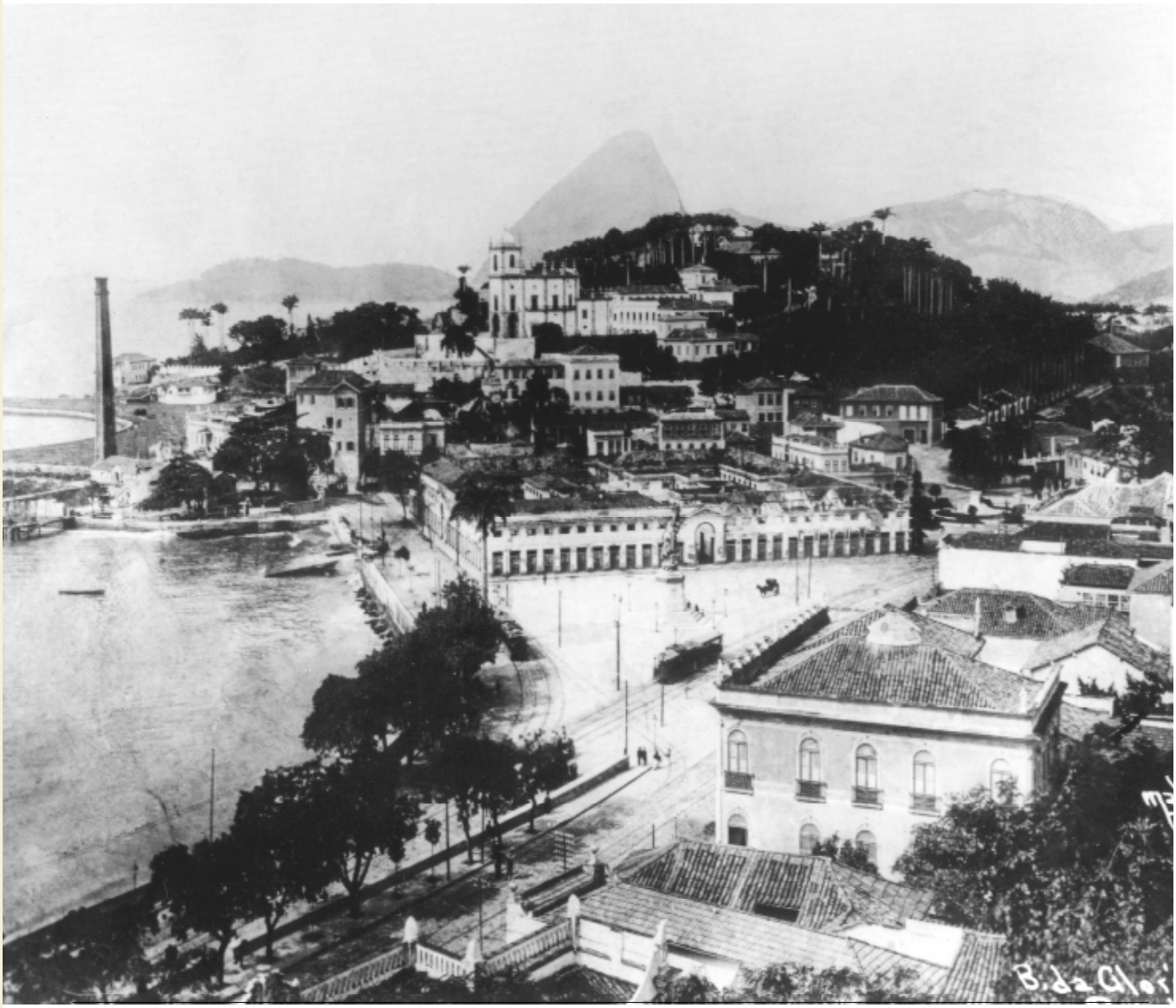
Rua da Glória – 1846/1850

Terreno de 36 braças de frente com dezoito prédios, 12 a 46, que pertenceram a Maria da Piedade Mendes da Fonseca Costa e depois às suas filhas e herdeiras – Maria Ursulina Alves Horta, casada com o conselheiro José Joaquim de Miranda Horta, e Maria Teresa Amália Alves da Costa Taylor, casada com o oficial da Marinha João Taylor. Em 1846, encontramos a senhora Alves Horta já viúva e vendendo dois prédios à rua da Glória nºs 44 e 46, que herdara de sua mãe, a Antônio de Azerêdo Coutinho. Por sua vez, no testamento da senhora Taylor, já falecida em 1844, aparecem os prédios 12 e 14 da dita rua, legados à Maria da Piedade Taylor Risshopp, casada com o inglês Eduardo Cecil Risshopp e filha da testadora. O casal Risshopp, que residia em Londres, vendeu os prédios legados a Manoel Joaquim Teixeira, em 1850.

Rua Dona Luiza – 1842/1851

Terreno de 10 braças de frente pela rua Dona Luiza, no alto do morro, local, então, quase intransitável. O corte da importante propriedade, conhecida por chácara da Dona Luiza, começou depois do ano de 1842, e pela parte dos fundos. Dos desmembramentos que se fizeram é o terreno em apreço uma delas. Foi comprado pelo dr. José Francisco Xavier Sigaud para edificar, como edificou, uma casa para a sua residência. Médico da casa imperial e notável, o dr. José Francisco Xavier Sigaud era um

devotado aos cegos. Ao jovem cego brasileiro, José Alves de Azevedo, educado em Paris, deve-se a criação da primeira casa dos cegos no Rio de Janeiro, para abrigar e instruir os cegos desamparados. Essa instituição teve o grande apoio do imperador Dom Pedro II e é assim que, a 12 de setembro de 1854, sendo ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, barão do Bom Retiro, foi baixado o decreto de criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, cuja primeira sede se localizou na chácara dos Coqueiros, no morro da Saúde, próximo à praia do Lazareto, com inauguração a 17 de setembro de 1854. O substituto de Sigaud, falecido em 1856, foi o dr. Cláudio Luiz da Costa, o qual faleceu em 1869. Assumiu, então, a direção da Casa dos Cegos Benjamin Constant Botelho de Magalhães, até 1889. Foi um benemérito dirigindo a instituição, criando obra de assistência social aos cegos desvalidos. Pelo decreto nº 1.220, de 24 de janeiro de 1891, passou o estabelecimento a chamar-se Instituto Benjamin Constant.[17]



Augusto Malta, 1903 – Glória. Panorama do largo da Glória, vendo-se o prédio do antigo mercado em frente ao monumento ao Descobrimento do Brasil, de autoria de Rodolfo Bernardelli, o outeiro e a chaminé da Companhia de Saneamento City Improuvements, entre o cais da Glória e a praia do Russel.

Rua Dona Luiza – 1851/1855

Terreno de 249 braças de frente pela rua Dona Luiza e que se estendia até as vertentes, na direção sul. Constituía esse terreno um dos muitos e grandes desmembramentos da chácara de dona Luiza Clementina da Silva Couto. Na partilha dos bens deixados pela referida senhora, o terreno em causa coube à sua neta, Luiza Teodóra da Silva Torres e Alvim, casada com Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim. Esse casal, então residente em Niterói, vendeu o terreno ao conselheiro José Maria Velho da Silva, por vinte e cinco contos de réis, conforme a escritura de julho de 1851, em notas do tabelião João Marques Perdigão. Embora adquirisse o terreno como alodial, o conselheiro Velho da Silva vindo a saber da inverdade da declaração dos vendedores, denunciou a compra que fizera, prontificando-se a reconhecer o senhorio direto da municipalidade, desde que, para segurança e certeza do seu direito de posse do terreno, se lhe desse a competente carta de aforamento, requerida a 2 de setembro de 1851, o que se lhe concedeu com a expedição da carta, a 4 do mesmo mês e ano precitados. Em 1854, o referido conselheiro desmembrou do terreno uma porção de 12.5 braças de frente pela rua Dona Luia, com fundos na então rua Santa Isabel – atual Benjamin Constant, que foi vendida por dois contos de réis – 2:000$ a Estevãm Sabatier, com carta de aforamento, em 11 de setembro de 1855. Outras desmembrações fizeram-se da extensa chácara, quase todas sem o conhecimento da municipalidade. Daí inumeros os terrenos tidos como alodiais, na antiga rua Dona Luiza e também na Benjamin Constant.

Rua Dona Luiza – 1854

Terreno de duas frentes, uma pela rua Dona Luiza, de 15 braças e a outra de 36 ditas pela rua Santa Cristina. Todo ele muito irregular e montanhoso, alargando em vários trechos e estreitando em outros e assim até terminar na pedreira da Glória, correndo sempre entre os terrenos do conselheiro José Maria Velho da Silva e os canos da Carioca, onde ficava a chácara de Antônio da Cunha Magalhães. O terreno em apreço foi desmembrado da chácara de Dona Luiza, posto em praça em dezembro de 1854, e arrematado pelo dr. Francisco Ribeiro da Silva Queiroz, por 2:120$. O dr. Silva Queiroz, advogado de fama nos auditórios do Rio de Janeiro, obteve, por carta de 16 de dezembro de 1854, o aforamento do terreno e nele, logo a seguir, iniciou a construção de um sólido e confortável prédio, no qual fixou a sua residência.

Rua Dona Luiza – 1854

Terreno de 16 braças de frente pela rua Dona Luiza. Em nesga, descidas e subidas, estreitando e alargando na sua direção para a rua Santa Cristina, onde fazia uma frente de 8 braças, esse terreno foi comprado ao conselheiro Velho da Silva, no começo de dezembro de 1854, por Felicidade Hautefeuille, com carta de aforamento a 16 de dezembro de 1854. Em 1864, a referida senhora já havia falecido e o liquidante da sua herança aparece em juízo, pedindo permissão para efetuar a venda de bens deixados pela finada. Foi liquidante João Ricardo, morador à rua São Jorge, 31. O decreto Municipal nº 1.599, de 6 de setembro de 1921, deu à essa antiga rua a denominação de Ledo – sobrenome de Joaquim Gonçalves Ledo,[18] propagandista ardoroso da nossa independência política. O decreto municipal nº 5.624, de 5 de setembro de 1935, anulando o anterior dito, concedeu ao logradouro a nominação de – rua Gonçalves Ledo, que ainda conserva. O nome primitivo provinha de uma capela consagrada a São Jorge, ereta com provisão de 7 de agosto de 1753, em terras de Pedro Coelho, concedidas à irmandade do mesmo Santo. Segundo o monsenhor Pizarro e Araújo – *Memórias históricas do Rio de Janeiro* – o culto a São Jorge teve começo na antiga igreja do Parto, em altar aí levantado pelos seus devotos, por provisão de 16 de setembro de 1747. A antiga capela veio a ser demolida em 1854, e ficava na esquina da rua de São Jorge com a da Lampadosa – atual Luiz de Camões.

Rua Dona Luiza – 1858

Terreno de 25 braças de frente pela rua Dona Luiza, ao término desse logradouro no morro de Santa Teresa. Corria fundos em linhas paralelas até a chácara do dr. Francisco Ribeiro da Silva Queiroz. Em 2 de junho de 1858, aparece o terreno aforado ao negociante João Godofredo Hasenclever, em virtude da compra que fizera do dito imóvel a Inácia Clementina da Silva Marques, viúva do tenente Luiz José Marques e filha única e herdeira da rica senhora Luiza Clementina da Silva Couto, dona da chácara Dona Luiza.

Rua Dona Luiza – 1861/1903

Terreno de 4 braças de frente pela rua Dona Luiza. Desmembração da chácara do Cassiano, foi vendido, a 16 de julho de 1861, a Antônio Alexandre Olegário, por Amália Bandeira de Melo Matos, dona da precitada chácara do Cassiano. O comprador levantou no terreno um telheiro para fins industriais, que mais tarde foi transformado em casa residencial. Em 1868, Olegário vendeu a casa e outras benfeitorias, por 6:000$, a Magalhães & Monteiro. Em 1870, aparecem esses imóveis vendidos a Antônio Joaquim Carvalho Lima. No ano seguinte, 1871, Lima os transferiu, por venda e pela mesma quantia de 6:000$ a Feliciano José Henriques. No registro dessa última transação de venda e feito na Recebedoria do Rio de Janeiro, consta anotado: "... uma casa antiga à frente da rua Dona Luiza nº 16, por 6:000$..." Em 1903, todo o aspecto primitivo do trecho da rua Dona Luiza, desde o nº 16, antigo 2, até o canto da rua da Glória já se havia modificado completamente, nada mais existindo do passado, como na atualidade bem pouco há do que havia em 1903, notadamente quanto à feição da casaria.

Rua Dona Luiza – 1862

Terreno de 5.5 braças de frente com uma casa alta de pedra e cal e de porão habitável nos fundos, à rua Dona Luiza nº 11, propriedade de Teófilo Sorél, falecido na França, em 1862. No dito ano, o cônsul francês no Rio de Janeiro, Marcel Taunais, autorizado pela viúva Sorél, Elisabeth Servais, vendeu o dito prédio ao riquíssimo negociante Bernardo Ribeiro da Cunha, estabelecido e residente à rua do Ouvidor, 80.

Rua Dona Luiza – 1864/1865

Terreno de 6 braças de frente com um prédio de pedra e cal nº 4, propriedade e residência de Emílio Wilig e sua mulher Rosa Wilig. Por dívida, esse casal, que outros bens não possuía, sofreu penhora pelo credor, que era o ricaço comendador Mariano Procópio Teixeira Lage. Como sempre, ganancioso e inexorável em se tratando de dinheiro, Mariano Procópio nada concedeu ao pobre casal devedor e levou a efeito a execução. O prédio foi adjudicado ao exeqüente, por 25:000$, inferior à dívida. Por ocasião do processo de adjudicação, em agosto de 1864, o comendador Mariano Procópio negou-se a reconhecer o senhorio direto da municipalidade sobre o terreno do prédio adjudicado e não pagou o laudêmio. Mas, no ano seguinte, por maior interesse, reconheceu o senhorio e pagou o laudêmio na importância de 700$000, em março de 1865. Segundo fez constar, fazia o pagamento para evitar maior dispêndio em questão judiciária.

Rua Dona Luiza – 1866

Terreno de 23 braças e 9 palmos por 23 ditas de fundo, até a rua de Santa Isabel, atual Benjamin Constant, onde media 8 braças de largura. Pela frente da rua Dona Luiza, era ocupado por uma casa alta de pedra e cal e porão habitável. Na rua de Santa Isabel, era fechado por alto e grosso muro, também de

pedra e cal, com portão de ferro e sendo o terreno, nessa parte, todo plantado. Em outubro de 1866, Manoel José Rodrigues Torres, então, proprietário do imóvel, vendeu-o a Felix Tribouilet. Essa venda, como muitas outras na rua Dona Luiza, foi feita sem audiência da Ilustríssima Câmara. Ainda em 1870, nos registros do Tombamento Municipal, aparece Rodrigues Torres como foreiro da municipalidade pela posse do terreno e quites do foro. Circunstância que deixa provada ter sido a transação efetuada à revelia da Ilustríssima Câmara.

Rua Dona Luiza – 1871/1872

Terreno de 28,60 m de frente pelo lado direito da rua Dona Luiza, por 66 ditos de fundo, na base da montanha onde terminava em ângulo agudo. Desmembrado da chácara do Cassiano e vendido, em 1871, como alodial ao dr. Manoel de Melo Franco, o qual, vindo a saber que o terreno era foreiro à Ilustríssima Câmara, logo denunciou a espécie da compra que fizera, pagou o laudêmio da mesma e obrigou-se ao foro anual de oitocentos réis, a contar da data do reconhecimento do senhorio da municipalidade, na forma do disposto pela deliberação da Ilustríssima Câmara, de 12 de novembro de 1867. A carta de aforamento do dr. Melo Franco traz a data de 3 de fevereiro de 1872.

Praia da Lapa

Somente em 1835 foi começada, com real interesse, a execução de um plano para melhorar a faixa litorânea da cidade, desde o boqueirão do Passeio até o saco da Glória, compreendido este. O objetivo do plano era levantar resistência à ação destruidora das ressacas que, no precitado ano de 1835, tiveram efeitos danosos em toda a baía de Guanabara, mesmo nos seus recôncavos distanciados das correntes marítimas. Nos litorais da Lapa e da Glória, a destruição foi completa. Ruíram os paredões que fechavam os quintais das casas com frentes à rua da Lapa, invadidos pelo mar. Onde começava a estrada da Glória, ao fim da rua da Lapa, o mar, subindo cerca de dez metros, cobriam toda a arenosa e larga restinga aí existente e penetrando terra a dentro atingiu a casaria da encosta da montanha, sendo destruído todo o rossio, acima da restinga. Nesse rossio fazia-se o desembarque de mercadorias, materiais diversos e outras utilidades para o consumo dos bairros da Lapa e da Glória que se transportavam por via marítima, visto ser mais cômodo e rápido. Em 1857, o decreto Imperial 2062, de 23 de dezembro, dispôs sobre a execução de obras na faixa litorânea da Lapa e da Glória. Foram iniciadas em janeiro de 1858, por contrato celebrado com o engenheiro Inácio Vieira Cajueiro, e terminaram em abril de 1861, sendo o seu custo de oitocentos contos de réis. O que se fez melhorou bastante esse litoral, embelezando-o e dando-lhe maior resistência às investidas periódicas do salso argento. Destacam-se nessas obras, segundo a planta existente no Arquivo Nacional, um cais em curva e numa extensão de 638 metros, sobre muralha de bastante profundidade, mais de um metro acima da água, uma rua de setenta palmos de largura, acompanhando o cais; um grosso paredão, na parte alta da rua da Glória, com peitoril de balaustrada debruçando sobre a nova rua à beira-mar e tendo escadas de acesso, tudo de pedra. Nesse trecho da rua da Glória, para passeio e refrigério do povo, plantaram-se árvores de copa. No chamado campo dos Frades, na praia Mar de Espanha, fronteira ao Passeio Público, colocou-se um chafariz. Como fiscal do governo funcionou o engenheiro inglês Charles Neate, de cuja fiscalização há circunstanciado relatório, apresentado em 1861. Interessante e valioso documento que faz parte da Coleção Olinda, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde o examinamos e mais outros que constituem preciosidades históricas e que nos foram facultados pelo saudoso secretário do Instituto, o ilustre Max Fleuiss.

O dr. Cajueiro faleceu antes do término das obras, tendo assumido a responsabilidade da sua execução o conselheiro João Vieira Cansanção de Sinimbú, na qualidade de representante da viúva e filhos do contratante, de quem o conselheiro era irmão materno.

As Freiras de Santa Teresa são usufrutuárias dos rendimentos das antigas marinhas e acrescidos na Lapa, numa extensão de perto de 180 metros, desde a travessa dos Carmelitas, no antigo campo dos Frades – atualmente, local onde está o Silogeu, e até onde existiu o prédio que, em 1855, ainda era propriedade e residência do eminente médico brasileiro dr. Francisco de Paula Cândido.[19] Esse prédio,

com frente à rua da Lapa, nº 101, e também os contíguos, 97 e 99, desapareceram, recentemente, levantando-se no local um edifício para apartamentos de aluguel.

Por ocasião da construção do cais na praia da Lapa, proprietários de prédios nesse logradouro e na rua do mesmo nome protestaram contra a pretensão das religiosas de Santa Teresa aos acrescidos de marinhas, que resultaram do aterro feito sobre o mar, para formação da nova rua da praia da Lapa. Ainda em 1862, discutia-se a respeito, como se confirma pela consulta feita, pelo Ministério da Fazenda, às ditas freiras. O Ministério consultou se era permitido às religiosas bens de raiz e até que importância, e a resposta foi afirmativa, e até duzentos contos de réis – que representava soma fabulosa naquele tempo. Sobre as marinhas da Glória e da Lapa, farta a documentação ainda encontrada no Arquivo do Tesouro Nacional, em 1923. Na sua maior parte, os maços que nos foram facultados traziam plantas, algumas das quais interessantes – como conhecimento seguro da antiga topologia litorânea da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Rua da Lapa – 1839/1865

Terreno de 12 braças de frente com seis casas nºs 72 a 82, casas que ainda existiam em 1865, quando mais uma vez foram reformadas. Eram de pedra e cal, assobradadas, soleiras altas de pedra e também as portadas. Na de nº 82, destinada a comércio, com duas portas, funcionava uma taverna com comida. Estabelecimentos esses muito em voga naquele tempo, sendo que muitos deles, na conformidade do bairro em que se instalavam, primavam pela limpeza e pela cozinha – que era de primeira ordem e com muita e fina freguesia. Os vinhos eram puros e genuínos, portugueses e tirados das pipas à vista do freguês. O prédio 82 foi vendido pela sua proprietária, Maria da Piedade Mendes da Costa, em 29 de maio de 1839, a Francisco José de Brito, por 1:200$. O novo proprietário melhorou o dito prédio com as obras que nele executou e conseguiu, a 14 de julho de 1840, o aforamento do terreno do mesmo prédio 82, terreno que media 2 braças de frente por 108 palmos de fundo, sendo 7 do quintal. Também, da mesma Maria da Piedade Mendes da Costa, viúva do brigadeiro Manoel Alves da Fonseca Costa, eram os prédios 72 a 80, por ela, proprietária, vendidos a 25 de março de 1839, pela quantia de 6:000$, a Joaquim Maria Pereira Fontes, com carta de aforamento do terreno dos citados prédios 72 a 80, em 30 de outubro de 1841. O terreno media 10 braças de frente por 108 de fundo, sendo 10 palmos de quintal.

Rua da Lapa – 1842/1860

Terreno de 4 braças e 2 palmos de frente por 108 palmos de fundo, com duas casas térreas, nºs 102 e 104, que pertenceram a Maria da Piedade Mendes da Fonseca Costa e que foram à praça, no começo de janeiro de 1842. A de nº 102 foi arrematada por João Ferreira dos (Santos) Cardoso, pela quantia de 1:603$, e a de nº 104, por Isidoro Joaquim Pereira e pelo preço de 1:500$. Santos Cardoso teve título de foreiro do terreno da casa que arrematou, em 22 de abril de 1845, e no respectivo registro está o terreno lançado com 2 braças e 2 palmos de frente por 108 palmos de fundo. O título de Isidoro é de 27 de outubro de 1843, mas não conseguimos ter provas do seu registro nos livros da municipalidade.

Rua da Lapa – 1844/1892

Terreno de 7 braças e 6 palmos de frente, terminando vela latina na encosta do morro – em rocha da qual brotava boa água potável. Em 1844, era ocupado por boa casa de morada e chácara, residência por anos da família Fonseca Costa. No dito ano, pertenciam, casa e chácara, em partes iguais, a Maria Corsina e a Maria Corina, filhas e herdeiras do casal brigadeiro Manoel Alves da Fonseca Costa e Maria da Piedade Mendes da Fonseca Costa. As ditas herdeiras obtiveram da Ilustríssima Câmara, por deliberação de 9 de julho de 1844, o título de aforamento do terreno em comum. Em 1892, então nº 88 e já sem a chácara, pertencia a Francisco de Oliveira da Silva Gerber, a quem foi comprada por Livia Avelar Napoleão dos Santos, pela quantia de 35:000$.

Rua Nossa Senhora do Desterro – 1840/1847

Terreno de 10 braças de frente, que deitava para uma grota funda e coberta de mata de espinha. De frente a fundos, morro acima, até a rua N.S. do Desterro, nº 15, por cima do aqueduto da Carioca, adiante dos primeiros Dois Irmãos, o terreno media exato 28 braças. Desmembramento da chácara de Dona Luiza, na parte dos fundos, o terreno esteve por algum tempo arrendado a Alexandre José Maciel da Costa, mediante a mensalidade de sete mil réis. Para fins industriais, o arrendatário levantou um barracão no interior do terreno e fechou todo este com estacas. A carpintaria e a cordoaria eram as indústrias exploradas por Maciel Costa na sua oficina. A 28 de julho de 1840, aparece Alexandre José Maciel da Costa na Recebedoria do Rio de Janeiro, pagando o imposto da venda do barracão, pela quantia de 300$000 a João José da Silva Pinto. Denunciada à Ilustríssima Câmara, tempos depois à referida venda, foram o comprador e o vendedor intimados a legalizar a transação feita, sob pena de ação forense de confiscação.

Abriu-se a demanda, pela negação dos infratores. A 20 de dezembro de 1846, saiu a sentença favorável à Ilustríssima Câmara e sem a faculdade de recurso pelos infratores. Tal decisão veio assegurar os direitos senhoriais da municipalidade não só sobre o terreno em que estava assente o barracão, mas também sobre o todo do qual ele terreno era parte.

Travessa do Desterro – 1868

Terreno de pequena dimensão, triangular e situado ao fim da travessa do Desterro, atual rua Morais e Vale, com a frente para um pequeno largo, existente ao tempo, no extremo da rua Velha de Santa Teresa – agora Joaquim Silva, no lado par. Esse pequeno largo era ainda vestígio da arenosa e clara praia chamada Mar de Espanha. No decorrer dos anos, com os aterros que se fizeram sobre o mar, acresceram a essa praia marinhas artificiais que favoreceram a construção da muralha da Glória. Em 1868, o proprietário do prédio 42 da travessa do Desterro, Manoel José de Oliveira Passos, requereu à Ilustríssima Câmara e dela obteve a licença para fechar o pequeno terreno com muro. Iniciada já estava, quando o proprietário do nº 39, da mesma travessa, dr. Luiz Francisco da Silva, compareceu em juízo, para protesto e embargo, apresentando provas de pertencer-lhe, desde 1817, o domínio útil do mesmo terreno. A Ilustríssima Câmara, logo conhecida a decisão judicial favorável ao embargante, fez nula a licença dada a Oliveira Passos e investiu o dr. Francisco da Silva na posse do terreno, dando-lhe a carta de aforamento do mesmo, a 20 de agosto de 1868.

Desterro era a nominação primitiva do bairro da Lapa, entre os morros agora chamados de Santa Teresa e de Santo Antônio e a lagoa dita do Desterro, a qual começou a ser aterrada depois de 1641, quando iniciadas as edificações nas suas margens. Em Autos de Vistorias das Terras do Conselho, na Carioca, (1610/1620) há referências a essa lagoa, que ficava abaixo de um outeiro, o atual morro de Santa Teresa. Também, na medição da sesmaria municipal, em 1667, faz-se alusão à dita lagoa. No outeiro, de tempos remotíssimos, estabelecera-se Antônio Gomes do Desterro, levantando uma ermida que consagrou à Sagrada Família, e do Desterro ficaram chamados o morro, a lagoa e várzea, como rezam os já citados autos de vistorias. A rua Nossa Senhora do Desterro passou a chamar-se Santa Teresa e atualmente traz o nome de Joaquim Silva.[20]

CAPÍTULO X

Ajuda

O bairro da Ajuda formou-se sobre uma planície paludosa, alagada constantemente pelas lagoas do Boqueirão, do Desterro e do Curtume. No começo do século XVII, já estava ocupada por grandes chácaras, que foram sendo cortadas no interesse do bem público, por ordem da Câmara, para a abertura de vias públicas e construção da casaria. Assim nasceu mais um bairro na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, desde o mar e até a Carioca, na cerca dos Franciscanos. A esse bairro, Gomes Freire de Andrade, no seu operoso governo (1733/1762) prestou especiais cuidados, melhorando-o bastante.

As terras do bairro da Ajuda compreenderam-se em duas sesmarias, sendo uma de 1574, concedida a Crispim da Cunha Ferreira, e a outra, de 1595, concessão a Lopo Gonçalves Carneiro. A de Crispim, uma data de terra baixa no boqueirão da Carioca, passou a frei Crispim da Cunha, filho do dito sesmeiro e foi por esse religioso doada ao convento do Carmo. Por escritura pública de 2 de setembro de 1653, o bispo dom Antônio do Desterro comprou as terras dessa sesmaria à Ordem Carmelitana. A sesmaria de Lopo Carneiro era uma terra de salgado, contígua à primeira citada sesmaria. Em junho de 1721, o que, em terras dela restava, veio a ser possuído pelo padre João Caminha e de quem, por compra, passou a Sebastião Mendes do Rosário, sucedido por sua filha Mariana Rosa da Silva. Uma grande área desses terrenos alodiais veio a pertencer ao dr. Manoel Bernardes Pereira da Veiga, sendo parte em virtude de compra e parte provinda da herança paterna. Os terrenos do dr. Bernardes da Veiga ficavam fronteiros ao convento da Ajuda e foram ocupados por pequenas casas de aluguel e pela casa nobre de residência da família Pereira da Veiga. Em 1832, novas edificações fizeram-se nesses terrenos alodiais e quase todas elas chegaram aos nossos dias. Edificaram-se prédios de pedra e cal, com loja para comércio e sobrado para residência familiar, e que se alugavam a preço alto, mensalmente ou por trimestre vencido, com fiança. No bairro da Ajuda, uma confortável casa de morada de sobrado já produzia, em 1832, um rendimento mensal de quarenta a cinqüenta mil réis.

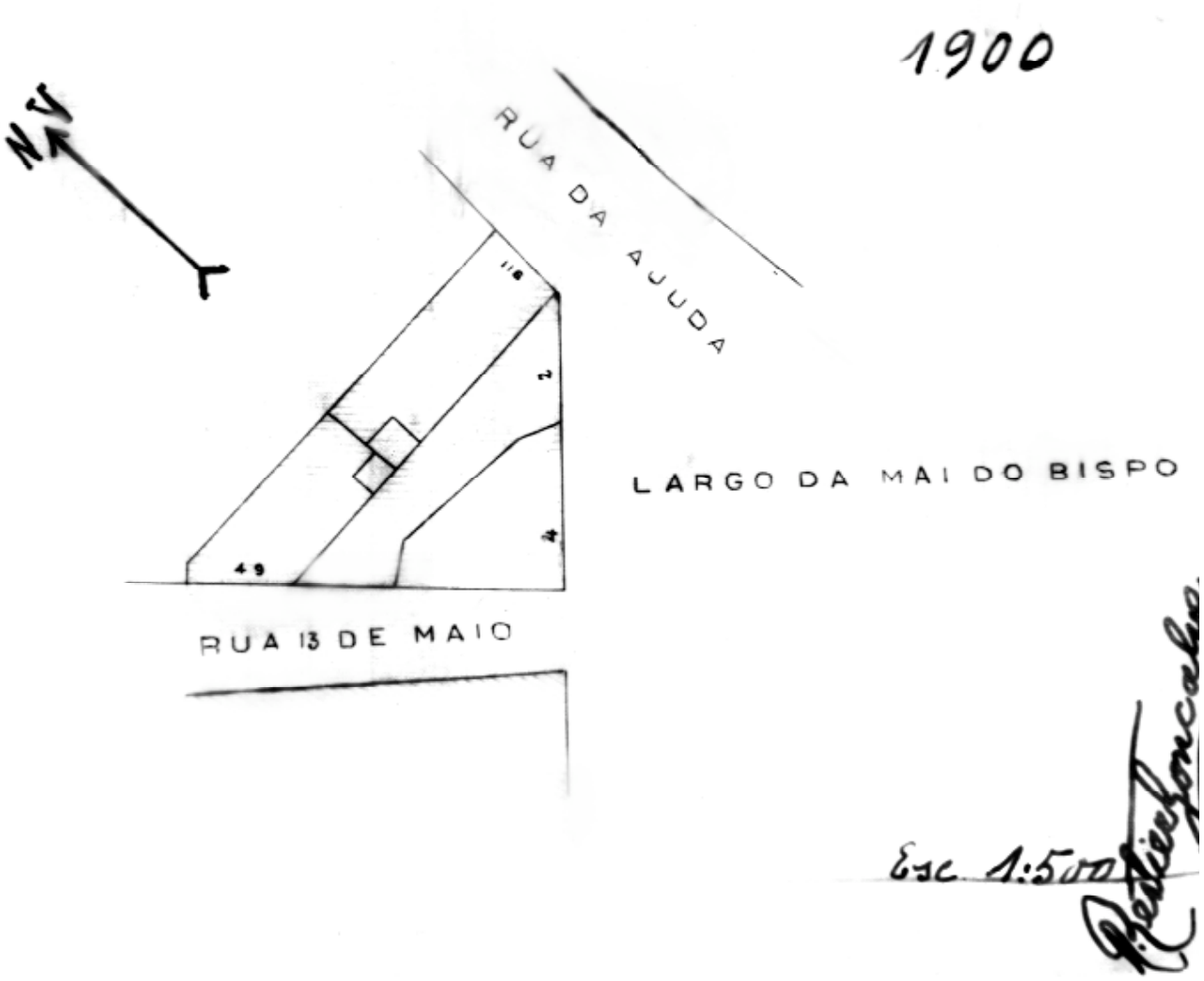
Ainda no dito ano de 1832, na área que pertencera ao dr. Bernardes da Veiga e próximo à casa de José Luiz da Mota, era baldio o terreno, então, próprio da Nação, que os britânicos tinham comprado ao dr. Bernardes para a construção da capela da sua religião. Porém, evitando se defrontassem uma casa religiosa católica e um templo protestante, o rei dom João VI, diplomaticamente, conseguiu a compra do dito terreno aos ingleses e doou-lhes um outro à rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga, onde se levantou uma capela anglicana, recentemente demolida. A 12 de agosto de 1820, com uma garrafa contendo gazetas inglesas e moedas da época, foi lançada a pedra fundamental da referida capela, com todas as cerimônias do ritual anglicano. O saldo da quantia, que se destinou à construção da pequena igreja, foi empregado na obra de um cemitério – o cemitério dos Ingleses, na Gamboa, e ainda existente. É interessante dizer que a capela anglicana foi assente onde havia sido o pátio da antiga residência particular do bispo dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, primeiro e único prelado brasileiro que governou a diocese fluminense ao tempo da colônia.

O dr. Manoel Bernandes Pereira da Veiga era filho do cirurgião da armada portuguesa – Felix Bernardes Pereira da Veiga e de Isabel Joaquina Rosa.[21] Uma das grandes chácaras no campo da Ajuda pertenceu a João Soares de Miranda e, por comisso, foi levada à praça e arrematada pelo padre Inácio de Oliveira Volgas ao foro anual de mil réis, com a obrigação de, aos poucos, proceder ao entulho da lagoa do Boqueirão que ficava de permeio nessa chácara e servia de centro e fundos dos seus lados. A chácara tinha 140 braças de frente, à beira-mar, pela entrada que ia para Nossa Senhora da Glória, e corria fundos em linha reta de 102 braças até os arcos da Carioca Velha – hoje, rua Evaristo da Veiga,[22] onde ficava a caixa d'água pública, demolida quando da construção do convento da Ajuda. Em 4 de dezembro de 1739, o padre Volgas vendeu a chácara ao padre José Mendes Leão. Uma grande porção dessa chácara, junto dos terrenos do tenente-general Pedro de Azambuja, foi vendida a Diogo de Lima Cerqueira, com quem o Senado da Câmara questionou em juízo, pela desapropriação de terrenos necessários à servidão pública. Em agosto de 1772, ainda estava por decidir a demanda, mas os terrenos já estavam ocupados pela Câmara. No bairro da Ajuda, um outro ricaço era Manoel de Carvalho Ferreira, homem bom da cidade, com influência bastante no mundo dos negócios e na política. Faleceu em 1772, deixando duas filhas, Tereza Luiza de São José e Isabel Joaquina da Conceição, educandas no convento da Ajuda. Em benefício do inventário dos bens deixados por seu pai, elas venderam todas as casas térreas à rua da Ajuda e que pertenciam ao inventariado. Essas casas, como ficou dito, eram situadas à rua da Ajuda, com fundos na do conde de Bobadela – atual avenida Treze de Maio, canto do beco Manoel de Carvalho. A escritura da venda desses imóveis foi lavrada, a 26 de novembro de 1776, pelo notário

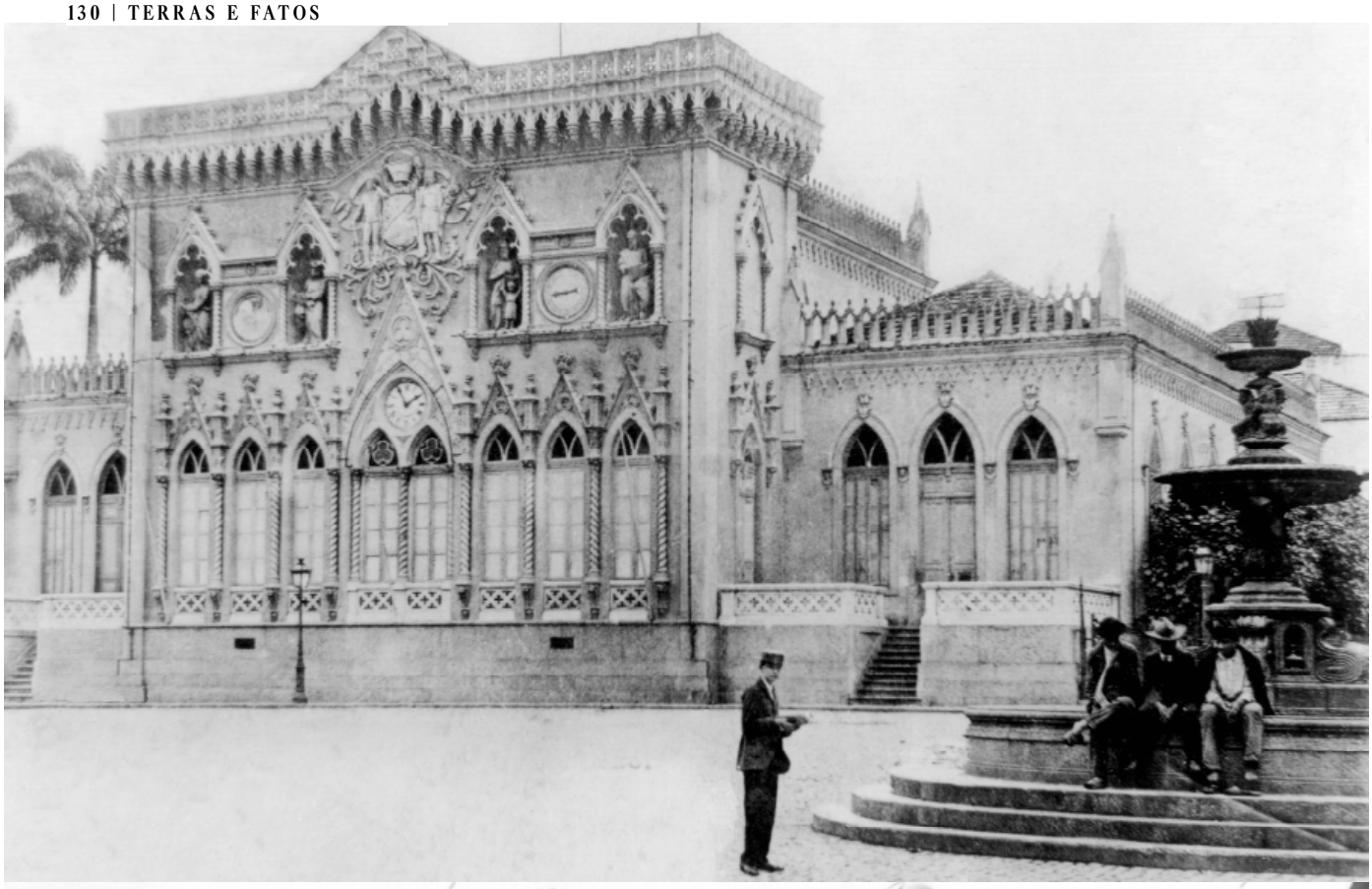
público Domingos Coelho Brandão, no referido Convento da Ajuda, onde o notário se pôs na parte externa do pátio para ouvir as vendedoras, as quais se achavam no interior junto às grades e por suas vozes, apenas, fizeram-se presentes ao ato, ao qual também compareceu o testamenteiro, padre doutor José Rodrigues de Carvalho.

O bairro da Ajuda assim se fez chamado desde que se levantou na várzea a ermida de Nossa Senhora da Ajuda, já existente em 1600. Ficava onde, na atualidade, está o suntuoso Palácio da Câmara Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na praça Floriano Peixoto, antiga Ferreira Viana e, primitivamente, largo da Mãe do Bispo.[23] Próximo à ermida, em 1710, uma companhia do invasor francês foi desbaratada pelas baterias do morro do Castelo. A pequena capela da Ajuda desapareceu depois de 1749, para permitir a edificação da casa conventual destinada às religiosas de Santa Clara, casa que ficou conhecida por convento da Ajuda.

Na face da via pública, que ia para a Carioca Velha – hoje, rua Evaristo da Veiga, e fronteira à referida ermida – ficava a morada nobre do coronel Mascarenhas, pai do bispo dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco. O fato de aí residirem os pais do ilustre prelado deu origem à nominação Mãe do Bispo para o largo onde ficava a casa. Era grande e sólida, de alpendres e pátios, com a frente voltada para o precitado largo.



Largo da Mãe do Bispo.



s/a, s/d – Cartão-postal – Conselho Municipal.
Augusto Malta, s/d – Teatro Municipal.

Quando o Senado da Câmara, no fim do século XVIII (1796) projetou melhorar o litoral leste do Rio de Janeiro, cujo aspecto era deplorável, mandou reservar um vasto terreno em frente ao convento da Ajuda para um rossio que servisse de recreio ao povo do bairro da Ajuda, lugar nobre da cidade.* Mas os anos passaram e nada se fez. O litoral leste continuou com a mesma fisionomia de completo abandono, com os velhos barracões, telheiros, tendais e cercados, estendendo-se mar adentro e a longa distância. A praia, depósito de lixo. No terreno que se destinara a rossio veio a ser instalada uma escola veterinária, tendo anexo um hospital, sob a direção, ambos os estabelecimentos, do alemão Martinho Perestebile. A partir de 1832, foi o terreno ocupado por um curral de porcos pertencente ao ricaço Inácio Aleixo, fazendeiro e criador de gado bovino e suíno em Magépe. Martinho Perestebile, homem inteligente e veterinário competente, era protegido da imperatriz Leopoldina, tendo falecido sem completar a sua obra e devendo elevada quantia que tomara de empréstimo ao comendador Pereira de Abreu, por interferência daquela soberana. Ainda em 1835, encontramos o comendador Abreu questionando em juízo para reaver a posse do domínio útil do terreno do antigo hospital veterinário, dizendo-se amparado pelo dispositivo de um decreto imperial, datado de 13 de maio de 1824. Plácido

* Registros do Senado da Câmara – 1730/1805 – Arquivo Municipal. (N.A)

Augusto Malta – 26/10/1911 – Convento da Ajuda. Ocupava toda área onde está situada a Cinelândia.

Antônio Pereira de Abreu, amigo devotado de Dom Pedro I, recebeu, de justiça aliás, grandes benefícios e honrarias do nosso primeiro imperador, que o fez seu principal valido na Corte. O comendador Pereira de Abreu mereceu sempre a consideração e a estima de todos e foi um dos poucos palacianos a gozar da amizade e da privança da digna e ilustre princesa Leopoldina, nossa primeira imperatriz.

Foi o bairro da Ajuda um dos mais importantes da velha cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, quer pelo seu comércio, quase todo ele francês, quer pela sua casaria e ainda pela riqueza, costumes e trato dos seus moradores. Eram na rua da Ajuda,[24] a principal do bairro, as melhores e bem freqüentadas casas de diversões, para a vida noturna elegante da cidade, ainda na primeira metade do século XIX. Casas de comestíveis, ateliers, oficinas, hotéis e armazéns atraíam muita clientela. Nas festas dos esponsais de Pedro II, a rua da Ajuda deu a nota de brilho, pelo bom gosto e originalidade da ornamentação, mandada fazer pela colônia francesa e sob a orientação do afamado Manoel Fabrégas. Na rua da Ajuda, além de Fabrégas, com casa de ornamentações, foram estabelecidos madame Morel, modista; o cabeleireiro Vilhard; viúva Reinée, calçados para senhoras; o afamado alfaiate Sarti; o entalhador Durberdieu; Jean Nicolau, cutileiro; Haugaute, fazendas francesas para homens; mestre Vitor Larré, artífice de grande engenho nas artes; e o notável desenhista gravador e retratista Luiz Alexis Boulanger, autor do interessante Anuário Brasileiro, de 1861. Boulanger foi professor dos príncipes da Casa Imperial do Brasil. Numa modesta casa de porta e janela, ao fim da rua da Ajuda e dando frente para o largo do mesmo nome, morava o popular Jean Bullöös, dono de um *tilbury*, que ele mesmo guiava e sempre de bom humor. Jean era o tipo perfeito de *cocher* de Paris: chistoso e cortês. O seu carro estacionava próximo à sua casa, pela manhã e à tarde no Carcelér.* Na rua da Ajuda, a 14 de agosto de 1866, inaugurou-se o Teatro Phoenix, com uma companhia francesa de variedades. Em 1872, passou do domínio de Jacinto Heler, provecto ator que nesse teatro marcou fase brilhante da vida de palco. Ainda no bairro da Ajuda, no largo do mesmo nome e canto da rua de Santa Luzia, é de recordar a primeira sede da Sociedade Amante da Instrução que aí se instalou em 1847 e manteve uma escola mista, bem freqüentada, de ensino primário. No mesmo prédio, que era de sobrado, às quartas-feiras, das 6 da tarde às 9 da noite, reunia-se a diretoria dessa benemérita instituição.[25]

Chácara da Floresta

Era na rua da Ajuda o velho solar dos França e Leite, conhecido por chácara da Floresta, devido à arborização abundante e selecionada que ostentava e que fazia da morada solarenga um ameno sítio de magnífico efeito. Brilharam os salões da família França e Leite, com a elite da aristocracia e da intelectualidade da época. Ainda em vida do velho França e Leite, as dependências da criadagem e as cavalariças foram arrendadas a Manoel José Rodrigues da Costa e foi quem as transformou em pequenas casas de aluguel. Depois da morte de França e Leite, os seus herdeiros venderam a nobre morada aos padres Antônio e José Mendes Paiva, por escritura de 20 de novembro de 1867, e pela quantia de noventa contos de réis. Por fim, acabou transformada em casa de cômodos baratos, e, ao lado da pobreza honesta e virtuosa, a malandragem e o vício... Ainda no começo deste século outro não era o cenário da tradicional chácara da Floresta, desaparecida em conseqüência da abertura da avenida Central – agora, Rio Branco.

Convento da Ajuda

Muito antes de ser fundado o Convento da Ajuda, já existia no começo do caminho dos arcos da Carioca – atual rua Evaristo da Veiga,— uma ermida do orago à Nossa Senhora da Ajuda. Esta tosca capelinha veio a ser restaurada em 1607, para abrigar os frades capuchos, recém-chegados ao Rio de Janeiro, vindos de Pernambuco onde tinha sede no Brasil a Corporação Capucha. Vieram apenas dois religiosos – frei Antônio das Chagas e frei Antônio dos Mártires, que desembarcaram no dia 22 de

---

* Ver capítulo sobre o Carcelér. (N..A.)

s/a, s/d – Palácio Monroe.

s/a, 1911 – Avenida Rio Branco, trecho final.

outubro de 1606, e abrigaram-se na ermida de Santa Luzia, na praia do mesmo nome, até o ano seguinte, em que ocuparam a capela da Ajuda, com outros mais, chegados a 20 de fevereiro de 1607, e entre os quais estava o erudito frei Vicente do Salvador, autor de uma história sobre o Brasil – aliás valiosíssima. Ao tempo da prelazia de Manoel de Souza Almada (1658/1670) cogitou-se da fundação do convento da Ajuda, mostrando-se o ilustre prelado muito interessado. Porém, obra dispendiosa, anos decorreram sem que fosse possível iniciá-la. Afinal, em 1741, intervindo a Câmara, ficou assentado seguramente dar-se-lhe começo e o auxílio do erário público. A primeira pedra foi lançada em 1745. O breve, de 24 de janeiro de 1748, deliberou sobre a admissão de religiosos ao noviciado, começado a 3 de maio de 1750, sob as regras de Santa Clara. A 28 de maio de 1751, foi eleita superiora madre Maria Leonor do Nascimento. Falam as crônicas do tempo dos vice-reis sobre os festejos populares, com as famosas Cantadas dos Reis, que se realizavam no pátio da Ajuda, onde era levantado o mais belo e maior presépio da cidade.

Rua da Ajuda – 1787/1826

Terreno de 6 braças de frente pela rua da Ajuda e fundos no largo da Carioca, com duas sólidas casas de sobrado de frente para a dita rua, com sacadas de ferro. José Dias de Miranda, homem rico, comprou essas casas por 4:000$, sendo uma a 20 de setembro de 1787, e a outra a 2 de outubro de mesmo ano. Miranda, que possuía propriedades urbanas e rurais valiosas, era casado com Eufrásia Joaquina da Silva, que ficou riquíssima por morte do seu marido e residia em casa própria à rua da Misericórdia, à mão direita, indo para Santa Luzia. Era de dois sobrados e pouco adiante da rua de São José. Em 15 de março de 1826, a referida senhora vendeu as suas propriedades de morada de casas da rua da Ajuda por 9:000$, a João Lopes Teixeira, que era fretador de embarcações e ativo homem de negócios no mar e em terra. Residia na cidade, no beco dos Cachorros[26] – depois travessa de Santa Rita.

Rua da Ajuda – 1815

Terreno de 2 braças de frente por 17 ditas de fundo, com uma casa térrea nº 38, propriedade do alferes João dos Santos Cordeiro, com carta de aforamento do terreno datada de 27 de maio de 1815. Cordeiro comprou essa casa a Antônio Joaquim Pereira Velasco e a João Muniz da Silva. Homens ricos do bairro das Laranjeiras. João Muniz era herdeiro de sua mulher, irmã de Velasco, filho de Antônio Pereira de Lima Velasco e de Paula Rangel de Azevedo Velasco. Esse casal era possuidor de grande fortuna, com propriedades de vulto no Rio de Janeiro – século XVIII – entre as quais a grande chácara da paragem das Laranjeiras, da qual há notícia neste livro. O quintal da casa nº 38 da rua da Ajuda dava saída para o beco Manoel de Carvalho, por um largo portão de madeira.

Rua da Ajuda – 1818/1856

Terreno de 2 braças de frente e pouco fundo, com uma casa nº 51, propriedade do padre Feliciano José dos Santos Maia, a quem o terreno estava aforado por título de 1º de abril de 1818, em virtude da compra que fizera o dito padre da casa a Antônio Manoel Machado de Carvalho e pela quantia de 1:000$. Em 1856, já o imóvel em apreço pertencia a uma herdeira do padre Feliciano, de nome Carolina Teriana Rangel. A essa senhora novo título de aforamento do terreno foi concedido, em 18 de julho de 1856.

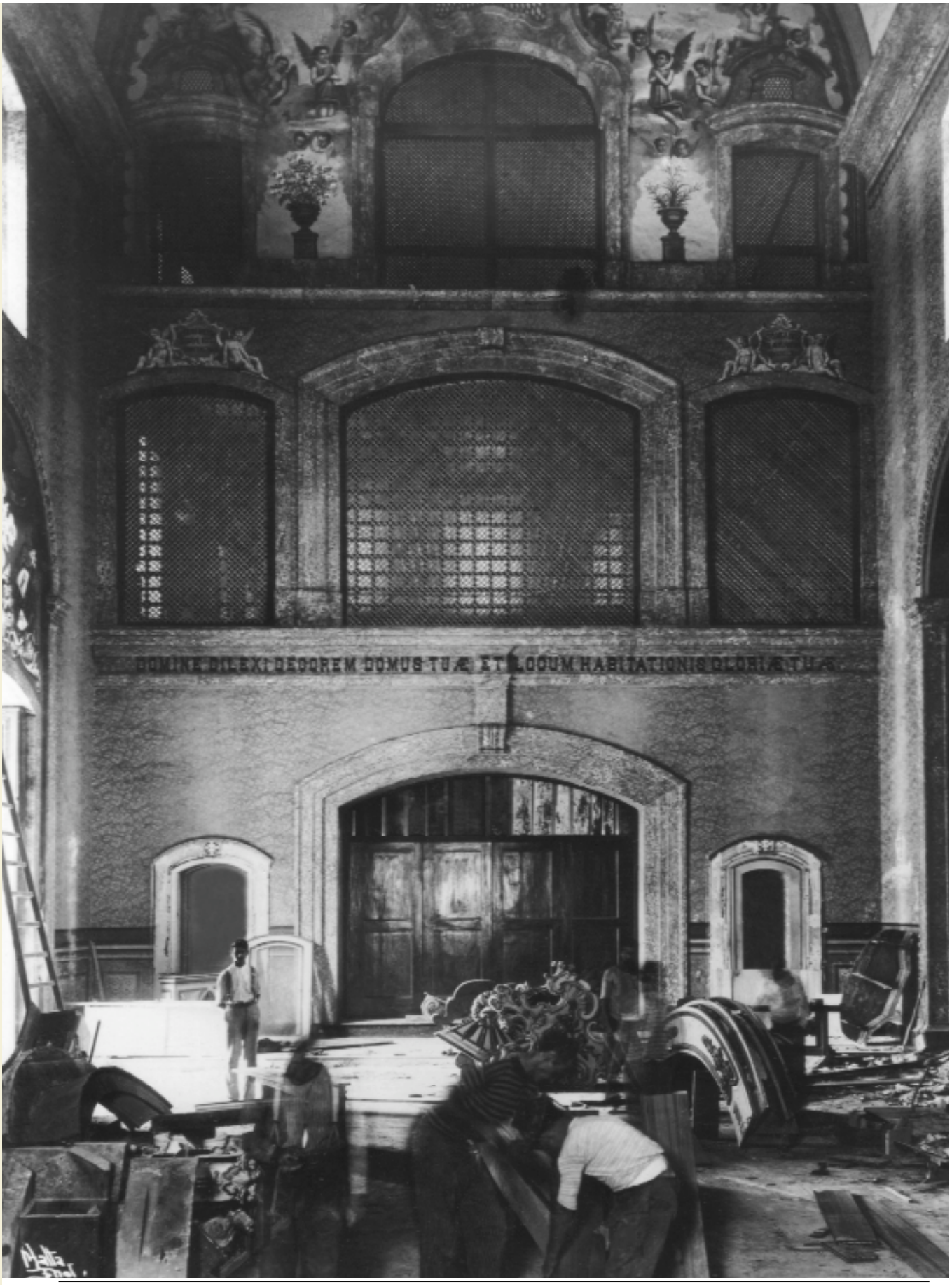
Rua da Ajuda – 1826

Terreno de 2.5 braças de frente com sólida casa de sobrado, propriedade que havia sido do padre João da Silveira Gulart, possuidor de outros prédios urbanos no Rio de Janeiro, os quais foram deixados, em testamento, ao seu sobrinho capitão José da Silveira Gulart que era homem bem rico ao falecer, deixando por testamento, datado de 19 de julho de 1826, toda a sua fortuna também a sobrinhos seus; o brigadeiro José Custódio de Almeida Bessa, João Anastácio de Almeida Bessa e Luiza Caetana de Almeida Bessa.

Rua da Guarda Velha

A rua da Guarda Velha, com o mesmo seguimento da atual avenida Treze de Maio, foi cordeada entre os anos de 1735 e 1737, quando se fez o enxugamento do campo da Ajuda, ao tempo da governança de Gomes Freire de Andrade. Esse governador prestou grande auxílio à obra da abertura dessa rua, na qual as edificações obedeceram às novas especificações das posturas criadas pelo Senado da Câmara, em 1736, sendo que as fachadas estavam sujeitas à censura do arquiteto da cidade. Por sua vez, as

Augusto Malta, 26/10/1911 – Convento da Ajuda. Pátio das festas, onde o povo antigo reunia-se e festejava a véspera de Reis, com cantos e danças.



Augusto Malta, 26/10/1911 – Interior do convento da Ajuda. Face dos coros das freiras e das servas.

acomodações internas das casas, com essas novas posturas, receberam mais luz, elevando-se o pé direito e empregando-se as clarabóias suspensas, que ventilavam melhor as casas.* – Essas e outras especificações tornaram realmente mais confortáveis e higiênicas as moradas da velha Sebastianópolis. O primeiro nome da rua foi conde de Bobadela – título com o qual foi agraciado o governador Gomes Freire de Andrade. Mais tarde, veio a rua a ter a nominação de Guarda Velha, devido à guarda de polícia que existiu, por muitos anos, no canto da rua, junto ao chafariz da Carioca e destinada a controlar a distribuição da água, evitando distúrbios, principalmente entre os escravos ao ganho. O atual nome Treze de Maio recorda o Dia da Abolição,[27] no ano de 1888, com a assinatura da intitulada Lei Áurea, pela princesa Isabel de Bragança e Orleans, condessa d'Eu, então na Regência do Império do Brasil. Quer de um, quer de outro lado do logradouro em apreço, os terrenos são foreiros à municipalidade do Rio de Janeiro e são terrenos artificiais por serem oriundos do aterro dos extensos encharcados que cobriam essa região vizinha à antiga lagoa do Curtume, também chamada Santo Antônio. Por questões suscitadas sobre a posse legítima desses artificiais, os prédios, que foram sendo construídos na rua do Bobadela, iam deixando de permeio faixas desses terrenos questionados, as quais formaram os chamados corredores murados, que eram de serventia privada e que retardaram de muito as edificações. É assim que, em 1808, por ocasião do primeiro lançamento das décimas dos prédios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a rua do Bobadela aparece como sendo logradouro de reduzido nº de casas. A obra do enxugamento do campo da Ajuda, iniciada por Gomes Freire, ficou por completar, restando a parte compreendida entre os fundos da chácara do capitão João Mascarenhas Castelo Branco e pelos quintais das casas da rua dos Barbonos, limítrofes à mesma chácara, situada à rua da Guarda Velha, canto com a dos Barbonos, à direita. Essa parte só foi saneada aos poucos pelos proprietários, na valorização dos terrenos, para vendê-los ou apropriá-los às construções.

Desde 1893, sendo prefeito do Rio de Janeiro Cândido Barata Ribeiro, notável homem de Estado, vinham sendo discutidos planos para o alargamento e o prolongamento da rua Treze de Maio até o mar, planos que, em linhas gerais, eram iguais aos de 1886 a 1888, mandados organizar pela Ilustríssima Câmara. Lamentavelmente, o progresso material da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro retardou-se pelas dissensões políticas entre a Ilustríssima Câmara e o governo imperial. Na grande fase da evolução da metrópole brasileira, que celebrizou a administração do prefeito Pereira Passos, a rua Treze de Maio foi alargada e melhorada a feição arquitetural das casas. O prefeito Henrique Dosdworth, outro administrador atento ao progresso da cidade, melhorando bastante o trecho entre o largo da Carioca e a rua Evaristo da Veiga, deu maior largura à rua Treze de Maio – hoje avenida do mesmo nome. O alargamento fez-se pela face dos prédios antigos, entre os quais o do tradicional teatro Lírico, o da Imprensa Nacional – aliás, de bastante estilo – e a capela anglicana.

Os terrenos que se formaram com aterro do campo da Ajuda foram concedidos a particulares, pelo Senado da Câmara. Essas concessões obedeceram ao critério da enfiteuses, ficando o concessionário condicionado a logo construir. Desses emprazamentos, o maior foi o do capitão João Mascarenhas Castelo Branco, cujos herdeiros ou sucessores operaram o desmembramento do terreno emprazado em porções diferentes. O título do capitão Mascarenhas traz a data de 26 de outubro de 1740 e do histórico do aforamento concedido ao dito militar consta a existência de um terreno de 6 braças de frente por 30 ditas de fundo e que, por se achar abandonado, foi declarado em comisso pelo Senado da Câmara, em 1815, e levado à praça, a 2 de fevereiro do dito ano, sendo arrematado por José Joaquim Ferreira. Esse arrematante construiu no terreno quatro prédios, que receberam os números 6, 8, 10 e 12 pela rua da Guarda Velha, e que vieram a ser vendidos a Luiz Antônio da Silva e por esse proprietário, radicalmente reformados. É o mesmo precitado histórico que nos relata as questões entre herdeiros ou sucessores do capitão Mascarenhas e os proprietários de prédios que ocupavam os terrenos compreendidos no aforamento do mesmo Mascarenhas, em 1740. Uma das causas dessas querelas, se não a principal e única, foram as irregularidades cometidas nos processos das transmissões dos antigos prazos e feitas quase todas à revelia do senhorio direto – que era e é a municipalidade do Rio de Janeiro. Ainda em 1830, questionavam Luiz Antônio da Silva e o senador do Império Jacinto Furtado de Mendonça, segundo marido de Francisca de Paula Liz de Castelo Branco, viúva do capitão José Tomás Gusmão. A referida senhora era filha do coronel Inácio de Lemos Mascarenhas, irmão do bispo do Rio de Janeiro – dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco.[28] Francisca de Paula tinha uma irmã de nome Ana de Lemos Mascarenhas, a quem o dito prelado, por escritura de 30 de março de 1801, fez as

* Registro do Senado da Câmara – 1730/1740 – Arquivo Municipal. (N.A.)

seguintes doações: casas de sobrado à rua da Guarda Velha, canto da Ajuda, à mão direita, indo para a Lapa do Desterro; casas térreas, em seguimento às precitadas na mesma rua da Guarda Velha; a fazenda do Capão e a quinta de Santana, no distrito de Inhaúma, e também as terras anexas à dita quinta, e compradas pelo bispo, a 12 e 15 de maio de 1795 e a 13 de dezembro de 1796. Falecendo a donatária, os bens que deixou e que os possuía em *fidei comisso* seguiram a sucessão estipulada na doação.

Beco do Propósito

O beco do Propósito foi cordeado como convinha às necessidades do povo ao tempo do governo de Gomes Freire de Andrade (1733/1763)[29]. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro deve bastante a Gomes Freire, no que esse ilustre governador idealizou e realizou para o desenvolvimento dela – quer material, quer moral e intelectualmente. Foi ele o fundador da Academia dos Seletos,[30] centro que se tornou da intelectualidade fluminense da época.

Fez-se o seu cordeamento pelo aterrado da Ajuda, que se formou sobre os paus de uma infecta lagoa chamada do Curtume, por ficar próxima e de serventia do curtume de Filipe Fernandes, nas

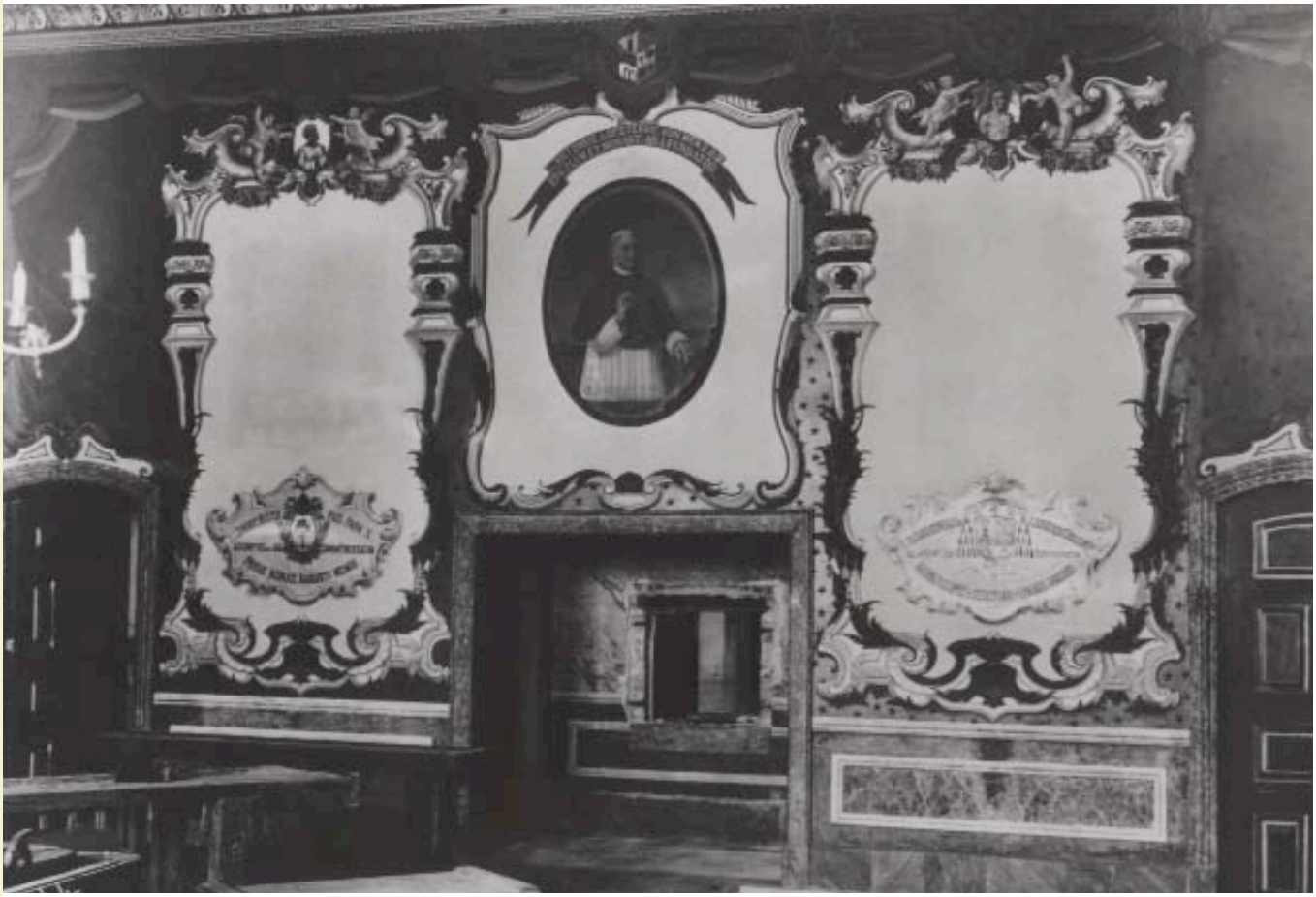
Augusto Malta, 26/10/1911 – Interior do convento da Ajuda. Terraço onde as freiras faziam recreio.

proximidades do local onde existiu o edifício da Imprensa Nacional – Treze de Maio, canto largo da Carioca. Esse bonito edifício foi recém demolido.

Com o estabelecimento da Casa Conventual de Santo Antônio dos Franciscanos, no morro próximo à lagoa, esta, o morro e a região ao redor passaram a chamar-se de Santo Antônio. A vinda desses religiosos para esse local levou a administração pública a cuidar do mesmo, saneando a várzea alagadiça e palustre a que os coevos davam a denominação de várzea dos Frades.

No beco do Propósito dois terrenos, apenas, conseguimos positivar com títulos de foreiros à Câmara Municipal e no ano de 1845. Um, que media 36 palmos de frente por 73 de fundo, com três casas térreas de números 13, 15, 17 e que eram casas baixas, de rótula, porta e janela, e das primeiras edificações do referido beco. Tinham sala de visita, duas alcovas, sala de jantar, despensa e cozinha. Ainda em 1880, guardavam a mesma feição e estavam bem conservadas, segundo o Arrolamento das Décimas para cobrança. Até 1845, pertenceram a Guilhermina Pedreira de Magalhães Castro, casada com o dr. José Antônio de Magalhães Castro. No dito ano de 1845, o casal precitado vendeu a casa 13 a Joaquim Moreira, por 1:533$300, e as de números 15 e 17, a João Antônio Manoel do Lago, pela quantia de 3:066$600. Esses dois compradores adquiriram, também, o domínio útil do terreno das casas que compraram e pelo que pediram e obtiveram o respectivo aforamento – Joaquim a 15 e João Antônio a 16 de junho, do ano de 1845. O outro terreno aforado pela Câmara media 8 braças e 8 palmos de frente por 73 palmos de fundo, com quatro casas de números 1 a 7, propriedade de Guilhermina Amália de Lima Corrêa do Couto Ferraz, casada com o desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz e filha do brigadeiro Antônio Corrêa da Costa e de Josefa Polucena de Lima Corrêa. O casal Couto Ferraz deixou seis filhos: Guilhermina, Josefa Carolina, Maria Romana, Umbelina Adelaide, João e Luiz Pedreira do Couto Ferraz Junior – que foi visconde do Bom Retiro.[31]

Augusto Malta, 26/10/1911 – Interior do convento da Ajuda. Chácara.



Augusto Malta, s/d – Interior do convento da Ajuda, sacristia da capela.
Augusto Malta, 26/10/1911 – Convento da Ajuda. Demolido em 1920, ocupava toda a área hoje denominada Cinelândia.

Augusto Malta, 26/10/1911 – Interior do convento da Ajuda, oratório da Sala da Porteira.

Augusto Malta, 26/10/1911 – Interior do convento da Ajuda, fonte das Saracuras.
s/a, s/d – Interior do convento da Ajuda, pátio central.

Augusto Malta, 26/10/1911 – Interior do convento da Ajuda, altar das religiosas.

Juan Gutierrez, s/d – Antiga rua da Guarda Velha. Depois da lei Áurea (1888), rua Treze de Maio, atualmente avenida Treze de Maio, começa no largo da Carioca.

Augusto Malta, 30/05/1913. Desembarque do corpo do prefeito Pereira Passos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Foi prefeito do Distrito Federal, de 29 de dezembro de 1902 a 16 de novembro de 1906. Viajava a bordo do Araguaia quando repentinamente faleceu, na noite de 1º para 2 de maio de 1913. Seu corpo foi embalsamado em Tenerife, levado a Lisboa e daí transportado a bordo do *Cap. Finisterre* para o Brasil.

s/a, s/d – Antigo Arsenal de Guerra.

CAPÍTULO XI

Misericórdia

Rápido foi o povoamento do litoral vizinho ao morro do Descanso, que depois se chamou do Castelo, no qual se assentou o governo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1567. Levantou-se a casaria desde a Piaçaba, atualmente Santa Luzia, até o outeiro de Manoel de Brito – hoje morro de São Bento, e formou-se uma rua à beira-mar para servidão do povo e a que se deu o nome de Misericórdia. Esta denominação estendeu-se a todo o bairro, onde assistiam nobres da cidade contados por mercê de el rei. Por mais de século, o bairro da Misericórdia foi o empório do Rio de Janeiro e residência da nobreza, dos senhores de engenho, dos ricaços homens de negócio, dos grandes mercadores, dos armadores de navios e da gente da governança. Ao* começar o século XVII, a Câmara já se encontrava instalada à praia da Misericórdia, junto à ermida de São José, em local onde melhor cômodo oferecia ao povo para o trato dos negócios do seu interesse e onde também mais seguro era o desembarque dos mantimentos e mais pronto para o arranjamento da vida da cidade. Nos baixos da Casa do Conselho ou Câmara, instalou-se a cadeia pública e o depósito de materiais ficou nos fundos – que olhavam o mar. Tiradentes, o mártir da nossa Independência política, esteve preso nessa cadeia e daí saiu para ser enforcado, a 21 de abril de 1792. Anos depois, já bem danificada, foi demolida a velha casa e outra levantada no mesmo local. Consumiram-se avultadas quantias na sua construção, que levou anos. Esse sólido e grande edifício, que alcançou os nossos dias, tornou-se próprio nacional e até ser demolido serviu de sede à Câmara dos Deputados. Em substituição ao antigo casarão e para o mesmo fim, foi levantado no mesmo local suntuoso edifício, mais ampliado, porém. É o Palácio Tiradentes.

Quando a casa da Câmara dos Vereadores incorporou-se aos próprios da Nação já havia perdido de muito do seu primitivo aspecto, pelas transformações sofridas no passar dos anos. Para aformoseá-la, o Senado da Câmara mandou executar, em 1803, obras de vulto, as quais estiveram a cargo de Francisco Xavier de Matos Pimentel, empreiteiro construtor de grande nomeada na época.

Cerca de quarenta anos os edis cariocas andaram em peregrinação, alugando casas para fazer as vereanças. Assim é que, em 1759, num requinte de consideração à Relação do Rio de Janeiro, os vereadores cederam sua Casa ao dito Tribunal, o qual, fundado pelo governador Gomes Freire de Andrade, a 16 de fevereiro de 1751, ainda aguardava, em 1759, uma sede condigna. Novamente, com a chegada da Família Real portuguesa em 1808, os vereadores, cedido o Paço da cidade à régia comitiva, foram obrigados a peregrinar até 12 de julho de 1825, dia em que se instalou a Câmara em sua nova sede própria, no então campo de Santana.

A topografia do bairro da Misericórdia veio sendo bem alterada no decorrer dos anos, principalmente depois dos aterros sobre o mar do seu litoral, aterros que lhe tiraram logo a sua primitiva feição: borda de curvas reentrantes e pontas. Nos nossos dias, a transformação fez-se radical. Os primeiros aterros favoreceram as concessões de marinhas para utilidade privada, no intuito de fomentar o comércio de frutas,[32] hortaliças, louça do país, madeiras e outros artigos de consumo.

É assim que, desde o Calabouço [33] até a praia do Peixe, em barracas apropriadas, se improvisou, e bem depressa, um movimentado comércio[34] Depois de 1780, aterrou-se ainda mais sobre o mar, de forma que em 1832 as antigas concessões já estavam bem distanciadas das 15 braças previstas nas Ordenações do Reino. Dom João VI foi pródigo nas concessões de marinhas nesse litoral, beneficiando os seus serviçais, entre os quais figuram como os mais aquinhoados: Francisco Raposo, cocheiro do rei; Paulino Antônio, moço estribeiro, e Manoel de Almeida, o famoso Cascata, guarda-costas do rei. Esses indivíduos tornaram-se ricaços.

A Santa Casa da Misericórdia[35] deu o nome ao bairro. Nascida do amor ao próximo e da caridade, diz um escritor, essa instituição foi criada em Portugal, no século XV, por frei Miguel Contreiras, sob o patrocínio da rainha dona Leonor. Em 1498, instalou-se em Lisboa a primeira Santa Casa da Misericórdia, e a do Rio de Janeiro teve o seu princípio em 1582, como escreve frei Agostinho de Santa Maria na sua valiosa obra o *Santuário mariano*, volume X. Diz o erudito monge que, pelo ano de 1582, acossada de temporais e de aflições, arribou no porto do Rio de Janeiro uma grande esquadra espanhola, que demandava o estreito de Magalhães. Além das tormentas, teve a armada grande parte da tripulação, de cerca de três mil homens, acometida de grave moléstia. O grande missionário Anchieta, que se achava de visita ao Rio de Janeiro, tomou todos os enfermos da esquadra por sua conta, dando traça como se lhes assinasse uma casa, onde foram assistidos e curados. Esse fato deu origem à nossa Santa Casa de Misericórdia, cujos serviços têm sido valiosíssimos à pobreza, à ciência médica e à sociedade em geral, na sua quatro vezes secular existência. O velho bairro da Misericórdia ocupava todo ele chão foreiro à municipalidade do Rio de Janeiro, e nos limites do que nos foi possível ler e identificar, damos a seguir notícia ligeira de alguns aforamentos, pelos logradouros.

---

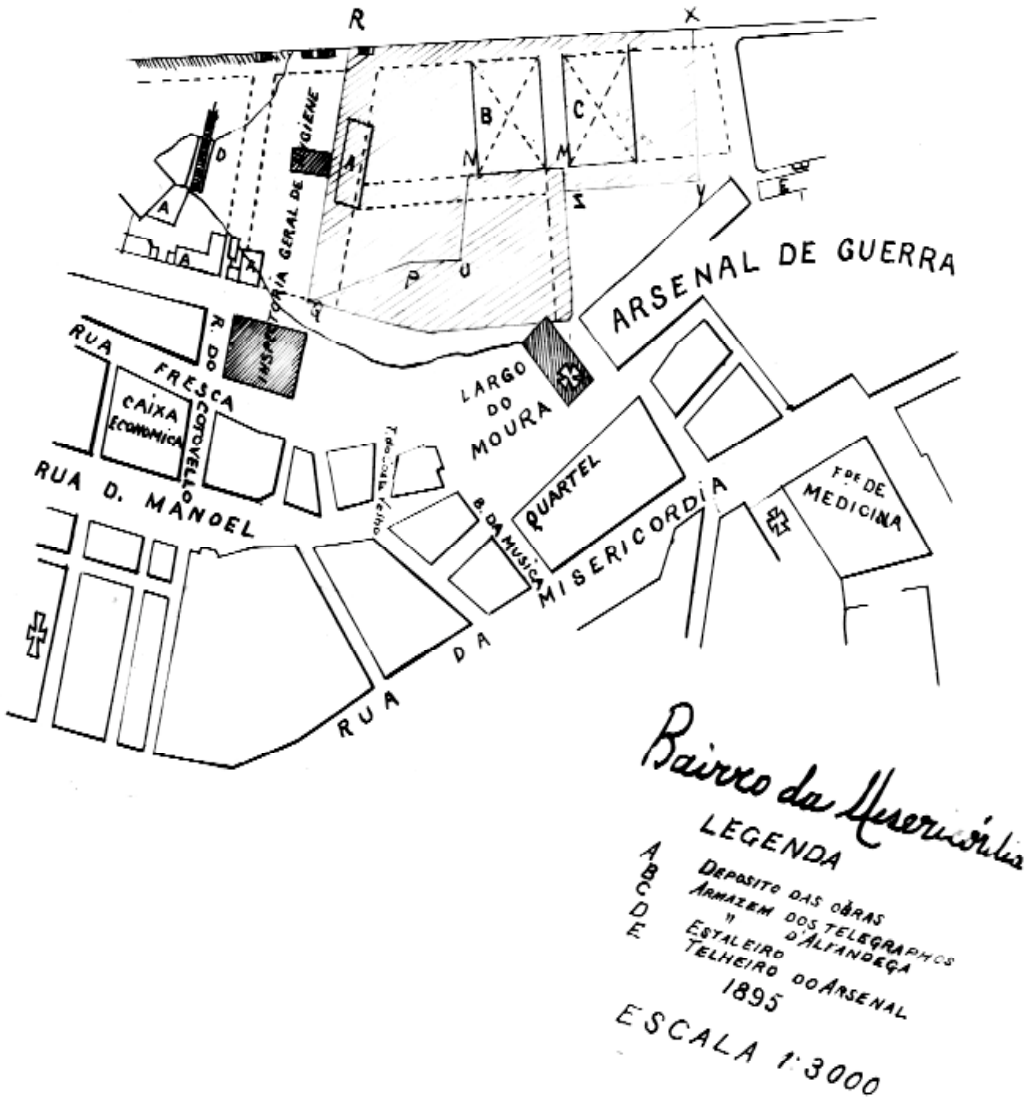
* No Livro de Vereança, de 1635 a 1650, consta o auto do acordam que se fez no Conselho da mudança da Câmara para a várzea, junto à ermida de São José. (N.A.)

Rua da Misericórdia – 1774/1828

Terreno de 4 braças e meia, ocupado pelo prédio de sobrado numero 63, propriedade de Caetano Pereira Cardoso, e por ele vendido a Maria Francisca da Encarnação, viúva de Francisco Antônio de Souza, por escritura de 3 de fevereiro de 1774. Em 1804, o prédio em causa aparece registrado no Tombamento da Câmara, em nome do tenente de milícias Antônio Barbosa, em virtude de compra feita a 10 de fevereiro de 1803, estando ainda por atender o aforamento do terreno, segundo o dito registro. De sucessão em sucessão, o prédio veio a pertencer a Manoel Nascentes Pinto, a quem havia sido vendido pela quantia de 8:000$, em 1828, por José Maria Noronha Feital, com carta de aforamento, em 4 de julho de 1827. O aforamento de Nascentes data de 19 de abril de 1828. Esclarecemos que o nº do prédio data de 1810, por ocasião da numeração predial da cidade.

Rua da Misericórdia – 1790

Terreno de 4 braças de frente pela rua da Misericórdia e fundos no beco dos Ferreiros, com a largura de 4 braças. Era ocupado por duas casas de sobrado voltadas para a dita rua e pertencentes a



Planta do Bairro da Misericórdia.

Joaquim Pedro Corrêa dos Reis Allan, que as comprara no começo de 1790, conforme a declaração que fez ao pedir o aforamento do terreno ao Senado da Câmara, que despachou a 11 de dezembro do precitado ano concedendo o aforamento à razão de novecentos e vinte réis anuais.

Rua da Misericórdia – 1792/1835

Terreno de 3 braças de frente, com uma casa térrea, aforado a João Tomás Curvelo, proprietário da casa. A filha e herdeira de Tomás Curvelo, de nome Josefa Maria de Jesus, obteve, em 1817, do Senado da Câmara, a licença para vender, como vendeu, a casa, então com nº 71, pela quantia de 1:600$, a João Ricardo Fajardo Perdigão. Em 1835, Fajardo Perdigão pediu e obteve da Ilustríssima Câmara a licença para a venda da casa e também do domínio útil do terreno, tudo por 1.200$, a Inácia de Oliveira Barradas. Nessa época a casa já estava bastante arruinada.*

Rua da Misericórdia – 1810/1827

Terreno de 4 braças de frente pela rua da Misericórdia e fundos à praia dom Manoel, com a mesma testada de 4 braças. Esse terreno está lançado no Tombamento Municipal, do ano de 1810, em nome de Antônio José de Moura, com carta de aforamento, a 9 de maio do dito ano. Estava ocupado por duas casas, propriedades do mesmo Moura. Uma térrea, nº 95, e a outra de loja e sobrado, números 97 e 99 da rua da Misericórdia. Ricaço e viúvo de Escolástica Marques de Souza, Antônio José de Moura, não tendo herdeiros obrigados, dispôs em testamento da sua fortuna em favor da sua sobrinha Joaquina Escolástica de Souza Prates, e na sua falta seriam contemplados os filhos dessa senhora de nomes Antônio, José e Escolástica, menores ao tempo do testamento, em 1812. O testador condicionou que exclusivamente à herdeira competia a administração da herança e sem qualquer interferência do seu marido, José Joaquim de Gouveia. No caso de agravo, dar-se-ia a transferência dos bens para o Juizado de Órfãos que os administraria em proveito dos citados menores. A 23 de maio de 1812, Joaquina Escolástica, que residia na mesma rua da Misericórdia, próximo ao Guindaste, compareceu ao juízo do Resíduo Eclesiástico e declarou aceitar o testamento do seu tio e cumpri-lo fielmente e pelo que se dispôs a assinar, como assinou, um termo de declaração, juramento e promessa. Em 3 de junho de 1827, Joaquina Escolástica de Souza Prates, já de posse e em plena administração da herança, obteve da Ilustríssima Câmara o aforamento do terreno em apreço, à razão de três mil réis ao ano.

Rua da Misericórdia – 1834/1836

Terreno de 4 braças de frente pela rua da Misericórdia, canto do beco do Guindaste, por onde corria fundos de 4 braças. Estava ocupado por duas pequenas casas térreas de porta e janela. Uma tinha o nº 109, fazia canto no dito beco, pertencia a Antônio José de Almeida e por ele vendida em janeiro de 1836, pela quantia de 500$000, a Manoel José Lopes Neves. A outra tinha o nº 111, pertencia a Manoel Lopes de Castro, a quem foi comprada pelo dito Manoel José Lopes Neves, por 600$000, com licença da Ilustríssima Câmara, de 28 de novembro de 1834. Por deliberação ainda do Senado da Câmara, cuja data não conseguimos precisar, o terreno, quanto ao aforamento, estava dividido em dois prazos e cada um segundo a área de cada uma das casas, ou seja, 2 braças de frente por 4 ditas de fundo. Antônio José de Almeida era foreiro da porção correspondente à sua casa e Manoel Lopes de Castro da ocupada pela casa 111 a ele, Manoel, pertencente. O foro estipulado era de dois mil réis anuais para cada porção. Essas duas casas eram das primeiras edificações da rua da Misericórdia.

Os padres jesuítas, para a facilidade do acesso do material destinado às obras que executavam no alto do morro do Castelo e também para atender a outros fins úteis, montaram um elevador – espécie de

* Como rezam os Autos de Vistorias – Arquivo Municipal. (N.A.)

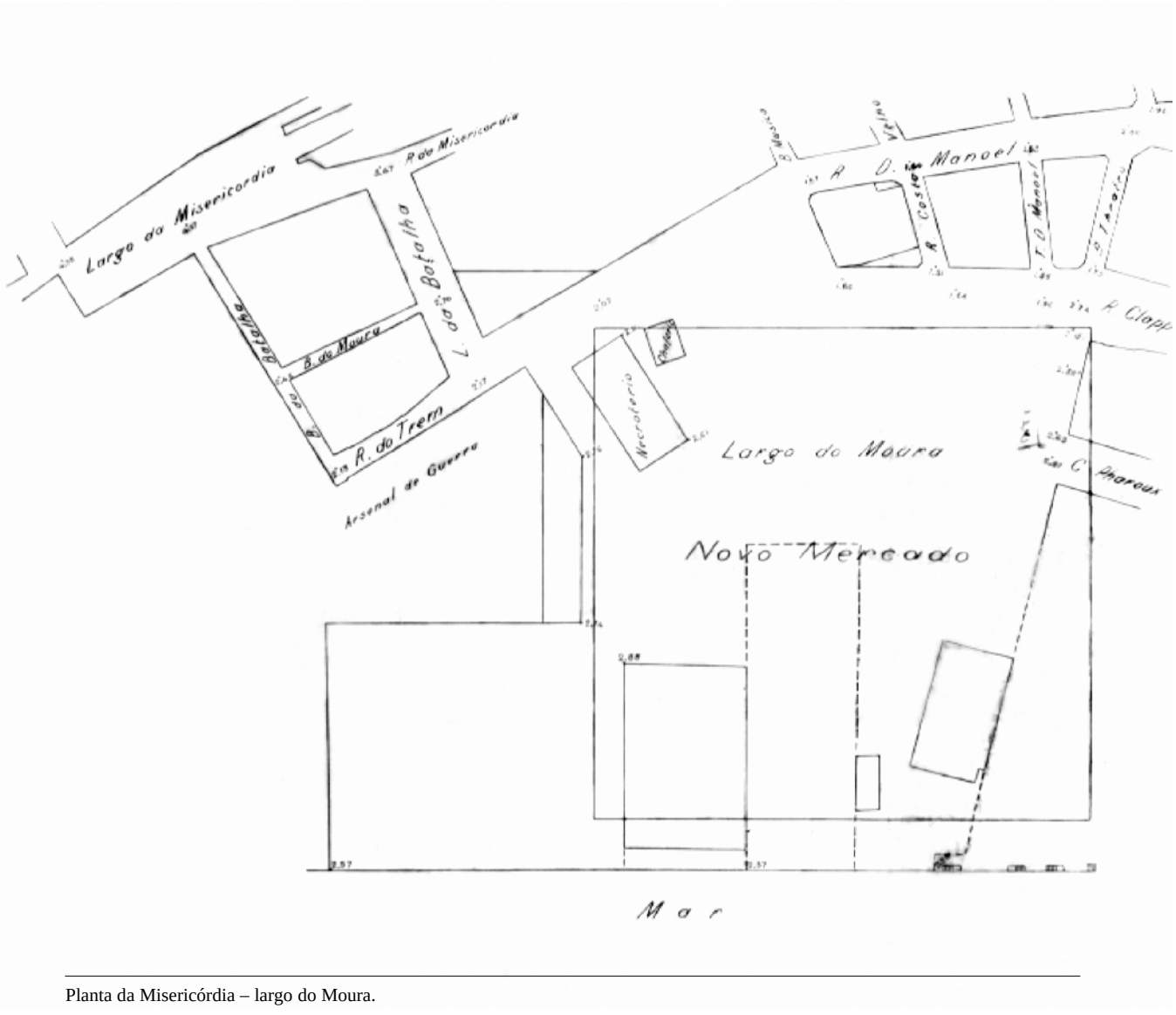
guindaste – na encosta do morro. O caminho transitado pelos trabalhadores desde a praia até o aparelho tornou-se de servidão pública, com denominação de travessa do Guindaste, modernamente, rua Costa Velho.

Rua da Misericórdia – 1867

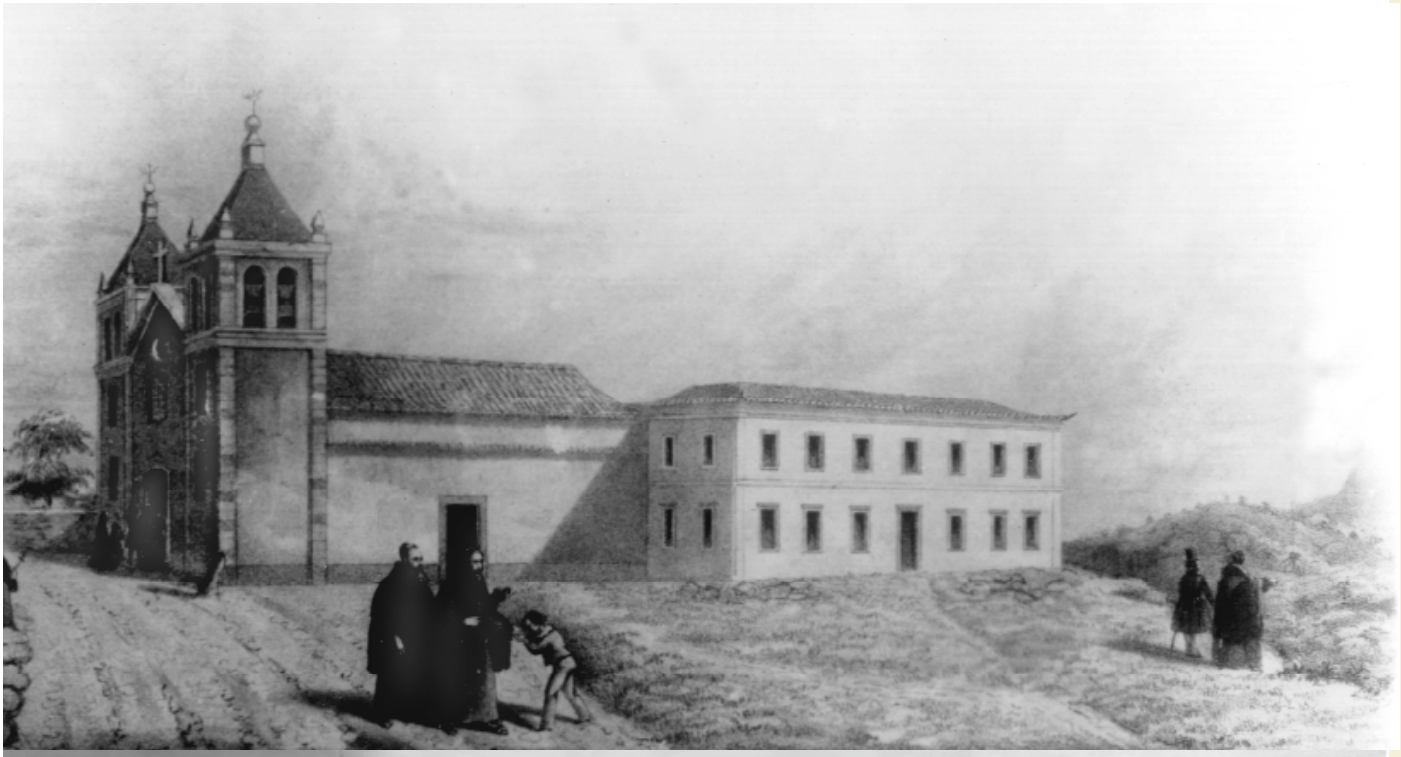
Terreno de 3 braças e 7 palmos de frente por 15 de fundo e aforado a 30 de novembro de 1867, por dois mil e cem réis anuais, a Manoel José Cabral. Ocupava o terreno um sólido e vistoso prédio de sobrado nº 57, propriedade do dito foreiro e por ele comprado a Antônio José de Gouveia, por onze contos de réis.

Largo da Misericórdia – 1861

Terreno de 28 palmos de frente por 64 ditos de fundo e aforado a Pedro José Fernandes, em 25 de maio de 1861, por trezentos e vinte réis anuais. Era ocupado por uma casa, de nº 5, pertencente ao



Planta da Misericórdia – largo do Moura.



Reprodução de Augusto Malta, 1841 – Morro do Castelo, igreja de São Sebastião.
Igreja de São Sebastião do Castelo matriz da paróquia do Rio de Janeiro (1567), assento da catedral do bispado (1676/1734). Foi construída por Mem de Sá (1567/1583), e completamente reconstruída, na parte interior, no governo do vice-rei conde de Resende (1790/1801).

Augusto Malta, 1/3/1921 – Interior da igreja de São Sebastião, no morro do Castelo.

dito foreiro, por compra que fizera em praça dos bens deixados por Francisco de Oliveira Tavares Fortes. A casa 5 ficava entre as casas das recolhidas da Misericórdia, à direita, e a casa que pertencia aos expostos, à esquerda.

Travessa do Guindaste – 1819/1869

Terreno de 17 palmos de frente por 5 braças e 4 palmos de fundo, com uma sólida e grande casa de sobrado, de feição nobre e tendo águas furtadas. Esse terreno aparece aforado, em 1819, ao rico proprietário coronel Antônio Ferreira da Rocha; em 1836, a Manoel Rodrigues de Faria; em 1858, a Luiz Manoel Viana, e em 1869 à Ana Teresa Luiza Viana, na qualidade de viúva e sucessora do último precitado foreiro. O coronel Antônio Ferreira da Rocha, que foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, de 1813 a 1814, obteve do Senado da Câmara, a 5 de maio de 1819, a licença para vender, como vendeu, a precitada casa de sobrado ao capitão João Baptista da Silva Júnior, a quem veio a ser comprada, em maio de 1836, por Manoel Rodrigues de Faria e deste passou, por venda em 1857, a Luiz Manoel Viana. O foro do terreno era de dois mil réis anuais.

Travessa do Guindaste – 1853/1854

Terreno de 19 palmos de frente, aforado a Antônio José da Silveira Sarmento. Era ocupado pela casa térrea nº 4, propriedade do mesmo Sarmento, em virtude de herança do seu padrinho – José Antônio Coelho –, de quem, aliás, herdou uma grande fortuna. Drama íntimo de família, cujas particularidades devemos silenciar, fez com que Sarmento usasse o nome de Antônio José Francisco até o ano de 1853, quando passou a chamar-se Antônio José da Silveira Sarmento, por força de sentença judicial a seu favor na demanda, com passagens chocantes, que se levantou nos tribunais do Rio de Janeiro. Era o nome que lhe cabia de direito desde o berço, por seu nascimento.

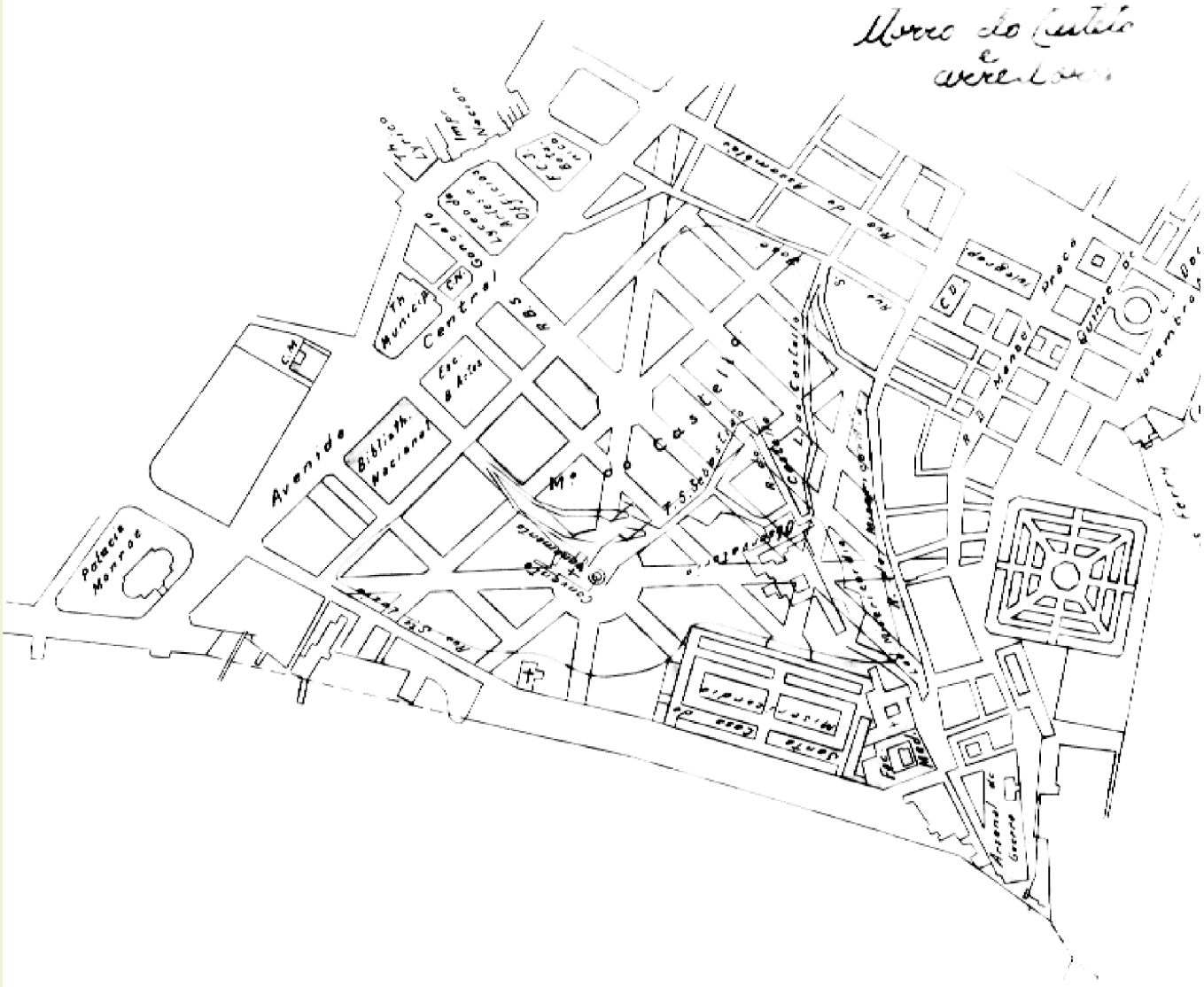
Beco da Fidalga – 1650/1860

As aluviões marinhas deram origens aos terrenos do litoral da cidade do Rio de Janeiro, desde Santa Luzia até São Bento. Por esses terrenos, logo depois da definitiva fundação da Sebastianópolis, em 1567, foram sendo abertas vias de servidão pública. Uma dessas vias públicas e de importância, foi o beco da Fidalga. Também, por esses terrenos foram marcadas as testadas dos aforamentos praticados pela Câmara nesse litoral. Os logradouros que se abriram e a casaria que se levantou acabaram por fechar a velha rua, que ia do porto da cidade para a Misericórdia. Aforamentos bem extensos os primeiros que se fizeram e que não demoraram, por força do crescimento da cidade, a desmembrar-se em proveito de novas ruas e casas. O aforamento concedido a Gonçalo Ferreira, em 24 de dezembro de 1650, deu-nos elementos precisos pelos quais chegamos às nossas ditas conclusões. Gonçalo Ferreira era rico homem de negócio, com engenhos no sertão da capitania do Rio de Janeiro e armazéns no antigo caminho para São Francisco – atualmente, rua da Assembléia, onde morava. Ele aforou, para construir no beco da Fidalga, cerca de 4 braças de testada, indo para a Misericórdia e com todo o comprimento ou fundos até o mar. Pois bem, esse comprimento, que terminava na praia dom Manoel – hoje, rua do mesmo nome, formava a frente de quatro braças pelo dito beco em que as casas foram levantadas. Ainda no século XVII, outro aforamento, concedido ao dr. Miguel Rangel de Souza Coutinho, figura de relevo na época, nos abriu caminho para pesquisas mais remotas sobre a faixa litorânea do bairro da Misericórdia, as quais nos desvendaram curiosos aspectos bem primitivos dessa mesma faixa, na qual, em muito menos de um século depois da fundação da cidade a mão do homem e a própria natureza atuaram modificando-lhe profundamente a feição. O aforamento de Souza Coutinho, com fundos na praia, desmembrou-se em vários prazos, arruados pelo lado esquerdo do beco da Fidalga. Um dos prazos foi adquirido por Domingos Rodrigues, o qual construiu três prédios no começo do beco, lado esquerdo ou ímpar, subindo

da praia para a rua da Misericórdia. Esses prédios receberam os números 1, 3 e 5. Os de números 1 e 3, Rodrigues vendeu a Lourenço Varela, e o 5, por morte do dito proprietário, passou à sua viúva, Maria da Lapa. Em falecendo a referida senhora, ao seu genro coube o prédio 5, que era de sobrado e veio, por fim, a pertencer a João de Almeida Brito, pela execução que moveu contra José Corrêa, genro e herdeiro da viúva Lapa. Ainda bem conservado em 1860, o prédio 5 pertencia a Almeida Brito.

Beco dos Ferreiros – 1810/1830

Terreno de 2 braças e 5 palmos de frente, aforado ao dr. José de França Miranda, ocupado por uma casa térrea, das antigas da cidade, propriedade do referido foreiro. Por morte do dr. França Miranda passou à sua viúva Antônia de Moraes e Silva. A 16 de agosto de 1810, a dita viúva vendeu a casa pela quantia de 800$000, inclusive o domínio útil do terreno. O comprador, Domingos da Silva Valente,



Morro do Castelo e arredores.

reformou a casa, levantando sobrado e fazendo outros melhoramentos. Esse novo prédio, por morte de Valente, passou a uma sua filha natural de nome Dorotéa Rosa de Jesus, casada com João Rodrigues da Rosa, a quem a Câmara concedeu o aforamento do terreno em apreço, a 26 de maio de 1830, concessão que obteve por cabeça de sua mulher. Domingos da Silva Valente, português de nascimento e exímio carpinteiro, foi estabelecido durante anos seguidos à praia do Peixe, atual rua do Mercado e aí fez-se estimado e ganhou fortuna com sua laboriosa profissão. O carpinteiro Valente era pessoa de muito conceito entre as da sua classe, que o consideravam grande mestre no ofício. No Rio de Janeiro, onde faleceu, deixou prédios, escravos e cinqüenta mil cruzados de depósito. O inventário dos seus bens foi demorado, pelos embaraços criados à partilha dos mesmos, sendo, afinal, ultimado em 1820, por sentença judicial, sendo juiz julgador o notável e íntegro ouvidor Nicolau Siqueira de Queiroz. O estrago causado pela traça em algumas folhas dos autos, e nas quais, justamente, deviam constar mês e dia da sentença, não nos permitiu conhecê-los. A viúva do rico carpinteiro, Úrsula Maria das Virgens Valente, herdou metade da fortuna – mais de cento e cinqüenta mil cruzados. Logo depois da partilha a dita senhora comprou, no caminho de São Clemente, uma extensa e cuidada chácara, com casa de morada nobre. A compra foi feita a Maria Teresa de Jesus Viana, viúva de Sebastião Luiz Viana. A chácara e residência da viúva Valente ficava entre a de Antonio Dias Peixoto e a de Vicente Ferreira Sampaio. Por morte de Úrsula Maria das Virgens Valente, a chácara e casa coube à sua filha Antônia das Virgens Valente Fontes, casada com o negociante Custódio Cardoso Fontes, de ilustre família carioca. Esse casal vendeu a chácara, em 1838, a Joaquim José de Castro Araújo.

Beco dos Ferreiros – 1818/1833

Terreno de 3 braças de frente pelo beco dos Ferreiros, correndo fundos até a praia de dom Manoel, onde fazia outra frente de 3 braças. Era ocupado por um prédio com duas faces ou frentes, sendo uma no beco, onde figurava com o nº 36 e a outra, sem nº, voltada para a praia e apresentava dois sobrados em ambas as faces. Esse prédio era propriedade de José Inácio Pereira e, por sua morte, passou à sua viúva, Maria Joaquina de Jesus, e ao filho do casal, José Inácio Pereira. Esses herdeiros venderam o imóvel em apreço, em 12 de agosto de 1833, pela quantia de 7:000$, a Francisco Pereira da Costa Vieira, a quem, logo no mês seguinte, por despacho da Câmara do dia 27, foi concedido o aforamento do terreno. Costa Vieira era próspero lavrador em Bacachá, distrito de Cabo Frio, onde residia. Ele possuía uma frota de bons barcos e faluas para o transporte dos produtos de sua fazenda. Também rico era José Inácio Pereira, o velho. Pelo Rol das Décimas de 1818 e pelo Tombo dos Foreiros do Senado da Câmara, no mesmo ano de 1818, ele aparece possuindo prédios e terrenos nos principais logradouros do bairro da Misericórdia.

Beco dos Ferreiros – 1819/1843

Terreno de 2 e meia braças de frente com uma casa térrea nº 7, propriedade do sargento-mor João Rabelo de Vasconcelos, casado com Maria Benedita de Molina Vasconcelos. A casa tinha pertencido, no século XVIII, ao padre Joaquim José de Velasques e por ele legada ao seu sobrinho, o precitado sargento-mor, que era filho do tenente-general José de Oliveira de Vasconcelos, ainda menor, por ocasião. Por escritura pública de 25 de fevereiro de 1819 e pela quantia de 1:200, o casal João Rabelo vende a casa nº 7 do beco dos Ferreiros ao rico carpinteiro Domingos da Silva Valente. Por morte de Valente, passou à sua viúva Úrsula Maria das Virgens e depois à filha do casal, casada com o negociante Custódio Cardoso Fontes, a quem por cabeça de sua mulher, o terreno foi aforado em 25 de agosto de 1843. Na ocasião desse aforamento, a antiga casa 7 já figurava com o nº 17.

Praia de Dom Manoel

Com a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e da sua Câmara, as praias passaram a constituir marinhas do município, como fonte de renda para a formação do seu patrimônio. As da praia de dom Manoel foram arrendadas a mercadores de louça do país e de madeiras. Era um comércio movimentado e rendoso, em barracas bem à beira-mar. Muitas dessas barracas, sólidas, cobertas de telhas e confortáveis, serviam de morada às famílias dos mercadores. No plano de obras para o saneamento do litoral da cidade e na forma da deliberação do Senado da Câmara, em 1821, as barracas da praia de dom Manoel foram condenadas a desaparecer. Pelos editais publicados, em cumprimento ao deliberado pelo Senado da Câmara, na vereança de 2 de julho de 1821, houve um prazo de oito dias para demolição das mesmas, sem querelas ou pretextos para adiamento. Os fatos demonstram o contrário, pois, em 1831, algumas permaneciam, ainda, amparadas pelos mandados judiciais.

Praia de Dom Manoel – 1816/1856

Terreno de 27 palmos de frente por 89 ditos de fundo e estava ocupado por uma casa de sobrado, das antigas da cidade, com balcões e gelosias. Em 1816, já pertencia a Joaquim Gonçalves dos Santos, a quem foi comprada por Nicolau Pereira da Costa, casado com Laura Delfina Ferreira e tendo dois filhos desse seu casal: Claudio e Luiz. Em morrendo Nicolau, a sua viúva casou-se com Agostinho José Gaspar, o qual comprou a casa ao seu enteado Claudio, a quem o imóvel ficara pertencendo por morte do pai. Laura Delfina faleceu viúva de Agostinho e, na partilha dos bens, a casa da praia Dom Manoel tocou ao filho do seu segundo casamento – padre Luiz Pereira da Costa, que a vendeu, em 1855, pela quantia de 3.000$000 a José Machado Ferreira, com carta de aforamento do terreno, em 29 de janeiro de 1856. Na ocasião dessa última venda já a casa estava por completo modificada.

Praia de Dom Manoel – 1830/1840

Terreno de 54 palmos de frente pelo lado do mar e 53 ditos pela parte da terra, onde confinava com o beco do Cotovelo, à direita, e à esquerda com a casa de Antonio José de Brito. Esse terreno, pela frente do dito beco, estava fechado por um paredão, com porta e janela, e no interior havia um barracão que servia de depósito de madeiras da casa comercial de Manoel Gonçalves Ferreira, à rua da Misericórdia. Gonçalves Ferreira, que obteve o aforamento do terreno pela provisão de 16 de abril de 1830, em 1840, já era falecido e os seus herdeiros e sucessores mantiveram a posse do terreno, demoliram o barracão e o paredão e levantaram uma morada de casa de sobrado.

Praia de Dom Manoel – 1833/1869

Terreno de 35 palmos de frente por 100 ditos de fundo e já aforado, em 1833, ao ricaço Francisco Pereira da Costa Vieira. Estava ocupado por sólido prédio de sobrado, nº 7, com fachada revestida de azulejos portugueses, portadas de cantaria e janelas de sacadas. O prédio era propriedade de Costa Vieira e, por morte desse proprietário, passou à sua filha Ana Custódia Pereira de Andrade Bastos, casada com o negociante Joaquim José de Andrade Bastos, outro ricaço dono de armazém. A 5 de outubro de 1867, por cabeça de casal, Bastos obteve o aforamento do terreno.

Largo da Assembléia

O largo da Assembléia, que desapareceu no começo do século corrente,* inclui-se entre os remotos logradouros do bairro da Misericórdia. Os aterros que se fizeram no século XVII, desde Santa Luzia até São Bento, favoreceram a abertura de vias públicas nessa orla marítima. Ao longo desse aterrado, levantaram-se paredões – cais – adequados ao embarque e ao desembarque de mercadorias e também de pessoas que demandassem à cidade para o trato de negócios, e deixou-se um grande terreiro onde o povo pudesse se reunir para refrigério e divertimentos.

Nesse lugar levantou-se a polé – espécie de forca, na qual os criminosos da cidade deviam receber castigos. Dai o nome de terreiro da Polé; depois praça do Carmo; terreiro do Paço, em 1743, e, bem diminuído na sua extensão, largo do Paço, até a Proclamação da República, em 1889, por fim, e ainda hoje, praça Quinze de Novembro.

Com a construção da Casa ou Paço dos Governadores, em 1743, atualmente Repartição Geral dos Telégrafos,** formou-se entre esse edifício e a rua de São José um pequeno largo, ao qual se chamou da Cadeia. O Paço dava fundos para o lado ocidental do largo, que, a partir de 1823, passou a ter o nome de Assembléia. Estava incluído entre os lugares distintos da cidade e, em 1859, recebeu calçamento à madeira, sistema aperfeiçoado introduzido no Rio de Janeiro no precitado ano. Quanto aos aforamentos possivelmente praticados nesse logradouro pela Câmara, apenas um nos foi dado identificar e esse diz respeito a um terreno em paralelogramo, com frente de 21 palmos pelo lado sul do dito largo, por 50 ditos de fundo. Já em 1840, o terreno aparece aforado a João Ferreira da Costa e vai aparecendo lançado em seu nome até 1859, quando se fez a transferência do terreno e da pequena casa de sobrado nele existente para o nome do dr. José Ricardo de Sá Rego que os comprara, pela quantia de 7:000$, a Ferreira da Costa e sua mulher Maria Leopoldina da Costa. Por carta de 24 de maio de 1859, a Câmara concedeu ao dr. José Ricardo, e a seu pedido, um novo aforamento. Em maio de 1868, tendo então o nº 9, a casa, completamente reformada, foi vendida pela viúva Sá Rego – Francisca Rocha de Sá Rego – ao advogado Francisco Ribeiro da Silva Queiroz. Uma filha desse causídico, casada com o dr. Cesário Augusto de Melo, veio a vender a casa nº 9 do largo da Assembléia – antigo da Cadeia.

Rua da Cadeia

Antiqüíssimo caminho indo do mar para o sertão, aberto pelos primeiros povoadores da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: eis a origem da atual rua da Assembléia, antiga da Cadeia. Difere muito hoje do que era na sua formação. A princípio, reta de pouco mais de 40 palmos, que partia da praia para o alto da cidade, terminando no local da atual rua do Carmo, que era a subida para o morro em que estava assente a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, morro que se chamou do Descanso e depois do Castelo, arrasado em nossos dias. Era estacada lateralmente para servir de passagem segura ao gado e aos mantimentos desembarcados na ponte levantada na pancada do mar, em frente ao caminho em apreço. Em 1609, essa via pública foi cordeada de modo a atender convenientemente o cômodo público, desde o seu começo até a Carioca. Nessa ocasião já existiam, de pedra e cal, casas de morada e de comércio de venda de gêneros do país. Entre as boas casas da época incluíam-se as pertencentes ao rico pasteleiro Manoel Ribeiro, que residia na que ficava junto ao muro dos frades do Carmo, na travessa do Açougue Grande, atual rua do Carmo, como deixa crer a arruação concedida, em 1610, ao sargento-mor Francisco de Azeredo Coutinho, para construir casas de sobrado na nova rua da Cadeia. O açougue[36] grande pertencia à Câmara e era destinado à venda pública da carne do gado, que no mesmo açougue se abatia. Ficava no cruzamento da dita travessa com um beco que se chamou do Açougue, depois rua do Cotovelo, substituído para o de Vieira Fazenda. Recentemente, transformada essa antiga via pública em avenida deu-se-lhe outro patrono – Erasmo Braga. Fato esse lamentado pela imprensa, bastando dizer que Vieira Fazenda, o maior cronista carioca e ilustre por muitos títulos, nasceu no beco do Cotovelo, em casa própria dos seus pais.

---

* O autor se refere ao século XX. (N.E.)

** Reformado segundo as linhas arquitetônicas originais, hoje abriga o centro cultural Paço Imperial. (N.E.)

Rua da Cadeia – 1782/1853

Terreno de 4 braças de frente pela rua da Cadeia e correndo fundos de 8 braças pela do Carmo. Estava aforado havia anos a José Moreira Ramos, o qual possuía no mesmo terreno uma morada de casa de duas portadas, das antigas da cidade e, por ele Ramos, vendida a Manoel José da Fonseca, pela quantia de quatrocentos cruzados, em 17 de agosto de 1782. Por morte de Fonseca passou a casa aos seus filhos Romana Maria da Cruz Fonseca Sardinha, casada com José Freire Sardinha, e Cleto Marcelino José da Fonseca, este com uma terça e aquela com duas. A parte da filha foi vendida, em 29 de outubro de 1811, a João Cordeiro dos Santos, o qual, somente oito anos depois, conseguiu de Cleto Marcelino a venda da sua terça, que se realizou a 17 de julho de 1819. João Cordeiro transformou a velha casa em sólido prédio de sobrado, que foi vendido pela sua viúva, Joana Maria de Jesus Cordeiro, em 1853, por 18.000$, ao francês Nicolau Adrien Marie, tendo o prédio, nessa ocasião, o nº 121. Respeitável e rica era a família Cruz Fonseca e a ela uniu-se a Freire Sardinha, também rica e conceituada. Cleto Marcelino José da Fonseca foi rico homem de negócio e amoroso das tradições. De operosa inteligência e muito tino comercial, concorreu bastante para elevar o nível do comércio e industrial do Rio de Janeiro. Com respeito às tradições, notadamente quanto à arte arquitetural, ele teve atitudes de forte defesa à conservação da obra do nosso passado: costumava assim dizer.

s/a, s/d – Orla marítima. De São Bento à praça Quinze, vendo-se a ilha das Cobras e a ilha Fiscal.

Rua da Cadeia – 1824/1863

Terreno de 3 braças e meia de frente à rua da Cadeia e já aforado em 1824 a Ana Josefa de Nazareth Lacerda, proprietária da casa térrea, bem antiga, existente no terreno. Em 20 de abril de 1825, aparece a mesma senhora vendendo a casa a Luiz Gonçalves da Silva e à sua mulher, Maria Joaquina Pereira da Silva. O casal Silva, que vivia principescamente, gastou elevada soma na reconstrução da velha casa, transformada em sólido prédio de dois sobrados, com vastas acomodações e feição de casa nobre, como ao tempo classificavam-se as casas de aspecto exterior fora do padrão corriqueiro e que no interior mostrassem decorações, bom gosto no forro ou na pintura do teto e das paredes e o conforto necessário, fugindo assim às acanhadas e sombrias casas primitivas da cidade – moradas essas, dizemos nós, que estão ressurgindo, na atualidade, nos famosos edifícios de apartamentos, que se constroem por toda a Rio de Janeiro. Mas, voltemos ao encontro do casal Silva, que, de todo arruinado, foi obrigado a vender, no começo do ano de 1835, a sua importante propriedade da rua da Cadeia, nº 101, por 10:000$, ao negociante Diogo Belchear, credor hipotecário bem exigente do casal. Belchear fez-se logo foreiro do terreno do prédio, tirando a carta de aforamento em 8 de maio de 1835. Em março de 1838, ele vendeu o prédio e bem assim o domínio útil do terreno, por 20:000$, a José Bento de Araújo Barbosa, ricaço e bem conceituado. Era político de atuação, tendo exercido cargos públicos de importância e trazia a patente de capitão honorário. Em 21 de setembro de 1863, encontramos o famoso e rico joalheiro comendador Domingos Farani adquirindo o prédio em apreço, pela quantia de 22:000$.

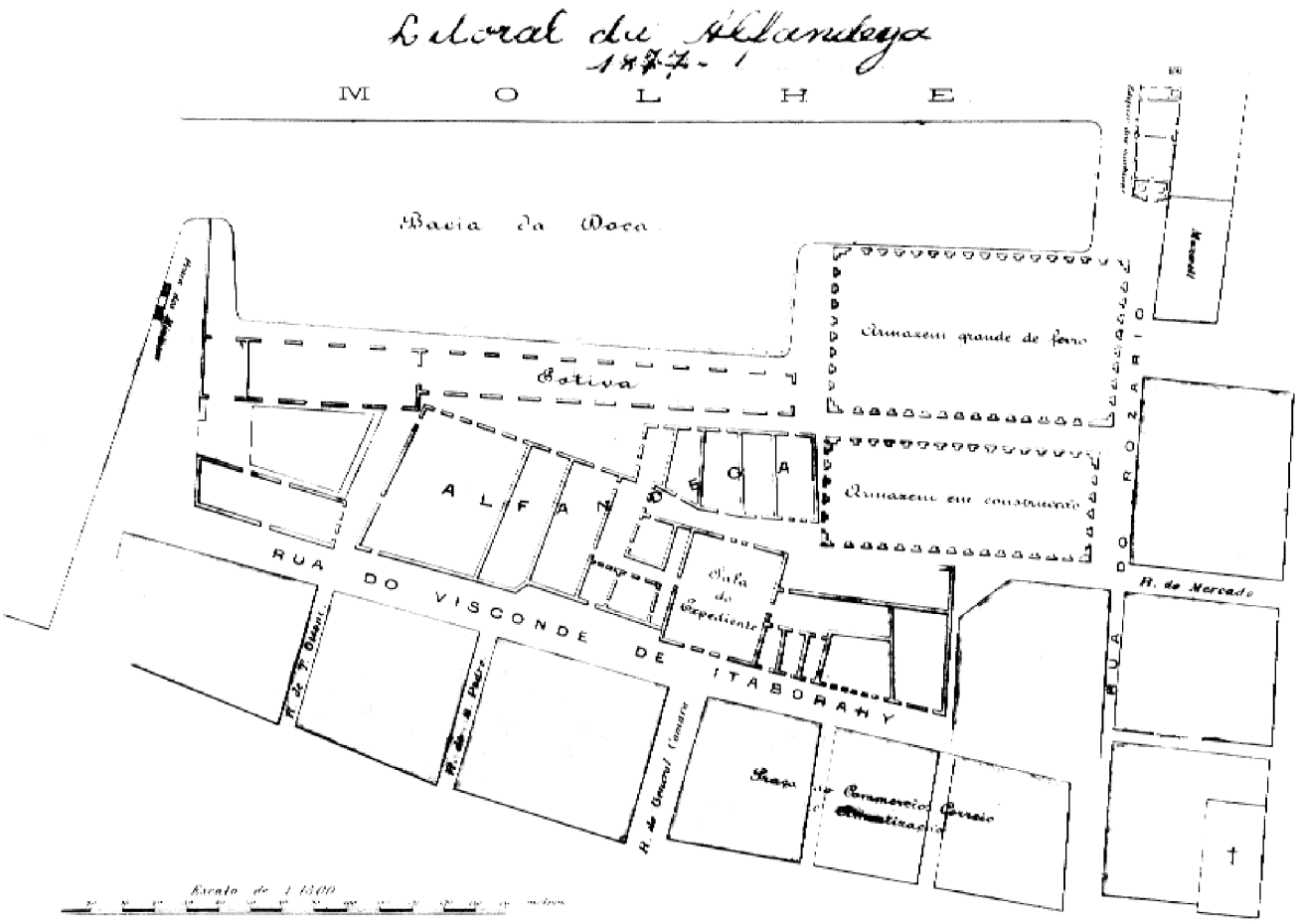
Augusto Malta, 31/8/1920 – Morro do Castelo.

CAPÍTULO XII

Bairro Comercial

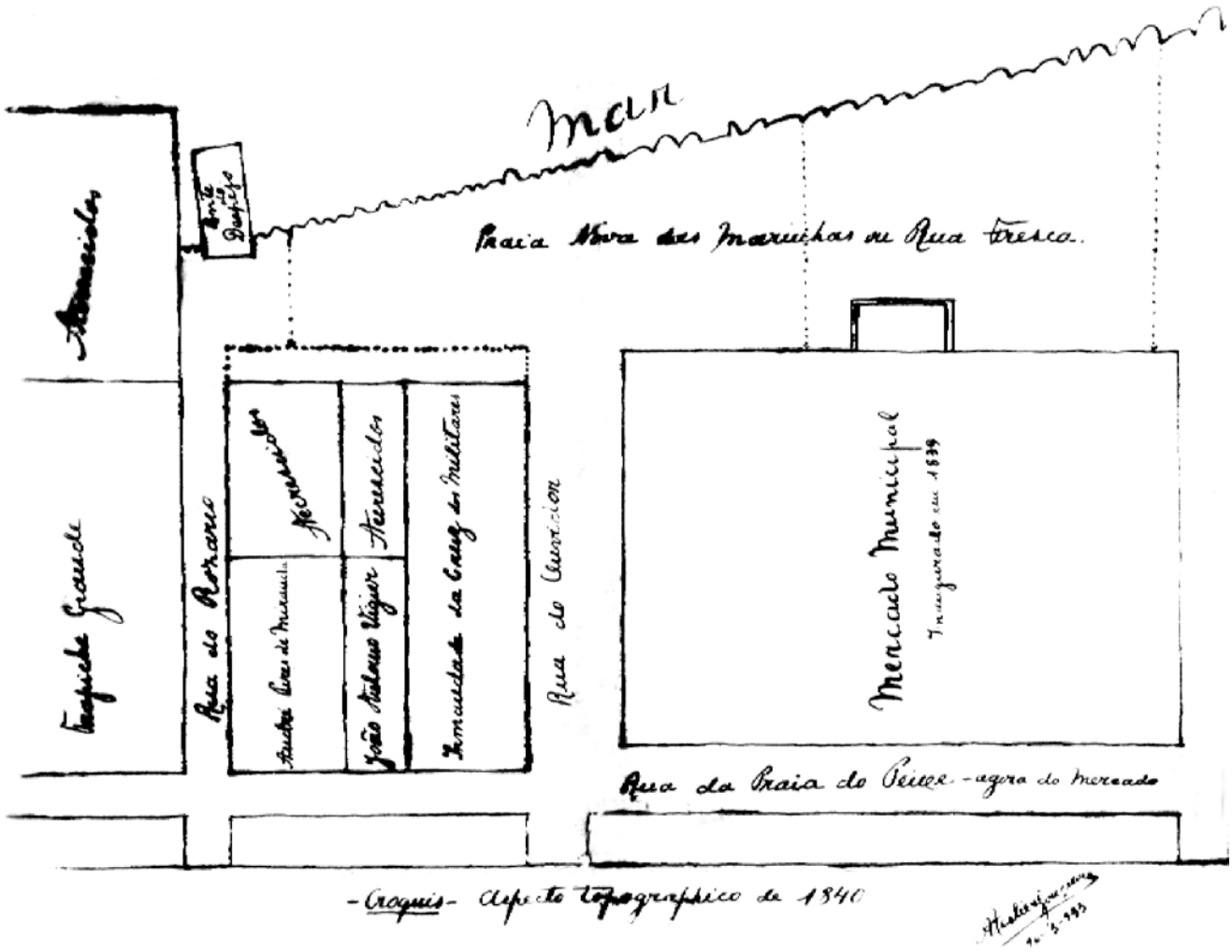
O povoador do Rio de Janeiro, descendo do morro do Castelo para a várzea, aí abriu canais para enxugar os aguaçais e brejos; formou uma passagem bem à beira-mar, desde o dito morro até o de São Bento, e dessa passagem na direção do interior da terra que procurava desbravar, foi abrindo caminhos, estreitos e retos alguns, até encontrar o fosso – rua Uruguaiana – que corria do norte para o sul e onde parou o desbravamento. Levantou-se a casaria, desenvolveram-se as atividades e criou-se um centro urbano de vida comercial, onde se alicerçaram a grandeza e a prosperidade da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O bairro comercial de que vamos tratar compreende a parte da antiga Sebastianópolis entre aquela precitada faixa marítima e a rua Uruguaiana, por onde corria o fosso. Essa faixa marítima, em menos de um século, sofreu tal transformação que tornou impossível reconstituir-se com exatidão os primitivos aspectos desse litoral arenoso, cheio de sambaquis e, periodicamente, mostrando à flor do mar agudas vigias que desapareceram ou por força da mão do homem ou da natureza. Na faixa desde Santa Luzia até São Bento, que constituiu a chamada marinha da cidade, acresceram terrenos de extensa largura, que são os acrescidos dessa antiga marinha e os acrescidos de acrescidos, e aí abriram-se novas vias públicas e levantou-se a casaria, como esclareceremos depois. Esses terrenos motivaram demandas entre a municipalidade e os posseiros ou arrendatários dos terrenos. A advocacia administrativa e a chicana alimentavam essas questões, notadamente quando se tratava de algum beneficiado das famosas cartas de mercê do príncipe regente, depois rei dom João VI. É certo que mais tarde, quando outras eram as leis, os portadores desses títulos viram-se em apuros na defesa das suas posses, porque faltavam às ditas cartas de mercê formalidades jurídicas e assim foram consideradas precárias. Para a prova temos a



Litoral da Alfândega.

questão com os herdeiros do monsenhor Antonio Pires de Miranda, grande proprietário no Rio de Janeiro e notável figura do clero. O herdeiro direto foi um sobrinho do referido sacerdote, de nome André Pires de Miranda, o qual, num terreno de acrescidos com frente para a praia do Peixe, levantou um grande trapiche, no ano de 1826. Nos fundos do trapiche veio a formar-se, naturalmente, um terreno acrescido de acrescidos, e dele julgaram-se donos herdeiros do monsenhor Miranda e de Andrea Pires de Miranda, a ponto de o venderem a José Antonio Alves de Carvalho. A venda desse terreno foi patifaria grossa patrocinada pelos advogados João e Francisco Barroso – ditos irmãos ladinos. A Ilustríssima Câmara recorreu aos tribunais, mas, nessa questão, a Justiça, talvez, por ser cega, não visse o justo e pôs na mão do velhaco a palma da vitória. Um outro beneficiado com carta de mercê foi João Antonio Vigier, criado de quarto da rainha dona Maria I e muito dedicado à desditosa soberana – louca havia anos. Essa dedicação valeu-lhe a estima de dom João e uma carta de mercê de um terreno à praia do Peixe, em 1814, concedida para um melhor arranjo do beneficiado e em troca do ofício de tabelião de Alagoas, do qual declinara o fiel servo, por ser de muita honraria. A entrega da carta de mercê foi solene, na Sala das Tochas do Palácio Real e presidida pelo desembargador intendente geral de polícia, cargo de alta importância administrativa e política, exercido na ocasião pelo íntegro magistrado Paulo Fernandes Viana, que prestou relevantes serviços ao Rio de Janeiro, material e moralmente.Vigier viu-se também



Praia do Peixe.

em apuros depois, para conservar a sua propriedade, conseguindo afinal, em maio de 1840, a revalidação da sua carta de mercê, por ato do governo imperial.

Dos logradouros que se formaram pelos acrescidos à antiga marinha da cidade, na faixa que interessa a este capítulo, damos a conhecer como principais o rossio do Carmo, a ribeira do Mar, a rua Direita e algo diremos deles, como também por curiosidade, do arco do Teles e do beco dos Adelos.

Rossio do Carmo

Data do século XVII, o primeiro da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para o uso e o recreio dos moradores dela. O historiador Pizarro e Araújo, quem descreveu esse rossio minuciosamente, o considera o mais belo entre os demais que se formaram depois e lhe dá o cumprimento de 74 braças e a largura de 40 ditas, com prédios de feição nobre. Em 1680, uma provisão régia proibiu edificações pela ribeira do Mar e pela várzea do Carmo e determinou a construção conveniente de um rossio, com seguro desembarque às pessoas que demandavam, constantemente, o porto da cidade. São dessa época as primeiras tabernas e outras casas para o comércio de bebidas e comestíveis, todas bem afreguesadas. No prudente e operoso governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, o antigo rossio do Carmo veio a ser radicalmente modificado para melhor. Teve maior largura, sólido calçamento e cais de pedra lavrada com assentos e peitoris de cantaria. Esse cais demoliu-se sessenta anos depois, para fazer-se outro sobre o mar, inaugurado, em 1842, festivamente.

No período de 1849 a 1852, com as aventuras às minas da Califórnia, o então largo do Paço foi um aglomerado cosmopolita, onde o ouro era o soberano absoluto, que comprava e escravizava tudo... Nessa Babel formigava gente de toda a parte do mundo. Os prazeres nos mais feios vícios e os sofrimentos nos maiores males morais e físicos fizeram-se pela cidade, trazidos pelos aventureiros que aportavam no Rio de Janeiro. O antigo largo do Paço, atual praça Quinze de Novembro, pela sua situação à beira-mar, olhando o oriente, oferece descortino interessante e pitoresco e é ainda aprazível logradouro.

Ribeira do Mar

Em menos de um século, artificial e naturalmente, pela antiga praia ou marinha da cidade, acresceram terrenos, formando-se uma nova praia, desde a Misericórdia até São Bento. A um trecho desse novo logradouro o povo chamou ribeira do Mar e era aí o lugar da feira, onde se ajuntavam os mercadores e acudia toda a gente da cidade e do Recôncavo para comprar e vender. Na ribeira do Mar concorriam os homens de negócios da capitania e os cidadãos ricos para assentar os seus tratos. Na ribeira ficavam as bancas do pescado e as das hortaliças, as barracas dos estrangeiros, dos moleiros, dos oleiros: as tanoarias e as tendas de víveres e de licores. Enfim, a ribeira do Mar ou praia do Peixe, como se chamou depois, era o mercado da cidade onde também existiam os chatins, assim chamados os negociantes gananciosos e sem escrúpulos que se entregavam a conluios com os atravessadores, procurando obter lucros excessivos na mercancia dos gêneros de consumo, principalmente o açúcar, o azeite e o peixe. Era o câmbio negro da época. Quando apanhados em flagrante, os chatins sofriam a pena do chicote na polé. Na ribeira do Mar não faltavam charlatães, apregoando em alta voz drogas de toda espécie para curas maravilhosas e uma infinidade de quinquilharias. O azeite era o artigo de maior procura, depois do açúcar. O mais forte mercador de azeite foi Gonçalo Gonçalves.[37] O seu grande estanque ficava à mão direita, indo para São Bento, a poucos passos da pancada do mar. Por muitos anos, chamou-se passagem de Gonçalo Gonçalves o logradouro onde estava localizado o estanque. Essa pequena via pública entrou na formação da rua do Sabão, depois General Câmara, trecho desde a Candelária até a rua Primeiro de Março.

Os chãos devolutos, acrescidos à antiga marinha da cidade, na velha praia da ribeira, começaram a ser aforados pela Câmara depois de 1682. Esses aforamentos foram fechando a dita praia pelo lado do

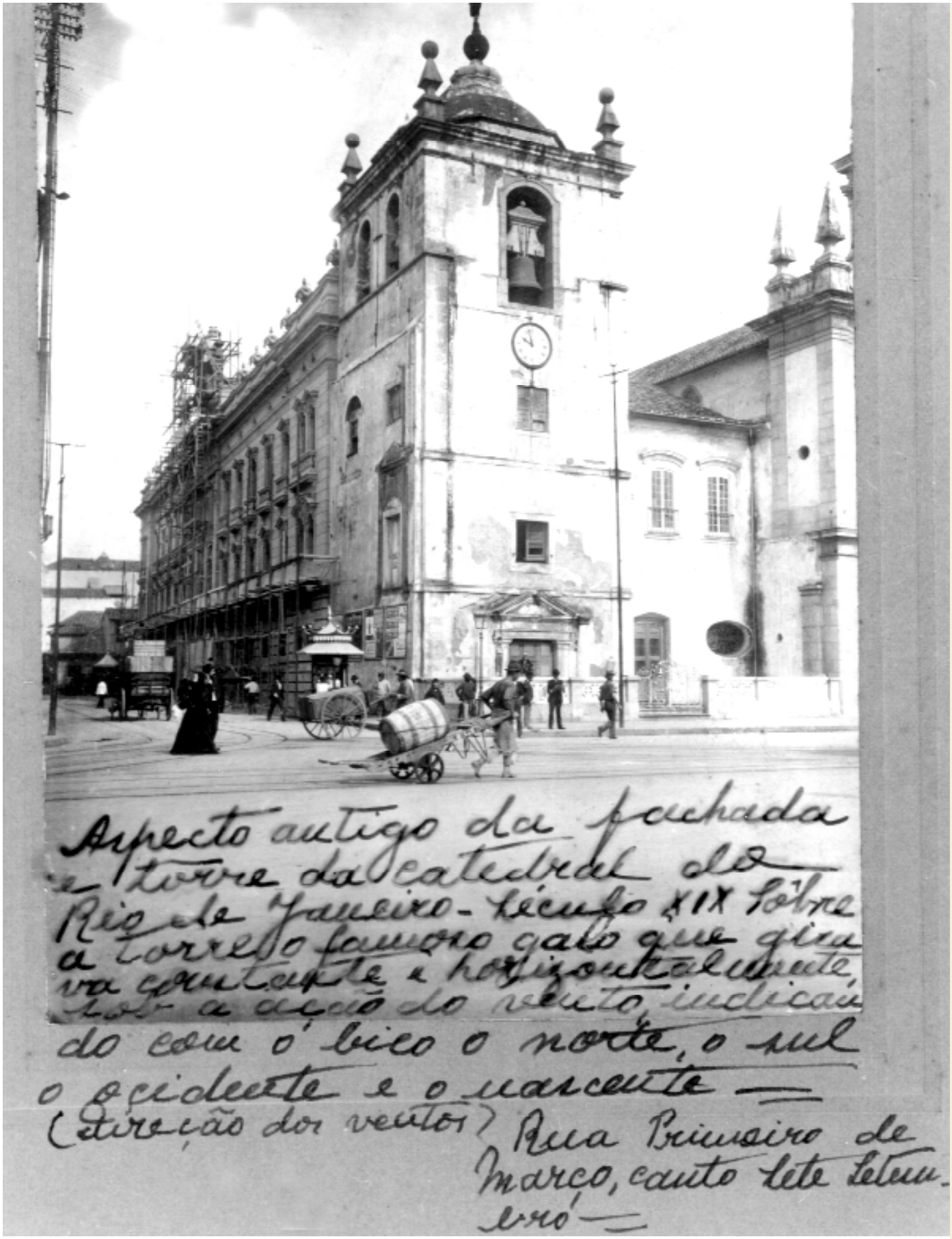
mar e deram origem a novos acrescidos e a um outro logradouro público, ao qual o povo chamou – praia das Marinhas Novas ou rua Fresca. Assim no decorrer dos anos a antiga ribeira foi perdendo o seu primitivo aspecto. Com a construção do Mercado Municipal, iniciada em 1834, e terminada em 1841, a antiga rua da praia do Peixe passou a chamar-se rua do Mercado, nome este que se confirmou oficialmente por ato da Ilustríssima Câmara, de 1º de janeiro de 1849, e ainda se conserva. A inauguração de um novo mercado à praia Dom Manoel, a 1º de fevereiro de 1909, fez desaparecer a tradicional praça da praia do Peixe, teatro de antigos e curiosos costumes da velha Sebastianópolis.

Rua Direita

Embora fazendo curva, chamou-se rua Direita até 1870, quando recebeu o nome de Primeiro de Março, que recorda a terminação da guerra com o Paraguai, a 1º de março de 1870, após cinco anos de sangrenta luta e durante os quais a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se mostrou mais uma vez heróica e leal, pelo denodo e patriotismo do seu povo.

Segundo a jurisprudência da Prefeitura do Distrito Federal, os terrenos que entraram na formação do lado esquerdo da rua precitada estão na área da decantada sesmaria de Sobejos, nunca demarcada e sempre litigiosa. Mas, essa interpretação, que se nos afigura presumida, tem contra ela e com bastante

s/a, s/d – Praça Quinze de Novembro. – O monumental chafariz de ferro está agora na praça Monroe, mas o chafariz em cantaria de Mestre Valentim, o Paço Imperial, o prédio que abrigou o convento do Carmo e a igreja N.S. do Carmo são relíquias que relembram o passado da praça Quinze de Novembro.



s/a, s/d – Rua Primeiro de Março, canto com a rua Sete de Setembro. Aspecto antigo da fachada da torre da catedral do Rio de Janeiro, no século. XIX. Sobre a torre o famoso galo que girava, constante e horizontalmente, sob a ação do vento, indicando com o bico o norte, o sul, o ocidente e o nascente.

força, o estado histórico da mesma sesmaria, cuja concessão, em 1667, já encontrou todo o lado esquerdo da então rua Direita edificado e portanto sem sobejos ou encravados. O dito lado esquerdo era o seguimento da praia da cidade, ao tempo da fundação desta, praia que, sinuosa se estendia da Piaçaba – hoje Santa Luzia – ao braço do salgado mar, por onde em nossos dias corre a rua Visconde de Inhaúma. O povoador, ocupando a várzea da cidade, foi levantando a casaria, de preferência à beira-mar e voltada para o nascente, sendo que essa ocupação se fez, sem ônus ou obrigações de qualquer espécie. O lado direito, formou-se de terrenos artificiais oriundos de aterros, acrescidos à antiga marinha da cidade e indiscutivelmente é foreiro à municipalidade, com exceção apenas da área concedida às irmandades de São Pedro Gonçalves e da Cruz dos Militares, em 12 de fevereiro de 1716, pelo governador do Rio de Janeiro – Francisco de Távora. Essa concessão, que se confirmou pelo alvará régio de 3 de outubro de 1722, garantiu, de futuro, o domínio da área concedida e também dirimiu dúvidas e questões com os posseiros vizinhos. Nessa área, compreendida hoje pelas ruas Primeiro de Março, antiga Direita, Ouvidor e Mercado, antiga praia do Peixe, construíram-se a igreja da Cruz dos Militares e casas de aluguel. Uma dessas casas, a pegada à igreja, estava assente sobre a muralha e os arcos do antigo forte Vera Cruz[38] levantado sobre o mar no governo de Salvador Correa de Sá, (1568/1572), e onde a praia fazia uma ponta. Em 1623, já estava soterrado esse forte. As casas foram demolidas no começo do atual século e no local construído o edifício da Amortização.

Homens do mar, na maioria espanhóis, construíram uma capela para o culto a São Pedro Gonçalves, nos fins do século XVI, depois do domínio espanhol, em 1580. Em dias do ano de 1628, militares da guarnição do Rio de Janeiro organizaram a irmandade da Cruz dos Militares, com sede na dita capela. O atual templo da Cruz dos Militares teve a construção iniciada em 1780 e terminada em 1811.

É certo que nenhuma outra isenção de foro consta da documentação que cuidadosamente examinamos. Entretanto, grande tem sido o sonegamento dessa obrigação, principalmente depois do incêndio de 20 de julho de 1790, que destruiu parte do velho Arquivo Municipal. A queima de alguns livros de registros de aforamento de terrenos, concedidos pela Câmara no período de 1569 a 1609, serviu de expediente aos sonegadores para contestar em juízo os direitos senhoriais do Senado da Câmara. É assim que, embora o apelo que lhes havia feito a respeitável corporação, eles, os sonegadores, assumiram uma atitude cavilosa quando, por decisão da Casa de Suplicação e da autorização do rei, o mesmo Senado da Câmara deu início à reconstituição dos livros queimados. Também, rezam notícias da época, houve muita gente honesta que logo acorreu ao chamamento pacífico do Senado, apresentando as cartas de aforamentos e outros títulos dos terrenos de que eram posseiros, para os fins de ratificação e de novo registro. E essa gente manifestou ao Senado da Câmara o pesar pelo incêndio, que feriu bastante a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com o desaparecimento de fatos da sua gloriosa vida no passado. Entre as pessoas que assim procederam, segundo os registros do Senado da Câmara, figuram as respeitáveis senhoras Brígida e Teresa Câmara, as quais compareceram ao Senado logo na primeira reunião dessa Assembléia, após o incêndio. As irmãs Câmara tinham carta de aforamento do terreno à rua Direita, canto do Terreiro do Paço, terreno que era ocupado por dois prédios de sobrado, propriedade das mesmas senhoras, em virtude de herança do seu irmão, o capitão Luiz Gago Câmara.

No arrolamento de foreiros remissos à rua Direita, no período de 1745 a 1775, aparece a Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo não pagando os foros devidos pelos terrenos de que estava de posse na dita rua. Para a prova, temos a questão do aforamento do terreno de umas velhas casas compradas a Feliciano Gomes Neves, em 27 de maio de 1747. No testamento com que faleceu o capitão Domingos Duarte Costa, irmão da dita Ordem, foi disposto que a metade dos remanescentes dos bens do testador fosse despendida pelos irmãos pobres da mesma Ordem do Carmo. Assim, estabelecidos os remanescentes e assegurada a distribuição dos réditos, a Ordem pôs em execução a verba testamentária, compreendendo imóveis, entre os quais as ditas velhas casas, tendo havido para essa compra a licença da Câmara, na qualidade de senhorio direto do terreno, terreno esse formado de acrescidos à antiga marinha da cidade. As casas, radicalmente modificadas, transformaram-se de casas velhas em três bons prédios de sobrados, com espaçosas lojas para armazéns. Um dos prédios, com frente à rua Direita, entre as casas do padre Lourenço de Valadares Vieira e as pertencentes à Misericórdia, tinha a loja ocupada, ainda em 1775, pelo estanque de fumo.

O outro prédio dava frente para o beco da Lapa dos Mercadores, e mais um outro que ficava na praia do Peixe – atual rua do Mercado. Por muitos anos, a Ordem deixou de pagar os foros. Afinal, em 1772, o Senado da Câmara ofereceu libelo contra ela. Em recurso que apresentou, a Ordem propôs-se a

pagar um laudêmio, de quarenta em quarenta anos, sobre o valor dos imóveis ao tempo do vencimento, ficando conservada na posse administrativa dos prédios e concedendo-se-lhe o título ou carta de aforamento do chão dos três prédios. Em 17 de fevereiro de 1775, o Senado da Câmara julgou o caso e decidiu de acordo com o parecer do seu síndico, o qual se fundamentou na doutrina de Fontenell, então predominante. A Ordem ficou manutenida na posse dos prédios e obrigada a pagar, de trinta em trinta anos, um laudêmio rateado à proporção de cada um deles, ressarcindo os prejuízos causados ao cofre do município. Fez-se o acordo, e, a 25 de agosto de 1775, foi pago o primeiro laudêmio, e mais três foram pagos num período de cem anos – 1805/1905. Depois, não nos foi possível conhecer da realidade, à vista dos empecilhos que nos foram criados.

Também, os Assecas – viscondes de ... foram posseiros de terrenos foreiros à municipalidade, à rua Direita, canto da dos Governadores – atual Alfândega, à mão direita, indo para São Bento. Esses terrenos foram ocupados de remotos tempos por três prédios de sobrado, vinculados ao morgado dos Assecas, instituído em 1666. Um dos Assecas, o visconde Antonio Maria Corrêa de Sá e Benavides, residente no Rio de Janeiro, nas Laranjeiras, numa chácara de propriedade de Venâncio José Lisboa,* pretendeu alienar, em 1818, os ditos e outros prédios urbanos pertencentes ao mesmo titular, a fim de comprar a chácara em que residia, "por ser nesta mais condigno o assento da sua morada" O visconde pediu ao Senado da Câmara a licença para essa alienação, obtendo-a. Porém, a decisão do Senado dependia de aprovação do rei, circunstância que determinou a desistência do visconde. Era de esperar que assim acontecesse, sabido, pois, que os Benavides guardavam justo ressentimento do governo e do rei de Portugal pelo desapreço em que foi tido naquele país, o notável Salvador Corrêa de Sá e Benavides, chefe da ilustre família Benavides, enraizada no Brasil.[39]

À rua Direita, canto com a de São Pedro, num acaçapado e pequeno prédio de sobrado, dos primitivos da cidade, instalou-se o primeiro Banco do Brasil, em 1809, e nesse prédio permaneceu até 1816, quando foi transferido para a Casa dos Contos. Esse casarão, situado também à rua Direita, lado do mar, pertenceu ao provedor Pedro de Souza Pereira e foi arrematado, em 1669, pela Fazenda Real, por seis mil cruzados. Ficava entre as ruas da Alfândega e do Sabão – depois, General Câmara. Na Casa dos Contos, esteve o Banco até o ano de 1854, e nesse ano passou a ocupar sede própria, à rua da Alfândega, canto da Candelária. Por falência, desapareceu o primeiro Banco do Brasil e o segundo foi criado pelo decreto de 12 de julho de 1851, e fundiu-se com o Banco Comercial. Dessa fusão, resultou o terceiro Banco do Brasil, que é o existente e nosso principal estabelecimento de crédito, com atuação de relevo na história financeira do país. Atualmente, o Banco do Brasil ocupa suntuoso palácio de sua propriedade, à rua Primeiro de Março.** É curioso recordar o derrame de bilhetes falsos do Banco do Brasil, em 1823. Causou pânico na praça essa falsificação, pois que esses bilhetes ou notas corriam como moeda e tinham bastante giro. Dos falsificadores a polícia só conseguiu apanhar o de nome Armando José de Moura e Silva, enforcado a 31 de maio de 1824, no largo da Prainha. Era irmão da Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo, a qual, num gesto de piedade cristã, atendeu à súplica do infeliz, sepultando o seu corpo na igreja da Ordem.

À rua Direita, nº 54, funcionou a Casa Bancária Alves Souto, de J. A. Souto & Cia. de alto crédito no Brasil e no estrangeiro. Na manhã de 10 de setembro de 1864, rápido correu a notícia pela cidade sobre ter a Casa Souto fechado as suas portas e paralisado as suas transações. Grande e tumultuário foi o ajuntamento em frente ao estabelecimento, determinando a presença de força policial. Era sócio da referida casa bancária o riquíssimo banqueiro José Antonio Alves Souto. Na verdade, essa falência acarretou graves danos financeiros, em época justamente de franca prosperidade para o Brasil.***

Na rua Direita, teve o Rio de Janeiro o primeiro bar ao ar livre, no passeio a asfalto e arborizado da Confeitaria Carceler, conceituada casa da firma Viúva Carceler & Guimarães. Aí reunia-se, à tarde, o mundanismo elegante da Corte. Viam-se os príncipes da Casa Imperial do Brasil, a alta nobreza, os grandes políticos, banqueiros e a boêmia intelectual. Uma boa orquestra de instrumentos de cordas deleitava essas reuniões elegantes, com o seu escolhido repertório.

A rua Direita também teve a primazia na melhoria do aspecto arquitetural das casas, que eram verdadeiros caixões, à guisa de fortalezas medievais. Segundo o plano organizado na municipalidade, e já em execução em 1870, na rua Direita, as fachadas dos prédios nessa via pública tiveram realce com as ornamentações introduzidas, predominando o pitoresco e a fantasia individual

---

* Restier Gonçalves, no verbete "Chácara do Asseca", escreveu que a propriedade pertencia a esse visconde e localiza-a, corretamente, fora das terras de Venâncio José Lisboa. (N.C.)

** Nesse prédio está, também, hoje instalado o Centro Cultural Banco do Brasil. (N.E.)

*** Jornal do Comércio e outros, e Anais do Parlamento Brasileiro – ano 1864. (N.A.)

Arco do Teles

A passagem ou arco do Teles, primitivamente chamado lugar ou estância dos Mercadores, formou-se em conseqüência das edificações que foram sendo levantadas no período de 1730 a 1740, entre a rua Direita e a praia do Peixe, obedecendo em tudo ao risco mandado organizar pela Câmara para os lugares notáveis da cidade. Determinavam as posturas que, então, se criaram, tivessem os prédios frentes para a praia das Marinhas Novas ou do Peixe – atual rua do Mercado – fossem confortáveis, com solidez, sobrado e feição nobre. Na verdade, em observância desse plano de obras de embelezamento, melhorou bastante a feição arquitetural da Sebastianópolis. Desapareceu a taipa de pilão e passaram a ser empregados o cal e a pedra nas edificações urbanas. Vieram as telhas portuguesas para as coberturas e os ladrilhos para substituir os tijolos de barro cru, chamados adobes. Os telhados de telhão e levadio modificaram-se e aformosearam-se, com as beiras mais salientes cerca de cinco palmos e sendo que muitas bem decoradas.

Nessa época, reconstruíram-se as velhas casas do juiz de órfãos Antonio Teles de Menezes, situadas entre a antiga estância dos Mercadores e as casas dos Câmaras, que eram de sobrado, em nº de duas e pegadas, dando uma frente para a rua Direita e fronteira à igreja do Carmo. Homem de muita popularidade, o juiz Teles de Menezes deu o nome à antiga passagem para a Lapa dos Mercadores, cuja boca ou entrada, pelo lado da praça, com as transformações havidas, ficou sendo por baixo de um prédio e tendo a forma de um arco. Dai a denominação de arco do Teles. Por deliberação da Ilustríssima Câmara, de 1º de setembro de 1863, o arco do Teles passou a chamar-se travessa do Comércio.

Desestimam o passado do Rio de Janeiro aqueles que dizem ter havido apenas o crescimento da cidade, continuando a feição descuidada. O que acabamos de narrar é completo desmentido a essa gente. No velho Arquivo Municipal, no Arquivo Nacional e, mesmo em arquivos particulares, existem provas de que no passado do Rio de Janeiro apresentam-se fases de acentuado interesse e de especiais cuidados pela arte, bom gosto e conforto das habitações.

Além do arco do Teles e dos arcos da Carioca, dois outros tiveram sua importância na velha cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: o arco da Misericórdia e o arco de Catumbi. O primeiro, no largo da Misericórdia, dava acesso para os fundos do hospital. O de Catumbi, com dupla serventia, porque se prestava ao trânsito de pedestres para o alto da montanha e desta trazia, pelos canos que sobre eles corriam, a água potável para abastecer aos moradores de Catumbi. Ainda em 1868, e bem sólida, existia uma grande parte desse arco, servindo de quartel-general da malandragem perigosa do bairro. Os arcos da Carioca, maravilha da engenharia, obra monumental de espantosa solidez, com existência de perto de dois séculos, vem servindo de viaduto há anos. Por ele correm os bondes elétricos da Companhia Ferro Carril Carioca,* que fazem o transporte de passageiros e cargas para o morro de Santa Teresa, bairro aprazível e aristocrático da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Beco ou Travessa dos Adelos

Como deixamos dito de começo, na larga faixa de terra, que acresceu à antiga marinha da cidade, vias públicas foram sendo formadas com a casaria que ia sendo levantada. Fez-se, então, uma passagem pública da ribeira do Mar para a rua da praia, correndo ao lado da Casa de Balança de Ver o Peso, fundada por Salvador Corrêa de Sá e Benavides, em 1640. Era nessa passagem onde estacionavam os adelos, homens e mulheres vendedores de roupa usada, traste, ferro velho e também emprestadores de dinheiro por penhores. Tronco da numerosa família judaica que se constituiu no Rio de Janeiro, esses adelos colaboraram bastante na formação do nosso comércio. Eis o motivo do nome dado ao antigo logradouro, que é hoje a travessa Tinoco.

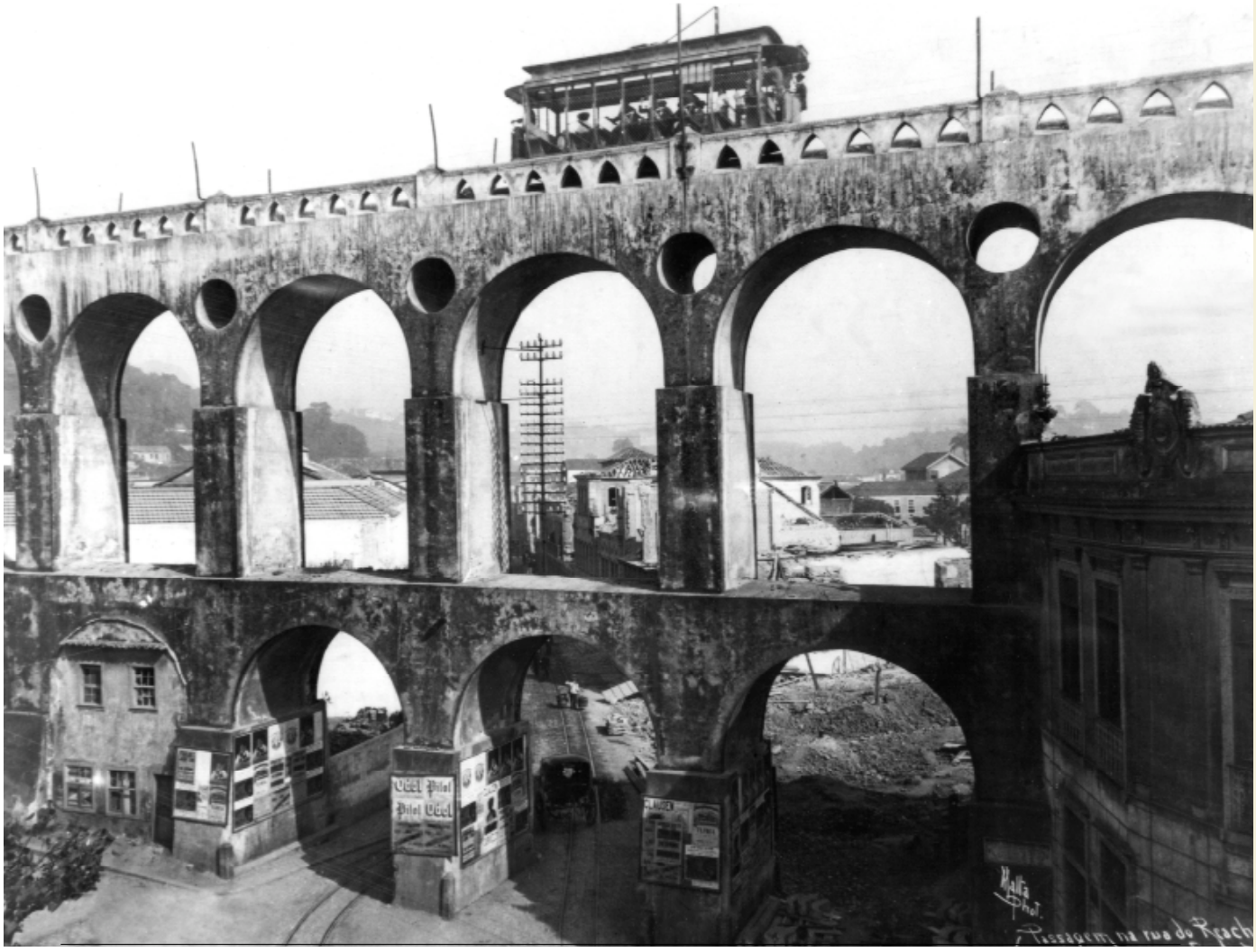
---

* Hoje, os bondes de Santa Teresa estão a cargo da Central – Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística a companhia Ferro Carril Carioca foi incorporada pela Light em 1916 e, em 1963, os bondes passaram para a CTC – Companhia de Transportes Coletivos, em processo de liquidação. (N.E.)

Rua do Ouvidor

Um arenoso e estreito caminho do mar ao fosso, aberto pelos primeiros povoadores do Rio de Janeiro, dando vida à incipiente cidade. Essa via pública é a rua do Ouvidor, assim chamada desde 1745, quando na mesma passou a residir o ouvidor da comarca – dr. Manoel de Amaro Pena de Mesquita Pinto – em uma casa de sobrado, pouco acima do passo de Sucussarará, atual rua da Quitanda, à mão direita, caminhando do mar.

O sucessor de Manoel Amaro, o ouvidor Francisco Antonio Berquó da Silveira Pereira (1748/1750) também residiu no dito prédio, incorporado aos bens da Fazenda Real, por força da Ordem Régia, de 2 de novembro de 1745. Tinha o nº 64 quando foi demolido, entre 1902/1907. Primitivamente, a rua do Ouvidor teve o nome de Aleixo Manoel, homem bom da cidade que fez parte da expedição portuguesa de 1567, tendo ficado no Rio de Janeiro. Auxiliou com denodo os portugueses na luta contra os tamoios e as suas façanhas nas armas deram-lhe fama e importância social. Era hábil cirurgião e foi vereador. Depois de 1605, com a montagem do forte Vera Cruz, à beira-mar, onde está a igreja da Cruz dos Militares, o caminho, passagem ou rua de Aleixo Manoel passou a ser chamada de rua da Cruz e por mais de século.



Augusto Malta, 18/5/1906. Arcos da Lapa. Obras de abertura da avenida Mem de Sá (passagem na rua Riachuelo, tomada da rua Evaristo da Veiga). Desde 1896, os bondes para Santa Teresa passam pelo aqueduto da Carioca, também conhecido como Arcos da Lapa, construído em 1750 para transportar água das nascentes da serra da Carioca e abastecer o centro da cidade. Durante algum tempo parte de seus arcos serviu de moradia.

O passado fala com entusiasmo da rua do Ouvidor, chamando-a de salão de visitas do Rio de Janeiro. Os primeiros trabalhos sobre alinhamento, nivelamento e melhoria das casas datam de 1624 e deles há segura notícia, como verificamos. Fizeram-se em observância às posturas criadas pela Câmara, em vereança de 16 de abril daquele dito ano de 1624. Em 1641, uma comissão de técnicos organizou um plano de novo calçamento, aperfeiçoado e uniforme, para a então rua da Cruz, submetido à Câmara e por ela aprovado, em 09 de dezembro do mesmo ano de 1641. No ano seguinte, executou-se a obra. Dois sensíveis rebaixamentos foram levados a efeito na rua do Ouvidor, sendo um, em 1815, e, o outro, em 1834. No primeiro, contra a opinião do arquiteto da cidade, Joaquim José de Santa Ana, e os protestos dos proprietários, desceu cerca de quatro palmos o leito da rua, com o objetivo de fazer-se, como realmente se fez, um novo lageamento e pronto escoamento das águas. No de 1834, desceu o leito mais 0,5 braça, para ser a rua calçada, como o foi, com cubos de pedra de pé e meio de aresta. Esse calçamento importou em quinze contos e trezentos mil réis – ao tempo muito dinheiro. São do ano de 1834 os planos de aformoseamento das fachadas dos prédios da rua do Ouvidor e de outras principais da cidade. Começou, nessa ocasião, a reedificação da casaria da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Apareceram os prédios de sobrados bem altos. Vieram as largas portas de cantaria, as soleiras corridas,

s/a, s/d – Rua do Ouvidor. Com a chegada da corte portuguesa e a abertura dos portos, muitos negociantes estrangeiros vieram se estabelecer na rua do Ouvidor, que passou a concentrar lojas elegantes, confeitarias, cabeleireiros, joalheiros, casas de música e livrarias com novidades que atraíam a elite carioca.

os lagedos de mármore e as portas envidraçadas no sobrado. Na rua do Ouvidor reedificaram-se os prédios 151, 157, 161 e 156. O prédio 151 era propriedade de José Tinot, o 157 estava arrendado ao competente alfarrabista e livreiro Albino Jordão, com a sua livraria na loja do prédio; no 161 estava o atelier de Madame Pompou e o 156 era propriedade de Felix des Essard. São dessa época Madame Murat, célebre modista e coleteira, no 102; Madame Rosália Dubois, também modista e coleteira afamada e que aliava, à sua perícia profissional, um fino trato. O ateliêr Dubois era no 124, onde afluíam as elegantes da época; César & Gadia, alfaiates de renome, no 69; a conceituada Madame Valois, com a famosa vitrine de Arrangement de la Mode Française, no 70; a freqüentada taverna Mitraud, ponto da elite masculina, no 50; a aristocrática confeitaria Lacele, no 99; Ana Pisles, com as curiosas quinquilharias, no 87; Brid & Payler, com calçados finos ingleses, no 98; o famoso cabeleireiro Roux, no 115; e o livreiro de grande renome, Emílio Seignot Plancher, no 95, funcionando, no primeiro andar, a Tipografia Imperial, do mesmo Plancher. Em 1862, segundo a *Revista Popular*, de 15 de novembro do dito ano, já se calculava em sessenta mil o nº de pessoas de todas as classes, sexos e idades que transitavam pela rua do Ouvidor, durante as dezesseis horas de um dia. A partir de 1867, ficou proibida a passagem de veículos pela rua do Ouvidor, desde 9h da manhã até as 10 da noite, por ser grande o trânsito de pessoas. Ao findar do século XIX, num memorial apresentado à municipalidade, a propósito de costumes e melhoramentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a rua do Ouvidor aparece como instituição quase universal, representando a concentração da nossa cultura, elegância e luxo. Nesse memorial, estão as assinaturas de Pardal Malet, Dermeval da Fonseca e Viriato Chaves espíritos brilhantes no mundo das letras e inteligências operosas. Escragnole Dória, numa interessante crônica, publicada na *Revista da Semana*, de 15 de julho de 1927, nº 26, diz que a "rua do Ouvidor ainda é a rua

Augusto Malta, 6/10/1906 – Rua da Quitanda. Essa tradicional rua foi aberta no início do século XVII e ficou conhecida por outras denominações, de acordo com os trechos e o comércio que neles existia. Seu nome atual originou-se de uma conhecida quitanda de mariscos, situada na esquina com a rua da Alfândega.

s/a, s/d – Rua Visconde de Inhaúma Casario existente na antiga rua dos Pescadores, antes do novo alinhamento, realizado durante a administração do prefeito Pereira Passos; a rua teve seu nome mudado, em 1869, em reconhecimento aos serviços prestados pelo almirante Joaquim José Inácio, visconde de Inhaúma,

do Ouvidor, feriu-a a avenida, mas não pode matá-la". Área considerada foreira pelo Senado da Câmara, inclui a rua do Ouvidor, entre a Uruguaiana e o largo de São Francisco de Paula. Essa área era parte da que fora destinada para o rossio da cidade, em 1705. Não se levando a efeito a obra do rossio, a Câmara decidiu lotear toda a área, em 1720, aforando os lotes para edificações imediatas.

Rua Nova do Ouvidor

Também, outro antiquíssimo logradouro da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com existência já no começo do século XVII, dando passagem, estreita e alagadiça, da rua da Cruz – Ouvidor – para o caminho que ia para a cerca dos frades do Carmo, agora rua Sete de Setembro. Durante o seu governo, Gomes Freire de Andrade beneficiou essa via pública, dando-lhe regular cordeamento, aterro alto e conveniente, calçamento de alvenaria e iluminação. Como medida de higiene e de moralidade, fez retirar as cabanas de quitandas das pretas forras africanas e também demoliu todas as casas velhas, providenciando sobre a imediata construção de outras, que seriam, como o foram, de sobrado. Nas ditas cabanas, completamente nus e em promiscuidade, viviam negros de ambos os sexos, fabricando samburás durante o dia e passavam a noite em batuques e danças, até alta madrugada. Nessas cabanas homiziavam-se ladrões do mar, desordeiros e escravos fugidos.

Na rua Nova do Ouvidor, em 1842, fundou-se a Casa Clark, afamado estabelecimento de calçado inglês, e o Apostolado Positivista do Brasil teve a sua primeira sede. A Sociedade Francesa de Beneficência, fundada a 26 de maio de 1836, e o Clube de Engenharia também funcionaram na rua Nova do Ouvidor – chamada primitivamente rua das Flores.

O decreto municipal 892, de 22 de setembro de 1902, deu a essa rua o nome de Sachet, o mecânico francês do balão Pax, de invenção do brasileiro Augusto Severo de Albuquerque Maranhão. Morreram ambos, o inventor e o mecânico, no desastre desse dirigível, a 12 de maio de 1902, em Paris. Severo tem o seu nome numa das ruas da capital da França. Modernamente, a rua Sachet voltou à nominação anterior.

Embora incluída na sesmaria dos Sobejos, conforme quer a municipalidade, apenas três são os terrenos reconhecidos foreiros, porque, na verdade são dos encravados compreendidos na dita sesmaria. Entretanto, pelas dificuldades surgidas no decorrer das nossas pesquisas, só encontramos elementos para identificação de dois desses três terrenos. Um terreno estava ocupado por um prédio de sobrado, quando esse prédio foi vendido, em 1811, pelo seu proprietário Simão Barbosa dos Santos, por 750$000, ao brigadeiro Domingos de Souza Coelho Caldas. Nessa venda, ficou confirmada a natureza foreira do chão-terreno – com o reconhecimento pelo comprador. Em 1834, foi esse prédio, então com o nº 45, registrado no Livro das Décimas, em nome de Bonifácio José Sérgio do Amaral. O outro terreno identificado tinha 22 palmos de frente por 123 de fundo e do mesmo era posseiro, em 1809, Maria Joaquina de Oliveira Cerqueira. Era, também, ocupado por um prédio de sobrado nº 6, propriedade da mesma senhora. Ainda em 1865, conservava a mesma numeração. Não conseguimos encontrar documento pelo qual fosse possível esclarecer a origem da nominação de Flores dado à rua Nova do Ouvidor.

Rua da Quitanda

Um dos primitivos carreiros da várzea, onde foi assente a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, deu origem à rua da Quitanda, de bastante importância no bairro comercial. A princípio muito tortuosa, essa via pública, em 1610 já cordeada, segundo as posturas da Câmara, as quais determinavam fossem as ruas abertas de modo a tornar cômodas e rápidas as comunicações. A da Quitanda comunicou o bairro da Misericórdia com o da Prainha, partindo da rua do Porto – depois São José –, no canto de Inácio Castanheira e terminando na cerca da horta dos frades São Bento, defronte à porta, por onde, mais

tarde, os ditos frades abriram uma rua a que se deu o nome de São Bento, ainda conservado. Do fim da rua da Quitanda chegava-se à Prainha por um atalho e da Prainha alcançava-se o lugar – rua Uruguaiana – do curtume da vala grande, que ficava depois das charnecas e lagoas que aí então existiam e que foram sendo aterradas, formando-se um rossio, do qual o largo de Santa Rita é vestígio. Parte do antigo rossio foi ocupada por um cemitério destinado a escravos e indigentes. Depois de 1690, aberta a quitanda grande, espécie de feira, teve toda essa rua o nome de Quitanda. O trecho entre as ruas de São José e Ouvidor, chamou-se rua Sucussarará, porque ai residiu um famoso cirurgião inglês que era especialista no tratamento das hemorróidas.* Essa nominação Sucussurará aparece em documentos do século XIX.

João Francisco Duclerc, o chefe da expedição francesa que invadiu o Rio de Janeiro em 1710, feito prisioneiro das forças portuguesas, foi recolhido preso em uma casa de sobrado à rua da Quitanda, canto com a dos Escrivães – depois General Câmara. Nessa casa, propriedade do tenente Tomás Gomes da Silva, Duclerc foi assassinado às 8h da noite, de 18 de março de 1711. O seu corpo teve sepultura na capela de São Pedro da igreja da Candelária. Diz o historiador Melo Morais, pai, que na precitada casa, em setembro de 1711, foram contados os seiscentos e dezesseis mil cruzados, exigidos pelos franceses da segunda expedição, para o resgate da cidade, tomada por essa expedição capitaneada por Duguay Trouin.

Rua de São Bento

Em 14 de setembro de 1743, o Senado da Câmara dirigiu um ofício ao abade do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, fazendo sentir a utilidade da abertura de uma rua que cortaria a horta do mosteiro. Os monges aquiesceram e a rua foi aberta com 33 palmos de largura e recebeu o nome de São Bento. Nos terrenos marginais de que ficaram de posse, os beneditinos levantaram espaçosos e sólidos prédios de sobrado, os quais se alugaram rapidamente. No decorrer do século XIX, esses prédios foram sendo ocupados nas lojas por armazéns de café e pelos escritórios dos respectivos comissários nos sobrados. A rua de São Bento foi o empório do café no Rio de Janeiro e no vale do Paraíba, na antiga província fluminense, os fazendeiros nadavam em ouro e as terras cobriram-se com a preciosa rubiácea, enquanto existiu o braço escravo. O comendador Joaquim José de Souza Breves, o rei do café, tinha nas suas fazendas, situada naquela província, cerca de dez mil escravos empregados nessa lavoura, que nos nossos dias vive em crise.

Os religiosos beneditinos chegaram ao Rio de Janeiro em 1589, e no ano seguinte já ocupavam o outeiro de Manoel de Brito e a várzea ao redor, em virtude de doação que lhes fizera o respectivo proprietário Diogo de Brito, filho de Manoel de Brito. A doação fez-se por escritura pública de 25 de março de 1590, sendo o ato da lavratura na própria Casa Conventual. No alto do dito outeiro construíram o mosteiro e a igreja, sendo esta toda em obra de talha – verdadeira maravilha em arte. Na várzea levantaram cerca e plantaram horta. Desde então, muitos os serviços prestados pelos frades de São Bento à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, bastando realçar o da educação e instrução. Até 1842, houve um passadiço que comunicava o mosteiro com a parte da horta que restou quando da abertura da rua de São Bento, parte que desapareceu no dito ano de 1842, para a abertura das ruas Beneditinos e Municipal. A rua Municipal tem, atualmente, o nome de Mayrink Veiga.

Ruas Visconde de Inhaúma e Teófilo Otoni

Alagadiça era a região entre os morros de São Bento e da Conceição. As enxurradas formavam enormes charcos que a preamar alimentava. Em batendo de encontro às escarpas dos dois morros, o mar inundava o vale pelo qual corria um canal natural, em cujas margens viviam pescadores em toscas cabanas. Em crescendo a cidade, tudo isso se transformou e, em menos de meio século, abriram-se ruas e vielas e levantou-se a casaria. Da praia Velha formou-se a rua dos Pescadores e dessa, alargada e

* A versão dada ao nome “Sucussarará” não se sustenta historicamente. Seus propagadores não informam o nome desse médico. Acredito que a origem do nome seja outra: no final dessa rua ficava a zona alagadiça da lagoa da Pavuna e era povoada por aves aquáticas como o socó de cores variadas e por algumas espécies com tons vermelhos ou laranjas, chamadas pelos índios de “sararás”. Unindo o substantivo (socó) ao adjetivo (sarará) chega-se a socó-sarará, que no sotaque português poderia ter dado “sucussarará”. (N.C.)

Augusto Malta, s/d – Rua Visconde de Inhaúma. O novo aspecto da rua Visconde de Inhaúma, depois das obras de alinhamento e ligação com a avenida Marechal Floriano, à esquerda; a parte lateral da igreja de Santa Rita, que teve origem na capela construída graças à devoção de Manoel Nascentes Pinto e sua esposa dona. Antonia Maria.

melhorada, fez-se a visconde de Inhaúma, e pela ilha Seca, lugar arenoso e enxuto entre alagadiços, correu-se uma rua muito estreita, a qual se chamou de ilha Seca, depois das Violas e, por fim, Teófilo Otoni. Em 1640, essa via pública prolongou-se até a da Conceição do Cônego. Nesse mesmo ano de 1640, levaram-se a efeito outros arruamentos nessa zona da cidade, formando-se dois pequenos logradouros, que ficaram conhecidos por beco e largo de João Batista, porque, no canto do beco com a rua dos Ourives, residiu um famoso cirurgião de nome João Batista Darrigue. O prédio de residência do Dr. Darrigue, e no qual prédio faleceu, era da propriedade desse cirurgião, e tinha dois sobrados.*

Rua dos Ourives

A severidade das leis das Minas e o rigor com que se aplicavam as penas aos contraventores não impediram o contrabando do ouro, praticado em larga escala. Em 1730, grande a maroteira descoberta, apurando-se, em Minas Gerais, a falsificação que fazia Antonio Pereira de Souza das barras de ouro da Casa da Moeda, com a cumplicidade de gente graúda, como deixou clara a devassa procedida. Entre os culpados estavam mestres e oficiais de ourives fundidores, os quais foram expulsos dos lugares onde assistiam e com seus haveres confiscados. As falsificações continuaram, porém. No período de 1742 a 1752, tomaram grande vulto, determinando uma nova série de penalidades para serem aplicadas aos ourives faltosos ou delinqüentes. Assim é que o bando de 10 de abril de 1753 obrigou o comparecimento dos ourives na Intendência Geral da Polícia, de seis em seis meses, e marcou-lhes local de residência obrigada e funcionamento das lojas. No Rio de Janeiro, foi designada a travessa que ia da igreja do Parto à Santa Rita, para a residência dos ourives e funcionamento das suas lojas de ouro e prata. A partir dessa época, ficou a dita travessa com a denominação de rua dos Ourives.

A avenida Rio Branco tirou um trecho à dita rua. A pequena parte entre a rua de São José e a rua Sete de Setembro tem, agora, o nome de Rodrigo Silva, e o trecho desde a referida avenida ao final do logradouro, no largo de Santa Rita, recebeu recentemente o nome de Miguel Couto, que foi notável médico brasileiro, com consultório nessa parte da rua dos Ourives. Por essa via pública muito fizeram os ourives, beneficiando-a, por várias vezes, com melhoramentos. Em 1811, promoveram a reforma interna e externa das casas, dando-lhes mais conforto e embelezando as fachadas com os lineamentos feitos. São dessa ocasião as altas soleiras de cantaria lavrada ao cinzel e os degraus de mármore, sendo alguns jaspeados e em verde.

Artísticas grades de ferro fechavam as janelas e as portas. A primeira casa que assim se transformou foi a de nº 41, propriedade de Antonio José de Carvalho, com licença concedida pelo Senado da Câmara, em 23 de outubro de 1811. Ainda dos ourives a idéia do alargamento da rua, que se fez em 1816, com recuo de 4 palmos, de um e de outro lado do logradouro. Nessa época, eram afamados ourives os franceses Charles Gerardot e Pierre Bernard Cousin, este estabelecido no prédio 133 e aquele no 123.

Artística e comercialmente, a ourivesaria no Rio de Janeiro foi uma atividade bem perfeita e muito rendosa, desde que se descobriram as minas.

Classe numerosa, os ourives da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, rivalizando-se com os de Lisboa, apresentavam nos seus mostruários originalidades preciosas em lavores de cuidada e fina arte. No fim do século XVIII, já a ourivesaria e a relojoaria constituíam um só ramo de comércio e ourives e relojoeiros, uma só corporação.

Rua do Cano

À medida que se localizavam pela planície, os primeiros povoadores da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro iam fazendo o enxugo do alagamento, abrindo valas que derivavam do fosso em direção ao mar. Uma dessas valas, correndo em terrenos devolutos, de oeste a leste e quase toda em reta,

* Realmente o cirurgião João Batista Darrigue, de nacionalidade francesa, construiu muitos prédios nesse beco e nele residiu. Porém, não pode ter participado da abertura do beco, em 1640, pois só chegou `a cidade do Rio no século XVIII. (N.C.)

veio a servir de traço a uma via pública que se cordeou em 1640, quando se canalizaram as águas da vala. Desde então, ficou oficialmente aberta e reconhecida com a denominação de rua do Cano, nome substituído pelo de Sete de Setembro, em virtude de deliberação da Ilustríssima Câmara, de 29 de janeiro de 1856, que aprovou a proposta dos vereadores Haddock Lobo e Jerônimo de Mesquita para essa mudança.

O notável governador do Rio de Janeiro – Gomes Freire de Andrade –, no seu fecundo governo (1733/1763), planeou o prolongamento da rua do Cano até a praça do Carmo, atual Quinze de Novembro. Esse plano cogitou de um novo alinhamento, de calçamento aperfeiçoado e de uma galeria para a vazão das águas. No governo de dom. João VI, também foi pensado o prolongamento da rua até o mar e o seu alargamento para uma melhor perspectiva. Em 1832, a Ilustríssima Câmara submeteu ao governo do Império o plano que mandara organizar para o alargamento da rua, o seu prolongamento até o mar e a reconstrução radical da sua casaria. As novas edificações obedeceriam a um tipo uniforme, todas de sobrado e não excedente de três – a bem da estética da cidade. Houve larga discussão entre o Governo Imperial e a Administração Municipal. Por fim, negando a sua colaboração ao referido plano, o Governo do Império determinou fosse suspensa a sua execução, a 23 de março de 1835, por ser muito dispendiosa. Afinal, melhorada bastante, notadamente quanto à feição arquitetural dos prédios, a rua Sete de Setembro abriu-se até o largo do Paço, em ato solene, no dia 7 de Setembro de 1856, num domingo. Na administração do prefeito Passos (1902/1906) a velha via pública foi melhorada bastante, tendo sido feito o seu alargamento.

Damos por terminado este capítulo XII, que diz respeito ao bairro comercial da velha cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, empório do comércio sul-americano desde 1808, com a abertura dos portos do Brasil às nações amigas. De 1808 a 1822, foi notável o crescimento do nosso comércio, por grosso e a retalho e, no Rio de Janeiro, o bairro Comercial afirmava uma grande atividade com a abertura de armazéns, escritórios de comissões e consignações, depósitos de mercadorias importadas e a exportar, etc... E esse desenvolvimento do comércio carioca fomentou a corrente imigratória, atraindo maiores capitais e maior impulso deu à nossa civilização, sempre a crescer, até as brilhantes demonstrações de nossos dias.

CAPÍTULO XIII

Litoral Norte ou Recôncavo da Cidade

Prainha

Os primeiros povoadores do Rio de Janeiro, procurando alcançar o litoral norte ou recôncavo da cidade, foram abrindo caminhos que beiravam charnecas e mateiros. Um desses caminhos, origem da antiga rua dos Ourives, foi sair a uma pequena praia abrigada, de areias limpas e fácil desembarque, em um outeiro, depois chamado Manoel de Brito e de São Bento, e uns altos penedos, ditos mais tarde da Pedra do Sal. A essa ribeira deram o nome de Prainha, que se estendeu à região vizinha. Facilitando, por terra, a comunicação com o recôncavo, foi sendo aberta passagem pela encosta da montanha e nesse estreito caminho, em alagadiços, a rua da Prainha tem sua origem. Por sua vez, uma pequena vala que esgotava os pântanos dos cajueiros e ia despejar no fosso deu causa ao nome de Valinha ao trecho da dita rua da Prainha, entre o Valongo – atualmente rua do Camerino – e a ladeira da Conceição. A partir do ano de 1734, o nome de Valinha começou a ser esquecido, vigorando o de Aljube, famosa prisão de clérigos localizada nessa rua. E foi nesse ano de 1734 que se iniciaram as obras de melhoramentos do bairro da Prainha. Enxugaram-se os pântanos, empedrou-se a Valinha, dando-se-lhe maior vazão, que era feita na vala mestra da cidade; nivelaram-se os terrenos; alinharam-se as casas; calçaram-se as vias públicas com alvenaria; construiu-se sólido cais e levantou-se a grande muralha do morro da Conceição, muralha que chegou aos nossos dias. Também planeou-se a comunicação da Prainha com São Diogo, por via terrestre. Com ligeiras alterações, esse plano veio a ser executado, cerca de oitenta e seis anos depois, na forma do disposto pelos decretos reais, de 18 de novembro e 20 de dezembro de 1816. A obra teve a direção técnica do marechal Manoel da Silva Melo, na forma do disposto pelo aviso da Secretaria do Reino, datado de 30 de julho de 1818. Foram convocados os moradores e os proprietários locais para prestar o auxílio necessário, em dinheiro ou em material, para a execução da obra, com a recompensa da posse dos terrenos que resultassem dos aterros e de outros trabalhos. Em 1820, um trecho da obra, desde a Prainha até o Valongo, estava terminado, com a abertura de uma via pública e ao longo da mesma um grosso cais sobre o mar e para o qual foi preciso o corte de um pedaço do penedo Pedra do Sal. No começo da via pública, na Prainha, formou-se um pequeno rossio para o recreio do povo. Esse logradouro chegou aos nossos dias com a denominação de largo da Prainha, que desapareceu com a abertura da avenida Rio Branco e formação de uma praça, ainda chamada Mauá.

Das pessoas que atenderam de pronto à convocação e bastante cooperaram na feitura da obra, destaca-se Francisco Martins Esteves, mestre carpinteiro e hábil construtor. Homem honesto nos negócios e perfeito nos trabalhos que executava, Martins Esteves fez-se afamado na sua profissão e enriqueceu. Assumiu a responsabilidade de fazer, à sua custa, o corte da rocha Pedra do Sal, e, nesse serviço, empregou dez homens, com salários de 240 a 500 réis por dia de trabalho e gastou doze barris de pólvora na arrebentação da rocha, à razão de dez mil e quinhentos réis cada barril. O corte que, então, se fez do rochedo Pedra do Sal atingiu a uma altura de 20 braças – 44 metros – e a uma extensão de 50 braças – 110 = m – para uma largura de 60 palmos – 12 = m necessários à abertura da já precitada via pública. A despeito de tudo isso e das condições estipuladas entre o Governo Geral e os proprietários cooperadores, em 1830, questionavam estes com o Governo do Império e com a Ilustríssima Câmara, na defesa dos seus direitos prejudicados constantemente com a perturbação, por atos da administração pública, da posse mansa e pacífica dos acrescidos que se formaram por todo o litoral da Prainha e do Valongo, posse assegurada pelas já citadas concessões. Todas essas questões tiveram em juízo decisões favoráveis aos proprietários. Depois de 1820, acentuou-se o desenvolvimento do bairro da Prainha, com a abertura de logradouros públicos e melhorias dos que já existiam; instalações de armazéns, notadamente os destinados a cereais e aos vinhos portugueses; construções de sólidas e confortáveis casas residenciais e de edifícios para estaleiros. O maior e mais movimentado estaleiro era o do construtor naval Joaquim Corrêa dos Santos, que existia desde 1794, e que, em 1821, foi aumentado e melhor aparelhado. Nesse estaleiro construiu-se a fragata *Princesa da Beira* e outros navios de guerra e também reparada foi a esquadra portuguesa refugiada no Brasil, em conseqüência da invasão de Portugal pelo exército francês do general Junot, em novembro de 1807, e que determinou a trasladação da Família Real e do governo de Portugal para o Brasil, com uma comitiva de quase quinze mil pessoas.*

Das casas residenciais de importância no bairro da Prainha destacamos a de propriedade do comendador Felipe Neri de Carvalho e na qual morava esse culto titular, operoso homem de negócio e figura de relevo na política e na sociedade da época. O belo Palacete Neri, com magnífica chácara, era

---

* As informações sobre o número de pessoas que vieram na comitiva de dom João VI são desencontradas. (N.E.)

situado no largo da Prainha, canto da ladeira do João Homem, a cavaleiro do morro do Livramento, e tanto no seu exterior como interiormente denotava o bom gosto do seu ilustre proprietário e morador. A entrada, um vasto pátio no qual sobressaíam o mármore artisticamente cinzelado e genuínos azulejos. Pela ladeira de ingresso, corria bela balaustrada de cantaria e sobre a qual, simetricamente dispostos, estavam artísticos vasos de louça portuguesa. Esse e outros palacetes da velha São Sebastião do Rio de Janeiro guardavam, em linhas gerais, o aspecto nobre e o estilo arquitetônico portugueses do século XVIII, com as suas vidraças em guilhotina, os seus balcões em ferro, as bandeiras das portas e em outros arranjos das ornamentações. Em 1844, o Palacete Neri foi à praça, sendo arrematado pelo comendador Manoel Brito da Fonseca Teles, por dezesseis contos de réis. Essas casas residenciais, relíquias que se deveriam conservar, foram sendo abandonadas à destruição, servindo de casa de cômodos de ínfima classe, sob o indiferentismo geral.

Rua do Aljube – 1779/1837

Terreno de 8 braças de frente, na face direita da rua do Aljube, caminhando para a Conceição do morro, com duas casas térreas de José Duarte Rodrigues e casas que, por morte desse proprietário, foram à praça a 25 de abril de 1779, e arrematadas pelo cônego dr. José Rodrigues de Carvalho. Logo depois, esse sacerdote fez doação das casas à Caetana Maria Olival, condicionando que, no caso de casar-se a donatária, as casas não seriam objeto de penhora, por dívidas do marido, salvo havendo assistência e responsabilidade dela donatária. Caetana Maria veio a casar-se com José Antônio Gonçalves e ao seu marido ela entregou a livre direção dos bens que possuía. Dessa forma, transações se fizeram em nome do mesmo, até o aforamento do terreno precitado, cujo título foi expedido pelo Senado da Câmara, em 18 de dezembro de 1779.

A rua do Aljube, a princípio chamada de Valinha, era o prolongamento, para o lado norte, do caminho aberto nos primórdios da cidade, vindo da Misericórdia para a Prainha, como dissemos no começo deste capítulo. Costeava a montanha – morro da Conceição – e era banhado por extensos alagadiços que as terras de aluviões enxugaram.

Nessa região, que mereceu logo de começo cuidados da Câmara da cidade, foi assente a quinta do arcediago Duarte Correa Vasqueanes, o qual governou o Rio de Janeiro por três vezes e, na mesma cidade, faleceu a 23 de maio de 1650, e foi sepultado na igreja dos Jesuítas, no morro do Castelo. Era homem rico, muito conceituado, e no governo agiu sempre com bondade e energia. Exerceu por duas vezes a Provedoria da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Voltemos, porém, à Valinha, que era quase intransitável, com os lameiros que a cobriam e passou assim mais de século. Somente em 1734, recebeu a rua da Valinha calçamento e luz e foi nessa ocasião que se lhe deu o nome de Aljube, a horrível prisão situada no canto, à esquerda, da dita rua, em terreno possuído por Domingos Joaquim da Silva, com sua casa de morada do referido Domingos e um curtume a ele pertencente. Domingos Joaquim da Silva, a muito custo, e só por bom dinheiro de contado, largou o terreno e as benfeitorias existentes, principalmente o curtume que lhe dava boa renda.

A prisão do Aljube,[40] diz monsenhor Pizarro e Araújo, teve a sua origem nos pastorais cuidados do bispo dom Frei Antonio de Guadalupe, procurando evitar que os eclesiásticos, obrigados à prisão pelos delitos praticados, se misturassem aos seculares criminosos. Essa masmorra foi teatro de cenas dantescas e encarcerou cristãos novos, mulheres transviadas, os inconfidentes e seus apontados cúmplices no Rio de Janeiro: padre Inácio Nogueira e sua tia Inácia Gertudres de Almeida e o ourives Domingos Cruz. Também passaram pelo Aljube João Guilherme Ratcliff, João Metrovich e Joaquim da Silva Loureiro, revolucionários da Confederação do Equador, que foi um movimento libertário irrompido em Pernambuco, a 24 de julho de 1824, com adesão de outras províncias. Ratcliff e os seus companheiros foram enforcados, a 17 de março de 1825, no largo da Prainha. Ainda na tétrica cadeia do Aljube, por longos e angustiosos dias, a murmurar preces e a gritar a sua inocência, esperou o patíbulo a que subiu, realmente inocente, a 28 de fevereiro de 1837, o preto africano escravo Tomás Benedito, de Moçambique, cego e sexagenário, impiedosamente condenado, pela inconsiderada justiça dos homens, por um crime que não praticara e cujo autor confesso apareceu depois.

Rua da Prainha – 1826/1848

Terreno de 16 palmos de frente por 30 de fundo a encostar no paredão do Bispo, com uma sólida casa de sobrado, propriedade de José Gonçalves Bandeira, por compra que fizera, em março de 1826, ao brigadeiro Manoel Alves da Fonseca Costa, por 750$000 réis. Paredão do Bispo era a sólida muralha que corria fronteira ao Palácio do Bispado, no alto do morro da Conceição. O brigadeiro Fonseca Costa herdou, em legado, a dita casa e outras na Prainha, Glória e Botafogo, do seu tio, o capitão Francisco de Araújo Pereira, riquíssimo industrial e proprietário no Rio de Janeiro e de quem temos tratado neste livro, nos capítulos sobre Botafogo e a Glória. Também rico era José Gonçalves Bandeira, dono de vários prédios na Prainha, entre os quais um vasto, sólido e de sobrado, com o nº 120 da rua da Prainha até 1860 quando mudou de numeração passando a ter o nº 94. Bandeira era casado com Feliciana Joaquina Bandeira e tinha um irmão – Domingos Gonçalves Bandeira— também rico, proprietário e residente na Prainha. A esse seu cunhado a viúva de José Gonçalves vendeu alguns prédios, em 1831. Em 1846, Domingos Bandeira já havia falecido. Outra família bem conceituada e rica na Prainha, nessa primeira metade do século XIX, era a Santos Touguinhas que se uniu à de Gonçalves Bandeira pelo casamento de Antônio dos Santos Touguinhas com Rita Maria da Conceição Bandeira. É interessante dizer que o prédio, comprado, em 1816, ao brigadeiro Costa, por 750$000 mil réis, já em 1848 valia vinte contos de réis.

Sítio da Prainha – 1810/1902

Terreno de 4 braças de frente e extenso, ao lado do quartel da polícia do sítio da Prainha. O terreno estava ocupado pela tanoa** de Manoel Fernandes da Silva. Esse tanoeiro era rico e avesso a questionar, principalmente com os poderes públicos. Em questões, dizia ele, perde-se tempo, gasta-se mal o dinheiro e ganha-se inimizades. Assim é que, desapropriada a sua tanoaria e dependências da mesma, em 1816, para o prolongamento e novo alinhamento da rua da Prainha, Fernandes da Silva declarou ao Senado da Câmara que não questionaria a desapropriação e largava o seu estabelecimento, embora ali estivesse localizado havia anos e muito afreguesado. O Senado da Câmara deu em troca um outro terreno no largo da Prainha, fundos de Francisco Martins, que logo levantou protesto contra a concessão e embargou a posse. O tanoeiro Silva não questionou e pediu ao Senado da Câmara um outro terreno. No mesmo largo da Prainha obteve Fernandes da Silva um chão, em frente à estância de José Joaquim da Silva e Menezes, o qual também protestou e pôs embargos à localização da tanoa na frente da sua estância, e para vencer empregou todo o seu prestígio de homem rico e bem relacionado. Mas dessa feita, Manoel Fernandes da Silva, como deixou dito no seu arrazoado, pôs de parte a sua bondade e paciência, para levar o seu caso aos tribunais e vencer, como venceu, nos últimos de 1829.

Manoel Fernandes da Silva morreu bem idoso e a sua tanoa existiu no mesmo local em que foi assente, em 1829 e até 1902, quando desapareceu, em conseqüência dos melhoramentos daquela zona da cidade, na administração do prefeito Passos.

O estancieiro José Joaquim da Silva Menezes possuía terras com espessa mata nos arredores do Rio de Janeiro e, desde 1810, na qualidade de sócio e sucessor de Manoel Antonio Gomes, era o fornecedor de toda a lenha consumida pelas guarnições militares da Corte e pelas embarcações navais do Estado.

A Prainha e depois a Saúde, em maior vulto, foram as tanoarias do Rio de Janeiro. Indústria bem rendosa, até meados do século XIX, e daí em decadência pelas exigências das posturas municipais e pela sobrecarga dos impostos. Ainda mais, medidas repressivas à devastação das matas e as regras estabelecidas para o funcionamento das tanoas deram o golpe de morte nessa barulhenta indústria, que no Rio de Janeiro se operava em alguns pontos da cidade ao ar livre, nas ruas e calçadas, num barulho de enlouquecer.

---

* Tanoa – oficina ou fábrica de pipas e tonéis e tanoaria – bairro dos tanoeiros. (N.A.)

Sítio da Prainha – 1817/1877

Terreno no sítio da Prainha, no largo onde estava a forca e onde fazia uma frente de 9 braças e 3 palmos. Esse terreno era parte de maior porção, bem à beira-mar e junto ao Arsenal da Marinha. Desde 1817, e até 1827, esteve em poder do reposteiro-mor do Senado da Câmara – Joaquim João Ribeiro —, sendo nesse último ano aforado a Manoel Francisco Martins, dono de um grande estaleiro nas proximidades. Em 1847, aparece o terreno aforado ao comendador José Bernardino de Sá, depois barão de Vila Nova do Minho. Em 1857, a Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II – hoje Central do Brasil —, com a justificativa do desembaraço local para edificar a estação inicial da sua estrada, conseguiu mandado de posse do terreno, a 9 de novembro de 1857. O caso foi para os tribunais e vinte anos depois decidia-se em favor do barão, já falecido. Os seus herdeiros representados pelo comendador Antônio de Souza Ribeiro, entraram na posse do terreno em 16 de outubro de 1877.

Rua São Francisco da Prainha – 1834

Terreno de 21 braças de frente pela rua São Francisco da Prainha, com extenso fundo e ocupado pelo armazém alfandegado, antigo trapiche da Pedra do Sal, propriedade de José Fernandes da Silva, em nome de quem encontramos aforado, em 1834, o dito terreno. Esse aforamento foi concedido pela Câmara ao referido Fernandes da Silva, na qualidade de filho, herdeiro e sucessor de Manoel Fernandes da Silva, o tanoeiro rico, inimigo de querelas e de uma paciência inigualável, de quem tratamos anteriormente.

O trapiche mais antigo do Rio de Janeiro era o chamado trapiche da cidade, nas proximidades do local do antigo prédio da Alfândega,* à rua Visconde de Itaboraí. Ainda em 1790, existia este trapiche, sendo propriedade de José Caetano de Azeredo Vieira, licenciado pelo Senado da Câmara, a 6 de agosto daquele ano, para aumentar e melhorar o prédio do trapiche. No litoral da Prainha e no da Saúde existiram muitos trapiches, sendo o da Ordem dos mais antigos e assim chamado por pertencer à Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, por doação do Dr. Francisco da Mota Leite, fundador do estabelecimento. Também na Prainha ficava o trapiche do Sal, fundado pelo contratador deste produto, Luiz Antonio Ferreira, no governo do vice-rei conde da Cunha. No local onde está o Arsenal de Marinha esteve o trapiche de Luiz Manoel Pinto, transferido para a ilha das Cobras, a fim de permitir a construção do Arsenal, por ordem e segundo o plano do dito vice-rei, em 1764. O terreno do Arsenal de Marinha é doação ao Estado pelos frades de São Bento, por escritura de 26 de abril de 1696. A Junta de Comércio ocupou grande parte desse terreno com os seus armazéns, depois da doação. A primeira embarcação que se construiu no Arsenal de Marinha foi a nau *São Sebastião*, lançada ao mar, a 8 de fevereiro de 1767. Era armada com 74 canhões e toda embutida de madeira de várias cores. Cinqüenta anos depois, fez uma viagem à Europa para transportar de Leorne a primeira imperatriz do Brasil, a arquiduquesa da Áustria, dona Maria Leopoldina, filha de Francisco I, imperador da Áustria, e que se casou com Dom Pedro I, em 1817.

O conde da Cunha governou o Brasil, de junho de 1763 a novembro de 1767, e fez um governo operoso em benefício do público. Era homem muito honesto e pobre. Severo, agia sempre seguindo a justiça da época – que perdoava pouco.

Saúde – Valongo – Gamboa

Da Prainha, prosseguindo pelo litoral, vamos ver a Saúde, o Valongo e a Gamboa, com seus pomares e quintas, suas enseadas bonançosas, suas praias alvacentas e seus enormes rochedos. Saúde, bairro antigo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e, em sua origem, uma estreita faixa de terra entre os morros e o mar, onde faziam estância pescadores e marujos. Depois, essa gente foi se afastando,

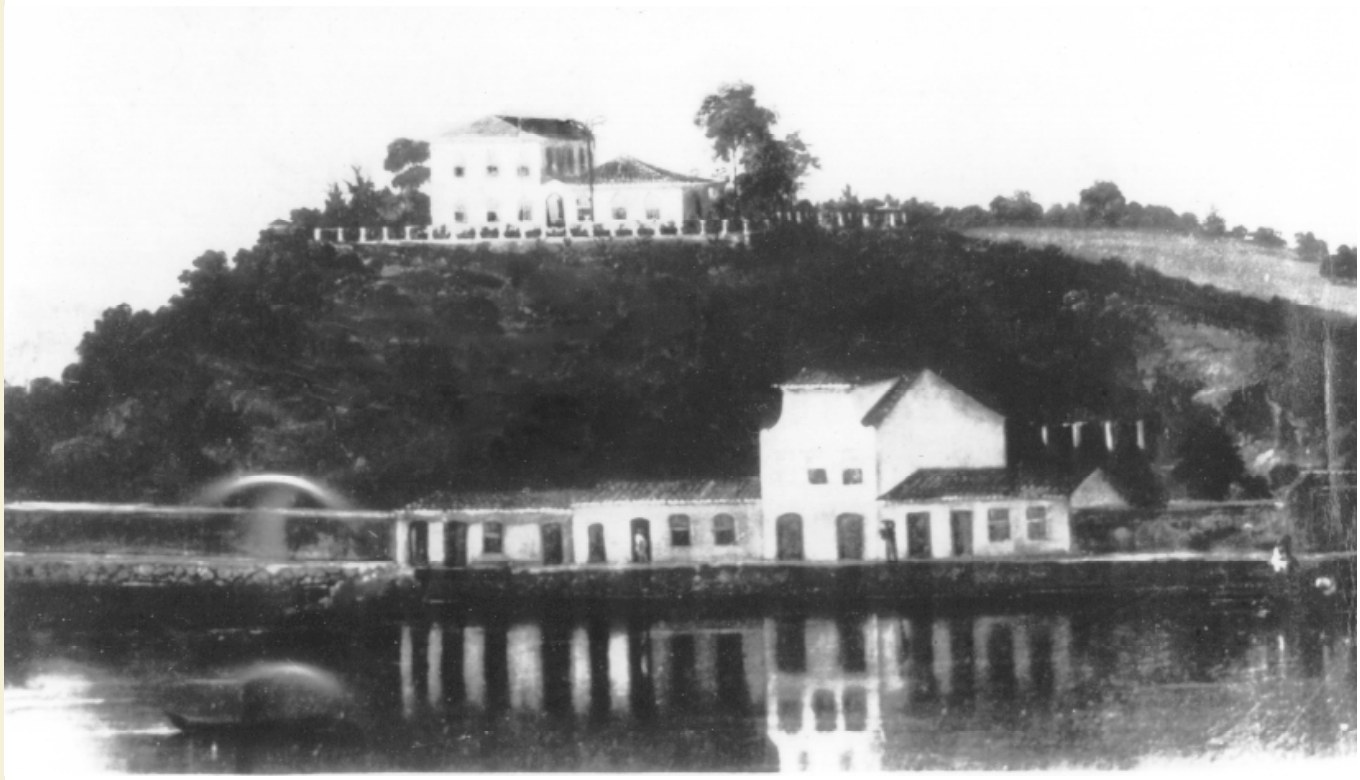
* O prédio da antiga alfândega é hoje a fundação Casa França Brasil (N.E.)

por circunstâncias econômicas e sociais, e outros, com recursos materiais para a estabilidade, foram sendo os ocupantes, entre os quais figuravam armadores de navios, mercadores, tanoeiros e traficantes de escravos. Começou, então, pelos declives dos morros a construção da casaria de pedra e cal, extraída a pedra dos rochedos locais, que se cortaram bastante para a formação de uma via pública distanciada da batente da maré e que se chamou, a princípio, praia do Valongo e, depois de 1742, da Saúde. Montaram-se grandes armazéns de mercadorias a grosso os quais vieram a prosperar muito, com a navegação de costa a costa – cabotagem – que se iniciou logo a seguir à instalação dos armazéns (1738/1740).

Também, instalaram-se estaleiros e trapiches, movimentando-se a enseada. Nesse andar, ao começar o século XIX, bem próspero e populoso era o bairro da Saúde, índice do desenvolvimento comercial da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Praia da Saúde – 1821/1850

Terreno de 6.5 braças de largura na face norte da praia e 4 ditas na do sul ou lado da terra, com 16 braças de fundo. Era terreno artificial, por sua origem, como resultante dos aterros sobre o mar, na antiga praia do Valongo, depois Saúde. O primeiro posseiro desse terreno foi o tanoeiro João Rodrigues Dias, a quem o Senado da Câmara concedeu o título de aforamento por despacho de 1º de dezembro de 1821, mediante o foro de 840$000 anuais. Nessa época, Rodrigues Dias já estava enriquecido e exercendo outras atividades. Ele construiu uma casa no terreno em apreço, que vendeu a José da Silva Borges, casado com senhorinha Luiza dos Santos. Em morrendo Borges, a sua viúva logo depois, por má orientação à sua vida, vem a ser penhorada em todos os seus bens, que foram à praça no começo de 1844. A citada casa, então com o nº 5 da praia da



s/a, s/d – Chácara da Gamboa.

Saúde, foi arrematada por Joaquim Ferreira de Souza Flores, pela quantia de 4:000$. Esse Flores era associado a Joaquim Príncipe da Silva e sob a razão Silva & Flores, à rua São Francisco da Prainha, comerciavam, em alta escala, madeira para construção civil e naval. Em 1850, a firma estava dissolvida e todo o seu ativo e passivo a cargo de Príncipe da Silva, cujos negócios foram em franca prosperidade. Fez-se Príncipe da Silva um homem de bastante fortuna e, em 1861, era um dos maiores posseiros de terrenos de marinhas na Saúde. O prédio em que funcionou o estabelecimento de Silva & Flores foi comprado pela dita firma, em 6 de março de 1846, por 9:400$, a Matilde Rodrigues de Araújo Bastos, viúva do capitalista Francisco de Oliveira Bastos, o qual, ao falecer, era estabelecido com vastos armazéns e trapiche no princípio da antiga praia da Saúde, adiante da Forca e aquém do trapiche do Sal alguns passos. Em seguida ao trapiche do Bastos, ficavam os terrenos reservados à abertura de um logradouro e à construção de um mercado, que ficaria bem próximo ao mar e fronteiro ao quartel da Polícia, situado este no local onde, nos nossos dias, está o edifício de *A Noite*. Ainda em 1832, era pensamento da administração municipal executar essa referida obra, projetada desde 1782, quando constantes estavam sendo as reclamações dos lavradores das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo sobre levantar-se um mercado, e apontavam o dito local, por ser o que melhor cômodo

Augusto Malta,1904 – Cais e largo do Valongo, ou cais e largo da Imperatriz. Antigo e movimentado cais, foi local do desembarque de dona Teresa Cristina, ao chegar ao Rio de Janeiro, em 3/9/1843, procedente de Nápoles, apos seu casamento por procuração com dom Pedro II.

oferecia para o ancoradouro das lanchas procedentes de Iguaçu e da Pavuna e lanchas que transportavam o café e outros mais abundantes produtos das lavouras daqueles distritos, com os quais se abasteciam os moradores da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A campanha contrária ao mercado dos lavradores, que venderiam, assim, diretamente ao consumidor, foi promovida pelos barraqueiros ali instalados e de onde saíram só em 1820, por força de um alvará régio de dom João VI.

Praia da Saúde – 1840/1856

Terreno de marinha com frente de 5 braças por 15 ditas de fundo, com um barracão, à praia da Saúde, nº 14. Esse barracão era pertencente a Antônio Pinheiro da Costa, a quem a Ilustríssima Câmara havia aforado o referido terreno. Devedor de três contos de réis a Antonio José Gomes Marques, Pinheiro da Costa hipotecou ao dito credor o terreno, com o barracão e outras benfeitorias, para garantias da dívida. Ficando entendido que a hipoteca, realizada no começo de março de 1840, valeria por uma venda a retro, se no prazo de nove anos não tivesse sido liquidada a dívida. Houve, para efetuar-se essa transação, um prévio pedido de licença à Ilustríssima Câmara, a qual, usufrutuária dos rendimentos do terreno, decidindo, considerou essa convencional um caso todo particular e que feria os seus direitos e as suas vantagens de usufrutuária, podendo ser a transação feita independente de licença. A dívida não foi paga e Gomes Marques, em 1853, querendo efetuar a compra do terreno e das benfeitorias veio a pedir licença à Ilustríssima Câmara. Esse pedido motivou azeda polêmica entre o contador geral da municipalidade e o engenheiro-chefe das Obras Municipais. O contador, opinando sobre o arbitramento do valor dos imóveis na base do que teriam valido na ocasião do contrato particular – ou seja, em 1840. O engenheiro chefe opinando pela valorização a ser feita em 1853. Prevaleceu a opinião do engenheiro, sendo cobrado o laudêmio sobre o valor arbitrado em 1853, quando realmente se processou a venda.

Os aterros que se fizeram no litoral da Saúde, num período de quatorze anos (1840/1853) deram origem a novos acrescidos que se classificaram de novas marinhas ou terrenos artificiais, ficando as antigas marinhas e os seus acrescidos classificados – terrenos enxutos ou antimarinhas. Na nova rua da Saúde, cuja inauguração solene se fez a 25 de setembro de 1872, há terrenos no lado esquerdo que se dizem alodiais. São cerca de 150 metros de frente que pertenceram e ainda pertencem ao mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. O lado esquerdo formou-se de terrenos de sesmaria e o direito de marinhas da antiga rua da praia da Saúde. É interessante saber, ainda, que a medição da sesmaria municipal marcou como seu término a rua do Cemitério, hoje Harmonia. Foi um grande erro, na opinião dos entendidos no assunto. Daí, demandas que surgiram com os proprietários, quando a municipalidade, procurando corrigir o erro, começou a exigir-lhes o reconhecimento do seu senhorio direto naquela zona da cidade, querendo o pagamento de foros. Na verdade, o foro constitui delicado problema econômico e social que pede exame e solução pelo Estado, e que, na atualidade, se impõe, atendendo às novas idéias e conquistas que se realizaram para melhorar as condições de vida da coletividade.

Valongo

Outra região pitoresca do recôncavo norte da velha Rio de Janeiro, com as suas vastas e cuidadas chácaras pela planície e pelos altos das colinas, onde ficavam as magníficas moradas dos seus ricos donos – verdadeiros senhores feudais. Foi esse Feudalismo a causa do lento progresso do sítio do Valongo, ainda pouco povoado na segunda metade do século XVIII. Os Autos das Demandas e das Vistorias sobre as Terras do Valongo (1770/1780) dizem algo de interessante a respeito da ribeira do mar, estreita, coberta na preamar e num seu ponto de pouca batente ficava o desembarcadouro, desde os primeiros tempos da cidade. No dito ponto, na maré cheia, ia o mar terra adentro, pela garganta dos morros até a azinhaga que comunicava com o campo ou rossio da cidade. O ponto a que nos referimos, aludido nos autos, é, na atualidade, o local da praça Barão de Teffé, antiga Municipal, anteriormente Imperatriz e Valongo, ao tempo da sua formação, no fim do século XVIII, em conseqüência do aterro sobre o mar e sustentado por grossa muralha. Na mesma ocasião, fizeram-se obras de melhoria de todo o litoral, desde a Saúde à Gamboa. Com esse aterro, que se estendeu até a azinhaga, desapareceu o braço

do mar e a azinhaga – que era um caminho estreito entre morros e que foi transformado em via pública, devidamente cordeada, com a denominação de rua do Valongo, depois Imperatriz e por último Camerino. Este último nome, que se mantém, é justa homenagem ao jovem patriota Francisco Camerino, nascido a 21 de agosto de 1841, na cidade de Estância, em Sergipe, e que na qualidade de voluntário paisano seguiu para a guerra com o Paraguai e morreu heroicamente na batalha de 22 de setembro de 1866, conhecida na história por Assalto de Curupaiti.

As maiores propriedades no Valongo foram as quintas do Livramento e da Madre de Deus, confinantes.

Quinta do Livramento

Ocupava grande área entre a ladeira do Livramento e a rua da Harmonia, toda ela assente em chão foreiro à municipalidade do Rio de Janeiro. A sua frente principal era voltada para o mar, onde se chamou caminho da Saúde e onde havia uma ladeira de acesso à quinta por portão nobre. Desmembrada a quinta, essa ladeira foi entregue à servidão pública, com a denominação de escadinhas do Livramento. Também pela Gamboa havia outra entrada, em correspondência com a primeira citada, e tendo muro e portão acastelados. Por essa subida transitavam as carruagens. A quinta do Livramento pertenceu, primitivamente, a José Caieiro da Silva e depois ao capitão Manoel Pinto da Cunha. Por morte do capitão Cunha, seus filhos, o brigadeiro Francisco Cláudio Pinto da Cunha e Ana Teresa Angélica da Cunha e Souza, tornaram-se donos da importante propriedade. Para a partilha entre esses dois herdeiros, a quinta foi desmembrada em duas porções, ficando na do filho varão o palacete e a capela. O brigadeiro Francisco Cláudio, na porção que lhe tocou, abriu rua cortando a quinta, de portão a portão, e cujo traçado foi planejado pelo arquiteto da cidade José Joaquim de Santana. Essa rua foi entregue à servidão pública, a 7 de maio de 1818, com o nome de Livramento. Mais tarde, os terrenos de servidão privativa do palacete e da capela, e que eram, aliás, extensos, foram doados ao senador Bento Barroso Pereira, por escritura de 19 de fevereiro de 1827, confirmada por um decreto Imperial, de 2 de abril do precitado ano. Quanto à parte de Ana Teresa, já desemembrada ao falecer essa senhora, veio a ser partilhada entre os seus herdeiros, que foram José Maria Coutinho, o conde de Linhares, a Marquesa de Maceió e o senador Bento Barroso Pereira.[41]

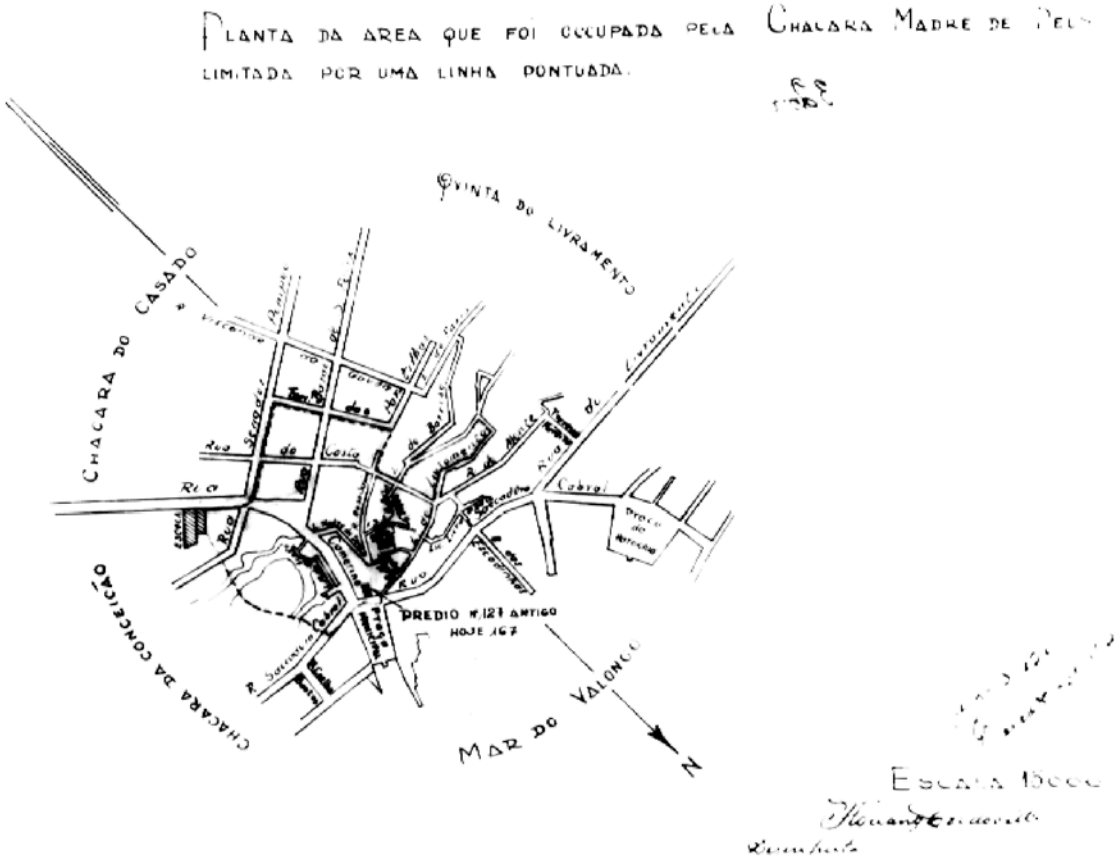
A doação ao senador Bento Barroso foi feita pela mesma Ana Teresa, a qual, em vida dispôs, a favor de parentes e amigos seus, de bens móveis e imóveis que possuía e vendeu muitos terrenos tirados à quinta do Livramento. Ainda em 21 de abril de 1827, encontramos Ana Teresa vendendo uma grande área de terreno, à praia do Valongo, a Francisco Gonçalves Vaz Lobo. Nessa área, o comprador edificou sólida e grande casa de sobrado, com chácara, vendidas depois a Esteves Grasse pela quantia de 43:000$, em 1843. Com as transformações topográficas que se operaram, o trecho da praia do Valongo, em que estava a referida casa, passou a fazer parte da rua da Saúde e aí aparece o imóvel em apreço, com o nº 45, junto à rua do Cemitério, atual Harmonia – segundo o Levantamento das Décimas, no ano de 1843.

Quinta da Madre de Deus

Um dos seus antigos donos foi o tenente-coronel André Pinto Guimarães e quem levantou, na então quinta do Valongo, uma capela para o culto à Mãe de Deus, provisionada em 13 de julho de 1733. O sucessor de Pinto Guimarães foi Paulo Pinto de Faria, cuja viúva, Antônia Viana de Castro, doou, em 1776, ao seu sobrinho capitão José da Costa Barros Viana do Amaral, a cuidada e valiosa propriedade, já bem conhecida por quinta da Madre de Deus. Pela frente, atualmente rua Senador Pompeu, confinava com a chácara do Casado, pelos fundos com o mar – hoje rua Sacadura Cabral, antiga Saúde e, numa extensão de 130 = m, a findar na ladeira do Livramento; à direita, com a chácara do Livramento, e, à esquerda, com a chácara da Conceição ou Coqueiros. O capitão Costa Barros reconheceu o senhorio direto do Senado da Câmara sobre as terras da sua quinta, prontificando-se a tirar, como tirou, a

competente carta de aforamento, que traz a data de 10 de dezembro de 1777. Em morrendo Costa Barros, houve logo o desmembramento da lendária e pitoresca chácara da Madre de Deus, em cujo solar, que brilhou por todo o seu conjunto de arte e bom gosto, tinha ponto de reunião uma culta e fina sociedade. O capitão Costa Barros deixou os seguintes filhos: Antônio, Francisco, José, Maria Balbina, Mariana Leonidia, Luiza, Ana Joaquina, Delfina, Ana Maria, João e Antônia Francisca. O casamento ligou a família Costa Barros Viana do Amaral à família do visconde da Gávea – família Fonseca Costa. Por último, a chácara da Madre de Deus, já desmembrada em parte, pertenceu ao casal de João da Costa Barros Mascarenhas e Isabel Leopoldina Barracho da Costa Barros Mascarenhas, havendo o condomínio de Miguel da Costa Barros Sayão. Em 1883, foram anunciados os leilões de ótimos terrenos, magnificamente situados, da famosa chácara da Madre de Deus, e, nessa ocasião, completou-se o seu desmembramento.

Vamos terminar estas notas com ligeiras referências à pessoa do rico preto Maurício Pereira Cibrão, proprietário na Saúde e no Valongo, gozando de muita consideração e de grande crédito no comércio. Maurício Cibrão havia sido escravo do rico negociante José Caetano Cibrão, de quem, murmurava-se, o preto era filho, e foi o herdeiro universal, por testamento de 2 de janeiro de 1808. Uma disposição desse testamento deu alforria ao dito herdeiro. Maurício era educado e instruído. Vestia-se com esmero e luxo. Usava calções de superior seda, casaca e fivelas de ouro nos sapatos. Faleceu no ano de 1835, a 15 de novembro, na sua residência, que era em um bom prédio de sobrado, de sua propriedade, à rua da praia da Saúde, 134. Deixou fortuna, e o inventário dos seus bens foi processado



Chácara da Madre de Deus.

pelo juiz de paz do 1º Distrito de Santa Rita. No arrolamento feito figuram prédios urbanos, um sítio na Tijuca, fino vestuário, jóias de valor e objetos outros de ouro e prata, entre os quais imagens com oratório, e ainda oitocentos mil réis em moeda ouro portuguesa. Ao falecer, Maurício Pereira Cibrão era viúvo de Florinda Maria da Conceição.

Gamboa ou Camboa

Região coberta de mato e banhada por uma enseada piscosa e com remanso. Era assim o lugar do recôncavo norte do Rio de Janeiro e a esse lugar chamaram Camboa aqueles que primeiro o habitaram e que foram pescadores. Como que enxotada de outros pontos do litoral pelos mercadores e pelos traficantes de escravos, os pescadores localizaram-se ali, levantando cabanas pela ribeira arenosa e pelo remanso da enseada, as camboas para apanha do pescado. "Camboa" ou "Gamboa" são caminhos ou cercados – caneiros – que se fazem dentro na água, tendo entrada para o peixe com a maré e que se fecha logo com a vazante. O vocábulo camboa é o mais brasileiro e devia ter prevalecido, como aliás prevaleceu por muitos anos, até mesmo em documentos oficiais.

Na sua quase totalidade, as terras da Camboa fizeram parte de sesmarias concedidas pelos primeiros governadores do Rio de Janeiro. No rol dessas sesmarias destaca-se, pelo seu útil aproveitamento, aquela que foi vendida, em 25 de agosto de 1595, pelo governador Salvador Corrêa de Sá, a Pedro Homem Albernaz, filho de Aleixo Manoel.* Com fundamento na documentação que examinamos no antigo cartório do tabelião Castro e nos Arquivos Municipal e Nacional, o referido concessionário não pode ser outro senão o padre Pedro Homem Albernaz, que foi prelado do Rio de Janeiro, desde 1639 a 1643, e nessa qualidade esteve presente à reunião havida na Câmara, a 5 de julho de 1643, para a decisão relativa à cobrança da vintena – tributo destinado a custear as obras de defesa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, receosa que, então, estava do temível invasor holandês. Memorável reunião à qual compareceram, além do dito prelado, Luiz Barbalho Bezerra, que governava a capitania e presidiu a reunião, os vereadores e outras pessoas distintas. Também, ao tempo da prelazia de Albernaz surgiu a questão da liberdade dos índios, entre a Câmara e os jesuítas, defendida por estes, ardorosamente. Em recebendo o agravo da Câmara contra os jesuítas, o prelado Albernaz diligenciou a respeito com serenidade, embora se declarasse ao lado dos jesuítas. A intervenção do governador, que era Salvador Corrêa de Sá e Benavides, acomodou a questão, com um acordo entre a Câmara e aqueles religiosos, a 22 de junho de 1640. Voltemos, porém, às terras de sesmaria do padre Pedro Homem Albernaz. Esse sesmeiro soube aproveitá-las bastante, com cultura rendosa, casas de morada com quintal e o arrendamento das sobras das terras, nas quais se plantaram boas chácaras. No decorrer do século XVII, a expansão da cidade foi absorvendo tudo isso. Em 1656, por escritura pública, o padre Pedro Homem Albernaz, já bem idoso, fez doações de bens imóveis a sobrinhos seus, filhos de Diogo Mendes Coluna e de Maria Albernaz Coluna, irmã do doador. Essa escritura foi lavrada pelo notário Antônio Ferreira da Silva, a 28 de agosto de 1656, às fls. 130 a 132 do livro próprio de escrituras do dito ano. A doação foi feita como – remuneratória *inter vivos*. O dito livro, em 1797, era encontrado no cartório do notário José Tomás da Silva Araújo e ainda se conservava no mesmo cartório, em 1843, sendo tabelião João Pinto de Miranda. Em 1923, tivemos em mão esse livro, estragadíssimo pela traça, no cartório do tabelião Castro.

Os beneficiados da referida doação foram Diogo Mendes Coluna Júnior, Manoel da Costa Tomás Rodrigues e Francisco da Costa, sobrinhos do padre Albernaz, como deixamos dito, e aos quais esse sacerdote ajudou a criar, doutrinou-os e dos mesmos sobrinhos recebera sempre muita obediência e afeto, e lhes fazendo essa doação prestava um reconhecimento aos pais deles donatários.

Entre os imóveis doados figuram uma chácara junta à cidade aonde chamam ponta que vai para São Cristóvão. É a ponta da Chichorra, ao fim da praia da Gamboa, no século passado ainda existente. Essa chácara tinha boa casa residencial, senzala e plantação bem cuidada. Confinava a sudoeste com a chácara do coronel João Rodrigues Pestana e do lado do mar com as barracas dos pescadores e, por onde, de remota época, corria um caminho que se prestava à servidão das duas chácaras e do povo, quando da vazante da maré e por permissão graciosa dos pescadores. Esse caminho deu motivo a rixas entre os

* Como consta do título da concessão, registrado no livro 8 das Sesmarias, às fls. 17 a 20, do notário Pedro da Costa. (N.A.)

donos das ditas chácaras e provocadas quase sempre pelo coronel Pestana, cujos herdeiros, ainda mais rixentos, chegaram a demandar em juízo para conseguir a posse privativa da mesma via pública – comprida e estreita beirando o mar e que desapareceu pelas transformações havidas no litoral, desde a Prainha até São Diogo. Por escritura pública, de 15 de novembro de 1662, em notas do tabelião Serrão Freire, Diogo Mendes Coluna Júnior e seus irmãos venderam a chácara que lhes fora doada pela quantia de oitenta mil réis, em dinheiro de contado e moeda prata corrente no Brasil. Foram compradores Mateus da Silva e seu genro, Antônio Correia Brandão, os quais, quatro anos depois, aparecem vendendo a mesma chácara, por duzentos mil réis, em 25 de agosto de 1666, a Domingos da Rocha Carreira e à sua mulher, Isabel Rodrigues de Souza Carreira. Rocha Carreira, que era homem afeito a altos negócios, alguns complicados, morreu rico e com testamento feito a 10 de agosto de 1732. O inventário dos seus bens só terminou a 9 de setembro de 1741 e ainda mais demorada a partilha, a qual, pelas questões surgidas, somente terminou a 2 de maio de 1753, cerca de dezoito anos depois da morte do testante.

É bem interessante dizer que, no testamento de Carreira, há uma afirmativa quanto à natureza alodial das terras da Câmara, na declaração que ele, testante, faz de ter comprado a chácara livre de foro e de pensão, por ser em terras próprias da sesmaria do padre Albernaz, que fora prelado do Rio de Janeiro, e assim sempre havida.

Outra propriedade extensa e valiosa na Camboa foi a chácara do rico sargento-mor José Dias de Oliveira, casado com Ana Teodora Mascarenhas. Ficava nos limites da Camboa ou Gamboa com o Saco do Alferes, tendo boa casa residencial sobre o alto da Colina, edificada com esmero e solidez, de sobrado, olhando o mar e ladeada de arvoredos. Na encosta da colina, à beira do mar, com cais, ficavam a casa do feitor, a do armazém e a dos negros. Em morrendo o sargento-mor José Dias e a sua esposa

s/a, 1886 – Morro da Gamboa. Istmo que ligava o morro ao continente.

Ana Teodora, a chácara da Gamboa e dependências ficaram ao abandono, chegando a ruínas. Afinal, em dezembro de 1793, por escritura do tabelião Faustino Soares de Araújo, veio a ser vendida, por 1:800$, pelas filhas do precitado casal, de nomes Mariana Josefa Mascarenhas, Leonor Teodora Mascarenhas, Joaquina Rosa Mascarenhas e Eugenia Rosa Mascarenhas, as quais residiam na fazenda do Engenho da Pedra, no distrito de Inhaúma, em companhia de um tio – o padre Francisco Xavier da Fonseca. Moças, ainda, as irmãs Mascarenhas eram bem ricas e proprietárias da citada fazenda, onde tinham residência, e de outras terras na zona rural. No ato da venda da chácara da Gamboa,[42] foram representadas por Inácio José Cardoso, como procurador, a quem o padre Xavier escreveu daquela dita fazenda uma carta, datada de 25 de dezembro de 1793 – *"Senhor Inácio José Cardoso. Remeto a procuração para efetuar-se a venda da chácara da Gamboa, que felizmente se dispôs dela, por vermos que sem assistência e benefícios se não pode conservar. O portador entregou o dinheiro. O mais fica para a vista. Deus guarde a Vossa Mercê. Francisco Xavier."* Comprou a chácara, por 1:800$000, o ricaço Felix José Morato, que, firmada a escritura, tomou posse da propriedade, a 9 de janeiro de 1794. Morato, que era escrivão da Relação do Rio de Janeiro, e homem de fino trato, reformou por completo a chácara, melhorando-a e embelezando-a e fez da mesma a sua residência. Por escritura de 22 de junho de 1798, do tabelião Faustino Soares de Araújo, Felix Morato vendeu a chácara da Gamboa e todas as suas dependências, pela quantia de 3:400$000, ao capitão Francisco da Cunha Pinheiro.

O Forno Grande da Cal

Próspera bastante foi a indústria da cal de marisco no recôncavo norte do Rio de Janeiro, principalmente na Gamboa, cuja praia cobria-se de sambaquis. Inúmeras embarcações cruzavam a enseada da Gamboa, conduzidas por caieiros ou seus agenciadores e na praia empenhavam-se em luta para a posse dos sambaquis.

Em marinhas da chácara da Gamboa, na encosta do morro deste nome, ficava o forno grande da cal, com atividade, e bem rendosa, até 1758, quando uma postura do Senado da Câmara proibiu o funcionamento de caieiras nas vizinhanças da cidade. Muitos os prejudicados, e fortes os protestos levantados. O padre Manoel Dias da Silva parece ter sido o mais prejudicado, porque abriu questão em juízo para embargar a decisão do Senado, julgada, entretanto, bem vantajosa à salubridade e por isso mantida.

O forno ainda existia em 1770, abandonado e em ruínas, sendo afinal demolido. O terreno passou ao domínio útil de uma sociedade industrial, formada por Gabriel Ferreira da Cruz e Vitor Barreda, por compra feita a herdeiros de José da Cunha Pinheiro, que era filho do capitão Francisco da Cunha Pinheiro, antigo proprietário da chácara da Gamboa, como já deixamos narrado.

José Pinheiro ainda vivia, em 1829, porque nesse ano aparece, em transações de venda de terrenos na parte do morro da Gamboa que lhe pertencia e na qual estava a antiga caieira, a sociedade Cruz & Barreda, com 51 braças do terreno, e Cruz com 46 ditas.

A topografia do litoral do Rio de Janeiro, desde Botafogo até São Cristóvão, alterou-se, e muito, com obras de aterros e de cais no decorrer dos anos. A construção do chamado Cais do Porto fez apagar por completo os últimos vestígios da enseada da Camboa ou Gamboa, onde ficava a península ou ponta da Chichorra.

CAPÍTULO XIV

São Domingos

Concentrados na chamada várzea, entre o mar e o fosso – rua Uruguaiana – os primeiros habitantes da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, como encarcerados ansiosos de liberdade, deitavam as suas vistas para o imenso campo que se abria do fosso, a perder-se no horizonte e coberto de caatingas, areais e lagoas, oferecendo-lhes grandes elementos de trabalho e de vida. Os mais destemidos enfrentaram a imensidade selvagem desconhecida e, dentro em pouco, estava devassado o sertão carioca e a planície saneada e cortada de caminhos, terras lavradas, casas e granjas. Temos aí a origem do bairro de São Domingos, ocupando toda a planície desde o antigo fosso e até os areais do Capueruçu.

E foram as concessões de terras, sem obrigações outras senão a do seu devido aproveitamento e um pequeno foro à Câmara, que impulsionaram o progresso nessa região, em curto tempo. Das quintas ou chácaras que, então, se formaram, destacamos a denominada de São Domingos. Essa importante propriedade tinha frente no caminho de Fernão Gomes – atualmente rua Senhor dos Passos – e corria fundos, à direita, com a chácara de Gonçalo Nunes, e, à esquerda, com a estrada que subia para São Lourenço, vinda de Matacavalos, na banda do campo fronteira ao areal – correspondendo agora com a face oriental da praça da República. Pela parte sul, rua Visconde do Rio Branco, hoje, a quinta ou chácara de São Domingos confinava com as terras da chácara que pertencera ao licenciado Francisco Viegas e, por sua morte, passou ao seu pai Cristóvão Lopes Monteiro, o qual, reconhecendo, como reconheceu, ser do senhorio direto da Câmara as terras da chácara que herdara do seu filho, pediu e obteve o aforamento das mesmas terras, por carta de 5 de dezembro de 1669. A chácara do Viegas, também dita do Licenciado, mais tarde veio a ser conhecida pela denominação de chácara do Guarda-Mor, por pertencer ao guarda-mor das minas gerais, Pedro Dias Paes Leme.*

Voltemos à chácara de São Domingos, cujo comisso se fez público por edital da Câmara, no começo de 1702, e foi levada à praça, sendo arrematada pelo dr. João Mendes de Almeida, a quem a Câmara concedeu carta de aforamento, em 6 de fevereiro de 1702, ao foro anual de dez tostões. Em 1709, com aprovação da Câmara, o dr. Mendes de Almeida doou a chácara de São Domingos ao seu cunhado, capitão Paulo Carvalho da Silva, o qual pediu uma nova carta de aforamento, que lhe foi concedida a 14 de novembro de 1710. Em testamento, o capitão Carvalho da Silva legou a dita chácara à Ordem Terceira do Carmo, com a obrigação de aplicarem-se os réditos à sustentação dos irmãos pobres, recolhidos ao hospital da mesma Ordem. Mas a dita corporação, embora de mão morta, parecia querer perpetuar aquela sua posse, deixando de cumprir as disposições do legado, senão quando, obrigada pelo vice-rei conde da Cunha, inimigo cerrado de irregularidades, teve que desmembrar a chácara e entregar, no interesse do cômodo público e da facilidade das comunicações, os terrenos necessários à formação de novos logradouros públicos. Foi, ainda, obrigada a facilitar as edificações em toda região da antiga quinta ou chácara de São Domingos e a pagar o foro e laudêmio das vendas dos terrenos marginais aos logradouros que se abrissem. Nessa ocasião, abriram-se as ruas conde da Cunha – atual visconde do Rio Branco; Ciganos agora, Constituição; Hospício – hoje, Buenos Aires; a primeira e a segunda travessa de São Joaquim, sendo que esta veio a chamar-se rua da Condessa, dos Coqueiros e por fim do Núncio; e a primeira travessa – rua de Santa Teresa, do Regente e, ultimamente, Regente Feijó. Foi na época da abertura desses logradouros, que a Ordem Terceira do Carmo iniciou os arrendamentos e subarrendamentos dos terrenos desmembrados da dita chácara e marginais às novas vias públicas.

As pensões desses contratos enfitêuticos variavam e foram consideradas demasiado altas, o que determinou o protesto da maioria dos arrendatários ou foreiros, os quais conseguiram, em 1772, a redução do foro que pagavam. Por sua vez, o Senado da Câmara, entrando no exame das transações e mais atos praticados pela Ordem, declarou-se prejudicado nos seus interesses de senhorio direto do chão da antiga quinta de São Domingos, levou o caso ao tribunal competente, a fim de que a venda do mesmo chão se fizesse segundo os princípios estabelecidos pela sua lei própria. Não conseguindo a querelada – Ordem do Carmo – , amparo legal, e conhecendo-se perdida na querela, entrou em negociações com o querelante – Senado da Câmara. No acordo amigável que se fez, a Ordem obrigou-se a aforar os terrenos por dez tostões anuais, que seriam pagos ao Senado da Câmara ao fim de cada ano, e, também, um de trinta em trinta anos, a partir da data da expedição da carta de aforamento pelo Senado da Câmara. A carta foi expedida a 22 de dezembro de 1779, data em que a Ordem entrou para o cofre do município com o primeiro laudêmio, calculado pelo valor das propriedades na ocasião da entrada. Quase todos os

---

* Vide Bairro de Matacavalos. (N.A.)

antigos arrendatários ou foreiros da Ordem reconheceram o senhorio municipal e legalizaram os seus aforamentos, com as respectivas Cartas concedidas pelo Senado da Câmara. É certo, porém, que muitos dos seus sucessores não seguiram o mesmo honesto procedimento e daí as novas posses ilegítimas nessa *enfiteuse*, causa, ainda nos nossos dias, de questões com a Prefeitura do Distrito Federal, a qual tem, indiscutivelmente, o senhorio direto sobre toda a área onde se assentou o bairro de São Domingos e somente a chicana levanta dúvidas quanto à legitimidade desse senhorio.

Enxuta, apenas, numa pequena parte, que era a sua frente no caminho Fernão Gomes e onde ficava a casa de morada dos donos, a quinta ou chácara de São Domingos formava uma bacia desde a atual rua Buenos Aires até a do visconde do Rio Branco, linha de fundos da chácara, em mato de brejo, como nos transmitem os Autos de Demarcação e Vistoria de Terras, no campo fora da cidade ou também dito campo de São Domingos, dos séculos XVII e XVIII. Por esse campo, notadamente na parte dos fundos da chácara, foram sendo levantadas pequenas casas de taipas, as quais, por ocasião das grandes chuvas, ficavam submersas nas águas transbordadas das charnecas. Gente miserável, na maioria emigrada da Europa, ocupava esses casebres. Ainda, em 1798, autoridades fiscais do Senado da Câmara diziam que "todos esse lugares, a poucos pés acima da rua aberta de novo, à mão esquerda, indo para o campo de Santana, estavam cobertos de águas apodrecidas e lameiros perigosos". São dessa época as tentativas para o enxugamento de um grande pantanal no campo dos Ciganos. A rua aberta de novo é o trecho final da rua Senhor dos Passos, ou seja, o pedaço desse logradouro desde a antiga rua de São Jorge – agora, Gonçalves Ledo, até o campo de Santana – atualmente praça da República. São da referida época estudos e planos de obras que fizessem desaparecer o grande pantanal, que se procurava ocultar às vistas públicas por um tabuado, levantado à direita da rua do conde da Cunha até a de São Lourenço, na parte do campo de Santana. Portanto, todo o espaço entre as atuais ruas Visconde do Rio Branco e Constituição, desde a Regente Feijó até a praça da República, foi ocupado pelo pantanal. E justamente, por ser muito pantanosa, foi essa a parte da chácara de São Domingos que demorou em ser desmembrada e vendida. Ainda em 1803, fomos encontrar adquirentes de chãos nessa parte da chácara, obrigados a grandes aterros para poderem edificar. Esses fatos, transmitidos por documentos escritos da época, e bem fidedignos, constituem argumentos fortíssimos contra a opinião que se fez vencedora, em 1892, lamentavelmente para localizar-se a execução de Tiradentes num terreno particular, verdadeiro charco no campo dos Ciganos, beirando a rua do conde da Cunha – hoje, visconde do Rio Branco. Acresce, ainda, considerar que a forca para a execução do mártir da Independência do Brasil, a fim de que pudesse ser vista de longe, foi mandada construir bem alta, com mais de 20 degraus, e era bem pesada. Foi levantada no campo de São Domingos, que se mostrou sempre a região menos baixa do campo da cidade, com porções arenosas sólidas e em cujo centro se erguia a capela de São Domingos, que deu o nome a esse lugar.*

Quando, em 1892, o governo da República quis fixar, por um monumento notável a Tiradentes, o local da forca do mártir da Inconfidência Mineira, surgiu larga discussão pela imprensa e três grupos entregaram-se às investigações históricas sobre o local do enforcamento e dessas pesquisas resultou grande divergência. Um grupo oficializou-se, por vitoriosa a opinião – da qual discordamos em face dos fatos já narrados. O campo de pesquisas desse grupo foi muito estreito e duvidoso. Daí, mais um erro na História do Brasil.

O outro grupo apresentou-se com opinião fudamentada no que se conhece, aliás com segurança, sobre a disposição da tropa e do itinerário do lúgubre préstito. Finalmente, o terceiro grupo que aparece próximo à verdade – verdade histórica transmitida por manuscritos e mapas fidedignos da época da execução. Não padece dúvida que, de momento, impressionem as razões do grupo vencedor, principalmente quando ele se diz amparado pelo testemunho histórico de uma planta da cidade, levantada em 1811, planta que foi exposta, em 1892, na vitrina da casa Max Nothmam, à rua do Ouvidor. Essa planta, topologicamente, não passa de um bosquejo e com a finalidade, apenas, de planear a obra de saneamento da cidade e de assinalar os lugares de preferência a ser saneados. Foi feita sob as vistas do dr. João Manoel da Silva, ilustre medico higienista, incumbido por dom João VI, ainda regente em 1811, para estudos sobre sanear-se a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O mapa, ou planta, do dr. Manoel da Silva, existente no Arquivo Nacional, ainda em 1929, assinala um grande espaço desocupado entre o rossio Grande e o campo de Santana, o que não é verdadeiro. Devoluta era apenas a parte entre a rua do Regente e o dito campo.

---

* Classe de Manuscritos – Brasil, – Correspondência – 1790/1794 – Arquivo da Torre do Tombo – Portugal. (N.A.)

Toda a porção compreendida pelas atuais ruas Visconde do Rio Branco, Regente Feijó e Constituição e pela praça Tiradentes – antigo Rossio Grande, desde o ano de 1803, estava bem aterrada e dividida em lote para edificação de prédio de sobrado, *ex-vi* das posturas. Em 1807, já estava edificada, sendo o maior proprietário – o capitão Manoel Gonçalves Moledo. Pelo bosquejo citado, a rua do conde da Cunha, agora, visconde do Rio Branco, figura ainda por alinhar e a rua da Condessa, depois do Nuncio, não aparece. Entretanto, uma e outra estavam regularmente abertas e entregues ao trânsito público, desde o governo do vice-rei conde da Cunha (1763/ 1767). Esses, e outros fatos, parecem-nos provas bastante do lamentável engano que pôs a forca do mártir inconfidente no local onde se edificou a Escola Tiradentes.

Largo do Rosário – 1705/1840

Terreno de 28,5 braças no largo do Rosário – também dito da Sé – correndo frente pela rua que ia da Sé Nova para as Pedreiras. Sé Nova é o edifício da Escola Politécnica e a rua, a da Conceição, atualmente. O terreno media 17 braças de frente a fundos, onde confinava com a Casa da Aula dos padres da Companhia de Jesus, e ficava defronte da chácara do Jogo da Bola. Por causas de divisas, querelavam constantemente o posseiro do terreno, Francisco de Almeida Lisboa, e o dono da precitada chácara, João Vieira Borges. Afinal, o Senado da Câmara, intervindo como senhorio direto do terreno, mandou fosse o mesmo balizado e arruado. Em 5 de setembro de 1764, foi cumprida cabalmente a ordem do Senado.

Desde 1705 até 1719, o largo ou campo do Rosário foi chamado Rossio da cidade. Impropriamente, no começo de século XVIII, deram-lhe o nome de largo da Sé Nova, depois de obras que diminuíram bastante esse logradouro e que mais diminuído foi em 1840.

A edificação da casaria, conseqüência do crescimento rápido que ia tendo a cidade, bem acentuado depois de 1725, obrigava o Senado da Câmara, de quando em vez, a retalhar o antigo campo para atender às necessidades desse progresso. Várias as questões que se fomentaram entre os que edificavam e os antigos posseiros de chãos, no antigo Rossio da cidade. Entre essas questões, fez-se célebre a provocada por Ana Matilde da Costa Viana, em 9 de setembro de 1785.

O Jogo* da Bola

Divertimento predileto da rapaziada da época e com bastante animação. De começo, somente com assistência de amigos dos jogadores, era praticado em um terreno arrendado no interior de uma chácara, de extensa frente pela rua do Alecrim – atual – Buenos Aires – e toda fechada a muro de pedra e cal. Daí a origem da denominação chácara do Jogo da Bola à importante propriedade de José de Souza Meireles, em 1801. Neste ano começou a chácara a ser desmembrada, estando, então, arrendada por alto preço a Bento Esteves, dono de uma taberna com comida no morro da Conceição e o maior empresário do jogo da bola.

Para a desmembração da chácara houve a devida licença do Senado da Câmara, expedida a 18 de abril de 1801, e, logo a seguir, iniciaram-se a venda dos terrenos e as edificações. Bento Esteves transferiu, então, o jogo da bola para o quintal da sua casa, o que deu origem a nominação de Jogo da Bola à rua em que estava a morada de Esteves. Depois de 1785, o jogo da bola tornou-se animada diversão pública, com torneios ou partidas que se disputavam em campos públicos, com numerosa assistência. Em 1790, oficializou-se esse jogo, que passou a ter severa fiscalização policial e regras para a sua prática, em defesa à pessoa física dos jogadores. Não se realizava jogo sem prévia licença do Senado da Câmara e sem que houvesse campo apropriado. Ainda em 1830, jogava-se a bola no quintal da casa de Bento Esteves, no morro da Conceição, sendo, na maioria, marujos os jogadores. Constantes os distúrbios com os partidos que se formavam e as apostas em dinheiro.

Viviam em sobressaltos os moradores do morro, e as queixas avolumaram-se, determinando a intervenção da policia, que agindo às cegas, quase sempre, tornava piores os conflitos. O jogo da bola[43]

---

* Precursor do futebol (*foot-ball*). (N.A.)

consistia em derrubar com bolas de madeira um determinado numero de paus, distanciados alguns metros dos jogadores da bola, e dispostos simetricamente, segundo as regras pré-estabelecidas para um jogo ou partida. Em 1891, apareceu a pelota, introduzido esse jogo por um argentino de nome Irizarri. Era muito diferente do de Bento Esteves. Da pelota veio o fronton e deste o foot ball.

Com a estabilidade da organização social, política e judicial da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que os portugueses, em 1567, alicerçaram à margem ocidental da Guanabara, foi o jogo logo instituído, em falta de outras distrações e mesmo como segurança à disciplina, à ordem e à boa moral dos costumes daqueles que deveriam habitar a nova colônia portuguesa. E assim se fez, para que não se criassem, no convívio dos habitantes dela – colônia – piores males à saúde e aos costumes.* O jogo, no Rio de Janeiro, nasceu e cresceu, pois, como instituição de benemerência. A principio, honesto e divertido. Depois, degenerando-se, fez-se aviltante e corrupto. O jogo da bola, o do pau, da argola, da barra, podem ser classificados esportivos e constituíam atraentes diversões populares dos domingos e dias santificados da velha Sebastianópolis. As pelejas desses jogos desenvolviam-se com animação e sem desatinos.

A Dança

Em se recordando as diversões da velha cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, não deve ser esquecida a dança, que aparece nos costumes cariocas desde os primórdios da cidade. Dançavam os livres e os escravos, o rico e o pobre, o nobre e o plebeu. O baile era a alegria e o prazer nas noites de outrora e, ainda na cidade do século XIX, dançava-se muito.

E repetindo o padre João Lucena, na *Vida de São Francisco Xavier*, os nossos avós diziam: por que não dançar, se até as estrelas movem-se em danças, alegrando os céus. A quadrilha, a valsa e a mazurca foram as contradanças de mais aceitação nos salões da nobreza e nas modestas salas da Sebastianópolis. O maxixe, dança exótica popular, foi dançado em palco pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1892, no teatro Alcazar. Genuinamente brasileira e carioca é a corta-jaca, a quebra-quebra e a dança dos pastores. O cateretê pode ser considerada dança brasileira. Nasceu no terreiro das fazendas, nas luarentas noites estivais. É filho do batuque africano e deste conserva as cadências deleitosas. Lamentavelmente, usos e costumes nossos foram sendo depreciados e substituídos pelas novidades bem disparatadas, que nos trazem de fora e que, muita vez, nos enchem de ridículo. Triste espírito de imitação esse e que tão mal faz ao Brasil. Entretanto, nos nossos costumes e nas nossas tradições há muito encantamento e bem poucas as banalidades. O trabalho dos nossos maiores na formação da nossa nacionalidade foi envolvido de dores e sacrifícios, suavizados, porém, pela alegria comunicativa e sadia das suas diversões.

O canto, a dança e a música foram, ao mesmo tempo, estimulantes e inspiradores dos nossos avós na luta estóica que travaram, para a formação do alto sentimento de brasilidade que nos legaram e que, tristemente, vai descendo de nível, dia a dia, por influência de uma civilização mal dirigida. Enfim, em tudo, e até mesmo na religião, os nossos antepassados punham um cunho original, todo ele bem brasileiro. A festividade religiosa do mês do Rosário é uma prova. Por toda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, da mais pobre casa ao mais rico solar, aromáticas flores ornamentavam improvisados altares, nos quais os círios ardiam em louvor à Virgem Maria. Simples na prática e profundos na fé eram esses atos religiosos. Terminados, seguiam-se as danças, as cantorias e outros honestos folguedos.

Na festividade do Rosário no Rio de Janeiro, a dança apropriada era a Baiana, um tanto sagrada e um tanto profana. Jovens esbeltos, vestidos a caráter, trazendo o rosto mascarado, dançavam em público, ao ar livre, sobre altos tablados, enchendo o povo de entusiasmo. Também, em casas de família, exibiam-se os mais provectos dançarinos da Baiana, verdadeira arte coreográfica, e da qual foi o maior dançarino Antônio Faustino de Paula, o qual se espiritualizava com a música, empolgando pelo ritmo dos seus passos e a harmonia dos seus movimentos. Recebeu aplausos da mais seleta sociedade carioca, nos teatros e nos salões da aristocracia. Faustino de Paula apareceu no Rio de Janeiro, pela ultima vez, para dançar a Baiana, como dançou, no mês do Rosário do ano de 1838, exibindo-se em casas particulares e dançando para o público, no segundo e no terceiro domingo do mês do Rosário, 14 e 21

* Provisões e registros dos governadores do Rio de Janeiro – Séculos XVI e XVII. (N.A.)

de outubro do precitado ano de 1838. E de tudo há provas nos Registros de Licenças da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte e no termo firmado no Juizado de Paz, como de lei, a 26 de setembro de 1838, e pelo qual o famoso dançarino obrigava-se a conduzir-se com decência e ordem na exibição da sua dança. O magistral intérprete da Baiana era tipo forte e impressionante de mameluco – filho de português com índia – e nascido na Bahia. Analfabeto, fazia-se acompanhar sempre de um empresário-procurador para cuidar de todos os seus negócios. Em 1838, exercia essa função José Francisco de Araújo Silva. Dificuldades as maiores que nos foram criadas, lamentavelmente, levaram-nos a desistir das pesquisas que, bem possível, nos dariam a conhecer o destino de Antônio Faustino de Paula, onde e como terminou a sua existência.

Largo do Rosário – 1813/1830

Terreno de 10,5 braças de frente, junto à igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e do qual era posseiro Maria Esperidiana de Azevedo Pizarro, na qualidade de filha e herdeira de monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, filósofo e historiador de nomeada. monsenhor Pizarro legitimou a sua filha por escritura pública, de 21 de janeiro de 1813, tendo havido aquiescência dos únicos parentes e herdeiros daquele sacerdote, os seus sobrinhos, filhos de Bartolomeu Júlio Pizarro, residentes em Santos, São Paulo. O alvará régio, de 19 de julho de 1814, confirmou a legitimação e investiu a legitimada na posse de bens materiais, de títulos, privilégios e regalias de que gozava o seu ilustre pai.

A senhora Maria Esperidiana de Azevedo Pizarro de fina educação e instruída, era muito considerada na sociedade, por seus dotes intelectuais e suas virtudes morais. Em 1830, por despacho de 15 de setembro, a pedido da mesma senhora, a Ilustríssima Câmara concedeu-lhe o aforamento do terreno em apreço.

Rua do Fogo – 1785/1840

Terreno de 10 braças de frente pela rua do Fogo, entre o largo do Capim e a rua dos Ferradores, nos limites do antigo campo da cidade. Era posseiro desse terreno, por aforamento do Senado da Câmara, o rico homem de negócio e grande proprietário de casas de morada Bartolomeu Machado Ferreira, casado com Joana Inácia da Luz, também proprietária e rica. Extinto o casal, por morte, o terreno e benfeitorias, casas de morada e outros bens ficaram pertencendo a Delfina Ferreira e a Maria Joaquina do Bonsucesso, casada com o dr. Felipe Gomes de Matos. O casal Gomes de Matos deixou uma filha trazendo o mesmo nome de sua mãe. Em atingindo a maioridade, Maria Joaquina casou-se logo. Péssimo casamento, que lhe arruinou a existência. Esse mau marido, que fez sofrer a sua esposa, reduzindo-a ainda à miséria, chamava-se Zeferino José Pinto de Magalhães. Enviuvando, a pobre senhora viu-se na contingência, pelo assédio dos credores, a entregar à praça de execução as suas maiores propriedades, entre as quais dois prédios de sobrado, então nºs 18 e 20, à rua do Fogo. O 18 foi arrematado por Felipe Caetano Viana e o 20 por Antônio Francisco Chaves. O maior e irreconciliável credor foi Manoel Plácido de Paiva, que recusou toda e qualquer concordata, iniciando logo o processo de execução e que levou a efeito no fim de 1839. Dos dois precitados arrematantes, somente Chaves pediu e obteve o aforamento do terreno do prédio que arrematava.

Rua do Fogo – 1808/1844

Terreno correndo frente pela rua do Fogo, a começar do canto da rua Estreita de São Joaquim – agora, Marechal Floriano – e indo terminar na das Violas – atual Teófilo Otoni – à mão direita, caminhando para São Francisco de Paula. O terreno tinha quatro braças de fundo pelas ditas ruas Estreita

de São Joaquim e das Violas, como foi verificado por ocasião da arruação, feita em 1821, para as obras do grande edifício que ocupava o terreno em apreço. Edificação já bem antiga ao tempo dessas obras e de muita solidez, pedra e cal, e que formava em um só corpo dois prédios residenciais de sobrado, nºs 30 e 32. Pertenceram ao capitão-de-mar-e-guerra José Domingos Moncorvo, de antiga e ilustre família carioca.

Em morrendo o capitão Moncorvo, passaram os imóveis aos filhos do finado – José Domingos de Ataíde Moncorvo e Luiza Francisca Moncorvo Moutinho, casada com o conselheiro Luiz Moutinho de Lima Alves e Silva. Nesse edifício fundou-se, em 24 de junho de 1821, a Loja Maçônica Comércio e Artes, onde se fizeram reuniões secretas em prol da Independência do Brasil. Em 1844, aparece José Domingos Ataíde Moncorvo, como único dono dos prédios nºs 30 e 32 da rua do Fogo e nessa qualidade pediu e obteve, por despacho da Ilustríssima Câmara, de 20 de agosto de 1844, o aforamento do terreno em que estavam eles construídos.

Rua do Fogo – 1808/1850

Terreno de 6 braças de frente no alinhamento da rua do Fogo, face ocidental do largo do Capim, e ocupado por duas casas térreas nºs 51 e 53. Edificação ainda do tempo das urupemas,* essas casas foram reformadas, em 1808, pela sua proprietária, Joana Maria de Jesus, antiga foreira do terreno. Da referida senhora, foi herdeiro Rodrigo Antônio da Costa Andrade, o qual, sendo homem de iniciativas progressistas e, além disso, dono de outros prédios modernos – e bem rico, transformou as duas velhas urupemas, radicalmente, vendendo a de nº 51, em julho de 1833, a Jerônimo Ferreira Neves, outro proprietário ricaço.

Em setembro de 1837, já a antiga casa 51 da rua do Fogo havia sido transformada em prédio de loja e sobrado e era propriedade de Francisca Antonia da Piedade, por compra que fizera ao precitado proprietário Jerônimo Ferreira Neves e pela quantia de 13.800$. Por despacho de 15 de setembro de 1837, a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento, que havia sido pedido pela referida senhora, relativo à parte do terreno ocupada pelo prédio 51, mantendo, porém, o foro estipulado o todo, que era de mil quatrocentos réis anuais. Em novembro de 1848, a dita proprietária vendeu o prédio e também o domínio útil do respectivo terreno, por 15:000$, a Zebedeu Jacomo Tasso, comerciante e proprietário rico e ao qual a Ilustríssima Câmara concedeu um novo aforamento, sob as mesmas condições do anterior.

Rua do Fogo – 1844

Terreno de 2.5 braças ocupado por um prédio nº 18, que pertencera a Felix Caetano Viana e que, na praça dos seus bens, para liquidação de inventário, foi arrematado por Jesuino Antônio Horta, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu aforamento do terreno, por despacho de 1º de setembro de 1844. Caetano Viana possuíra o dito prédio, também em virtude de arrematação em praça de credores, de Zeferino José Pinto de Magalhães.** Pinto de Magalhães foi casado com a neta de Bartolomeu Machado Ferreira, enfiteuta do Senado da Câmara já no meado do século XVIII, pela posse de vastos terrenos da chácara do Fogo, que se retalhou para a formação do Rossio da cidade.

O quarteirão que nos nossos dias compreende as ruas Uruguaiana – antiga da Vala – Andradas – outrora, do Fogo – Conceição – anteriormente, Pedreira – e Marechal Floriano – antiga Estreita de São Joaquim – formou-se todo ele de terrenos foreiros à municipalidade do Rio de Janeiro pelas origens seguintes: a) sesmaria concedida por Estácio de Sá, em 1565, confirmada e ampliada por Mem de Sá, em 1567, medida, demarcada, e por fim julgada por sentença, em 1757; b) sesmaria concedida, a 26 de maio de 1667, das terras que sobejaram pelo rumo que tomou a medição da sesmaria de 1567, sendo que a sesmaria de 1667 ficou chamada sesmaria dos Sobejos e foi confirmada pela carta régia de 8 de janeiro

*Urupema: tecido de palha forte, espécie de esteira, que tapava as portas e janelas das casas pobres (N.A.)

** Vide rua do Fogo – 1785/1840. (N.A.)

de 1794; c) aforamentos que por toda a região extra-muros da cidade foram sendo praticados pela Câmara Municipal, desde o século XVII, sem estorvo e nem condenação.

Dos primitivos e vastos aforamentos, os novos e menores prazos que vieram a formar, no decorrer do século XVII, várias chácaras no chamado campo da cidade – ou seja, toda a planície desde o fosso – onde corre a rua Uruguaiana – até o grande mangal – São Diogo. Dessas chácaras, apenas interessa tratar a chácara da Conceição e a chácara da Mitra, que eram místicas.

Chácara da Conceição

A chácara da Conceição ocupava, em 1707, extensa área, com testada onde, na atualidade, corre o lado impar de rua de São Pedro, poucos metros acima da rua Uruguaiana até a avenida Passos. Tinha fundos além do morro da Conceição, intestando com o litoral do Valongo. À esquerda, confrontava com a chácara da Mitra e, à direita, com o caminho do Valongo – atual rua Camerino – que servia de divisa com a chácara do Casado. A chácara da Conceição pertenceu, até 1717, a Maria Pereira Fulgêncio, a quem foi comprada, no dito ano, pelo alferes Antônio Coelho Lobo e deste passou, por sucessão, a Antônio Vidal de Castilho, a Julião Antunes da França, genro de Castilho, a Julião José de Oliveira, sobrinho de França e, por último, a Pedro Antônio de Oliveira, filho de Julião José de Oliveira, que faleceu depois de 1792. Em terras da chácara da Conceição, foreiras à municipalidade do Rio de Janeiro em mil setecentos réis anuais, foram abertas as ruas Estreita de São Joaquim, Prainha – antigo trecho final, – Andradas e Conceição, a partir da rua de São Pedro – esta desaparecida, em 1944, com a abertura da avenida Presidente Vargas.

Chácara da Mitra

A chácara da Mitra ocupava uma área aproximada à da Conceição, com a qual confinava à direita. Já em 1850, a chácara da Conceição estava bem reduzida pelos cortes que vinha sofrendo, compreendendo a sua testada, no precitado ano, apenas o trecho do lado direito da rua da Prainha, desde o prédio 86 até a ladeira da Conceição, onde ficava o Aljube. Todo o chão da chácara da Mitra é foreiro à municipalidade do Rio de Janeiro e sempre assim tido e havido, desde a formação da chácara, no século XVII.* Ainda foreiros à dita municipalidade, são todos os terrenos da rua dos Andradas, desde a avenida Presidente Vargas, compreendida esta via pública, até o largo de São Francisco de Paula. São provas suficientes as concessões feitas pelo Senado da Câmara, no começo do século XVIII, após a demarcação do rossio da Cidade, e as deliberações daquela respeitável assembléia concernentes aos terrenos de Pedro Dias Paes Leme e do secretário de Estado, Antônio da Rocha Machado. Esses terrenos estavam compreendidos na área entre o largo do Rosário e o de São Francisco de Paula.

A rua dos Andradas é das primitivas vias públicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Na sua origem, um estreito caminho, com ligeira sinuosidade, partindo da rua do Capueruçu – agora, da Alfândega, indo terminar na grande pedreira do Julião e daí a denominação primitiva de caminho da Pedreira. Com a localização de uma fábrica de pirotécnica no trecho final da via pública, junto à Valinha, passou, então, a ser chamada rua do Fogo. O nome de Andradas, que ainda conserva, é justa homenagem aos Andradas da ilustre família paulista, à qual pertence o patriarca da nossa Independência – José Bonifácio de Andrade Silva, o mais velho dos irmãos Andradas – três irmãos. A rua dos Andradas corre desde o largo de São Francisco de Paula até a rua da Prainha, sendo que, do seu começo até a rua da Alfândega, trecho que se cordeou por último, constitui a testada do rossio da Cidade ou, também, campo do Rosário. Esse rossio, demarcado em 1705, como já temos dito, veio a desaparecer em sua quase totalidade, com os cortes que se fizeram por ordem do Senado da Câmara, facultando melhor delineamento de logradouros públicos, construção da casaria e maior renda aos cofres municipais, com os aforamentos dos terrenos que sobejaram. Assim, do extenso e projetado rossio apenas duas pequenas

* Para confirmação, basta a narrativa do monsenhor Pizarro e Araújo, no tomo 7, fls. 243, das suas *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, e, também, Baltazar Lisboa, no livro 7, págs. 364 a 369, dos Anais. (N.A.)

áreas permaneceram como logradouro publico: o largo de São Francisco de Paula e o pequeno largo do Rosário, que também se chamou ilharga da Sé Velha. Os aforamentos praticados pelo Senado da Câmara, por influência política, deram origem a abusos de toda a espécie, com prejuízo público. O aforamento conseguido pelo secretário de Estado, Antônio da Rocha Machado, e o obtido pelo guarda-mor das Minas Gerais – Pedro Dias Paes Leme —, motivaram o trancamento, pelos ditos beneficiados, do trecho da rua do Fogo, entre o largo de São Francisco de Paula e o do Rosário. Somente depois de 1742, franqueou-se de novo esse trecho da rua à servidão pública, por um golpe decisivo do Senado da Câmara contra a chicana dos embargos.

O trecho da rua teve a sua cordeação – abertura – bem demorada pelas intermitências que sofreu com as sentenças judiciais manutenindo posseiros no domínio útil de terrenos que eram, justamente, os necessários à abertura da rua. Na sua maior porção, esses terrenos desmembraram-se da chácara do Coqueiro, que pertencia ao coronel Julião José Oliveira e foreira à municipalidade, em mil e setecentos réis anuais.

No livro 6 de Aforamentos concedidos pelo Senado da Câmara, às fls.77v., aparece curioso registro localizando fronteiro ao rossio da cidade o prédio de sobrado que, mais tarde, constituiu o segundo ângulo da rua da Alfândega, no encontro ou cruzamento com a do Fogo, à mão direita, vindo do largo de São Francisco. Esse prédio, que alcançou os nossos dias, figurou com o nº 156 até os últimos anos do século passado. Quase ao fim da rua dos Andradas, tornando rápida a comunicação entre a Prainha e o Valongo, abriu-se, ainda no século XVIII, uma passagem, indo da rua do Fogo à da Conceição. Essa pequena via pública chamou-se, até 1871, passagem ou travessa da Pedreira. A 21 de março, daquele dito ano, a Ilustríssima Câmara deu-lhe a denominação oficial de travessa do Oliveira, sobrenome do cidadão que, à sua custa e em terrenos seus, abrira o dito logradouro.

Largo de São Francisco de Paula – 1725/1841

Terreno correndo frente pelo largo de São Francisco de Paula, desde a rua do Ouvidor até a travessa do Rosário, com fundos corridos até a rua da Vala – atual, Uruguaiana –, onde fazia outra frente com igual extensão da primeira citada.*

Em virtude de um edital do Senado da Câmara, publicado em março de 1725, sobre a praça de arrematação de terrenos do antigo rossio da Cidade, no campo de São Domingos, João Barbosa Calheiros, conceituado e rico homem de negócio, arrematou o terreno motivo destas notas, pelo foro anual de 160 réis a braça. O título desse aforamento foi mandado expedir na vereança do Senado da Câmara, de 25 de abril de 1725. Do terreno que arrematou, Calheiros desmembrou oito braças de frente pela rua da Vala, contadas do canto da rua do Ouvidor para a banda do Rosário ou Sé Velha, e fundos no largo de São Francisco de Paula, onde se contaram as mesmas oito braças. Essa desmembração foi vendida por Calheiros, em 10 de março de 1744, à Irmandade do Rosário, escritura em notas do tabelião Francisco Xavier da Silva. Por sua vez, a dita Irmandade desmembrou da sua posse uma porção de 8 braças de frente no largo de São Francisco de Paula – ou seja, toda a frente nesse largo do terreno, que comprara a Calheiros, por dezessete braças de fundos pela rua do Ouvidor, e que vendeu a Simão Barbosa Barreto de Menezes, com carta de aforamento a 15 de julho de 1748. Simão Barbosa faleceu em 1749, e as oito braças de terreno que comprara, já com benfeitorias, passaram ao seu filho – Salvador da Fonseca Souto Maior —, o qual pediu ao Senado da Câmara uma nova carta de aforamento do terreno que herdara, e que obteve a 10 de fevereiro de 1750. O sucessor de Souto Maior na posse do terreno foi Jerônimo Teixeira Lobo e deste, por compra, foi o cônego José de Souza Ribeiro de Araújo.

Do referido sacerdote passou o terreno a uma sua sobrinha de nome Antonia Maria Pizarro e por fim, em virtude de herança, o imóvel veio a pertencer ao monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, notável historiador, autor da famosa obra histórica – *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. monsenhor faleceu no Rio de Janeiro, repentinamente, a 14 de maio de 1830, no Jardim Botânico, quando, do seu hábito, dava ali o seu passeio – de estudo e recreio. Todos os bens deixados pelo ilustre sacerdote passaram à sua filha Maria Esperidiana de Azevedo Pizarro da Costa Pereira, como já deixamos dito, senhora de grande trato social, estima e respeito. Era casada com André Pinto Duarte da

* Vide cap. XII, “Bairro Comercial – rua do Ouvidor – 1705/1877 – Notas”. (N.A.)

Costa Pereira. Entre os bens herdados pela dita senhora estavam o domínio útil do terreno em causa e os três prédios nele construídos, de nºs 32, 34 e 36, os quais vieram a ser vendidos a Antônio Laurêncio Correia e José Alves Correia. O de nº 36 ficava no canto da travessa do Rosário e era ocupado pela cocheira do Miranda, de Joaquim José de Miranda, que alugava carruagens de luxo: coupês, caleches, carros e cabriolés.

Largo de São Francisco de Paula – 1747/1860

Terreno de 39 braças e 12 palmos, entre as ruas do Fogo – atual, Andradas – e da Conceição, com 17 braças pela dita rua e 138 ditas pela da Conceição. Esse terreno, a princípio, formava quatro porções distintas e que se reuniram em um todo para formar um só aforamento, trazendo, porém, origens diferentes. Excluem-se das citadas 39 braças e 12 palmos as porções largadas em benefício da utilidade pública, e que foram duas de 3 braças e 4 palmos cada uma, tiradas nas extremidades do terreno, para a abertura da rua do Fogo e da que ia para a pedreira e dita da Conceição.

Discriminaremos, a seguir, as quatro porções que constituíram o terreno em apreço, como matéria de divulgação interessante.

1ª porção – Seis braças no canto da rua dos Andradas, aforadas a Tomás de Aquino César que as comprara ao cônego Roque da Macedo Paes Leme, filho do guarda-mor das Minas Gerais Pedro Dias Paes Leme, o qual foi o primeiro posseiro do terreno por título de aforamento que lhe concedeu o Senado da Câmara, em 1747, mediante o foro anual de 960 réis.

2ª porção – Outras seis braças em seguimento às já referidas e também possuídas por Tomás de Aquino César, em virtude de compra que fizera, no ano de 1792, a Antônio Gonçalves Ledo, o qual as arrematara na praça do seqüestro dos bens dos jesuítas e a esses religiosos tinham sido vendidas pelo cônego Henrique Moreira de Carvalho, primitivo foreiro por título concedido pelo Senado da Câmara, em 1748. Nessas seis braças, os Jesuítas edificaram um sólido e vasto prédio de dois sobrados no qual instalaram a sua famosa Casa da Aula – que deveria ser transformada em um seminário superior, não fora a expulsão dos ilustres religiosos – aos quais, repitamos palavras de Max Fleiuss, coube a mais alta e delicada missão, como elementos formadores da nossa civilização.

3ª porção – Dezoito braças em seguimento às precedentes e que foram também possuídas por Tomás de Aquino César, em virtude de arrematação em praça do Senado da Câmara, por comisso em que incorreu a enfiteuta Maria Barbosa, filha de Bento Gomes Freire, antigo foreiro. Nas ditas dezoito braças estavam assentes quatro prédios, sendo um no largo de São Francisco de Paula e três na rua da Lampadosa – atual Luiz de Camões. Em 1860, esses prédios tinham a seguinte numeração : nº 14 para o do largo de São Francisco de Paula, e 2, 4 e 6 para os da rua da Lampadosa.

4ª porção – Nove braças e 12 palmos aforados a Vitória Forjaz Paes Leme, em 1747, com quatro prédios. Em 1859, todos esses quatro prédios, de pedra e cal, ainda se mostravam bem conservados e figuravam no Rol das Décimas com os nºs 8 a 14 da rua da Lampadosa, canto da Conceição, onde também existiam três prédios de nºs 2 a 6, bem conservados.

Largo de São Francisco de Paula

Logradouro dos primitivos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o largo de São Francisco de Paula resultou das demarcações que se fizeram no começo do século XVIII, no intuito de formar-se um grande rossio para a cidade e que se demarcou em definitivo no ano de 1705. Por fim, abandonada a idéia do rossio, o terreno a ele destinado, na quase totalidade, foi aforado, reduzindo-se da projetada praça ou recio, como diziam os antigos, e não rocio que, de fato, significa chuva miúda, orvalho. Quando da demarcação da área destinada à construção da Sé Nova, em 1749, fizeram-se novas retificações nos alinhamentos das faces do recio, ficando, então, demarcado a praça ou largo – que chegou aos nossos dias com a denominação de largo de São Francisco de Paula e ufano de tradições. A

20 de janeiro de 1749, lançou-se a pedra fundamental da Sé Nova, cuja construção foi logo iniciada e a obra prosseguiu, diz monsenhor Pizarro e Araújo, com esperança de se concluir em tempo breve. Tal não aconteceu, porque, em 1752, por falta de dinheiro, pararam as obras e ainda paradas estavam em 1796. Afinal, a Sé Nova veio a ser transformada em um edifício no qual se instalou a Academia Militar, depois a Escola Central e, por fim, a Escola Politécnica.

Embora não reconhecidos em determinados trechos, todos os terrenos que na formação do largo de São Francisco de Paula são foreiros à municipalidade do Rio de Janeiro e disto há provas em vários códices manuscritos sobre logradouros públicos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, guardados no importante Arquivo Municipal. A nominação que lhe deram de praça Coronel Tamarindo não prevaleceu e ele continua a ser o largo de São Francisco de Paula – onde sempre se proclamaram os nossos ideais de liberdade, e o povo do passado, cônscio e sem medo, se reunia para gritar bem alto o seu protesto e a revolta contra os desmandos e as opressões dos governantes. Era ali, na estátua de José Bonifácio, o Patriarca da Independência, a tribuna do Povo, antes e bem antes de aparecer a escadaria granfina do Teatro Municipal.

Na antiga ilharga de São Francisco – hoje rua Tucuman, funcionou o afamado Teatro Chabres, de F. Chabres, francês, residente no Rio de Janeiro, à rua dos Ourives, 80. Chabres, por ser muito amigo das artes de cena viva, pediu permissão às autoridades competentes para arrumar um teatrinho, entre os nºs 27 e 29 da antiga ilharga de São Francisco.* Esse pedido registrou-se na Secretaria da Ilustríssima Câmara no fim de janeiro, de 1833 e a 14 do mês seguinte, foi a licença concedida, depois de discutidas e estipuladas condições de ordem técnica e de moral para o funcionamento do teatro. O teatrinho do

Augusto Malta, 1906 – Largo de São Francisco de Paula.

* A ilharga de São Francisco ficava no lado oposto da Casa da Ajuda (2ª porção), portanto, não poderia ser contínua à mesma (N.C.).

francês, depois chamado São Francisco e Ginásio, segundo Noronha Santos, tinha duas entradas, uma pela antiga ilharga com três portas, sendo a entrada principal. A outra, pela rua do Cano – agora, Sete de Setembro – com duas portas e privativa dos artistas e do pessoal do teatro. O teatrinho do francês veio a ser reconstruído e melhorado pelo insigne ator brasileiro João Caetano dos Santos. Tinha três ordens de camarotes e a tribuna imperial. Depois de reformado, e reaberto com um espetáculo de gala por uma companhia organizada e dirigida por João Caetano, recebeu o teatro, a 12 de abril de 1855, o nome de Ginásio Dramático. Nesse teatro instalou-se a Imperial Academia de Ópera Nacional, a 16 de julho de 1857, tendo havido, após a sessão inaugural da Academia, a representação da peça *Estréia de uma Artista.* No Ginásio Dramático foi representada, e muita aplaudida, a ópera Noite de castelo, de Carlos Gomes. Segundo cronistas e estudiosos do nosso teatro, foi no palco do Ginásio Dramático que se fez conhecida, no Rio de Janeiro, a escola realista. Também, na rua de São Francisco de Paula, existiu mais uma outra casa de espetáculos de comédias e dramas denominada Teatro São Luiz, construída pelo notável ator Furtado Coelho, e inaugurada a 1º de janeiro de 1870, com a Morgadinha do Val-flor, de Pinheiro Chagas.

Augusto Malta, s/d – Praça Tiradentes, vendo-se o teatro São Pedro (atual João Caetano).

Rua da Lampadosa – 1721/1782

Terreno de extensa frente, começando da capela da Lampadosa e terminando na rua de São Jorge, por onde corria fundos de duas e meia braças e estava ocupado, junto à capela, por duas casas térreas pertencentes a Ursula de Queiroz de quem passaram, por compra, ao casal Manoel Gomes de Souza e Maria Rosa de Jesus. Enviuvando, Rosa de Jesus casou, segunda vez, com Domingos Pinto de Miranda e já possuidora de fortuna em prédios, notadamente no antigo caminho de Fernão Gomes.* A 6 de agosto de 1782, o Senado da Câmara concedeu ao casal Pinto de Miranda o aforamento do terreno em apreço pelo tempo de duas vidas e ao foro anual de duas patacas. As antigas casas térreas existentes no terreno, por se acharem bem arruinadas, foram demolidas e levantaram-se sólidos prédios, por toda a frente do terreno. Da grande chácara de Gonçalo Nunes, já em comisso em 1690, saiu esse terreno. A dita chácara, posta em praça pelo Senado da Câmara, a 19 de junho de 1721, foi arrematada por José de Vargas Pizarro, capitão miliciano e escrivão do Senado da Câmara. Em morrendo Pizarro, a sua viúva Leonor Maria de Vasconcelos Pizarro completou o desmembramento da chácara, tendo antes vendido uma extensa porção a Pedro Coelho da Silva, porção que se dividiu, também, em diversos lotes vendidos a bom dinheiro. Dessa porção é o lote de terreno objeto desta ligeira notícia e também toda área compreendida nos nossos dias pela avenida Passos, praça da Independência – antiga Tiradentes – e pelas ruas Gonçalves Ledo e Senhor dos Passos.

Rua da Lampadosa – 1818/1846

Terreno de 4 braças de frente, com duas casas térreas, que pertenceram a João Bernardes de Carvalho, até 1818. Neste ano, foi o dito proprietário executado pela Ouvidoria da Comarca e as casas levadas à praça da execução, em 14 de dezembro de 1818, sendo arrematadas, por 1:750$, pelo sogro de Tristão Ramos da Silva, a quem, já em 1846, fomos encontrar como proprietário das citadas casas, então com os nºs 68 e 70. Para a abertura da rua, hoje dita Imperatriz Leopoldina, Tristão Ramos da Silva, em 1846, num acordo amigável com a Fazenda Nacional, largou as casas em benefício àquela obra e recebeu em troca duas outras casas residenciais, à rua da Saúde e mais um armazém na mesma rua. Esses imóveis, próprios da Nação, foram estimados em 7:200$ e as casas 68 e 70 em 9:200$, recebendo Tristão a diferença de 2:000$ em moeda corrente, paga no ato da lavratura da escritura. A municipalidade, senhorio direto do terreno, ratificou a transação em 3 de abril de 1846, e recebeu na mesma data, o respectivo laudêmio, na importância de 362$575.

Rua da Lampadosa – 1855

Terreno de 30 palmos de frente por 19 braças de fundo, com um telheiro de fins industriais, tendo o nº 24 e era propriedade de Antônio Marques de Oliveira. Fechava o terreno um alto frontispício de pedra e cal, com portais de cantaria e portão de madeira, pesado e com ornamentações. O domínio útil do terreno e as benfeitorias existentes foram vendidas pelo precitado proprietário a Manoel Martins Marinhas, em maio de 1855, e pela quantia de 6:000$. Em 18 de julho do mesmo ano de 1855, Marinhas obteve da Ilustríssima Câmara o aforamento do terreno.

Rua da Lampadosa – 1861/1872

Terreno de 52 palmos de frente por 176 ditos de fundo, com dois prédios nºs 16 e 18, pertencentes ao tenente-general José Maria Pinto Peixoto e que, por morte desse militar, foram à praça de órfãos, sendo arrematados em outubro de 1861, pela quantia de vinte contos de réis, por João José Bourrel. Em

* Trata-se da atual rua Senhor dos Passos. (N.C.)

novembro de 1865, foram esses prédios vendidos a João Ferreira de Carvalho, de quem foi herdeiro uma irmã de nome Máxima Ferreira de Carvalho. No começo de 1872, a referida senhora requereu o aforamento do terreno dos prédios que herdara do seu irmão, o que lhe foi concedido por despacho de 27 de abril de 1872.

Rua da Lampadosa

A rua da Lampadosa, atual Luiz de Camões, é logradouro público da cidade, desde o século XVII. A princípio, estreito e curto caminho que se cordeou para edificações, seguindo do rossio da cidade até topar a chácara do escrivão José de Vargas Pizarro. Chamou-se ilharga da Sé Nova e depois rua da Lampadosa, com o aparecimento de uma capela dedicada à N.S. da Lampadosa. Posteriormente a 1846, levou-se a efeito o prolongamento dessa via pública até o local onde ainda hoje termina, que é na rua Gonçalves Ledo, antiga São Jorge.

Para a construção da igreja da Lampadosa, Plácido Antônio dos Santos doou um terreno de 10 braças de frente por vinte ditas de fundo. Em sendo o terreno foreiro ao Senado da Câmara, essa Assembléia deu a indispensável licença para que se efetivasse a doação, confirmada pela provisão régia, de 20 de junho de 1747, registrada no livro 3º das Ordens Régias, fls. 155, do Senado da Câmara. A atual igreja da Lampadosa difere bastante da primitiva, notadamente quanto à feição da sua frente. A Confraria da Lampadosa era hóspede da Irmandade do Rosário, quando, em 1744, o juiz Paulo da Costa Matos e mais irmãos da Mesa da dita Confraria, porque desejassem fazer a sua capela e ter as suas sepulturas, que na igreja do Rosário lhes vendiam por alto preço, apresentaram ao Senado da Câmara uma petição de mercê de concessão gratuita de uns chãos que existiam devolutos na várzea da cidade, indo para Gamboa, de frente à chácara do padre Manoel Gomes da Cruz, cujos chãos eram pertencentes ao mesmo Senado, que os trazia aforados ao licenciado bacharel, Plácido Pereira dos Santos, o qual estava disposto a fazer, como fez, a mercê. O referido enfiteuta, consultado, declarou, a 17 de abril de 1744, que para uma obra tão pia e do serviço de Deus, cedia a porção de terreno de 10 braças de frente por 20 [de] fundos, que corria fronteiro à chácara do padre Cruz. A petição da Confraria foi deferida, a 18 de abril de 1744, e, a 11 de julho do mesmo ano, expediu-se a carta de aforamento do terreno, registrada no Livro de Tombo da Irmandade da Lampadosa, às fls. 1. De tudo e como confirmação da nossa narrativa, existe no Arquivo Municipal do Rio de Janeiro uma certidão passada por Antônio Torres Homem Junior, secretário da Irmandade da Lampadosa, a pedido do procurador da Ilustríssima Câmara. Esse documento traz a data de 17 de fevereiro de 1861. Segundo monsenhor Pizarro e Araújo, é de 20 de dezembro de 1747, a provisão que permitiu fosse erigida a capela da Lampadosa, só benzida para o culto, em 31 de agosto de 1772.

À porta da capela da Lampadosa, para a sua última prece, ajoelhou-se Tiradentes em caminho para a forca, que se levantou mais alto que de ordinário, no campo de São Domingos. Inaugurada a capela da Lampadosa, a prática da devoção e as solenidades em homenagem à Virgem, atraindo os fiéis, influíram bastante para a toponímia de uma extensa parte do antigo campo de São Domingos.

O campo da Lampadosa, na sua quase totalidade, compreendeu a parte pantanosa da chácara de Gonçalo Nunes e já estava bem reduzido da sua primitiva área, quando se transformou em largo do Rossio, que passou a denominar-se praça Tiradentes. No campo da Lampadosa, olhando o nascente, entre as ruas de São Jorge e do Alecrim e a travessa da Pedreira, ficava o terreiro destinado ao exercício da peça e às manobras do Regimento de Artilharia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. As ruas precitadas têm agora os nomes de Gonçalves Ledo e Buenos Aires, respectivamente, e a travessa é a rua da Conceição. Ao findar o século XVIII, ainda restavam, da antiga planície paludosa, porções alagadiças. Em 1798, recomeçou a obra de saneamento da região com aterros, canalização de águas servidas, calçadas, etc... De acordo com o resolvido pelo Senado da Câmara, foi essa obra submetida a uma rigorosa vistoria, em 5 de junho de 1798, por técnicos do município. A parte mais vistoriada foi a do então largo da Lampadosa, por detrás da Sé Nova – hoje Escola Politécnica. Com os melhoramentos executados, os possuidores de terrenos aforados pelo Senado da Câmara mais facilidade tiveram para a construção da casaria, levantada num espaço que, nos nossos dias, corresponde a toda a área fechada pelas ruas Luiz de Camões, Andradas, Buenos Aires e avenida Passos.

Na ocasião desses melhoramentos, maior vazão teve uma grande vala de esgoto que passava pelo meio do campo da Lampadosa, em toda a sua extensão, e foi coberta por resistente lageamento. A vala, tendo origem no dito campo, e depois de correr pelas ruas do Lavradio e do Senado, ia desaguar no mangue de São Diogo.*

Em 1803, reclamações de proprietários sobre o estado das calçadas e das valas de escoamento, determinaram medidas administrativas para novas obras. Assim é que se fez o nivelamento de toda a região, aterrada em uns pontos e rebaixada em outros. Enxugou-se o encharcado da Polé – instrumento de tortura – defronte da Casa do Erário, depois Tesouro Nacional. Marcaram-se novos alinhamentos dos terrenos circunvizinhos ao precitado charco e, ainda, em combinação com o comandante do Regimento de Artilharia – José de Oliveira Barbosa, – foi demarcado um novo terreiro de espaço suficiente para o exercício de tiro e para as manobras daquele corpo militar. Ficou o pequeno campo com vinte braças de largura, entre as ruas de São Jorge e da Pedreira, onde começava o jogo da bola. O local onde está o teatro João Caetano, antigo São Pedro, e, ao fundar-se, São João, era um encharcado impraticável a qualquer serventia. Fato este que destrói a possibilidade da execução de Tiradentes nessa parte do antigo campo da Lampadosa. Demais, documentos contemporâneos ao triste acontecimento deixam claro que a forca para esse martírio levantou-se na parte enxuta e mais alta do campo de São Domingos, indo para a banda do mar pela rua [da] Forca – rua de São Pedro, posteriormente desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas. Os alagadiços desse campo, que ainda permaneciam entre as ruas de São Jorge e Andradas, começaram a ser aforados pelo Senado da Câmara em 1801, na sua totalidade em porções de 20 braças de frente ou testada, por 34 ditas de fundo e sendo essa frente na nova rua da Lampadosa, desde a Casa da Aula dos jesuítas, correndo pelo campo que olha para a barreira do morro dos Frades, nos nossos dias rua Silva Jardim e morro de Santo Antônio. Com essas concessões de aforamentos, o Senado da Câmara fomentou as edificações nessa parte da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, aonde existiam, ainda, grandes áreas desocupadas. E, para a verdade histórica do Rio de Janeiro são, sobremodo importantes, os documentos da antiga Intendência Geral de Policia, do ano de 1796, e relativos aos “baldios da cidade”, cujo crescimento já considerável e não comportando mais os seus antigos limites, pedia o aproveitamento desses baldios em seu benefício. Assim é que, em 9 de janeiro de 1796, o Senado da Câmara decidiu sobre chãos devolutos no largo da Conceição, entre a rua da Conceição e a do Fogo – atual Andradas – chãos que corriam fundos pela rua dos Ferradores – agora Alfândega. No que dispôs, mandou o Senado que os ditos chãos fossem aforados ao cirurgião-mor, Luiz de Santa Ana Gomes, sob a condição de os aproveitar imediatamente, com edificações de prédios de sobrado.

Rua do Sacramento – 1798/1859

Terreno de 11 braças de frente pela rua do Sacramento, por 150 de fundo. Em 1798, estava de posse desse terreno Manoel Luiz Ferreira,** por compra a Boaventura Luiz de Carvalho. Em 1818, estava todo edificado e pertencia, ainda, a Manoel Luiz Ferreira. No Rol das Décimas, para o ano de 1820, os prédios que se edificaram aparecem com os nºs 5, 7 e 9 pela rua do Sacramento, e 54 a 66 pela rua da Lampadosa, e como pertencentes a Marcos da Silva Vieira Braga e à sua mulher, Rita Clara de Souza Braga. Em 1859, a sentença que condicionou o desquite desse casal, entregou à desquitada os prédios 5 e 7. Todos esses pertenceram a Vieira Braga por herança do seu avô, Manoel Luiz Ferreira.

Rua do Sacramento – 1803/1859

Terreno de 9 braças de frente por 150 ditas de fundo, possuído por João Batista de Alvarenga Pimentel, que o arrematara em praça da Fazenda Pública, no ano de 1803. Nesse terreno, Pimentel

---

* Documentos A.D.F. (Arquivo do Distrito Federal) – Cat 97 (N.A.)

** Manoel Luiz Ferreira – citado nesse verbete – era dono do segundo teatro da cidade do Rio, a “Ópera Nova”, que pertencera ao primeiro empresário teatral, o padre Boaventura Dias Lopes. Situava-se essa casa de espetáculos na vizinhança da atual praça Quinze, que depois de sua demolição teve seu o terreno incorporado aos fundos do atual prédio da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. (N.C.)

Augusto Malta, 7/11/1911 – Rua Silva Jardim, canto da praça Tiradentes.

edificou uma casa térrea residencial, vendida pela sua viúva a Manoel Alves Sampaio. Em 1859, demoliu-se a velha casa para construir-se um sólido e nobre prédio de sobrado, na forma do novo Plano de Edificações e Posturas da Ilustríssima Câmara. Esse prédio ficava no canto da rua do Sacramento com a travessa das Belas Artes e teve o nº 17.

Caminho vicinal a uma vala que cortava chácara de Gonçalo Nunes, caminho que se tornou de servidão pública, no começo do século XVIII, com o desmembro da dita chácara. É nessa primitiva via pública a origem do logradouro chamado travessa da Lampadosa, rua do Erário e do Sacramento, sendo que este segundo nome, a partir de 1818 até 1903, quando passou a ter a denominação de avenida Passos, radicalmente transformada na feição arquitetural dos seus prédios e aumentada de extensão e de largura. Quando em 1721, por comisso, o Senado da Câmara pôs em praça a chácara de Gonçalo Nunes, determinou que se tirasse à mesma o terreno necessário à cordeação do antigo caminho, para a sua cômoda e definitiva servidão pública. A vala referida, vazadouro natural da lagoa da Polé, foi, então, cuidada convenientemente. A lagoa da Polé ficava onde se levantou, e ainda permanece, a igreja do Sacramento. Em 1798, a vala recebeu novos melhoramentos, sendo empedrada e lageada, e a então travessa da Lampadosa foi melhor alinhada, prolongada pela frente da Casa dos Pássaros e teve maior largura, com o recuo que se fez dos muros e das cercas vivas das frentes das casas, cerca de duas braças e meia. A Casa dos Pássaros, espécie de museu zoológico, foi fundada por Luiz de Vasconcelos e Souza, e entregue à direção de Francisco Xavier Cardoso Caldeira, exímio embalsamador de animais. A sua construção foi iniciada no governo daquele vice-rei (1779/1798). Parou com a saída de Luiz Vasconcelos e, somente em 1814, foi terminada para a sede do Erário Real. Bem mais tarde, radicalmente tranformado, o antigo prédio passou a ser ocupado, por muitos anos, pelo Tesouro Nacional.

Como muitas outras que dizem respeito à evolução da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ao passado pertence a idéia de rasgar-se a velha rua do Sacramento, pela casaria que a trancava na rua Senhor dos Passos, levando-a até o mar pela rua da Imperatriz, hoje, Camerino. A custo fez-se a obra, ainda tema de discussões, em 1875. Nesse ano, o competente engenheiro, José Antônio da Fonseca Lessa, então no cargo de diretor da repartição de Obras Municipais da Corte, expunha, em relatório à Ilustríssima Câmara, a sua opinião sobre a execução da obra, apresentando um orçamento de 70:790$. Muito discutida a matéria e apreciada pelo Governo Imperial, o qual deu, afinal, a sua aquiescência. Iniciaram-se as desapropriações, logo depois sustadas por falta de numerário. Até 1888, nada se fez e depois, por intermitências, a Ilustríssima Câmara ia conseguindo desapropriar os prédios de menos custo. Na República, a Intendência Municipal, a 18 de outubro de 1890, firmou um contrato com o engenheiro Antônio Lustosa Pereira Braga, para a feitura da obra. Mas, opondo-se o Ministério do Interior, do qual dependia a aprovação do mesmo contrato, ficou ele em suspenso. Na operosa administração do prefeito Pereira Passos, foi a rua do Sacramento alargada e prolongada até a Marechal Floriano, dando-se-lhe a largura de 15m60.

A obra foi iniciada em 7 de abril de 1903, e, a 27 de julho do mesmo ano de 1903, era inaugurado o novo logradouro. Toda a avenida Passos corre em terrenos foreiros à municipalidade do Rio de Janeiro. No lado esquerdo, terrenos tirados à chácara foreira de Pedro Coelho da Silva, com carta de aforamento que se registrou no livro 2 de cartas de 1747, às fls.20. Esse livro foi queimado no incêndio do importante Arquivo Municipal, na noite de 20 de julho de 1790. Os limites da chácara compreendiam 110 braças de testada, desde o Rossio Grande – praça Tiradentes, depois – até o caminho de Fernão Gomes – atual rua Senhor dos Passos. Os fundos corriam junto com a cerca viva da chácara de Paulo Carvalho da Silva e correspondem hoje a toda a extensão da atual rua Gonçalves Ledo, antiga São Jorge, desde a praça Tiradentes – agora, Independência, até a rua Senhor dos Passos.

Nessa parte dos fundos está compreendido o terreno em que esteve assente a primitiva capela de São Jorge, terreno esse doado pelo capitão Paulo Carvalho da Silva à Irmandade de São Jorge. As faces laterais da chácara de Carvalho da Silva correspondem, a da esquerda, a todo o lado esquerdo da rua Senhor dos Passos, desde a rua Gonçalves Ledo até a avenida Passos, e a da direita, a toda a face da praça Tiradentes, desde a rua Gonçalves Ledo até a avenida Passos. A chácara de Pedro Coelho da Silva tinha pertencido a José Vargas Pizarro e já estava desmembrada de uma grande porção quando foi vendida a Pedro Coelho da Silva, venda feita pela viúva de Pizarro, Leonor Maria de Vasconcelos Pizarro. A referida senhora, inveridicamente, declarou na respectiva escritura ser o chão da chácara livre de foro. Em conseqüência dessa declaração, foi o Senado da Câmara obrigado, mais tarde, a questionar

com os possuidores de terrenos desmembrados da chácara. Afinal, em 1780, sentença judicial reconheceu legítimo o senhorio direto do Senado da Câmara sobre todo o chão da chácara que pertencera a Gonçalo Nunes e que, em praça de comisso, fora arrematada por José de Vargas Pizarro, no ano de 1721. Entre os que questionaram com a Câmara salientam-se, pela atitude que tomaram, os herdeiros de Miguel Ferreira Forjáz. Ainda em 1859, nessa zona da cidade, muitas vendas de imóveis se faziam irregulares, motivando questões em juízo e nas quais a municipalidade do Rio de Janeiro teve sempre ganho de causa. No lado direito da avenida Passos, desde a praça Tiradentes até a rua Senhor dos Passos, os terrenos têm a mesma origem foreira – isto é, são desmembramentos da porção da chácara de Pizarro, desmembrada por ele próprio, e que veio à sua filha Ana de Vasconcelos Drumond. Das terras que desmembrou e compradas à viúva Pizarro, Pedro Coelho da Silva vendeu uma porção ao licenciado Plácido Pereira dos Santos. Essa porção corresponde agora à quadra fechada pelas linhas da casaria da avenida Passos, rua Luiz de Camões e Imperatriz Leopoldina e pela praça Tiradentes. O licenciado fez uma desmembração de duas frentes e a vendeu por bom dinheiro ao ricaço Manoel Luiz Ferreira, o qual logo edificou prédios de sobrado. Esses imóveis vieram a ser vendidos por Miguel da Silva Vieira Braga e outros herdeiros do dito Luiz Ferreira a José Gaspar d'Antas Coelho. Em 1818, encontramos o visconde do Rio Seco comprando os prédios a Antas Coelho. A casa do canto com o largo do Rossio

s/a, 1906 – Praça Tiradentes com rua do Espírito Santo.

Grande, depois praça Tiradentes, e, recentemente, da Independência, foi residência de Manoel Luiz Ferreira e nela também residiram o visconde do Rio Seco e José Bonifácio – o patriarca da Independência do Brasil. Rio Seco foi elevado, no seu título, a marquês de Jundiaí. Nesse prédio hospedou-se a embaixada do sultão de Marrocos, quando da visita ao rei dom João VI. Nos nossos dias, para construir-se no local um edifício de vários andares, foi demolido o velho casarão, em cujo pavimento térreo funcionou o célebre Café Braguinha: câmara dos patriotas que conjuravam todos, em segura fé, pela independência do Brasil.

Terminaremos estas notas com um ligeiro retrospecto interessando à chácara de Gonçalo Nunes e a outros fatos dignos de ser anotados. Gonçalo Nunes, homem bom da cidade, no século XVII, aparentado com o padre Belchior da Ponte, que foi figura de relevo nos primitivos tempos da Sebastianópolis, Gonçalo Nunes, dizíamos, desapareceu do Rio de Janeiro, sem conhecer-se do motivo e do destino que levou. Em 1721, já decorrido mais de vinte anos do seu desaparecimento, a sua importante propriedade, que era uma grande chácara no campo da cidade, com boa casa de moradia, cavalariças, cocheiras e outras benfeitorias, foi levada à praça, a 19 de julho do precitado ano, por ter caído em comisso, cumprindo-se, assim, deliberação do Senado da Câmara, ao qual a mesma chácara era foreira. Foi arrematada pelo capitão José de Vargas Pizarro, a quem se passou carta de aforamento, por três vidas, registrada no livro 3, fls. 62, do Senado e queimado no incêndio de 1790, mas restaurado, depois, em presença dos títulos originais trazidos pelos foreiros ao Senado da Câmara, por convocação

Augusto Malta, 1/12/1906 —Rua do Espírito Santo. Fundição Nacional.

dessa Assembléia. A chácara de Gonçalo Nunes confinava do lado do nascente com o muro e o portão da chácara do Jogo da Bola, entestando com a vala do esgoto público, aterrada por ocasião da demarcação do Rossio Grande; do lado do poente ela confinava com a chácara de São Domingos, de Paulo Carvalho da Silva. À sua frente começava a uma distância de 19 braças – 41m80 – da atual rua dos Andradas, nos fundos de uma grande casa de sobrado, de pedra e cal, com frente à rua da Alfândega, canto, à esquerda, da citada rua dos Andradas. Essa frente ia terminar onde corre hoje a rua Gonçalves Ledo e seguia, do começo ao fim, uma direção ou linha que corresponde à da atual casaria do lado esquerdo da rua Senhor dos Passos. Os fundos da famosa chácara alcançavam as abas do morro de Santo Antônio. Ocupava, pois, toda a área ora compreendida pelas ruas dos Andradas, Senhor dos Passos e Gonçalves Ledo e pela praça Tiradentes. Por morte de José de Vargas Pizarro, que era escrivão do Senado da Câmara e pessoa de conceito social, passou a chácara, já desmembrada de uma boa parte, à sua viúva Leonor Maria de Vasconcelos Pizarro, e à filha do casal – Beatriz de Vasconcelos Drumond Pizarro, depois, com a morte de sua mãe, única dona da chácara. Beatriz sustentou longa e complicada querela pela posse de uma porção da dita chácara, na qual existia uma lagoa de águas paradas e podres, que se aterrou a mando do Senado da Câmara, em benefício da salubridade pública. Aterrada a lagoa e adjacências, numa distância de mais de três braças, demarcou-se um pequeno campo ou largo, onde se

s/a, fins do século XIX – Praça Tiradentes. Vendo-se o teatro São José, antigo Variedades.

levantou a forca ou polé. Ainda em 1721, o Senado da Câmara mandou tirar mais terreno da parte pantanosa da chácara de Gonçalo Nunes, destinado à servidão pública, para uma futura obra de melhoramentos do Rossio Grande, realizada somente no governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza (1779/1790). Também, providências foram tomadas sobre a vala que atravessava a dita chácara, da frente aos fundos, na barreira dos frades – atualmente rua Silva Jardim – e daí seguia, serpenteando, ora pela frente, ora pelos fundos da casaria, até o mangue de São Diogo, onde desaguava. Por mais de setenta anos, a vala motivou querelas entre a Câmara e os moradores a ela ribeirinhos, os quais faziam-na de vazadouro de todas as imundícies. Em 1798, a vala era motivo de reclamações ao Senado da Câmara e nesse ano, a pedido do vice-rei conde de Rezende, foi feito um aperfeiçoado empedramento da vala, dando-se-lhe maior vazão. No governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, completou-se o aterro dos alagadiços ainda existentes até as abas do morro de Santo Antônio e demarcou-se, em definitivo, o rossio e o lugar para a feira de animais – lugar agora ocupado pelo teatro João Caetano, antigo São Pedro.

Voltemos aos prédios que pertenceram ao ricaço Manoel Luiz Ferreira e adquiridos, em 1818, pelo visconde do Rio Seco. Por morte desse titular, que faleceu com o título de marquês de Jundiaí, os prédios 1 e 3 da rua do Sacramento e os de nºs 28 e 30 do largo do Rossio, ficaram pertencendo à sua viúva, Maria da Cunha, marquesa de Jundiaí, na forma da escritura de composição amigável entre os herdeiros do marquês e à sua viúva, a quem, também ficou pertencendo o domínio útil do terreno em que estavam assentes os prédios cujo aforamento foi concedido, por Carta de 5 de setembro de 1818, e consta do livro 6, fls. 197, do Senado da Câmara. A marquesa de Jundiaí veio a casar-se com João Samuell, tambem proprietário no Rio de Janeiro, e comendador da Ordem da Rosa. Em 1853, Samuell, por seu procurador no Rio de Janeiro, Diogo Henri, pediu um novo título de aforamento do terreno dos precitados prédios em seu nome, visto a sua qualidade de herdeiro e sucessor do seu filho menor, Fernando, herdeiro, por sua vez, de sua mãe – a marquesa de Jundiaí. Para comprovar o seu direito, o comendador João Samuell, nessa ocasião, residindo na Europa, juntou ao seu pedido a carta de aforamento, por três vidas, ao marquês de Jundiaí, a escritura de composição amigável com a marquesa viúva, o reconhecimento nos assentos do batistério feito por ele, Samuell, e pela marquesa em relação a seu filho Fernando, a certidão do seu casamento com a referida titular e as dos óbitos da mesma senhora e de seu filho Fernando. Julgados os autos, foi concedido, afinal, o traspasse do aforamento ao comendador João Samuell, a 22 de fevereiro de 1853, como sucessor da terceira vida, sendo o respectivo título registrado no livro 13, fls. 193, dos aforamentos da Ilustríssima Câmara. Em agosto de 1856, aparece o comendador Samuell vendendo o prédio nº 28 do largo do Rossio, canto da rua do Sacramento, por 50:000$, ao barão de Lorena. Esse prédio, como já dissemos antes, é o casarão de beirada, sobrado de muitas janelas e loja ocupada pelo Café do Braguinha. O comendador Samuell vendeu, também, os demais prédios de sua propriedade, sendo o de nº 30, por 28:000$, em julho de 1858, a Francisco Dias Ribeiro Moreira; o de nº 1 da rua do Sacramento, em abril de 1859, a Antônio José Alves Souto, e o de nº 3, dessa mesma rua, ao barão de Lorena.

A falência da importante casa bancária de Alves Souto & Cia.* motivou a venda em praça dos bens da falida, incluído o prédio nº 1 da rua do Sacramento, que foi adquirido pelo comendador Francisco Ferreira das Neves.

Campo de São Domingos – 1714

Terras no campo de São Domingos, extensas e beneficiadas, foreiras à Câmara e por ela arrendadas a Antônio Vieira, um dos ricos homens da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no século XVII. Antônio Vieira era tipo esquisitão. Demasiado ambicioso, querelista e portador de uma alcunha bem imprópria de ser dita. Essas terras, no seu todo, constituíam uma chácara, a qual passou, por morte do precitado arrendatário, ao seu filho, de nome Pedro Fernandes a quem foi comprada por Manoel Casado Viana, rico e conceituado homem de negócio.

Por despacho de 30 de junho de 1714, a Câmara deferiu o pedido de Casado Viana, concedendo-lhe o aforamento das terras da chácara, pelo tempo de três nove anos e ao foro de mil e seiscentos réis

* Livro 3 dos Aforamentos, fls. 42. (N.A.)

anuais. Em 1741, terminado aquele tempo, Casado pediu e obteve a renovação do aforamento pelo mesmo período e ao foro anual de mil e novecentos réis. A carta desse segundo aforamento traz a data de 9 de agosto de 1741. Por morte de Manoel Casado Viana, ao seu irmão, coronel Joaquim Gonçalves da Rocha, transferiu-se a posse da então já chamada – chácara do Casado. Por fim, veio a pertencer a Clara de Menezes Sudré, em última vida. A referida senhora era sobrinha do coronel Rocha e a escritura de posse da chácara, por sentença do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordem foi lavrada, a 20 de junho de 1789, anulando a de 20 de maio a favor de João Luiz Teles, indigitado sobrinho do mesmo coronel Rocha. Ao tempo da última foreira, Clara Sudré, começou o desmembramento da chácara do Casado, completado na administração de José Gonçalves da Silva Rocha, procurador da referida senhora. Hábil procurador, esse José Gonçalves, tão dedicado aos interesses de sua constituinte, que, logo de início, conseguiu dela a doação de uma parte da chácara, por escritura de 16 de julho de 1789, em notas do tabelião Bernardes de Morais Chaves, da comarca de Sabará, em Minas Gerais. Depois da morte de Clara Sudré e também falecido o dito donatário, os herdeiros da referida senhora moveram ação de nulidade da doação. Não obstante a posse e domínio em que estavam pacificamente, da parte doada da chácara, havia anos, a viúva de José Gonçalves da Silva Rocha, Genoveva Maria Grinalda e seus filhos, para evitar um pleito de vencimento incerto e de outros inconvenientes, cederam aos querelantes a metade de todos os rendimentos, dívidas e vendas havidas e por haver, da mesma parte doada da chácara ao esposo e pai dos querelados.

A escritura desse contrato, composição e obrigação amigáveis, foi lavrada a 13 de dezembro de 1814, no Rio de Janeiro, em notas do tabelião Joaquim José de Castro. Os querelantes, que residiam em Minas Gerais, foram representados pelo procurador capitão João José de Melo, e os querelados, residentes em Parati, na província fluminense, tiveram como procurador Miguel José Fernandes, que era cessionário de seus constituintes nos direitos à chácara do Casado e às terras de um antigo engenho em Irajá, no Rio de Janeiro. O capitão João José de Melo adquiriu a posse do que restava da dita chácara, por compra aos herdeiros e sucessores de Clara Sudré e de Maria Grinalda. Por morte do capitão Melo, desapareceu a chácara do Casado, em cuja área arruaram-se logradouros públicos, que se incorporaram ao bairro de São Domingos.

Os últimos terrenos da chácara foram vendidos, depois de 1818, por Cândido José Rodrigues e Francisco José Pacheco, genros do capitão Melo. A frente da chácara era no caminho do Capueruçu – rua da Alfândega –, correspondendo a todo o lado ímpar da recém-desaparecida rua General Câmara, desde o Palácio da Prefeitura – também desaparecido – até o antigo largo de São Domingos, que foi abrangido pela avenida Presidente Vargas. Os seus fundos chegavam às fraldas do morro do Livramento. À sua direita, que corria em linha oblíqua desde o citado Palácio da Prefeitura até a rua Senador Pompeu, ficavam as chácaras de Emerenciana Isabel d' Antas Cunha, e de José Francisco de Araújo. À esquerda, ficava o caminho para o Valongo – hoje rua Camerino. Vem a propósito recordar que, ainda em 1790, os alinhamentos e as edificações no bairro de São Domingos motivavam querelas e debates no Senado da Câmara. Diziam os vereadores progressistas: “a cidade está se fazendo torta, anti-estética, anti-higiênica, abrigo de maus costumes pelo livre arbítrio e criminosa ganância dos proprietários e pela incompreensível falta de ação dos fiscais deste Senado, com os alinhamentos que fazem e as edificações que levantam, formando-se ângulos de grande reentrância”.

O mais teimoso querelista foi José Alves de Castilho, possuidor de terrenos que se estendiam até o sopé do morro da Conceição, com frente no caminho do Valongo – rua Camerino, atualmente. Querelou com o Senado da Câmara, e por muito tempo, sobre o alinhamento desses terrenos, os quais foram doados a ele, Castilho, pelo seu cunhado, o miliciano Antônio Coelho Lobo, por escritura pública, de 14 de agosto de 1721, do notário Jorge de Souza Coutinho. Somente em 1728, Castilho legalizou a posse dos terrenos, sujeitando-se ao aforamento dos mesmos, cuja carta traz a data de 11 de setembro de 1728. Também questionaram com o Senado da Câmara, Clara de Menezes Sudré, dona da chácara do Casado, e Antônio Ferreira, proprietário de casas de morada na travessa do Oratório.

Motivou a questão a decisão da Câmara, mandando demarcar uma rua que, começando no oratório de N.S. do Bonsucesso, por entre as casas de Antônio Ferreira e as de José dos Santos Castro, fosse sair no Valongo, em terras de Costa Barros.

Essa via pública que, na atualidade, corresponde ao trecho da rua Regente Feijó, desde a rua da Alfândega à Marechal Floriano, começou a ser cordeada em 1787 e essa cordeação continuou, embora os embargos que sofreu.

A viúva Clara de Menezes Sudré embargou a obra de abertura da rua, a qual já estava toda aberta e com edificações de um e de outro lado, quando a embargante conseguiu ganho de causa na Relação, em 1789. Em maio de 1790, Antônio Ferreira trancou a rua à servidão pública. Mas, às 3 horas da tarde, de 14 de junho de 1790, à requisição do Senado da Câmara, fez-se uma vistoria presidida pelo juiz Francisco Pinheiro Guimarães, cujo resultado foi a retirada da tapagem. Outros embargos vieram interromper o uso público do logradouro e as edificações que no mesmo se faziam. Agiam a chicana e a advocacia administrativa em prejuízo ao progresso da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Por força da lei do determinismo, que não varia e nem sofre embargos da justiça humana, ao findar a primeira década do século XIX, a via pública em questão estava desembaraçada e livre ao público, com a denominação de rua do Oratório.

E assim, muito embora as decisões de juízes embargando a ação progressista do Senado da Câmara, pôde essa respeitável Assembléia prosseguir os arruamentos pelo campo de São Domingos afora até São Cristovão, na bica dos Marinheiros, desprezando estorvos ao desenvolvimento da cidade, ao bom cômodo e a outros interesses dos seus moradores, que nenhum direito particular pode prejudicar.

Largo de São Domingos – 1849/1870

Terreno de 35 palmos de frente pelo largo de São Domingos e fundos até a antiga rua chamada, a princípio, do Sabão, depois General Câmara, recém-desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas. Um bem alto e forte paredão de pedra e cal fechava o terreno nos fundos, onde havia, em puro estilo português, um largo portão encimado por uma água-furtada. Esse terreno era ocupado por um bom prédio com frente no largo de São Domingos nº 8, propriedade de Inácio Ratton.[44] Em junho de 1849, o dito imóvel aparece vendido, por 17:000$, ao dr. Bento José Martins, médico de grande fama na época. O dr. Martins, que residiu no mesmo prédio, requereu logo o aforamento do terreno, concedido a 30 de junho de 1849. Ainda em 1870, figura o prédio com o nº 8 e propriedade do dr. Bento José Martins.

Largo de São Domingos – 1884

Terreno de 36 palmos de frente pelo largo de São Domingos, com um prédio antigo, de nº 7 que, em 1884, passou a pertencer a Philipp Halenbach, por compra a João Antônio D´Ávila, pela quantia de 7:500$. O terreno era desmembração da área que o Senado da Câmara do Rio de Janeiro concedera, a 20 de novembro de 1706, em aforamento e por esmola, aos irmãos do patriarca São Domingos de Gusmão. Esse aforamento compreendeu vinte braças de chãos, com frente à então rua dos Escrivães – depois, General Câmara, correndo fundos de 26 braças, de rua à rua, destinados à construção da igreja de São Domingos de Gusmão, sob a condição de não serem alienados e nem vendidos sem prévia licença do Senado da Câmara.

A provisão Régia, de 17 de março de 1791, para anular e deixar claro, uma vez por todas, a legitimidade da posse dos mesmos chãos pela irmandade, ratificou, plenamente, o título de 20 de novembro de 1706. É certo que a irmandade de São Domingos, por muitos anos, julgou-se também com direitos ao domínio útil sobre os terrenos do antigo cemitério dos Mulatos, chegando a criar estorvos ao beneficiamento e à ocupação dos ditos terrenos, situados entre a rua Bom Jesus – depois General Câmara – e a de São Pedro. Tinham 12 braças de largura até a rua que estava sendo aberta para o Valongo, com fundos para o adro da igreja de São Domingos. A rua que, então, se abria, é a atual Camerino.

Mas, a partir de 1787, o Senado da Câmara deixou de aceitar as razões da irmandade e começou a aforar esses terrenos, como se verifica nos respectivos títulos dos aforamentos registrados nos livros do Senado, nºs 2 e 5, nos anos de 1787/1808, fls. 45 e 88. O principal posseiro dos ditos terrenos foi João Monteiro Celi, rico negociante e industrial no Rio de Janeiro. O seu aforamento, cuja Carta traz a data de 28 de novembro de 1787, compreendeu quase a totalidade dos terrenos. Por morte de Celi, em 1808, passaram eles – terrenos – a Hilário Antônio Júnior que, logo, os vendeu ao capitão Francisco Xavier

Pires, com carta de aforamento datada de 24 de setembro de 1808. A irmandade de São Domingos não se conformando com a atitude do Senado da Câmara, foi a juízo para anular os ditos aforamentos. Mas, tida como improcedente a ação anulatória pedida, nada conseguiu a irmandade que, mais tarde, ela própria veio a reconhecer o seu erro e aceitar um acordo amigável.

Grande parte do cemitério dos Mulatos já estava, em 1787, sem uso, devassado e profanado, por ordem do juiz ordinário, em benefício da saúde do povo. Somente em 1820, foi de todo interditado, propondo-se a irmandade de São Domingos a fundar um outro para os confrades de São Domingos, em São Diogo, no campo dos Urubus, onde eram enterrados os animais. O governo recusou a proposta da Ordem, cujos irmãos passaram a ser enterrados nos cemitérios comuns. O cemitério de São Domingos ou dos Mulatos, ocupava todo o espaço entre as ruas General Câmara, São Pedro e Conceição. Em tratando das capelas filiais à matriz de São Sebastião do Rio de Janeiro, monsenhor Pizarro diz ser desconhecida a antiguidade da de São Domingos, sendo certo, todavia, que da mesma matriz de São Sebastião se transferiu a imagem de São Domingos de Gusmão à sua casa própria, erguida em meio do campo da cidade, que passou a ser chamado de São Domingos, ficando a capela a cargo da respectiva irmandade, para o seu constante zelo e conservação. Não resta a menor dúvida da existência dessa confraria religiosa, quase toda composta de mulatos, anteriormente a 1686, porque, nesse ano, com provas da sua segura organização e bastante antiguidade, ela obteve da Misericórdia, na provedoria de Francisco Brito Meireles (1686/1687), esquife próprio para os seus confrades, mediante um cruzado para o enterramento. É de lamentar que o cuidado e o zelo recomendados fossem faltando e por tal forma a deixar cair a igreja em ruínas, como já se encontrava no ano de 1853. O provedor, que era então Fortunato Correa de Jesus, muito se esforçou pela reconstrução do templo, nada conseguindo. Todos esses fatos constam escriturados no arquivo da irmandade e recolhido à capela de Santa Efigênia. Em 1905, existindo apenas as paredes laterais e a fachada, fizeram-se projetos para a reconstrução da antiga capela, cuja fachada era de estilo barroco – estilo grosseiro, aliás, e de idéias desordenadas, no qual predominam as linhas curvas. Os portugueses chamavam barrocas às pérolas irregulares. Dos projetos de 1905, teve aceitação oficial o do arquiteto da prefeitura do Distrito Federal, Alfredo Burnier, desenhado primorosamente pelo desenhista da mesma Prefeitura, Álvaro da Cunha. Por esse projeto a nova igreja de São Domingos seria um monumento de arte arquitetural cuja execução ficaria a cargo do engenheiro Gastão Luiz Bousquet. Constituiu-se uma comissão presidida pelo provedor da Ordem de São Domingos – Filomeno Jocéliu Ribeiro. Nada se fez, porém. Afinal, na sua operosa administração (1926/1930), o prefeito Antônio Prado Júnior, com o traço de inteligência, de interesse e de respeito às tradições da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, restaurou, fielmente, a capela de São Domingos de Gusmão – que a famosa avenida Presidente Vargas fez desaparecer.

Rua de São Joaquim – 1827/1877

Terreno de três braças de frente pela rua de São Joaquim, à mão direita, indo para o campo de Santana e aforado à Rita Teresa da Silva, viúva de Custódio Gonçalves Moreira. A carta desse aforamento traz a data de 4 de julho de 1827, pela qual se conhece ter sido o terreno desmembrado da antiga chácara do Casado e, pelo dono da mesma, vendido à pré-citada senhora. Um sólido prédio foi construído no terreno pela referida Rita Teresa e por ela vendido a Manoel José de Andrade, em 1833. Em 1855, o imóvel em apreço pertencia a Joaquim de Almeida Brito, com carta de aforamento registrada no livro 14, fls. 104, dos Aforamentos da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte. Em 1877, na revisão da numeração predial da cidade, o prédio recebeu o nº 114.

Rua de São Joaquim – 1827

Terreno de 3 braças de frente pela rua de São Joaquim, com um prédio de nº 71, propriedade de Manoel Joaquim de Souza Lemos. O terreno era parte de maior porção, como veremos, e foi aforado ao referido Souza Lemos, em 1827.* Souza Lemos vendeu o prédio a Antônio José Marques, a quem a

Câmara transferiu o aforamento feito a Lemos e cujo título de transferência traz a data de 26 de abril de 1828. Num ligeiro retrospecto, diremos que, anteriormente a 1780, uma grande área de terreno, entre a rua da Conceição e a atual avenida Passos foi concedida, por aforamento, pelo Senado da Câmara, a Antônio Rodrigues Claro, sob condição de logo construir moradas de casas, condição que o foreiro cumpriu de pronto, construindo seis prédios com frentes para a parte estreita da rua de São Joaquim. Esses prédios, em 1873, ainda bem conservados, tinham os nºs 61 a 73. Dos prédios que construiu, Rodrigues Claro vendeu três a João Rodrigues da Cunha. Por morte de Cunha, um seu filho de nome Agostinho Rodrigues da Cunha, herdou dois dos prédios, tendo sido o outro legado a Salvador Pimentel, de quem passou a Mariana da Penha de Franca, em virtude de herança. Em 1785, encontramos Agostinho vendendo um prédio dos dois que herdara do seu pai, a Ana Marques, a qual figura como foreira do terreno do prédio que comprou no livro 2 dos Aforamentos do Senado da Câmara, fls. 198. Justamente, o prédio vendido à precitada senhora foi o que seus herdeiros venderam a Manoel Joaquim de Souza Lemos. Pela identificação que fizemos, ainda podemos adiantar: a) os prédios vendidos por Antônio Rodrigues Claro a João Rodrigues da Cunha foram os de nºs 69, 71 e 73; b) a Salvador Pimentel, pertenceu o de nº 69, e a Agostinho Rodrigues da Cunha pertenceu os de nºs 71 e 73, tendo sido o 73 vendido, em 1795, a Antônio José Pereira da Cruz; c) o prédio 71 veio a pertencer, até 1861, a Otaviana Clara Vitorina do Vale e por ela vendido, em outubro do dito ano, a José de Souza Dias.

Rua de São Joaquim

A antiga rua de São Joaquim era construída de dois trechos bem diferentes, arquitetural e topograficamente. O primeiro trecho, datando do começo do século XVII, estreito bastante, ligeiramente torto e sempre alagadiço, servia de comunicação entre o curtume de José da Costa, na vala Grande – rua Uruguaiana, hoje – e o Valongo – rua Camerino, agora. O segundo trecho abriu-se no fim do século XVIII, cortando de face à face a chácara de Casado, em reta de 60 palmos de largura, desde o trecho estreito até alcançar os limites da servidão pública no campo de Santana, em direção ao mangal de São Diogo. O primeiro trecho, melhorado bastante no governo do vice-rei marquês do Lavradio (1769/1779), teve o nome de rua do Curtume e depois de São Joaquim, com a fundação da igreja desse santo, em 1758. Da diferença havida com a abertura do segundo trecho [da] via pública em notícia, vieram as denominações de rua Estreita e rua Larga de São Joaquim. Modernamente, obedecendo a um plano uniforme de alinhamento e de largura, que o transformou por completo, esse importante e movimentado logradouro da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro recebeu a nominação de rua e, agora, avenida Marechal Floriano.[45]

Chácara do Coqueiro

A chácara do Coqueiro ou, também, dita da Conceição, extensa e importante propriedade começada a desmembrar quando possuída pelo alferes Antônio Coelho Lobo. A quadra, entre as atuais ruas Uruguaiana e Andradas e a antiga pedreira da Conceição, constituiu o aforamento de Antônio Rodrigues Celia. O padre João de Araújo do Amaral possuiu uma quadra compreendida pelas atuais ruas Uruguaiana, Marechal Floriano, Teófilo Otoni e Andradas. Os herdeiros do dito padre sofreram execução de bens, incluídos os terrenos que herdaram e que foram levados à praça e arrematados pelo capitão-tenente José Domingos Moncorvo. Já fizemos referências sobre os terrenos de Antônio Rodrigues Claro, do qual foram herdeiros conhecidos uma filha de nome Escolástica Maria da Conceição e João Batista Ferreira, e ambos têm cartas de aforamento dos terrenos, com prédios que herdaram de Claro, registrados nos livros 3 e 4, respectivamente, do ano de 1749. Com respeito à parte larga da rua de São Joaquim existem, no Arquivo da municipalidade carioca, muitos códices que tratam exclusivamente dos terrenos que entraram na formação desse logradouro, com achegas bem

* Na conformidade do lançamento feito no livro 7 dos Aforamentos da Câmara, fls. 165. (N.A.)

interessantes à história da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Na rua larga de São Joaquim, o proprietário de maior importância, rico e figura social de relevo, foi o sargento-mor Bento Antônio Vahia, casado com Rita Clara de Araújo Vahia, filha de um ricaço de nome José Caetano de Araújo. O casal Vahia tinha residência em Meriti, onde possuía um grande e próspero engenho e na cidade muitos prédios, sendo que doze na rua Larga de São Joaquim, números 119 a 141. Em 1827, ainda era bem satisfatória a situação financeira do casal Vahia, o qual, em 1830, já estava empobrecido, com todos os bens penhorados. Entre os credores figura como sendo o maior, por hipotecas de prédios, o de nome Antônio Gonçalves Varela, calafate, que se fez bastante rico e dono de vários prédios urbanos no Rio de Janeiro, onde residia à rua Larga de São Joaquim, em prédio de sua propriedade, adquirido por compra ao sargento-mor José Rodrigues Gonçalves do Vale e sua mulher Domitília Flora do Vale da Silveira.

Igreja de São Joaquim

A igreja de São Joaquim, velho templo da cidade, e o prédio que lhe ficava contíguo e que servira de seminário, passaram a próprios da Nação, pelo decreto real, de 5 de janeiro de 1818, decreto esse que extinguiu o seminário e fez do prédio um quartel, e da igreja uma capela privativa da oficialidade. Em 19 de maio de 1821, restabeleceu-se o seminário, transformado, mais tarde, em uma instituição oficial de ensino secundário, denominada Colégio Pedro II, na forma do disposto pelo decreto de 2 de dezembro de 1837, data natalícia do imperador do Brasil, Dom Pedro II – que, nesse dia 2 de dezembro de 1837, completava os seus 12 anos de idade. É, nos nossos dias, o estabelecimento de ensino secundário padrão do Brasil. A igreja, fundação do piedoso Manoel de Campos Dias, que a legou aos órfãos de São Pedro, em 1766, sob o patrocínio de São João Joaquim, foi caindo em ruína alguns anos depois da volta dos seminaristas, tendo sido fechada ao culto. Desde 1859 até 1876, foi ocupada pelo Liceu de Artes e Ofícios, Escola de Farmácia e dependências de Instrução Pública Municipal. Restaurada em 1896, voltou ao culto. Veio a ser demolida, para melhoramentos locais, na administração do prefeito Pereira Passos (1902/1906). Era de estilo barocco ou barroco, com a frontaria de 18m, voltada para a rua larga de São Joaquim, estendendo-se cerca de 40m pela rua estreita do mesmo nome. Na atual avenida Marechal Floriano tem sede, ainda, o Ministério do Exterior, no antigo palácio que pertenceu a Francisco José da Rocha Filho, barão de Itamarati. O rico titular construiu esse palácio para a sua residência na, então, rua Larga de São Joaquim, onde tinham existido os prédios nºs 158 a 172, até 1851, quando foram demolidos e iniciada a construção do chamado Palácio Itamarati. Essa principesca residência veio a ser adquirida pelo governo da República em 24 de dezembro de 1889, com todo o rico mobiliário que a guarnecia, por seiscentos e trinta contos de réis, para a sede da Presidência da República.

Rua São Jorge – 1820/1852

Terreno de duas braças de frente pela rua São Jorge, com uma casa térrea das antigas da cidade e pertencente a José de Freitas Rangel, em virtude de herança do seu avô, José da Cruz Silva. Em 7 de junho de 1820, Freitas Rangel obteve a devida licença do Senado da Câmara para vender a casa por 1:500$, a Domingos José Corrêa, o qual tirou carta de aforamento do terreno, em junho de 1821, ao foro anual de 800 réis. Rangel, que era rico, além da citada casa, possuía outra na mesma rua de São Jorge, nº 61. Em 1836, ele já era falecido, pois que nesse ano encontramos Fortunata Maria de Assunção, na qualidade de viúva de José de Freitas Rangel, sendo penhorada por dívidas do casal. Na praça dos bens, a casa 61 foi arrematada por Domingos José Corrêa, proprietário também, desde 1820, da casa nº 53, como deixamos dito anteriormente. Do terreno da casa que arrematou, Domingos tirou carta de aforamento, em 15 de abril de 1836. José Inácio Corrêa, filho e herdeiro de Domingos, vendeu a casa 53, em 1840, a Jacinto Evaristo da Silva, o qual, em 1850, transferiu o dito imóvel, por venda, pela quantia de dois contos e quinhentos mil réis, a Antônio Luiz da França. Já em 1852, a casa 53 da rua São

Jorge como propriedade de Diogo Hartley, aparece dos Registros de Aforamentos da Câmara, pagando o proprietário o foro anual de 320 réis. A Carta do Aforamento traz a data de 23 de setembro de 1852. Hartley era conhecido industrial e negociante, tendo residido na casa que comprou e que reconstruiu radicalmente.

Rua São Jorge – 1856

Terreno de duas braças de frente à rua São Jorge, canto da rua da Alfândega, à esquerda, e ocupado pelo prédio nº 59, vendido por Domingos Antônio de Faria ao dr. Nicolau Joaquim Moreira, por cabeça de sua mulher, Maria de Jesus Pinheiro Moreira.

O dr. Nicolau Joaquim Moreira foi um dos mais notáveis médicos brasileiros no passado. Grande a sua cultura e figura com destaque entre os esculápios do mundo, defensores da eficácia da vacina contra a varíola. Sob o ponto de vista científico e também social, a respeito da descoberta de Gerner, o dr. Nicolau Moreira escreveu diferentes trabalhos que foram publicados na *Gazeta Médica*, em 1862. Gerner, notável médico inglês, natural de Gloucester, foi o descobridor da vacina varíola. Em Londres, nos fins do século XVIII, efetuou as experiências públicas da benemérita descoberta e conseguiu mostrar, com feliz sucesso, a proficuidade desse preservativo. O famoso sábio faleceu, em 1823, aos 74 anos, e teve a glória de ver a varíola vacina (sic) adotada por quase todas as nações cultas do mundo. Pela documentação fidedigna que conhecemos e que deu origem a um modesto trabalho nosso, publicado pela Prefeitura do Distrito Federal, em 1929, deve-se ao ilustre brasileiro Felisberto Freire Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena, a introdução no Brasil do preservativo gerneriano.* Barbacena, reconhecendo que muita vez o pus das lâminas não era proveitoso, mandou sete rapazes, escravos seus, a Portugal, acompanhados do cirurgião Manoel Moreira da Rosa. Embarcaram no navio *Bom Despacho*, que partiu a 8 de agosto de l804. O dr. Rosa foi recomendado ao cirurgião da Armada portuguesa, Teodoro Ferreira de Aguiar, o qual estava se notabilizando em Lisboa pelos ótimos resultados que ia obtendo da aplicação da vacina. Na viagem de regresso ao Brasil, o dr. Rosa, já perfeitamente instruído no processo da vacinação, veio passando o pus de um para outro escravo, e isso até chegar à Bahia. É certo, porém, que a propagação da vacina por todo o Brasil partiu, de fato, do Rio de Janeiro, onde, em 1804, tinham sido iniciados os estudos e a aplicação da vacina, por ordem do vice-rei dom Fernando José de Portugal, marquês de Aguiar.

Rua São Jorge – 1860

Terreno de 10 braças de frente à rua São Jorge, canto com a da Lampadosa. Em 1860, a Ilustríssima Câmara concedeu a Felipe de Barros Corrêa a ocupação desse terreno, baldio havia anos, sob a condição de edificar no mesmo, como de fato edificou, cinco sólidos prédios de sobrado. Do lado de oeste da antiga chácara de Gonçalo Nunes, que era foreira ao Senado da Câmara em 1:200 réis anuais, o terreno em causa foi desmembrado, em 1721.

Igreja de São Jorge

Com altar próprio e a imagem de seu padroeiro existia a Irmandade de São Jorge, desde 1740, na igreja de N.S. do Parto. Para a construção da sua capela, doou-lhe Pedro Coelho da Silva, em 1750, um terreno de 6 braças de frente para um caminho de uso público, caminhando do rossio Grande para o Capueruçu – rua da Alfândega – e tendo de fundo 20 braças. Esse caminho serviu de risco para a abertura da rua que veio a ter o nome de São Jorge. Somente em 1753, provisão de 6 de agosto, permitiu-se a edificação da capela, adquirindo a irmandade, em seguimento ao doado, mais terreno, em maior proporção e aí, nesse chão foreiro ao Senado, levantou a Confraria de São Jorge a sua pequena igreja, onde esteve durante noventa e sete anos. O Senado da Câmara e depois a Ilustríssima Câmara, por se

* Na cidade do Rio de Janeiro, em 1798, o cirurgião-mor do Primeiro Regimento de Milícias, Francisco Mendes Ribeiro de Vasconcelos, aplicou essa vacina em inúmeras pessoas. O resultado benéfico desse trabalho levou a que 34 pessoas, por via de um abaixo-assinado, solicitassem ao vice-rei, conde de Rezende, apoio ao citado trabalho daquele pioneiro cirurgião. (N.C.)

tratar de uma aplicação piedosa, nunca cobraram foro do terreno. Em 1854, a Irmandade de São Jorge agremiou-se à de São Gonçalo Garcia e assim vivem ainda no templo, recém-restaurado, à rua da Alfândega, esquina, à direita dessa rua, na praça da República. A velha capela e dependências à rua de São Jorge, ao abandono, caíram em ruínas.

De grande fervor o culto de São Jorge no Rio de Janeiro, onde, a 23 de abril, dia consagrado a esse santo e grande vulto do cristianismo, são imponentes as festividades em seu louvor. No Brasil monárquico, São Jorge tinha honras militares como oficial superior do Exército.

Rua dos Ferradores – 1787

Terreno de uma pequena casa térrea, propriedade do capitão Francisco Couto Landim e da sua mulher Ana Francisca Landim. Esse casal, residente em casa própria, de sobrado, na mesma rua, vendeu a dita casa térrea a 18 de janeiro de 1787, por 153$600, a Ana de Lima, viúva de José Caetano da Encarnação. A viúva, que residia na ilha Grande, transferiu a sua residência para a casa que comprara, na qual pouco demorou por ter adquirido, à rua Senhor dos Passos, uma outra casa para residir. O casal Landim era rico, possuía próspero engenho no recôncavo da cidade e prédios urbanos.

Rua dos Ferradores – 1808/1856

Terreno de uma casa térrea, à rua dos Ferradores, canto da travessa que ia para a capela do Senhor dos Passos. A casa era propriedade de Ana Angélica de Jesus Maria, rica e respeitável senhora, viúva de José da Cruz e Silva, e residente em casa própria, de sobrado, à rua de São Pedro. No dia 20 de agosto de 1808, Ana Angélica vendeu a dita casa térrea a Manoel Antônio de Castro, por 1:050$. O ato de venda, para comodidade da vendedora, realizou-se na sua residência, sendo a escritura lavrada pelo notário Amaro da Silva Vieira. Manoel Antônio de Castro era negociante em secos e molhados, à rua do Sabão, e possuía vários prédios urbanos no Rio de Janeiro. Quase todos esses prédios foram vendidos, logo depois da sua morte, ocorrida em 1827, pela sua viúva Teresa de Jesus Castro. No rol dos foreiros da municipalidade figura Teresa de Jesus Castro, com carta de aforamento de um terreno à rua dos Ferradores, canto da travessa que ia para o Senhor dos Passos, depois, rua São Jorge e na atualidade Gonçalves Ledo, um dos próceres da Independência do Brasil.

Rua da Alfândega – 1762/1840

Terreno no campo de São Domingos, com duas frentes: uma para a rua da Alfândega e a outra para a do Bom Jesus, que se chamou depois Sabão e, por fim, General Câmara, até desaparecer. No dito terreno começaram a ser construídas, em 1762, casas térreas, com quintais que se confinavam, sendo que quatro das casas voltadas para a rua da Alfândega, além da Vala Grande, rua Uruguaiana – adiante de Santa Efigênia. No precitado ano, para concluir a construção, o proprietário das casas, Domingos Ferreira Brandão, viu-se obrigado a hipotecá-las por oitocentos mil réis, pelo prazo de um ano. O negócio foi feito com Francisco Pereira Franco, que vivia de agiotagem. Domingos, não podendo levantar a hipoteca, e com o falecimento de Franco, viu-se assediado pelos herdeiros do hipotecário, os quais moveram penhora executiva, com embargos, em 26 de março de 1767. A demanda durou até 1772, quando, por sentença final, as casas foram à praça a 14 de setembro, e arrematadas pelo capitão José Alves da Costa Saraiva, por novecentos mil réis. Saraiva reconstruiu essas casas, que passaram a pertencer a Josefa Maria de Jesus e, em 1816, eram vendidas para liquidação do inventário da mesma senhora. Uma das casas foi adquirida por Simpliciano José de Souza Júnior e, no ano de 1840, aparece no Rol das Décimas com o nº 262, já pertencendo a Domingos do Couto Alves

Rua da Alfândega – 1799/1854

Terreno de uma casa térrea à rua da Alfândega, com fundos na do Sabão. Em 3 de julho de 1799, a proprietária dessa casa, Clara Maria da Conceição, fez doação da mesma casa, em partes iguais, a Paulina Felícia dos Santos e a Joaquina Maria da Conceição, ficando a doadora usufrutuária dos rendimentos até a sua morte, que ocorreu em fevereiro de 1817. Ainda no mesmo mês do falecimento da doadora as donatárias venderam a casa ao casal Manoel Antônio de Castro e Teresa de Jesus Castro. Desse casal, foi herdeira uma neta de nome Teresa de Jesus, a quem a Ilustríssima Câmara, em 2 de setembro de 1854, concedeu carta de aforamento do terreno da casa em apreço, então com o nº 248. A donatária, Paulina Felícia dos Santos, era casada com o sargento-mor Francisco José de Araujo Menezes, e a donatária Joaquina Maria da Conceição com o negociante José Vieira Sarmento e filha da rica fazendeira, em Maricá, Angélica Felícia de Santana, que foi, até 1816, dona da importante fazenda da Batiba.

Rua da Alfândega – 1801/1858

Terreno de trinta palmos de frente, com dois sólidos prédios que pertenceram a José Joaquim de Curvelo. Com segurança, conseguimos identificar a existência desses prédios, em 1858, ainda bem conservados com os nºs. 329 e 331, propriedade, então, de Manoel Alves Marques. Em julho de 1801, já Curvelo havia falecido e um alvará do Senado da Câmara, de 8 de julho de 1801, licenciava a viúva de Curvelo a vender um dos prédios, o de nº 329, à Antônio Francisco dos Santos Porto, que era genro de Curvelo. Também, e ainda no ano de 1801, Santos Porto tornou-se proprietário do de nº 331, pelo falecimento da sua sogra Inácia Teresa de Jesus Curvelo. Posteriormente, o prédio de nº 329 foi vendido, por 2:600$, a José Malheiros dos Santos e o 331, pela mesma quantia, a José da Silva Arouca.

Rua da Alfândega – 1803/1855

Terreno de vinte palmos de frente, com uma casa térrea de feição primitiva, pertencente à Inácia Maria do Bonsucesso, e a ela comprada pela quantia de três contos de réis – 3:000$000 -, por Inácio Gomes da Cruz, em 18 de abril de 1803. A casa era de pedra e cal, muito baixa, ombreiras de madeira e beirada saliente, com duas janelas e uma porta. Comprando-a, Gomes da Cruz fez radical modificação na casa, vendida pela sua viúva, Maria Vitória da Rocha, em 1832, a Manoel Luiz de Santana Gomes. Mais tarde, pertencendo a Antônio Joaquim Ramos Leal, foi a casa de novo reformada por completo, sendo transformada em sobrado de janelas de peitoril, com vidraças, e ampla loja para armazém no térreo. Esse novo prédio, hipotecado a Joaquim de Sales Soares, veio pertencer a ele pela quantia de 17:500$, em 1855.

Rua da Alfândega – 1804/1839

Terreno de duas frentes, sendo uma à rua da Alfândega, e a outra na do Senhor dos Passos, ambas com a mesma largura de três braças, um palmo e cinco polegadas, por uma extensão, de frente à frente, de vinte e três braças.

Existia no terreno uma grande casa, das primitivas levantadas no campo extra-muros da cidade e que encontrava-se em ruínas. Pertencia à Ordem Terceira de São Francisco de Paula, que a vendeu, em 11 de outubro de 1804, a Marcos Martins. Sobre essas ruínas, o novo proprietário levantou, com frente à rua da Alfândega, um sólido sobrado que recebeu o nº 391, e, na rua Senhor dos Passos, duas boas casas térreas, as quais tiveram os nºs 140 e 142. O rico proprietário Marcos Martins, consumando uma partilha amigável de bens com a sua filha Teresa Adelaide de Azevedo Garcez, tornou-se o único dono dos precitados imóveis, vendidos por ele, Garcez, em 31 de julho de 1835, a Francisco Rodrigues

Ferreira, a quem a Ilustríssima Câmara fez notificação sobre o aforamento do terreno dos prédios que ele, Ferreira, comprara. O Título desse aforamento traz a data de 21 de fevereiro de 1836. Nessa época, o sobrado da rua da Alfândega tinha o nº 301 e confinava, à direita, com o prédio 299, propriedade de Francisco Mendes Salgado, e, à esquerda, com o de nº 303, pertencente a Rita Delfina Teixeira Leal. As casas da rua Senhor dos Passos figuravam com os nºs 136 e 142.

Rua da Alfândega – 1805/1830

Terreno de uma casa de sobrado, de pedra e cal, à rua da Alfândega, junto à igreja de Santa Efigênia, pertencente ao ricaço Francisco Rodrigues Chaves, falecido no fim do século XVIII, deixando valiosos bens no Rio de Janeiro. Dois irmãos de Chaves, João e Manoel Rodrigues Chaves, residentes na vila de Barcelos, em Portugal, foram os herdeiros. Entre os bens arrolados, figurou a dita casa, vendida em 5 de janeiro de 1805, por 1:268$200, ao capitão João Carneiro de Almeida, tesoureiro das despesas miúdas da Fazenda Real. Na numeração predial da cidade, em 1808, a casa recebeu o nº 299, mudado depois para 217. Em 1830, foi vendida ao negociante José Gonçalves Moreira da Silva, por quatro contos de réis. O comendador João Pereira Darrigue Faro foi também proprietário desse prédio, que ainda existe sólido e conservado.

Rua da Alfândega – 1806/1848

Terreno de vinte palmos, com uma casa térrea, de porta e janela, pertencente a Ana Justina de Lima, por ela vendida, em 1806, à sua irmã Rosa Alexandrina de Lima. Por morte dessa proprietária, que era solteira, passou a casa, então com o nº 221, a Anastácio José de Souza Gama, em virtude de legado que lhe fez a mesma senhora Rosa Alexandrina, sua madrinha. Em abril de 1848, Gama vendeu a casa a Narciso de Figueiredo, por três contos e setecentos mil réis. É curioso dizer que, em 1806, foi vendida pela quantia de seiscentos mil réis.

Rua da Alfândega – 1806/1858

Terreno de uma casa térrea à mão direita da rua da Alfândega, vindo da rua Direita e passando o Oratório de Pedra. A casa pertencia a Antônio Álvares da Silva, que a vendeu, em 3 de junho de 1806, a Joana Lima de Mendonça, por quinhentos e cinqüenta mil réis. Em 1812, por escritura de 5 de novembro, e pelo mesmo preço da venda anterior, foi a casa vendida pelos herdeiros de Joana Luiza a Carlos Antônio de Souza. Manoel Rodrigues Manço, moço maior de vinte anos e músico da capela Real, e Eugênia Maria da Conceição, de mais de trinta anos e solteira, foram os herdeiros de Joana Luiza: o primeiro na qualidade de filho e o segundo na de irmã. Em 1830, Luiz Carlos e Tomásia Deolinda, filhos e herdeiros de Carlos Antônio, venderam a casa, por três contos e duzentos mil réis, a João Batista da Silva, a quem veio a ser comprada por Bento José de Araújo. Em 1858, era proprietário do imóvel José Antônio Alves da Rocha. No Rol das Décimas figura a casa em apreço como tendo os nºs 168, depois 426 e, por último, 330, ainda mantido em 1858. Nos registros da Recebedoria do Tesouro Nacional, consta anotado uma certidão do juízo Comercial, em prova de título aquisitivo de propriedade à rua da Alfândega 330, por parte de José Antônio Alves da Rocha, pela arrematação que fizera da dita propriedade, levada à praça do mesmo juízo, por dívidas. Também, nos Registros dos Foreiros da Ilustríssima Câmara Municipal figura o mesmo Alves da Rocha como posseiro do terreno da casa nº 330, da rua da Alfândega, e tendo carta de aforamento em 10 de junho de 1858.

Rua da Alfândega – 1808/1856

Terreno de uma casa térrea com frente na rua da Alfândega e fundos na do Senhor dos Passos. Confinava, por um lado, com casas do padre Vicente e, pelo outro, com um beco sem nome que, mais tarde, veio a servir para o prolongamento da rua do Núncio, antiga da Condessa. A casa pertencia a Francisco José Álvares da Silva Coelho e foi por ele legada a José Joaquim da Fonseca. Por escritura pública, de 22 de junho de 1808, pela quantia de oitocentos e cinqüenta mil réis, o dito legatário e sua mulher, Venância Ferreira Neves, venderam a casa a Inácio Gomes da Cruz, casado com Maria Vitória da Rocha. O casal Cruz, que era rico e residente na mesma rua da Alfândega, em casa própria, no trecho da Vala para baixo, onde chamavam de Mãe dos Homens, vendeu a casa a Agostinho Ferreira de Melo por 2:000$. Ferreira de Melo logo depois de comprar a casa, pediu o aforamento do terreno, o que lhe foi concedido por Carta de 11 de julho de 1827. Como dissemos no começo desta notícia, o terreno tinha frente também à rua Senhor dos Passos, onde se edificaram duas casas térreas, as quais, em 1827, já pertenciam ao dito Agostinho Ferreira de Melo e figuravam com os nºs 180 e 182. A viúva desse proprietário, Ana Joaquina de Jesus Melo, pelo alvará da Ilustríssima Câmara, de 17 de dezembro de 1844, obteve a licença para a venda que fez da casa 180, da rua Senhor dos Passos, e da situada à rua da Alfândega, então nº 345, ao seu genro Rafael Pereira de Carvalho, mais tarde proprietário também da casa à rua Senhor dos Passos 182, por compra a José Maria do Amaral e a Eduardo Laemmert.[46] Pereira de Carvalho efetuou obras de vulto na casa 345 da rua da Alfândega, recuando-a ao novo alinhamento marcado pela Ilustríssima Câmara e levantando sobrado com fachada de feição modernizada. Tanto essa casa e também as da rua Senhor dos Passos foram compradas ao dito Rafael Pereira de Carvalho por Antônio Francisco Martins pela quantia de treze contos de réis. Por carta de 28 de novembro de 1856, a Ilustríssima Câmara transferiu a Martins o aforamento do terreno. Nessa ocasião, unificaram-se os dois antigos aforamentos, com testada em comum. A frente da rua da Alfândega era de 32 palmos e a do Senhor dos Passos de 56 ditos. O novo alinhamento da rua da Alfândega corrigiu bastante os aleijões que apresentava essa via pública no seu antigo seguimento. Ainda em 1846, mostra desses aleijões dava à casa 345, situada no canto de um beco, e formando enorme cotovelo bem perigoso – que apenas deixava 7 palmos à passagem pública.

Rua da Alfândega – 1810/1843

Terreno de duas braças de frente à rua da Alfândega, por 13 ditas de fundo, com uma casa térrea de porta e janela e feição primitiva grosseira. Pertenceu a Domingos Pires Chaves e, por sua morte, aos seus filhos Antônio José Pires e Teresa Alexandrina Pires. Antônio vendeu a sua parte à sua irmã, por escritura de 27 de março de 1810, sendo a compradora ainda solteira e moradora à rua do Piolho – atual, Carioca. Domingos Pires Chaves era casado com Ana Teresa de Jesus Chaves e pertencia à conceituada e rica família dos Pires Chaves, de remota época dona de terras na serra da Carioca. Não conseguimos confirmação sobre ser Domingos irmão de Silvestre Pires Chaves, dono, em 1810, da grande chácara do morro do Corcovado, no sítio anexo a que se chamou – Silvestre e, ainda até hoje, assim chamado. Teresa Alexandrina casou-se com José Pedro da Gama Freitas e ao casal, em 1843, a referida casa térrea, então com o nº 346, comprada foi por Custódio Gonçalves Camacho, com carta de aforamento do terreno da dita casa, em 27 de agosto de 1843.

Rua da Alfândega – 1811/1850

Terreno da casa de sobrado nº 140, que pertenceu a Custódio José Soares e por seu filho e herdeiro José Custódio Soares vendida a Jacob de Castro, em 1º de abril de 1811. Por morte de Castro, e em virtude de legado, passou a casa à mulher de Jerônimo Pereira de Figueiredo e a essa legatária foi

comprada pelo negociante João Diogo Esteves, que se casou com Joaquina Teresa de Castro e Silva, viúva de Jacob de Castro. Diogo Esteves faliu e os seus bens foram à praça, em abril de 1845, no juízo Comercial. A casa 140 foi arrematada por José Manuel, negociante forte. Manuel pediu o aforamento do terreno da casa que arrematara, o que lhe foi concedido somente depois de prontificar-se a pagar, como pagou, todos os laudêmios das transmissões anteriormente havidas e também os foros vencidos de trinta e quatro anos, à razão de 360 réis por ano. Em 1850, os herdeiros de Manuel venderam a casa da rua da Alfândega 140 a José Narcizo da Silva Vieira.

Rua Alfândega – 1811/1852

Terreno de uma casa térrea à rua da Alfândega nº 207, pertencente ao casal João Nepomuceno e Francisca Luiza da Conceição e pelo mesmo casal vendida por 1:600$, em 2 de maio de 1811, ao capitão Domingos Gonçalves de Azevedo, na conformidade do alvaráde Licença concedido pelo Senado da Câmara, em vereança de 27 de abril do precitado ano. É interessante dizer que, por lei, em toda e qualquer transmissão de imóveis foreiros à municipalidade do Rio de Janeiro precedia sempre de licença do Senado da Câmara e depois da Ilustríssima Câmara, que o sucedeu. Curioso nos seus termos, o alvará de licença rezava que comprador e vendedor deviam jurar sobre os Santos Evangelhos o preço da venda e a obrigação do pagamento do laudêmio e dos foros em atraso e ainda a retirada imediata da nova carta de aforamento. Na vigência do Senado da Câmara, não se deixava de fazer a cerimônia do juramento perante a mesa daquela respeitável corporação. Ao tempo da Ilustríssima Câmara negligenciou-se bastante nesse particular. Quanto à retirada da nova carta de aforamento, foi sempre desobedecida. Meses e anos decorriam sem o cumprimento dessa obrigação, a qual, justamente, completava de todo a posse enfitêutica. Numerosos os prejuízos, e Inocêncio da Rocha Maciel, provecto autor do Tombamento Municipal (1857/1872) diz que, dia a dia, crescia essa má casta de usurpadores nos domínios territoriais da municipalidade. O capitão Domingos Gonçalves de Azevedo foi perjuro e manteve-se intruso na posse do imóvel que comprara há cerca de vinte anos e somente forçado por interesses seus foi levado a denunciar a sua situação, que, afinal, legalizou em 18 de agosto de 1830, tirando a carta de aforamento. Por morte do capitão Domingos, passou a casa 207 à sua filha Lucina Alves de Azevedo e Souza, casada com Fernando José de Souza. Por fim, o comendador João Pereira de Andrade, na qualidade de cessionário de Fernando José de Souza Júnior, filho do precitado casal, tornou-se dono da casa nº 207, da rua da Alfândega, por ele vendida, em março de 1852, a Manoel Álvares de Azevedo.

Rua da Alfândega – 1813/1836

Terreno de casa térrea nº 265 pertencente a Ana Teresa de Jesus, viúva de Manoel Fernandes de Brito, residente à rua das Violas – depois Teófilo Ottoni – , em casa própria. Em 23 de agosto de 1813, encontramos a viúva Brito vendendo, por quinhentos mil réis, a casa da rua da Alfândega, 265, a Francisca de Menezes Antunes Cabral, dona solteira, residente à rua da Vala, na casa de seu irmão – o padre Manoel Gonçalves Vitória. Esse sacerdote foi o herdeiro da sua referida irmã, por testamento datado de 10 de abril de 1825. Por morte do padre Vitória, pertenceu a casa a José Pereira Cardoso, a este comprada, em dezembro de 1835, pela quantia de quatro contos de réis, pelo capitalista José dos Santos Parada, residente à rua da Ajuda. Entre os muitos prédios pertencentes a Parada contava o do famoso Oratório de Pedra, do qual trataremos depois.

Rua da Alfândega – 1816/1858

Terreno da casa térrea nº 311, mais tarde transformada em casa com sobrado. Pertencia à Venância da Cruz Navarro, viúva do capitão Francisco Alves Navarro, que foi senhor de engenhos e terras pelos sertões da capitania do Rio de Janeiro, onde manteve sempre grande nº de colonos livres e escravos nas suas plantações, nos trabalhos dos seus engenhos e nas explorações do ouro e diamantes, nas suas terras

da região ribeirinha do rio Negro, hoje, no território do estado do Rio de Janeiro. A viúva Venância, senhora de espírito adiantado, inteligente e operosa, aumentou bastante a fortuna que lhe deixou o marido. Na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro comprou bons prédios urbanos e associou-se a vários negócios. Fixou residência no seu próspero engenho da Vargem Grande, em Jacarepaguá, onde acabou os seus dias, no princípio do ano de 1818, deixando herdeiro um seu filho de nome Leandro José Bento, lavrador naquela localidade carioca e ali falecido no mesmo engenho da Vargem Grande, a 21 de outubro de 1832, e sepultado na igreja de N.S. do Loreto, amortalhado de branco. A casa 311 da rua da Alfândega veio a pertencer a um bisneto da viúva Venância da Cruz Navarro, chamado Pedro José da Silva, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu nova carta de aforamento do terreno da dita casa, em 1º de julho de 1858.

Rua da Alfândega – 1818/1841

Terreno de duas braças de frente pela rua da Alfândega e fundos na do Senhor dos Passos, pertencente a José Teles de Menezes Drumond e outros mais herdeiros de Beatriz Teresa de Vaz Consellos – Vasconcelos, modernamente. Por escritura pública de 12 de agosto de 1818 e pela quantia de cem mil réis, o terreno foi vendido pelos referidos posseiros a Manoel José das Neves, o qual, na frente da rua da Alfândega, construiu uma casa térrea e os fundos fechou com muro de pedra e cal e portão no centro. A casa foi lançada nas Décimas com o nº 167 e vendida a Joaquim Francisco de Faria, em 2 de novembro de 1819. Em 1838, a 9 de junho e por três contos de réis, Faria vendeu a casa a Luiz Alves Pinto Bastos, o qual tirou carta de aforamento do terreno, em 13 de novembro de 1841. À esquerda, a casa confinava com a de nº 169 propriedade da Santa Casa da Misericórdia, e à direita, nº 165, com a cocheira de seges, carros, carroças e também de cavalos de alta montaria, para aluguel ou para guardar com bom trato. Essa cocheira era propriedade de Manoel José Araújo.

Rua da Alfândega – 1818/1846

Terreno de duas braças de frente, do qual estava de posse Maria Rita de Assunção. Em 1818, a referida senhora construiu no terreno uma boa casa térrea para a sua residência. Maria Rita viveu sempre em residência própria, à rua da Alfândega, na freguesia da Candelária, onde nasceu, batizou-se, casou-se e faleceu. Tinha fortuna e fez testamento instituindo herdeiro o seu marido José Gonçalves da Cunha, na falta de filhos ou de outros herdeiros forçados. Porém, desaparecido seu marido a herança ficou jacente até a liquidação e praça de ausentes, em 1846. Nessa praça foi a casa da rua da Alfândega, então com o nº 290, arrematada por João Batista Bastos e Silva, pela quantia de 1:621$000. Em verificando a arrematação, a Ilustríssima Câmara, aceitando-a, fez expedir, a pedido do arrematante, a carta de aforamento do terreno ocupado pela casa ao seu novo proprietário, em 6 de outubro de 1846.

Rua da Alfândega – 1819/1834

Terreno da casa térrea nº 131, que pertenceu a Clara Maria da Conceição e que, em praça dos bens por ela deixados, foi arrematado por Luiz José de Araújo Gomes, a quem foi comprada, pela quantia de 1:600$, por Manoel Joaquim Lapa. Esse proprietário, somente em 1834, legalizou a sua posse perante a municipalidade, tirando a carta de aforamento do terreno da casa que comprara, carta expedida a 24 de outubro do precitado ano, depois de pagos os foros atrasados desde 1819. A lei sobre a numeração das casas dispunha que os números pares caberiam às casas da banda direita da rua, caminhando do seu começo, subindo do mar ou do nascente e assim também para a banda esquerda, os números ímpares. Mas nem sempre a lei foi obedecida. E para prova, além de muitos outros casos, temos o da casa em

apreço, a qual, situada à direita da rua da Alfândega, subindo do mar e deitando fundos para a rua do Sabão – depois General Câmara, recebeu e figurou anos com o nº 131, sem que encontrássemos um esclarecimento que justificasse o fato. Fato que salientamos porque contraria argumentos daqueles que se fundamentam na numeração predial para discutir, prol ou contra, o senhorio direto da municipalidade sobre o chão em que está assente a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na qual a numeração das casas, desde o seu remoto início, foi serviço feito confusamente. A princípio, numeração que se repetia num mesmo logradouro, havendo dois e mais prédios com o mesmo nº, numeração que se alterava constantemente, sem deixar provas dos números antigos. O trabalho de Curvelo Cavalcante – 1873/1876 – cujo escopo principal era acabar com as repetições, as indicações alfabéticas, etc, veio a ser bem perturbado pelos lançadores da Recebedoria do Rio de Janeiro, os quais davam nº por conta própria, em flagrante desrespeito à Lei Orgânica do Município. De tudo isto, ressalta como única verdade que o nº de um prédio pouca ou nenhuma importância tem nas questões enfitêuticas.

Rua da Alfândega – 1820/1840

Terreno da casa térrea nº 153, à rua da Alfândega, à direita indo para o campo de Santana. Em 1830, já a referida casa figurava com o nº 386, pertencendo a José Manoel Carneiro e a Antônio da Costa Carneiro. Ao casal Francisco Dutra Serpa e Madalena Rosa de Jesus Serpa tinha pertencido a dita casa. Aos filhos e herdeiros do referido casal, o padre Francisco Pinto de Barros, Maria Rosa de Jesus, Ana Joaquina Rosa, João Dutra, José Dutra e Francisca Dutra, o Senado da Câmara, pelo alvará de 22 de julho de 1820, concedeu a devida licença para venda da casa, por 1:700$, que os ditos herdeiros fizeram a Francisco José Carneiro. Somente em 1824, Carneiro decidiu-se a reconhecer o senhorio direto da municipalidade sobre o terreno da casa que comprara, tirando a competente carta de aforamento, em 7 de setembro de 1824, segundo aniversário da Independência do Brasil, numa quinta-feira, dia de grande gala, de grandes graças concedidas pelo imperador Pedro I e de muito regozijo do povo na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Em 1º de março de 1830, faleceu Carneiro, tendo deixado avultados bens que legou a dois parentes seus, de nomes José Manoel Carneiro e Antônio da Costa Carneiro, já aludidos no começo destas notas. Esses herdeiros concluíram partilha amigável, a 2 de dezembro de 1832, pela qual ficou José Manoel Carneiro com o domínio pleno da casa 386, da rua da Alfândega. Manoel Carneiro pediu a transferência do aforamento do terreno da casa só para o seu nome, o que lhe foi concedido pela Ilustríssima Câmara, em 9 de fevereiro de 1833. Por fim, encontramos um José Antônio de Oliveira na posse da casa e terreno da rua da Alfândega 386, em virtude de herança, e com uma nova carta de aforamento, datada de 9 de novembro de 1840.

Rua da Alfândega – 1822/1844

Terreno de uma casa térrea nº 141, das primitivas da cidade, muito baixa e beirada. Era propriedade de Maria Jerônima Corrêa Lemos, viúva do cirurgião-mor João Antônio de Góes, e foi vendida pela dita viúva por 800$000, em 1822, a José Francisco Sampaio, a quem Manoel Ferreira Gutierres comprou a dita casa, em março de 1823, pela quantia de dois contos de réis. Em falecendo Gutierres, a sua viúva, Maria do Carmo Gutierres, e a sua filha, Teresa de Jesus Gutierres, tornaram-se proprietárias do imóvel em apreço, em partes iguais, e o melhoraram bastante. Em 1844, já pertenciam aos menores Antônio e Teresa, netos de Teresa de Jesus Gutierres. Eram filhos de Antônio Moreira Neves, em cujo nome aparece registrada, em 7 de junho de 1844, a carta de aforamento de um terreno, à rua da Alfândega, ocupado pela casa térrea nº 273, antigo 141.

Rua da Alfândega – 1823/1836

Terreno da casa de sobrado nº 277, pertencente a José Antônio Machado Guimarães. Por circunstâncias financeiras, o referido proprietário vendeu a casa a Antônio Francisco Leite, pela estipulada importância de quatro contos de réis. Leite tirou carta de aforamento do terreno, em 8 de março de 1823, ao foro anual de 320 réis. Sucedeu a Leite, na propriedade da casa, um filho seu de igual nome – Antônio Francisco Leite Júnior. Em testamento, Leite Júnior legou a casa à menor Francisca Xavier, filha do dr. João Pedro da Veiga. Em 1836, quer nas Décimas, quer no Tombamento Municipal, a casa aparece registrada com o nº 340, em substituição ao antigo 277, no nome de pai da menor, na qualidade de tutor.

Rua da Alfândega – 1825/1834

Terreno da casa térrea nº 299, que pertencera a Ana Maria de Jesus e, por sua morte, aos herdeiros Rita Margarida e José Antônio de Oliveira Bastos, em partes iguais. Em 1825, Rita Margarida vendeu a parte, por quinhentos mil réis, a José Antônio de Almeida, o qual pagou os foros vencidos, desde janeiro de 1790 até 31 de dezembro, para efetuar a compra. Posteriormente, Almeida e Oliveira Bastos concordaram na reconstrução da casa, transformando-a em prédio de loja e sobrado, que venderam, por escritura de 7 de maio de 1834, a Luiz Antônio Pinheiro, com carta de aforamento, em 22 de agosto de 1834.

Rua da Alfândega – 1826/1849

Terreno de uma casa de sobrado que pertenceu a Joaquina da Conceição Pedrosa. Em 17 de junho de 1826, aparece o alferes Antônio Gomes da Cruz, licenciado pela Câmara para vender, como vendeu, a referida casa ao capitão Manoel Francisco Xavier, por quatro contos de réis. O alferes Cruz, único herdeiro de Joaquina Pedrosa, para obter a licença referida, teve que pagar os foros do terreno da casa, de 15 anos de atraso. O capitão Francisco Xavier não tirou carta de aforamento dentro do prazo legal, ficando intruso na posse do terreno durante treze anos. No fim de 1839, procurou legalizar a situação, requerendo a Carta, com justificativas não aceitas pela Câmara. Originou-se, então, questão em juízo. Somente em 1849, já falecido o capitão Francisco Xavier foi o aforamento concedido à viúva desse militar – Francisca Elisa Xavier. A casa tinha nessa ocasião o nº 208. Nos autos dessa querela judicial, há referências a uma Isabel Marins, posseira de chãos alagados e enxutos foreiros à Câmara da cidade no século XVI. Esses chãos eram no campo extra-muros da cidade, onde ia o caminho para o Capueruçu. No seu vaivém constante, por anos seguidos, as tropas dos mantimentos e as do ouro fizeram um trilho, que deu origem ao dito caminho, que veio a servir de cordeamento à rua da Alfândega.

Rua da Alfândega – 1829/1852

Terreno de três braças de frente pela rua da Alfândega, correndo fundos, numa extensão de treze braças, pela primeira travessa de São Joaquim – também chamada do Oratório. Alcançavam a rua do Sabão os fundos desse terreno, no qual existia uma casa térrea nº 388, que figurou entre os bens de Clemente José Batista, levados à praça de ausentes e órfãos, por morte dele, Batista, em 1829. A casa, construção grosseira do começo do século XVIII, por baixo do Oratório de Pedra, era acaçapada e, na dita praça de ausentes, foi arrematada pela quantia de três contos de réis, por Luiz Antônio da Costa. Na administração do prefeito Pereira Passos, (1902/1906), demoliu-se a velha casa e, bem assim, o nicho. Tradição da velha Sebastianópolis, a casa do Oratório, por mais de século, abrigou uma afamada taberna

com comida, que pertenceu, a princípio, ao português Manoel Barbosa, seu fundador, bom homem, folgazão e conhecido por Manoel do Oratório. Na taberna, reuniam-se boêmios, gente da malandragem e mulherio da zona. Noite adentro, o gozo e o prazer, ao calor das bebidas e ao som dos violões, melodiando queixumes em canções amorosas. Em 1831, Antônio da Costa vendeu a casa do Oratório pelo mesmo preço que a comprara, sendo comprador Peregrino Agostinho Bernardo. Em 1834, e por 2:000$, Bernardo vendeu a casa, em 24 de maio, a José Antônio dos Santos Parada, o qual pediu e obteve carta de aforamento do terreno, em 12 de setembro do mesmo ano de 1834. Nessa época, tinha a casa o nº 298, que permaneceu até 1850, quando foi mudado para 198. Por morte de Parada, a seu sobrinho Antônio José Ribeiro Parada passou a pertencer a casa do Oratório, então nº 198, e, bem assim, o domínio útil do terreno da mesma e que lhe [foi] aforado em 22 de junho de 1852.

O Oratório de Pedra foi construído no século XVIII pelo capitão Manoel Barbosa dos Santos, já falecido em 1787. Muito religioso e devoto de N.S. de Bonsucesso, cuja imagem colocou no oratório e, durante sua vida, o manteve sempre iluminado à noite por um candieiro de azeite. A imagem, quando da praça de arrematação da casa, em 1829, havia muito sido retirada, sendo ignorado o destino. O oratório era uma massa bruta de pedra, sem a mais ligeira preocupação de arte. Vieira Fazenda, escrevendo sobre os oratórios do Rio de Janeiro, assim se expressa sobre o Oratório de Pedra: “De pedra o fizeram para que pudesse apreciar os acontecimentos do Brasil Colônia, do Brasil Reino, do Brasil Império e do Brasil República. Sem se abalar, resistiu sempre às tempestades e vendavais do último ano – 1906 – da sua existência. Poderia ter-se vingado dos demolidores, esmagando-os com o peso das suas paredes. Foi generoso.”

Rua da Alfândega – 1830/1848

Terreno de três braças de frente pela rua da Alfândega, com uma casa de sobrado que pertencera, em tempos anteriores, a Simão Antônio Diniz Barbosa. Na partilha dos [bens] deixados por Diniz Barbosa, realizada em 1830, a referida casa, então com o nº 398, coube ao herdeiro comendador Manoel Caetano Pinto, homem de fortuna, empreiteiro de obras públicas, com especialidade em pontes de pedras. Além disso, era homem de grande valor moral e bem conceituado na alta sociedade da época. Caetano Pinto, logo de posse da casa a vendeu, por oito contos de réis, a Joaquim José Ferreira. Conforme disposição expressa no testamento de Ferreira, a casa em apreço, em 1847, já com o nº 306, passou em usufruto a Joaquina Maria. Pelo falecimento da usufrutuária, em 1848, a casa foi entregue à administração da Casa dos Expostos, para ser vendida em benefício da dita instituição, atendendo-se assim à disposição testamentária de Ferreira. A venda efetuou-se a 28 de julho do precitado ano de 1848, por oito contos e oitocentos e trinta e seis mil réis, sendo comprador Antônio José de Almeida. Quanto ao aforamento do terreno, indiscutivelmente foreiro à municipalidade, apenas encontramos registrada a Carta de 14 de maio de 1841, expedida a favor de Joaquim José Ferreira.

Rua da Alfândega – 1835/1848

Terrenos aforados a Domingos Francisco de Araújo Roso* e ocupados por casas térreas e uma de sobrado, de nº 304. Dessas casas, na maioria antigas e arruinadas, o velho Roso melhorou as condições de algumas que foram por ele, Roso, vendidas a bom preço. As que restaram, e ainda no primitivo estado, passaram aos herdeiros de Roso, negociante e proprietário riquíssimo, residente em Laranjeiras, numa extensa e cuidada chácara de sua propriedade – conhecida por chácara do Roso. A casa 304 coube ao seu filho, Domingos Francisco de Araújo Roso Júnior, que a vendeu em junho de 1835, por 800$000, a Francisco Antônio Gonçalves, com a obrigação de pagar, como pagou, o laudêmio da venda e os foros do terreno em atraso de três anos, à razão de mil e duzentos e oitenta réis por ano. Gonçalves demoliu o pardieiro e levantou casa de sobrado de pedra e cal, que recebeu o mesmo nº 304, mudado para 226, em 1840. Por morte do dito proprietário Gonçalves, a casa foi à praça de órfãos, em 11 de novembro de

* Roso faleceu em Portugal, em 21 de novembro de 1832. (N.C.)

1847, e arrematada por José Fortunato da Cunha pela quantia de seis contos e setecentos mil réis. Fortunato da Cunha reconheceu o senhorio direto da municipalidade sobre o terreno da casa que arrematara, tirando a respectiva carta de aforamento, em 14 de janeiro de 1848.

Rua da Alfândega – 1836/1850

Terreno de seis braças com três velhas casas nºs 335, 337 e 339, em 1836, e propriedade de Teresa Jacinta, casada com Antônio José Ribeiro da Cunha, o qual, por morte da sua esposa, vendeu as casas, na qualidade de herdeiro sucessor, a Helena Maria Benedita do Amaral. A compradora reformou por completo as casas, levantando um sobrado na de nº 339. Em morrendo Helena do Amaral, os três imóveis passaram a José Pereira do Amaral, que os vendeu, em 1849, por dez contos de réis, a José Antônio de Carvalho e Silva, a quem foram comprados pela dita quantia por Silvestre Monteiro Sarzedas, com carta de aforamento do terreno das casas em apreço, em 26 de fevereiro de 1850. Nesse ano de 1850, a numeração das casas já era outra, assim é que a de nº 335 era 259; a de nº 337 era 261; e a 339 era 263.

Rua da Alfândega – 1836/1837

Terreno de dez braças de frente com quatro casas térreas, propriedade de Jacinta Vieira do Amaral Cunha e, por sua morte, de seus dois filhos Antônio José do Amaral e Henrique José do Amaral, em partes iguais, segundo a partilha dos bens deixados pela referida senhora, julgada por sentença de 5 de maio de 1836. Em setembro de 1837, os precitados irmãos venderam as quatro casas, então com os nºs 285, 287, 289 e 291, a Antônio Coelho Pereira, por oito contos de réis. O terreno era sujeito ao foro anual de oitocentos réis.

Rua da Alfândega – 1836/1840

Terreno de 17 braças de frente pelo lado direito da rua da Alfândega, com três [casas] de nºs 280, 284 e 286, que pertenciam a José Antônio de Freitas Guimarães, e por ele legadas às suas duas irmãs, Antônia e Maria Benta Maria de Freitas Guimarães. Em setembro de 1836, as legatárias venderam a casa 280, por seis contos de réis, a Manoel Pacheco da Costa Louzada e a de nº 284, por um conto e seiscentos mil réis, a Antônio Moreira Pinto. Em 8 de outubro de 1838, elas venderam a de nº 286, por cinco contos de réis, ao padre Antônio Pereira da Costa Sevilha, o qual pediu e obteve da Ilustríssima Câmara o aforamento da porção do terreno, cerca de duas e meia braças, ocupada pela casa 286, que comprara. A Carta do Aforamento concedido traz a data de 27 de março de 1840. Também propriedade de Freitas Guimarães era a casa 288, da mesma rua da Alfândega. Foi legada às mesmas precitadas senhoras, que a venderam, na mesma data de 8 de outubro de 1838, por seis contos de réis, a Manoel Peixoto da Costa Louzada, que tirou carta de aforamento a 27 de março de 1840.

Rua da Alfândega – 1843

Terreno de 4 braças de frente, com uma casa de sobrado nº 229, de quatro janelas com grades de ferro, que pertencera a Antônio Julio de Almeida e em praça dos seus bens foi arrematada por Clemente José Ferreira Braga pela quantia de cinco contos de réis. Ficava, então, a referida casa 229 entre o sobrado de Luiz Antônio Pinheiro, à direita, e as casas do patrimônio da capela do Senhor dos Passos, à esquerda. Ferreira Braga, por Carta de 24 de janeiro de 1843, obteve da Ilustríssima Câmara o aforamento do terreno da casa que arrematara.

Rua da Alfândega – 1844

Terreno da casa 252, que pertencera à confraria de Nossa Senhora do Terço, sediada na matriz de São José, e por ela, confraria, vendida a Bento José de Carvalho. Ao ser processado o aforamento do terreno dessa, o dr. Manoel Joaquim Pereira da Silva, procurador municipal, pôs dúvidas sobre a possibilidade da venda da casa, visto que a escritura se lhe afigurava pouco clara sobre ser ou não a casa um bem inalienável da confraria. Afinal, esclarecida a situação, ratificou-se a venda e expediu-se a carta de aforamento ao comprador, em outubro de 1844.

Rua da Alfândega – 1841/1844

Terreno de trinta e nove palmos de frente, por 77 ditos de fundo, dos quais 23 serviam de quintal para as duas casas térreas no mesmo terreno construídas. Essas casas pertenciam ao casal Bernardo Francisco de Brito e Genoveva Maria da Conceição. Por morte, extinto esse casal, três filhos maiores do mesmo, de nomes Francisco Bernardo de Brito, José Bernardo de Brito e Mariana Bernardo de Brito Silva, casada com Bernardo Manoel da Silva, ficaram senhores de regular fortuna, causa, entretanto, de sérias desavenças entre esses herdeiros, instigadas por Bernardo Manoel da Silva, cuja morte veio pôr término às dissensões. Em 6 de setembro de 1841, lavrou-se o termo de partilha amigável entre aqueles ditos herdeiros. O monte da herança foi calculado em perto de trezentos contos de réis, de bens imóveis, móveis e semoventes. Ao herdeiro Francisco Bernardo de Brito coube as duas casas térreas que ocupavam o terreno objeto destas notas. As casas ficavam entre as da irmandade de São Gonçalo Garcia, à direita, e a de Teresa Joana de Jesus, à esquerda. A 16 de julho de 1844, pela quantia de quatro contos e seiscentos e sessenta mil réis, foram arrematadas por José Luiz Alves Bastos, em praça do juiz da Segunda Vara Cível da Corte, na execução conciliatória que movia Nicolau Antônio Cosme dos Reis contra Francisco Bernardo de Brito, proprietário das mesmas casas, as quais figuram com os nºs 390 e 392 nos autos da execução. O arrematante Alves Bastos tirou carta de aforamento do terreno, em 1º de outubro de 1844.

Rua da Alfândega – 1845

Terreno de trinta palmos de frente pela rua da Alfândega, correndo fundos pela do Regente num comprimento de 86 palmos. Esse terreno, em 1845, aparece aforado a Plácido José Sanches, a 15 de julho, ao foro anual de quinhentos e vinte réis. Era ocupado pelos prédios nºs 281 e 283, de pedra e cal, com portadas de cantaria e águas furtadas, sendo que o de nº 283 enchia o ângulo formado pela junção das duas precitadas ruas. Tinham pertencido em usufruto à religiosa carmelitana Tomásia de Jesus e a Maria José, com reversão ao casal de José Francisco do Amaral. Afinal, vieram a pertencer a Plácido José Sanches, por compra a Henrique José do Amaral, filho do dito Francisco do Amaral.

Rua da Alfândega – 1856

Terreno da casa de sobrado nº 140, aforado a José Narciso da Silva Vieira, em 21 de outubro de 1856. Narciso comprou a casa a José Maxwell Júnior, Jorge Rudge e Guilherme Francisco Young, filho, o primeiro, e genros, os dois outros, de José Maxwell, que foi ativo homem de negócio e proprietário de um dos mais movimentados trapiches da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O velho Maxwell residia na fazenda do Macaco, de sua propriedade, e foi o tronco de ilustre família carioca. Em terras dessa fazenda está assente o populoso bairro de Vila Isabel.

Rua da Alfândega – 1858

Terreno de 180 palmos de frente pela rua da Alfândega, com fundos na do Senhor dos Passos. Era ocupado pelas casas nºs 181 a 195 da rua da Alfândega, pertencentes ao comendador José Pereira da Silva Manoel, sendo que as de nºs 181 e 183, por doação de Rosa Felicidade de Jesus, e as de nºs 185 a 195, virtude de herança paterna. Em 15 de abril de 1858, a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno das ditas casas do comendador Silva Manoel, que era filho de Cláudio José Pereira da Silva Manoel, conceituado e rico negociante e homem de influência político-social na Rio de Janeiro do século XVIII. Era proprietário de grande chácara em que residia, no caminho de Matacavalos – atual rua do Riachuelo. Essa importante propriedade ocupava um terreno foreiro à municipalidade, com 103 braças de frente, adiante da Bica, e fundos até o alto de Santa Teresa. Nessa chácara um filho de Cláudio José, o dr. Luiz Pereira da Silva Manoel, abriu uma rua a que deu o nome de Silva Manoel e que ofereceu à municipalidade, em 1832. Inadvertidamente, a Prefeitura substituiu esse nome pelo de André Cavalcante – um velho e bondoso magistrado que residiu por muitos anos na rua Silva Manoel, onde faleceu. Cometeu a Prefeitura um ato, além de injusto, ilegal, em face do que dispõe o termo da doação e aceitação do dito logradouro, em 1832, por parte da Ilustríssima Câmara.

Augusto Malta, 24/8/1928 – Rua do Riachuelo. Antiga Matacavalos, por ela passavam várias linhas de bonde; no século XIX, também partia dessa rua o plano inclinado que conduzia ao largo dos Guimarães, em Santa Teresa, primeiro meio mecânico de transporte coletivo instalado no Rio de Janeiro.

Rua da Alfândega – 1859

Terreno de 122 palmos ao norte e ao sul e pelos fundos, ou linha de fecho, pouco mais de 16 palmos de largura. Aparece aforado, em 15 de abril de 1859, a José Antônio de Siqueira. Estava ocupado pela casa nº 311, que pertencera a Pedro José da Silva e depois ao dito José Antônio de Siqueira, por compra.

Rua da Alfândega – 1859

Terreno de duas frentes, sendo uma para a rua da Alfândega, lado sul, com cinqüenta palmos, e a outra para a rua do Sabão, lado norte, com cinqüenta e seis palmos. Na rua da Alfândega estavam edificados três prédios de nºs 332, 334 e 336 e na do Sabão outros três de nºs 337, 339 e 341. Todos esses prédios pertenciam à irmandade da Candelária, com carta de aforamento, em 21 de junho de 1859.

Rua da Alfândega – 1860

Terreno das casas 393, 395 e 397, aforado ao negociante José Klian, em 19 de setembro de 1860. Tinha de frente pela rua da Alfândega cinqüenta palmos e corria fundos de sessenta palmos pela face oriental do campo da Aclamação – atual praça da República. À direita, confinava com a casa 391, de Antônio José de Freitas Guimarães e, à esquerda, com o dito campo. Klian era o proprietário das casas 393, 395 e 397, acima referidas, por compra ao dr. José da Cunha Pinheiro.

Rua da Alfândega – 1865

Terreno da casa 304 pertencente a Clemente H. Wilmot, por compra a Luiz Simões da Fonseca. Esse terreno media de frente vinte e cinco palmos, por cento e trinta ditos [de] fundo e foi aforado a Wilmot, por Carta de 24 de outubro de 1865. Confinava, à direita, com a casa de Cândido José de Almeida e, à esquerda, com a que pertencia aos expostos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Rua da Alfândega

A rua da Alfândega é dos primeiros logradouros públicos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Aliás, logradouros esses que tiveram como risco os caminhos ou passagens abertas pelos primeiros povoadores, ao desbravarem a terra carioca. Estreito e mais ou menos reto, o caminho que deu origem à rua da Alfândega corria do litoral ao fosso e daí, sinuoso e menos estreito, seguia até a estrada do Engenho Pequeno, no Capueruçu. Já no começo do século XVII, se fazia sentir a descentralização urbana. Transmigrava o povo da cidade praieira para sítios que se prestassem à plantação de roças. A Câmara, dando impulso a esse movimento de progresso, começou a fazer concessões de terrenos, por aforamento, no chamado Campo da Cidade. Por esse tempo, a antiga via pública, a que os coevos da sua abertura batizaram de caminho do Capueruçu, foi reduzida de alguns palmos na sua largura, limitada pelas chácaras que se foram plantando ao longo das suas margens, nos terrenos aforados pela Câmara. Mais tarde, recebeu novo e mais regular cordeamento, de forma a permitir a formação de outras vias públicas e a concessão de outros aforamentos, entre a Vala Grande – rua Uruguaiana, e os areais de São

Domingos, depois chamado campo de Santana. Esse segundo cordeamento determinou a desmembração das duas maiores chácaras extra-muros da cidade – a de Gonçalo Nunes e a de São Domingos.

Francisco de Matos Fulgueiras, rico negociante, aparece bem aquinhoado com datas de terras no campo da Cidade, abrangendo extensa área de terreno variável, cuja testada, correndo pelo caminho do Capueruçu, começava na Vala Grande e se estendia até defrontar as terras de São Domingos. Essa posse foreira registrou-se, devidamente, no livro 2, fls. 232 e 237 verso, dos aforamentos da Câmara. Foi sucessor do velho Fulgueiras o seu filho, cônego Álvaro de Matos Fulgueiras, ao qual a Câmara concedeu nova carta de aforamento, em 14 de dezembro de 1702, registrada no livro 7, fls. 77.

Comunicação menos dificultosa e mais direta ao porto da cidade, o caminho do Capueruçu tornou-se, por isso, a passagem de preferência das tropas de mercadorias. À cata do ouro correram os primeiros aventureiros pelo dito caminho, por onde também, impiedosamente escravizado, trilhou o homem negro que abriu com o vigor do seu braço a estrada do progresso pelas ricas terras da capitania do Rio de Janeiro, a qual em meio século suplantou as demais. Compreende-se, assim, por que rápido foi o desenvolvimento da via pública em apreço, na qual já se vendiam, no ano de 1600, a bom dinheiro, chãos e moradas de casas, no quarteirão entre a quitanda do Marisco e o canto de Diogo de Brito. A quitanda era na rua deste nome, que ainda conserva, na junção com a rua da Alfândega e canto de Diogo de Brito, o encontro da mesma rua da Alfândega com a Primeiro de Março. Logo depois de instalada a Alfândega Nova, em novembro de 1701, chamou-se travessa da Alfândega o trecho do antigo caminho do Capueruçu, desde a porta do precitado estabelecimento até a Vala Grande – atualmente, onde corre a rua Uruguaiana, e daí ao campo de Santana – rua dos Ferradores, denominação esta que se conservou por muitos anos. Velhos códices dos séculos XVII e XVIII falam, com referências interessantes, sobre o rendoso ofício de ferrador na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Um dos mais afamados ferradores, em 1703, foi Antônio da Rocha, com oficina própria no antigo caminho do Capueruçú, onde pousavam as tropas junto à Vala Grande, no campo da cidade – todo o espaço que se compreende hoje entre a rua da Alfândega, avenida Passos, largo de São Francisco de Paula e rua Uruguaiana. Nos autos da medição do terreno necessário ao rossio da Cidade, o referido ferrador é citado entre os posseiros que largaram terrenos para a formação do rossio, com troca de outros. Essa medição realizou-se a 22 de dezembro de 1705. O largo da Carioca, ao pé do tanque público, junto à casa da Ordem de São Francisco, era também um ponto muito procurado pelos ferradores, os quais ali estacionavam as suas tendas com licença da Câmara, por determinado tempo e licença quase sempre renovada. Um ferrador de nome Antônio José de Souza, a questionar sempre por causa de local para o seu banco de ofício, estacionou longos anos no largo da Carioca e aí ainda era encontrado em 1808. Como os pontos de jornais nos nossos dias, os pontos dos ferradores eram disputados da mesma maneira, dando origem a interessantes querelas. No fim do século XVIII, transitavam pela Ouvidoria da Comarca do Rio de Janeiro, com recurso, depois, para a Relação, volumosos autos relativos à competência para exercer o ofício de ferrador. Motivou a questão o fato de existir um banco de ferrador ocupado por um indivíduo leigo no ofício, de nome Manoel Gonçalves Mota, que era rico senhor de escravos, homem de outras indústrias e antigo capitão do Terço. Em chegando ao conhecimento do juiz de ofício de ferrador, exercido então por Manoel Lopes do Pecegueiro, foi o capitão Gonçalves notificado pelo dito juiz, em setembro de 1782, sobre não usar do ofício de ferrador, que não aprendera. O notificado, homem traquejado e de recursos pecuniários, levantou querela em juízo, opondo embargos à notificação. Corria a questão pela Ouvidoria, quando, por petição, se apresentou um preto forro, de nome Pedro Gonçalves, dizendo-se, com provas aliás, ferrador habilitado, trabalhando no banco do qual o capitão Manoel Gonçalves Mota era apenas o proprietário. Despachou o juiz ouvidor, a 26 de novembro de 1782, despacho esse mandando fosse apresentada carta de alforria. Dois dias depois, Pedro Gonçalves apresentou o documento, em termos. Os autos subiram à Relação e o certo é que o banco de ferrador do capitão Gonçalves, em 1785, continuava funcionando e com maior freguesia. Outro aspecto pitoresco da rua da Alfândega era o que ofereciam as quitandas, de verduras e hortaliças, com feijão e uma panela de comida para preto. Essas casas, que pertenciam quase todas a pretos minas, enriqueceram os seus donos e fizeram-se famosas pelos despachos, muambas de grandeza e outras feitiçarias.

Na rua da Alfândega, foram estabelecidas importantes firmas do antigo alto comércio da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Citaremos Artur Moss & Cia. Emi & Cia. Samuel Brother & Cia. Lavignole, Candou & Cia. e Laport & Irmão. Em 1830, na casa 121, era estabelecido Alexandre Laport.

Hábil espingardeiro e fundador da firma Laport. Ele foi licenciado para vender armas ofensivas e defensivas, na forma do alvará de 15 de agosto de 1820, e, segundo a Lei Novíssima, não vendê-las às pessoas suspeitas. Eram fiadores de Alexandre Laport, como pessoas de reconhecida probidade, o padre José Custódio Dias e Antônio Joaquim Francisco Navares. Na rua da Alfândega, próxima à denominada Direita —, hoje, Primeiro de Março tinha o seu escritório central a empresa Carris da Alfândega, para o transporte de cargas e mercadorias. Tinha 70 carros, em 1845, todos em atividade. Era diretor da empresa, no dito ano, o industrial Luiz Gomes de Oliveira Filho. Ainda em 1846, funcionavam à rua da Alfândega, nº 188, as oficinas do escultor brasileiro Joaquim Alves de Souza, apelidado Alan, e na mesma rua, nº 150, a loja para a venda das suas obras. Na primeira metade do século XIX, ainda aparecem localizados na rua da Alfândega o livreiro brasileiro Soares, no nº 6; no 3, Ferreira Hurden & Cia. firma brasileira, comissões e consignações; no 11, a fábrica de trastes artísticos, de Dillon & Chauveau. Os belos e finos trabalhos dessa marcenaria eram expostos e vendidos no Bazar Dillon, à rua do Ouvidor, 60. No nº 16, a Casa de Couros Almeida, o mais antigo estabelecimento do Rio de Janeiro, no gênero. Pertencia ao brasileiro José Antônio de Almeida. No sobrado do nº 227, Clarinda Vitorina de São José tinha a sua oficina de chapéus para senhora, vendidos pelas ruas por duas mucamas escravas, com licença da Ilustríssima Câmara. Pela modicidade dos preços e pela perfeição e gosto com que eram confeccionados – os chapéus de madame Clarinda vendiam-se muito.

Em 4 de junho de 1867, em noticiário impressionante, os jornais tornavam público um fato que ocorria à rua da Alfândega, considerado pela imprensa um bárbaro crime. Na casa nº 83, da rua da Alfândega, uma senhora vivia há muito reclusa e barbaramente martirizada por dois irmãos seus – Custódio e Cândido da Costa Figueiredo, que foram processados, com o direito de defenderem-se soltos, na forma do art. 189, do Código Criminal da época.* Chamava-se a vítima Amélia Adelaide da Costa Figueiredo, que se recolheu à Santa Casa da Misericórdia para tratamento. A grande celeuma que se levantou, exigindo-se a prisão dos criminosos, foi tal que, a 6 de junho de 1867, um grupo de populares assaltou a casa dos irmãos Figueiredo, os quais, protegidos por policiais, conseguiram escapar, e se recolherem à Chefatura de Polícia. Em pouco, grande massa popular ocupou o largo do Rossio e investiu contra a polícia, com armas tiradas ao 1º Corpo de Artilharia da Guarda Nacional, sediado no mesmo largo, canto com a então rua do Espírito Santo, hoje Pedro I. Verdadeiro motim, sufocado horas depois, com feridos e a morte de um popular de nome Manoel Pinto de Azevedo.

Na rua da Alfândega, três das antigas igrejas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro estão ainda de pé: a de Santa Efigênia e São Elesbão, fundada a 24 de janeiro de 1747; a de N.S. Mãe dos Homens, ereta a 9 de janeiro de 1758, e a de São Gonçalo Garcia, que se erigiu também em 1758, a 14 de dezembro, em terreno doado pelo cônego Antônio Lopes Xavier. Com origem popular e bem remota é a devoção à N.S. Mãe dos Homens no Rio de Janeiro. Em um oratório erguido nas proximidades da quitanda do Marisco, foi colocada a imagem da Virgem Maria sob a invocação de Mãe dos Homens e aí, diariamente, ao cair da tarde, juntava-se o povo para rezar o terço. Fatos e costumes, simples e piedosos, da Sebastianópolis do século XVIII.

Em 1783, próximo a igreja de N.S. Mãe dos Homens, existia uma pequena casa térrea, de porta, janela e sótão, que se fez memorável. Sua fachada era singela, em verde malva, realçando o branco dos caixilhos. Habitavam-na a sua proprietária, Inácia Gertrudes de Almeida, e uma sua filha cega. Arruinada pelo abandono em que ficou, em 1796 já havia sido demolida. Viúva de Francisco da Silva Braga, com haveres, vida de hábitos austeros, lhana e piedosa, dona Inácia merecia, de todos, estima e respeito. Entre as pessoas de amizade da digna senhora estava o alferes de Dragões das Minas Gerais – Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, mártir na Inconfidência Mineira. Somente por esse fato, a pobre viúva, a sua filha e um sobrinho, o padre Inácio Nogueira, foram levados ao cárcere, em 1789, pouco depois de 10 de maio, data da prisão de Tiradentes. Além de encarcerados longos meses e martirizados, tiveram os seus bens seqüestrados. É e sempre foi assim a justiça dos homens.

Por aproveitável aos interesses da nossa municipalidade, no que diz respeito aos seus direitos senhoriais sobre o chão da cidade, entre as atuais ruas Uruguaiana e Primeiro de Março, é interessante dizer que a casinha malva de dona Inácia ocupava um terreno de 27 palmos de comprido por 30 ditos de largo, e era reconhecido foreiro ao Senado da Câmara pela precitada senhora, desde quando arrematara a referida casa em praça de ausentes, realizada a 29 de março de 1783. Em vereança de 2 de abril de 1783, o Senado da Câmara, atendendo ao que lhe expôs em petição Inácia Gertrudes de Almeida, decidiu conceder à peticionária o aforamento do terreno de uma casa que arrematara em praça de ausentes,

* O autor cita o Código Criminal de 1832. (N.E.)

situada à rua da Alfândega, próximo ao oratório de N.S. Mãe dos Homens e ao foro anual de meia pataca – cento e sessenta réis.

Ao final destas notas sobre a velha rua da Alfândega, recordamos a antiga sede do Banco do Brasil nesse logradouro, canto com a rua da Candelária, desde o ano de 1858, a 10 de abril, até mudar-se para a rua Primeiro de Março, ainda há pouco.

Rua Senhor Bom Jesus – 1782

Terreno de duas e meia braças de frente, por setenta e dois palmos de fundo, à rua Senhor Bom Jesus, no trecho que ia da Vala Grande para o campo de São Domingos. O terreno estava ocupado por duas arruinadas casas térreas, das primeiras construídas nessa via pública, no meado do século XVII. Tinham pertencido ao padre João Rodrigues de Almeida e, por sua morte, foram à praça e arrematadas por Francisco Pereira. Essa praça realizou-se a 9 de junho de 1774, e somente oito anos depois o precitado arrematante procurou tirar a carta de aforamento do terreno, obtendo-a por despacho do Senado da Câmara, de 16 de novembro de 1782, ao fim de uma longa e complicada querela sobre o foro anual a pagar. Prevaleceu o de quatrocentos e vinte réis arbitrado pelo Senado da Câmara, tendo em vista a valorização dos terrenos nesta parte da cidade. Pereira, que arrematara as casas pelo baixo preço de cento e cinqüenta e quatro mil e seiscentos réis, havia proposto o foro de trezentos e vinte réis, recusado pelo Senado, daí a questão. O terreno em apreço constituía uma desmembração do extenso aforamento concedido, em 1702, ao cônego Álvaro de Matos Fulgueiras. Em 1784, Ana Maria dos Reis Pereira, viúva de Francisco Pereira, vendeu as duas casas, quase a caírem, a Teresa Maria de Jesus.

Os autos das arruações e vistorias do ano de 1602 já registram referências às moradas de casas edificadas nas proximidades do estanque do azeite, à beira-mar da praia da cidade, na rua Direita, e fronteiras à passagem de Gonçalo Gonçalves, à mão direita, em direção ao antigo Fosso ou Vala Grande – na atualidade, corre aí a rua Uruguaiana. Um século depois, no memorável ano de 1705, em que os vereadores deram à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro um grande impulso pelas sábias decisões tomadas, os arruamentos levados a efeito falam da rua construída e cordeada na forma das posturas, cuja antiguidade e formação eram as mesmas da rua da Alfândega e que vindo do mar ia em direitura ao grande mangal pelo campo de São Domingos. Sobre parte desse grande mangal, parte norte, assentou-se o bairro de São Diogo. A rua que se abriu e que, naquele ano de 1705, já se apontava como uma das melhores da cidade, é a primitiva Gonçalo Gonçalves, depois Azeite do Peixe, dos Escrivães, do Loureiro, do Bom Jesus, do Sabão[47] e, por último, General Câmara, desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas. Terrenos do antigo cemitério dos Mulatos, da Irmandade de São Domingos de Gusmão, fronteiros à capela do mesmo santo, prestaram-se ao novo cordeamento da referida rua – então dita dos Escrivães. Também para esse novo cordeamento saíram terrenos da chácara do cônego Antônio Lopes Xavier. O cônego Xavier foi quem construiu, em chãos da sua chácara, a bela e tradicional capela de N.S. da Conceição, a qual o povo chamou de Conceição do Cônego, e foi outro templo derrubado pela famosa avenida Presidente Vargas. A capela da Conceição do Cônego remontava a 1757. Todos os terrenos que formavam às margens da desaparecida rua General Câmara são foreiros à municipalidade, desde a rua Uruguaiana até a praça da República, como provam as concessões que se fizeram, depois de 1705, dos terrenos que se reservaram para um grande rossio da cidade, no trecho entre Uruguaiana e Andradas, e dessa rua à praça da República [e] os aforamentos das desmembrações de chácaras foreiras à Câmara, de tempos imemoriais. O dito rossio não passou de projeto.

Gonçalo Gonçalves foi mercador bem rico no Rio de Janeiro, onde, em 1598, já possuía boas moradas de casas na Misericórdia, junto às portas da cidade, depois beco da Música. Também de sua propriedade era o estanque do azeite e as casas contíguas de um e de outro lado do estanque. Faleceu, em 1620, solteiro, e deixou a sua fortuna aos seus sobrinhos – Leonor Gonçalves, casada com Antônio Martins de Palma, fundador da igreja da Candelária, e Gonçalo Gonçalves, o moço, que faleceu em 1645, também muito rico, deixando testamento datado de 5 de julho de 1643. Uma outra igreja derrubada, para se abrir a avenida Presidente Vargas, foi a do Senhor Bom Jesus do Calvário, que ficava na rua General Câmara, canto com a Uruguaiana. Esse templo, iniciado a construir em 1719 por José de Souza Barros, só terminou depois de 1722, ano em que, no mês de abril, faleceu Souza Barros, o qual deixou trinta mil cruzados para a conclusão da igreja e para a aquisição das alfaias.

Rua do Sabão – 1830/1859

Terreno de 9 e meia braças de frente à rua do [Sabão], com fundos a entestar com a São Pedro e aforado ao tenente-general José Manoel de Morais, em 23 de junho de 1830. A desmembração da grande chácara do Casado deu origem a novos prazos foreiros à municipalidade. Um deles, formando uma quadra entre as antigas e desaparecidas ruas São Pedro e General Câmara, veio a pertencer a Manoel Caetano Pinto, por compra feita em 1830. Caetano Pinto loteou a quadra e vendeu um lote, que é o terreno motivo destas notas, ao tenente-general precitado – José Manoel de Morais. Esse militar cortou em duas partes o terreno que comprou, sendo uma de três e meia braças que vendeu ao seu irmão, padre Antônio Manoel de Morais, e reservou a outra, de seis braças, para construir, como construiu, duas casas térreas com frente à segunda travessa de São Joaquim, depois rua do Núncio e, hoje, Tomé de Souza. Na mesma ocasião, construiu também uma boa e moderna casa de sobrado, com frente à rua do Sabão, e nessa casa passou a residir depois de 1830. O tenente-general José Manoel de Morais[48] era homem de fino trato e gastava largamente. Daí, dívidas que se avolumaram e a penhora que sofreu dos seus bens, em 1838. A casa da sua residência, então nº 324, da rua do Sabão, foi arrematada por dezoito contos de réis pelo exeqüente da penhora – o onzenário Antônio Luiz Fernandes Pinto. Indivíduo que não perdoava dívidas, mas gostava de não pagar as suas, principalmente, as que contraía com o fisco. Contra ele a Ilustríssima Câmara intentou ação para haver foros e laudêmios. Levou anos o pleito, com estações conciliatórias que faziam-no suspenso longo período. Afinal, gostando da política e ambicionando uma cadeira de vereador na Ilustríssima Câmara, Fernandes Pinto, cedendo à realidade dos fatos, quitou-se com os cofres do município e apanhou o lugar de vereador, eleito aliás por duas paróquias. O prédio 324, em 1859, por compra, passou a pertencer ao barão de Alegrete, também proprietário do 326.

Como vimos, a rua do Sabão veio a chamar-se General Câmara e, primitivamente, foi dita Senhor Bom Jesus.

Rua São Pedro – 1820/1874

Terreno de 4 braças de frente, desmembrado da chácara do Casado, e, pelos cessionários dela, vendido a Leocádio José de Oliveira, por novecentos mil réis, em 7 de agosto de 1820. Eram cessionários João José de Melo e Miguel José Fernandes, os quais, nas vendas que vinham fazendo dos terrenos da chácara, entravam sempre em luta, buscando, cada um, maiores vantagens. E com isso causavam prejuízos aos compradores, que se viam envolvidos nessa luta, procurando anular as transações. Na venda em apreço, o comprador Leocádio, interessado que estava em adquirir o terreno, calmamente aguardou por quatro anos se dirimissem as dúvidas entre Melo e Fernandes. É assim que, somente a 16 de outubro de 1824, Leocádio conseguiu ultimar a compra do terreno e, para melhor segurança de sua posse, tirou na mesma data a carta do respectivo aforamento. No terreno, Leocádio construiu um prédio que vendeu, em 1835, a Eulália Isabel dos Santos. Em 1874, esse imóvel figura no Rol das Décimas como sendo de sobrado, nº 390.

Rua São Pedro – 1830/1845

Terreno de 56 palmos pela rua São Pedro e 82 ditos pela rua do Núncio, onde fazia canto, e era fundos da rua do Sabão. Pertencia ao general José Manoel de Morais, que o vendeu ao seu irmão, o padre Antônio Manoel de Morais, como já dissemos em notícia anterior sobre a rua do Sabão. O referido padre construiu no terreno um prédio de dois corpos, sendo um de sobrado, com frente à rua de São Pedro, nº 335, e o outro térreo, de beirada, e frente à rua do Núncio. O herdeiro do padre Morais, que foi um filho seu, Antônio Manoel de Morais Júnior, vendeu esse prédio, em 1845, a Benjamim Dias.

Rua São Pedro – 1833/1843

Terreno de 12 braças de frente pela rua São Pedro e fundos até a de São Joaquim, numa extensão de 22 braças – ou seja 48,40m – com benfeitorias que foram vendidas, em 1833, pelo respectivo proprietário, Custódio Moreira Maia, a Francisco José Bernardes, por treze contos e oitocentos mil réis. Nessa venda, foi incluído o domínio útil do terreno, do qual o comprador Bernardes se manteve posseiro intruso durante dez anos, pois somente em 1843 cuidou de legalizar a sua posse, com o aforamento do terreno, por Carta de 11 de agosto de 1843. Na frente da rua São Pedro existia uma pequena casa de sótão, ocupando metade dessa frente – ou seis braças. Na frente da rua São Joaquim, o terreno era fechado por um alto e grosso paredão de pedra e cal, com duas janelas e uma porta que dava a uma cocheira. Nessa dita rua São Joaquim o terreno confinava, à direita, com as casas do finado José Pereira Cardoso e, à esquerda, com telheiros da municipalidade. Tudo isso Francisco José Bernardes fez desaparecer, para construir, como construiu, um sólido prédio de sobrado, de largas janelas de vidraças, à rua de São Pedro, defronte do Paço Municipal. Esse prédio teve o nº 332.

Rua São Pedro – 1846/1851

Terreno de três braças e sete palmos à rua São Pedro, com dois prédios de nºs 214 e 218, propriedade, já em 1846, de José Peixoto da Fonseca, a quem pertenceram, em virtude de herança dos pais. Em 1850, já estavam vendidos a Pedro Lopes da Cruz, o qual tirou carta de aforamento do terreno, em maio de 1851. A casa 214 ocupava uma braça de frente, entre a casa 212, de Teresa de Jesus Peixoto, à esquerda, e a casa 218, que ocupava duas braças e sete palmos, no canto da antiga rua da Imperatriz, hoje Camerino, no trecho desaparecido pelo prolongamento e alargamento da rua do Sacramento, atual avenida Passos.

Rua São Pedro – 1862

Terreno de 3 braças e 3 palmos à rua São Pedro e cento e vinte ditos pela do Fogo, agora dos Andradas, e todo ele ocupado por um prédio de sobrado, que ia de rua à rua, tendo o nº 164 pela rua São Pedro. Pertenceu esse prédio a Manoel Francisco de Souza Lemos e depois ao seu filho dr. José Francisco de Souza Lemos, ilustre médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especialista em moléstias nervosas, no tratamento das quais aplicava o hipnotismo – ao qual se dedicava cientificamente em aprofundados estudos.

Rua São Pedro

A rua São Pedro era um dos mais remotos logradouros públicos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Originou-se de um caminho aberto pelo povoador ao penetrar a terra carioca, do litoral para o sertão. A princípio chegava até o fosso, que era o limite natural da cidade – e o fosso, já temos dito, corria por onde corre a rua Uruguaiana. Os aterros pelas suas margens reduziram-no de cerca de uma e meia braça em cada margem e aumentaram a profundidade. Assim, ficou sendo a vala grande ou mestra da cidade, por mais de século. Durante muitos anos, a rua São Pedro chamou-se do Carneiro, nome de antigo e conceituado morador e cirurgião da Misericórdia, Antônio Carneiro, residente em um prédio de sobrado, nas proximidades da passagem dos Ourives. Na sua parte antiga, vários os nomes que tiveram determinados trechos e cujos limites não podem ser restabelecidos, senão por presunção. E assim acontece porque, de origem vulgar quase toda ela, a toponímia primitiva da cidade não é de fácil reconstituição, como julgam muitos dos cronistas da terra carioca. Depois de ereta a igreja de São Pedro, em 1733, teve a rua o nome do Príncipe dos Apóstolos. Era magnífica obra de arte a igreja de São Pedro, demolida para a abertura da avenida Presidente Vargas. Ocupava terreno à esquerda da rua, canto da dos Ourives, para esse fim doado pelo padre Francisco Barreto de Menezes, por escritura de 9 de outubro de

1732. Construção baroca ou barroca, como querem os portugueses, que obedeceu a arquitetura romana do século XVIII, a igreja, de forma circular, tinha duas torres, ricas decorações internas e obra de talha dourada.

Em 1705, o Senado da Câmara, dividindo as terras do campo da cidade, para a demarcação do rossio, deu impulso ao povoamento dessa baixa região, onde fez traçar novos arruamentos, prolongando as primitivas ruas que partiam do mar e abrindo outras transversais às primeiras referidas. Prolongou-se, nessa ocasião, a rua do Carneiro até a azinhaga, ou caminho estreito, que ia ter ao mar do Valongo. Esse caminho deu origem, ou serviu de traço, como então se dizia, para a abertura da rua do Valongo, depois Imperatriz e, atualmente, Camerino. Ao findar o século XVIII, a rua São Pedro, arruada de modo conveniente, foi levada a encontrar a ponte do Curtume, em São Diogo. Esse prolongamento veio a chamar-se rua São Pedro da Cidade Nova e, depois, Senador Euzébio. Excluída a parte entre a rua Primeiro de Março e a Uruguaiana, existem sobre a rua São Pedro, guardados nos arquivos da municipalidade e nos cartórios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, volumosos autos sobre as concessões de aforamentos nessa desaparecida via pública. A rua São Pedro era uma reta estreita de bastante comprimento e perfeita de ponta a ponta. Na sua formação, entraram terrenos de marinhas até proximidades da rua da Candelária, terras concelhias, de uso e gozo dos povoadores da cidade, desde a rua da Candelária até o fosso – hoje rua Uruguaiana, – e daí até o término da rua, os retalhos do campo da cidade, os terrenos das chácaras do Casado, Conceição e Machado, e os terrenos do Aterrado do Mangue. Dos vários nomes atribuídos à antiga rua São Pedro, no trecho entre o mar e a Vala Grande, destacamos o de Vaz Viçoso, com segura identificação em documentos fidedignos do século XVII. Esse nome era dado à parte da dita rua, entre a dos Ourives e a Uruguaiana, pelo fato de aí residir e ter propriedades Antônio Vaz Viçoso, o moço, filho de Antônio Vaz Viçoso, o velho, que foi riquíssimo senhor de engenho e de vastas terras cultivadas no Guandu Mirim, em 1630, também possuidor de prédios urbanos. Documentos oficiais, dos últimos anos do século XVII, falam da rua Vaz Viçoso, onde tinha residência, ainda em 1683, Antônio Vaz Viçoso, o moço, casado com Maria de Vasconcelos Viçoso, e desse casal havia uma filha – Vitória da Silva Vasconcelos Viçoso —, que se casou com Manoel Rodrigues Henriques, e foi dotada por seus pais generosamente, na ocasião do seu casamento, em maio de 1689. Nesse dote, foram incluídos uma sorte de terras de 450 braças de testada por meia légua de fundo, no Guandú Mirim, e mais seis braças de chão de testada pela rua Antônio Viçoso e fundos no outeiro da Conceição, no lugar da Vila Verde, que é toda a área outrora compreendida pelo antigo largo de Santa Rita e ruas Teófilo Otoni e Uruguaiana e que foi abrangida pela avenida Presidente Vargas.

Rua da Carioca – 1877/1879

Terreno de cento e seis metros de frente pelo lado esquerdo da rua da Carioca. No começo do ano de 1877, a Ordem Terceira da Penitência, por seu procurador José Francisco da Costa Braga, pediu à Ilustríssima Câmara o arruamento da precitada frente, de modo a permitir as reedificações na mesma frente, na forma do disposto pelo novo projeto de alinhamento da rua. Por despacho de 22 de fevereiro do precitado ano, a Câmara deferiu o pedido e, dois dias depois, eram arruados 106m de frente, desde o canto da rua da Carioca com o largo do mesmo nome até a aresta do lado direito da casa nº 57, com um recuo de 0,77cm, no ponto em que a rua fazia uma curva. A Ordem da Penitência não demorou em demolir as antigas casas térreas de nºs 1 a 27, que ocupavam a referida frente e a iniciar a edificação de doze prédios de sobrado, na forma expressa pelo alvará de licença expedido na mesma data, de 22 de fevereiro de 1877, e no qual ficou dito não ser foreiro à municipalidade o terreno ocupado pelos novos prédios. Essa declaração, dando os terrenos como alodiais, aparece em quase todos os Alvarás de Licenças para as novas edificações da rua da Carioca ao tempo – 1877/1879. Mais tarde, porém, em virtude desses alvarás criaram-se casos de controvérsias, mostrando ser duvidosa a situação dos terrenos, quanto à natureza alodial ou não dos mesmos. Citaremos o caso do prédio 79, reconstruído em 1877, e que pertenceu a Inácia Maria da Conceição, que o construiu em terreno a ela vendido pela Ordem Terceira da Penitência, e com a declaração de ser o terreno vendido constituído de parte alodial, ou livre, e de parte sujeita a foro à Ilustríssima Câmara. É interessante recordar que, em tempos anteriores, o terreno havia sido ocupado por uma casa térrea pertencente à dita Ordem, e que figurava no Rol das Décimas, com o nº 69, antigo 163, da rua do Piolho – nome anterior da rua da Carioca. A referida Inácia

Maria da Conceição dirigiu-se à Ilustríssima Câmara expondo a transação que fizera, obtendo a ratificação e o aforamento da parte dita foreira. Foi um expediente de evitar polêmica. Por morte de Inácia, o prédio ficou pertencendo a Carlos Luiz da Rocha, conforme a partilha dos bens da finada, processada no juízo Municipal de Niterói, escrivão Cantidiano Rosa, e julgada por sentença de 21 de março de 1863. Carlos Luiz vendeu o prédio a José Marques de Carvalho, com a declaração de ser o terreno livre de foro, declaração essa mantida por Marques de Carvalho ao transferir a posse do terreno, também por venda, a Avelino Coelho da Costa. Com esse posseiro, a Câmara Municipal, em setembro de 1879, entrou em entendimento sobre regularizar-se a situação do prédio 79, da rua da Carioca, que já pertencia ao dito Avelino Coelho da Costa, o qual prontificou-se a pagar o laudêmio da aquisição do imóvel, quanto à parte foreira, que aceitou e reconheceu ser aquela, com frente ou testada no lado direito do beco da Carioca, visto que a outra parte era do domínio da Ordem Terceira da Penitência. Por despacho de 29 de setembro de 1877, a Ilustríssima Câmara, aceitando a situação como real, se não de direito, mas de fato, mandou proceder a cobrança de um laudêmio sobre oito contos de réis. O terreno media 6,4m na frente da rua da Carioca e 5,4m, na do beco, com um comprimento de frente a fundos de 27m. É interessante recordar, com fundamento na opinião do ilustrado Francisco de Bustamante Sá, então contador geral da municipalidade, que todo o terreno não podia deixar de ser foreiro à Ilustríssima Câmara, por achar-se dentro da área da sesmaria municipal e, ainda mais, porque era parte daqueles que, em 1703, a Câmara havia aforado a José de Souza Barros e, em 1808, traspassados a Francisco José de

Augusto Malta, 28/1/1909 – Rua da Carioca. No final do século XVII, foram levantadas as primeiras casas da atual rua da Carioca, caminho utilizado pelos que iam buscar água no chafariz da Carioca; sua denominação, aprovada por deliberação da Câmara Municipal, em 1848, perdura até hoje apesar das tentativas de modificá-la.

Souza Guimarães. Quanto à parte contestada, ou seja, tida como parte alodial, a Ilustríssima Câmara deliberou, ressalvando os seus direitos, que seria ventilada, quando oportuno, essa questão e outras muitas idênticas. Lamentavelmente, a oportunidade nunca chegou, e daí o esbulho sofrido pela municipalidade, no seu patrimônio territorial, por sua própria culpa.

Rua da Carioca

A rua da Carioca tem origem bem remota e, do que era primitivamente, há ainda claro vestígio no beco da Carioca, o qual, recentemente, passou a ser rua com o nome de Gustavo Lacerda, aliás, classificação bem absurda, como muitas outras existentes no Rol dos Logradouros Públicos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O antigo beco da Carioca é um pequeno logradouro muito estreito e sem saída. A topologia do Rio de Janeiro do século XVI não é de fácil reconstituição pelo descaminho da documentação escrita da época e do estrago da que existe pelos arquivos públicos e particulares – esses, de ordens religiosas quase todos. É certo, porém, que nas nossas longas e minuciosas buscas conseguimos algo de interessante sobre alguns dos primitivos logradouros da Sebastianópolis, no precitado século. Um deles é o chamado porto da cidade, em um ponto da praia, depois rua da Misericórdia, que melhor cômodo dava ao povo para o desembarque dos seus mantimentos e das suas demais utilidades. Do porto da cidade, partia um caminho que subia à praia para penetrar terra a dentro, à mão esquerda, em direção ao engenho dos padres da Companhia de Jesus* Vestígios desse remoto logradouro tem-se ainda, acompanhando os segmentos das atuais vias públicas: rua de São José[49], beco da Carioca, rua e travessa do Senado, ruas Frei Caneca, Estácio de Sá e Haddock Lobo. Partia-se da praia, atualmente, rua da Misericórdia, tomava-se pela encosta do desaparecido morro do Castelo, hoje, rua de São José e, alcançando o outeiro de Santo Antônio, rumava-se [pelas] suas vertentes, chamadas Abas dos Frades, a esbarrar no morro de Pedro Dias, depois Senado, também arrasado. Desse ponto, voltava-se à mão direita, atravessava-se um areal, caminhava-se à beira da lagoa salgada do Capueruçú e, para fugir aos tremedais, à direita, penetrava-se a estreita garganta do Barro Vermelho, galgava-se caminho alto e, por mato a dentro, chegava-se, enfim, ao engenho dos jesuítas. Em menos de meio século, atendendo-se aos interesses de proprietários de extensas roças que se plantaram nessa região, foram sendo abertos logradouros transversais ao caminho descrito, o qual foi sendo alargado, desviado e estreitado em determinados pontos. Esses desvios foram causados pelos trancamentos que eram feitos nas frentes das roças dos mandões do lugar.

Depois de 1609, já instalados os franciscanos no alto do morro, ao qual se chamou de Santo Antônio, começou a Câmara a cuidar do saneamento da paludosa região da Carioca, aterrando e escoando, por meio de valas, as águas pluviais que aí se estagnavam. Para a construção da casa conventual e da igreja, os franciscanos cortaram grande porção da rocha do morro de Santo Antônio, na parte que lhes fora doada. Em um lugar dessa rocha, onde está, hoje, a igreja Evangélica, à rua Silva Jardim, antiga travessa da Barreira, havia água nativa, considerada miraculosa e de ótimo resultado na cura da orquite. Altas horas da noite, iam banhar-se nessa fonte, os atacados do dito mal. Depois, levantou-se no lugar da fonte um chafariz público, ao qual o povo chamou de chafariz das Boiotas. Pelas fraldas do morro de Santo Antônio, e ocupando larga faixa do rossio público – largo da Carioca – existiu um cemitério fundado pelos frades de São Francisco, destinados aos escravos abandonados. Em novembro de 1709, os ditos religiosos, movidos de compaixão e de caridade por essas infelizes criaturas, cujos cadáveres ficavam em abandono, insepultos, conseguiram do Senado da Câmara, por esmola, o aumento da testada do cemitério, com mais 18 braças, a começar do fim do muro da ladeira que ia para o convento, onde tinha começo a rua que ia para o morro da Conceição – rua da Uruguaiana, agora – e com fundos que se achasse em direção à capela dos Terceiros.

A lagoa de Santo Antônio era a bacia que recolhia as águas do fosso, com vazão para o campo da Ajuda. Em 1712, entulhada no meio pelos franciscanos, ficou dividida em duas. As obras levadas a efeito (1721/1723) para o levantamento da fonte da Carioca, fizeram desaparecer a lagoa. Começaram, então, com o saneamento dessa região, as edificações nos arredores da dita fonte. Pela face do antigo campo alagadiço, que olhava para o outeiro de Santo Antônio, ou, atualmente lado leste do largo da

* Documentos Inéditos, Arquivo Ultramarino – Lisboa. (N.A.)

Carioca, construíram-se bons prédios. O vice-rei conde da Cunha,* no seu governo (1763/1767), nos novos arruamentos a que mandou proceder, em colaboração com o Senado da Câmara, abriu a rua que se chamou do Egito, do Piolho[50] e por fim da Carioca, em virtude da deliberação da Câmara, de 24 de outubro de 1848. Na administração do prefeito Passos (1902/1906), o largo e a rua da Carioca foram consideravelmente melhorados.

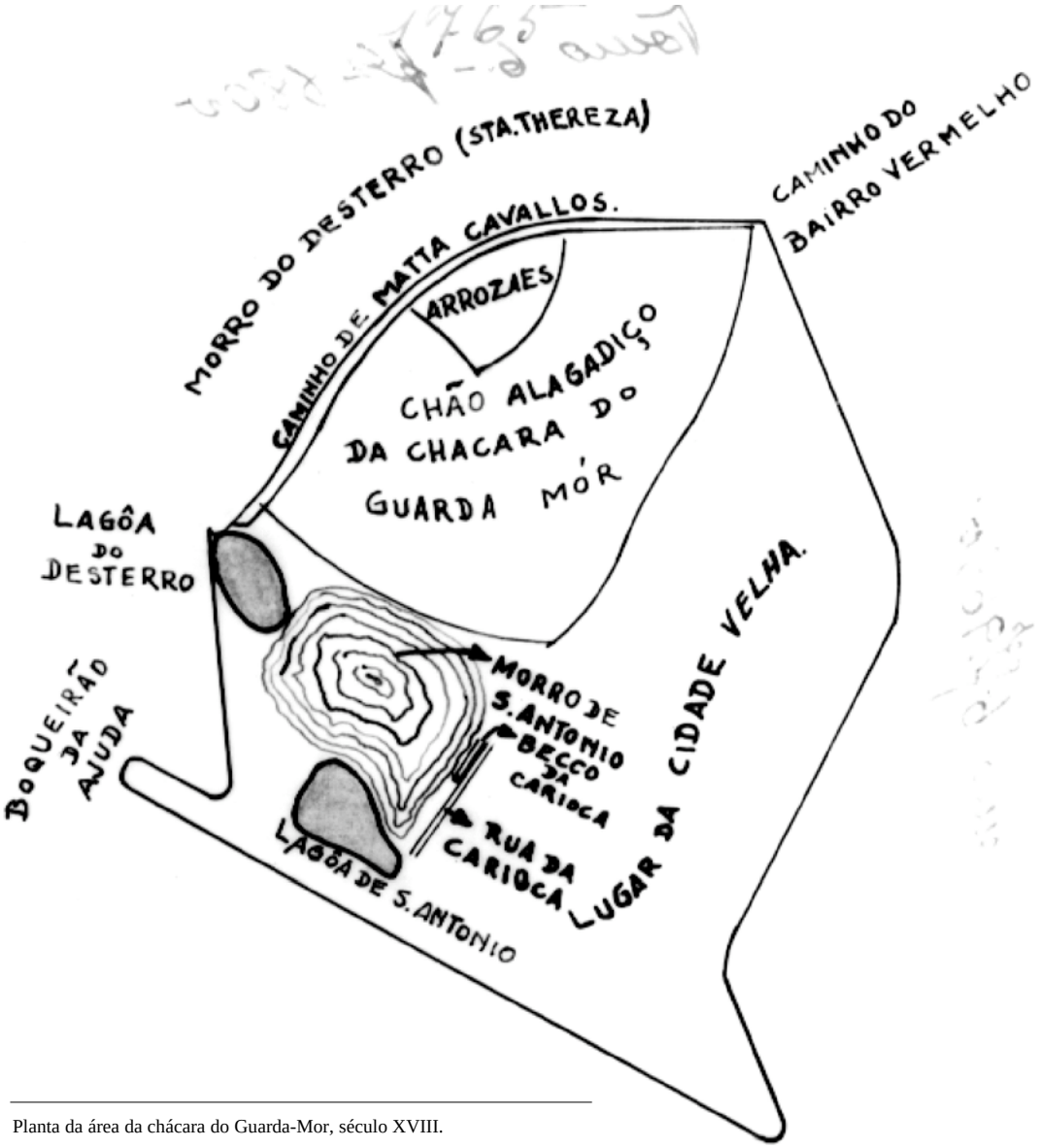
Chácara de São Domingos

Como dissemos em outro capítulo deste livro, e vamos aqui repetir, com mais outras achegas interessantes à história da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a famosa chácara ou quinta de São Domingos ocupou toda a área nos nossos dias limitada pelo lado esquerdo ou ímpar da rua Senhor dos Passos; lado esquerdo ou ímpar da rua Gonçalves Ledo; face ocidental da praça Tiradentes, desde a última precitada rua até o canto, à direita, da rua Visconde do Rio Branco; todo o lado direito ou par da dita rua Visconde do Rio Branco e toda a face oriental da praça da República, desde a rua Senhor dos Passos até a do visconde do Rio Branco. Todo o chão da chácara, com uma porção bem pantanosa, era foreiro à municipalidade do Rio de Janeiro. Em 1702, por comisso, foi a chácara à praça pública de arrematação, sendo arrematada pelo dr. João Mendes de Almeida, o qual tirou carta de aforamento, em *fateusim* perpétuo, a 6 de dezembro de 1702, ao foro anual de dez tostões. Em 1709, o dr. João Mendes de Almeida doou a chácara ao seu cunhado, capitão Paulo Carvalho da Silva, de quem foi sucessor a Ordem Terceira do Carmo, em virtude de legado. Esquecíamos [de] dizer que a doação feita pelo dr. Mendes de Almeida teve a aprovação do Senado da Câmara, em vereança de 14 de novembro de 1710, sendo expedida, na mesma data, nova carta de aforamento ao capitão Paulo Carvalho da Silva. Também é importante recordar que o legado estipulou fossem os réditos da chácara aplicados pela Ordem, em benefício dos irmãos pobres que se recolhessem ao hospital da mesma instituição. No governo do vice-rei conde da Cunha, pondo-se em execução um projeto de melhoramentos urbanos, a Ordem do Carmo foi compelida a retalhar a chácara de São Domingos, em benefício público e a ceder terrenos para arruamentos que se fizeram, e pelos quais foram prolongados existentes e antigos logradouros. Prolongaram-se, então, as ruas São Jorge, desde Senhor dos Passos ao rossio Grande; Senhor dos Passos, lado esquerdo, desde São Jorge até o campo de Santana; Lampadosa, desde São Jorge até a de Santa Teresa, – atual Regente Feijó; Hospício, atualmente Buenos Aires, desde São Jorge até o campo de Santana, tendo esse prolongamento recebido o nome de Alecrim, dado pelo povo. Abriram-se a rua do Núncio, com o nome de Condessa e depois Coqueiro; a do Regente Feijó, com o nome de Santa Teresa, depois Regente; do visconde do Rio Branco, com o nome de conde da Cunha, e a da Constituição, com o nome de Ciganos. Tanto a rua do Visconde do Rio Branco como a da Constituição foram tidas, de começo, como prolongamentos da rua do Piolho, a primeira, e da rua do Cano, a segunda. A rua do Piolho é a atual Carioca e a do Cano, Sete de Setembro. O lado esquerdo da rua Visconde do Rio Branco formou-se de terrenos tirados à chácara do guarda-mor e o da rua de São Jorge constituiu-se da de São Domingos. Como se vê, todos os prédios construídos nos logradouros citados são obrigados ao foro à municipalidade do Rio de Janeiro. Entretanto, desde a época das primeiras edificações, inúmeras as transmissões que se tem feito das propriedades à revelia do senhorio direto – a dita municipalidade, que deixou de receber os laudêmios das transações efetuadas. No decorrer dos anos, foram surgindo questões com a Fazenda Municipal, nas quais patente era a má-fé dos proprietários, inclusive a referida Ordem. Em 1857, graças ao ilustre Haddock Lobo, a Ilustríssima Câmara reencetou um firme movimento de reivindicação dos seus direitos senhoriais nessa zona da cidade e desse movimento resultam, ainda em nossos dias, benefícios à Prefeitura para a cobrança dos seus foros e laudêmios.

* A rua da Carioca já existia muito antes do governo do vice-rei conde da Cunha (1763-1767). O que ele pode ter feito é mandado arruar e alinhar o logradouro. (N.C.)

Largo do Rossio Grande – 1807/1873

Terreno de 11 braças e 7 palmos ou, modernamente, 25,74m – de frente no largo do Rossio Grande, canto da rua do conde da Cunha, por onde corria fundos de 15 braças e 2 palmos, ou 33, 44m. Bem pantanoso, ainda em 1807, esse terreno foi assim vendido, no dito ano e por bom dinheiro, pela Ordem Terceira do Carmo, ao capitão Manoel Gonçalves Moledo, a quem veio a ser comprado pelo sargento-mor Antônio Petra Bitencourt. Esse rico proprietário, já possuidor de outros terrenos no local, cuidou logo de aterrar, como aterrou, solidamente, não só o terreno comprado a Moledo, também toda a área que já possuía, adquirida por compra à Ordem do Carmo. Essa área foi desmembrada da parte bastante alagadiça da chácara de São Domingos, parte que corresponde, nos nossos dias, a que é fechada pelas praças da Independência – antiga Tiradentes – e da República, e pelas ruas Constituição e Visconde do Rio Branco. No terreno, motivo destas notas, Petra edificou um vasto prédio de morada nobre, de dois pavimentos, com salões decorados, dependências para a criadagem e para a cavalariça. O sargento-mor Antônio Petra Bitencourt era casado com senhorinha Joaquina Nobre de Jesus, de importante e rica família carioca. O casal Petra, possuidor de grande fortuna, residiu por algum tempo no referido prédio, vendido ao visconde do Rio Seco – depois marquês de Jundiaí —, o que deu origem à denominação de



Planta da área da chácara do Guarda-Mor, século XVIII.

Palacete Jundiaí para o antigo casarão. Em 17 de setembro de 1836, foi levado à praça e arrematado pelo comendador José Ferreira Carneiro, por quarenta e cinco contos e quatrocentos e cinqüenta mil réis. Em 1851, já precisando de reparos, foi adquirido por um outro comendador – o lavrador e negociante Francisco Pinto da Fonseca Teles – pela quantia de quarenta contos de réis. Esse último proprietário, em 1873, vendeu o Palacete Jundiaí, e todas as suas dependências, à Fazenda Nacional para servir de sede ao Ministério do Império, como serviu, e também ao Ministério do Interior e Justiça, na República. É interessante assinalar que a municipalidade teve interferência nessas transações de venda do dito palacete, na qualidade de senhorio direto do terreno em que o mesmo edifício estava assente, pagando-se-lhe os foros e laudêmios. Ainda interessante recordar que o palacete Jundiaí, ao ser construído recebendo o nº 2, pela rua do conde da Cunha, conservou sempre essa numeração, até 1873, quando foi arrolado entre os próprios da Nação, deixando de ser numerado.

Largo do Rossio Grande – 1813/1842

Terreno de três braças de frente no largo do Rossio Grande, com fundos para os alagadiços que iam em direção ao campo de Santana. Manoel Gonçalves Galvão comprou esse terreno à Ordem do Carmo e logo o vendeu ao sargento-mor Antônio Petra Bitencourt. Beneficiado bastante o terreno pelo comprador, com sólido aterro e a edificação de uma casa térrea residencial. A casa veio a ser vendida a Joana Máxima Leite Pereira, senhora de fino trato e de conceituada família carioca.

Joana Máxima residiu por algum tempo na dita casa, que vendeu ao dr. José Martins da Cruz Jobim, por dez contos de réis. A venda efetuou-se por escritura pública, de 13 de maio de 1836, tendo a casa, nessa ocasião, o nº 70 da face ocidental do largo do Rossio Grande. O dr. Cruz Jobim, médico ilustre e político de influência, questionou anos com a municipalidade, sobre a obrigação do aforamento do terreno da casa que comprara, acabando, afinal, por aceitá-lo, tirando a respectiva carta em 6 de agosto de 1842.

Largo do Rossio Grande – 1822/1845

Terreno de três braças de frente pelo largo do Rossio Grande, desmembrado da parte pantanosa da chácara de São Domingos, arrematado pelo sargento-mor Antônio Petra Bitencourt, e logo edificado com casas térreas residenciais. Uma dessas casas veio a ser vendida, em 17 de abril de 1822, a Rosa Alexandrina Lima, para a sua residência. Em testamento, a dita senhora legou a precitada casa a Luiza Joaquina Gomes, viúva do abalizado engenheiro Joaquim Vicente Gomes, irmão da testadora. A Ilustríssima Câmara conheceu do legado, aceitando-o e ratificando por despacho de 25 de fevereiro de 1845, e, nessa mesma data, a legatária obteve a carta de aforamento do terreno da casa, então nº 75.

Largo do Rossio Grande – 1836

Terreno de três braças de frente, ocupado pelo prédio de sobrado nº 91, propriedade de João de Azevedo Melo Pitada, vendido ao dr. Lourenço Caetano Pinto, por dez contos de réis. O dr. Caetano Pinto, que era médico, residiu e teve consultório nesse prédio, que aumentou, em 1836, comprando para o aumento mais terreno, na parte dos fundos, a Rodrigo José Pimenta. Todo o chão ocupado pelo prédio, com o acréscimo que se lhe fez, ficou constituindo um só prazo, sujeito ao foro anual de quatro contos e oitenta réis.

Rua do Conde da Cunha – 1806/1807

Terreno de 14 braças, 30,80m de frente pela rua chamada do Conde da Cunha, depois do Conde e, agora, Visconde do Rio Branco. Esse terreno era um dos muitos desmembramentos da área pantanosa da chácara de São Domingos, cuja desmembração começou a ser feita em 1765, por ordem ou mandado expresso do vice-rei conde da Cunha à Ordem Terceira do Carmo, posseiro do chão da chácara, a fim de que, em benefício do público, as comunicações se fizessem mais rápidas. O terreno foreiro à municipalidade do Rio de Janeiro era constituído de duas porções diferentes: uma de oito braças de testada e a outra de seis ditas. Em 1806, a Ordem vendeu a porção menor ao capitão miliciano Luiz Antônio Ferreira e, em 1807, a maior a Custódio Moreira Lírio, o qual adquiriu, pouco depois e por compra, a porção do capitão Ferreira. No todo de 14 braças, constituindo um prazo foreiro, conforme Carta de 4 de outubro de 1807, Lírio construiu quatro prédios, que receberam os números de 4 a 10, da rua conde da Cunha e tinham, à esquerda, o palacete de propriedade e residência do sargento-mor Petra Bitencourt e, à direita, a rua Santa Teresa – depois do Regente. É interessante dizer que o capitão Luiz Antônio Ferreira e Custódio Moreira Lírio, que era comendador e muito rico, foram provedores da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: em 1804/1805 e 1820/1822, respectivamente. O comendador Lírio prestou relevantes serviços à dita instituição, bastando citar o da concessão de loterias. Foi arrematante do contrato das miunças que, pela sua inteligente operosidade, se elevou para mais de trezentos contos de réis.

Rua do Conde da Cunha – 1807/1859

Terreno de 7 braças de frente pela rua do Conde da Cunha, vendido, em 1807, pela Ordem do Carmo a Sabino Teixeira de Melo, a quem o Senado da Câmara concedeu a carta de aforamento do terreno em apreço, por despacho de 4 de novembro de 1807, ao foro anual de quinhentos réis. No ano seguinte, Teixeira de Melo iniciou a construção de bons prédios de sobrado, de pedra e cal. A construção terminou em 1809, e foram três os prédios construídos, os quais ficaram arrolados para o pagamento das décimas, sob os números 14, 16 e 18, da rua do conde.

De fato, o serviço de lançamento ou, como era chamado, arrolamento dos prédios urbanos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro teve início no ano de 1809 e, nessa ocasião, para melhor segurança e facilidade da cobrança das décimas a que ficaram obrigados os prédios, procedeu-se a uma revisão na nomenclatura ou titulação dos logradouros públicos e dos seus limites, alterando-se, em muito, os limites e modificando-se, também, a nomenclatura. É assim que a rua do Conde da Cunha, a partir desse ano de 1809, passou a chamar-se rua do conde, tendo começo no rossio Grande e fim no campo de Santana.

O prédio 14 foi vendido a José Joaquim Pereira, por Teixeira de Melo, e os de nºs 16 e 18, pelos herdeiros desse proprietário, a Francisco Ribeiro Moreira, ainda proprietário dos mesmos imóveis, em 1859. O de nº 14 veio a pertencer ao negociante João Bruvél.

Rua do Conde da Cunha – 1807/1859

Terreno de 4 braças de frente pela rua do Conde da Cunha, vendido, em 1807, pela Ordem do Carmo, ao capitão Joaquim Ribeiro da Silva Guimarães, a quem o Senado da Câmara, em vereança de 7 de novembro de 1807, concedeu o aforamento do terreno, ao foro anual de quatrocentos réis. Guimarães construiu, nesse terreno, um sólido prédio de sobrado, vendido por sua viúva, Damiana Teresa da Conceição Ribeiro, a Nuno José Ferreira, o qual não demorou a pedir uma nova carta de aforamento, que lhe foi concedida, a 8 de janeiro de 1817. O registro dessa carta aparece no livro competente, na mesma citada data, e pela rua do Conde, antiga Conde da Cunha. Por morte de Nuno, o imóvel em apreço passou a Felipe Neri de Carvalho, filho do mesmo Nuno José Ferreira e, de Neri, foi transferido, por venda, a Luiz Queiroz Monteiro Regadas. Em 1859, já pertencia a Miguel Henrique

Soares, casado com a viúva de Monteiro Regadas. São bem valiosos à reconstituição da velha e colonial cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, os Registros dos Aforamentos do Senado da Câmara, no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Eles são minuciosos quanto à localização dos terrenos aforados e também quanto à toponímia da região foreira. O título do aforamento, concedido em 1807, ao capitão Joaquim Ribeiro da Silva Guimarães, dá provas de que, ainda em 1807, a nominação Lampadosa era dada oficialmente ao extenso campo alagadiço que, nos nossos dias, corresponde à área fechada pelas praças da Independência – antiga Tiradentes – e da República e pelas ruas da Constituição e do Visconde do Rio Branco. Essas ditas ruas, ao tempo do mesmo aforamento, eram consideradas como segmentos das atuais ruas Sete de Setembro e Carioca, respectivamente. A rua Sete de Setembro era chamada do Cano e a da Carioca, do Piolho. São fatos reais, desmentindo certas crônicas sobre o Rio de Janeiro, cujos autores, indivíduos de gabinetes, poltronas, fogem à poeira dos arquivos e aborrecem as pesquisas.

Rua do Conde da Cunha – 1807/1892

Terreno de 10 braças de frente, rua do Conde da Cunha, pertencente à Ordem do Carmo. Foi por ela desmembrado da sua antiga chácara de São Domingos, em 1807, e, nesse mesmo ano, vendido a Antônio José Barbosa, a quem o Senado da Câmara concedeu carta de aforamento do terreno, em vereança de 16 de dezembro de 1807. Logo a seguir à compra do terreno, Antônio José Barbosa iniciou e concluiu, no começo do ano de 1808, a construção de três sólidos prédios e, ainda em 1808, edificou mais um bom prédio de sobrado. Ao ser feita a numeração predial da rua do Conde da Cunha, em 1809,* os ditos prédios receberam os nºs 26, 28, 30 e 32, passando o logradouro a chamar-se, simplesmente, rua do Conde, como, aliás, já dissemos antes. Na revisão da numeração predial da cidade, realizada em 1877, esses prédios tiveram os nºs 28, 30, 32 e 34, respectivamente. Em 1892, por motivo desconhecido, voltaram a ter os nºs antigos. Em 1859, o prédio 28 pertencia a Polucena Rosa da Silva Lisboa, o 30, a Cosme da Cunha Barros, o 32, a Cosme José da Cunha Barros e o 34, a Antônio Leite Rezende e outros. Pelos livros dos registros de aforamentos,** verifica-se que os precitados proprietários reconheceram o senhorio direto da municipalidade sobre o chão dos seus prédios.

Rua do Conde da Cunha – 1807/1892

Terreno de 4 braças de frente pela rua do Conde da Cunha, estendendo-se até a rua dos Ciganos, por onde fazia outra frente de 4 braças. Pertencia à Ordem do Carmo e constituía um dos muitos lotes que se formaram com a desmembração da chácara de São Domingos. Esse terreno constituía um dos muitos lotes que se formaram com a desmembração da chacara de São Domingos. Saiu da parte pantanosa da chácara e foi vendido pela Ordem do Carmo, em 1807, ao capitão José da Silva Alves. No terreno, o capitão Alves construiu dois prédios, sendo um com frente para a rua do Conde da Cunha e o outro para a dos Ciganos. O da rua do Conde da Cunha recebeu o nº 36, em 1809, alterado para 40, em 1877, e, em 1892, passou a ter o nº 38. Esse prédio pertenceu ao barão de São João do Príncipe, por compra a Manoel Alves de Azevedo, sucessor do primeiro proprietário, capitão José da Silva Alves.

Rua do Conde da Cunha – 1807/1892

Terreno de 5 braças de frente pela rua do Conde da Cunha, vendido pela Ordem Terceira do Carmo ao padre José Caetano Ferreira de Aguiar, em 1807. Em vereança de 4 de novembro de 1807, o Senado da Câmara concedeu ao padre Aguiar o aforamento do terreno, no qual foi construído um prédio térreo, que recebeu o nº 34A, depois, em 1877, 38, mudado, em 1892, para 36. Pertenceu o prédio a Antônio Luiz Ferreira de Menezes, a quem foi comprado, em 1858, pela Companhia de Trilhos da

---

* Restier Gonçalves se enganou com relação ao nº dos prédios em 1809. A numeração deles era: “lado direito, 4, 5, 6 e 7”. (N.C.)

** Livros nºs 6, 7 e 15. (N.A.)

Tijuca, para sede da sua estação. Essa empresa tirou carta de aforamento do terreno, registrado no livro 15, fls. 159. Foi fundador da Companhia de Trilhos da Tijuca o dr. Tomás Cochrane, médico ilustre e homem de iniciativas úteis. A sua concessão regulou-se pelo decreto imperial nº 1.777, de 9 de julho de 1856. A princípio, a tração animal e, a partir de 1859, a vapor. Os carros da Empresa Cochrane eram ditos Maxambombas.*

Rua do Conde da Cunha – 1808/1892

Terreno de 17 braças, ou sejam, 37,40m, pela rua do Conde da Cunha, vendido pela Ordem do Carmo ao capitão Lourenço Antônio Ferreira, a quem o Senado da Câmara concedeu carta de aforamento, a 17 de agosto de 1808. Nesse terreno, foram construídos três prédios, que receberam os números 20, 22 e 24, ainda mantidos em 1892. Em vereança de 29 de julho de 1828, o Senado da Câmara isentou de foro o terreno em apreço, a pedido do dito foreiro, capitão Lourenço Antônio Ferreira, em troca de outro foro sobre o terreno do prédio nº 18, da rua do Cano.

Rua do Conde – 1811/1820

Terreno de 12 braças de frente, correndo fundos de 10 braças e 5 palmos pela do Lavradio. Constituía um desmembramento da maior porção tirada da chácara do Guarda-mor, que pertenceu ao guarda-mor das Minas Gerais, Pedro Dias Paes Leme e, por sua morte, foi partilhado entre os seus filhos. Do filho cônego, Roque Luiz de Macedo Paes Leme, é a porção da qual se desmembrou o terreno motivo destas notas. No fim do século XVIII, Pedro Nolasco de Macedo Paes Leme, filho e herdeiro do precitado cônego Roque, vendeu esse terreno, com as velhas benfeitorias no mesmo existentes, a Manoel Antunes da Silva Guimarães. Antunes edificou sete prédios de sobrado, sendo cinco de 1 a 9, com frente à rua do Conde, antiga Conde da Cunha, e dois, 1 e 3, pela frente da rua do Lavradio. Mais tarde, o nº 1 da rua do Lavradio passou a ser 3 e o 3 a 5. Joaquina Rosa de São José, viúva de Silva Guimarães, ficou bem rica e veio a casar-se com José dos Santos Pinto. A riqueza da viúva foi a causa desse casamento. Logo depois de casado, Santos Pinto apareceu, com procuração bastante da sua esposa, a efetuar negócios, dispondo dos bens da sua mulher. E assim que os precitados prédios, já em 1811, pertenciam a Antônio José Airosa, a quem foram comprados, em 1820, por oito contos de réis, pelo visconde do Rio Seco, depois marquês de Jundiaí. Esse titular pagou à municipalidade o laudêmio da compra dos imóveis, mas, logo depois, veio a querelar para reaver a importância paga. O escrivão do Senado da Câmara, Luiz de Frias Vasconcelos e Souza sustentou a legalidade da cobrança, por se tratar de imóveis foreiros à municipalidade. Contra a opinião do escrivão foi o parecer do síndico do Senado da Câmara, apresentado a essa respeitável corporação, em 3 de março de 1820. Diz o síndico Bernardo Carneiro Pinto de Almeida: “Houve apenas, na venda efetuada, a transmissão de benfeitorias, continuando o domínio útil do terreno em poder do enfiteuta.” Por sua vez, o procurador geral do Senado da Câmara, ouvido, diz no seu arrazoado: “... e o laudêmio só se concede ao senhorio direto, quando o foreiro de todo demite de sua pessoa o domínio útil da posse aforada, para traspassá-la a outra: segundo reza a ordenação do livro 1º, tit. 38.” Afinal, em vereança de 22 de março de 1820, o Senado da Câmara manteve a cobrança, negando a restituição da importância do laudêmio – duzentos mil réis, porque “em chãos do Senado estão as casas, tendo sido paga a sisa, o laudêmio sempre deve ser cobrado e demais grande fraude para o senhorio direto era o contrato em que conviera o enfiteuta.” O visconde do Rio Seco recorreu para a Casa da Suplicação. Positivamente, nada podemos dizer sobre o que decidiu esse alto Tribunal, porque bem estragado pelas traças encontramos os autos da demanda, faltando-lhes as peças finais e nas quais deveria constar a sentença. É de se presumir, porém, que ela tenha sido favorável ao Senado, porque fatos posteriores ligados à questão provam que a municipalidade continuou mansa e pacificamente a seguir sua doutrina no exercício pleno dos seus direitos senhoriais. Ainda mais, dos registros de receita e despesa e de restituições do Senado da Câmara, num período de cinco anos, não há indícios da restituição do laudêmio ao titular querelante. Com o falecimento do então marquês de

* Noronha Santos, no seu valioso trabalho *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, vol. 1, alude à Companhia de Carris de Ferro da Tijuca, concessão a Tomás Cochrane, com farto e interessante comentário. (N.A.)

Jundiaí, os seus herdeiros venderam os prédios 1 e 3 da rua do Conde a João Batista da Costa e os de nºs 5, 7 e 9 da mesma rua do Conde e 1 e 3 da do Lavradio a Atílio Borrelli.

Rua do Conde – 1817/1859

Terreno de 8 braças de frente pela rua do Conde e outra frente de 10 braças pelo campo de Santana, deitando fundos para as ruas dos Ciganos e do Núncio. Com frente à rua do Conde foi construído um prédio que, ainda em 1859, figurava com o nº 5, em bom estado de conservação, pertencendo a José Antônio dos Santos Xavier. Na face do campo de Santana existiam cinco prédios, também em bom estado, e habitados, em 1859, todos. Há vários títulos de aforamento desse terreno, sendo o mais antigo de 1817 e registrado no livro 6, fls. 181.

Rua do Conde – 1840

Terreno de 7 braças de frente pela rua do Conde e correndo fundos de 19 ditas pela rua do Regente. No terreno existia uma sólida e vasta casa de morada nobre, propriedade e residência do visconde de Itanhaém,[51] e tinha o nº 10 pela rua do conde. O terreno era um dos muitos desmembramentos que se fizeram da antiga chácara de São Domingos e o prédio, vasta e confortável residência, com salões, gabinetes e outras dependências. Tinha 12 janelas de sacadas, sendo 7 à rua do conde e 5 na do Regente, havendo mais 8 de peitoril para essa dita rua do Regente. As janelas do andar térreo eram fechadas por grades de ferro. O visconde pediu e a Ilustríssima Câmara concedeu-lhe, em 10 de dezembro de 1840, a troca de sua casa, nº 10 da rua do Conde, pela chácara do sargento-mor Joaquim Moreira da Costa, situada na estrada de São Cristovão. Para essa troca deu o visconde a importância de dezoito contos de réis. Ao tempo dessa permuta, era residência suntuosa a casa da estrada de São Cristovão, nº 105. De solidez, ela alcançou os nossos dias, transformada em casa de cômodos da mais ínfima espécie. Entregue à ignorância e ao barbarismo dos moradores e ao imperdoável indiferentismo dos dirigentes da cidade, tudo ali se destruiu: belas estátuas pagãs, artísticos vasos orientais, grupos simbólicos de puro mármore branco, a monumental fonte de cantaria que se ostentava à entrada do palacete.

Rua do Conde – 1856/1867

Terreno de cerca de 7m de frente por 27 de fundos e ocupado por um prédio de sobrado nº 48, depois 52, passando a 50 em 1892. Esse prédio pertenceu ao casal Francisco Manoel da Silva – o insigne autor de nosso Hino Nacional[52] e servia de sua residência. O terreno constituía desmembramento de maior porção possuída por José Bento Alves, em virtude de compra à Ordem do Carmo. O prédio precitado foi à praça do juízo da Provedoria, em maio de 1867, sendo arrematado pelo dr. Manoel Bernardino Batista Pereira. Nas pesquisas que fizemos sobre esse imóvel, aliás com dificuldades de toda espécie, apuramos que Francisco Manoel, por cabeça de casal, em 21 de fevereiro de 1856, requereu e obteve licença da Ilustríssima Câmara para, no prédio nº 48 de rua do Conde, fazer obras de embelezamento exterior e de reforma geral nas acomodações internas, melhorando-as.

Rua do Conde da Cunha

A rua do Conde da Cunha foi aberta no vice-reinado do conde da Cunha (1763/1767) em prolongamento à do Piolho – depois, e ainda hoje, – Carioca. Serviu de cordeamento um remoto caminho em reta, desde a rua então dita do Egito – depois do Piolho – até a lagoa do Capueruçu, a que mais tarde foi chamada da Sentinela. Esse caminho corria entre duas chácaras: a do Guarda-mor, à esquerda e a de São Domingos, à direita. Teve o nome de Conde da Cunha, que se simplificou para o de Conde e, atualmente, visconde do Rio Branco.

Rua dos Ciganos – 1807/1825

Terreno de 18 braças de frente no campo de Lampadosa, por onde se cordeara, não havia muito, o prolongamento da rua do Cano, prolongamento esse chamado depois de rua dos Ciganos, por influência dos ciganos armênios, que ali estacionaram com suas barracas de caldeireiros.*

Esse terreno foi vendido pela Ordem do Carmo ao ricaço capitão Florentino Aragão Hespanha, em 11 de julho de 1807, e, ao dito comprador, o Senado da Câmara concedeu carta de aforamento do terreno, em 15 do precitado mês e ano, ao foro anual de cinco tostões. Aragão edificou várias casas térreas, uma das casas veio a ser vendida pela sua viúva, Escolástica Antunes Aragão, por oitocentos mil réis, a Euzébio Casemiro de Oliveira, em 6 de julho de 1825.

Rua dos Ciganos – 1807/1877

Terreno de 15 braças de frente pela rua dos Ciganos, atual Constituição, correndo fundos de 22 braças pela rua de Santa Teresa, agora Regente Feijó. Foi vendido em 1807, pela Ordem do Carmo, a Custódio Moreira Lírio, a quem o Senado da Câmara, em vereança de 15 de novembro de 1807, concedeu carta de aforamento do terreno. Pela frente da rua dos Ciganos foram construídos quatro prédios e pela rua de Santa Teresa oito, recebendo esses os nºs 16 a 30 e aqueles, 3, 5 , 7 e 9. A numeração dos da rua dos Ciganos conservou-se por muitos anos e a da rua Santa Teresa alterou-se em 1877, é assim que os prédios nºs 16 a 28 dessa rua, já, então, chamada de Regente, passaram a ter os nºs 18 a 30, tendo o antigo 30, que era de esquina, recebido o nº 11, pela rua dos Ciganos. De passagem, recordemos que o prédio nº 1 da rua dos Ciganos, canto com o largo do Rossio, foi conhecido por Casa do Hospital da Ordem. Velho casarão de três andares, sendo que o terceiro demoliu-se no começo do atual século.

Rua dos Ciganos – 1807/1878

Terreno de 17 e meia braças de frente pela rua dos Ciganos, correndo fundos pela rua Santa Teresa e possuído, em 1807, por Manoel Martins Bandeira, em virtude de compra feita à Ordem do Carmo. Ainda no precitado ano, Bandeira pediu e obteve o aforamento do terreno ao foro anual de cinco tostões, por concessão do Senado da Câmara, em vereança de 11 de julho do dito ano de 1807. Pela frente da rua dos Ciganos foram construídos sete prédios, que receberam os nºs 11 a 23 e 4 pela rua de Santa Teresa, numerados de 3 a 7A. Essa numeração só foi alterada depois de 1878.

Rua dos Ciganos – 1807/1893

Terreno de 6 braças de frente, vendido pela Ordem do Carmo a José Antônio da Mota Guimarães, o qual negou-se a tirar a carta de aforamento do terreno e protestou não reconhecer o senhorio direto do Senado da Câmara. Igual proceder tiveram os sucessores de Mota Guimarães, ficando o terreno sob o domínio intruso desses posseiros. Dois prédios foram edificados nesse terreno e receberam os nºs 25 e 27, que ainda, em 1893, se conservavam.

Rua dos Ciganos – 1807/1893

Terreno de 34 braças de frente, vendido em porções diferentes pela Ordem do Carmo, no decorrer do ano de 1807. Essa frente corresponde, nos nossos dias, a toda a testada da rua da Constituição, desde o prédio de sobrado nº 29, numeração de 1893, até a rua do Núncio, por onde corria outra frente, com 25 braças. Manoel Gomes de Oliveira Couto comprou uma porção de 9 braças de frente pela rua dos

* Documentos inéditos – Intendência Geral de Polícia, – 1795/1807 – Arquivo Nacional. (N.A.)

Ciganos, para construir, como construiu, um prédio de sobrado, nº 29, e três térreos, nºs 31, 33 e 35. Essa numeração foi mudada, em 1877, sendo que os prédios 31 e 33 foram como um só, de habitação coletiva, com dez quartos nos fundos e arrolado com o nº 31. Era, por esse tempo, propriedade de José Joaquim de Oliveira e Silva. Também o padre dr. José Caetano Ferreira de Aguiar[53] foi adquirente de terreno à Ordem do Carmo, comprando, em 1807, uma porção de 10 braças de frente pela rua dos Ciganos e nesse terreno edificou quatro boas casas residenciais de sobrado e que, em 1810, receberam os nºs 41 a 47. Em 1877, essa numeração foi modificada, passando os prédios 41 e 43 a constituir um só, com o nº 39 e de um sobrado. Quanto aos de nºs 45 e 47, que eram de dois sobrados, passaram a ter os nºs 41 e 43. Esses prédios foram legados, pelo referido padre, à Casa dos Expostos do Rio de Janeiro.

Rua dos Ciganos – 1807/1893

Terreno de 16 braças de frente pela rua dos Ciganos, correndo fundos pela travessa da Condessa, depois rua do Núncio. Foi comprado, em 1807, à Ordem do Carmo, por Florentino de Aragão Hespanha, a quem o Senado da Câmara aforou o terreno a cinco tostões anuais. Aragão construiu sete prédios pela rua dos Ciganos, os quais tiveram os nºs 55A a 67 e, pela travessa da Condessa, construiu três. O prédio 55A passou a ser numerado pela rua do Núncio, em 1877, quando todos esse imóveis já pertenciam a José Antônio de Figueiredo Júnior, conservando-se a numeração até 1893.

Campo de Santana

Da extensa planície paludosa que era o antigo campo de São Domingos, procedidos os arruamentos e levantada a casaria, restou uma grande área, circundada de chácaras e alagadiça, na quase totalidade, a qual se chamou de campo de Santana, a partir de 1735, ano em que se levantou, nesse campo, a capela de N.S. Santana. Diferentes e curiosas as questões sobre ser propriedade particular os terrenos desse campo e todas elas suscitadas pelos donos das chácaras que o rodeavam. Porém, quer administrativas, quer judiciais, as decisões foram sempre desfavoráveis a essa pseudo propriedade particular. É assim que o campo, desde o século XVIII, vem sendo considerado de domínio público. Quanto aos caminhos vicinais ao mesmo campo, é certo que os moradores da cidade tinham deles a servidão pacífica, desde remotos tempos. Foi no ano de 1705, como nos transmitem os antigos Registros da Câmara, por ocasião da demarcação do rossio extra-muros da cidade, que a Câmara ativou a obra de enxugamento do campo de São Domingos, desde o fosso – rua Uruguaiana, que era o limite da cidade, até os grandes alagados do Capueruçú, onde mais tarde se assentou a Cidade Nova. Nesse enxugamento, o aterro, em alguns pontos, atingiu a mais de quatro metros de altura e abriram-se valas de grande profundidade – cerca de cinco metros. Depois, o campo de Santana ficou entregue ao abandono, por mais de oitenta anos. À custa do dinheiro pedido ao povo, por subscrições e outros meios, e do trabalho do braço escravo, levou-se a efeito, no governo do conde de Rezende, (1790/1801) a obra definitiva de um sólido aterro e de uma perfeita delineação do campo, que ficou com 285 braças de comprido, de norte a sul, e 125 braças de largo, de leste a oeste. Tiraram-se das chácaras que o limitavam – ou corriam frentes pelas suas quatro faces – os terrenos necessários aos arruamentos, de acordo com as posturas, para a formação regular dessas faces ou lados, os quais foram calçados. Das querelas que se fizeram faladas nos tribunais da época, com respeito aos terrenos do campo de Santana, é de recordar a que provocou Manoel José Ribeiro, homem de dinheiro, polemista de natureza e teimoso. Sabia discutir e, na questão que levantou, teve co-autores no decorrer da mesma.

Ao findar do século XVIII, ativaram-se as vendas de terrenos na face oriental do campo de Santana, entre a rua do Bom Jesus – modernamente General Câmara,* e a de São Joaquim – agora

Marechal Floriano. Procedia à essas vendas o coronel José Gonçalves da Silva Rocha, que era o posseiro dos terrenos. Manoel José Ribeiro surgiu, então, levantando embargos às vendas, para defender os seus supostos direitos. No seu curioso arrazoado, invocou a lei de 23 de abril de 1766, por considerar o campo um realengo, cuja venda só se permitia com licença prévia do rei, em face do disposto pela precitada lei. O campo de Santana, disse Manoel Ribeiro com ênfase, "é um bem de uso público, é o campo das manobras das tropas e o lugar dos festejos reais e do curro". Mas, a despeito de tudo isso, ele perdeu a questão no foro privativo do Senado da Câmara. Em 1805, já isoladamente, Manoel José Ribeiro aparece recorrendo para o Tribunal da Relação, a 26 de janeiro. Afinal, em 2 de maio, ainda de 1805, vendo mal encaminhada a sua causa, apresentou em juízo razões escritas de desistência do feito contra o querelado José Gonçalves da Silva Rocha e o Senado da Câmara da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O coronel José Gonçalves da Silva Rocha, homem rico, grande proprietário e relacionado, foi um dos donos da chácara do Casado, da qual saíram os terrenos que entraram na formação da face oriental do campo de Santana, desde a rua ainda chamada da Alfândega até a atual Marechal Floriano, que também se formou de terrenos da precitada chácara até a rua Camerino. Pela chácara do Casado foram arruados os prolongamentos das antigas e desaparecidas ruas São Pedro e General Câmara, desde a do Núncio ao campo de Santana. Um dos primeiros a adquirir terrenos da chácara do Casado foi o ricaço Manoel Alexandre Álvares, que comprou a dinheiro de contado – dinheiro ou pagamento à vista – uma boa porção de terreno enxuto, vendido logo depois com lucro a José Gaspar Rego, grande amigo do vendedor e, futuramente, seu herdeiro, como veremos.

Por fim, o terreno veio a pertencer, por herança, a José Pereira da Silva Guimarães, o qual, em presença das questões surgidas em torno das desmembrações da chácara do Casado, procurou logo garantir-se na posse do terreno, pedindo e obtendo o seu aforamento, por despacho de 7 de setembro de 1815. Em morrendo Guimarães e querelada a sua herança, esse terreno ficou abandonado e considerado devoluto e em comisso, ao fim de doze anos. Nos últimos [dias] de agosto de 1827, posto em praça pela Câmara, foi arrematado pela quantia de três contos de réis, por Bento José de Carvalho, com carta de aforamento, em 26 de fevereiro de 1837.

O rico proprietário Manoel Alexandre Álvares, citado anteriormente, era natural da vila de Monção, em Portugal, e, tendo vindo ao Brasil, decidiu fixar residência no Rio de Janeiro, onde ocupou o cargo de escrivão da Intendência da Marinha Real. Homem excêntrico, com instrução, zeloso de seu nome e da sua pessoa, o escrivão-mor Manoel Alexandre Álvares era tido em muito apreço e bem estimado. Possuía boas casas residenciais, urbanas e rurais, mas sempre morou em casa alugada. Residiu, por muitos anos, em uma de sobrado, defronte da igreja da Candelária, na travessa do mesmo nome. O seu emprego dava-lhe uma boa renda anual, avolumada com os rendimentos das suas propriedades e dos títulos da dívida pública de que era portador. Filho legítimo de Alexandre Álvares Torres e Antonia Maria Esteves, o escrivão-mor tinha dois irmãos residentes em Portugal, em favor dos quais desistiu da legítima dos seus pais, legítima que conservou intacta, com o objetivo de a transferir a esses irmãos, porque lhe parecia um dever a transferência, dada a riqueza que possuía. Realmente, foi transferida pelo testamento de 12 de abril de 1812, que fez por prever breve a morte, o que de fato ocorreu, a 25 de junho do dito ano. Morreu solteiro e a um amigo que lhe fora sempre dedicado – a um homem de bem, diz Alexandre no testamento – deixou toda a sua fortuna. Esse amigo dedicado foi o negociante José Gaspar Rego, estabelecido e residente à rua do Rosário e de quem já falei nas linhas atrás. Alexandre Álvares dispôs que o seu corpo nu fosse envolto em um lençol e assim sepultado, conforme, diz ele, "praticavam os primeiros cristãos – que se seguiam a N.S. Jesus Cristo e assim livres dos trajes mundanos do pecado". Teve Alexandre Álvares sepultura na igreja da Misericórdia e, de acordo com a sua vontade, duas missas foram rezadas por sua alma, sendo uma na precitada igreja e a outra na de Santa Rita, com esmola de seis mil réis para cada uma.

Voltemos ao campo de Santana, que foi sempre, desde remota época, olhado pela governança da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro como logradouro muito útil ao gozo e à servidão do público e, por isso, exigindo fosse cuidado convenientemente. No governo de dom João VI, fez-se obra de vulto com o ajardinamento, as calçadas, a arborização selecionada, farta iluminação e levantando-se monumental chafariz. Todos esses trabalhos foram executados pelos técnicos da Intendência Geral da Polícia, sob a direção do próprio intendente, que era, então, o desembargador Paulo Fernandes Viana,

---

* A rua General Câmara foi extinta com a abertura da avenida Presidente Vargas. (N.E.)

figura de relevo pelo seu saber e pela sua integridade moral na política e na administração pública, ao tempo daquele soberano. Na fala do trono, lida à Assembléia Geral Legislativa pelo imperador Dom Pedro I , a 3 de maio de 1823, o monarca diz o seguinte: "Na praça da Aclamação[54] antigo campo de Santana – reedificou-se o palacete, privou-se a praça de inundações, calçaram-se todos os seus lados e, para mais embelezá-la, vão se fazendo travessas em diferentes direções e assim se transforma em agradável passeio."

Também farta e curiosa documentação existe sobre se transformar o tradicional campo em monumental parque e, para esse fim, realizaram-se concursos, cujos concorrentes, nacionais e estrangeiros, foram arquitetos e paisagistas de reputação firmada. É de recordar o concurso de 1853, pelo nº e competência dos candidatos, dentre os quais se destacou o engenheiro Carlos Alberto Pereira das Neves. Mas, em tentativas de completo fracasso, passaram-se anos, e a obra não se executou. Em 14 de dezembro de 1871, apareceu a firma Fialho & Glaziou, com noticiário nos jornais da Corte, sobre a grande obra a que se propunha executar para o embelezamento do campo de Santana. Constituía a firma um brasileiro, Francisco José Fialho, rico proprietário, homem de altos negócios e político de influência na freguesia da Glória, e um francês ilustre, Augusto Maria Glaziou, arquiteto e agricultor. Fialho & Glaziou apresentaram circunstanciada proposta, acompanhada de um plano, traçado por Glaziou, sobre ajardinar-se o campo de Santana. Esse ajardinamento abrangeria uma área de 134.242m^2, em paralelograma, com as quatro faces fechadas por grades de ferro de dez palmos de altura e mostrando, além da solidez, ricos desenhos de ornamentação. Seriam abertos canais e lagos artificiais de grande extensão, sobre os quais seriam levantadas pontes de arte. Também se formaria uma grande cascata e dez grandes estátuas seriam dispostas pelo parque, completando a sua ornamentação interna. Em ferro fundido, essas estátuas que se colocaram no parque foram fabricadas na Casa Barbezat, em Paris, e, segundo a crítica da época, obra de arte e de muita perfeição. De cinco anos foi o prazo marcado pelo contrato para entrega do parque ao governo. A despesa orçada em dois mil cento e vinte contos de réis, que seriam pagos em prestações mensais de trinta e cinco contos e trezentos e trinta e três mil e trinta e três réis, adiantadamente. Em discussões e empecilhos de toda espécie, passaram-se dois anos. Afinal, no fim de 1872, decidiu-se o governo imperial a permitir a execução da obra, graças ao conselheiro João Alfredo, então ministro do Império no gabinete Rio Branco. Lavrou-se o contrato, a 2 de janeiro de 1873, assinado por Augusto Glaziou. No mês seguinte, iniciou-se a obra, cujo plano veio a ser simplificado para diminuição da despesa, reduzida a mil e seiscentos e noventa e quatro contos quatrocentos e nove mil e duzentos réis. Tal importância não chegou a ser gasta, porque a despesa real com a obra não ultrapassou mil cento e oitenta e seis contos e setecentos e quarenta e três réis. Além da gratificação mensal de seiscentos mil réis, o dr. Glaziou tinha direito à quarta parte do valor das economias que se fizessem sobre o orçamento da obra. O famoso parque de Santana ficou concluído em maio de 1880 e inaugurou-se a 7 de setembro do mesmo ano, com solenidade e na presença do imperador.

Falar no passado do campo de Santana é lembrar também a pessoa do visconde de Condeixa – José Maria Colaço de Magalhães —, que foi um infatigável batalhador pelo progresso do Rio de Janeiro, lançando idéias e organizando planos de melhoramentos da capital do Império, a qual, dizia o ilustre titular, desejava ver ao nível das demais capitais do mundo, em melhoramentos materiais e no aperfeiçoamento dos costumes. Figura de relevo social pela sua cultura e pela sua sólida fortuna, o visconde de Condeixa, viajando constantemente com especialidade pelas cidades adiantadas da Europa, guardava das suas viagens as impressões do que via adaptável à nossa metrópole, para embelezá-la e saneá-la convenientemente. Assim é que, em 1860, ao regressar de Londres, o visconde movimentou logo uma grande campanha em prol do embelezamento do campo de Santana, muito adequado, disse o ilustre titular, a um parque semelhante ao da capital inglesa, que visitara e admirara. Animando a idéia e para auxiliar a obra, pôs à disposição da Ilustríssima Câmara, em uma casa bancária da Corte, a quantia de trinta contos de réis e, ainda mais seiscentos mil réis, para o prêmio ao autor do projeto que fosse aceito. Foram inúteis todos os esforços e toda a boa vontade do visconde de Condeixa, porque nada se fez. No bairro de Matacavalos, onde era grande proprietário, conseguiu [que] se fizessem obras de vulto, úteis ao bem-estar do público, tais como a do nivelamento das ruas, calçamento aperfeiçoado, iluminação e aformoseamento das casas. Para o calçamento e para a iluminação deu bom auxílio em dinheiro. O visconde de Condeixa foi casado com uma filha do comendador José Ferreira dos Santos,

proprietário da antiga e grande chácara situada no caminho de Matacavalos – agora rua do Riachuelo – conhecida por chácara do Souto. Em morrendo o comendador Ferreira dos Santos, a maior porção da referida chácara veio a pertencer ao casal visconde de Condeixa, e nessa porção estava compreendida a casa de moradia nobre, da família do comendador Santos. Pertenceu, também, ao visconde de Condeixa a importante chácara da Boa Vista, no alto do morro do Senado, ao fim da rua do mesmo nome e onde havia uma entrada de acesso à casa residencial que ficava bem no cume do dito morro, era de estilo colonial e com um mirante. Casa e mirante foram reformados, em 1852. A chácara da Boa Vista começou a ser retalhada em 1848 e, em 1851, restavam apenas os terrenos da coroa do morro e a casa residencial que passaram aos herdeiros do visconde de Condeixa.

Campo de Santana – Face Oriental – 1759/1878

Terreno na face oriental do campo de Santana, com testada de 38 braças, entre as ruas da Alfândega e do Sabão, tendo por essa rua 12 braças de frente e, pela da Alfândega, 11 braças. Desmembração da chácara do Casado, esse terreno foi dividido em dois lotes iguais, sendo um adquirido pelo cônego Antônio Lopes Xavier e doado por ele, adquirente, à Confraria de São Gonçalo Garcia por escrituras de 11 de janeiro de 1759 e de 17 de junho de 1760. O outro lote, baldio por mais de trinta anos, caiu em comisso e, na forma do deliberado pelo Senado de Câmara, foi à praça, em 15 de julho de 1801, tendo sido arrematado pelo capitão João da Costa Lima, ao foro anual de trezentos e vinte réis. Lima edificou no terreno dois prédios de sobrado, com frentes para o campo de Santana. Em 1878, os ditos prédios já pertenciam a Joana Cecília de Lima, neta do precitado capitão e figuravam nas Décimas com os nºs 48 e 50 da então praça da Aclamação.

Campo de Santana – Face Oriental – 1806/1858

Terreno de 23 braças ou 50m de frente pela face oriental do campo de Santana, entre as ruas do Hospício e Senhor dos Passos. Esse terreno era desmembramento da chácara de São Domingos e foi vendido, pela Ordem Terceira do Carmo, ao capitão José da Mota Pereira. O terreno formava uma quadra e, em conseqüência dos arruamentos que se fizeram, ficou com 55m pela frente da rua do Núncio, 100m pela rua do Hospício, 110m pela Senhor dos Passos e 50m pelo campo de Santana. Mota Pereira, no terreno que comprara, construiu sólidos prédios de sobrado, doados por ele, em 1858, à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, segundo a escritura pública lavrada no cartório do tabelião Fialho.*

Campo de Santana – Face Oriental – 1807/1858

Terreno com frente de 45m na face oriental do campo de Santana, desde o canto da rua do conde, atual visconde do Rio Branco, até onde começava o terreno possuído pelo sargento-mor João Rodrigues Pereira de Almeida. O terreno objeto destas notas foi comprado à Ordem Terceira do Carmo, em 1807, por Francisco Rodrigues de Lima, o qual não demorou a edificar três prédios, vendidos pela viúva de Rodrigues de Lima, Teodora Mafalda Rodrigues de Lima, a José Antônio dos Santos Xavier, o qual deixou vários herdeiros e apenas de um conseguimos conhecer o nome – Luiz Antônio dos Santos Xavier. Dos três prédios, um tinha a frente principal voltada para a rua do conde, com 21m na linha da testada pelo campo de Santana, por onde era numerado. Em 1858, esses três prédios tinham os nºs 2, 4 e 6, pela então praça da Aclamação.

---

* Livro 145, fls. 99. (N.A.)

Campo de Santana – Face Oriental – 1807/1858

Terreno com frente de 74m na face oriental do antigo campo de Santana, fazendo canto com a rua dos Ciganos – atual Constituição – por onde corria outra frente, de 33m. Foi comprado, em 1807, à Ordem Terceira do Carmo, pelo sargento-mor João Rodrigues Pereira de Almeida, agraciado, mais tarde, com o título de barão de Ubá.[55] Nesse terreno, o dito titular construiu o vasto palácio que lhe serviu de residência – bem luxuosa e falada. Em 1818, o barão de Ubá vendeu seu palácio à Nação, por trinta contos de réis fortes, para servir de sede ao Museu Real que aí se instalou, em dezembro do mesmo ano de 1818. O terreno estava aforado, desde 6 de fevereiro de 1811, ao barão, e a ele coube pagar ao Senado da Câmara o laudêmio da dita venda. Atualmente, ocupa o grande edifício do Arquivo Nacional,* funcionando o museu no antigo Palácio Imperial, na quinta da Boa Vista, em São Cristovão.

Campo de Santana – Face Oriental – 1809

Terreno na face oriental do campo de Santana, entre as ruas Senhor dos Passos e Alfândega, sobra dos cortes ao longo das margens do antiqüíssimo caminho do Capueruçu, atual rua da Alfândega. O terreno em apreço, com os arruamentos feitos, no fim do século XVIII, entre a rua da Vala – agora Uruguaiana – e o campo de Santana, tomou a forma de um quadrilátero irregular, com a largura de 46m, no campo de Santana, por onde se considerou a frente ou lado principal do terreno e cujas faces laterais ficaram com 115m, e os fundos, na rua do Núncio. No canto da rua da Alfândega edificou-se um prédio de sobrado que, em 1809, foi arrematado em praça judicial por José Antunes da Costa, a quem o Senado da Câmara, em vereança de 27 de setembro de 1809, concedeu o aforamento da porção do terreno ocupado pelo prédio. Ao ser construído, esse prédio recebeu o nº 44A, pelo campo de Santana, substituído, em 1877, pelo 44 e, em 1894, passou a ser numerado pela rua da Alfândega, recebendo o nº 395. Nessa ocasião, era propriedade da Confraria de São Gonçalo Garcia.

Campo de Santana – Face Oriental – 1816

Terreno de 51m de frente na face oriental do campo de Santana, entre as ruas do Sabão e São Pedro, medindo, por essa, 34m e pela do Sabão, 28m. Nesse terreno, desapropriado, a 13 de dezembro de 1816, ao seu possuidor, José Monteiro Teixeira Cardoso, foi edificado o primeiro Paço Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.[56]

Campo de Santana – Face Oriental – 1817/1866

Terreno de 124m de frente na face oriental do campo de Santana, entre a rua dos Ciganos e a do Hospício. Esse terrreno constituía uma desmembração da antiga chácara de São Domingos e uma porção desse mesmo terreno, medindo 92m de testada pelo campo de Santana até a rua do Hospício, foi adquirida diretamente à Ordem do Carmo, em 1817, pelo comendador Henrique José de Araujo, casado com Maria Bibiana de Araújo, pais do barão de Pirassununga, Henrique José de Araújo Filho. Nessa porção foram construídos nove prédios, que tiveram os nºs 18 a 32A. O 32A, no canto da rua do Hospício, era uma grande e sólida casa de sobrado, ocupando uma frente de 30m pelo campo de Santana e de 25 pela rua do Hospício. Nessa casa residiu a ilustre família Henrique de Araújo. O prédio 18 veio a ser propriedade do barão do Pilar, na qualidade de genro e herdeiro do casal comendador Henrique de Araújo. Em 1866, todos esses prédios já pertenciam a outros proprietários, entre os quais figura o comendador Jerônimo José Teixeira.

---

* O Arquivo Nacional está, hoje, instalado na rua Azeredo Coutinho, nº 77. O prédio a que se refere Restier, que na sua época abrigava o Arquivo Nacional, localiza-se na praça da República, nº 26. Atualmente, lá se encontra o Arquivo do Poder Judiciário. (N.E.)

Campo de Santana – Face Oriental – 1817/1878

Terreno de 50m de frente na face oriental do campo de Santana, entre as ruas São Pedro e São Joaquim – atual Marechal Floriano. Esse terreno era uma desmembração da antiga chácara do Casado, pagando o foro de mil novecentos e vinte réis anuais ao Senado da Câmara. Um decreto real, de maio de 1817, desapropriou-o e a resolução, de 15 de junho de 1818, incorporou-o aos próprios da Nação. Nesse terreno existiram, até 1860, três barracões que serviam um de almoxarifado da Iluminação Pública, outro de abrigo de africanos livres – que eram trabalhadores da Ilustríssima Câmara – e mais um outro de depósito de material de obras públicas. Demolidos esses barracões, foram construídos dois prédios que figuram na numeração predial da cidade, feita em 1878, com os nºs 54 e 56.

Campo de Santana – Face Ocidental – 1789/1893

Terreno de 110 braças, – ou 244m, aproximadamente, na face ocidental do campo de Santana, entre o areal e o caminho para a lagoa da Sentinela. Na atualidade, o areal corresponde à rua Moncorvo Filho, antes do Areal, e o caminho à rua Frei Caneca. Tinha o terreno 235m no seu maior comprimento, de frentes a fundos, onde era irregular. Ele, terreno, constituía uma das primeiras desmembrações das chácaras do Areal e do Capueruçu, desmembrações que se fizeram ao findar do século XVIII, pois que o Senado da Câmara havia deliberado, em 1789, o saneamento de toda a região do Areal e do Capueruçu, enxugando-se e cortando-se as terras para novos arruamentos, que melhor atendesssem à comodidade do público, facultando-lhe as comunicações necessárias. O terreno era arenoso e enxuto em uma larga faixa de toda a sua frente e alagadiço na parte dos fundos. Na face do campo de Santana foram sendo levantados prédios, ficando apenas por edificar, durante anos, uma porção pela qual corria a vala dos despejos. Em 1857, três desses antigos prédios eram próprios nacionais, ocupados pelo quartel da Cavalaria do Exército e suas dependências, figurando com os nºs 91, 93 e 95. A vala dos despejos era resto da antiga vala mestra da freguesia de Santana, que servia de esgoto a uma extensa zona da cidade. Com o seu ponto culminante nas fraldas do morro do Desterro – agora Santa Teresa —, a vala mestra corria pela planície paludosa de Matacavalos, serpenteando em alguns pontos, atravessava o campo de Santana para despejar-se no seu vazadouro natural, que era o mangue do Capueruçú. No seu longo curso avolumava o seu despejo, recebendo o das pequenas valas suas tributárias e, entre as quais, a vala da Lampadosa, cuja vazão se fazia justamente no local do terreno baldio a que aludimos anteriormente. Os três próprios nacionais precitados ocupavam um terreno de 35m de frente, com fundo irregular, tendo de frente a fundos cerca de 41m.

Um dos maiores proprietários na face ocidental do campo de Santana, no século passado, foi o comendador Manoel Francisco Albernaz, possuindo dez prédios e, nos fundos de um deles, uma habitação coletiva, ocupada por famílias de militares inferiores. O prédio 67, no canto da rua Nova do Conde – agora Frei Caneca – pertenceu ao Conde de São Simão. Esse prédio, altos e baixos, e bem assim o que lhe ficava contíguo, à rua Nova do conde nº 2, serviram de sede à Ilustríssima Câmara e às principais repartições, durante o período [de] 1873/1882 – da construção do Paço Municipal, a tradicional Casa do Povo, que se pôs abaixo, recentemente, para abrir-se a avenida Presidente Vargas. Os ditos dois prédios pertenciam, quando ocupados pela Ilustríssima Câmara, ao visconde de Canoeiras, ocupação que se fez por arrendamento e mediante cinco contos e setecentos mil réis anuais.

Campo de Santana – Face Ocidental – 1809/1880

Terreno de 128m de frente na face ocidental do campo de Santana, entre a rua do Areal e o beco da Moeda. Esse terreno desmembrou-se de uma grande chácara, com frente voltada para o campo. A chácara pertenceu ao capitão-mor a Anacleto Elias da Fonseca e, por sua morte, ao seu sobrinho cônego José da Costa Fonseca, a quem foi comprada pelo conde dos Arcos, em 18 de abril de 1809. O conde

s/a, s/d. – A casa nº 131, em 1889, e 435, modernamente, à rua de São Cristovão, onde, no segundo andar, oficiais do 1º e 9 º regimentos nº 131 de Cavalaria do Exército faziam reuniões republicanas e onde, em 11 de setembro de 1889, os conspiradores fixaram o "juramento de sangue" para a defesa da República.

desmembrou nos fundos da chácara uma porção de terreno de 40 braças de frente no chamado Areal e a vendeu, em 28 de março de 1811, por três contos e duzentos mil réis. A venda foi anulada e, somente em 1815, se verificou, por escritura de 28 de janeiro, em notas do tabelião Pires Garcia, livro 150, fls. 66. Foi comprador Joaquim José Cardoso Guimarães, com carta de aforamento da porção de terreno que comprara. A carta é do ano de 1825.

O conde dos Arcos, dom Marcos de Noronha Brito, ficou com a maior porção da chácara, que corria frente pelo campo de Santana e, nessa porção, construiu um palacete no qual passou a residir. Por escritura de 8 de março de 1825, o governo imperial comprou o palacete e todas as suas servidões, para servir de sede ao Senado do Brasil,* como serviu, desde 3 de maio do Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1826, quando ali se deu a sua imponente instalação, e funcionou até dias do ano de 1925. Assim, do terreno em apreço, de 128m de frente pela face ocidental do campo de Santana, o edifício onde esteve o Senado e dependências ocupa uma porção de 41m de frente pelo campo e de 50m pela rua do Areal, agora Moncorvo Filho, por 46m de fundos. A porção do terreno restante, de 87m, é ocupada pelo edifício da Casa da Moeda* e dependências. O terreno dessa última dita porção tem fundo irregular

* Hoje, está instalada nesse prédio a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (N.E.)

Augusto Malta, 26/7/1923 – Praça da República. Antigo campo de Santana – face norte.

e alcança, na sua maior extensão de fundos, cerca de 129m contados da linha de frente. Dúvidas e questões têm sido sugeridas e suscitadas, desde 1803, sobre ser ou não foreiro à municipalidade do Rio de Janeiro o chão da chácara do capitão-mor Anacleto Elias da Fonseca, pois que, na verdade, não existe o título primitivo do aforamento do mesmo chão ou terreno. Não padece a menor dúvida, porém, que os fatos concernentes às compras e vendas dos terrenos que a constituíram evidenciam o reconhecimento do senhorio direto da municipalidade.** Entre a Casa da Moeda e o prédio nº 97C – numeração de 1860 – ficou uma faixa de terreno de 9m de largura por 119 de comprida, pertencente a Antônio Antunes Guimarães, a quem foi comprada pela Fazenda Pública Nacional, em março de 1860, por dez contos de réis. Na qualidade de senhorio direto do terreno vendido, a Ilustríssima Câmara recebeu laudêmio da respectiva venda, que lhe foi pago pelo vendedor. Por esse terreno foi aberta uma via pública, por muitos anos sem saída, e à qual se deu a denominação de beco da Moeda. Esbarrava no muro do quintal da casa nº 27, da então rua do Sabão da Cidade Nova – depois visconde de Itaúna. Em 1917, derrubou-se o muro e prolongou-se o logradouro até a rua General Caldwell. O decreto nº 1.165, de 31 de julho de 1917, alterou a espécie do logradouro e deu-lhe novo nome. É assim que o velho beco da Moeda passou a chamar-se rua Ribeiro Rangel. Mais tarde, esse nome foi substituído pelo de Azeredo Coutinho. Justa homenagem que se prestou ao dr. Cândido de Azeredo Coutinho, proficiente provedor da Casa da Moeda ao tempo da construção do edifício desse departamento público e pelo qual muito se esforçou. Foi uma operosa e bem útil administração a sua, melhorando as oficinas e aperfeiçoando bastante os trabalhos da cunhagem. A pedra fundamental do edifício da Casa da Moeda foi lançada a 2 de dezembro de 1858, aniversário natalício do imperador Dom Pedro II, e logo iniciada a construção, que terminou em 1863.

O prédio anteriormente citado, nº 97C do campo de Santana, pertenceu a Dioguina Maria de Vasconcelos de Usmar, por herança do seu irmão Bernardo Pereira de Vasconcelos, brasileiro ilustre por muitos títulos. Em 1880, a dita senhora vendeu o prédio ao barão de Vassouras por setenta contos de réis. Ocupava um terreno foreiro à municipalidade e a ela foi pago o laudêmio da dita venda, em 31 de julho de 1880. O prédio 97C ocupava um terreno de 11m de frente, tirado à chácara do conde dos Arcos. O de nº 99 ocupava uma frente de 16m, já na parte da antiga chácara de Antônio da Rocha Machado e da qual há noticia no capítulo XIII – Cidade Nova. Esse prédio 99, ainda em 1878, pertencia ao dr. João Pedro de Miranda. A numeração citada é a do Rol das Décimas para o ano de 1857. Nesse trecho da face ocidental do campo de Santana, está a casa em que residia o generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca quando, a 15 de novembro de 1889, se pôs à frente do movimento militar que redundou na queda da Monarquia no Brasil e na implantação da República. A abertura da avenida Presidente Vargas alterou por completo a feição topográfica dessa região da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, desde a igreja da Candelária até a ponte dos Marinheiros, no canal do Mangue. Toda a face ocidental do antigo campo de Santana – hoje praça da República – é foreira à municipalidade.

Campo de Santana – Face Norte – 1811/1858

Terreno irregular na face norte do antigo campo de Santana formando um quadrilátero de grande área. Com os arruamentos que se fizeram, em 1811, ficou o terreno compreendido, ou fechado na frente ou norte, pelo campo de Santana, numa extensão de 164m; nos fundos ou sul, pela rua dos Quartéis – agora Marcílio Dias – numa extensão de 201m, à direita ou leste pela rua de Santana de 165m; pela esquerda ou oeste pela rua de São Lourenço cerca de 160m. A rua de Santana veio a chamar-se dom. João Ricardo, a 8 de março de 1879; a dos Quartéis chamou-se Marcílio Dias, em 8 de fevereiro de 1879, e a de São Lourenço recebeu o nome de Visconde da Gávea, em 30 de março de 1885 e, finalmente, o campo de Santana foi denominado praça da Aclamação, a 22 de outubro de 1822, e praça da República, a 21 de fevereiro de 1890.

A Fazenda Real adquiriu a posse do terreno em apreço para a construção de quartéis destinados à tropa militar. Na sua maior porção, o terreno foi tirado à chácara de Emerenciana Isabel Dantas Castro, e constitui uma doação feita pela dita senhora à Nação, por escritura de 8 de março de 1811, em notas do tabelião Rocha Pita. Viúva que havia sido de Antônio José de Aguiar e Castro, de quem ela herdou

---

* Atualmente, nesse edifício funciona o Arquivo Nacional (N.E.)

** Cat, 454. Arquivo Municipal. (N.A.)

grande fortuna, Emerenciana Isabel Dantas e Castro, em 1811, já estava casada com Manoel José da Costa Martins Gil e, enviuvando de novo, veio a contrair terceiro casamento com José Antônio Teixeira Cardoso. Em 1816, a rica senhora já havia falecido. Quanto à outra porção de terreno, a menor, foi aquisição por compra ao brigadeiro Domingos José Ferreira e à Irmandade do Divino Espírito Santo da Freguesia de Santana, por sete contos oitocentos e seis mil e trezentos réis. Todo o terreno que forma um quadrilátero, como dissemos antes, é foreiro à municipalidade, do que há provas nos antigos registros do Senado da Câmara.*

O primitivo edifício do quartel do Campo construiu-se, com ligeiras modificações, segundo o plano de um arquiteto de sobrenome Costa, pelo custo de duzentos mil cruzados portugueses. Esse edifício chegou aos nossos dias, sendo demolido e substituído por outro de bastante solidez, feição arquitetural moderna, mostrando perfeito acabamento e particularidades próprias e bem características ao fim a que se destinava o edifício. Mesmo assim, puseram-no abaixo, por força da megalomania americanizada da época, para ser levantado um monstro de cimento armado,** sem significação, apenas se destacando por uma alta torre.

Até 1765, a guarnição militar do Rio de Janeiro se compôs de dois batalhões de Infantaria e um de Artilharia. Naquele precitado ano, a Ordem Régia, de 31 de janeiro, criou a Cavalaria Ligeira para a guarda do vice-rei. Esse corpo militar, para o qual se construiu o quartel da ponta da Misericórdia, veio a ser extinto, em 1808. Nessa ocasião, foi criado o 1º Regimento da Cavalaria do Exército, pelo decreto Real, de 13 de maio de 1808, Regimento que ainda existe, coberto de glórias. Em 1767 chegou ao Rio de Janeiro a tropa portuguesa constituída de dois Regimentos de Infantaria, denominados do Moura e de Bragança, que ficaram aquartelados nas casas dos religiosos de São Bento, o de Bragança, e no quartel da Misericórdia, o do Moura.

As casas dos religiosos ficaram num beco que ficou sendo chamado beco do Bragança, ainda existente no fim da rua Primeiro de Março. O Regimento de Bragança, então chamado 1º Regimento de Infantaria de Linha, foi o primeiro corpo militar que, em 1814, ocupou o quartel do Campo, ainda por acabar. Também em casas situadas em um beco, e que eram dependentes do quartel da Misericórdia, alojou-se o Regimento do Moura, ficando o logradouro com a denominação de beco do Moura. É do ano de 1767 a nomeação do tenente-general João Henrique Bohn, militar de envergadura, para comandante geral das tropas da capitania do Rio de Janeiro. A 13 de maio de 1809, criou-se a Divisão da Guarda Real da Polícia da Corte, que ficou constituída de três Regimentos de Infantaria Miliciana. Por ocasião da Independência do Brasil, em 1822, a guarnição da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro compunha-se de três Regimentos: 1º de Cavalaria, 1º de Artilharia Montada, um batalhão de Granadeiros, um de Caçadores, três de Fuzileiros e um de Polícia Militar.

Bem em frente ao quartel do Campo ficava a casinha da pólvora, mandada construir, pelo Senado da Câmara, para venda pública desse explosivo. Ocupava um terreno de duas braças de frente, pertencente a herdeiros de Antônio da Rocha Machado. Em 1799, para melhoramentos locais, a casinha da pólvora foi demolida e o terreno ficou baldio até 1801, quando os ditos herdeiros – Luiz da Rocha Machado e irmãos, filhos de Antônio da Rocha Machado – pediram a devolução do mesmo terreno. Na face norte, e justamente no quadrilátero a que temos aludido, deveria levantar-se o Palácio Imperial, na execução do plano de embelezamento do campo de Santana, em 1862, da autoria de Vitor Frond e César Garnier.

---

* 1788, livro 5 e 1832, livro 3. (N.A.)

** O Palácio Duque de Caxias, (praça Duque de Caxias, s/nº, Centro), antigo Ministério da Guerra, mencionado por Restier, é considerado um dos ícones do art déco no Rio de Janeiro. Projetado em 1935 pelo arquiteto Cristiano Stockler das Neves, caracteriza-se pela interseção de dois volumes, um corpo horizontal mais baixo e recuado e uma torre central escalonada, que domina a volumetria, servindo, funcionalmente, como organizadora do espaço interno. Numa subdivisão bastante clássica de sua composição, mantém embasamento revestido em mármore com acesso em pórtico, corpo em argamassa e coroamento em torreão de comando. (N.E.)

Campo de Santana – Face Sul – 1819/1848

Terreno de 16 braças de frente, em reta, na face sul do campo de Santana, constituindo uma desmembração da parte da chácara do Guarda-Mor, pertencente a Maria Arcângela de Macedo Forjaz Paes Leme, a cujos herdeiros foi o terreno comprado, a 30 de abril de 1819, por Francisco José Alves Quintão. Litigioso estava o terreno quando vendido e daí a ratificação da venda, posteriormente. O aforamento de Alves Quintão traz a data de 7 de agosto de 1838. Quintão era grande proprietário e bem rico. Além dos cinco prédios que construiu no terreno em apreço, possuía outros no mesmo campo e na rua do conde. Entre os prédios de Quintão, no campo de Santana, na face [sul] [...] e de 19 a 27, 31 e 33, ficava uma pequena casa de nº 29, baixinha, porta e janela, pintada de verde e amarelo, propriedade da religiosa Jacinta de São José, vendida, em 1845, ao referido Quintão. Em julho de 1848, ele já era falecido, porque nos ditos mês e ano aparece a sua viúva, pedindo fosse transferido para o seu nome o título de aforamento dos terrenos que, por morte do seu marido, Francisco José Alves Quintão, ficara de posse.

s/a, 25/9/1907 – Primeiro edifício do quartel-general do Exército e Ministério da Guerra.

Campo de Santana – Face Sul – 1827/1872

Terreno de 40 braças de frente na face sul do campo de Santana, vendido pelos herdeiros de Maria Arcângela de Macedo Forjaz Paes Leme a Domingues José Corrêa de Araújo, com carta de aforamento, em 2 de junho de 1827. Logo depois, Corrêa de Araújo edificou 11 prédios, que receberam os números 47 a 57, e 57 a 65. Os de nº 47 e 49 vieram a pertencer a Miguel de Frias Vasconcelos,[57] figura de relevo nos acontecimentos políticos de 7 de abril de 1831. Por morte de Miguel de Frias, passaram aos seus herdeiros os prédios 47 e 49, que foram transformados em um só, de três sobrados, vendidos, em 8 de junho de 1860, a Clemente José Pereira Braga. Em dezembro de 1869, foi o prédio comprado por Domingos Farani, afamado e rico joalheiro, ao filho e herdeiro de Pereira Braga, o médico dr. Luis José Pereira Braga. Em 1872, aparece o prédio vendido por Farani a Luiz Desiré Cleofas Guion, pela quantia de quarenta e cinco contos de réis. Entre os herdeiros de Miguel de Frias, na qualidade de genro, aparece Emílio Pedro Carrière.

Campo de Santana – Face Sul – 1832/1859

Terreno de 6 braças de frente na face sul do campo de Santana, canto da rua dos Inválidos, por onde corria fundos de 50 braças até encontrar a muralha de defesa, que estava sendo levantada, em 1832, pela irmandade de Santo Antônio dos Pobres, junto à sua igreja. Esse terreno, desmembração da chácara do Guarda-mor, pertenceu a João Pinto de Miranda, e foi quem construiu no mesmo terreno dois prédios vendidos a José Ferreira da Rocha Araújo, com carta de aforamento, em 1852. Em 1859, os [prédios] pertenciam a herdeiros de Araújo, e, nessa ocasião, o prédio que fazia canto na rua dos Inválidos figurava com o nºs 2 dessa rua.

Campo de Santana – Face Sul/1859

Terreno de 83m de frente na face sul do campo de Santana, com sete bons prédios pertencentes à Joaquina Carolina de Oliveira, por herança de sua mãe – Maria Luiza de Oliveira, filha e herdeira do casal Antônio Manoel de Freitas e Helena Maria da Cruz. O terreno era desmembração da parte da chácara do Guarda-Mor, que coube à Maria Arcângela de Macedo Forjaz Paes Leme e que compreendia extensa área limitada pelas atuais ruas Riachuelo, Lavradio, Visconde de Rio Branco e Frei Caneca – parte sul, frente da chácara do Guarda-Mor, no então caminho de Matacavalos – atual rua do Riachuelo; norte, fundos da mesma chácara, correndo por onde correm hoje a rua Visconde do Rio Branco, a face sul da praça da República e a rua Frei Caneca, até a entrada da rua do Riachuelo. O casal Cruz Freitas, anteriormente citado, herdou uma porção da referida área. Joaquina Carolina de Oliveira, quando entrou na posse dos bens que lhe deixou sua mãe, o que aconteceu em 1859, residia em Niterói, em estado de solteira. Os prédios do campo de Santana tinham, no dito ano, os nºs 33 a 45.

Rua do Areal – 1825/1880

Terreno de 18 braças de testada e do qual era posseiro, por compra, desde 22 de agosto de 1827, o tenente Carlos Correia Taveira, que edificou no terreno boa casa residencial, com pequena e bem cuidada chácara. Essa propriedade, em 1880, tinha o nº 11 da rua do Areal e já pertencia a Antônio Xavier da Rocha, por aquisição em praça judicial, pela quantia de vinte e quatro contos de réis. O terreno em apreço constituía uma desmembração da chácara do Areal, situada no campo de Santana, e correndo fundos pelo caminho do Areal. A referida chácara era, em grande parte, constituída de espesso capinzal, tratado com muito cuidado, dando uma boa renda aos donos da chácara, mais de três contos anuais.

A partir de 1825, o capinzal foi sendo extinto. A chácara do Areal veio a pertencer ao sargento-

mor Manoel Antônio Claro, já demente em 1825, e sob a curatela de seu genro, Joaquim José Moreira Maia. Em 1825, faleceu a esposa do sargento-mor, Ana Teresa de Jesus de Santo Elia, deixando do seu casal cinco filhos: João Antônio, de 20 anos; Clara Luiza, casada com o precitado Moreira Maia, que foi o primeiro testamenteiro e inventariante dos bens da sua sogra; Teresa de Jesus, casada com Manoel Parente da Costa: Rosa Monteiro, com 18 anos e que mais tarde se [casou] com o alferes Gabriel José Ferreira, e Delfina Maria Antonia, menor. Esses herdeiros desmembraram a chácara em porções diferentes – vendidas com facilidade. As edificações foram logo iniciadas, de forma que, em 1834, já outra era a feição topográfica dessa parte do campo de Santana.

Rua do Areal – 1830

Terreno de 15 braças de frente, no lado direito da rua do Areal, aforado, desde 1830, a Ezequiel Correa dos Santos. Nesse terreno, ficava a grande fábrica de produtos químicos farmacêuticos de propriedade do mesmo Ezequiel. Era um vasto edifício construído sob a direção do mesmo Ezequiel e que compreendia dois corpos distintos: o dos fundos, no qual funcionava a fábrica, e o da frente, no alinhamento da rua e com sobrado residencial. O pavimento térreo, bem vasto, servia de depósito das drogas. Ezequiel Correa dos Santos foi boticário e químico de nomeada. A sua botica ficava à rua dos Ourives, 183. Mais tarde, a botica, que era fornecedora da Casa Imperial, passou a denominar-se Farmácia Central e Drogaria de Ezequiel & Filhos. Influência política na freguesia de Santana, ocupou uma cadeira de vereador na Ilustríssima Câmara. Muito conceituado, com sentimentos superiores e firmeza de princípios, Ezequiel figurou sempre na vanguarda dos acontecimentos principais da nossa formação política. Foi fundador ativo da Sociedade Farmacêutica do Brasil e seu presidente. Amigo da pobreza, que muito lhe deveu, principalmente em época de epidemias.

A Sociedade Farmacêutica do Brasil fundou-se, em 1851, no Rio de Janeiro, com o intuito de aperfeiçoamento da farmacologia no nosso país e, segundo as suas forças, de ocupar-se de tudo quanto interessasse à saúde pública. Em 1859, em franca prospreridade estava a douta agremiação, cujas sessões se realizavam na sede da Imperial Sociedade de Medicina. A Sociedade Farmacêutica criou um montepio destinado às viúvas e filhos pobres dos seus contribuintes e deu à publicidade uma revista mensal sob o título *Revista Farmacêutica*.

Rua do Areal

A rua do Areal teve sua origem em um remoto caminho que ia terminar na grande lagoa do Capueruçu. Toda ela corre em terrenos foreiros à municipalidade. À direta, terrenos saídos do aforamento do conde dos Arcos e de Antônio da Rocha Machado; à esquerda, terrenos saídos do aforamento de Antônio José Vaz Guimarães e do sargento-mor Manoel Antônio Claro, aforamentos que alcançavam a atual rua Frei Caneca, margeando, em toda essa sua extensão de fundos, a antiga rua Formosa – agora General Caldwel. O aforamento do conde dos Arcos era uma extensa área de duas frentes desiguais, a maior pelo campo de Santana e a menor pela rua do Areal. Nessa área estava a boa casa residencial do conde dos Arcos, na qual esteve o Senado do Brasil por muitos anos, como já dissemos. O aforamento de Antônio da Rocha Machado constituiu a grande chácara do Capueruçu, com fundos em Mataporcos, hoje [rua] Estácio de Sá.

CAPÍTULO XV

Matacavalos

Em 1567, estabelecida a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no outeiro do Descanso, deu-se começo ao povoamento da várzea fronteira à dita colina, por melhor campo às atividades de segurança e da vida da nova Colônia portuguesa.

Esse povoamento não demorou a estender-se além do fosso – rua Uruguaiana, hoje. É assim que, rapidamente, na planície que se lhe seguia, foram surgindo os arraiais, alguns dos quais deram origem a bairros importantes na velha Sebastianópolis. Desses bairros, interessa-nos o de Matacavalos, sítio ameno e pitoresco, com magníficas chácaras, pertencentes, quase todas, às famílias oriundas dos primeiros casais de honestos trabalhadores, que se localizaram nessa parte do extenso vale da cidade, entre os morros de Santo Antônio, Santa Teresa, Paula Matos e Senado – esse já arrasado. É bem interessante dizer que muitas dessas famílias se fizeram ricas e algumas chegaram a alcançar foros de nobreza.

Das antigas chácaras vamos destacar, por serem as mais importantes, em primeiro lugar a chácara do Desterro e a chácara da Bica, tendo a primeira pertencido a Luiz Correa da Silva e, depois, às religiosas de Santa Teresa, e da segunda foi seu antigo proprietário Domingos Rodrigues de Távora. Essas duas chácaras ocupavam terras místicas, com uma frente de 150 braças ou 330m de fundos, até encontrar os canos da Carioca. Em 1779, foram compradas pelas freiras de Santa Teresa, que remiram o foro das terras à municipalidade do Rio de Janeiro, em 1853, a troco de apenas uma apólice de 400$, diz com acentuada ironia Inocêncio da Rocha Maciel, ilustre autor do Tombamento Municipal, ao comentar o ato da Ilustríssima Câmara, que permitiu essa remissão.

Na chácara da Bica teve seu berço a Ordem Carmelitana Feminina de Santa Teresa no Rio de Janeiro, quando, em março de 1742, nessa chácara, fez-se reclusa Jacinta de São José, a piedosa fundadora da referida comunidade religiosa na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Já dissemos, algures, na história de Jacinta de São José, o raciocínio deve ceder lugar à fé, porque somente o coração pode aceitar uns tantos fatos, que a razão nega. Segundo a opinião da maioria dos seus biógrafos, a meiga donzela podia ser vítima de fenômenos nervosos, porém, não era uma hipócrita. Os seus sentidos podiam iludi-la e rodeá-la de ficções; mas, assim como outras criaturas que foram santificadas, a heroína do Carmelo Brasileiro não era menos sincera quando aludia às suas visões.

Na chácara da Bica, como que movida por uma força sobrenatural, Jacinta de São José desenvolveu energias, moral e fisicamente, para realizar, como realizou, a sua obra de amor e glória a Deus. Ela própria ajudava a carregar as pedras para a edificação da capela do Menino Deus, cuja bênção foi lançada pelo ilustre cônego dr. Henrique Moreira de Carvalho, sendo a primeira missa em 1º de janeiro de 1744, pelo carmelita frei Manoel Francisco. Privações e santidade, era a vida das reclusas de Matacavalos. Um dia, os portões da chácara da Bica abriram-se para dar passagem à mais alta autoridade da capitania, Gomes Freire de Andrade, governador geral, que foi conhecer de perto o viver daquelas criaturas. E, desde esse dia, Jacinta de São José e suas companheiras conquistaram um grande amigo na pessoa do governador Gomes Freire, cujo braço poderoso ergueu-se na defesa das religiosas da chácara da Bica.

Tamanha resignação, embora tantos sofrimentos que passaram, levou o governador a considerá-las merecedoras da sua alta proteção. Gomes Freire determinou a construção de uma casa conventual apropriada às ditas religiosas, casa que se construiu no monte do Desterro, junto à ermida ali existente, e que foi aumentada e melhorada. A pedra fundamental da casa conventual foi colocada a 24 de julho de 1750, e, no mesmo dia e mesmo mês do ano seguinte, as recolhidas da chácara da Bica deram entrada na nova morada, com direito a clausura e sob a regência de sóror Jacinta de São José. A propósito da fundação dessa casa claustral, diz monsenhor Pizarro e Araújo nas suas *Memórias históricas do Rio de Janeiro:* "Como por descuido ou engano de quem tratou do Breve Pontifício, para fundar-se o convento e estabelecer-se a profissão religiosa, aconteceu declarar-se no Diploma que professariam a Regra de Santa Clara, já observadas pelas freiras da Ajuda."

É certo, porém, que Jacinta de São José não desanimou e foi à Europa para cuidar do caso – que foi resolvido favoravelmente. Vitoriosa pois, regressou ao Rio de Janeiro, onde desembarcou, a 17 de abril de 1756. Porém, dissenções entre o bispo e Gomes Freire e o falecimento desse governador, a 1º de janeiro de 1763, foram causas que influíram, contrariando a realização do ideal da piedosa donzela – que faleceu a 2 de outubro de 1768, sem ser carmelitana.

Somente, a 23 de janeiro de 1781, receberam o véu as primeiras freiras professas de Santa Teresa

no Rio de Janeiro. No presbitério da igreja do convento de Santa Teresa, ao lado do túmulo de seu protetor – Gomes Freire de Andrade, – teve sepultura Jacinta de São José, no século Jacinta Aires, nascida na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1715.

Chácara do Caetano

A chácara de Caetano, assim conhecida por pertencer a José Caetano dos Santos, tinha uma frente de 80 braças ou 176m, rumo de lés-sueste e fundos até alcançar uma distancia de 300 braças ou 660m, rumo norte a sul, entre as terras das religiosas de Santa Teresa, à direita, e as do capitão Cláudio José Pereira da Silva, à esquerda. José Caetano dos Santos comprou a chácara de Antônio Gomes da Cunha, por escritura de 18 de setembro de 1877, em notas do tabelião Domingos Coelho Brandão. O chão da chácara pagava setecentos e vinte réis de foro ao Senado da Câmara. Antônio Gomes da Cunha aparece, já em maio de 1777, nos Registros de Terras do Senado, na qualidade de cessionário de José Francisco dos Santos na posse da chácara, que havia sido de Manoel Carvalho Ferreira, e que Santos arrematara em abril de 1777, na praça judicial de execução da penhora dos bens do dito Carvalho Ferreira. Além da chácara, com a sua boa casa de morada, a penhora compreendeu também a nascente de superior água potável, que abastecia a chácara e ao público, canalizada para um chafariz colocado na rua, encostado ao muro que fechava parte da frente da chácara. O Senado da Câmara levantou embargos à penhora quanto à nascente, por ser domínio municipal, e quanto ao funcionamento do chafariz, por ser um benefício público. O Senado da Câmara ganhou a questão. As terras da chácara do Caetano eram místicas com as do capitão Cláudio José Pereira da Silva, terras que, primitivamente, tinham compreendido um só aforamento em nome de Isabel Rodrigues, até o fim do século XVII, quando aparece o nome de Simão Lomba e a declaração de motivo desse traspasse. Em 1710, no interesse das suas rendas, o Senado da Câmara, considerando também as transformações havidas nas duas chácaras, dividiu o aforamento em dois. As divisas das duas chácaras, embora os limites marcados pela divisão do antigo aforamento, continuaram a ser causa, por muitos anos, de querelas entre seus proprietários.

Chácara do Silva Manoel

A chácara do Silva Manoel, adiante da bica pública, no caminho de Matacavalos, por onde corria uma frente de 103 braças ou 226,6m, com fundos até as vertentes. Em tempos antigos, havia pertencido ao tenente-coronel Francisco Viegas de Azevedo, homem rico, muito seguro e honrado nos seus atos e negócios, do que há provas na denúncia que ele próprio deu ao Senado da Câmara, de possuir uma chácara no caminho de Matacavalos, por ele comprada como ocupando um chão livre e por não ser real a declaração de quem lhe fizera a venda, denunciava a sua posse intrusa, pedindo se lhe concedesse a carta de aforamento do chão da chácara para a legalização da sua posse, que compreendia a sua casa de morada. O aforamento foi concedido, em 6 de dezembro de 1713. Mais tarde, pertenceu a chácara a Vitório Vieira Guimarães, de quem foi sucessor João Pinto Rodrigues e, por morte desse proprietário, passou à sua viúva, Maria Bernardina Pacheco. A dita viúva, bem rica, contraiu segundo casamento com José Pereira da Silva, o qual por cabeça de casal pediu e obteve do Senado da Câmara a carta de aforamento do terreno da chácara.

Em morrendo Pereira da Silva e feita a partilha dos seus bens entre a viúva e os filhos, a chácara coube ao filho Cláudio José Pereira da Silva. Esse proprietário levantou questão judicial sobre os limites da chácara, embargando a setença de 8 de julho de 1780, que fixou os limites da chácara confinante de José Caetano dos Santos. Durante seis anos demandaram os dois vizinhos, até que, por sentença de 11 de abril de 1786, ficou confirmada a sentença de 1780. Somente a 21 de fevereiro de 1810, o capitão Cláudio José veio tirar a carta de aforamento no Senado da Câmara, aceitando os limites da sua chácara *ex-vi* da decisão judicial já citada. Foi sucessor do capitão Cláudio, o seu filho sargento-mor Luiz Pereira da Silva Manoel, com carta de aforamento de 1830 e registrada no livro 9, fls. 20. Desde a posse do

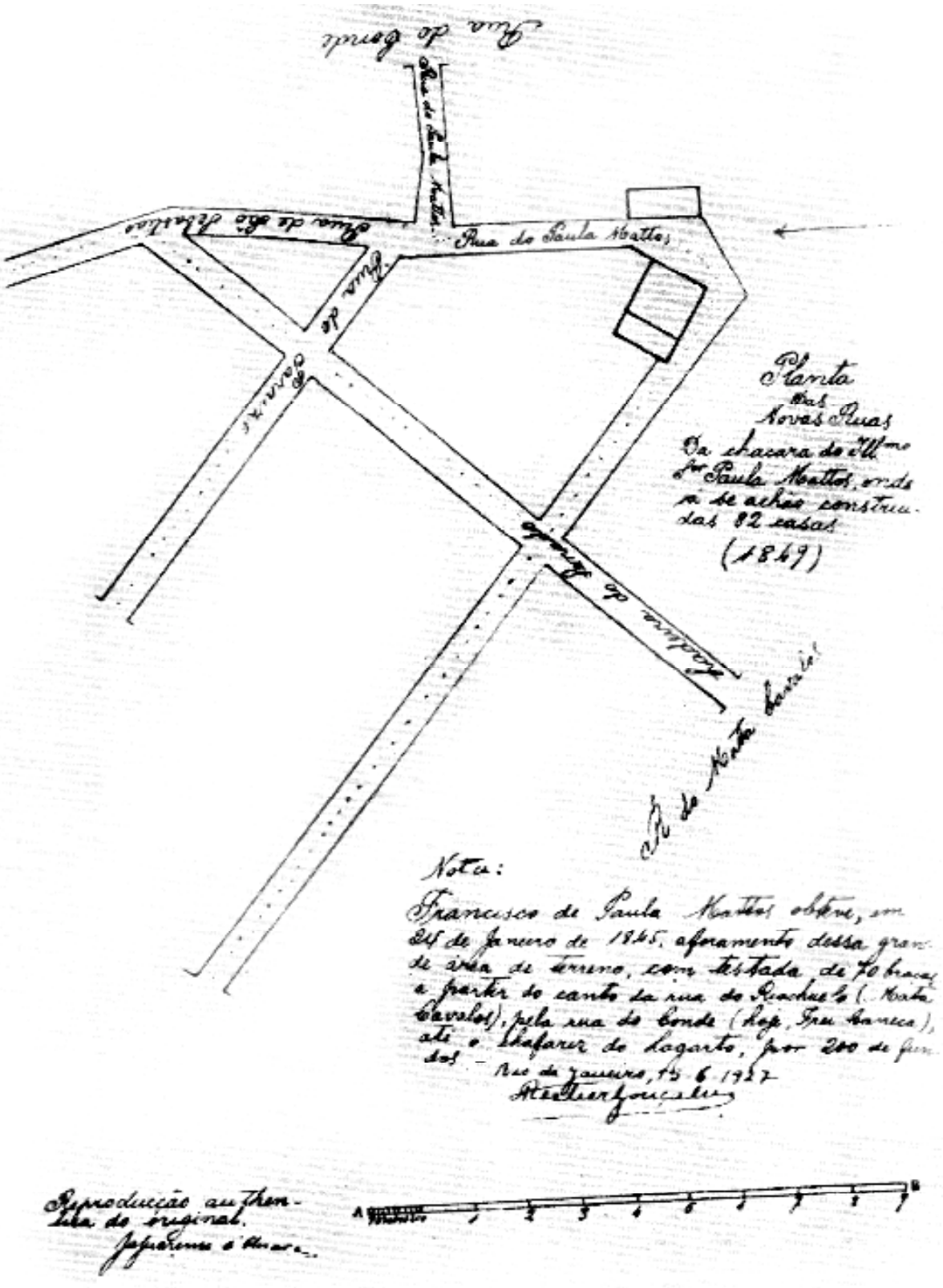
referido sargento-mor ficou a chácara conhecida por chácara do Silva Manoel e nome dado também à rua aberta[58] pela chácara, desde a sua frente até os fundos nos canos da Carioca. Essa nova via pública abriu-se, em junho de 1831, e foi tida como de muita utilidade e logo se projetou levá-la pelas encostas dos morros, até alcançar a rua da Pedreira da Candelária – atual Bento Lisboa.

Chácara do Padre Leite

A chácara do Padre Leite era outra valiosa propriedade do velho bairro de Matacavalos, assente em chão foreiro ao Senado da Câmara, ao qual pagava o foro anual de mil duzentos e oitenta réis. Chácara muito bem cuidada e plantações de árvores frutíferas, foi comprada por bom dinheiro de contado – dinheiro à vista – ao referido padre Leite, em 1776, pelo rico sargento-mor Luiz Correa de Mesquita. Por morte desse militar, a sua filha Luiza Escolástica Botelho herdou a chácara, cuja desmembração logo começou a ser feita pela referida senhora. A maior desmembração foi adquirida, em 1816, por José Ferreira dos Santos, pela quantia de três contos de réis. As outras constituíram-se pequenas, destacando-se a de José Inácio Aleixo e a de Francisco José Fialho, de maiores dimensões e tendo casas de morada nobre. Em grande parte, a rua Monte Alegre corre em terras da chácara do Padre Leite.

Caminho de Matacavalos – 1816/1908

Terreno de 200 braças de frente pelo caminho de Matacavalos e fundos no alto da montanha. Foi esse terreno a maior desmembração da antiga chácara do Padre Leite, vendida, em 1816, por Luisa Escolástica Botelho, então dona da chácara, ao rico negociante José Ferreira dos Santos, venda que se fez mediante prévia licença do Senado da Câmara, na qualidade de senhorio direto do terreno, que ficou aforado ao comprador Ferreira dos Santos, por título de 30 de outubro de 1816. O terreno foi loteado, vendidos alguns lotes e, em outros, o dito posseiro Ferreira dos Santos construiu casas de aluguel e no maior dos lotes levantou boa casa, com magnífica chácara, para sua residência. Essa importante propriedade figurou no Rol das Décimas, com o nº 59, por algum tempo. Em falecendo Ferreira dos Santos, a chácara passou ao domínio de uma sua filha, casada com João Maria Colaço de Magalhães, visconde de Condeixa, a quem veio a ser comprada, em junho de 1847, pelo comendador Francisco Ferreira das Neves, com Carta de Aforamento, em 11 de junho de 1853. José Ferreira dos Santos era comendador e residiu algum tempo no distrito de Iguaçu, em boa casa de campo, e aí possuía também muitas terras e todas cultivadas. O comendador Neves, também muito rico com a compra que fez, tendo comprado a chácara imediata, ainda mais rico se tornou, possuindo duas boas chácaras, que foram transformadas em uma só, de extensa frente à rua de Matacavalos e confinando, à esquerda, com a chácara de Paula Matos. A segunda chácara comprada pelo comendador Neves havia pertencido ao casal Joaquim de Almeida Souto e Francisca Luiza Xavier Souto. A chácara do comendador Francisco Ferreira das Neves e a de Francisco de Paula Matos foram as propriedades mais importantes de Matacavalos. A de Paula Matos começou a ser desmembrada, em 1845, e a do Neves, em 1853, com a abertura de logradouros para servidão pública, em uma área de 1.800 braças quadradas, logradouros que foram aceitos pela Ilustríssima Câmara, a 20 de julho de 1854, e são os seguintes: dona Josefa – rua de 55 palmos de largura e 60 braças de comprida, correndo rumo de sueste; dona Francisca – rua de 50 palmos de larga e 92 braças de comprida, correndo em uma parte rumo de sudoeste e na outra o de sueste; Dona Maria – rua de 50 palmos de largura e 80 braças de comprida, no rumo de sudoeste; Neves – rua de 50 palmos de largura e 77 braças de comprimento, no rumo de sueste; Neves – travessa de 50 palmos de larga e 40 braças de comprida e mais um largo que se chamou do Neves. A rua Dona Josefa foi, de fato, um prolongamento da rua Paula Matos e a essa veio a [ser] incorporada. O prolongamento referido, na sua extensão de 60 braças – ou 132m, corresponde justamente às 60 braças que a Ilustríssima Câmara concedeu a Francisco de Paula Matos, para completar as 200 braças do seu aforamento na



Prolongamento da rua de Paula Matos pela chácara do Neves, 1854.

testada da rua de Matacavalos – hoje Riachuelo. É certo que os limites entre as chácaras do Neves e de Paula Matos nunca foram fixados, havendo dúvidas em alguns pontos, criando-se assim matéria de controvérsia em muitos casos de venda e compra de imóveis, nos limites das ditas chácaras.

Entretanto, vencendo, aliás, os grandes empecilhos que nos foram criados, conseguimos deitar vistas em plantas, escrituras e outros papéis, e assim abrir um caminho pelo qual chegamos à conclusão de que na rua Paula Matos, o prédio 28 – nº primitivo, antigo 46 e moderno 158 – marca o ponto final dos terrenos de Francisco de Paula Matos. Ainda mais que o prédio 28A, no começo da rua Dona Josefa – ou prolongamento da Paula Matos, está assente em terreno que foi possuído pelo comendador Neves, por ele vendido a Francisco de Assis Chagas Carneiro, com carta de aforamento do mesmo terreno, em 10 de janeiro de 1856. O prédio 28A passou a 48 e, ultimamente, a 162. Indiscutivelmente, na rua do Riachuelo, o prédio 67A, nº antigo, marca o extremo da testada do aforamento de Paula Matos, nessa dita rua do Riachuelo.

Esse prédio passou a ter o nº 175 e, modernamente, recebeu o nº 133. Pertenceu a Francisco José Gonçalves, com carta de aforamento em 12 de março de 1852. Gonçalves era também proprietário do prédio 67 da rua do Riachuelo, por compra a herdeiros de José Ferreira Santos. O prédio 67 passou a 331.

Caminho de Matacavalos – 1817/1844

Terreno de 10.5 braças de frente, aforado em 26 de maio de 1844, a José Ferreira dos Santos. Uma das muitas desmembrações da chácara de Luiza Escolástica Botelho, esse terreno foi possuído por Francisca Rosa Benedita, que o beneficiou com casa de morada e pomar e o transferiu, também as benfeitorias, por venda, a Paulo da Silva Santos, com licença do Senado da Câmara, de 9 de julho de 1817. Em morrendo Paulo da Silva, o terreno e benfeitorias passaram à sua viúva, Maria da Conceição da vila Real. Na partilha dos bens da dita senhora, o terreno e as benfeitorias couberam a José Cardoso e à sua mulher Maria Dias. A esse casal foram compradas por José Ferreira dos Santos, em 1º de abril de 1820, pela quantia de dois contos e quatrocentos mil réis. Somente em 1843, cuidou Ferreira dos Santos do aforamento do terreno, concedido por carta de 26 de maio de 1844.

Estrada de Matacavalos – 1818/1845

Terreno de 19 braças de frente por 80 ditas de fundo, desmembrado da chácara do guarda-mor das Minas Gerais – Pedro Dias Paes Leme – na parte que pertenceu à sua filha Beralda Vitória da Horta Forjaz Paes Leme Pereira. Esse terreno foi vendido, por bom dinheiro de contado, pela referida senhora, a 3 de dezembro de 1818, ao riquíssimo negociante Antônio Cunha. Na parte mais enxuta do terreno, Antônio Cunha construiu uma grande casa assobradada e na outra, coberta de capim vendável e tendo palmeiras, plantou boa chácara que foi bem cuidada até a sua morte. Em 1829, já havia falecido Antônio Cunha, que sempre residiu na sua propriedade da então rua Matacavalos, nº 84, propriedade que, por verba testamentária, coube, em partes iguais, a Maria Tomásia da Cunha, filha do testador – o já referido Antônio Cunha – e a um indivíduo de nome José Antônio Alves Viana. Quando da partilha dos bens deixados por seu pai, Maria Tomásia fez, em juízo, cessão de direitos sobre o que lhe coube das referidas casa e chácara a Antônio Luiz Fernandes Pinto, e que por ele, cessionário, foi logo vendida a João Goulart, pela quantia de dez contos de réis.

Por sua vez, Alves Viana, para liquidar dívidas, vendeu a sua parte a João José Cezarino da Rosa, na forma do disposto pela escritura de 9 de agosto de 1831, passada em notas do tabelião Manoel de Lares Pinto, da vila Real da praia Grande – atual cidade de Niterói.

Exaustivas, por vezes infrutíferas e cheias de dificuldades, foram as buscas a que nos entregamos em relação a estas notas. Mas, resignados e pacientemente vencendo obstáculos e a má vontade, conseguimos, ainda, descobrir a escritura de 14 de fevereiro de 1833, do notário João Caetano de

Oliveira, no Rio de Janeiro, sobre a venda da parte da casa e chácara da rua Matacavalos, nº 84, por Cesarino Rosa ao capitão da Marinha Portuguesa – Joaquim Ferreira, representado na Corte do Rio de Janeiro pelo seu procurador – o negociante João Frederico Möller. Ainda conseguimos descobrir que, em 1845, toda a casa e toda a chácara da rua Matacavalos, 84, pertenciam a João Luiz do Livramento, por compra e pela quantia de vinte contos de réis.

Rua Matacavalos – 1819/1912

Terreno de 40 braças de frente pela rua Matacavalos, correndo fundos pelo beco da Caçuada até a encosta do morro de Pedro Dias – depois dito do Senado, já arrasado. Foi desmembrado da chácara do Guarda-mor e, em 1819, aparece aforado ao capitão Antônio José de Afonso Lima, a quem o Senado da Câmara, em vereança de 23 de agosto de 1820, concedeu a licença para desmembrar o dito terreno. Uma das desmembrações com frente de 24 braças pela rua do Senado e fundo de 10 ditas, foi adquirida por Manoel da Costa da Queiroga, que era taberneiro e rico. Ele construiu no terreno um grupo de casas térreas e duas de sobrado de feição nobre, vendendo as de sobrado ao rico tabaqueiro Bento José de Carvalho, o qual pediu o aforamento do terreno das casas que comprara, pedido esse atendido por Despacho de 17 de maio de 1844. Bento José tinha a sua fábrica de tabaco à rua Matacavalos, 214. É certo, ainda, que o capitão Afonso Lima fez promessas de venda de outras desmembrações, não realizadas porém, e que reservou sob o seu domínio, cerca de 27 braças de frente, pela rua Matacavalos, por 12 ditas, pela travessa da Caçuada e ai construiu 14 casas térreas. A travessa da Caçuada, antigo beco do mesmo nome, chamou-se, também, travessa do Senado e, atualmente, rua Vinte de Abril, lembrando a data de nascimento do barão do Rio Branco, ocorrido nesse antigo logradouro em uma casa de sobrado, então nº 8,* aos 20 de abril de 1845. A casa era, ao tempo do nascimento, propriedade de Lima Figueiredo de Faria, e nela residia o pai do barão – o tenente de engenheiros, José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde do Rio Branco, e um dos grandes estadistas do Brasil.[59] Do visconde do Rio Branco diz Max Fleuiss: “seu nome pertence ao número dos que jamais se apagarão da nossa História.”

Rua Matacavalos – 1820/1950

Terreno de 2 braças de frente por 11 ditas de fundo, com uma pequena casa de porta e janela, propriedade e residência, em 1820, de Generosa Ricardina de Bonsucesso, a quem foi comprada por Joana Luiza de Almeida, em agosto de 1837, pela quantia de um conto e cem mil réis, dinheiro de contado – dinheiro à vista. Joana Luiza vendeu a casa a Francisco Joaquim de Morais, no começo de 1843 e, a 15 de setembro do mesmo ano de 1843, ele obteve a Carta de Aforamento do terreno da casa que comprara. Em 1850, a casa conservava a mesma feição colonial e o mesmo nº 190.

Rua Matacavalos – 1830/1883

Terreno de 28.5 braças de frente, por 30 ditas de fundo e comprado pelo conselheiro José Caetano Gomes a Luiza Escolástica Botelho, em 25 de janeiro de 1830. O conselheiro José Caetano beneficiou o terreno, construindo boa casa com chácara, onde residiu. Essa propriedade figurou com o nº 53 até o ano de 1883 e, extinto o casal do referido conselheiro, veio a pertencer a uma filha do titular, casada com Manoel Luiz Maldonado, e ao cônego Pedro Bandeira de Gouvêa, na qualidade de herdeiro da segunda esposa do conselheiro. A partilha foi feita em partes iguais. Em 1838, a 17 de outubro, a Ilustríssima Câmara concedeu a licença para a venda, por cinco contos de réis, da parte que coube à filha, sendo comprador José Pereira da Fonseca, que logo a transferiu, por venda, a Manoel Gomes Ferreira, o qual comprou também a parte do cônego Gouvêa. Em 1854, Gomes Ferreira vendeu a casa e chácara da rua

* Hoje o prédio abriga a Escola de Teatro Martins Pena. (N.E.)

Matacavalos, nº 53, por vinte contos de réis, ao negociante Henrique Jacob Neuman, com Carta de Aforamento do terreno, em 1º de outubro de 1857. Neuman desmembrou a chácara, à direita e à esquerda da casa, e construiu, na parte da esquerda, um prédio residencial, que recebeu o nº 53A, que foi vendido, juntamente com o prédio 53, por dezessete contos e duzentos e cinqüenta mil réis, em 1871, a José Antônio Soares de Souza, com carta de aforamento, em 1872. A desmembração da direita, um terreno de 15 braças de frente por 30 ditas de fundo, entre os prédios 51 e 53, Neuman vendeu por doze contos setecentos e cinqüenta mil réis ao barão de Maroim. Em 1873, o barão vendeu essa desmembração, por quinze contos de réis, a José Antônio Soares de Souza que, logo depois, vendeu 10 braças a Vicente Ribeiro de Freitas, pela quantia de doze contos e quinhentos mil réis e também vendeu os prédios 53 e 53A, em 1883, por trinta contos de réis, ao major Camerino Fagundes de Castro e Menezes.

Rua Matacavalos – 1836/1844

Terreno de 14 braças de frente pela rua Matacavalos, correndo fundos pela rua do Lavradio, onde fazia outra frente de 7 braças. Em 1836, ocupavam esse terreno cinco casas térreas, com frentes à rua Matacavalos, onde tinham os nºs 28 a 36, e mais uma de sobrado e aparência nobre, no canto com a rua do Lavradio, por onde tinha a sua entrada, e figurava com o nº 121. Todos esses prédios pertenciam a José Machado de Oliveira, a quem foram comprados, com licença da Ilustríssima Câmara, por dom Antônio de Saldanha da Gama, com carta de aforamento do terreno, em 7 de maio de 1844.

Rua Matacavalos – 1839/1843

Terreno de 47 braças de frente, constituindo uma desmembração da chácara do Silva Manoel. Luiz Joaquim Moreira comprou esse terreno em fevereiro de 1839, por onze contos de réis, a Luiz Pereira da Silva Manoel, dono da dita chácara. O terreno confinava, à esquerda, com a casa 43, da rua Matacavalos. A dita casa pertenceu a José Maria Cavagna Quaresma e a uma sua irmã, e foi vendida por eles, em agosto de 1843, pela quantia de dez contos de réis, a Manoel dos Santos Cornélio. Cavagna Quaresma, homem íntegro, político de influência, foi fiscal da Ilustríssima Câmara – cargo, aliás, de alta categoria e bastante importância política.

Rua Matacavalos – 1840/1849

Terreno de 19 braças e 4 palmos de frente, pela rua Matacavalos, correndo fundos de 24 braças e 1 palmo pela rua do conde, constituindo uma desmembração da antiga e extensa chácara do Guarda-mor das Minas Gerais – Pedro Dias Paes Leme.[60] A testada de frente dessa chácara corresponde, hoje, a toda extensão do lado direito da rua do Riachuelo. O terreno está na parte da chácara que, por morte do guarda-mor, pertenceu à sua filha Beralda Vitória da Horta Forjaz Paes Leme Pereira. Ocupava o terreno uma grande e sólida casa de sobrado, com entrada pela rua Matacavalos, 284. Em morrendo a referida senhora, a casa passou a pertencer, em partes iguais, a Garcia José de Macedo Paes Leme e a Maria Luiza Paes Leme. A penhora que sofreu Garcia José pelos representantes – como está dito no documento examinado de Abílio dos Santos Pereira, já falecido, determinou a praça da execução de 24 de outubro de 1840, na qual a dita casa foi posta em arrematação, e toda ela, como o quis a co-proprietária Maria Luiza. Foi arrematada por Antônio Fernandes Ribeiro Forbes. Somente em 1846, pelos embargos opostos à referida praça, pôde o arrematante ter a posse mansa e pacífica da casa. Por Despacho de 17 de abril de 1849, a Ilustríssima Câmara concedeu a Forbes o aforamento do terreno da casa que ele arrematara.

Rua Matacavalos – 1843/1845

Terreno de 6 braças de frente pela rua Matacavalos, correndo fundos de 30 braças pela rua Nova do Conde – atual Frei Caneca. O terreno era um desmembramento da chácara de Francisco de Paula Matos, por ele vendido a Joana Serrilha Lolastra, em 1845, pelo preço de duzentos mil réis a braça. A Ilustríssima Câmara concedeu a licença para essa venda. No período de 1843 a 1845, a Ilustríssima Câmara concedeu várias licenças para a venda de terrenos desmembrados da chácara de Paula Matos, na parte reconhecida foreira à municipalidade do Rio de Janeiro e estipulou o foro de sete mil réis anuais.

Rua Matacavalos – 1843/1853

Terreno de 55 braças – 121m – de frente por 35 ditas – 77m – de fundo, vendido em junho de 1853, com licença da Ilustríssima Câmara, de 11 dos ditos mês e ano, pela quantia de onze contos de réis. Foi vendedora Luiza Escolática Botelho, que era posseira do terreno e que estava beneficiado por duas chácaras, ocupando uma 44 braças do terreno com casa nobre, propriedade e residência de Águida Brotero, a compradora do terreno. A outra chácara ocupava 11 braças e tinha uma casa de campo, também propriedade de Águida Brotero, em virtude de arrematação que fizera, a 30 de maio de 1843, na praça de execução movida contra Francisco Luiz da Costa Guimarães, pelo capitão João Rodrigues Alves da Silva.

Rua Matacavalos – 1845

Terreno de 6 braças de frente por 30 ditas de fundo desmembrado da chácara de Paula Matos, vendido a Manoel Pereira de Souza Barros, em 1845, à razão de duzentos mil réis a braça. Ficava entre o terreno de Manoel Ferreira Gomes e o de Joana Serrilha Lolastra, fazendo o terreno de Joana canto com a então rua Nova do Conde – agora Frei Caneca. No seu terreno, Ferreira Gomes, que era construtor, levantou um bom prédio de sobrado para servir, como serviu, de sua residência.

Rua Matacavalos – 1845

Terreno de 5 braças e 2 palmos de frente na rua Matacavalos, por 29 braças de fundo, com uma boa casa térrea residencial e afastada da rua 5 braças. O terreno ficava entre a chácara de Antônio Fernandes Vaz e a casa térrea, propriedade e residência de Flora Joaquina de Jesus e aparece aforado, em 5 de setembro de 1845, a Militino José de Macedo, que era o proprietário da casa térrea existente no mesmo terreno.

Rua Matacavalos – 1845/1847

Terreno de 13.5 braças de frente pela rua Matacavalos, ocupado pelas casas térreas 176A e 178, propriedade de Domingos José Vieira Guimarães, o qual as comprara a José Cândido Pereira Salgado. Primitivamente, essas casas tinham pertencido a Feliciano José de Melo, cujos herdeiros foram executados pela Fazenda Nacional, sendo os ditos imóveis levados à praça, em 1845, e arrematados por Pereira Salgado, que os vendeu em 1847.

Rua Matacavalos – 1845/1859

Terreno de 18 braças de frente pela rua Matacavalos e fundos no morro da Lagoinha, atual Paula Matos. Foi comprado por um conto e seiscentos mil réis a Francisco de Paula Matos pelo brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento em 18 de abril de 1845. No terreno, o comprador construiu uma boa casa para a sua residência. Ainda em 1856, esse prédio conservava o nº 67, da rua Matacavalos. Por morte do brigadeiro Vasconcelos, ocorrida a 10 de julho de 1859, o prédio passou aos seus herdeiros. O brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos, que era irmão do grande patriota Miguel de Frias, faleceu, no posto de marechal reformado, no Rio de Janeiro, onde nasceu a 7 de março de 1787. Foi militar de valor, com várias condecorações e fez parte do Conselho de Estado.

Rua Matacavalos – 1845/1868

Terreno de 6 braças de frente pela rua Matacavalos, desmembrado da chácara de Francisco de Paula Matos e vendido, em agosto de 1845, a José Ferreira da Rocha Araújo, por um conto duzentos mil réis. O terreno ficou baldio e ao abandono, tendo sido vendido pela viúva de Rocha Araújo, Senhorinha de Morais Rocha, em junho de 1851, por um conto oitocentos mil réis, a Francisco Lopes da Cunha e à sua mulher, Ana Rosa de Jesus Cunha. Ainda em abandono, o terreno veio a ser comprado, em abril de 1854, por José Bernardes Brandão, a Fernando Antônio Pereira do Lago, genro e herdeiro do precitado casal Cunha. Na licença para essa última venda, expedida a 26 de abril de 1854, a Ilustríssima Câmara estipulou o foro de sete mil réis anuais para o terreno, com a obrigação de requerer o comprador o aforamento do terreno, no prazo de trinta dias, na forma da lei em vigor.

Mas Brandão não cumpriu a disposição da lei senão quando os seus interesses o exigiram. Essa inobservância, aliás, era comum, pelo descaso da municipalidade, acarretando, assim, ela própria, a ruína do seu patrimônio territorial. Somente em 1859, aparece o pedido de José Bernardes Brandão, à Ilustríssima Câmara, para a legalização da posse do terreno, no qual já existiam duas casas térreas de nºs 67N1 e 67N2 e das quais ele, Brandão, era o proprietário. Por despacho de 15 de julho de 1859, a Câmara concedeu o aforamento do terreno em questão. Bernardes Brandão possuía, ainda, mais dois prédios na rua Matacavalos, os de nºs 67M e 67M1 e, também, em seguimento a esses prédios, um terreno de 65 palmos de frente, com fundos na rua de Paula Matos, onde media 66 palmos de testada. Os prédios 67M e 67M1 foram transformados em um só com cuidada chácara, adquirida por doze contos de réis, em maio de 1865, pelo brigadeiro Zeferino Pimentel Moreira Freire, ficando o novo prédio com o nº 67M. Em 1868, aparece o terreno da então rua do Riachuelo nº 67M – antiga Matacavalos – aforado a Úrsula Fortunata de Andrada Moreira Freire, na qualidade de viúva e sucessora do brigadeiro Zeferino Pimentel Moreira Freire.

Rua Matacavalos – 1845/1870

Terreno de 8 braças de frente por 38 ditas de fundo, comprado, em maio de 1845, a Francisco de Paula Matos, pela quantia de um conto seiscentos mil réis, por Francisco Manoel Chaves. Em seguimento a esse terreno que comprara, Manoel Chaves, em 1846, comprou mais 2 braças, e no todo de 10 braças construiu uma boa casa assobradada, com janelas de peitoril, à frente da rua Matacavalos. Essa casa veio a ser vendida, em 1853, por quatorze contos de réis, a Leocádia Gonçalves de Lima. Segundo reza a escritura, Leocádia adquiriu a casa para seu filho menor, Rodrigo José Gonçalves. Teve o prédio nº 67A, ainda conservado em 1870, e, nesse ano, encontramos o filho de Leocádia Gonçalves de Lima bem rico e proprietário de mais quatro prédios na então rua do Riachuelo, os de nºs 234 a 240.

Rua Matacavalos – 1847

Terreno de 30 palmos de frente por 200 ditos de fundos, ou sejam, 3 braças de frente por 20 ditas de fundo e, modernamente, 6m e 0,60 para a testada de frente e 44m para a extensão de frente a fundos. Nesse terreno existia uma sólida casa residencial, nº 46, da rua Matacavalos, propriedade de José Pedro da Mota Sayão, em virtude de herança de seus pais – Pedro Antônio Vieira Mota Sayão e Maria Justina de Velasco Molina Sayão, que foram bem ricos. Possuía esse casal boas propriedades no distrito urbano do Rio de Janeiro, entre as quais conseguimos identificar a casa já citada, o prédio 17, da rua do Resende, e as casas 3, 5 e 7, do largo da Sé. Todos esses imóveis passaram ao referido filho do casal. Em data de 9 de julho de 1847, a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno da casa 46, da rua Matacavalos, ao precitado José Pedro da Mota Sayão.

Rua Matacavalos – 1847/1848

Terreno de 4 braças e 8 palmos pela rua Matacavalos, canto da do Resende, por onde corriam os fundos do terreno, numa extensão de 28.5 braças. Era ocupado por boa casa residencial, com cuidada chácara, nº 138 da rua Matacavalos, propriedade de Helena Tomásia Rosa até 1847, quando passou ao seu herdeiro, Henrique José Borges. Borges faleceu pouco depois e a casa referida aparece na praça, a 3 de julho de 1847, sendo arrematada por Francisco Antônio da Costa Bastos, homem rico, de iniciativas úteis e grande proprietário no bairro de Matacavalos.

Rua Matacavalos – 1847/1869

Terreno de 19 braças de frente por 18 ditas de fundo, ocupado pelas casas 61 e 63 da rua Matacavalos, propriedade de Manoel Antônio Bellenda, por compra feita aos herdeiros do comendador José Ferreira dos Santos. Foi o comendador Santos quem mandou construir as duas citadas casas, reformadas em 1851, por Bellenda. Essa reforma se fez para obedecer a um novo plano de alinhamento, determinado para o lado esquerdo da rua Matacavalos. Para esse fim, os proprietários foram investidos do terreno necessário à execução do novo plano. Nessa ocasião, modificou-se bastante o primitivo aspecto que ainda guardavam as casas da rua Matacavalos, sendo que algumas foram totalmente demolidas, para permitir novas e vistosas construções. Bellenda construiu, entre as de números 61 e 63, uma moderna casa, que recebeu o nº 61B. Em 1859, essas três casas foram à praça e arrematadas, por Antônio José Gomes do Rio Araújo a de nº 61; a de nº 61B, por Manoel Gomes de Almeida; e a de nº 63, por Agostinho José de Figueiredo. Mas, anulada judicialmente a praça da casa 63, outra se fez, em 1859, tendo sido arrematada pela quantia de três contos cento e sessenta mil réis, por Rozendo Garcia que era o posseiro do terreno da casa, já vendida, em 1869, a João de Barros Lima.

Rua Matacavalos – 1848/1855

Terreno de 5 braças de frente pela rua Matacavalos por 11 ditas de fundo. Em 1848, foi concedida a arruação para esse terreno, a fim de que se executassem obras novas na de nº 108. Essa casa pertenceu a Joaquim José de Figueiredo, até 1855, quando foi comprada, por doze contos de réis, pelo barão de Cairu, notável brasileiro, que residiu na dita casa.

Rua Matacavalos – 1853/1865

Terreno de 11 braças de frente pela rua Matacavalos, desmembrado da chácara do Neves, pertencente ao comendador Francisco Ferreira das Neves. Com licença da Ilustríssima Câmara, senhorio direto do chão da referida chácara, foi o terreno comprado por Tomás Xavier Ferreira de Menezes, segundo as disposições da mesma Ilustríssima Câmara, de 26 de novembro de 1853. A 22 de novembro do mesmo ano de 1853, havia sido demarcado o terreno pelo técnico arruador municipal – Sebastião José de Oliveira – e nessa demarcação considerou-se testada de frente a face do terreno na nova praça Santo Alfredo, que estava sendo aberta com outros logradouros pelo comendador Neves, pela sua chácara. Tomás Xavier, no terreno que comprou, construiu uma casa e junto a essa havia uma casa que ele, Tomás, comprou. Veio, também, a comprar um terreno em seguimento à casa nova, de 24 braças de frente e no qual construiu. A casa que comprou tinha o nº 57, e as que construiu os nºs 57A e 57B e foram vendidas por sessenta e cinco contos de réis, em 1861, ao banqueiro Antônio José Alves de Souto, sócio chefe da Casa Bancária Alves Souto. Em 1865, já falida a dita Casa Bancária, as casas 57 e 57A foram vendidas por doze contos quatrocentos e cinqüenta mil réis, sendo comprador José da Costa Ferreira.

Rua Matacavalos – 1855/1856

Terreno de 28 braças de frente, ocupado por duas casas com chácara, à rua Matacavalos, nºs 47 e 49, que pertenceram a Francisco José Fialho, por compra a Luiza Escolástica Botellho, em novembro de 1855, pela quantia de quarenta contos de réis. Fialho obteve o aforamento do terreno, a 5 de dezembro de 1856, ao foro anual de mil e duzentos e oitenta réis.[61]

Rua Matacavalos – 1855/1861

Terreno de 39 palmos de frente por 115 ditos de fundo, com um prédio assobradado, de quatro portas de sacadas, com grades de ferro e portadas de cantaria. Era propriedade do monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno. Esse prédio tinha o nº 24, em 1855, e já estava bem arruinado quando o seu proprietário, em setembro do dito ano, o vendeu a Joaquim Soares da Costa Guimarães, pela quantia de sete contos de réis. Junto, e no mesmo terreno do prédio 24, existiu um sobradinho, com o nº 24A, adquirido, também, por Costa Guimarães. Em janeiro de 1856, encontramos Costa Guimarães vendendo o prédio 24 e o sobradinho 24A, por treze contos de réis, a Antônio José Gomes do Rio Araújo, com carta de aforamento do terreno dos ditos prédios, em 20 de maio de 1855. Rio Araújo, de quem já falamos, tinha dinheiro comprando e vendendo prédios e terrenos. Em vários Autos de Transmissões de Propriedades, no período de 1856 a 1861, descobrimos compras e vendas em seu nome, das quais conseguimos a confirmação de duas: a da casa 61, da rua Matacavalos, em 1857, e a de um terreno de 21 braças de frente na mesma rua e comprado ao comendador Francisco Ferreira das Neves, por dez contos de réis, em 1861.

Rua Matacavalos – 1857/1858

Terreno de 2 braças de frente por 53 ditas de fundo, do qual estava de posse Manoel José Rodrigues Torres, por compra que fizera a José Luiz Dias Diniz, em 18 de agosto de 1857, pela quantia de cinco contos de réis e escritura do tabelião Pedro José de Castro. Por despacho de 18 de março de 1858, da Ilustríssima Câmara, o terreno foi aforado a Rodrigues Torres, a quem a Ilustríssima Câmara também concedeu o aforamento de um outro terreno, de 7.5 braças de frente, na rua Matacavalos e fundos a entestar com a do Resende. Essa concessão traz a data de 30 de setembro de 1858.

Rua Matacavalos – 1860

Terreno de 3 braças de frente por 88 palmos de fundo, ocupado pela casa assobradada nº 26. Por morte da proprietária, Leocádia dos Santos Teixeira, a casa foi à praça, em 19 de maio de 1860, arrematada por Manoel Álvares de Azevedo, com carta de aforamento do terreno, em 21 de agosto de 1860. A casa acima dita, à rua Matacavalos, nº 26, tinha à direita, lado oeste, o prédio de propriedade e residência de dom Antônio Saldanha da Gama e pelo esquerdo, lado leste, o prédio de José Antônio Gomes Rio Araújo.

Rua Matacavalos – 1860/1861

Terreno de 29 palmos de frente pela rua Matacavalos, com uma casa antiga de nº 202, propriedade de Manoel Rodrigues Pereira da Cruz, a quem pertencia também a casa nº 200, que ocupava um terreno de 45 palmos de frente pelo lado sudoeste da rua Matacavalos, por 35 braças e 5 palmos de fundo. A extensão, de frente a fundos do terreno da casa 202, era de 14 braças e 4 palmos. Pereira da Cruz vendeu, em dezembro de 1860, por cinco contos de réis, a casa 200, a João Antônio Pereira, com carta de Aforamento do terreno da casa que comprara, carta essa expedida em 12 de abril de 1861. Também a casa 202 foi vendida por Pereira da Cruz, em junho de 1861, por quatro contos de réis, a Fulgêncio José da Costa, com carta de aforamento, em 14 de novembro de 1861.

Rua Matacavalos – 1862

Terreno de 43 palmos de frente pela rua Matacavalos, por 52 braças e 6 palmos de fundo. Era ocupado por duas casas de números 76 e 78, propriedade de Henrique Leyden, que as comprara aos herdeiros de José Gervazio de Queiroz. O terreno foi aforado a Leyden, em 23 de julho de 1862, ao foro anual de 1.280 réis.

Rua Matacavalos – 1862/1863

Terreno de 24 braças e 3 palmos de frente pela rua Matacavalos, por 1.291 palmos de fundo pelo lado direito e 1.347 pelo esquerdo. Ocupavam esse terreno uma boa casa residencial e cuidada chácara, de nº 55, da rua Matacavalos, propriedade do conselheiro Tomás Xavier Garcia de Almeida, que aí residia. Casa e chácara citadas tinham pertencido ao comendador Francisco Ferreira das Neves, que as vendeu, com licença da Ilustríssima Câmara, de 9 de março de 1862, ao precitado conselheiro, por vinte contos de réis. Em 19 de agosto de 1863, o conselheiro Garcia de Almeida obteve da Ilustríssima Câmara o aforamento do terreno.

Rua Matacavalos – 1864/1865

Terreno de 3 braças e 2 palmos de frente pela rua Matacavalos, por 21 braças e 3 palmos de fundo. Era ocupado pelo prédio 278A, de William Cremer, por compra feita, em outubro de 1864, a Antônio Barbosa Machado. Por despacho de 30 de março de 1865, a Ilustríssima Câmara concedeu a Cremer o aforamento do terreno, pelo foro anual de 1.280 réis.

Rua Mauá

Terreno de 44 palmos de frente pela rua Mauá, fazendo canto, à esquerda, com a rua Junquilhos, no morro de Santa Teresa e aforado a Sarmento Ávila & Cia. em 19 de setembro de 1860. A dita firma comprou o terreno a José Manoel Arzúa. Constituía esse terreno uma das muitas desmembrações que se fizeram da antiga chácara do Castro, no morro de Santa Teresa. Da mesma origem são todos os terrenos da rua Mauá, ladeira do Meireles e de outros logradouros do morro de Santa Teresa, abertos na dita chácara, por Joaquim da Fonseca Guimarães & Cia.

Ladeira do Meireles – 1860

Terreno de 16 braças de frente pela ladeira do Meireles no morro de Santa Teresa, bairro de Matacavalos. Esse terreno corria fundos pela rua Aprazível, numa extensão de 36 braças. Foi comprado à firma Fonseca Guimarães & Cia. pela quantia de nove contos de réis, por Antônio Gonçalves Guimarães, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno, por Despacho de 20 de novembro de 1860. Gonçalves construiu uma casa residencial, com frente para a ladeira do Meireles e por onde teve o nº 33.

Ladeira do Meireles – 1861/1873

Terreno de 7 braças e 6 palmos de frente pela ladeira do Meireles, por 19 braças de fundo. Era ocupado pela casa residencial nº 12, propriedade de Pedro Charollais, por compra a Fonseca Guimarães & Cia. Em 25 de maio de 1861, Charollais obteve o aforamento do terreno que ficava entre o de João Antônio Ávila, à direita, e o de José Leonardo Machado, à esquerda. Pedro Charollais, que era negociante à rua da Assembléia, nº 109, vendeu a casa nº 12, da ladeira do Meireles, ao seu vizinho João Antônio Ávila. Em 1873, já a referida casa pertencia a João Pereira Cardoso.

Ladeira do Meireles – 1861

Terreno de 10 braças e 5 palmos de frente pela ladeira do Meireles, por 36 braças e 8 palmos de fundo. Era ocupado pela casa nº 31, propriedade de Joaquim Ferreira Guimarães, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno, por despacho de 20 de julho de 1861.

Ladeira do Meireles – 1862/1886

Terreno de 92 palmos de frente pela ladeira do Meireles, por 22 braças de fundo. Era ocupado pela casa nº 29, propriedade de Cláudio José da Silva, foreiro do terreno por carta de 4 de fevereiro de 1862. A casa veio a ser vendida pela viúva de Cláudio, por doze contos de réis, a Antônio Fernandes de Araújo Guimarães, a quem ainda pertencia, em 1881. Em 1886, figura no Rol das Décimas como propriedade e residência de Luiz Batista Garnier. Na revisão da numeração predial da cidade, realizada de 1874 a 1878, foram alterados os limites da ladeira do Meireles, passando o seu lado ímpar a par e vice-versa. Daí ter a casa nº 29 passado a 6, e o começo do logradouro, na rua do Aqueduto, e o fim, no morro de Santa Teresa.

Rua Dona Josefa – 1854

Terreno de 24 braças de frente pela rua Dona Josefa, no morro chamado do Neves, no bairro de Matacavalos. Constituía uma desmembração da chácara do comendador Francisco Ferreira das Neves e pela qual esse titular abriu vários logradouros, entre os quais a rua Dona Josefa, em continuação à de Paula Matos. O terreno, em apreço, ficava entre a rua Dona Francisca – atual Fluminense —, à esquerda, e a rua Dona Maria – agora do Neves – à direita, e fazia, nessa última dita rua, uma outra frente de 12 braças. Em 1854, o terreno aparece aforado à Imperial Sociedade Amante da Instrução, em virtude da compra que fizera do mesmo ao comendador Neves, por três contos cento e oitenta e cinco mil réis. Ainda em 1854, em dias do mês de setembro, a dita Sociedade adquiriu um outro terreno de dez braças, na rua Dona Francisca, em seguimento ao que comprara na rua Dona Josefa.

Rua Dona Josefa – 1855/1857

Terreno de 3 braças de frente pela rua Dona Josefa, por 15 ditas de fundo, no antigo morro do Neves – depois Paula Matos O terreno pertenceu ao dr. Antônio José de Araújo, que o vendeu, com licença da Ilustríssima Câmara de 2 de outubro de 1855, a José Machado Leonardo, por quatrocentos e cinqüenta mil réis. Em 1857, foi comprado a Leonardo por Inácio Garcia Dantas.

Rua Dona Josefa – 1855/1857

Terreno de 12 braças de frente por 19 de fundo, desmembrado da antiga chácara do comendador Neves, por esse titular vendido, pela quantia de um conto e oitocentos mil réis, a Francisco de Assis Chagas, a quem foi o terreno aforado, a 30 de outubro de 1855. Logo depois desse aforamento, houve a transferência do imóvel para Antônio José de Macedo, visto que o adquirira de Chagas por compra e pela quantia de três contos de réis. Da anotação feita no livro competente da municipalidade, não consta sobre essa conferência a data em que ela se operou. Lamentavelmente, assim acontecem muitas outras. Antônio José de Macedo obteve o aforamento por despacho da Ilustríssima Câmara, de 12 de novembro de 1857, ao foro anual de mil e duzentos e oitenta réis.

Rua Dona Josefa – 1857

Terreno de 8 braças de frente pela rua Dona Josefa, correndo fundos pela rua Dona Francisca – atual Fluminense —, no morro de Paula Matos. Pertenceu a três menores de nomes Presciliana, Faustina e Maria. Por morte desses menores, aparece João Lourenço Aires, na qualidade de pai, pedindo a posse do terreno, o que obteve, em 1857. Mais tarde, Aires vendeu o terreno a Francisco José de Souza Bastos.

Rua Paula Matos – 1857

Terreno de 2.5 braças de frente pela rua Paula Matos, por 14 ditas de fundo. Situado entre o de João Lourenço Aires e o de José Leonardo Machado, nos fundos confinava com o terreno de Brasil Barbosa da Silva. Pertenceu ao dr. Antônio José de Araújo, a quem foi comprado por Herculano José do Amaral, que construiu no terreno prédio residencial, com frente de sobrado na rua Paula Matos e acabando térreo nos fundos, na rua do Paraíso. Em abril de 1857, Herculano vendeu esse prédio, por dois contos e quinhentos mil réis, a João Lopes Ribeiro Brasil.

Rua Paula Matos – 1858/1865

Terreno de 3 braças de frente pela rua Paula Matos, no trecho do prolongamento chamado, a princípio, rua Dona Josefa, e tendo de frente a fundos, na rua Paraíso, cerca de 15 braças. Pertenceu a José Leonardo Machado, por ele vendido, pela quantia de seiscentos mil réis, a Manoel Inácio Garcia Dantas, com Carta de Aforamento do terreno, em 23 de janeiro de 1858. Os herdeiros de Garcia Dantas venderam o terreno a Francisco José de Souza Bastos, que o transferiu, em março de 1865, a Manoel Diniz Colombo, também por venda.

Rua Paula Matos – 1869

Terreno de 5m de frente pela rua Paula Matos, por 33 ditos de fundos. Pertenceu a Januária Gaillard, que o vendeu por dois contos de réis a Antônio José da Silveira, com Carta de Aforamento, em 10 de junho de 1869. Ocupou esse terreno uma casa residencial, de nº 28B.

Rua Riachuelo – 1879/1880

Terreno de 10m de frente pela rua Riachuelo, antiga Matacavalos, por 63,50m de fundo, ocupado pelo prédio nº 126, propriedade de Carlos Ribeiro das Chagas, que o arrematou em praça do espólio de Militino José de Macedo, em 23 de julho de 1879. Ribeiro das Chagas pediu e obteve o aforamento do terreno, em 5 de novembro de 1880.

Rua do Senado – 1823/1837

Terreno de 3 braças de frente pela rua do Senado por 13 ditas de fundo, ocupado pela casa assobradada nº 11, propriedade de Maria Jacinta de Medeiros Cabral. Esse terreno baldio, por muitos anos, esteve sob a posse de João Antônio Gomes, até o ano de 1823, quando o dito posseiro decidiu-se a vendê-lo à precitada senhora Maria Jacinta de Medeiros Cabral, viúva de João Bernardo de Lima. A casa citada foi construída por Maria Jacinta, que era portuguesa, natural da ilha de São Miguel, e residia no Rio de Janeiro, onde fez fortuna e onde faleceu, poucos dias depois de fazer o seu testamento, que traz a data de 3 de maio de 1837. Deixou fortuna em bens móveis, imóveis e semoventes – escravos. A casa nº 11, da rua do Senado, na qual residia, legou a seu pai – André de Medeiros Cabral —, por ele logo vendida, em junho de 1837, a Joaquim Bernardino da Costa Aguiar, pela quantia de um conto e oitocentos mil réis. Joaquim Pereira de Lima, que desfrutou sempre grande estima da rica viúva, foi o contemplado com os principais legados.

Rua do Senado – 1840

Terreno de 48 palmos de frente, na rua do Senado, com uma casa residencial de nº 95, que pertencia metade aos irmãos Manoel Jacinto Sampaio e Angelo Barata Sampaio, e, a outra metade, a Isabel do Amor Divino, residente na casa. A referida senhora, com licença da Ilustríssima Câmara, de 2 de junho de 1840, comprou a parte dos irmãos Sampaio, ficando sendo a única proprietária da casa. O terreno em apreço, do senhorio direto da municipalidade e da *enfiteuse* dos Paes Leme, estava aforado ao casal do cirurgião-mor Antônio Manoel de Freitas e Helena Maria da Cruz, desde há muito. Esse

aforamento transferiu-se, em virtude de herança do referido casal, a Teresa Amélia de Oliveira Lobo, casada com Tomás Antônio de Araújo Lobo. Da parte que lhe coube, por morte de seu pai, o guarda-mor das Minas Gerais – Pedro Dias Paes Leme —, na chácara que ele possuía em Matacavalos, Maria Arcângela de Macedo Forjaz Paes Leme legou uma grande área ao dito casal do cirurgião-mor Antônio Manoel de Freitas. Por morte do cirurgião Freitas, o seu testamenteiro foi o seu genro e conhecido latoeiro, João Pinto de Miranda, por cabeça de sua mulher, Maria Luiza de Oliveira Miranda. Em 1811, Miranda aparece em juízo, dando plenos poderes a um indivíduo de nome Jorge Inácio para vender e ajustar qualquer negócio, que conviesse ao dito Inácio, com Antônio Alves da Silva Pinto, relativo às casas e mais benfeitorias feitas pelo mesmo Silva Pinto, nos terrenos dos herdeiros do cirurgião-mor Antônio Manoel de Freitas. Não conseguimos descobrir a causa pela qual Pinto de Miranda foi levado à outorga que deu a Jorge Inácio, sobre quem também nada conseguimos conhecer. É certo, porém, que a herança do cirurgião-mor Freitas motivou desavenças entre os herdeiros, dificultando a ação do inventariante. É certo, ainda, que Antônio Alves da Silva Pinto, usufruindo, como usufruía, vantagens das benfeitorias feitas em terrenos que trazia arrendados e em virtude de acordos fáceis com alguns dos herdeiros do cirurgião-mor, levantou questão e impôs condições, principalmente em relação aos prédios que ele, Silva Pinto, havia construído nos terrenos, prédios esses, em nº de quatro, ainda existentes em 1844, com os números 69 a 75, da rua do Senado, e vendidos por Silva Pinto ao conselheiro João Duarte Lisboa Serra. Nessa venda, Silva Pinto declarou-se sub-enfiteuta da municipalidade e arrdentário de Joaquina Carolina de Oliveira, a quem o conselheiro João Duarte comprou o domínio útil do terreno dos ditos prédios. Por morte do conselheiro João Duarte Lisboa Serra, a sua viúva – Inês Amália de Sampaio Lisboa Serra, vendeu os prédios 69 a 75 da rua do Senado, e mais três do lado par da mesma rua, nºs 78, 78A e 80, os quais, em 1872, já pertenciam a Antônio Teixeira Lopes, a quem a Ilustríssima Câmara, por despacho de 9 de junho de 1872, concedeu não só o aforamento do terreno dos três prédios e, também, o de um terreno correspondente à metade de uma antiga vala já sem serventia, mas existindo ainda aberta pelos fundos das casas do lado par da rua do Senado, desde a rua do Riachuelo até a dos Inválidos, onde terminava na vala mestra, com uma extensão de cerca de 100m e largura de 6m60.

Os velhos e curiosos mapas da cidade assinalam valas mestras com a largura acima de 4 braças – 8m80 – e profundidde de 1,5 braças – 3m 50. A grande vala do Mangue tinha 60 palmos – 12m de largura, e uma profundidade que permitia a fácil e rápida navegação de barcos e balsas bem carregados. Essas embarcações traziam, do vasto e próspero recôncavo do Rio de Janeiro, os produtos da lavoura e os da indústria cerâmica para abastecer a cidade. Vinham descarregar na caldeira do Mangue, no Rossio Pequeno – depois praça Onze de Junho, e isso quase diariamente, fazendo do lugar um ponto movimentado da velha Sebastianópolis.

Voltemos a falar de Joaquina Carolina de Oliveira, neta do casal Antônio Manoel de Freitas e Helena Maria da Cruz e que, por morte dos seus avós, ficou possuidora de vastos terrenos da antiga chácara do Guarda-mor. Do seu avô, já falecido em 1811, herdou 100 braças no prolongamento da rua do Senado, prolongamento esse começado em 1807, com o corte que se fez da grande aba, piçarra e argilosa, do morro de Pedro Dias – depois do Senado. Da terça da sua avó, herdou Carolina de Oliveira, além dos bens, prédios à rua Matacavalos, um terreno de 80 braças de frente pela rua do Espírito Santo, contados da vala do esgoto, junto à ponta, e com fundos no morro dos Frades – atual Santo Antônio. A ponte era sobre a vala, próxima à embocadura da rua do Senado e em direção oblíqua. Das ditas 80 braças, na rua do Espírito Santo, foram desmembradas 13 braças, vendidas por novecentos e dez mil réis, em 1845, a Carlos Miguel Fontaine, que construiu um bom prédio de loja e sobrado. Dos terrenos legados ao cirurgião-mor, Antônio Manoel de Freitas, por Maria Arcângela de Macedo Forjaz Paes Leme, cerca de 24 braças foram beneficiadas com a construção de uma boa casa residencial, com chácara, propriedade e residência do dito cirurgião. Essa importante propriedade, conhecida por chácara da Boa Vista, em morrendo o seu proprietário, passou a pertencer ao genro do mesmo – o rico latoeiro João Pinto de Miranda —, contra o qual foi movida penhora executiva, por Francisco João da Costa Xavier e sua mulher Paula Gertrudes de Aragão da Costa Xavier, residentes em Paris, representados no Rio de Janeiro pelo procurador bastante João Maria Colaço de Magalhães – mais tarde visconde de Condeixa. Em 1845, a Boa Vista foi comprada, pelo conselheiro Luiz Antônio de Carvalho Castro, ao conselheiro João Duarte Lisboa Serra, que a possuíra, também, por compra ao casal Guilherme Platt e Feliciana de Azevedo Platt, pela quantia de dez contos de réis. Nessas compras e vendas da chácara da

Boa Vista, a transmissão do domínio útil do chão – terreno – da casa e chácara foi sempre questionada pelo visconde de Condeixa, que considerava esse intransferível e excluído das vendas que se fizeram num período de dez anos – 1835/1845. Afinal, em sessão de 6 de março de 1846, a Ilustríssima Câmara deliberou manter aquele titular na posse foreira do terreno e da chácara denominada Boa Vista, sita à rua do Senado, 61, ficando o dito manutenido reconhecido como enfiteuta da mesma Ilustríssima Câmara, desde o ano de 1835, por ter sido, nesse ano, efetivada a execução a João Pinto de Miranda, pela carta adjucatória de 19 de outubro. Em 1846, a Boa Vista confinava, à esquerda, com outra importante chácara, propriedade e residência dos condes de Valença.

Outro grande proprietário à rua do Senado, nessa época, primeira metade do século XIX, o Século das Luzes*, foi Domingo José de Moura, influente na política e sempre à frente dos movimentos em prol do bairro de Matacavalos. Entre os prédios que possuiu está o de nº 105, da rua do Senado, que arrematou, em praça judicial, na penhora que fizera a Ricardo Gomes Ferreira dos Reis. Do terreno desse prédio, Moura pediu e obteve o aforamento por carta, de 30 de janeiro de 1844. Junto ao prédio 105, ficava uma casa assobradada, propriedade e residência do célebre e destemido Catumbi – Manoel José da Mota —, homem endinheirado, popularíssimo e que se fazia valer nos colégios eleitorais do bairro do Catumbi, onde, como dizia, crescera e se fizera. Deixou bens e dos quais fez herdeiro a José Antônio Machado.

A Domingos José de Moura e à sua mulher, Francisca Rosa de Moura, pertenceram as boas casas nºs 111 e 113 da rua do Senado, tendo a 113, que servia de residência ao citado casal, uma cuidada chácara. Essas duas casas foram arrematadas ao espólio do casal Moura, em 1848, pelo desembargador João Antônio de Miranda, que passou a residir na de nº 113. Já em 1863, a casa 113 pertencia a José Maria Pinto Guerra. Também ocupando terrenos da antiga chácara do Guarda-mor e na qualidade de sub-enfiteutas da municipalidade do Rio de Janeiro encontramos José Martins Leitão, Inês Maria de Oliveira, Domingos de Barros Catalão, Joaquim Luiz Soares e a família Costa Sampaio, de grande destaque social. Todos esses terrenos tinham frente à rua do Senado, sendo que no arrendado a Martins Leitão ficava a casa residencial nº 12, que fazia parede, pelo lado esquerdo, às catacumbas da igreja de Santo Antônio dos Pobres, catacumbas ainda existentes, em 1846. A família Costa Sampaio, em 1871, representada pelo primeiro tenente da Armada, Joaquim Augusto da Costa Sampaio, adquiriu, por seis contos de réis, o domínio útil do terreno de que estava de posse. A aquisição foi feita, com audiência da Ilustríssima Câmara, a Maria Olésia Pinheiro Paes Leme, que era a enfiteuta do terreno, cuja frente era de 100 braças na antiga passagem da barreira dos Frades, por onde se cordeou a rua do Senado. Bem mais tarde —, foi o terreno dividido em duas porções, em virtude da abertura da rua Formosa – atual General Caldwell, mas continuou a constituir uma só *enfileuse*, sob as mesmas obrigações do aforamento original, feito a 22 de fevereiro de 1749

Pantanal do Pedro Dias

No seu curto governo (1763/1767) o vice-rei conde da Cunha, procurando dar comodidade aos moradores da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, concertou, de harmonia com o Senado da Câmara, um plano de novos logradouros, que favorecesse à viação e ao saneamento da metrópole do Brasil.

Com a execução desse plano, fez-se o enxugamento do pantanal de Pedro Dias, que, até essa época, cobrira uma extensa porção do vale da cidade, entre as terras elevadas de Santa Teresa e a estrada que, partindo da cidade, ia para o engenho dos padres da Companhia – jesuítas. Essa estrada corresponde, mais ou menos, na sua direção, à atual face da praça Tiradentes, em seguimento à rua da Carioca e mais as ruas Visconde do Rio Branco, Frei Caneca e Haddock Lobo, até o antigo largo da Segunda Feira, onde ficava uma das entradas do grande e famoso engenho dos jesuítas, no qual tudo se obrava em benefício de todos – como rezam documentos fidedignos da época. Essa entrada era fechada por grossa porteira, a poucos passos da qual ficava uma ponte sobre um córrego de águas limpas e que mereciam cuidados de conservação por parte dos padres, como deixam provadas as descrições e outras notícias dos volumosos Autos dos Arrolamentos dos Bens que deixaram os jesuítas no Rio de Janeiro.

* Ver “Notas Históricas”. (N.E.)

Uma das três derivações do braço do mar – ou braço do salgado – no saco de São Diogo, comunicando-se com a lagoa do Capueruçu, ia em direção ao dito pantanal, de onde continuava até o local em que se abriu, mais tarde, uma via pública e que se chamou de rua de São Lourenço, hoje Inválidos. As águas que se escoavam dos morros de Santa Teresa e Santo Antônio vinham alimentar com abundância essa derivação, a qual, bem depois, no século XVIII, veio a ser aproveitada em vala mestra. Do pantanal e por essa vazão, formava-se a funda bacia do campo da cidade, na área hoje compreendida pela praça Tiradentes, rua Visconde do Rio Branco, praça da República e ruas Buenos Aires e Gonçalves Ledo. Nessa região paludosa que, ligeiramente, esboçamos, abriu-se, pouco e pouco, a rua do Senado, cujo prolongamento até a rua do Riachuelo só foi completado depois de 1848.

Em 12 de abril de 1807, encontramos curiosa reclamação dos moradores e proprietários da rua de São Lourenço – atual dos Inválidos – e suas travessas, sobre providências que melhorassem esses logradouros – cobertos de água, formando lagos impuros nocivos à saúde e ao trânsito, que era feito com muita dificuldade, por pedras e tábuas. No plano então estudado para os melhoramentos reclamados, figuram o arrasamento do morro de Pedro Dias – depois chamado do Senado – situado ao fim da travessa que partia da barreira dos Frades ou do Resende – mais tarde rua do Senado. Nada se fez, porém. Em 1835, o Governo do Império autorizou o arrasamento, que se iniciou, mas logo paralisado. Um

Augusto Malta, 1915 – Rua Haddock Lobo. Pode-se observar, nesse logradouro, a convivência entre duas formas de habitar a cidade; a casa térrea de frente de rua, resquício da arquitetura colonial, e a residência com porão e quintal lateral, mais moderna e abastada..

memorial, datado de 3 de maio de 1841, firmado por João Francisco Madureira Pará, chama a atenção do governo para derrubada do morro, propondo-se Madureira a fazer, por sessenta contos de réis. Não foi aceita a proposta. Em 1844, estava terminado o corte de mais uma aba do morro e entregue à servidão pública mais um trecho da precitada travessa, que passou a terminar onde corre, nos nossos dias, a rua Barão do Rio Branco – antiga travessa do Senado. Nesse prolongamento, foi cogitado levantar-se um edifício apropriado à Ópera Nacional e chegou-se a fazer a desapropriação dos prédios 38 a 44, que estavam em poder do Ministério da Agricultura e assim continuavam em 1872. Na casa nº 88, da antiga rua do Senado, residiu, por muitos anos, a conceituada madame Meunier – Maria Vitória Meunier –, parteira de dona Teresa Cristina, esposa do imperador Dom Pedro II, e terceira imperatriz do Brasil – cognominada a mãe dos brasileiros. A dita casa 88 era de sobrado.

Rua do Resende – 1810/1867

Terreno de 36 braças pela rua do Resende, por 92 ditas de fundo, alcançando a rua Matacavalos. Aparece esse terreno aforado, em 1810, a Manoel Gonçalves do Vale, possuidor de muitos outros terrenos na rua do Resende, todos beneficiados com casas e chácaras. O terreno de 36 braças, a que aludimos, foi ocupado por duas chácaras com boas casas residenciais. Uma ocupava do terreno de 12 braças de frente por 92 ditas de fundos e teve o nº 26 da rua. Essas duas chácaras foram vendidas, em 1842, pela viúva do dito Gonçalves do Vale, Maria Teodora do Vale, a Bernardo Joaquim de Faria, também proprietário das casas 28 e 30, que ficavam junto e depois da chácara nº 26, propriedade que adquiriu em 1842, comprando as casas a José Gonçalves Brandão, Manoel Alves Brandão e Carolina Rodrigues Nunes, netos e herdeiros de Manoel Gonçalves do Vale. Por morte de Bernardo Joaquim de Faria, a casa e chácara nº 26, da rua do Resende, passaram a seu filho Bernardo Joaquim de Faria Junior e as casas, 28 e 30, à sua filha Alexandrina Pinto de Faria Mendes, casada com Jacinto Joaquim Mendes. Em 1867, as casas 28 e 30 já pertenciam a Joaquim Antônio Carneiro Saldanha, por compra que fizera à dita Alexandrina Pinto de Faria Mendes. Manoel Gonçalves do Vale foi proprietário de mais uma casa à rua do Resende, a de nº 34, e também de um extenso terreno, à direita e em seguimento à casa, terreno bastante beneficiado com plantações. Casa e terreno, por morte de Vale, passaram a seu filho Manoel Gonçalves do Vale Junior. Em junho de 1845, Vale Junior vendeu os imóveis a Graciano Leopoldino dos Santos Pereira, o qual, no mesmo ano, em novembro, os transferiu por venda ao dr. Augusto Teixeira de Freitas. Afinal, em 1847, o dr. Teixeira de Freitas[62] e a sua mulher Matilde Teixeira de Freitas, por escritura de 5 de outubro, em notas do tabelião João Gomes Guerra de Aguiar, venderam, por onze contos de réis, a casa e a chácara nº 34 e o terreno contíguo ao negociante Jacinto Joaquim Mendes, marido de Alexandrina Pinto de Faria Mendes, a qual, enviuvando, requereu a transferência, para o seu nome, de todos os títulos de aforamentos de terrenos em nome do seu finado marido. Por despacho de 21 de outubro de 1856, a Ilustríssima Câmara concedeu a transferência. Por ocasião desse novo registro de títulos de aforamentos, além da casa nº 34, transformada em sobrado, existiam mais duas de nºs 34A e 34B, no terreno contíguo à 34 e que, também, eram de sobrado.

Rua do Resende – 1812/1825

Terreno de 4 braças de frente pela rua do Resende, na parte da antiga chácara do Guarda-mor, que pertenceu a Beralda Vitória da Horta Forjaz Pereira e vendido pela dita senhora, em 1812, a José Machado Souto. Pela escritura de 3 de novembro de 1825, do tabelião Pires Garcia, verifica-se ter Manoel Joaquim Esteves comprado, por quatrocentos mil réis, a Maria Joana, viúva de José Machado Souto, um terreno de 4 braças de frente pela rua do Resende, onde tinha uma cobertura de telhas, construída pelo marido da vendedora, mas já bem arruinada. O terreno é o mesmo adquirido por Machado Souto, em 1812.

Rua do Resende – 1844/1859

Terreno de 21 braças de frente pela rua do Resende, correndo fundos pela do Lavradio. Esse terreno pertenceu a Manoel José de Almeida Rego e, por sua morte, passou a seu filho, dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego. O terreno foi dividido em porções diferentes pelo dr. Marcos de Almeida Rego, que as vendeu logo. Vicente Joaquim Moreira comprou uma porção de 5 braças, na qual construiu um prédio residencial que recebeu o nº 10. José Pedro da Mota Sayão adquiriu a porção de 3 braças e também edificou casa residencial. Bento Joaquim Tavares ficou com 4 braças, construindo duas casas térreas, que receberam os nºs 10B e 10b e foram por ele, Tavares, vendidas ao dr. Bento José Martins, por nove contos de réis, em 1849. Jesuína Rosa de Pinheiro Ribeiro adquiriu 6 braças, vendendo, logo, 3, a José Pedro da Mota Sayão. As 3 braças restantes, que ficaram entre a porção de Bento Joaquim Tavares, à direita, e a de Vicente Joaquim Moreira, à esquerda, o dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego as vendeu ao comendador José Ferreira Campos, que edificou uma casa residencial nº 10A, conservada, ainda, em 1855, quando foi vendida a José Ferreira Cabral, pelo comendador Ferreira Campos. O terreno em apreço, sendo foreiro à Ilustríssima Câmara, os seus adquirentes ficaram obrigados ao foro – obrigação que a maioria não cumpriu. Somente Vicente Joaquim Moreira – mesmo assim quinze anos depois,— aparece, em 1859, regularizando a sua situação.

Rua do Resende – 1846/1872

Terreno de 6 braças de frente, com dois prédios de nº 59 e 61, construídos em 1846, propriedade do cônego José Antônio da Silva Chaves, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno que o referido cônego herdara do seu pai e mais os prédios 53, 55 e 57, na mesma rua do Resende. O pai do cônego Chaves, Antônio José da Silva Chaves, era bem rico e dono de muitas prédios, possuindo na rua do Resende mais os prédios 63, 65, 67 e 69, que ficaram pertencendo aos seus outros filhos: Severiano José da Silva Chaves, Antônio Ernesto da Silva Chaves e Maria Alexandrina da Silva Chaves. O prédio 65 passou a ter, em 1872, o nº 91, sendo propriedade de Luiz Pinto de Miranda Montenegro, que o comprara a José Antônio Alves da Rocha, por onze contos de réis.

Rua do Resende – 1846

Terreno de 26 braças de frente, na rua do Resende, correndo fundos até o morro do Senado. Ocupava o terreno uma cuidada chácara com boa casa residencial nº 36, propriedade de Ezequiel José da Silva Passos. Em 1846, ao espólio desse proprietário foram arrematadas, casa e chácara, pela quantia de 14:450$000, por João José da Rocha, a quem a Ilustríssima Câmara concedeu o aforamento do terreno. A casa e a chácara nº 36, da rua do Resende confinavam, à direita, com João Ricardo Fajardo Perdigão e, à esquerda, com José Fernandes de Oliveira.

Rua do Resende – 1846/1848

Terreno de 6 braças de frente, pela rua do Resende, vendido por Francisca das Chagas Petronilha ao inglês Jorge Naylor, que deixou descendência ilustre no Rio de Janeiro. Naylor construiu boa casa com chácara nº 23, onde fixou residência. Por morte de Jorge Naylor, passaram casa e chácara, da rua do Resende 23, a Harriel Hannoch Naylor, filho do finado e residente na Inglaterra. Em 1846, Carlos Campbell comprou a propriedade, que vendeu, em 1848, por doze contos de réis, a João Todd Naylor.

Rua do Resende – 1846/1860

Terreno de 12 braças de frente, ocupado pela casa com chácara nº 24, da rua do Resende, propriedade e residência de José Ferreira Leal, a quem foram compradas, casa e chácara, pelo francês Louis Bernard, por nove contos de réis. Em 1846, em se retirando para a França, Bernard vendeu a casa e chácara referidas, por doze contos de réis, em 28 de fevereiro do dito ano de 1846, a Charles Schueler & Cia. fabricantes de rapé no Rio de Janeiro. Em sendo extinta essa firma, a um dos seus componentes, o dr. Napoleon Meuron, ficou pertencendo a valiosa propriedade, que lhe serviu de residência. Com o falecimento do dr. Meuron, foi a leilão, efetuado a 31 de março de 1859, pelo leiloeiro Frederico Guimerme e arrematada por José Pereira Soares, pela quantia de vinte e seis contos de réis. Essa arrematação foi verificada e aceita pela Ilustríssima Câmara, por despacho de 6 de abril de 1859, na qualidade de senhorio direto do terreno, que foi aforado ao arrematante José Pereira Soares, em 3 de abril de 1860.

Rua do Resende – 1861

Terreno de 8 braças e 6 palmos de frente, pela rua do Resende, e ocupado pelas casas de números 83, 85, 87, 89 e 91, propriedade do major Manoel Pereira dos Santos Lara, a quem o terreno estava aforado por carta de 20 de julho de 1861. Por ocasião do aforamento ao major Lara, o terreno confinava, à direita, com José Antônio Guerreiro Lima e, à esquerda, com o barão de Mauá. Em 1864, o major Lara pediu e obteve da Ilustríssima Câmara, à vista de precedentes, a concessão do domínio útil do terreno, ocupado por uma antiga vala pública de esgotos da cidade e que passava nos fundos dos precitados prédios.

À medida que deixavam de ter serventia, as antigas valas de esgotos da cidade eram entregues pela Ilustríssima Câmara, desde que as pedissem, aos foreiros dos terrenos cortados pelas mesmas valas. Não se dava entrega, quando o interesse público ou questões com terceiros a obstruíssem. No segundo caso, a Ilustríssima Câmara aguardava a decisão judicial, para então deliberar. Essas questões, cujos questionadores eram quase sempre pessoas endinheiradas ou de influência política, constituíram em juízo curiosas demandas, as quais caracterizavam bem o espírito político-social da época.

Rua do Resende

O caminho para os Arcos vindo [do] alto de Matacavalos pelas terras do Guarda-mor não é senão a rua do Resende, cujo cordeamento regular se operou em 1789, como se tem segura confirmação nos Autos de Vistorias de Terras, no sítio de Matacavalos, no Ano da Graça de N.S. Jesus Cristo – Arquivo Municipal. De extremo a extremo, costeando a chácara do Guarda-mor, os lados dessa via pública formavam de terras tiradas à dita chácara e, por conseguinte, foreiros à municipalidade, em mil duzentos e oitenta réis anuais.

Roças de arroz e hortas cobriam, ainda, em 1789, as margens do antigo e citado caminho e desapareceram para o cordeamento da rua. As desapropriações que se fizeram desses arrozais e hortas motivaram demandas com o Senado da Câmara. Dos proprietários que se levantaram contra as desapropriações destaca-se Manoel José de Araújo, pela atitude que tomou indo aos tribunais. A sua roça de arroz foi avaliada em vinte mil réis. Em juízo, os embargos apostos por Araújo à sentença que confirmou a dita avaliação foram bem discutidos e, afinal, tidos por improcedentes.

Finaliza o capítulo XV, “Bairro de Matacavalos”, a narrativa que se segue, relativa à chácara do Desterro e a da Alagoinha.

Chácara do Desterro

Já em 1740, aparecem referências à chácara do Desterro, depois conhecida por chácara do Castro. A sua frente, bem extensa, corria pelo caminho do Desterro ou dos Canos da Carioca, e os seus fundos chegavam às vertentes da pedreira grande da Glória. Era toda fechada por cerca viva e pertencia a Catarina Mascarenhas, que residia na chácara em boa casa, rodeada de plantações e de muita mata. Em morrendo Catarina Mascarenhas, a chácara passou ao padre Miguel Barbosa Mascarenhas e a Sebastiana Mascarenhas, filhos da referida Catarina Mascarenhas. Por morte de seu irmão, Sebastiana vendeu a chácara a Antônio Pereira da Costa, pela quantia de seiscentos mil réis. Esse novo dono da chácara, cumprindo a lei, denunciou a sua posse ao Senado da Câmara, reconhecendo-lhe os direitos senhoriais. Assim, considerado foreiro do Senado da Câmara, obteve o aforamento de todo o chão da sua casa e chácara, pela carta de 8 de abril de 1769, e, nessa ocasião, fixaram-se os limites da mesma chácara: pela frente, a estrada dos Canos da Carioca; pelos fundos, a pedreira grande da Glória; do lado direito os terrenos de Jerônimo Guimarães, e, do lado esquerdo, os do capitão José Pereira da Silva. Por escritura pública de 18 de setembro de 1779, a chácara foi vendida a João Caetano de Araújo, a quem veio a ser comprado por Francisco da Rosa Medeiros e sua mulher Catarina Maria Medeiros, escritura de 23 de agosto de 1783, do tabelião Pires Garcia. No dia 17 de janeiro de 1827, o padre José Francisco da Rosa, Maria do Amor Divino, casada com José Maria de Azevedo, e Clara Maria da Rosa, casada com Manoel Ferreira Carvalho, filhos e genros do casal Medeiros, venderam a chácara do Desterrro a João Joaquim Marques de Castro e a Antônio José Pereira de Almeida, os quais adquiriram porções iguais, por oito contos de réis. Os ditos compradores pediram e obtiveram da Ilustríssima Câmara o aforamento de todo o terreno da chácara, por despacho de 19 de abril de 1828. No título do aforamento precitado, consta ser a entrada pela rua Matacavalos, defronte às religiosas de Santa Teresa, entre a chácara de Cláudio José Pereira da Silva, à esquerda, e a de Luiz Botelho Correa de Mesquita, à direita, e fundos na pedreira da Glória. Em comprando, a 9 de julho de 1828, por três contos de réis, a porção de Pereira de Almeida, Marques de Castro ficou sendo o único dono da chácara, a qual desde então conhecida por chácara do Castro. Nesse mesmo ano de 1828, começou o retalhamento da chácara, vendidos os lotes por alto preço, por se tratar de um lugar saudável e pitoresco, de futuro próximo um dos mais ricos e habitados dos arredores da cidade. Por morte do velho João Joaquim Marques de Castro, os seus filhos, Joaquim e Vicente Marques Dias de Castro, e o seu genro Inocêncio Gomes do Amaral venderam a chácara, em março de 1856, a Joaquim de Fonseca Guimarães & Cia. comandita formada para operar transações de venda de terrenos e abertura de logradouros públicos, na extensa área do morro de Santa Teresa, que havia sido ocupada pela chácara do Castro.

Na venda efetuada em 1856, acima referida, foram incluídas as desmembrações anteriormente feitas e quase todas já com edificações. Também incluída foi a casa nobre, que havia sido residência da família Castro.

Fonseca Guimarães & Cia. completaram a desmembração da velha chácara, da qual restou a casa residencial, com terreno arborizado ao redor, uma cocheira e um barracão, que foram vendidos em agosto de 1871, por trinta contos de réis, a Bernardo Martins de Almeida. Esse novo proprietário restaurou e embelezou a velha mansão dos Castros. Nas terras da chácara do Castro foram abertas as principais vias públicas do morro de Santa Teresa.

Chácara da Alagoinha

Situada adiante da lagoa da Sentinela e mística com as terras livres do Engenho Pequeno. Era foreira à Câmara em sete mil réis anuais, tinha de frente 70 braças ao longo da estrada pública, que ia para o Rio Comprido, diante da lagoa da Sentinela, por 200 ditas de fundo, a topar com as terras alodiais do Engenho Pequeno, que pertenceu ao capitão Luis Machado Homem, no outeiro da Alagoinha. Essas terras alodiais foram incorporadas à chácara da Alagoinha, sobre as quais se encontram claras referências em documentos relativos às questões que, no começo do século XVIII, a cada passo, se suscitavam a respeito de terras foreiras à Câmara. O mais remoto possuidor conhecido da chácara da

Alagoinha é Bárbara de Madureira, dona viúva e de haveres, moradora no outeiro da Alagoinha – que é, atualmente, o morro de Paula Matos. A chácara foi comprada, à referida senhora, por Domingos Ferreira Vilamar, o qual teve por sucessor o seu genro – sargento-mor Antônio Figueiroa – e esse militar vendeu a chácara a Aleixo dos Santos Alves, oleiro rico e dono de terras além do rio Iguaçu e no Recôncavo da cidade. O rio Iguaçu aludido é o rio Comprido e não o pequeno Catumbi – como fizeram crer os jesuítas, sofismadamente, procurando ganhar terras férteis à sua sesmaria, cujo limite era o rio Comprido, antigo Iguaçu e primitivamente – Iububuracica, na foz do qual teve o seu primeiro aldeamento o famoso índio Araribóia, fundador de Niterói.

É certo que herdeiros de Aleixo Alves, ausentes do Rio de Janeiro, onde tinham por procurador Bernardo Gomes da Costa, venderam a chácara da Alagoinha a um indivíduo de nome Sebastião Ferreira da Rosa, representado também por um procurador – o cônego Francisco Moreira da Costa. Ferreira da Rosa pediu e obteve do Senado da Câmara o aforamento, por três vidas, das terras da chácara, em vereança de 8 de novembro de 1788. O título desse aforamento registrou-se no livro 5 do cartório do mesmo Senado, às fls. 29v e 30. Místicas com as terras do Engenho Pequeno, que eram livres, a elas se reuniram as terras da Alagoinha, na forma do disposto pela escritura da venda feita por Domingos Ferreira Vilamar ao capitão Antônio Figueiroa. Essas terras, alodiais e foreiras, ficaram constituindo duas chácaras dentro das suas confrontações, confrontações que as situavam entre as terras que foram do capitão Jerônimo Fernandes Guimarães e a estrada que ia para o rio Comprido, confinando nos fundos com a chácara de Vicente de Araújo – escritura de 25 de janeiro de 1766, do notário Vicente de Andrade. Por morte de Sebastião Ferreira da Rosa, os seus herdeiros venderam toda a chácara a Antônio de Melo e Oliveira, o qual pediu, e obteve, do Senado da Câmara, o aforamento da parte foreira da chácara.* Em junho de 1844, já se discutia, na Ilustríssima Câmara, a respeito das terras da Alagoinha, querelando, então, a municipalidade com Francisco de Paula Matos, a quem as ditas terras tinham sido adjudicadas. E foi nessa ocasião, a defender os seus interesses, que Francisco de Paula Matos mostrou à Ilustríssima Câmara o precitado título de aforamento e mais outros valiosos documentos – hoje em poder de herdeiros do mesmo Paula Matos.

De Antônio Mello e Oliveira passou a chácara a Manoel Caetano Muniz, considerado posseiro intruso, pois que se recusou sempre a reconhecer o senhorio da Ilustríssima Câmara. Muniz desmembrou a chácara, dotando-a de benfeitorias pela frente da rua Nova do Conde, agora Frei Caneca, por onde fez a entrada nobre da chácara e que recebeu o nº 125. Em morrendo Caetano Muniz, a sua viúva, Antônia Maria da Encarnação, herdou a chácara nº 125, da rua Nova do Conde, onde residia. Herdou, também, prédios na dita rua e na Matacavalos, avaliando-se em sessenta contos de réis todos os imóveis herdados pela referida senhora – que era sogra de Francisco de Paula Matos. Antônia Maria veio a casar-se com Leonardo José dos Reis, e, enviuvando outra vez, foi obrigada a um segundo inventário dos seus bens, que estavam, então, adjudicados ao seu genro Francisco de Paula Matos, por sentença judicial, como geral credor do segundo casal de sua sogra. Entre os bens imóveis que se adjudicaram a Paula Matos figuram a grande chácara à rua Nova do Conde, nº 125, e na mesma rua, os bons prédios nºs 123 e 127 a 153, e, na rua Matacavalos, os prédios 69 a 73 e o 79, incluídos os respectivos terrenos. Em face da adjudicação, Francisco de Paula Matos apareceu na Ilustríssima Câmara, em 11 de junho de 1844, e, declarando-se proprietário da antiga chácara, pediu lhe fosse aforado o terreno da parte da mesma chácara reconhecida foreira à municipalidade. Discutiu-se bastante o pedido, entregue a demorado e minucioso estudo. Afinal, em sessão de 21 de janeiro de 1845, deliberou a Ilustríssima Câmara deferir o pedido, obtendo Paula Matos o aforamento do terreno da parte foreira da chácara, ao foro anual de três mil réis, incluídas as benfeitorias, entre as quais as cinco pequenas casas da rua Matacavalos, 71 a 79, mantidos os antigos limites e dimensões da chácara da Alagoinha, na parte dita foreira: à esquerda, as terras livres do antigo Engenho Pequeno; à direita Matacavalos; ao fundo, terreno de José Ferreira dos Santos e, pela frente, a rua Nova do Conde, numa extensão de 70 braças. Ainda, na concessão desse aforamento, ficou ressalvado à municipalidade o direito de, em qualquer tempo, reivindicar as terras ditas livres da mesma chácara, se, porventura, fosse verificado serem as mesmas terras foreiras. Entretanto, até os nossos dias, a verificação não se fez. Durante seis anos Paula Matos, mansa e pacificamente, desfrutou a posse das terras do antigo outeiro da Alagoinha, loteando-as, vendendo-as, cortando o outeiro de vias e, de tudo aquilo que fez, tirou, é certo, boas vantagens pecuniárias, mas deu,

* O título desse aforamento foi registrado no livro 6, fls. 1, do Senado, segundo a apostila feita no mesmo título, em 25 de setembro de 1802. É peça documentária bem interessante e que nos foi dada a examinar. (N.A.)

indiscutivelmente, vida e progresso à pitoresca colina que, por fim, recebeu o nome de Paula Matos.

De 1845 a 1849, Francisco de Paula Matos desmembrou todas as suas terras, foreiras e alodiais, e deu-lhes uma frente de 50 braças por Catumbi, a partir de onde terminavam as 70 braças da testada das terras foreiras e 70 braças que se contavam da rua Matacavalos. Abriu os seguintes logradouros: ruas Paula Matos – parte – Paraíso, São Sebastião – atual José de Alencar – ladeira do Senado e praça Dona Antônia. Esses logradouros foram aceitos e reconhecidos pela Ilustríssima Câmara, em 14 de agosto de 1849, de acordo com o parecer do ilustre vereador dr. Francisco Torres Homem, o qual, nas suas considerações, salientou as vantagens dessas novas vias públicas e o serviço assim prestado à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Francisco de Paula Matos, abrindo os ditos logradouros e, gratuitamente, cedendo mais de duas mil braças quadradas de terrenos para essa abertura estimadas, pelos avaliadores municipais, em vinte contos e trezentos e quinze mil réis.

Em 1852, começaram os primeiros rumores contra Francisco de Paula Matos, já político influente, gozando de grande prestígio em todas as classes sociais, pela finura de seu trato, pelo seu dinamismo, pela sua liberalidade e pelo seu dinheiro. A campanha fez-se forte e escandalosa, com artigos injuriosos pela imprensa. Foram políticos seus contrários que a movimentaram. Paula Matos foi acusado de espoliador de terrenos pertencentes ao município e dos quais se apossara, ilaqueando a boa fé de todos, para locupletar-se com os rendimentos de foros e laudêmios, que cobrava segundo entendia, lesando os cofres municipais. Pressurosamente, Paula Matos ofereceu, a juízo da Ilustríssima Câmara, um arrazoado, no qual não oculta as suas faltas e procura, habilmente, atenuá-las, quando diz “que aguardara os cobradores municipais e porque não se apresentassem, sentiu-se com o direito de fazer alienações e praticar outros atos que, sem ser versado em leis, os julgava regulares”. A Ilustríssima Câmara, levando em consideração a valiosa ajuda muita vez prestada por Paula Matos ao progresso da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, aceitou as razões de ordem econômica por ele invocadas. No ano de 1853, tomando assento na Assembléia Municipal como vereador, Paula Matos logo pediu e conseguiu dos seus pares fosse aprovada pela Ilustríssima Câmara uma nova medição e demarcação das terras que possuía, a fim de serem discriminadas as que fossem da sua plena propriedade e as que pertencessem ao senhorio direto da municipalidade. Imediatas foram as providências para que se procedessem na forma do pedido. Porém, em ofício de 9 de setembro de 1853, o engenheiro Miguel da Cunha Galvão, diretor de Obras Municipais, deu a conhecer à Ilustríssima Câmara as dificuldades surgidas para atender-se com segurança o pedido de Paula Matos, com o qual, lembrou o engenheiro Galvão, deveria fazer-ser um acordo, tomando para divisas as ruas, de maneira que uma frente delas ficasse pertencendo a Paula Matos e a outra à Ilustríssima Câmara. Nada se decidiu em definitivo.

Paula Matos foi sempre o homem de expedientes, homem que não olhava os meios para chegar aos fins e daí a atitude que tomou, após os fatos de 1852, para livrar-se de um novo golpe dos seus inimigos, cuja sanha, dizia ele, é mister se amansar. Em 1854, novas e mais fortes acusações a Paula Matos – o usurpador de terras. Nessa ocasião, mais agravada a situação, porque a maioria dos que bradavam era de pobre gente, atraindo, naturalmente, a simpatia do grande público. Paula Matos conheceu bem o perigo que o ameaçava, mas, revidando os golpes que lhe vibravam, não se mostrou intimidado e, mais uma vez, conseguiu acomodar a situação, com o que deliberou a Ilustríssima Câmara, em 16 de maio de 1856, mandando considerar a rua Paula Matos, até a sua interseção com a Nova do Conde, como sendo a linha divisória entre as terras foreiras e as terras livres. Em junho de 1856, expediu-se novo título de aforamento a Paula Matos, demarcando-se, então, 140 braças de testada pela rua Matacavalos, correndo ao longo das casas do lado par, desde a esquina da dita rua Matacavalos com a Nova do Conde, até a divisa do comendador Ferreira dos Santos, pela rua Nova do Conde a porção compreendida entre a citada esquina e o prolongamento da rua Paula Matos, até encontrar a Nova do Conde; pelo morro de Paula Matos, a rua do mesmo nome, a qual ficou sendo a linha de fecho do aforamento ou fundos das terras foreiras à municipalidade e, finalmente, pelo quarto lado, a divisa do comendador José Ferreira dos Santos.

Secular é a pendenga sobre os terrenos do morro de Paula Matos que margeam a rua do Catumbi e a Frei Caneca, desde a fonte do Lagarto até o alto da montanha, nas quedas do Papa-couves. Os posseiros desses terrenos sempre se arrogam o direito de se eximirem do pagamento de foro à municipalidade. Esse direito, porém, se nos afigura duvidoso, porque dos autos de aforamentos praticados pela Câmara, por todo o século XVIII, têm-se provas bastantes de que o município sempre

exerceu, em toda a sua plenitude, direitos senhoriais sobre toda a região banhada pelo rio Comprido, desde a nascente até a foz e que compreende todas as terras do Catumbi Pequeno, incluídos os morros de Paula Matos e Santos Rodrigues; todas as terras do Catumbi Grande – Itapiru – até o alto da serra, na Cova da Onça, e todas as terras marginais às atuais ruas São Cristovão, Estácio de Sá e Frei Caneca. Assim sendo, não se compreende, senão por demasiada condescendência com os jesuítas, que a medição da sesmaria municipal, em 1754, tenha recuado do verdadeiro rio Iguaçu – rio comprido, rio grande e de frescas águas, desaguando no mar – para o Pequeno Catumbi, que desaguava no mangal. Errou o Senado da Câmara quando aceitou razões dos padres da Companhia, aliás sem provas, no que alegavam sobre a divisa da sesmaria que lhes fora também concedida, para emprestar o nome de Iguaçu ao riacho Catumbi. Assim, aos jesuítas ficou pertencendo uma vasta região de terras férteis e ao tempo cultivadas e produzindo boa renda.[63]

Para completar este capítulo, algumas notas são ainda escritas dizendo respeito ao morro de Pedro Dias – depois Senado, no cume do qual se edificou a famosa chácara da Boa Vista, propriedade e residência que foi de cultos e ricos fidalgos, magistrados e comerciantes e da qual temos falado anteriormente. Constituído, quase todo, de terra pingue, o morro do Senado – antigo do Pedro Dias – estava compreendido no aforamento do guarda-mor das Minas Gerais, Pedro Dias Paes Leme, e o seu desmonte começou no século XVIII, e só findou nos primeiros anos do século XX, depois de consumidas avultadas somas. No começo do século XIX, ativou-se o trabalho do corte dessa colina, para abertura da rua do Senado, aterros no campo de Santana e outros melhoramentos projetados e executados, em parte, pelo notável Paulo Fernandes Viana, intendente geral de polícia.

Seguiu-se longo marasmo e, somente em 1835, voltou-se a cogitar da derrubada do morro. É assim que, a 22 de julho de 1835, um aviso da Regência do Império, recomendou se prosseguisse o corte entre a travessa do Senado e a rua Formosa – atuais ruas Vinte de Abril e General Caldwell, respectivamente. Quem diligenciou e bastante sobre a decisão do governo foi um Vicente Rodrigues com residência em um prédio, de sua propriedade, muito agarrado ao morro e atingido, de quando em vez, pelas quedas das barreiras – que acabariam por soterrá-lo. A Ilustríssima Câmara fez publicar editais sobre a obra do corte do morro, apresentando-se Rodrigues com proposta, que foi aceita, para executá-la. Porém, o que fez não passou do necessário para livrar o seu prédio, então nº 81, da travessa do Senado, do perigo constante que o ameaçava. Em 1854, para um aterro mais sólido do campo de Santana, novas investidas das picaretas contra o morro e foi nessa ocasião o contrato com o dr. João Pinto de Miranda para o arrasamento do morro, com o prazo de três anos, pela quantia de vinte contos de réis. O citado contratante, por mais de um ano, especulou com o contrato que firmara, até associar-se ao dr. Pedro de Albuquerque Rodrigues. O contrato, além do arrasamento do morro, cogitou, também, do aterro de todos os pântanos existentes entre a então praça da Aclamação – atualmente, da República – e a rua do Aterro – agora Miguel de Frias; da abertura de uma avenida pela área aterrada, começando na rua da Constituição e terminando na de São Cristovão; do prolongamento da rua Santa Rosa – hoje marquês do Pombal – até a Matacavalos e, finalmente, da abertura de novos logradouros no vasto campo a ser formado, entre o Asilo de Mendigos e a chácara do Machadinho, ou seja, todo o espaço entre o atual hospital de São Francisco de Assis e a rua Machado Coelho. Como se vê, plano gigantesco que fez barulho e levantou castelos na mente de progressistas e também de negocistas. Nada se fez.

Calamitoso foi o ano de 1878 para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, assolada por mortal endemia de febres malignas, cujo foco principal era a Cidade Nova, empestada, então, pelos miasmas pestíferos dos pântanos do campo de Marte.

Essa calamidade motivou uma resolução da Assembléia Geral – Câmara dos Deputados – habilitando o governo do Império a providenciar, pronta e eficazmente, medidas de higiene e de assistência à população alarmada. Concludentemente, sanear a cidade com o aterro dos paús que ainda a rodeavam, foi o ponto de partida para chegar-se a um plano geral que envolvesse toda a Sebastianópolis, melhorando-a. Muito falado e muito discutido por engenheiros e médicos, esse plano não saiu do campo das discussões. Apenas a Ilustríssima Câmara, no que foi da sua alçada e na medida das suas parcas finanças, levou a efeito a obra de um novo nivelamento dos principais logradouros do centro urbano e da Cidade Nova, rebaixando uns e alteando outros. Em virtude da precitada resolução legislativa, o governo imperial baixou o decreto nº 7.181, de 8 de março de 1879, que concedeu ao dr.

Posidônio de Carvalho Rodrigues, o direito de arrasar o morro do Senado e o de aterrar os pântanos e acrescidos existentes na área compreendida pelo mesmo morro e as ruas Conde d´Eu – agora, Frei Caneca – Visconde de Itaúna – desaparecida – Estácio de Sá e seguindo pela rua de São Cristovão até a praia dos Lázaros, compreendidas as ilhas dos Melões e das Moças, fronteiras à mesma praia. O concessionário estava obrigado a abrir ruas e praças e a executar melhoramentos em toda a área resultante dos aterros. Entretanto, deixando falar os fatos por si mesmos, Possidônio de Carvalho, sem plano metodizado e racional preconcebido, procurando obter, como obteve, uma tão vultosa concessão, visou apenas comerciá-la – primeiramente, em *démarches* na praça e junto ao próprio governo, do qual conseguiu o decreto nº 3.016, de 27 de outubro de 1880, concedendo vantagens à empresa que se organizasse para o arrasamento do morro do Senado. Em meio do ano de 1881, o dr. Possidônio fez público, pela imprensa, a causa da demora em iniciar a obra gigantesca da sua concessão, sobre a qual procedia a estudos, enquanto aguardava do governo alguns elementos que lhe solicitara para dar início aos trabalhos preliminares. Os elementos solicitados referiam-se ao ponto a que chegava a preamar média na superfície, entre a antiga ponte dos Marinheiros e as ilhas dos Melões e das Moças – ilhas que despareceram no começo do corrente século, com os aterros que se fizeram na antiga praia dos Lázaros. A respeito da consulta feita ao governo pelo dr. Possidônio, há material interessante no decreto nº 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, que trata de marinhas e acrescidos. Afinal, o concessionário apresentou a planta geral das obras, aprovada pelo decreto nº 8.315, de 10 de novembro de 1881. Em 1923, por gentileza da digna e ilustre diretoria do Arquivo Nacional, nos foi facultado o exame dessa planta, bem curiosa, aliás. O desmonte do morro e outras atividades para a retirada da terra e o seu transporte tiveram início e foram se fazendo morosamente, até que se paralisaram. O dr. Possidônio de Carvalho Rodrigues transferiu a concessão a Paulo Taves & Antônio Domingos dos Santos, que, por sua vez, transferiram-na ao Banco Auxiliar, por escritura de 17 de janeiro de 1887, em notas do tabelião Marcolino de Moura e Albuquerque, livro 391, fls. 41v. O decreto nº 687, de 23 de agosto de 1890, autorizou a transferência da concessão Possidônio para a Empresa de Melhoramentos do Brasil. Só depois de 1908 foi arrasado, totalmente, o morro do Senado, pelo Ministério da Viação, na forma do decreto nº 4.969, de 18 de setembro de 1903, do governo da República. Na área resultante do arrasamento foram abertos vários logradouros públicos, nos quais se edificaram sólidos e belos prédios. Embelezou-se, assim, esse ponto da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO XVI

Catumbi Cidade Nova e Adjacências

Catumbi

Pelos caminhos torcidos que foram sendo abertos na planície paludosa, pelo pique a facão e pelo mato destocado, penetraram os conquistadores portugueses os sertões da terra carioca, cautelosamente, desbravando-a e assentando arraiais, dos quais se originaram os antigos bairros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. De um arraial assente às margens do rio Catumbi, veio o bairro do mesmo nome, que significa água do mato escuro. Sítio ameno, terras ubérrimas e cortado de rio e dos seus esteiros, rápido foi o desenvolvimento do arraial de Catumbi, de forma que o século XVII já encontrou, em franca atividade de trabalho agrícola, engenhos e olarias. Para esse progredimento, foi fator de importância o rio Catumbi – também dito dos Passarinhos —, que corria, então, em saltos, desde a nascente até uma regular distância e, depois, ia serpenteando, a murmurar suas águas cristalinas, por espessa mata. Variada espécie de pássaros cantores povoava as margens do rio, tornando a região mais atraente. Porém, bem depressa, veio a ser despido de todo esse encantamento. Assim é que, ao findar o século XVII, o rio Catumbi tinha sofrido desvios do seu curso natural e represa de águas em diferentes pontos. No decorrer do século XVIII, transformou-se em escoadouro das imundícies dos moradores do bairro. Quando da divisão das antigas quintas, fim do século XVII, os desvios do rio, seus braços ou abertas tomaram-se por afluentes e serviam de limites às terras que se dividiam. Esse mesmo erro repetiu-se na medição da sesmaria municipal, em 1753, tomando-se um grande desvio ou braço do Catumbi como sendo um outro rio, ao qual deram o nome de Coqueiros e, também, Papa-couves. A partir do começo do século XVIII, nas terras das antigas quintas que se desmembraram, plantaram-se novas e menores chácaras e modernizaram-se as velhas moradas e Catumbi fez-se núcleo de famílias nobres e ricas. Também, pelo número considerável de escravos dessas famílias, foi em Catumbi que a concentração negra se acentuou bastante. Nos últimos anos do século XIX, eram ruínas esses antigos solares e Catumbi, sombra apenas de um passado de nobreza e opulência, fez-se em zona do bamba carioca.

Das chácaras antigas, por mais importantes, citamos a do Pinheiro, a da Floresta, dos Coqueiros e a do Souto. A chácara do Pinheiro[64] ficava no alto do Catumbi, numa íngreme subida para o morro da Alagoinha – atual Paula Matos. Essa subida, de remota época, com servidão pública, veio a ser, oficialmente, aceita como tal pela Ilustríssima Câmara, com a denominação de ladeira do Pinheiro, depois rua Antônio João e, atualmente, Eleone de Almeida. A desmembração da chácara do Pinheiro começou em 1856 e abriram-se, então, logradouros, sendo as ruas do Cunha e Fresca, os primeiros e os principais.

A chácara da Floresta, já em ruínas, em 1858, veio a pertencer ao ricaço José Bento Ramos Pereira, que procurou, quanto possível, restaurar o velho solar, onde fez a sua residência.

A chácara dos Coqueiros – antiga do Viegas – foi vendida, a 23 de janeiro de 1812, pelo seu dono, Joaquim Viegas, a Francisco Xavier Pires. Em uma situação magnífica, na parte mais alta do Catumbi, com fundos em Santa Teresa, a chácara dos Coqueiros pertenceu, também, a Francisco Teresiano Fortes e depois, menos extensa e bem modificada, passou a pertencer a José Francisco Gonçalves, o qual passou a residir na chácara, fazendo as obras que a modificaram e dando-lhe a denominação de vila Cecília, ou Santa Cecília, prenome da esposa de Gonçalves. Por morte de José Francisco Gonçalves, a sua viúva e os seus filhos venderam a chácara a Farani & Cia. A dita firma retalhou a importante propriedade, abriu ruas e vendeu os terrenos em leilão público anunciado no *Jornal do Commércio*, de 18 de dezembro de 1875. O portão da vila Cecília ficava bem fronteiro à velha rua dos Coqueiros, que aí terminava, tendo sido, em 1875, prolongada pela vila, cortando-a.

A chácara do Souto era bem cuidada, boa casa residencial e ocupava um terreno retangular, com frente de 90 braças e 300 ditas de fundo.

No meado do século XVIII, ainda pertencia ao velho e antigo oleiro João da Silva Souto e, por sua morte, passou aos seus herdeiros Manoel José da Silva Souto e João Luiz da Silva Souto. Como sucessora desses últimos proprietários, aparece Maria Joaquina Souto de Oliveira, casada com Bento Gomes de Oliveira. Por dezenove contos de réis, foi a chácara do Souto vendida pelo dito casal a Dionísio Uriost, em 28 de setembro de 1827. Por fim, a 12 de maio de 1849, escritura em notas do tabelião Joaquim José de Castro, Dionísio Uriost vendeu a chácara, pela quantia de quarenta e dois contos de réis, à Ordem Terceira de São Francisco de Paula, a qual fez a compra com o fim de localizar, no terreno da chácara, como localizou, o cemitério para os irmãos da Ordem, muito embora os protestos dos moradores de Catumbi.

É interessante dizer que, por mais de século, a municipalidade do Rio de Janeiro exerceu pacificamente o senhorio direto sobre todos os chãos dessas ditas chácaras, como também praticou aforamentos que iam muito além do rio Catumbi e alcançavam todas as terras à margem direita do rio Comprido, desde a nascente à foz, compreendendo, pois, todo o Catumbi Pequeno, os morros de Paula Matos e dos Santos Rodrigues e o Catumbi Grande – Itapiru na atualidade, e até o alto da serra, no lugar da Cova da Onça, atualmente, rua Barão de Petrópolis – inclusive os terrenos do Papa-couves.

Assim sendo, não resta dúvida que, em 1754, por ocasião da medição da sesmaria municipal, fugiu-se à verdade, havendo erro ou má-fé, aceitando-se como sendo o rio Iguaçu – o Catumbi, quando o verdadeiro Iguaçu é o rio Comprido. Perdeu a municipalidade, a favor dos jesuítas, um extenso território – com esse erro ou má fé.

A nossa opinião tem fundamento na farta e fidedigna documentação que existe sobre o fato – documentação, infelizmente, esparsa por diferentes arquivos públicos e particulares e pelos cartórios do Rio de Janeiro. Por ela se conhece que, em 1610, o rico oleiro João Martins Castelhano obteve, a seu pedido, à Câmara da cidade, o aforamento das terras onde estava a sua olaria, que eram duzentas braças de frente no caminho que vinha da cidade para São Cristovão, à mão esquerda, ficando compreendidos, nesse aforamento, o outeiro, na encosta da qual ficava a vivenda de Castelhano, uma engenhoca e outras benfeitorias. Ainda um outro aforamento, concedido pela Câmara, em 1621, a Francisco da Costa Homem, prova que pertenciam à municipalidade todas as terras entre a rua de São Cristóvão e o Mangue.

Terrenos do Papa-couves

No fim do século XVIII, uma grande área de terra acima dos canos da Carioca – hoje rua do Aqueduto –, era ocupada por uma chácara pertencente ao dr. Manoel Pinheiro da Fonseca. Essa chácara era mística com uma outra situada abaixo dos ditos canos, foreira à municipalidade, e que também pertencia ao dr. Pinheiro da Fonseca, tudo na forma do que se encontra registrado às fls. 28, do livro 6, do Senado da Câmara, em 1º de setembro de 1804. Os herdeiros do dr. Manoel Pinheiro da Fonseca, que foram Maria da Conceição Pereira e os seus filhos, fizeram das duas chácaras uma só, e venderam-na ao capitão Francisco Pires Leal, cujo filho e herdeiro, o padre Dionísio Pires Leal, vendeu a nova e extensa chácara a João Marcos de Araújo Pereira. Por morte de Pereira, desavieram-se dois filhos seus, em conseqüência da herança. Daí a praça de todos os bens deixados pelo finado, inclusive a chácara. Na parte foreira da grande chácara, um extenso terreno permaneceu inculto e abandonado por alguns anos. No ponto mais alto desse terreno, houve um posto telegráfico, instalado pelo governo, em começo do ano de 1826, e já abandonado em 1830, quando, no mesmo terreno, acampou um indivíduo de nome Antônio Inácio Corrêa, o qual aí fixou moradia e fez grande e variada plantação.

Mais tarde, construiu uma boa casa para residir e outras benfeitorias. O bem-estar de Inácio Corrêa, a quem davam a alcunha de Papa-couves, causou a inveja de vizinhos, alguns potentados, que tudo fizeram para desalojar o velho Corrêa, impiedosamente injuriado e ridicularizado por eles. Levaram a juízo denúncia contra Antônio Inácio Corrêa, apontado como usurpador e como costumado na prática de ilegalidades. O desfecho da questão foi favorável a Corrêa. Em 1844, nova campanha contra o Papa-couves, denunciado intruso no terreno que ocupava. Tudo isso, obra de apaniguados da corrente política contrária ao ilustre vereador Haddock Lobo, que era o protetor do Papa-couves. Dessa feita, Antônio Inácio Corrêa dirigiu-se, em pessoa, a juízo e confessou ser intruso no terreno, que achou abandonado e inculto, e no qual fez a sua vivenda e onde vinha passando os seus dias de vida, sempre agindo de boa-fé. Fez-se-lhe justiça, dando-se-lhe sentença favorável. Ele ganhou a questão pela sua reta conduta, pela posse pacífica que desfrutava do terreno havia anos e do direito que lhe dava o alvará régio de 10 de abril de 1820.

Ainda a favor de Corrêa, como rezam os autos da querela, foram, por várias vezes, desprezadas as suas tentativas honestas para conseguir o aforamento do terreno. Mas, a despeito de sua insistência e das razões cabíveis à pretensão, não se lhe dava decisão definitiva e agia-se cavilosamente com protelações e má-fé. E foi em face de todos esses fatos, que a Ilustríssima Câmara deliberou, a 14 de maio de 1862, a favor de Ana Joaquina de São José, viúva de Antônio Inácio Corrêa, o Papa-couves, na contenda dessa senhora com o seu vizinho – o potentado José Alves Ferreira de Magalhães, sobre a posse dos terrenos do Papa-couves.

Cidade Nova

Entre o maciço de Santa Teresa, ao sul, e a cadeia de morros, desde São Bento até São Diogo, ao norte, demora a planície de origem paludosa e para onde foram escorregando, do alto do outeiro do Descanso, os primeiros povoadores do Rio de Janeiro. Na parte desse extenso vale, além da atual praça da República, assentou-se a Cidade Nova sobre os terrenos artificiais oriundos do aterro de enorme mangal que, então, ali existia.

A transferência[65] da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e a escolha da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para sede da Corte e do governo do Reino de Portugal, Brasil e dos Algarves são fatos bem conhecidos e que assinalam na vida da nossa principal cidade uma fase de grande evolução material, moral e social. Materialmente, realizaram-se obras de embelezamento e limpeza da cidade. São dessa época as primeiras tentativas para a formação de uma nova cidade, a começar do antigo campo de Santana e até São Cristóvão. Pelo muito que se projetou, bem pouco o que se fez e, mesmo esse pouco, que foi perfeito, aliás, o tempo e o descaso da administração fizeram desaparecer por completo. Em 1858, dizia na Ilustríssima Câmara, o notável vereador Gonçalves Fontes, mais tarde barão do Rio Doce: *"... E o estado que se nos apresenta a Cidade Nova é desolador e deprimente aos nossos foros de civilização."* Seguiram-se, então, estudos e planos para novos arruamentos, nivelamentos e outras obras de utilidade pública para essa zona da cidade. A Ilustríssima Câmara determinou aos seus departamentos técnicos a organização de planos e orçamentos necessários, pediu a colaboração da Inspetoria de Obras Públicas da Corte e convidou, por editais, arquitetos nacionais e estrangeiros a também colaborarem na realização das obras. Afinal, prevaleceu, com ligeiros cortes, o plano oficial de autoria do engenheiro Manoel da Cunha Galvão, então diretor da Repartição de Obras Municipais. O engenheiro Galvão deixou o dito cargo, em fevereiro de 1859, por ter sido nomeado presidente da província de Sergipe.

Para sugestões, o plano Galvão, acompanhado de uma memória descritiva, foi facultado ao exame do público no Paço Municipal. É assim que sobre o mesmo plano se manifestaram dois provectos engenheiros estrangeiros. Gusty, engenheiro inglês, que o aprovou, e o engenheiro francês Rainé Leroyir, que sugeria ligeiras modificações. São do plano Galvão a abertura da atual rua Machado Coelho; o prolongamento da antiga rua do Aterrado até a bica dos Marinheiros – rua que se chamou, depois, Senador Euzébio, e que desapareceu com a abertura da avenida Presidente Vargas; aterro, alinhamento e alargamento das ruas que então existiam transversais ao Mangue. O plano cogitou de outros empreendimentos que não se realizaram e, entre os quais, citamos o prolongamento dos extremos das ruas da Alfândega – agora Benedito Hipólito – e São Leopoldo – atual Júlio do Carmo. Esse prolongamento estendia essas ruas, de um lado, até a atual praça da República e, do outro, até o Andaraí Grande. O edifício da Casa da Moeda, que estava sendo construído, ficaria ladeado pelas duas precitadas vias públicas. Ainda do mesmo plano, era uma praça ajardinada, entre o gasômetro e a rua Nova do Conde, hoje, Frei Caneca. Depois, longos anos de abandono, imperfeições maiores, males que obliteravam o seu povo e, como que temida, a Cidade Nova envelheceu e sempre na esperança de melhores dias – que na atualidade, nos parece, se concertam, dada a abertura da avenida Presidente Vargas.

Adjacências – Mangues

Coberta de lagoas, pântanos e restingas era a região extra-muros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. No século XVII, lotadas as terras nesse campo alagadiço, a Câmara começou a concedê-las aos moradores da cidade, por módico foro anual, e sob a condição de seu imediato aproveitamento. Dessa planície restou enorme mangal ou sapal alagado, de marés salgadas, desde os areais do Capueruçu até São Cristóvão, e que se constituía de três diferentes porções: mangal do Capueruçu, mangal de Mataporcos e mangal de São Diogo. No decorrer dos anos, defeituosa e lenta, foi sendo feita a obra do aterro desses mangues – sempre considerados bens próprios do Estado *ex-vi* das Ordenações do Reino. Nos últimos anos do século dos vice-reis, as vistas dos governantes do Rio de Janeiro voltaram-se, com acentuado interesse, para essa parte da cidade, ainda coberta quase toda de enegrecido e repugnante

---

Hoje há no bairro do Flamengo uma rua Senador Euzébio. (N.E.)

lodaçal, na qual vivia, em casebres e palhoças, uma população de humildes operários e trabalhadores. Fizeram-se, então, obras aperfeiçoadas e duradouras, aterrando-se e dissecando-se uma grande porção dos antigos mangues. Nesse aterrado, e com as frentes voltadas para Matacavalos e Mataporcos, plantaram-se as grandes chácaras, que se desmembraram no começo do século XIX para dar espaço às vias públicas e à casaria da Cidade Nova. Os lodaçais que ainda ficaram, e que eram os fundos dessas ditas chácaras, foram sendo aterrados, lentamente, com o lixo das casas – coberto de terra de barreira e cinza de gás.

O dessecamento do extenso mangal, que ficava além do campo de Santana, entrou no Plano de Melhoramentos da cidade organizado por ordem do príncipe regente, depois rei dom João VI, logo após a sua chegada ao Rio de Janeiro. Para estimular a iniciativa particular, o mesmo regente concedeu porções desse mangue, sob condição de imediato beneficiamento. Um dos contemplados, generosamente, foi Fernando José de Almeida, o qual já, em 1809, com uma grande área aterrada, operava vantajosos negócios com os terrenos oriundos do aterro que fizera. Cedeu, da sua posse, o terreno necessário à construção da Cadeia Nova, e lucrou com isso a empreitada da obra, que transferiu, por hipoteca, ao Banco do Brasil, sob a alegação de encontrar-se em dificuldades financeiras. Protegido da Corte, Fernando José de Almeida, o Fernandinho, como era chamado, conseguiu, ainda, por fim, desfazer-se dos seus terrenos, vendendo-os a bom dinheiro e a fazer, com ótimas vantagens, a transferência da obra da Cadeia Nova para o Governo Real. Os alicerces do edifício, em grossas pedras, chegaram a ser levantados e, sobre os mesmos, mais tarde, edificou-se a monumental igreja de Santana, matriz da freguesia de mesmo nome, na conformidade da cessão e permuta feitas pelo governo imperial, em 1840. A matriz de Santana é agora o Templo Nacional de Adoração Perpétua – dia e noite – a Jesus Sacramentado.

Fernando José de Almeida, antigo cabeleireiro do vice-rei dom Fernando José de Portugal, fundou, no Rio de Janeiro, o teatro São João, que depois se chamou São Pedro. Demolida a velha e tradicional casa de espetáculos, levantou-se, no mesmo local, um outro edifício, que recebeu o nome de teatro João Caetano.

Em continuando a obra da extinção dos lodaçais, o governo da Regência, em 1815, para incrementá-la, baixou a provisão de 11 de maio, que dispôs sobre a concessão de 220 braças de mangue, em prazos de 12 braças, às pessoas aptas e com recursos para beneficiá-los e aproveitá-las no interesse da comodidade pública e do engrandecimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Com o intuito de renda para custear obras a cargo da Intendência Geral da Polícia da Corte, o alvará régio de 19 de outubro de 1820 concedeu, à dita repartição, a faculdade de arrendar terrenos oriundos de aterros de mangues na Cidade Nova e adjacências. O mesmo alvará estipulou o preço da braça de terreno arrendado em trezentos e vinte réis, com pagamento anual, e ainda deu a liberdade aos arrendatários para usar e beneficiar os terrenos como entendessem. Outrossim, ficou entendido que na vigência do arrendamento, as benfeitorias seriam consideradas bens hipotecários, ficando livre, porém, a venda das mesmas, sob condições de obrigar-se o comprador a tirar um novo título de posse. Ainda, os arrendatários obrigavam-se à conservação das testadas dos terrenos, no interesse do bem público. Entretanto, embora precárias, essas concessões criaram, mais tarde, questões com a municipalidade, cujos direitos de usufrutuária desses terrenos foram postos em dúvida, a despeito da lei de 3 de outubro de 1834. E foi em virtude dessa lei, que a Ilustríssima Câmara mandou proceder larga devassa sobre a ocupação de terrenos no mangue da Cidade Nova, devassa que desvendou graves abusos e verdadeiras patifarias na posse desses terrenos a coberto daquelas precitadas concessões. Não foi nada fácil penetrar no labirinto que é a documentação, quase toda desordenada e estragada, referente ao extenso mangue. Mas, mesmo assim, ainda oferece achegas bem valiosas e tanto é que, por ela, podemos falar sobre duas importantes propriedades foreiras à municipalidade e que ocuparam o mangue, denominadas Capueruçu e Machadinho.

Chácara de Capueruçu

No decorrer do século XVIII, Paulo Pinto de Faria e o seu cunhado, brigadeiro Manoel de Almeida, por cabeça de sua mulher Helena da Cruz Pinto de Faria de Almeida, fizeram-se donos de uma grande chácara chamada do Capueruçu, no campo extra-muros da cidade, em virtude de herança, na

liquidação do inventário e da partilha dos bens deixados pela rica viúva Ana de Faria, a quem pertencera a referida chácara. A chácara do Capueruçu, na sua enorme área, desde a atual praça da República até a rua de São Cristovão, compreendia terras arenosas, terras enxutas, alagadiços, mangues com perigosos lodaçais e era banhada nos fundos pela lagoa do Capueruçu ou da Sentinela. Os precitados herdeiros venderam a chácara a Antônio da Rocha Machado, homem bom da cidade, secretário de Estado do governo da capitania e com bastante influência política. Rocha Machado foi pronto no reconhecimento do senhorio direto do Senado da Câmara sobre as terras da chácara que comprara, pedindo, logo após a compra, a respectiva carta de aforamento, que lhe foi concedida em 6 de outubro de 1742. Rocha Machado pagou sempre pontualmente os foros daquele senhorio. Os seus herdeiros, porém, sem qualquer justificativa apresentada, deixaram de cumprir com sua obrigação e, ainda, arbitrariamente deram início ao desmembramento da chácara e vendiam as desmembrações como alodiais. Esse irregular e ostensivo proceder levou o Senado da Câmara a tomar enérgicas providências contra os mesmos herdeiros, administrativa e judicialmente.

A viúva de Rocha Machado, Teresa de Almeida, veio a contrair uma dívida de quinze mil cruzados, juros e legítimas, com seu genro, o alferes José Elói Xavier. Em morrendo a referida senhora, os seus filhos e outros seus herdeiros, para evitar despesas, inimizades e outros prejuízos, ajustaram dar ao dito credor e co-herdeiro, em pagamento da dívida, terras que possuíam desmembradas da chácara do Capueruçu. Essas terras, muito aproveitáveis, corriam frente na estrada de Mataporcos – hoje rua Estácio de Sá —, e fundos à beira do mar, onde ficava a bica dos Marinheiros – na atualidade começo da rua Miguel de Frias, antiga do Aterro e primitivamente, no século XVII, caminho da Bica.

A entrega dessas terras fez-se por escritura pública, de 14 de fevereiro de 1801, em notas do tabelião Antônio de Carvalho. Do casal de Antônio Rocha Machado e Teresa de Almeida existiam, ao tempo da dita escritura, os seguintes filhos, Luiz e Joaquim da Rocha Machado, Caetana Benedita de Brito, casada com o já referido alferes José Elói Xavier, Palucena Luiza de Brito, Ana dos Prazeres Brito e Francisca de Paula Brito. As três últimas citadas senhoras residiam em boa casa própria, à rua Sucussarará, atual Quitanda, e morreram em avançada idade, solteiras. Ana faleceu a 23 de junho de 1827 e, quatro dias depois, Francisca. Foram sepultadas na igreja de São Francisco de Paula.

Chácara do Machadinho

Nas desmembrações da chácara do Capueruçu foram sendo formadas novas chácaras, uma das quais, pela sua extensão e trato, a mais importante, tinha frente no arraial de Matacavalos e pertenceu a Manoel Machado Coelho, negociante, proprietário e industrial, na primeira metade do século XIX. Machado Coelho foi possuidor de grande fortuna, muito conceituado, e fez-se político de grande prestígio nas paróquias de Santana e do Espírito Santo.

Na medição da chácara do Machadinho, procedida a 2 de agosto de 1844, verificou-se ter a mesma uma frente de 158 braças e fundos até encontrar o prolongamento da, então, rua do Sabão da Cidade Nova – posteriormente chamada São Sebastião e, por último, visconde de Itaúna – desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas. Contam-se muitos os aforamentos de terrenos desmembrados da chácara do Machadinho, praticados pela Ilustríssima Câmara. Desses aforamentos, destaca-se o que foi concedido a Antônio Machado Coelho de Castro, neto de Manoel Machado Coelho, a 12 de novembro de 1864. Esse aforamento compreendeu uma área de terreno, com testada de frente pela rua Visconde de Itaúna, numa extensão de 283m, com largura de 387m nos fundos. A curiosa documentação que conseguimos descobrir e examinar, atentamente, sobre a chácara do Machadinho, deixa crer em uma diferença, embora insignificante, entre a medição de 1844 e a de 1864, quanto às testadas da frente e dos fundos da dita chácara, parecendo justificá-la os cortes que se fizeram para os logradouros públicos, que se abriram pela mesma chácara e que, de 1844 a 1864, foram sendo alinhados de modo conveniente. Uma larga faixa, do campo de Marte e as ruas até a de Miguel de Frias, formaram-se de terrenos oriundos do aterro da parte alagadiça da chácara do Machadinho.

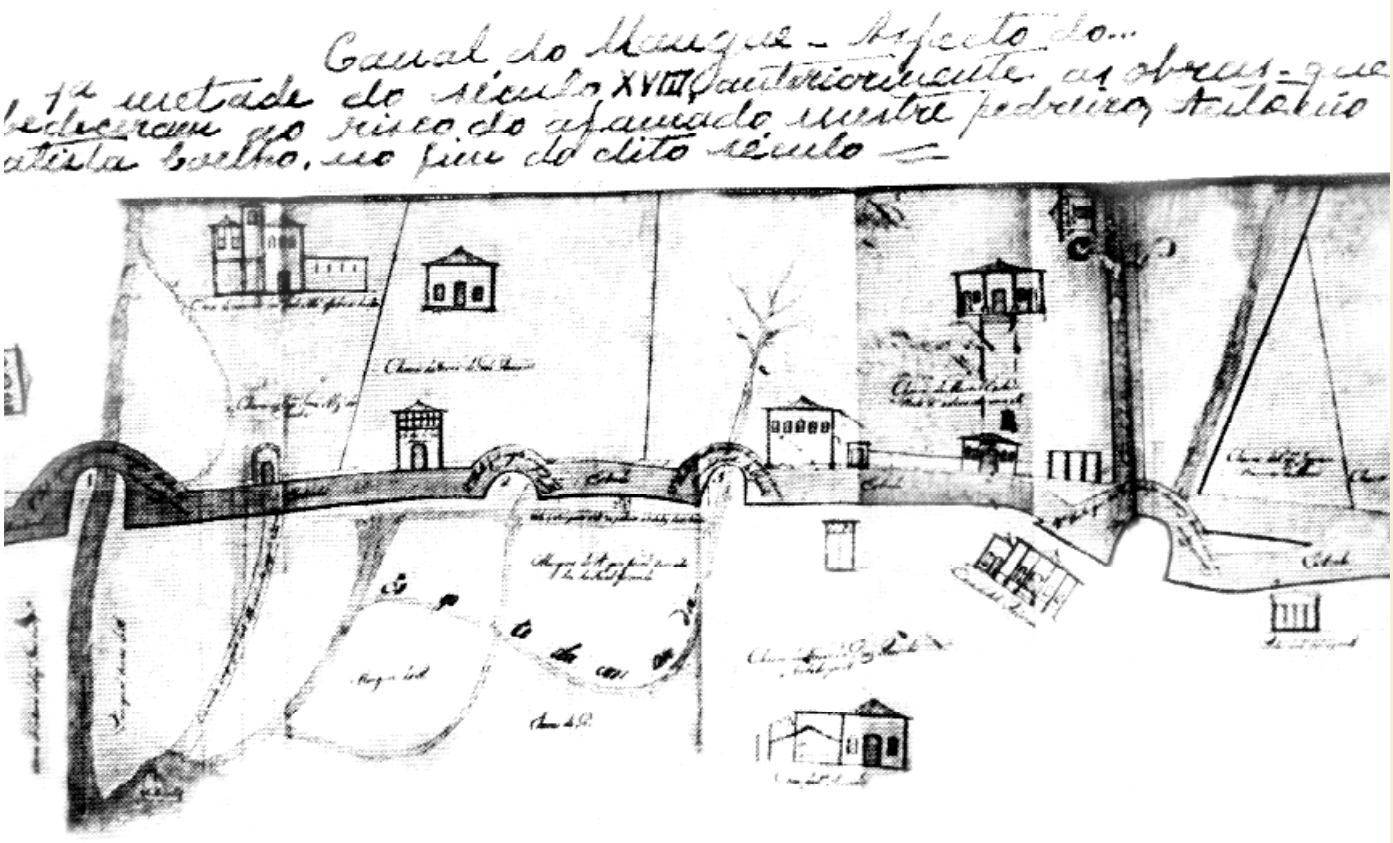
O Canal do Mangue da Cidade Nova

Pleitos administrativos e judiciais sustentou a Ilustríssima Câmara, por longos anos, para manter ilesos os seus direitos de usufrutuária dos rendimentos do mangue vizinho à Cidade Nova. Particulares, e o próprio governo do Império, pela sua política extremada, procuraram prejudicar, por várias vezes, a ação municipal na obra saneadora dessa zona da cidade. O governo anulando atos perfeitos da alçada da Ilustríssima Câmara e os particulares que, amparados por uma advocacia cavilosa, se arrogavam ao senhorio direto de áreas enormes desse mangue, acenando com o célebre alvará régio das concessões, de 19 de outubro de 1820. Para prova, basta citar o caso dos terrenos aforados pela Ilustríssima Câmara, a 22 de julho de 1851; o dos terrenos da chácara do Socoman, em 1865, e o da firma Lima Borges & Cia.

Seria ocupar muito espaço e tempo desenvolver matéria sobre o antigo mangue da Cidade Nova, cujo aterro, em muitos pontos, de altura superior a 3 braças – 6,6m – reduziram-no, afinal, a uma grande vala, depois de mais de século de insano trabalho. Com 60 palmos de largura e mais de 500 braças de extensão, a vala, recebendo grande volume de águas de outras e lavada diariamente pelas marés, veio a ser transformada em canal navegável, reconstruído, em 1805, por ordem do Senado da Câmara. Com essa reconstrução, foi o canal aperfeiçoado e estendido até Mataporcos – Estácio de Sá – para tornar mais cômodo e rápido o transporte de hortaliças, gêneros alimentícios, tijolos, telhas e outras utilidades que vinham do sertão para a cidade. Essa obra de reconstrução do canal, na sua quase totalidade, obedeceu o risco e esteve a cargo de um afamado mestre pedreiro chamado Antônio Batista Coelho, de quem falam muitos documentos de despesas do Senado da Câmara, no fim do século XVIII, e na primeira década da centúria seguinte. Em 1820, já o canal estava bem avariado, dando motivo a constantes reclamações das zonas por ele servidas – que reclamavam sobre o abandono e os estragos desse útil duto de comunicações, cujas paredes se solapavam e o fundo exigia geral limpeza. As reclamações apontavam como causador dessa ruína o indivíduo de nome Luis Pereira, que fazia o comércio de madeiras em telheiros, à margem direita do canal, junto à bica dos Marinheiros e próximo aos armazéns do arroz. Por fim, o antigo e pitoresco canal, pelo qual velejavam diferentes embarcações, ficou de todo abandonado, servindo de cloaca. Somente voltou-se a cuidar-se do canal, em 1833, quando as febres intermitentes, que anualmente infestavam as zonas alagadiças, se manifestaram com sintomas estranhos, matando muita gente. Principalmente, nos distritos de Irajá e Inhaúma a mortandade foi enorme. No arraial do Pilar, a igreja matriz, onde se faziam os enterramentos, teve que ser interditada, devido às exalações que saíam das catacumbas. Uma portaria do governo do Império, datada de 5 de julho de 1833, e dirigida à Ilustríssima Câmara, dispôs sobre proibir-se os enterramentos na dita igreja e providenciar-se a feitura de um cemitério na mesma localidade. A Ilustríssima Câmara, em alarmante situação financeira, a despeito disso, pôs em execução medidas profiláticas de emergência e dirigiu-se ao Governo Geral, pedindo-lhe auxílio pecuniário e colaboração eficaz. Foi quando se discutiu, com bastante interesse, o saneamento da Cidade Nova. O vereador Francisco Alves de Brito apresentou, à apreciação dos seus pares, um projeto seu, dispondo sobre o aterro completo dos mangues e a formação de um canal de 60 palmos de largura, desde a panela do Rossio Pequeno – depois praça Onze de Junho, até o braço do mar, na antiga bica dos Marinheiros. O canal teria de cada lado uma rua, em toda a sua extensão, havendo de permeio um espaço necessário à atracação de barcos destinados ao transporte de mercadorias e outras utilidades. O plano também cogitava de abertura de ruas transversais ao canal, facilitando as comunicações entre São Diogo e Catumbi. Na forma da lei, a Ilustríssima Câmara aceitou o plano Brito, e enviou o respectivo processo ao ministro do Império para o aprovo do Governo. A correspondência havida entre o dito ministro e a Ilustríssima Câmara, em novembro de 1834, deixa crer em um descaminho do processo no Ministério do Império. Depois de muita discussão e espera de dez anos, viram os moradores da Cidade Nova o início da decantada obra, em 1844, obra que se dizia ser completa, de magníficos efeitos e duradoura e que, afinal, não foi além dos aterros laterais ao projetado canal e da abertura das duas ruas, a que deram o nome de rua do Aterrado, a da direita, e de São Sebastião, a da esquerda. Mais tarde, foram chamadas de Senador Euzébio e de Visconde de Itaúna, respectivamente. Para a obra da abertura da rua de São Sebastião concorreu, com bastante auxílio, Manoel Machado Coelho, recuando a frente de sua grande chácara para ceder, como cedeu, gratuitamente, o terreno necessário para a abertura da dita rua e não demorou em construir sólidas e

confortáveis casas altas. Executou outras benfeitorias à sua custa e aterrou a parte alagadiça da sua chácara, por onde abriu ruas, uma das quais teve o seu nome, que ainda conserva. Machado Coelho, como já dissemos, era rico proprietário, dono de grandes armazéns e de trapiches à praia da Gamboa, na ponta da Joana, e, desde então, tornou-se político de real importância.

Em 1853, logo nos primeiros dias do ano, a Ilustríssima Câmara, mais uma vez, representou ao Governo Imperial sobre o estado do canal do Mangue, que existia como um atentório à civilização da cidade e à saúde de sua população. Na mesma ocasião da representação, a Ilustríssima Câmara sujeitou ao exame do governo um projeto sobre se reconstruir o velho canal e sobre o saneamento geral da Cidade Nova. Foi quando apareceu Irineu Evangelista de Souza, mais tarde barão e visconde de Mauá, propondo-se a compartilhar da obra, por ele, Mauá, considerada meritória e patriótica. O plano Mauá remodelava o antigo canal, tornando-o de novo navegável, desde o Rossio Pequeno até a ponte dos Marinheiros, ao fim do Aterrado, e daí estendendo-se até a praia Formosa, com direção para a ilha dos Melões, tendo de largura 60 palmos e de profundidade 12 ditos. Firmado o contrato com o governo do Império, Irineu Evangelista iniciou imediatamente a obra – que motivou polêmica, um tanto apaixonada, entre os grandes profissionais da engenharia da época, chegando a ser considerada obra defeituosa e imprestável. O abalizado engenheiro Julio Rey foi contrário ao plano Mauá, sobre o mesmo desenvolvendo estudo-relatório, dado à publicidade em 1886. A obra de Mauá ficou incompleta, morrendo o canal na ponte dos Marinheiros, em frente à rua do Aterro – hoje Miguel de Frias. Na verdade, tendo-se no apreço devido as notícias da época, o plano Mauá foi defeituoso e não correspondeu ao fim almejado. As imperfeições que se apontaram cresceram, ainda mais, pelo abandono a que foi entregue logo de princípio, permitindo-se que ao canal viessem ter os resíduos das matérias da fábrica do gás, construída na rua então dita do Aterrado e depois Senador Euzébio. Foi um grande erro de conseqüências maléficas e que perdurou até os nossos dias. O canal do Mangue, com a sua vasa enegrecida, mole e atoladiça, ainda existe para adorno da Presidente Vargas. Numerosos os estudos e



Canal do Mangue, aspecto da primeira metade do século XVIII, antes das obras que obedeceram ao risco do afamado mestre pedreiro, Antônio Batista Coelho, no fim desse século.

planos sobre esse fosso, que os antigos já pensavam em levá-lo até o cais dos Mineiros, atravessando a cidade entre alamedas, com a largura de 28,40m e o nível conveniente ao fluxo e refluxo das marés, evitando as obstruções. No seu seguimento, de mar a mar, esse canal obedeceria o mesmo que se deu à avenida Presidente Vargas. É interessante dizer que a fábrica do gás[66] começou no princípio de 1854 e que, na noite de 25 de março do dito ano, aniversário da Constituição do Império, foram acendidos os primeiros lampiões a gás na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O largo do Paço, as ruas Direita – atual Primeiro de Março –, Ouvidor, Rosário, Sabão e São Pedro foram os primeiros logradouros públicos da cidade iluminados pelo novo sistema. Grande acontecimento, bem festejado pelo povo que, em massa, acorreu aos precitados lugares.

Em 1891, aparecem João Bráulio Muniz Júnior e Antônio Gentil Oliveira Bueno Parrot, que se propuseram a aterrar todo o canal do Mangue, de modo a resultar sólido terreno para edificação de casas residenciais. Contra essa proposta, apresentou protesto o médico dr. Pedro Caminad, autor de gigantesco plano sobre trazer canalizadas, ao Rio de Janeiro, as águas do rio Paraíba. O canal artificial do belo e lendário rio partiria da Barra do Piraí – lugar onde nasci – com um percurso de cerca de 150 quilômetros, e um volume de água de 120m cúbicos. O canal teria uma largura de 125m – média – por 5m de profundidade, enriquecendo o Rio de Janeiro com um abastecimento de 27 milhões de metros cúbicos de água potável e de ótima análise. Teria uma queda de 350m, que serviria para irrigação, força

Março de 1854 – Aterrado da Cidade Nova. Fábrica de Gás.

hidráulica, navegação e para abastecer de água, principalmente, o Rio de Janeiro, onde as águas do Paraíba formariam dois canais ou artérias, sendo uma no mangue da Cidade Nova, cujo canal seria transformado, melhorado e ampliado para receber nova vida. A outra artéria, que iria ter à baía de Guanabara, com direção a terminar antes da ponta do Caju, e com maior profundidade do que a primeira, a fim de receber forte volume de água sempre corrente. O velho canal do Mangue, como dissemos, seria transformado em centro de uma avenida que começaria na frente da Prefeitura, à praça da República e, em linha reta, até alcançar 8km, e daí abrir-se em dois *boulevards*, um com direção a Cascadura e outro para a Tijuca. Tudo isso ficou em projeto. No governo Rodrigues Alves (1902/1906), com as obras que se fizeram, melhorou-se o canal do Mangue, prolongado, então, até o mar, ao centro de uma avenida, a qual recebeu o nome de Lauro Muller, ministro da Viação no benemérito e operoso governo Rodrigues Alves.

É curioso recordar de passagem e ligeiramente, que, em 1891, foi o ano dos projetos de empreendimentos gigantescos para o rápido progresso do Rio de Janeiro – gritavam os mágicos empreendedores. E tudo se dizia fácil de executar [...] mas o real é que nada se fez desses rocambolescos projetos. Em 1891, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro atravessava crise de graves perturbações na sua vida financeira, política, moral, social e, até mesmo, espiritual. Mas, não desmentindo o seu

Emygdio Ribeiro, s/d – Canal do Mangue. Em 1906, como parte das obras de construção do cais do porto, o canal do Mangue, que já existia da praça Onze até a antiga ponte dos Marinheiros, hoje viaduto das Forças Armadas, foi prolongado até o mar, ficando com extensão de cerca de 2.500m.

heroísmo e a sua lealdade de sempre, a velha Sebastianópolis desenvolveu patrióticos esforços na defesa da República – que Floriano Peixoto, fechando a boca aos demagogos e cortando asas aos aventureiros e adesistas, consolidou, assumindo o governo a 23 de novembro de 1891.

Outra extensa área pantanosa, entre as ruas São Leopoldo e Alcântara, que somente em 1834 começou a ser aterrada pelo seu possuidor, João Antônio Serzedelo, homem de iniciativas e seguro em negócios, que cooperou bastante para o saneamento da Cidade Nova. Na área que aterrou, Serzedelo construiu bons prédios com frentes para a rua do Sabão – depois visconde de Itaúna – e fundos a entestar com a chácara de Henrique José de Araújo, por onde se abriu a rua Laura de Araújo. Serzedelo e a sua mulher, Josefa Maria da Conceição Pereira Serzedelo, compraram, em 21 de novembro de 1834, por dois contos de réis, 55 braças de terreno pantanoso em seguimento à área que o dito casal possuía, desde 1811, e que era constituída de terra alagada, cerca de 65 braças compradas a diversos. O terreno pantanoso, de 55 braças, foi comprado a João José dos Santos Catão, possuidor também de muitos terrenos pantanosos, em virtude de herança de seu sogro, Francisco José de Oliveira Guimarães. Com o prolongamento da antiga rua Bom Jardim – hoje Marquês de Sapucaí,– o chamado aterrado do Serzedelo ficou dividido em duas porções, sendo uma maior, com mais de 42 braças de frente, terminando no dito prolongamento e começando no prédio em que funcionava a estação das Gôndolas, à rua São Leopoldo; a outra porção, a menor, com mais de 26 braças de frente, a começar da rua Bom Jardim, tendo término na chácara de Henrique Araújo. Confinava essa menor porção, à direita, com a vala pública dos esgotos e, à esquerda, com terrenos baldios pertencentes a João José dos Santos Catão, João José de Oliveira e João Brand de Mesquita. Da chácara do Capueruçu, de Antônio da Rocha Machado, saíram todos os terrenos possuídos por Serzedelo, sabido como está, por outras notas sobre a Cidade Nova, que a dita chácara era assente quase toda em terras alagadiças, banhadas pela lagoa do Capueruçu, pelo rio Catumbi e por extenso mangue. Mas, ainda grande parte dos terrenos de Serzedelo provinha do quinhão hereditário de Santos Catão, constituído por uma desmembração das 150 braças de terras de pântanos salgados, compradas por Francisco José de Oliveira Guimarães, sogro de Catão, a Luiz da Rocha Machado, filho e herdeiro de Antônio da Rocha. A compra fez-se por escritura, de 1º de abril de 1806, em notas do tabelião Manoel Marques Perdigão, livro 133, fls. 103v e 104. João Antônio Serzedelo levou dez anos para conseguir o aforamento dos terrenos que possuiu e essa delonga [foi] devida a embargos opostos à sua justa pretensão, por terceiros defendidos pela chicana. As razões apresentadas contra Serzedelo caíram todas nos tribunais.

Campo de Marte[67]

Logradouro público, que se formou no começo do século XIX, quando da divisão dos terrenos oriundos dos aterros que se fizeram na extensa região pantanosa, desde o antigo campo de Santana até a rua de São Cristovão. Destinou-se o campo às manobras das tropas militares e do exercício do tiro. Daí o nome que lhe deram de campo de Marte e que, completamente abandonado, depois se transformou num alagadiço – verdadeira lagoa funda e infecta, cujos últimos vestígios desapareceram no começo do atual século. O dessecamento do campo de Marte foi sempre considerado exigência máxima e urgente de profilaxia e constou de todos os planos de saneamento da cidade do Rio de Janeiro, com particularidades interessantes de melhoramentos. Mas, morosa, incompleta e péssima, a obra que foi executada. Pois que é real, ainda em 1894 se caçavam patos d'água e se navegava nas lagoas do campo de Marte. Em 1895, reencetou-se a obra de aterro do campo com a terra barrenta do morro do Senado. Os terrenos que se originaram desse aterro foram considerados isentos de foro, fora do poder do Estado e dos direitos da municipalidade, em observância ao disposto pelo decreto de 8 de março de 1879. Em se abrindo as ruas Visconde Duprat Pinto de Azevedo, Pereira Franco e outras (1890/1896), deu-se por terminada a obra do aterro do campo de Marte, que compreendia toda a zona entre o edifício do Asilo de Mendigos e a antiga estação da Companhia dos Bondes para São Cristóvão.

Arraial de Mataporcos[68]

O lugar da mata dos porcos – ou arraial de Mataporcos, como ficou sendo conhecido,– era um sítio dos mais aprazíveis do Rio de Janeiro – no dizer de monsenhor Pizarro e Araújo. Inclui-se no, número dos primitivos povoados extra-muros da cidade. Os seus primeiros habitadores localizaram-se pelas encostas dos morros dessa região, por extremo paludosa, e suas atividades reduziam-se à caça, à pesca e a uma inferior cultura agrícola. Somente com o trabalho do negro africano escravizado começou a prosperidade de Mataporcos, berço do moderno bairro do Estácio.

Escravos

A primeira leva de escravos chegou ao Rio de Janeiro no governo do tirano Ruy Vaz Pinto (1617/1620) e veio consignada a Diogo Vaz Pinto, irmão do governador e um terrível negocista. O braço escravo incentivou bastante a vida rural carioca e a de toda a capitania do Rio de Janeiro, substituindo com muitas vantagens o indígena – em regra indolente e insubmisso. Estabeleceram-se, então, novas fontes de progresso e Mataporcos desenvolveu-se bastante.

Progredimento

No decorrer do século XVIII, outras as condições de vida, com o progredimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, os antigos arrabaldes foram sendo urbanizados e perdendo de muito a antiga originalidade. Os seus habitantes começaram a adotar novas atividades e novos costumes. É certo ainda, porém, que, a um período de progredimento, seguiu-se uma fase de decadência em alguns bairros, sendo Mataporcos um deles. Depois, com os melhoramentos que se começaram a fazer, em 1790, abriram-se novos caminhos ao progresso de Mataporcos, beneficiado com melhores vias públicas de comunicações, calçamentos e outras utilidades. Foi nessa ocasião que, regularizando-se o trânsito para os pedestres e para as tropas de mercadoria, se abriu uma estrada desde Matacavalos até encontrar a do Engenho Velho, na embocadura do caminho de São Cristóvão. A entrada do Engenho Velho corresponde à rua Hadock Lobo, e a que se abriu às ruas Frei Caneca e Estácio de Sá. Desde 1790, o lugar da mata dos porcos veio sempre progredindo, para ser, nos nossos dias, o comercial e populoso bairro do Estácio de Sá.

Chácara de Mataporcos

Grande parte das terras de Mataporcos, em remota época, pertenceu a um Manoel Fernandes, o qual, embora dito lavrador, pouco trato deu às mesmas terras por ele, afinal, arrendadas. Desse arrendamento, que se fez no meado do século XVII, vieram as divisões e subdivisões das terras de Mataporcos. Uma das divisões, a maior talvez, com frente à estrada de Mataporcos e fundos no mangue da Cidade Nova, foi concedida a Custódio José Fernandes da Silva, em 1812, por provisão da Mesa do Desembargo do Paço, para o fim de aterrar os alagadiços, ficando o concessionário desobrigado de outros ônus. Sucedeu a Fernandes da Silva, um operoso lavrador, Manoel Francisco de Oliveira que, completando e solidificando os aterros feitos pelo seu antecessor, estabeleceu na grande área aterrada uma granja que lhe deu fortuna. Além da granja, era também dono de um grande capinzal que cultivava com todo o trato apropriado e que lhe dava uma renda anual superior a doze contos de réis. A venda do capim era feita em larga escala, por atacado e a varejo. A grande freguesia, constituída das tropas de mercadorias que, de retorno ao interior, ali, na granja do Oliveira, faziam uma estadia de semana, quase sempre. A grande propriedade era conhecida por chácara de Mataporcos. Em morrendo Manoel Francisco de Oliveira, foi a dita chácara à praça de ausentes e órfãos, sendo arrematada por Lourenço

José ribeira. Esse novo dono, para dar fim às rixas com os seus rendeiros e, principalmente, visão à posse das valas de agrião que atravessavam terrenos da sua chácara, conseguiu fixar, judicialmente, os limites da sua chácara, limites que se estenderam bastante, em virtude da sentença, formando-se uma maior bacia, que abrangeu toda a extensão das valas. Em 1833, já a chácara de Mataporcos pertencia ao rico e industrioso cônego José Luiz de Freitas, que era dono, também, de vastos terrenos no mangue da Cidade Nova, que foram por ele bastante beneficiados. Os herdeiros do cônego Freitas venderam a chácara a Lima, Borges & Cia. que, ainda em 1876, eram os donos dela. Por despacho de 20 de junho desse dito ano, a referida firma obteve da Ilustríssima Câmara a licença para aterrar um lodaçal que se formara nos fundos da chácara, sob a condição de aforamento de terreno resultante do aterro e de um donativo de quatro contos de réis, para a construção do novo Paço Municipal. Mas a concessão da Ilustríssima Câmara tornou-se nula em presença de um decreto do governo do Império desapropriando terrenos em Mataporcos e nos quais estavam compreendidos os da chácara. Lima, Borges & Cia. Apresentaram protesto contra a desapropriação. Por despacho de 1º de setembro de 1876, a Ilustríssima Câmara considerou o caso como a ser julgado em juízo. Essa desapropriação compreendeu uma área de 201 braças na rua do Sabão do Mangue, depois visconde de Itaúna, entre as ruas Laura de Araújo e Machado Coelho, destinada à construção da Casa de Correção. Já em 1849, o governo havia cogitado dessa construção, e do entendimento havido com a municipalidade sobre o local resultou a deliberação da Ilustríssima Câmara, de 1851, cedendo ao governo imperial, por aforamento, a precitada área, mediante o foro anual de vinte mil réis. Anos decorreram, e nada se fez e cumpriu do ajuste, e daí a concessão a Lima, Borges & Cia.. em 1876. Em parte da área em apreço, está o edifício do Hospital de São Francisco de Assis, antiga sede do Asilo de Mendigos.

Mangue de São Diogo

Uma larga e segura visão das necessidades do Rio de Janeiro teve o governo do príncipe regente dom João – depois rei VI deste nome ao fixar-se na antiga capital da Colônia. Entre as sábias medidas tomadas figura o beneficiamento geral dos arredores da cidade. Com esse objetivo, pródigo foi o príncipe regente em conceder alagadiços, para que fossem beneficiados com aterros solidificados e moradas de casas. As concessões eram a título precário e o concessionário pessoa idônea, de cabedais e que pudesse cumprir as condições estipuladas. Assim se procedeu no Mangue de São Diogo, no qual uma parte vinha sendo aterrada de anos atrás, mas defeituosamente.

À direita do caminho das Lanternas – rua Senador Euzébio dos nossos dias – mediram-se, então, 220 braças de frente, divididas que foram em porções de doze braças cada uma, reservando-se quatro porções para a construção dos armazéns reais – obra nunca levada a efeito. Na sua quase totalidade, é interessante dizer, o aterro do Mangue de São Diogo fez-se de forma a dar aos terrenos resultantes a direção de norte a sul, em linhas regulares de fundo e a mostrar duas faces ou frentes. É ainda curioso recordar os arruamentos feitos nessa região, no período de 1809 a 1816, os quais se dispunham de maneira a quadrar as ditas porções, que formaram grupos distintos, com superfícies diferentes. Mais tarde, com a abertura de novos logradouros públicos, houve o corte dessas porções e a alteração dos antigos grupos, aumentado de nº, em conseqüência das divisões e subdivisões havidas. O critério adotado tornou mais rápido o enxugamento do mangue e a construção da casaria. Correram os anos, e com eles passaram os cuidados pela conservação do arrabalde de São Diogo. A casaria envelheceu, as chácaras abandonadas, e novos alagados formaram-se nos terrenos dessas antigas residências abandonadas e entregues à ruína. Vieram intrusos, gente de pouco trato e bem pouco escrupulosa, e com essa gente a municipalidade lutou anos a fio para fazer firme os direitos de senhorio do município sobre os terrenos de São Diogo, incluídos todos nas suas sesmarias.

Das primitivas chácaras, a mais importante foi a chácara de São Diogo, voltada para a nascente, ocupando terras do morro do mesmo nome, com a sua enorme pedreira e, ao alto, rodeada de palmeiras, a magnífica casa residencial dos donos da chácara. Era banhada, de norte a oeste, pelo mar, à beira do qual o dono da chácara – capitão Antônio Fernandes Pereira – abriu uma via pública, cortando a rocha e aterrando desde a bica dos Marinheiros até o saco do Alferes. Calçou toda ela, correndo sobre o mar

um cais de parapeito, todo ele de cantaria. Nesse logradouro, que se denominou praia Formosa, o capitão Pereira executou outras obras de utilidade pública e de aformoseamento, vendeu terrenos prontos para edificações e arrendou trechos da pedreira para fins industriais. Foram os próprios arrendatários do capitão Pereira os autores, em 1835, de uma ação forense contra a sua viúva, Luísa Rosa Avandano Pereira, porque a conceituada senhora, procurando conservar a obra do seu marido, se opusera às pretensões desses indivíduos – pedreiros ricaços e brutamontes – ocupando as marinhas fronteiras aos trechos da pedreira que traziam arrendados. Rosa Avandano, procurando afastar-se dessa luta de mesquinhas ambições e já possuidora de grande fortuna, vendeu a chácara, pedreira, terrenos e mais bens imóveis que possuía, em São Diogo e na praia Formosa, ao rico proprietário José Joaquim Ferreira de Lima e Silva, que comprou também os semoventes. Lima e Silva era riquíssimo, residia na casa nº 16 do morro de São Diogo, e na partilha dos bens do seu casal, por morte da esposa Joaquina Maria da Conceição, a parte que lhe coube montou a mais de trezentos contos de réis, fora valiosos objetos de ouro e de prata e grande nº de escravos. Essa partilha foi processada no juízo da 1º Vara Cível da Corte e julgada por sentença, de 4 de dezembro de 1876. Lima e Silva, em 1885, já havia falecido, existindo um filho seu de igual nome.

Pedreira de São Diogo

A histórica pedreira de São Diogo, rocha-gnais perfiroide – imensa, envolta em lendas, começou a ser explorada industrialmente, no século XVIII, quando o seu proprietário, o já referido capitão Antônio Fernandes Pereira, arrendou os principais pontos da pedreira. Um dos primeiros arrendatários foi Joaquim de Almeida, mestre canteiro de arte. Perito pedreiro de muita nomeada, Joaquim de Almeida, que enriqueceu, aparece funcionando, várias vezes, em vistorias administrativas do Senado da Câmara, na qualidade de árbitro dessa Assembléia. Das hábeis mãos do pedreiro Almeida saíram as pedras lisas de palmo e meio e em quadra, com as quais se calçaram pela primeira vez, aperfeiçoadamente, as ruas principais da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Essas pedras foram extraídas da pedreira de São Diogo, a qual, em 1907, mereceu de alguém a simpática idéia de um monumento que a perpetuasse, levantando um monolito que marcasse a sua altura máxima. Por escritura, de 20 de abril de 1889, a pedreira de São Diogo foi vendida por sessenta contos de réis à Fazenda Nacional, para uso da Estrada de Ferro Dom Pedro II – hoje Central do Brasil. Nessa venda, foram incluídos os terrenos adjacentes e dois prédios de sobrado à rua de São Diogo, fronteiros à estação da dita estrada.

Praia Formosa

Como em muitos outros pontos da costa brasileira, no Rio de Janeiro a penetração da terra fez-se do litoral para os sertões e, assim sendo, desde logo se operou a ocupação da chamada borda do mar pelos conquistadores da terra carioca. Acautelavam-se, assim, os primeiros povoadores, dos ataques do gentio que dominavam o sertão, e, também, para melhor angariarem os meios de subsistência. No século XVIII, toda a região litorânea, desde a Prainha até São Cristóvão, já estava coberta de chácaras, com casas de morada bem confortáveis. Roças estendiam-se pelos vales e ornavam os montes, sendo de notar os canaviais de morro de São Diogo, batido ainda pelo mar. Capelas e ermidas coroavam os outeiros. Em 1711, ao pisar esse recôncavo, o invasor francês praticou depredações, como se lê de uma memória no livro de assuntos de batismos e óbitos, fls. 85, da antiga freguesia da Sé e escrita pelo respectivo cura – o padre Bartolomeu Franca: "... e os invasores penetraram na cidade, de onde fugiram todos pela terra a dentro a uma hora de uma noite escura e chovendo a potes, parecendo, de pena, chorar o céu, e, nesse dias de cruel peleja, botaram gente pelos outeiros da Prainha até São Diogo e pelas roças que ali existiam apanharam muito ouro e prata."** No chamado Recôncavo da Cidade, entre a ponta do saco do Alferes – dita mais tarde –, no século XVIII, do Boticário – e o braço do salgado na foz do Iububuracica ou Iguaçu

– rio comprido de águas claras e volumosas, onde estava a aguada dos marinheiros, estendia-se, em curva graciosa, a praia Formosa, amena e pitoresca, com as suas moradas de casas nobres, as suas características cabanas de pescadores e os seus canaviais a balançarem ao sopro constante da brisa. Para a enseada da praia Formosa afluíam os barcos do pescado e as galeras das mercadorias. Nas noites luarentas, um doce encantamento envolvia essa paragem com as canções dos trovadores ao som mavioso das violas. Morada e propriedade de ricos armadores de navios e de mestres pedreiros, as casas nobres da praia Formosa tinham terraços ajardinados que avançavam sobre o mar, com parapeitos de cantaria sustentados por fortes colunas. Desses terraços, os que existiam, ainda em 1829, foram demolidos por ordem do imperador Dom Pedro I – que, em um passeio matinal pela dita, os considerou ilegais, por ocuparem logradouro de servidão pública. Nessa época, ainda residiam na praia Formosa os irmãos Carlos Augusto Taunay e Felix Emílio Taunay, depois barão de Taunay.[69] Outras ilustres famílias residiram na praia Formosa, onde, em 1835, os moradores vinham sofrendo certos vexames pela ausência de cuidados da administração pública. A construção do cais do porto mudou por completo a feição do litoral da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, desde São Bento até o Caju.

São Diogo

Também lugar de confortáveis residências, com cuidadas chácaras, onde assistiam distintas famílias e quase todas ricas. A família do coronel Manoel José da Costa, casado com Rita Maria do Carmo, havendo do casal três filhos: o padre Manoel José da Costa, Engracia Maria da Costa e Rita Maria da Costa. Engracia foi casada com Manoel José Ribeiro de Oliveira e Rita com o dr. Luiz Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça. A família Costa residia em chácara de sua propriedade, bem cuidada, extensa e selecionada arborização. Ocupava chão foreiro à municipalidade e tinha frente para os quartéis do campo de Santana e fundos em São Diogo, no campo dos Urubus, sítio da rainha. Toda uma região está ocupada pela Estrada de Ferro Central do Brasil, com exceção da pequena parte norte da chácara, da qual saíram terrenos para abertura de rua, em direção ao saco do Alferes – atual rua da América. No campo dos Urubus existiu um matadouro público para abater o gado de consumo dos moradores da cidade. Esse estabelecimento era subordinado ao Senado da Câmara e foi fechado, em 1798. Também existiu, no dito campo, um cemitério para animais. A chácara do coronel Costa começou a ser desmembrada em 1823, partilha por ocasião da morte do referido militar.

Em se falando de São Diogo, não deve ser esquecido Eduardo Price, morador e proprietário no dito lugar, onde possuía vasta área de terrenos, da qual, com licença da Ilustríssima Câmara, de 24 de maio de 1859, Price desmembrou 101 braças que vendeu à Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II, para a construção das oficinas dessa empresa, ainda existentes, aumentadas e dotadas de moderno aparelhamento. No restante de seu terreno, cerca de 104 braças de frente pela rua velha de São Diogo – atual João Caetano —, tinha a sua confortável casa de residência, com cuidada chácara. Para terminar, resta-nos dizer sobre as concessões de terrenos, no antigo mangue de São Diogo, à Companhia de Iluminação a Gás, representada pelo seu presidente – o comendador Irineu Evangelista de Souza – mais tarde barão e visconde de Mauá. Essas concessões foram feitas pela Ilustríssima Câmara, em 1852, e em 1853. Dos terrenos concedidos, tinha o domínio útil um rico proprietário de nome José de Oliveira Fernandes e por ele transferido à dita Companhia, em duas diferentes porções, sendo uma de 58 braças de frente pela rua do Aterrado —, depois Senador Euzébio – com fundos na rua de São Diogo – atual General Pedra – e a outra de 5 braças apenas, ocupada por cinco pequenas casas térreas de porta e janela-rótula. A porção maior foi avaliada em dezoito contos quatrocentos e trinta mil réis e, por esse valor, transmitido o seu domínio útil. A menor avaliou-se em quatorze contos de réis. Nos termos da concessão da Ilustríssima Câmara, o aforamento desses terrenos fez-se à razão de quatrocentos réis a braça, anualmente. Mais um terreno, de 6 braças de frente pela rua do Aterrado, comprou a Companhia de Iluminação, com licença da Câmara, a Francisco José de Assis e à sua mulher Polucena Maria de Assis, pela quantia de quatro contos de réis.

---

* Monsenhor Pizarro e Araújo na sua obra *Memórias históricas do Rio de Janeiro* transcreve a memória do padre Bartolomeu Franca. (N.A.)

Iluminação Pública

A Lei Orgânica de 1º de outubro de 1828, dispondo sobre o sistema político e social das municipalidades brasileiras, outorgou-lhes a direção de importantes serviços públicos de interesse local, sendo um deles o da iluminação. No Rio de Janeiro esteve, no seu começo, a cargo da Câmara da cidade, depois entregue à Intendência Geral da Polícia e voltou à administração municipal, em fevereiro de 1831, em observância à lei precitada. Em janeiro de 1844, passou de novo para o governo do Império, na forma do disposto pelo parágrafo 18, do art. Iº, da Lei 317, de 21 de outubro de 1843, e assim continuou com a República, entregue ao Governo Geral. Foi a 11 de março de 1851 que a Companhia de Iluminação a Gás, presidida pelo então comendador Irineu Evangelista de Souza, firmou contrato com o governo Imperial para a iluminação da Corte pelo novo sistema. Logo foram as obras iniciadas, e a 25 de março de 1854, aniversário da Constituição do Império, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro estava iluminada a gás. De fato, a iluminação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro estabeleceu-se durante o governo do vice-rei conde de Rezende (1790/1801) que determinou fossem iluminadas as ruas da cidade – então com cerca de 50 mil habitantes, segundo Thomas Jefferson, que foi presidente dos Estados Unidos.*

Cessionária da Companhia de Iluminação a Gás, a The Rio de Janeiro Gas Company Limited assumiu todas as obrigações do contrato da cedente, a 1º de julho de 1865, na forma do disposto pelo decreto nº 3.456, de 27 de abril de 1865, que permitiu funcionasse a citada empresa inglesa no Brasil. A 30 de novembro do mesmo ano de 1865, a Ilustríssima Câmara concedeu a competente licença a Bartlett James, na qualidade de presidente da antiga empresa de Iluminação Pública, em liquidação, para a venda, por duzentos contos de réis, dos terrenos e dos edifícios da chamada Fábrica do Gas, à rua do Aterrado, e também de um terreno de 6 braças de frente por 22 ditas de fundo, na travessa do Gas. Em 21 de abril de 1879, a Gas Company Limited inovou o seu contrato. Posteriormente, apareceu Henry Brianth contratando o serviço de iluminação por gás, aperfeiçoado e autorizado a requisitar todo o material da Gas Company Limited, inclusive o gasômetro e as oficinas. Logo depois, Henry Brianth transferiu o seu contrato à Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, empresa francesa, que se organizou a 17 de março de 1886, e com autorização para funcionar no Brasil, pelo decreto 9609, de 22 de junho de 1886. Henry Brianth associou-se à nova empresa, que começou a operar a 1º de setembro, ainda em 1886. Em 1899, foi inovado o contrato da Socié té e, em 1909, fez-se uma revisão. O contrato da Société Anonyme du Gaz terminou a 15 de setembro de 1945. Agora o serviço da iluminação do Rio de Janeiro está a cargo da Companhia Luz e Força, a antiga Light and Power. O edifício do gasômetro ainda existe, guardando as mesmas linhas arquitetônicas primitivas, modificado na parte interna, apenas. Ocupa terreno artificial oriundo do aterro do mangue de São Diogo. Anteriormente ao gás, aplicava-se o azeite. Os lampiões eram suspensos por pilastras de ferro nos logradouros. A princípio de madeira, até 1843, quando se fez a substituição, para chegada, a 3 de setembro de 1843, da princesa Teresa Cristina, que foi a terceira e última imperatriz do Brasil. Nessa ocasião, possuía a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro apenas 1.759 lampiões e tinha uma população de 107.814 almas. Nos nossos dias, tem milhões de habitantes e é, dizem, a cidade melhor iluminada do mundo.

Questões sobre Terrenos

De princípio, neste capítulo, fizemos notar que, na sua quase totalidade, os terrenos oriundos dos aterros dos mangues da cidade e vizinhanças deram motivos a complicadas questões nos tribunais da Corte. A municipalidade, fazendo valer os seus legítimos direitos senhoriais e usufrutuários, e os posseiros ou os arrendatários procurando usurpar aqueles direitos. Os que se insurgiram contra a Câmara Municipal, como ainda hoje se insurgem muitos contra a Prefeitura, eram e são, na maioria, posseiros, intrusos dos terrenos, vivendo acobertados pela advocacia administrativa, que bem funesta tem sido à

* Jornal do Commércio, 10 de outubro de 1883. (N.A.)

vida econômica da municipalidade.

Em São Diogo encontramos José de Oliveira Fernandes, de quem já falamos, como posseiro intruso de um terreno de 90 braças de frente pelo Aterrado e 60 ditas de fundo e de mais um outro, que comprara a Polucena Luiza de Brito, que media de frente pelo Aterrado 55 braças e igual extensão de fundo, tendo sido a compra desse último terreno em reserva.

Manhoso homem de negócios, Oliveira Fernandes denunciou à Coroa os precitados terrenos como devolutos e conseguiu um alvará de mercê régia, em 21 de abril de 1818, que lhe entregou a posse administrativa dos mesmos terrenos. Mas, como ficou provado depois, Fernandes na sua denúncia ocultou a verdadeira situação dos terrenos, sonegando documentos sobre a ocupação precária que deles fazia e cuja posse útil de caráter definitivo só poderia ser reivindicada junto à Coroa, judicialmente. Em dispondo, como dispôs, por venda amigável e particular, de vários lotes dos terrenos que administrava, Oliveira Fernandes criou, com esse seu abusivo ato, uma situação falsa aos compradores, que só foi posta descoberta com a lei de outubro de 1834, que à municipalidade [deu] em usufruto os rendimentos dos terrenos de mangues e de marinhas do município da Corte. Bem rico, e valendo-se das suas altas relações, José de Oliveira Fernandes durante longos anos desfrutou largas vantagens dos terrenos que possuía indevidamente, chegando a transferir o domínio útil de alguns, ocupados por prédios que ele próprio construíra. É de lamentar em tudo isso, a defesa que Fernandes encontrou da parte dos Tribunais. Afinal, em 1857, velho, cego e cansado da luta, por ele mesmo considerada inglória, decidiu-se a fazer a remissão dos terrenos e a desistir das questões que mantinha com particulares e com a municipalidade, cujos direitos declarou reconhecer.

Patrimônio Territorial da Municipalidade do Rio de Janeiro

Em ofício de 6 de fevereiro de 1844, a Ilustríssima Câmara fez sentir ao ministro da Justiça, que era, então, o conselheiro Manoel Alves Branco, a necessidade de ordens aos tabeliões sobre não serem passadas escrituras de transmissões de propriedades reconhecidas em direito, debaixo de qualquer título, sem que as partes interessadas provassem ter obtido da Ilustríssima Câmara Municipal a respectiva licença, visto que a cidade, pela maior parte, está edificada em terrenos do patrimônio territorial da municipalidade e, portanto, a continuar o critério em prática seria um ataque positivo ao senhorio direto do município, com as vendas e compras livres que se faziam. Foi mais um esforço da Ilustríssima Câmara na defesa de seu patrimônio territorial sempre esbulhado.

Fim

Notas

Exórdido

1. p (37) – Vários significados se têm dado à palavra indígena "carioca":

a) Casa da água corrente, segundo escreve Lery na sua *Histoire d´un voyage fait en la terre de Brésil*, – págs 398 e 399.

b) Água corrente de pedra, diz monsenhor Pizarro e Araújo, à pág. 51 do tomo VII das suas *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, 1822.

c) Mãe d'água, na opinião do cônego Fernandes Pinheiro, expressa na sua memória histórica e documentada *A Carioca*, publicado na pág. 565, do tomo XXV, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* —, 1862.

d) Casa da Fonte – Domus Fontis, Fonte da cidade, etc... Como se lê à pág. 495 do *Glosiaria linguarium brasiliensis*, de Martins.

e) Casa dos Carijós diz Varnhagen, na sua importante obra *História geral do Brasil*, tomo 1, pag. 86, *infine* —, 1876.

Consideramos este último o significado mais aceitável. A tribo dos carijós habitou extensa região litorânea do Rio de Janeiro e daí a corruptela, pelos portugueses, do nome "carijós" para "carioca". No interessante estudo *Etimologias brasileiras* – publicado no vol. II, pág. 404 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Vale Cabral trata do vocábulo Carioca.

Capítulo I – Conquista e Fundação da Cidade do Rio de Janeiro

2. pág. p (44) – Em chegando ao Rio de Janeiro e conhecendo da situação de forte e segura defensiva em que se encontrava o inimigo, Estácio de Sá, bem adestrado na guerra e como sempre prudente, procurou localizar-se taticamente e aguardar a ocasião propícia para, certo da vitória, acometer os franceses. Assim, esteve dois anos, dois anos que lhe custaram sacrifícios cruentos, para seguro êxito da sua alta e árdua missão, sempre atento com denodo e patriotismo.

É de justíssima homenagem à memória de Estácio de Sá recordar o que a respeito dele escreve o grande padre Anchieta, o Apóstolo do Brasil, em tratando da conquista do Rio de Janeiro pelos portugueses: "Nesta conquista que durou dois dias, andaram os homens como os religiosos, confiados em Deus, na presença do capitão-mor Estácio de Sá, o qual, além do seu grande esforço e prudência, era a todos exemplo de virtude e de religião cristã. Foi varão merecedor da nobreza dos seus antepassados, lustre da sua descendência e exemplar de conquistadores valorosos", *Crônica da Companhia de Jesus*, livro 3, e *Vida do padre Anchieta*, livro 2.

Capítulo IV – Botafogo

3. pág. (56)— A borda do vale onde está assente o velho bairro de Botafogo era uma praia, sem a monotonia da reta, em longa e graciosa curva, e fechada no extremo esquerdo pelo outeiro, depois chamado morro da Viúva e, no da direita, pelo que veio a chamar-se do Matias. Essa obra natural, de perfeição divina, como muitas outras com que Deus dispôs o panorama da terra carioca, veio a ser destruída pela mão do homem.

Por mais de 70 anos, a praia foi chamada de Francisco Velho, nome de um expedicionário português, de 1565, que ali logrou terras, e pelas suas atividades progressistas e úteis ao lugar se fez bastante conceituado. Somente depois de 1640, o logradouro começou a figurar, oficialmente, com a denominação de João de Souza e, posteriormente, Botafogo, prenome e sobrenome de um ricaço, João de Souza Botafogo, tronco de uma importante família carioca, senhor de engenho, oleiro e dono de terras na paragem de Botafogo, onde morava.

4. pág. (56) – Clemente José de Matos, antes de ser padre, formou-se em leis pela Universidade de Coimbra. Voltou para o Rio de Janeiro, onde passou a exercer a profissão de licenciado – bacharel em direito, advogado. Em sendo perseguido pela Inquisição, por ter sido acusado de um crime que não cometera, teve que fugir para Roma. Ali, conseguiu o perdão do papa e ordenou-se, então. De volta ao Rio de Janeiro, exerceu o cargo de vigário-geral do bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro.

5. pág. (57) – Homem de grande valor, intelectual e moral, foi o deão da Sé, Gaspar Gonçalves de Araújo, nascido em Santos, São Paulo, a 4 de maio de 1661 e falecido em 25 de outubro do 1754, no Rio de Janeiro, sendo sepultado na capela dos Terceiros de N.S. do Carmo. Ordenou-se em Portugal, recebendo o grau de doutor em leis pela Universidade de Coimbra. Voltou para o Brasil, indo ser vigário na sua terra natal, juiz dos casamentos e também visitador geral das vilas do sul do Brasil. No fim do ano de 1706, fixou residência na Bahia, onde exerceu com raro brilhantismo a advocacia, e onde, diz monsenhor Pizarro, tornou-se acreditado pelos sábios daquela cidade por literato da melhor nota, assim nas matérias de jurisprudência civil, canônica, teológica, como nas do Foro. Deixou a Bahia, abandonando a advocacia, veio para o Rio de Janeiro, em 1712. Foi vigário-geral da diocese fluminense e recebeu a dignidade decanal, a 15 de março de 1715.

6. pág. (57) – Natural do Rio de Janeiro, onde faleceu a 14 de abril de 1821, e sepultado na igreja de São Pedro – um primor de arte, demolida recentemente para a abertura da avenida Presidente Vargas.* monsenhor Miranda era formado pela Faculdade Canônica da Universidade de Coimbra, dedicou-se à advocacia e pelos seus conhecimentos jurídicos fez-se notória a sua competência.

7. pág. (66) – Foi uma justa homenagem a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, notável vulto da nossa história. Deputado pelo Brasil às Cortes Gerais de Lisboa, brilhou pelo seu talento e sua grande eloqüência. Estava sempre à frente de toda a campanha em defesa dos interesses do Brasil. Foi deputado à Constituinte do Império e senador por Minas Gerais, em 1828. Regente do Império, em 1831, e ministro por várias vezes. Grande abolicionista, só permitia o trabalho livre nas suas fazendas, em São Paulo. Nasceu em 1779 e faleceu a 13 de setembro de 1859.

8. pág. (66) – Nascido na Bahia, a 22 de novembro de 1796, e falecido no Rio de Janeiro, a 5 de outubro de 1865. Homem culto, o marquês de Abrantes foi deputado, senador, ministro da Fazenda e ocupava a pasta dos Estrangeiros quando da célebre questão Christie (1862/1863) que levou o Brasil a romper relações com a Inglaterra, exigindo dela satisfações. Foi árbitro nessa questão o rei Leopoldo I da Bélgica, que a decidiu favoravelmente ao Brasil, em 18 de junho de 1863. A 23 de setembro de 1865, sendo o mediador o rei dom Luiz I de Portugal, fez-se o reatamento.

9. pág. (67) – Luiz Felipe Gastão de Orleans, conde d'Eu, marechal do Exército Brasileiro, substituiu o duque de Caxias, em março de 1869, no comando das forças em operação na guerra com o Paraguai, dirigindo a tomada da vila de Piribui. Filho do duque de Nemours, da mais alta e rica nobreza francesa progênie de reis, o conde d'Eu casou-se, a 15 de outubro de 1864, no Rio de Janeiro, com a princesa imperial do Brasil, Isabel Cristina Gonzaga Bragança de Orleans, filha do imperador do Brasil, Dom Pedro II, e da imperatriz Teresa Cristina. A princesa Isabel, a Redentora, era a herdeira do trono do Brasil, cujos destinos dirigiu por três vezes, como regente do Império, de 1871 a 1872, 1876 a 1877 e de 1887 a 1888. Notável figura de mulher e de soberana, ela amou e prestou relevantes serviços ao Brasil, ligando o seu nome a feitos memoráveis, como o recenseamento do Império, tratado de limites com o Paraguai, a reforma da instrução pública e a libertação dos escravos. A propósito deste último escreve um dos muitos biógrafos da grande brasileira o seguinte: "O seu nome se encheu de glória, apresentando e consagrando de um modo humano e simples a abolição completa da escravidão. Assim foi a precursora da nova época da nossa civilização." Por todo o Brasil é perene a lembrança da princesa Isabel, a Redentora.

---

* A avenida Presidente Vargas foi inaugurada em 7 de setembro de 1944. (N.E.)

Capítulo V – Copacabana

10. pág. (69) – De época bem remota, existia um caminho ou estrada, para servir de comunicação entre Botafogo e o litoral sul. Durante longos meses, entretanto, ficava intransitável, devido às grandes chuvas de verão. Somente no começo do século XIX, o Senado da Câmara voltou suas vistas para Copacabana, com a preocupação de fomentar o progresso dessa região. Principalmente depois da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, Copacabana tornou-se lugar predileto de passeios. Melhorou-se, então, a precitada via pública, de forma a oferecer bom trânsito às cavalgadas reais em demanda à praia. Houve, depois, um longo período de abandono e Copacabana tornou ao que era: um longínquo subúrbio da cidade, oferecendo perigos de assaltos, pois as suas matas serviam de esconderijo a escravos fugidos e a facínoras. Em 1870, já bem outra era a situação, melhorada com aberturas de vias públicas e construção de boas casas residenciais. Já em 1879,* o antigo caminho para Copacabana tinha a denominação de rua do Barroso e, no dito ano, foi bastante melhorada desde o seu começo, onde terminava a rua Real Grandeza, até o seu fim, que era a baixada do morro, no areal da praia de Copacabana. Esses melhoramentos foram levados a efeito pelo dr. Francisco Bento Alexandre de Figueiredo, na forma de um contrato que firmou com a municipalidade, a 28 de fevereiro de 1879. O dr. Alexandre de Figueiredo era proprietário de boa e grande chácara, situada ao fim da rua do Barroso, assim chamada por ter sido aberta em terrenos de José Martins Barroso, ricaço morador em Copacabana.

Capítulo VII – Laranjeiras

11. pág. (84) – Com bastante verdade, Luiz Gonçalves dos Santos – o padre Perereca – escreve na sua importante obra histórica *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, pág. 27: "... mas no governo dos vice-reis marquês do Lavradio e Luiz de Vasconcelos e Souza é que propriamente a cidade do Rio de Janeiro fez o maior progresso em edifícios, regularidade das ruas e civilização dos seus moradores, como também na extensão do seu comércio, agricultura e alguns ramos de indústria e no aumento da sua população. Foi então que a Providência como que preparava de antemão esta cidade para altos destinos..." De fato na sua governança (1769/1779), o marquês do Lavradio, terceiro vice-rei do Brasil, não se cingiu apenas a atender às exigências e necessidades da Metrópole portuguesa. Ele cogitou, também, dos interesses vitais do Rio de Janeiro, executando obras e assentando medidas que trouxeram vantagens econômicas e materiais à cidade, além de abolirem antigos costumes contrários à civilização.

Assim, também, útil e bastante foi a governança de Luiz de Vasconcelos e Souza (1779/1790) ao desenvolvimento intelectual e material do Rio de Janeiro. Esse vice-rei, grande admirador das nossas belezas naturais, espírito culto, prudente nas ações e simples no trato, soube conquistar a estima do povo. Pôs à frente da administração homens de competência, artistas e letrados, aos quais cercou de prestígio.

12. pág. (88) – José Antônio Lisboa Júnior foi conselheiro de Estado, deputado à Junta Comercial e ministro da Fazenda no reinado de Pedro I. Bastante ilustrado e grande financista. Nasceu no Rio de Janeiro, a 23 de fevereiro de 1773, e na mesma cidade faleceu, a 29 de julho de 1850.

Capítulo VIII – Catete

13. pág. (104) – Esse rico proprietário deixou três filhos: Manoel José Lisboa, Vicente José Lisboa e Venâncio José Lisboa Júnior – que foi, este último, notável jurisconsulto e íntegro magistrado, tendo sido, em 1861, nomeado desembargador e conselheiro de Estado, em 1871. Em militando na política, foi presidente das províncias do Rio de Janeiro e do Maranhão e deputado pelas mesmas. Formou-se pela Universidade de Paris, em 1830, e logo regressou ao Brasil. Nasceu a 7 de março de 1810, no Rio de Janeiro, onde faleceu a 23 de março de 1880. Por ocasião da sua morte muito se falou

---

* O primeiro plano de abertura de ruas em Copacabana data de 1874. No entanto, a inacessibilidade do local desanimava possíveis interessados em habitá-lo. A inauguração do túnel Alaor Prata (túnel Velho), em 1892, ligando a rua Real Grandeza à rua do Barroso (atual Siqueira Campos) intensificou a urbanização do bairro. (N.E.)

e se escreveu, exaltando as virtudes cívicas, o saber e a integridade do caráter do conselheiro Lisboa, cuja vida, no dizer de um dos seus biógrafos, "será o tipo da coragem cívica, que deve distinguir o magistrado; sua memória a fonte em que irão retemperar-se na hora do desânimo os diligentes apóstolos da sacrossanta religião da Justiça."

14. pág.— A rua Pedro Américo começou a ser aberta,* em 1810, com seguimento desde a rua do Catete até a pedreira do Cantagalo – daí, a denominação vulgar que teve, por muitos anos, de rua Cantagalo. Recebeu o nome de Pedro Américo, em homenagem, justíssima, aliás, a um dos mais notáveis pintores brasileiros. Pedro Américo de Figueiredo Melo nasceu na Paraíba, a 23 de abril de 1843, e faleceu em Florença, na Itália, a 7 de outubro de 1905. Pedro Américo, que aos 7 anos já desenhava, veio, em 1854, para o Rio de Janeiro, onde, à custa da bolsa particular do magnânimo imperador do Brasil Dom Pedro II, iniciou os seus estudos de línguas e ciências, ingressando depois na Academia de Belas Artes. Em 1856, por ordem e ainda à custa do imperador, partiu para a Europa, com destino à Itália, onde permaneceu, tornando-se notável pela sua brilhante inteligência, ilustração e arte. Era doutor em ciências naturais pela Universidade de Bruxelas e foi lente da cadeira de história das artes, estética e arqueologia da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Era dignatário da Ordem da Rosa do Brasil, cavaleiro do Santo Sepulcro de Roma e da Coroa da Alemanha. Vasta a sua produção artística, literária e científica. O Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro guarda cerca de 20 quadros de Pedro Américo, dos quais se destacam – *O Grito do Ipiranga* e a *Batalha do Avaí.* Dos livros: *A ciência e os sistemas*; *O Holocausto*, romance filosófico e *Estudos filosóficos sobre as belas artes na Antigüidade*. Em 11 de agosto de 1928, por iniciativa da Sociedade Brasileira de Belas Artes, inaugurou-se, no Passeio Público, o busto de Pedro Américo – escultura de Mazzuchelli.

Capítulo IX – Glória e Lapa

15. pág. (116) – Almoçataria era a repartição incumbida de inspecionar os víveres e outras utilidades de consumo público, fixando-lhes os preços. Em tempo de carestia, era investida de atribuições discricionárias, entre as quais a venda direta ao consumidor. O maioral da repartição tinha o título de juiz almotacé ou almotacel, eleito pela Câmara Municipal, cujas funções tinham não só o caráter administrativo, também o judiciário. A honestidade era a principal condição para o exercício desse espinhoso cargo.

16. pág. (119) – João Taylor, nascido na Inglaterra a 22 de novembro de 1796, era oficial da marinha inglesa e veio para o Brasil, ingressando na marinha de guerra, em 1822. Na memorável batalha da Armada Nacional na Bahia, em 2 de julho de 1823, o jovem oficial, comandando a fragata *Niterói*, tornou-se um bravo da Independência do Brasil. Com o posto de almirante faleceu no Rio de Janeiro, a 26 de novembro de 1855.

17. pág. (121) – Justa homenagem a Benjamin Constant, um dos chefes da revolução militar de 15 de novembro de 1889, que implantou o regime republicano no Brasil. Fez parte do Governo Provisório da República, ocupando a Pasta da Guerra. Era homem de alta cultura filosófica. Nasceu em Niterói, em 18 de outubro de 1833 e faleceu no Rio de Janeiro, a 22 de janeiro de 1891.

18. pág. (122) – Joaquim Gonçalves Ledo era ultraliberal e agitador popular e na campanha da Independência fez-se notável como redator do Manifesto aos Brasileiros, de 1º de agosto de 1822. Nasceu em 1781 e morreu em 1847.

19. pág. (124) – O dr. Francisco de Paula Cândido, nascido em Minas Gerais, a 2 de abril de 1805, e falecido em Paris, aos 5 de abril de 1864, era doutor em medicina pela Escola Médica do Rio de Janeiro. Na sessão do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 16 de dezembro de 1864, o notável dr. Joaquim Manoel de Macedo, em seu discurso, celebrando os sócios falecidos no correr de 1864, ao

* Essa rua, antes caminho para a pedreira, já era citada no final do século XVII. Portanto, 1810, deve ter sido o ano da regularização do traçado e aceitação do caminho, pela Câmara de Vereadores, como via. (N.C.)

referir-se a Paula Cândido disse: “Perdemos um brasileiro, por muitos títulos distinto, o nosso consórcio conselheiro dr. Francisco de Paula Cândido: a sua vida oferece uma bela história de dedicação, de honra, de futuroso labor científico, de amor à humanidade e provado patriotismo.”

20. pág. (126) – Dr. José Joaquim da Silva, afamado médico, muito distinto e conceituado no Rio de Janeiro. Faleceu em 30 de setembro de 1857.

Capítulo X – Ajuda

21. pág. (128) – Era formado em medicina e filosofia pela Universidade de Coimbra, tendo desempenhado comissões de relevo e foi médico da Casa Real. Nasceu no Rio de Janeiro, a 25 de dezembro de 1766, e na mesma cidade veio a falecer a 13 de dezembro de 1837. Teve o título de barão de Jacutinga.

22.. pág. (128) – Uma azinhaga – caminho estreito – aberta, no século XVI, pelos primeiros povoadores do Rio de Janeiro para acesso ao morro do Desterro – Santa Teresa hoje – em busca da água da Carioca, e, daí, o nome que teve por muitos anos, de caminho dos Canos da Carioca. A partir da segunda metade do século XVII, foram sendo levantadas melhores edificações, de pedra, que obedeceram a um alinhamento marcado pelas posturas da Câmara e, assim, aos poucos, essa via pública tornou-se importante e recebeu, afinal, a denominação de rua dos Barbonos – frades capuchinhos, italianos, cuja casa conventual instalou-se nesse logradouro, em 1742.

A grande casa dos Barbonos veio a servir de quartel de Polícia e ainda serve, bem mais aumentado e com adaptações modernas convenientes. A Ilustríssima Câmara, em 17 de dezembro de 1870, deu à rua dos Barbonos o nome de Evaristo da Veiga, notável jornalista, muito patriota e polemista, cuja pena esteve sempre firme e altiva na defesa das causas liberais. Foi redator da *Aurora Fluminense* e fundador da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – agremiação política, fundada a 19 de maio de 1831, com o intuito de sofrear os desmandos que se seguiram aos acontecimentos políticos que determinaram a abdicação de Pedro I, a 7 de abril de 1831. Evaristo da Veiga nasceu no Rio de Janeiro, a 8 de outubro de 1799, e na mesma cidade faleceu, a 12 de maio de 1837. É interessante recordar que, à mão esquerda, subindo a rua, ficava o edifício da Escola Municipal São José – uma construção, a nosso ver, leve, original e de linhas perfeitas. Com o advento da República e a nova organização municipal, passou a servir de sede ao Conselho Municipal. Demolido, levantou-se o suntuoso palácio para funcionar a Assembléia Legislativa da cidade.

23. pág. (129) – O chafariz que, por muitos anos, existia no largo da Mãe do Bispo, na atualidade belo logradouro com a denominação de praça Floriano Peixoto, esse chafariz, dizíamos, foi transferido para a praia de Botafogo, em outubro de 1903. Fez o desmonte, que importou em 762$000, Otávio Ribeiro Brasil, contratante das demolições da Prefeitura. Toda a cantaria e peças de ferro do tradicional chafariz foram transportadas em vagões da Companhia Ferro Carril Jardim Botânico, que fizeram 14 viagens.

Na bela precitada praça, além do monumento ao marechal Floriano Peixoto, fica o teatro Municipal, inaugurado a 14 de julho de 1909, com uma ópera – *Insônia*, letra de Escragnole Dória e música de Francisco Braga; um Noturno da ópera *Condor*, de Carlos Gomes, e a ópera lírica *Moema*, de Delgado de Carvalho. Terminou a brilhante festividade com a comédia, em 1 ato, *Bonança*, de Coelho Neto, representada pela Companhia Artur de Azevedo. A construção do Teatro Municipal foi iniciada a 2 de janeiro de 1905, estilo Renascimento Francês, obra do engenheiro civil, brasileiro, Francisco de Oliveira Passos. O pano de boca, muito artístico, de Eliseu Visconti. O Teatro Municipal do Rio de Janeiro presta-se à ópera, ao drama e à comédia.

24. pág. (132) – A rua da Ajuda foi, na velha Sebastianópolis, a rua do comércio francês do Rio de Janeiro, esmerado no trato com a freguesia, constituída do mundo elegante da época, aliás, bem afrancesada. Os mostruários franceses de modas femininas, alfaiataria, objetos de arte, novidades, etc. eram afamados. No nº 177 da rua da Ajuda, ainda em 1865, funcionava o estabelecimento de aparalhegem física de um técnico francês de nome Jean Lessou, de quem, já em 1861, os jornais

falavam, com reclamos, elogiosos bastante, das curiosidades de seu estabelecimento. Nesse ano de 1861, Lessou, licenciado pelas autoridades municipais e pela polícia, fez uma série de exibições na sua casa, e pelas casas particulares que pedissem, dos curiosos efeitos dos aparelhos de ótica que possuía. Foram os precursores do cinema.

25. pág. (132) – Em 1886, a Sociedade Amante da Instrução funcionava à rua Barão de São Felix e daí mudou-se, a 13 de dezembro do dito ano. Foi, então, instalar-se em sede própria, no antigo Palacete do barão de Irapuã, à rua Ipiranga, nas Laranjeiras. Nessa época, a benemérita instituição tinha perto de 60 meninas asiladas.

26. pág. (135) – Na velha Sebastianópolis, a boêmia cachorra rivalizou com a de Constantinópolis, antiga capital da Turquia. Ela dá tema à comédia, ao drama e à tragédia. Tinha atitudes de heroísmo, enfrentando salteadores às altas da noite, salvando os assaltados. Era como que uma polícia noturna, unida e que, valentemente, se defendia com os dentes...

Tinha o seu ponto de reunião, que se fazia à noite. Aí, grandes e pequenos se confundiam em defesa da raça. Temido era esse reduto: o beco dos Cachorros – depois travessa de Santa Rita. No Rio de Janeiro, desde o século XVIII, aos animais era dispensada proteção, principalmente quanto aos maus tratos. Os animais mortos eram apanhados por empregados da Intendência da Polícia, recolhidos em carroças adequadas e levados ao antigo campo dos Urubus, em São Diogo, onde ficava o cemitério dos animais e aí enterrados. Extinto esse cemitério, os enterramentos passaram a ser feitos em terreno do antigo Matadouro Público, na parte dos fundos. Esse matadouro tinha frente no largo de mesmo nome – hoje, praça da Bandeira – e fundos na praia Formosa. Ainda em 1868 funcionava esse cemitério. Em 17 de abril de 1860, encontramos, nos Anais da Câmara Municipal, a proposta de Rufier Martlet para fazer a remoção de animais mortos para lugar bem afastado do centro urbano, a fim de aproveitá-los em produtos de utilidade, tanto para as artes, como para a agricultura, com o privilégio de oito anos. Houve na Assembléia Municipal acalorada discussão em torno da proposta. A corrente contrária era constituída maioria, sendo a proposta recusada.

27. pág. (138) – Ao sancionar a lei nº 3.353 – a chamada lei Áurea – em 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil, a princesa Isabel, então regendo o Império pela terceira vez, já previa as conseqüências desfavoráveis à estabilidade da Monarquia. Mas, não vacilando, de pronto deu-lhe sanção, levada, é certo, dizem notícias da época, pela sua fé cristã. Conta-se ainda que, depois, a princesa veio a ouvir de um acatado jornalista as seguintes palavras: “Vossa Alteza recebeu congratulações do mundo todo; Vossa Alteza recebeu a Rosa de Ouro do papa: Vossa (Alteza) sorriu com satisfação – mas Vossa Alteza perdeu o trono.” O ato da sanção foi no precitado dia, um domingo, à tarde no Paço Imperial. O Paço, no então largo do Paço – na atualidade praça Quinze de Novembro. Foi feito luminoso, um transcendente acontecimento da nossa extinção da escravidão. Vibrou toda a Rio de Janeiro nesse dia, em manifestações patrióticas – homenagem à princesa Isabel – a Redentora – e aos abolicionistas – principalmente a José do Patrocínio, ardoroso abolicionista e emocionante tribuno – sobretudo quando se tratava da libertação dos escravos. José Carlos do Patrocínio, que era mulato, nascido em Campos, estado do Rio de Janeiro, foi um brilhante jornalista. Fundou, a 28 de setembro de 1887, o vespertino *Cidade do Rio*, com a finalidade de abrir, como abriu, franca e forte campanha em prol da libertação da raça negra no Brasil. Rosa de Ouro – condecoração do Vaticano, com a qual o papa agracia chefes de Estado, personalidades de destaque político, moral e social, por fatos e feitos com objetivo de benemerência. A entrega da comenda à princesa Isabel foi, com solenidade suntuosa, na catedral do Rio de Janeiro, com a presença do imperador, imperatriz, toda a família imperial, ministros de Estado, parlamentares, prelados, corpo diplomático, e, na rua Primeiro de Março, formada a tropa militar. A princesa recebeu, ajoelhada, a Rosa de Ouro das mãos do internúncio, que disse o seguinte: “Recebe das nossas mãos esta Rosa. Depositamo-la nas tuas, em virtude de comissão especial que nos foi outorgada pelo Santíssimo Padre – papa Leão XIII. Papa pela Divina Providência”. A princesa, ainda ajoelhada, beijou a Rosa de Ouro, recebendo-a, beijou o anel do internúncio e disse: “Agradeço ao Santo Padre esta grande prova de apreço e prometo ser filha obediente da Santa Sé.” Salvas da tropa e das fortalezas, e repiques de sino fizeram-se ouvir. Pela primeira vez na América a Rosa de Ouro – e a da princesa Isabel do Brasil – é um lindo artefato de joalheria, segundo crônica da época.

28. pág. (138) – Há um carioca merecedor, por muitos títulos, de ser memorado e homenageado pela cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – que lhe deve muitos serviços notadamente, no terreno da moral. Esse carioca é o bispo dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, primeiro e único prelado brasileiro que governou a diocese fluminense (1774/1805) no período colonial. Nasceu no Rio de Janeiro, a 23 de agosto de 1731 e faleceu a 28 de janeiro de 1805. Achava-se em Lisboa quando foi nomeado bispo coadjutor da diocese fluminense e logo, a 21 de fevereiro de 1774, embarcou na fragata *Nossa Senhora da Guia*. Chegou ao Rio de Janeiro a 15 de abril do mesmo ano e, a 29 do mês seguinte, em virtude do falecimento do bispo titular, a 5 de dezembro de 1773, tomou posse do bispado, que governou com zelo, bastante sabedoria e dignidade.

A respeito desse ilustre bispo diz, um dos seus muitos biógrafos, o seguinte: " dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco pertence ao número dos varões assinalados que ajudaram a construir a grandeza moral e material do Brasil." Na fazenda do Capão, em Inhaúma – lugar hoje chamado Capão do Bispo, de cuja fazenda era dono em virtude [de] herança, o bispo Mascarenhas promoveu, quanto lhe foi possível, diferentes culturas, principalmente a do café. Com o seu prestígio, concorreu bastante para a propagação da preciosa rubiácea, com a distribuição que fazia graciosamente, de milhares de mudas pela vizinhança.

29. pág. (139) – Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, de quem temos falado neste capítulo, governou a capitania do Rio de Janeiro durante trinta anos – 1733/1763 – e prestou-lhe administração inteligente e operosa. Instalou a nossa primeira tipografia, que pertenceu a Antônio Izidoro da Fonseca, queimada depois por ordem do governo português – para evitar a propaganda de idéias contrárias ao Estado. Presidiu o lançamento da pedra fundamental da Catedral, construiu o convento de Santa Tereza e levantou os famosos arcos da Carioca.* Deu abrigo aos lázaros no campo de São Cristóvão. Reconstruiu a fonte da Carioca, com um tanque público para lavagem. Instalou, a 15 de junho de 1752, a Relação do Rio de Janeiro e da qual foi o primeiro presidente. Em sua honra, e para estímulo e exemplo dos governadores, mandou o rei de Portugal que se colocasse o retrato de Gomes Freire no salão de honra do Senado da Câmara. Esse retrato a óleo e de corpo inteiro é obra do insigne artista brasileiro Manoel da Cunha e Silva, preto escravo que a arte libertou.** Gomes Freire faleceu a 1º de janeiro de 1763, e grandes homenagens lhe foram prestadas pelo governo, e pelo povo – que o chamava Pai da Pátria. O seu corpo teve sepultura no convento de Santa Teresa. O notável historiador Varnhagem considera Gomes Freire o maior governador dos tempos coloniais.

30. pág. (139) – A Academia dos Seletos foi fundada em 1752, e a sua primeira sessão realizou-se no próprio Palácio do governador, a 30 de janeiro do precitado ano. Da Academia dos Seletos fez parte o notável poeta português dr. Simão Pereira de Sá, que era doutor em Leis, de notória competência. Exerceu o cargo de procurador da Coroa e Fazenda do Rio de Janeiro, cumulativamente com o de promotor do juízo da Procuradoria das Capelas e Resíduos. Simão Pereira é o autor da famosa obra poética *Júbilos da América*, organizada e publicada no Rio de Janeiro, em 1752, pela dita Academia. Na referida obra figura a *História cronológica do bispado do Rio de Janeiro*. É trabalho de muito valor.

31. pág. (140) – O desembargador Luiz Pereira do Couto Ferraz nasceu em Goiás, a 23 de junho de 1791. Fez o curso de Humanidades no Rio de Janeiro e foi a Portugal bacharelar-se em Leis, no ano de 1810. Juiz de fora da vila de Santo Antônio de Sá, atual Magé, Couto Ferraz com a retidão de magistrado justo, prudente e de saber, pôde exercer o seu cargo sem sofrer resistência dos poderrosos e ricos senhores de engenho. No Rio de Janeiro foi juiz do crime.

---

* Os "Arcos da Carioca" foram construídos pelo governador Aires de Saldanha (1719-1725) e inaugurados em 1723. Coube a Gomes Freire reformá-los. (N.C.)

** O genial pintor Manoel da Cunha e Silva, pardo e não preto, é autor de um segundo quadro com a imagem de Gomes Freire (aquele que se encontra na Câmara de Vereadores). O primeiro foi destruído pelo incêndio ocorrido no prédio da Câmara, em 1790. Obviamente, Manoel da Cunha pintou Gomes Freire de memória, baseado em informações de pessoas que o conheceram, pois faleceu em 1763. (N.C.)

Capítulo XI – Misericórdia

32. pág. (150) – Em falando da pomicultura no Rio de Janeiro, diz monsenhor Pizarro e Araújo que “as frutas, assim as do país, como as transplantadas, que se acham cultivadas nas chácaras, adquirem saboroso gosto e boa nutrição que lhes comunica a fecundidade da terra”.

33. pág. (150) – Pela segunda vez, Martim Correa de Sá voltou a governar a capitania do Rio de Janeiro (1623/1632) e foi nessa ocasião que se procedeu à restauração das antigas fortalezas e levantaram-se novas na cidade do Rio de Janeiro, na iminência de ser invadida pelos holandeses. Os primeiros atos desse governador, logo depois de assumir o governo, determinam providências sobre fortificar-se, devidamente, o Rio de Janeiro. São dessa época a fortaleza de Nossa Senhora da Guia – atual Santa Cruz e a de Santiago – esta na ponta sul da cidade – ponta da Misericórdia – que veio a chamar-se, também, do Calabouço. Calabouço era uma prisão subterrânea e destinada ao castigo de delinqüentes e de escravos, na forma do disposto pelo alvará régio de 16 de novembro de 1693. Sobre as ruínas da antiga fortaleza de Santiago, no governo do vice-rei conde da Cunha (1763/1767), construiu-se, em seguimento ao Calabouço, o chamado Parque Militar. Começo, realmente, do Arsenal de Guerra – que, em 1902, foi mudado para a ponta do Caju.

34. pág. (150) – Até fins do século XVIII, segundo monsenhor Pizarro e Araújo, eram em número de 126 as casas “em que se negociavam as fazendas de lei, não só por grosso mas a retalhos, ou por miúdos”. É certo, porém, que avultou de muito esse número de casas comerciais até o ano de 1808, como confirma a revisão na nominata dos logradouros da cidade do Rio de Janeiro, no dito ano. E essa revisão se fez a fim de facilitar e garantir com segurança a cobrança das décimas, tributo a que ficaram sujeitos os prédios urbanos, por força do alvará régio, de 18 de junho de 1808, e a partir deste mesmo ano, concorreu, na verdade, para esse aumento, a afluência de negociantes estrangeiros. Em 1822, ano da nossa independência política, existiam no Rio de Janeiro 1.032 tavernas, 38 casas de pasto, 39 botequins e 501 armazéns, segundo o Tombo da Intendência Geral da Polícia da Corte. Em 1834, ano em que inaugurou, a 2 de dezembro, a praça do comércio do Rio de Janeiro, existiam na referida cidade, aproximadamente, cem mil habitantes, 3.840 casas comerciais, das quais 3.501 situadas no distrito urbano, predominando as chamadas tavernas, em número de 1.186. Existiam 25 cartórios de corretores da praça e de cambistas, 100 empresas de finalidades diferentes e ainda 17 de comissões e consignações, 36 advogados; 37 tabelionatos; 9 leiloeiros; 28 casas de modas – quase todas francesas e a maioria na rua do Ouvidor. Inglês era o comércio em grosso, português o varejista. Raros os comerciantes brasileiros. A inauguração fez-se naquela precitada data, aniversário natalício do nosso imperador Dom Pedro II, que, nesse dia 2 de dezembro de 1834, completava 9 anos de idade. Foi solene o ato, com a presença do imperador menino, cercado de simpatias e homenagens. Compareceu essa criança acompanhada de suas irmãs mais velhas e do seu preceptor. Era o soberano do único Império americano e um dos maiores do mundo – soberano que veio a encher o Brasil de glórias durante o seu largo reinado. Era, então, preceptor o notável marquês de Itanhaem. É interessante recordar, ainda, que nesse ano de 1834, bem movimentado esteve o porto do Rio de Janeiro, com a vinda de 1.609 embarcações de cabotagem, de 105 mil toneladas e mais a de navios transatlânticos, em número de 583. Exportaram-se 539 sacas de café, 16 mil caixas de açúcar, 19 mil quilos de couros e 439 kg de chifres. A renda da Alfândega montou a perto de seis mil contos de réis.

35. pág. (150) – São achegas interessantes à história da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro as notas que se seguem. Na sua grande chácara, no Andaraí Pequeno, João Francisco Pereira da Fonseca permitiu, em 1833, que se lavasse a roupa dos enfermos pobres da Santa Casa da Misericórdia, atendendo assim, por benemerência, às instâncias que nesse sentido lhe foram feitas. No rio Maracanã, que atravessava a chácara, começou a ser feita a lavagem. Mas, logo depois, surgiram protestos de moradores ribeirinhos ao rio, determinando a suspensão da lavagem, de ordem da Ilustríssima Câmara. Pereira da Fonseca, considerando filantrópico o serviço que prestava, como declarou, continuou a lavagem da roupa, servindo-se da nascente que existia nos fundos de sua chácara. Com licença da Ilustríssima Câmara, fez um tanque adequado e um escoadouro, despejando a 100 braças – 220m – de

distância, tendo correnteza de trancada em trancada até a montanha.

O bairro do Andaraí Pequeno, ameno e pitoresco, estendia-se da Fábrica das Chitas à raiz da serra da Tijuca. Andaraí Pequeno também era o nome dado à velha estrada que ia da feira do engenho dos padres da companhia – padres jesuítas. Essa estrada é hoje a bela e nobre rua conde de Bonfim. A origem dessa via pública outra não foi senão um trilho rasgado pelo mato a pique e alargado pelo roçar repetido dos cargueiros e das tropas que demandavam os sertões. O trilho corria tortuoso, com altos e baixos, até a serra dita da Tijuca e na época das águas – chuvas torrenciais no mês de janeiro – ficava intransitável. No começo do século XVIII, fizeram-se as primeiras obras nesse logradouro público, adaptando-o melhor ao trânsito, principalmente para o pedestre, com o corte das grandes elevações, evitando-se assim o cansaço das subidas e o perigo das descidas escorregadias. Assim, bem melhorada, passou a ser chamada de estrada do Andaraí Pequeno e, por fim, rua conde do Bonfim, em virtude da deliberação da Ilustríssima Câmara, de 3 de julho de 1871, que lhe deu este último nome homenageando ao conde de Bonfim, José Francisco de Mesquita. Horticultores foram, na sua quase totalidade, os primeiros moradores da Tijuca, e dali desciam com fartura de hortaliças e outros víveres para o abastecimento da cidade. Eram carregados em samburás – cestos de cipó – conduzidos por burros – ou pelo homem escravo. Esses horticultores enriqueceram e os seus descendentes, bem ricos, educados e instruídos, vieram a constituir as nobres e ilustres famílias que fizeram sobressair com brilhantismo o bairro da Tijuca, na exigente e rigorosa sociedade carioca do século XIX.

É, ainda, interessante recordar que, em janeiro de 1793, os moradores da Tojuca reclamaram contra o péssimo estado da estrada, pelos atoleiros e tijuco formados com as chuvas torrenciais caídas naquele mês. No memorial ao vice-rei conde de Resende – documento muito interessante existente no Arquivo Nacional – falam os reclamantes dos danos causados aos seus sítios na Tojuca, dos quais saíam muita espécie de víveres para abastecer toda a cidade. Dizem ainda que os estragos da estrada não permitiam o transporte, com os perigosos despenhadeiros e a densa mata, causando danos à mercadoria e mais ainda pelos assaltos dos negros cainhamboras, que ali viviam foragidos. As providências tomadas foram insignificantes e em abandono ficaram muitas granjas, cujos donos procuraram na cidade outros meios de vida.

36. pág. (160) – No século XVIII, aperfeiçoaram-se os serviços de abastecimento de carne verde à cidade do Rio de Janeiro, onde franceses da expedição Duguay-Trouin – setembro de 1711 – deliciaram-se com os suculentos bifes das carnes gordas e deliciosas dessa parte das Américas, e que se mostram superiores às da Europa (Documentos sobre as invasões dos franceses no Rio de Janeiro – Arquivo Nacional) Quer quanto o modo da matança das reses para o consumo, quer quanto aos açougues, as reformas de 1750 melhoraram esse ramo da administração municipal. Estabeleceu-se uma severa fiscalização e um contínuo e minucioso exame por parte direta dos vereadores. Nas primeiras horas da manhã, os antigos edis cariocas andavam em correições pelos talhos – açougues – da cidade, fazendo cumprir as posturas para o bem público. Os documentos escritos, de 1750, nos transmitem curiosas notícias dessas correições, das quais é de recordar a que se fez pela manhã de uma quarta-feira, 24 de outubro de 1750, no açougue grande, multando-se os marchantes em seis mil réis por faltar nos talhos a carne necessária ao consumo do povo, cujas necessidades cumpria-se sempre prover por lei. Em 1952, o Departamento de História e Documentação (nome anterior do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro) da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, deu à publicidade modesto trabalho nosso – *Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro – 1500-1900*. Vide Arquivo do Distrito Federal – *Revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro*, – vol. III – p. 283.

Capítulo XII – Bairro Comercial

37. pág. (166) – Gonçalo Gonçalves era riquíssimo e faleceu no Rio de Janeiro, em 1620, deixando fortuna de muitos milhares de cruzados, fortuna quase toda legada aos seus sobrinhos Leonor Gonçalves, casada com Antônio Martins de Palma, fundador da igreja da Candelária, e Gonçalo Gonçalves, moço, também falecido no Rio de Janeiro, depois de 1643.

38. pág. (169) – Divergem as opiniões dos historiadores quanto à época da fundação do forte de Vera Cruz. Pela leitura de antigos documentos, estamos propensos a aceitar que Salvador Corrêa de Sá, na sua primeira governança (1568/1572), levou a efeito a construção desse forte, para defender-se dos franceses e gentios refugiados em Cabo Frio. O forte foi levantado sobre o mar, na ponta da praia, onde se oferecia melhor defesa à cidade e ao ancoradouro dos navios.

39. pág. (170) – Salvador Benavides nasceu no Rio de Janeiro, em 1594, e faleceu em Lisboa, em 1º de janeiro de 1688. Foi um dos maiores generais do seu tempo e pelo muito que fez para engrandecer o Brasil, tem o seu nome gravado nas páginas da nossa história.

Capítulo XIII – Litoral Norte ou Recôncavo

40. pág. (184) A cadeia do Aljube foi construída por iniciativa do bispo do Rio de Janeiro – frei dom Antônio de Guadalupe —, que comprou o terreno por 3300$000, com licença do Senado da Câmara, ao qual era o chão foreiro, em 16 tostões anuais. Desse foro o Bispo veio a conseguir a remissão, a 15 de junho de 1733, "enquanto a dita casa servisse de Aljube, porque reduzindo-se a outro uso pagaria o foro que lhe fosse imposto" – (Consultas do Conselho Ultramarino – 1724/1735 – Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro). – Em 1732, em franco andamento já estava a obra do edifício, que era um enorme casarão de dois pavimentos, ficando nos baixos do prédio as celas para os grandes delinqüentes. As janelas ou balcões eram, a princípio, de grades de madeira, e, depois, de ferro. Ao ser demolido, no começo do atual século, bem outra era a sua feição, quer externa e quer internamente, e servia de casa de cômodos. O Aljube foi criado para prisão de clérigos e no segundo pavimento do prédio teve sede o juízo Eclesiástico. Nos tempos modernos aí funcionou o Tribunal do Júri. No Aljube ficavam os condenados pelo Santo Ofício até o embarque para Lisboa. Por fim, o Aljube, casa de suplícios dantescos, transformou-se, em 1808, em prisão comum, até 1856, quando foi extinta. Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira, ao ser preso, foi recolhido ao Aljube.*

41. pág. (190) – Bento Barroso, figura de destaque na política e na sociedade da época, impôs-se pela sua grande cultura e pela sua circunspecção, estimado pela sua indulgência. Senador desde o primeiro Senado brasileiro, Bento Barroso foi presidente dessa Câmara Alta do Império e era o ministro da Guerra quando, no Rio de Janeiro, em junho de 1828, sublevaram-se os batalhões de estrangeiros, na maioria irlandeses contratados para o serviço do Império. Essa soldadesca amotinada teve a enfrentá-la, e com denodo, os destemidos e famosos capoeiras, logo de começo da sublevação. No chamado Ministério dos Quarenta Dias, 6 de agosto a 13 de setembro de 1832, a pasta da Guerra esteve de novo nas mãos de Bento Barroso, que era natural do Rio de Janeiro, onde faleceu. O conde de Linhares, que aparece no rol dos herdeiros de Ana Teresa, deve ser o terceiro desse título, dom Vitório de Souza Coutinho, brigadeiro, par do Reino de Portugal, em 1826, ministro da Marinha desse país, em 1835. Faleceu (em) junho de 1857, e era natural de Turim, na Itália, tendo ali nascido, a 25 de junho de 1790. O primeiro conde de Linhares, dom Rodrigo de Souza Coutinho, faleceu a 26 de janeiro de 1812, sendo sepultado, no dia seguinte, no corpo da igreja do convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro. O primeiro conde de Linhares prestou inúmeros serviços ao Brasil e muito beneficiou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com a criação de úteis estabelecimentos públicos, quando ministro de Estado. Ocupou as pastas dos Negócios do Reino, dos Estrangeiros e da Guerra. A Imprensa Régia, a fábrica de ferro de Ipanema e a Academia Militar são criações suas. Animou o comércio, a agricultura e a indústria. Foi o autor do célebre Tratado de Paz, Aliança e Amizade com a Inglaterra, assinado no Rio de Janeiro, a 19 de fevereiro de 1810. O segundo conde de Linhares, dom João Carlos de Souza Coutinho, filho do primeiro, morreu moço, a 29 de janeiro de 1824, e foi enterrado na mesma sepultura do pai. O herdeiro de Ana Teresa Angélica da Cunha e Souza não é outro senão dom Vitório de Souza

---

* Tiradentes circulou por prisões militares e terminou na cadeia do Tribunal da Relação, local do prédio da atual Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (N.C.)

** Ver imagem p187 (N.A.)

Coutinho, terceiro conde de Linhares, pois a dita senhora faleceu muito depois do primeiro e do segundo conde de Linhares e bem tempos antes do terceiro.

42. pág. (194) – Como se vê da foto, a chácara da Gamboa,** começo do século XIX, ficava no alto do outeiro da Gamboa, então aprazível, e do qual se descortinava um belo panorama. Em baixo, o armazém dos mantimentos, a casa do administrador e dos empregados. Aí, na chácara da Gamboa, possivelmente, hospedaram-se os naturalistas austríacos João Batista von Spix e Carlos Frederico Felipe von Martius chegados ao Rio de Janeiro, a 14 de julho de 1817, a bordo da fragata Áustria. Vieram ao Brasil em missão científica, a respeito da qual há referências no tomo 3 dos *Anais do Museu Paulista*, pág. 221.

Capítulo XIV – São Domingos

43. pág. (198) – Roberto Southey, na sua *História do Brasil*, 4º volume, tratando dos índios guaranis, relata: "... e nos dias de festa os homens divertiam-se com batalhas simuladas, atirando ao alvo com setas ou a jogar bolas de goma elástica, que eram impelidas com o pé." Isso acontecia em 1642. O foot-ball foi trazido da Europa, em 1901, por um moço paulista, educado em Lausanne. Divulgou-se bem depressa, popularizando-se.

44. pág. (217) – Em 1836, para navegação nos portos do Brasil, organizou-se na Inglaterra a Companhia Brasileira de Paquetes, que começou a funcionar em 1840, prosperando bastante. Em 1843, já havia iniciado a navegação entre o Rio de Janeiro e a França. Em 1861, construiu uma oficina na Saúde, para o conserto dos barcos da empresa. Pois bem, Inácio Ratton, homem de grande atividade e de úteis iniciativas, foi diretor da precitada Companhia e dirigiu, também, a Companhia Piedade, com barcos para as ilhas Governador e Paquetá e para Inhomerim, partindo da Prainha. Teve início em 1838 – Vide *Meios de transporte no Rio de Janeiro* —, Noronha Santos —, 1934.

45. pág. (219) – Consolidador da República e grande vulto da nossa história, nasceu o marechal Floriano Peixoto em Alagoas, a 30 de abril de 1839. Fez o curso de engenharia militar. Tomou parte na campanha do Paraguai (1865/1870) com posto de capitão e por ato de bravura promovido a major e a tenente-coronel. Teve a promoção a coronel, em 1874, a brigadeiro, em 1883 e, em 1889, a marechal de campo. Ao ser proclamada a República, exercia o cargo de ajudante-general do exército – que corresponde hoje a chefe do Estado Maior. Floriano Peixoto presidiu a então província de Mato Grosso, em 1884. Foi ministro da Guerra no Governo Provisório da República. A 25 de fevereiro de 1891, foi eleito vice-presidente da República e, a 23 de novembro do mesmo ano, assumiu a Presidência pela renúncia do presidente marechal Deodoro da Fonseca. Floriano Peixoto faleceu na Estação da Divisa, no estado do Rio de Janeiro, a 29 de junho de 1895. Cognominado Marechal de Ferro por haver sufocado grandes movimentos revolucionários durante o seu governo, dentre os quais a Revolta da Armada Nacional, chefiada pelo almirante Custódio de Melo – 1893/1894.

46. pág. (225) – Eduardo Laemmert e o seu irmão Henrique foram os fundadores, em 1837, da livraria Universal, à rua da Quitanda, 77. Teve fama e muita freqüência essa livraria. Em 1839, apareceram as "folhinhas de algibeiras" e, em 1844, foi publicado o 1º número do valioso *Almanach Laemmert*, editado, e também as folhinhas, pela dita Livraria. Folhinhas e almanaques constituem, agora, fontes históricas de bastante valor. Os irmãos Laemmert eram alemães.

47. pág. (237) – Depois de 1837, o comércio do sabão no Rio de Janeiro tornou-se verdadeiro monopólio. Os monopolizadores assentaram os seus estanques na rua do Loureiro. Dai, passou esse logradouro a ser chamado rua do Sabão. Até começo do século XIX, as ruas do Sabão e de São Pedro eram as únicas em que os seus moradores ainda gozavam da vista do mar. Em 1820, já não era assim, porque na frente da rua do Sabão acabava de ser terminada a bela casa da praça do Comércio e na de São Pedro, havia mais tempo que se construira um trapiche para o trigo, e uma e outro na rua Direita, com fundos para o mar – Vide *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, 1º vol. pág. 47 e 61,

de Luiz Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca.

Por deliberação da Ilustríssima Câmara, de 18 de março de 1870, a rua do Sabão passou a chamar-se General Câmara, em homenagem ao general Antônio Correa da Câmara, vencedor da batalha de Aquidaban, em 1º de março de 1870, que pôs termo à Guerra do Paraguai.

48. pág. (238) O tenente-general José Manoel de Morais foi militar de valor, com serviços prestados ao Brasil, tendo ocupado a pasta da Guerra por duas vezes, em 1831. A 16 de junho de 1823, substituiu o general Pedro Labatut no comando das forças em operações na Bahia, pela causa da Independência do Brasil. Foi ajudante de campo do imperador Pedro I, e exerceu outras comissões importantes, as quais lhe valeram as condecorações de São Bento de Aviz e Imperial do Cruzeiro. Foi reformado a 5 de setembro de 1829, e faleceu no Rio de Janeiro, a 16 de abril de 1848, sendo sepultado nas catacumbas da igreja de São Francisco de Paula, com todas as honras do seu alto posto de tenente-general.

49. pág. (242) – A rua de São José é logradouro público dos primitivos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, existindo desde que a cidade foi assente (1567) sobre a colina a que chamaram morro do Descanso e mais tarde Castelo. O primeiro cordeamento dessa via pública partiu da, então, praia da Misericórdia – hoje, rua deste mesmo nome – e seguiu em direção à lagoa – agora, largo da Carioca – até topar a aba do Outeiro – morro de Santo Antônio – e daí seguiu o rumo do caminho, que vinha do porto da cidade para o engenho dos jesuítas. Esse caminho foi aberto pelo constante vaivém das tropas de mantimentos e utilidades que se destinavam àqueles religiosos. O porto da cidade corresponde, nos nossos dias, ao local da igreja de São José, erguida sobre as ruínas da ermida sob a invocação do mesmo santo patriarca, cuja frente era voltada para o oriente.

Na primeira metade do século XVII, um português, nascido na ilha da Madeira, construiu uma capela para o culto de N.S. do Parto, cuja imagem o acompanhava desde a sua terra natal. A ermida do Parto foi levantada em terrenos da chácara de um João Fernandes, situada à mão direita, vindo da praia da cidade – atualmente, ruas da Misericórdia e Primeiro de Março. A partir do aparecimento da precitada capela, o trecho da rua São José, entre a capela e o largo da Carioca, chamou-se rua do Parto. Somente depois de 1850, desapareceu o nome Parto, ficando toda a rua com a denominação – São José. O natural afastamento do mar, que se operou com rapidez, aliás, e os aterros permitiram novos logradouros e novas edificações, desde o Calabouço até São Bento. Para remate destas notas, é cabível e interessante recordar a pessoa do barão de Catas Altas, João Batista Ferreira de Souza Coutinho, que, no começo do século XIX, era tido como homem mais rico do Brasil, possuindo milhões. A sua imensa fortuna, a sua vida de nababo e as suas excentricidades deram-lhe fama mundial. Na rua São José tinha o barão de Catas Altas uma confortável casa de morada própria, para as suas constantes permanências no Rio de Janeiro. De simples sacristão da igreja matriz de Catas Altas tornou-se arquimilionário, herdando as grandes minas de ouro do Congo, das quais se extraíam, diariamente, mais de cem libras de ouro. Na sua residência, da rua São José, ele dava festas suntuosas, durante as quais fazia distribuir aos seus convidados avelãs de ouro maciço. Na sua opulência era demasiado pródigo e quando viajava era acompanhado de um séquito, de mais de 40 pessoas, verdadeiramente real. Afinal, veio a vender as minas a uma companhia inglesa. O barão de Catas Altas faleceu pobre, em maio de 1839.

50. pág. (243) – Antigos cronistas cariocas emprestam a origem do nome – Piolho – dado, primitivamente, à rua da Carioca, ao fato de nesse logradouro ter residido um procurador de causas – solicitador e famoso chicanista— conhecido pela alcunha de Piolho. Na administração do prefeito Passos (1902/1906) a rua da Carioca foi alargada e teve outras melhorias.

51. pág. (249) – Manoel Inácio Souto Maior Pinto Coelho, barão, visconde e marquês de Itanhaém, foi tutor de Dom Pedro II, imperador do Brasil, substituindo a José Bonifácio, destituído dessa alta investidura pelo decreto de 14 de dezembro de 1833, conseqüência dos acontecimentos do dia 6 do mesmo mês e ano: reação popular contra as tendências de facções políticas simpáticas à volta de Dom Pedro I. É episódio empolgante da nossa história pátria.

52. pág. (249) – Francisco Manoel da Silva nasceu na cidade do Sebastião do Rio de Janeiro, a 21 de fevereiro de 1795, e foi batizado na igreja da Candelária. Era filho legítimo de Joaquim Mariano

da Silva e Joaquina Rosa da Silva. Desde a idade de oito anos manifestou sua vocação pela música e, muito jovem ainda, compôs um Te-Deum que lhe valeu grandes elogios. Discípulo do grande músico padre José Maurício, teve lições do notável compositor Neukomm. Fez parte da orquestra real, sob a direção do maestro Marcos Portugal. Em 1838, publicou o seu primeiro compêndio de música, adotado pelo governo. Teve a comenda da Ordem da Rosa. Foi casado, em primeiras núpcias, com Monica Rosa da Silva e, em segundas, com a viúva Teresa Joaquina Nunes dos Santos Silva, tendo desse casal cinco filhos. Francisco Manoel fundou o nosso Instituto de Música, sendo o seu primeiro diretor. Faleceu a 18 de dezembro de 1865, na casa de sua residência, à rua do Conde, nº 48, e foi sepultado no cemitério de São Francisco de Paula, no Catumbi.

53. pág. (251) – O padre dr. José Caetano Ferreira de Aguiar era homem de bastante cultura, influente no clero e no mundo político. Exerceu o mandato de senador do Império, desde 1826 até 1836, ano em que faleceu, a 27 de julho. Era cônego titular do Cabido da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e foi pároco colado da freguesia de Santa Rita da dita cidade, por carta régia de 12 de dezembro de 1801, e também vigário-geral do Rio de Janeiro, em 1818 e em 1821.

54. pág. (253) – A portaria do Ministério do Império de 22 de outubro de 1822, deu ao antigo campo de Santana a denominação de campo da Aclamação. Foi uma prova de acentuado sentimento cívico, para perpetuar a lembrança do local em que Dom Pedro I foi aclamado, entusiasticamente, imperador constitucional do Brasil. E de fato o foi, no dia do seu aniversário natalício, 12 de outubro de 1822, no campo de Santana, onde compareceram a Corte, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, incorporado e com o seu estandarte, a tropa militar e grande massa popular – que delirou de entusiasmo. Depois de 15 de novembro de 1889, deram ao logradouro a nominação de praça da República.

55. pág. (255) – O sargento e comendador João Batista Pereira de Almeida, negociante riquíssimo, foi diretor do Banco do Brasil, em 1821. Em 1828, a 12 de outubro, aniversário natalício de Dom Pedro I, foi agraciado, por esse imperador, com o título de barão de Ubá. Relata Noronha Santos – *Meios de transporte no Rio de Janeiro* – que na cidade do Rio de Janeiro os opulentos serviam-se de cavalgaduras para o transporte. Quando o barão de Ubá quebrou a perna, na rua da Candelária, montava uma besta ruça, que ele preferia à sege de sua propriedade. O barão de Ubá já era falecido, em 1850, e foi sepultado na igreja de São Francisco de Paula.

56. pág. (255)— Sobre o monte do Descanso, depois chamado Castelo, assentou-se o governo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1567, e, ali, se levantou a Casa do Conselho, sobradada, telhada e grande, onde se deveriam achar os vereadores para aviarem prontamente as partes. O século XVII já encontrou bem povoada a várzea da cidade, onde também já assistia a Câmara, que, em 1639, fez construir uma nova casa, mais apropriada à sua sede, à beira-mar, junto à ermida de São José, no local da praia que melhor cômodo oferecia ao povo para o trato dos negócios. Anos depois, e de modo a instalar-se a Câmara com a decência recomendada, levantou-se sobre as ruínas da antiga casa um prédio de sobrado, de grossas paredes de pedra e cal, com frente à rua que ia para a Misericórdia e fundos olhando o mar. Essa terceira Casa da Câmara Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro veio a ser comprada pelo governo geral do Brasil, para servir de sede à Câmara dos Deputados e chegou aos nossos dias cheia de tradições. No começo do atual século, foi o prédio demolido para levantar-se o Palácio Tiradentes.

O primeiro Paço Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1816/1875). De autoria dos arquitetos José de Castro e Silva e João da Silva Muniz foi o plano do edifício. Os seus autores tiveram um prêmio de 128$000, cada um. A construção foi iniciada, a 16 de dezembro de 1816, com 43 operários, dirigidos por um feitor de nome Antônio Costa e pelo mestre geral, Felix José de Souza. Não tardaram as dificuldades financeiras, pois, ao findar o ano de 1817, morosamente seguiam as obras. Por acabar ainda, inaugurou-se o primeiro Paço Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A inauguração foi solene, a 12 de julho de 1825, numa terça-feira.

O segundo Paço Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1875/1944). Em 1873, foi condenado à demolição o edifício do primeiro Paço. Na sessão de 10 de agosto de 1875, a

---

* Demolido para a abertura da avenida Presidente Vargas. (N.E.)

Ilustríssima Câmara aprovou o projeto da construção do edifício do segundo Paço Municipal,* de autoria do afamado arquiteto José de Souza Monteiro, que foi discípulo do célebre Grandjean de Montigny. Para auxiliar a despesa com a construção do edifício foi criada uma taxa adicional, que passaram a pagar os quiosques próximos aos teatros, as casas de diversões e aos pontos de embarque e desembarque, que quisessem permanecer abertos até uma hora da manhã. Foi uma boa renda que a municipalidade arrecadou. Em janeiro de 1876, iniciou-se a obra da construção. Pela manhã, às 11 horas, do dia 2 de dezembro de 1882, sábado, aniversário do imperador Dom Pedro II, foi inaugurado o segundo e último Paço Municipal da muito heróica e leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, após a bênção do bispo. Esteve presente o imperador, salvaram as tropas militares, formadas em continência e houve hurras ao imperador e à Ilustríssima Câmara. Desde abril de 1896 até os nossos dias, o antigo Paço fez-se sede da Prefeitura do Distrito Federal – criado este pela lei nº 85, de 20 de setembro de 1892. Por disposição da citada lei, os poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal não podiam morar juntos, assim sendo, o Legislativo – Conselho Municipal – foi funcionar no prédio da Escola São José na, então, praça Ferreira Viana – depois, Floriano.

No Paço Municipal tomou posse o governo provisório da República, a 16 de novembro de 1889. Afinal, no começo do ano de 1944, iniciou-se a demolição do segundo Paço Municipal *- e de envolta com as nuvens de pó das suas maciças paredes, caiu rápido o edifício da tradicional da Casa da cidade, também chamada Casa do Povo, onde vibraram forte a brasilidade sadia, o civismo e o patriotismo do povo carioca e onde sempre se agitaram os grandes movimentos em prol da civilização e da liberdade.

57. pág. (262) – Miguel de Frias e Vasconcelos nasceu no Rio de Janeiro, em 1805 e, aí faleceu, em 1859. Teve o curso da Escola Militar. Em 1828, foi graduado major, por merecimento. Quando da abdicação de Dom Pedro I, a 7 de abril de 1831, Miguel de Frias era o encarregado da repartição do Quartel General do Exército e foi ele quem leu ao povo, no campo de Santana, o decreto da abdicação do imperador. Foi presidente da Ilustríssima Câmara Municipal (1853/1857) e como engenheiro executou várias obras, entre as quais a canalização das águas do rio Maracanã.

Capítulo XV – Matacavalos

58. pág. (267) – Em junho de 1831, Luiz Pereira da Silva Manoel doou à cidade de São [Sebastião] do Rio de Janeiro, para uso e gozo do povo, uma rua que abriu, à sua custa, pela sua chácara, desde Matacavalos – atualmente rua do Riachuelo – até o alto do morro de Santa Teresa, à qual foi dado o nome de Silva Manoel. Tudo de conformidade com o termo assinado na Ilustríssima Câmara, em junho de 1831. Esse nome – Silva Manoel, se manteve até 1923, quando pelo decreto nº 1.860, de 13 de janeiro, foi mudado para o de André Cavalcante – aliás, inadvertidamente. Numa das suas antigas crônicas, Noronha Santos relata que no prédio da rua Silva Manoel, ao tempo nº 25, foi operado o poeta Castro Alves, em 1859, que depois veio a sofrer amputação do terço inferior da perna. O trecho da rua Silva Manoel, entre as ruas do Riachuelo e Resende, foi aberto muito depois de 1831, atravessando terrenos da antiga chácara do Guarda-mor, Pedro Dias Paes Leme e terrenos pertencentes, na ocasião desse prolongamento, a herdeiros de Joaquim da Rocha e Silva.

59. pág. (270) – Paranhos da Silva foi um dos proeminentes na campanha abolicionista. Presidente do Conselho de Ministros (1871/1875) e já agraciado com o título de visconde do Rio Branco, bateu-se fortemente pela emancipação do ventre escravo, conseguida com a chamada Lei do Ventre Livre, sancionada pela princesa Isabel, a Redentora, a 28 de setembro de 1871. A casa em que nasceu o barão do Rio Branco foi adquirida pela Prefeitura do Distrito Federal, em 11 de dezembro de 1912, por oitenta contos de réis, e considerada monumento da cidade. Mas, a despeito disso, não fora o prefeito Henrique Dodsworth, já estaria demolida. Recentemente, iniciou-se a obra de restauração da casa.*

60. pág. (271) – Da reunião de duas chácaras místicas, em Matacavalos, formou-se, em 1762, a extensa chácara do Guarda-Mor, Pedro Dias Paes Leme. Ela ocupava a área, quase toda pantanosa, que se estendia desde o morro de Santo Antônio até os areais da lagoa da Sentinela – atualmente rua Frei

---

* Hoje o prédio abriga a Escola de Teatro Martins Pena. (N.E.)

Caneca – nas proximidades da qual ficava o solar dos Paes Leme, conhecido pelo nome de Casa Bicos. Depois de 1840, comprado por Fernando Forbes, foi reconstruído totalmente. À frente da referida chácara – hoje todo o lado direito da rua Riachuelo, partindo dos Arcos – olhava para Matacavalos, atingindo os fundos o caminho que ia da cidade, pelo areal, à mão esquerda, para o engenho dos padres – (*Manuscritos sobre aforamentos* – livro III, 1929 – Aureliano Restier Gonçalves). O dr. Pedro Dias Paes Leme, segundo monsenhor Pizarro e Araújo, nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, no Rio de Janeiro. Vieira Fazenda dá Paes Leme nascido em São Paulo. Era filho de Garcia Rodrigues Paes e de Maria Antonia Pinheiro da Fonseca e sobrinho do intrépido sertanejo Fernão Dias Paes Leme, descobridor de esmeraldas em Serro Frio. Exerceu o lugar de guarda-mor das minas gerais como sucessor de seu pai, desde 1738 até 1750. Pelos serviços na defesa das minas e exploração das mesmas, obteve, além de foros de fidalguia, uma pensão anual de cinco mil cruzados. Em procurando facilitar e garantir o transporte dos minerais, Paes Leme abriu novas estradas e fundou povoados, entre os quais o que, hoje, constitui a importante cidade de Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro. O dr. Pedro Dias Paes Leme faleceu, a 9 de maio de 1783, na cidade de Mariana, Minas Gerais.

61. pág. (275)- Francisco José Fialho era natural do Piauí e veio ainda criança para o Rio de Janeiro, onde faleceu a 22 de dezembro de 1885, tendo nascido a 24 de setembro de 1814. Inteligente, espírito culto e homem operoso, Fialho fez-se ilustre, rico e muito benquisto. Lidou na imprensa carioca, tendo sido repórter do *Jornal do Commércio*. Colaborou com Glaziou no plano para o ajardinamento da então praça da Aclamação – hoje República. Representou a sua província na Câmara dos Deputados e foi tabelião no Rio de Janeiro. No *Jornal do Commércio*, de 9 de junho de 1935, há interessante biografia de Fialho, escrita por Paulo Pires Brandão. Em 24 de agosto de 1867, a Ilustríssima Câmara deu o nome de Fialho à rua Dona Mariana, [na] Glória.

62. pág. (283)- O dr. Augusto Teixeira de Freitas, nascido na Bahia, em 1817, foi um grande jurisconsulto brasileiro, autor da *Consolidação das leis civis*, considerado um monumento jurídico legado ao Brasil. Há [estátua] do notável patrício, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, à rua Augusto Severo, antiga praia da Lapa. Foi inaugurada em setembro de 1907, no antigo e desaparecido largo de São Domingos e daí mudada para o local acima citado, em frente ao Silogeu.*

63. pág. (289) – Francisco de Paula Matos, cidadão carioca, vereador à Ilustríssima Câmara, homem inteligente e operoso, rico proprietário e turfman apaixonado, faleceu a 18 de junho de 1866, deixando dívidas. Foi sepultado no jazigo de sua família, nº 5.561, no cemitério de São Francisco de Paula, no Catumbi. Deixou três filhas: Rosa Fernandina Matos da Costa, casada com Feliciano José da Costa; Francisca Matos dos Santos, casada com Francisco Ferreira dos Santos, e a menor Maria Bernarda de Matos. Grande parte dos seus bens foi absorvida pelas dívidas e os seus herdeiros tiveram que aceitar a herança judicialmente. O inventário foi cheio de complicações, demorado e discutido, em 1870. Correu pelo cartório do 1º Ofício de Órfãos, da 2ª Vara Cível da Corte, escrivão Pires Ferrão.

Capítulo XVI – Catumbi, Cidade Nova, Adjacências

64. pág. (292) – Da chácara do Pinheiro, que pertenceu à viscondessa de Alcântara, começaram a sair, em 1856, os terrenos para a formação de novos logradouros públicos e loteamento de terras à margem dos mesmos, para a construção de bons prédios de pedra e cal, que foi rápida.

A chácara do Pinheiro, também dita do Alcântara e do morro, ficava no caminho do Catumbi, formando ângulo com uma subida muito íngreme e só reconhecida como logradouro público em 1857, com a denominação de ladeira do Pinheiro. A chácara da Floresta foi outra importante propriedade solarenga no Catumbi, ocupando extensa área e ostentando mata luxuriante e uma ótima casa residencial, ainda no começo do século XIX. Depois, veio sendo mutilada e destratada, perdendo a sua nobre feição – que a destacou sempre das demais. Na segunda metade do dito século, restos da chácara da Floresta aparecem no Caderno das Décimas lançados pela estrada do Catumbi, nº 7. Em 1858, era

* Está atualmente na avenida Marechal Câmara, em frente à Casa do Advogado. (N.E.)

proprietário da referida chácara um burguês apatacado, de nome José Bento de Ramos Pereira, possuidor de outras propriedades no Catumbi. Ramos Pereira era homem de trato e tradicionalista. É assim que no pedido feito à Ilustríssima Câmara, em 1858, para obras na antiga e nobre residência denominada chácara da Floresta, ele manifestou o seu empenho pela execução das obras, a fim de restaurar e conservar a antiga feição do velho solar, principalmente quanto à sua entrada nobre – portão – para lhe dar a sua primitiva forma artística. Nessa ocasião, a municipalidade fez uma série de exigências concernentes ao domínio direto dos terrenos da chácara, dos quais ela se considerava senhoria. Em conseqüência, não se fizeram as obras, porque Ramos Pereira negou-se a satisfazer as exigências – entre as quais a da assinatura de um termo de compromisso sobre o reconhecimento, de futuro, do senhorio municipal pelos proprietários. A Ilustríssima Câmara procurava, por esse meio, reivindicar a posse do domínio direto de terrenos em Catumbi, tidos por alodiais.

65. pág. (294) – Uns, por ignorância ou conhecimento superficial de história, e outros, deturpando, com malevolência política, os fatos históricos, emprestam à vinda do rei dom João VI para o Brasil, em 1808, quando o exército de Napoleão invadiu Portugal, como um ato de fuga, de medo, de covardia enfim. Absolutamente, não. De alta sabedoria política foi a vinda de dom João VI para o Brasil. Estratégica retirada, buscando onde melhor levantar novas e mais resistentes trincheiras. dom João VI vindo para o Brasil salvou a monarquia lusitana; deu o golpe de morte à política de Napoleão – que visionava uma monarquia universal; abriu caminho ao Brasil para o seu rápido desenvolvimento e liberdade. A prudente e sábia política dos seus ministros chamou a atenção do mundo europeu para a nova sede da monarquia bragantina. Dom João VI desfraldou a bandeira da liberdade na terra de Santa Cruz e fez-se precursor da nossa Independência. Dom João VI esteve sempre à frente do movimento reformista do Rio de Janeiro, onde, lamentavelmente, não há, mas deve haver, um monumento de gratidão à sua pessoa.

66. pág. (299) – Figura no nosso modesto livro menção à antiga fábrica de gás. O logradouro, à direita da casa do gás, aparece no original como rua sem nome, embora, naquela época, já fosse bem conhecido pela denominação, oficial aliás, de travessa da Correção. Era um antigo trilho, que comunicava os mangues com o Barro Vermelho, onde se construiu a Casa da Correção, ainda existente ali. Os primitivos habitantes da cidade, encurtando as distâncias, e fugindo aos perigos do extenso tremedal, abriram, em local mais apropriado, um comprido caminho pelos manguais de São Diogo. Desse primitivo logradouro originou-se a rua Senador Euzébio, desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas. Do rei Dom João VI partiram as urgentes ordens para melhoramentos na zona dos mangues. Nessa ocasião, desde o trilho para o saco do Alferes até a bica dos Marinheiros, aterrando-se os lugares mais aptos, defendeu-se por meio de grossa estacaria a borda principal do perigoso tremedal, iluminada à noite, de espaço a espaço, com lanternas especiais. Deu isso origem à denominação de caminho das Lanternas, para o logradouro em apreço – rua Senador Eusébio. O trilho para o saco do Alferes serviu – mais ou menos – com o corte da rocha – para o cordeamento da rua do saco do Alferes, a qual, por deliberação da Ilustríssima Câmara, de 8 de junho de 1865, passou a chamar-se da América.

67. pág. (301) – O campo de Marte, no mangue da Cidade Nova, logradouro público que se formou no começo do século XIX, quando da divisão de terrenos oriundos dos aterros que se fizeram, na extensa região pantanosa, desde o campo de Santana até a rua de São Cristovão. Destinou-se o campo para as manobras das tropas militares e do exercício do tiro. Daí, é certo, o batismo que recebeu de Campo de Marte. Abandonado que foi, transformou-se num alagadiço, verdadeira lagoa funda e infecta, na qual habitavam diferentes aves aquáticas, notadamente patos d'água, que ali eram caçados. Afinal, em 1880, uma concessão do governo do Império, com largos favores, a Possidônio de Carvalho e outros, pelo decreto 3016, de 27 de outubro daquele ano, entregou-lhes a obra do aterro do alagadiço, com o direito de propriedade dos terrenos do aterro e ainda isentou, por vinte anos, de impostos, inclusive o predial, as edificações que, ali, se levantassem. O Banco Auxiliar do Comércio fez-se concessionário de Posidônio de Carvalho e, nessa qualidade, aparece em 27 de março de 1890, pedindo para edificar nos seus terrenos do campo de Marte, com frente para a rua Pinto de Azevedo, numa extensão de 53,70m, no que foi atendido pelo alvará nº 107, de 12 de abril do dito ano de 1890. Foram construídos nove prédios no lado esquerdo da dita rua. Esses e outros prédios construídos no campo de Marte, ainda

trazem querelas sobre a isenção do imposto. Dessas questões, a mais debatida e interessante diz respeito aos prédios de João Maria Ribeiro —imposto predial nº 1588/1947. – fls, 46. É, como se vê, caso bem antigo esse de isenção de imposto predial no campo de Marte. Seguimos a opinião de alguns juristas que consideram de nenhum efeito mais o decreto imperial 3.016, de 27 de outubro de 1880, o qual, por força das leis posteriores, trazidas pelo regime republicano, ficou revogado. Ademais, é sabido, as leis são derrogadas por outras leis e são também "derrogadas pela própria vida, quando entram em conflito com a realidade social e humana, para cuja regulação foram promulgadas." No juízo dos Feitos da Fazenda Municipal há provas de que, em julho de 1904, baixaram os Autos do Executivo Fiscal contra João Maria Ribeiro, em débito do imposto predial, para audiência da Procuradoria. Em ofício nº 104, de 1904, o procurador municipal competente firmou doutrina sobre a isenção do imposto predial para os prédios edificados no campo de Marte. O decreto nº 3.016, de 1880, em face da lei básica que organizou o Distrito Federal, revogou, radicalmente, as leis e normas administrativas atinentes ao Município Neutro.

68. pág. (302) – “Nesse sítio coberto de arvoredos silvestres se criavam, além de caças grossas, abundantes varas de porcos, que depois de mortos eram conduzidos à cidade. Por isso ficou conhecido com o nome corruptamente expressado de Mataporcos, devendo-se dizer Mata dos Porcos. O lugar é dos mais aprazíveis dos subúrbios da cidade” monsenhor Pizarro e Araújo, *Memórias históricas do Rio de Janeiro,* 7º vol; nota 32, fls. 245.

69. pág. (305) – Felix Emílio foi grande pintor paisagista e autor de várias telas famosas. O quadro *Caçador e a Onça* é tido como obra prima e faz parte, com outros, da galeria da nossa Academia de Belas Artes, da qual Felix Emílio foi diretor e professor, tendo instituído as exposições de pintura que ali são feitas anualmente.

Apêndices

Nota Prévia à Transcrição

Na transcrição dos documentos, não tivemos em vista qualquer edição erudita, mas, simplesmente, torná-los compreensíveis e acessíveis ao leitor.

Quanto aos critérios de transcrição regulamo-nos pelas Normas Técnicas para a Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos da AAB/Comitê de Paleografia e Diplomática, cujas linhas gerais, apresentam, basicamente as seguintes regras:

1. transcrição do documento em linha contínua.
2. uso de dois traços oblíquos ao final do texto.
3. respeito absoluto pela ortografia do texto original, mantendo maiúsculas e minúsculas e pontuação original.
4. serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida.
5. as letras ramistas b, v, i, j, serão mantidas como no manuscrito.
6. as letras serão grafadas na forma usual, independente de seu valor fonético.
7. desenvolvimento das abreviaturas sem destacar as letras introduzidas.
8. colocação da palavra sic em seguida aos erros e enganos do próprio texto original.
9. o sinal de nasalização ou til será mantido.
10. a acentuação será conforme o original.

1739 Abril 01, Rio de Janeiro

Análise da situação dos Engenhos
no Rio de Janeiro

CARTA ESCRITA AO General por informação requerimento acima.

Este Senado tem procurado actual na Corte digo tem Procurador actual na Corte com a incumbencia dos requerimentos do mesmo Senado que são todos os que dizem respeito a utilidade publica, e da mesma natureza do que os Suplicantes intentão, e reconhecemos justo porque hé sem duvida que estão os Engenhos desta Capitania em fatal decadencia, e outros, e já de todo destruidos do que se segue hum prejuizo concideravel a toda esta Repartição do sul, da qual rezultão os mais prejuízos que os Suplicantes ponderão; o que suposto pela obrigação que nos toca, não duvidamos dar conta a sua Magestade do referido e recomendar ao Procurador deste Senado tractado que possa ser conducente para o bom effeito da dita. Quando porem os Supplicantes a sua custa, e pela sua parte queirão fazer o requerimento e lhe parecer conveniente a bem dos seus Engenhos, nenhuma duvida tem este Senado nesta materia, antes dara a ella todo o favor, e ajuda na parte que lhe toca, porque Sua Magestade recomenda muito que se não embarassem os requerimentos, e contas que se quizerem por na sua Real Prezença. Enquanto aquererem os Supplicantes Procurador, e conformarem-se com a deste Senado devem fazer para isso requerimento ao mesmo Senado para se lhe distinar dia em que em Camara na forma costumada se juntem, e faça-se assento da sua conformidade, e circunstancias do seu requerimento para que uniformemente se tracte do que for a bem de todos os ditos Supplicantes cujo referido requerimento se faz digno da protecção de Vossa Excellencia, quando se queira servir depor na prezença de Sua Magestade a attenção digo a atenuação em que se achão os ditos Supplicantes e a

utilidade que se segue a este Estado de que de todo se não acabem os poucos Engenhos que ainda hoje se conservão. Deos guarde a Vossa Excellencia Rio em Camara, do primeiro de Abril, de mil setecentos e trinta e nove. Excellentissimo Senhor Gomes Freire de Andrada. Matheus Franco Pereira = Antônio de Azevedo Coutinho = João de Araujo do Amaral = Sebastião de Sam Payo Maxado Saude.//

1814 Maio 02, Rio de Janeiro

Carta de Aforamento de terras situadas
na Lagoa de Santo Antônio

Carta de Aforamento passada ao Capitão João Mascarenha Castel Branco de des brassas de cham de testada abaixo declaradas, e Citas na Lagoa chamada de Santo Antônio etc. O Doutor Prezidente Vereadores e Procurador do Sennado da Camara desta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro que servimos o prezente anno por elleição etc. Fazemos saber aos que a prezente nossa Carta de aforamento virem que a nos no enviou a dizer por Sua Petição o Capitão João Mascarenha Castel Branco, morador nesta dita cidade, que elle havia rematado neste Sennado em praça publica, pela entreposta pessoa de Antônio Gomes Jacomo da Costa, des braças de Cham de testada, Cita na rua travessa que hia das suas Cazas para Nossa Senhora do Desterro na Lagoa chamada vulgarmente de Nossa Senhora d'Ajuda ou Santo Antônio, partindo de huma banda com Cazas delle dito Capitão João Mascarenhas; e da outra fasem Canto da rua que Volta para a Igreja de Nossa Senhora do Parto; com os fundos em vela latina e hião emtestar com os seos pilares e terminavão no segundo por demarcação feita, por este dito Sennado na vistoria final que proximamente havia feito na referida Lagoa em Oito de Setembro desse mesmo anno cuja demarcação fizera por dois mil e sem reis de foro anual e tempo de tres Vidas, como constava do Auto desta em que as ditas des braças de Chão hera em hum Citio alagadiço que Caricia de grande beneficio, para se fazer nelles Cazas não podia entrar a beneficiar os ditos Chaons sem Carta de Aforamento deste Sennado para seu justo titulo; por tanto nos pedio lhe mandassemos passar a dita Carta; e atendendo nos ao referido requerimento que nos fes, mandassemos se lhe passasse Sua Carta pelo referido tempo de tres Vidas e foro anual de dous mil e sem reis, o qual foro pagará todos os annos em Meza e mão do Thezoureiro que no tal tempo neste Senado servir para logo ahy se lhe carregar em receita, e fica elle foreiro livre da obrigação do tal pagamento por aquelle anno Com condição que deixando elle foreiro de pagar o dito foro por tempo de tres annos continuos, perderá logo o direito que nos ditos Chaons e suas bemfeitorias tiver para este Sennado e posto que ao depois queira pagar digo queira purgar a mora oferecendo todo o devido, nem por isso será relevado do Commisso; ainda que este Sennado receba os foros vencidos, Salvo se expressamente lhe aprover, relevallo delle, Com condição que os ditos Chaons e suas bemfeitorias não passarão em tempo algum a Religião com outra alguma Comonidade, a que o direito Chama, recahir em Cabeça morta, e querendo-o faser a outra alguma pessoa fora das referidas fará primeiro Petição a este Sennado e disendo nella que elle os quer passar a Fulano, e por tal presso, e mais condiçoens originarias, e com otorga que no cazo em que lhe der; então poderão passar ao novo pertenssor, comtanto que esta receba nova Carta deste Sennado, pedindo-a em termo breve para effeito de logo se conhecer a pessoa a quem o dito foro se deve pedir, e se faserem os acentos e declaraçoens necessarias nos Livros e tombo dos Aforamentos, com condição que me caso que por molestia delle foreiro e os ditos chaons e suas bemfeitorias, se ajão de vender por justiça se terá sempre a devida Satisfação com este Sennado o qual para resposta de se as quer ou não será esperado trinta dias, e não respondendo dentro nelles então se poderão vender como se pagar o laudêmio a rezão de des por Centos. Com condição que os ditos chaons e suas bemfeitorias não serão partidos, nem divididos entre os herdeiros delle foreiro quando falesça mas antes tudo junto cahirá a huma só parte na forma da Ordenação, e com as sobre ditas condiçoens e obrigaçoens, lhe aforamos os ditos chaons, pelo tempo e foro asima declarados que lhe mandamos passar a prezente por nós assignadas da qual se darão aos

interessantes os treslados necessarios com esta concertados e Sellado com o sello deste Sennado. Dado em Camara a vinte e seis de Outubro de mil e setecentos e quarenta annos o Escrivão do Sennado da Camara Miguel Rangel de Souza Coutinho o escrevy Francisco Luiz Miranda Spinola – Francisco Viegas Leitão e Souza – Domingos Moralo Roma e São Payo – João de Araujo de Amaral – José de Azevedo Coutinho de Macedo o qual treslado de Carta de aforamento eu Miguel Rangel de Souza Coutinho a fis trasladar bem e fielmente do proprio original que fica no Livro Actual de aforamento a que me reporto. Rio de Outubro trinta de mil setecentos e quarenta annos – Miguel Rangel de Souza Coutinho – Nada mais contem o Treslado de Carta de Aforamento, que eu Tabellião abaixo assignado, a que bem e fielmente fis passar a presente publica forma com o theor do proprio a que me reporto em poder do Apresentante a quem entreguei esta, subscrevi e asignei em publico e raso. Nesta cidade do Rio de Janeiro aos dous de maio de mil oitocentos e quatorze e eu Joaquim Joaquim digo José de Castro a subscrevy em publico e raso em publico e raso (sic). O original do presente documento está encerrado com a assignatura do Tabellião Joaquim José de Castro.//

1819 Novembro 09, Rio de Janeiro

Escritura de venda de um terreno situado na rua dos Barbonos

DR. ANTONIO CARLOS PENAFIEL. Serventuário do 3º Ofício de notas, desta cidade do Rio de Janeiro, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na forma da lei.

Certifico que revendo em meu cartório os livros de notas, no referente ao ano de 1819, às fôlhas 157, consta a escritura que me é pedida por certidão e cujo teor é o seguinte:

Escritura de venda de um terreno com oito a nove braças de frente que fazem Dr. JACINTHO FURTADO DE MENDONÇA e sua mulher a DAVID STEVENSON e outros.

Saibam quantos êste público instumento de escritura de venda virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e dezenove (1819) aos nove dias do mês de novembro do dito ano, nesta cidade do Rio de Janeiro em meu escritório apareceram perante mim justos e contratados como outorgantes vendedores o doutor Jacintho Furtado de Mendonça e sua mulher dona Francisca de Paula Lins Castelo Branco, e como outorgados compradores DAVID STEVENSON, ROBERTO FINNIE, D.M. SAMUEL, DAVID PRICE, JOHN DALE, JAMES DUCHAN, WILLIAM BRIGGS, como tesoureiro e administradores do Fundo Inglez chamado Contribuição e Consolagem, todos reconhecidos de mim tabelião pelos próprios, do que dou fé, e das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas perante as quais pelos outorgantes me foi dito que eles são senhores e possuidores de um terreno sito à rua dos Barbonos com frente quasi a leste imediatas ao lado direito das paredes das casas térreas dos outorgantes, e pelo lado esquerdo pelo muro novo das casas pertencentes aos herdeiros do falecido Dr. Estacio Goularte, continuando em linha réta por ambos os lados até a parede dos fundos que reparte o terreno que disse João Joaquim tem arrendado aos antecessores dos outorgantes, com oito a nove braças, digo com oito a nove braças de frente com a mesma largura nos fundos: do que assim como teem e possuem livre e desembaraçado de penhora, hipoteca e de outro qualquer encargo Judicial, faziam como com efeito fazem de hoje para sempre venda aos outorgados David Stevenson e outros, pela quantia de 4.000$000 (quatro contos de réis) livres de siza que recebeu dos outorgados neste ato, do que dou fé e dos quais disseram-lhe davam quitação para mais lha não repetirem por si, por seus herdeiros, com as condições seguintes: Que vendem unicamente o terreno e reservam eles vendedores para si todos os materiais das benfeitorias que sôbre ele existiam que os compradores tomam sôbre si

aplanarem judicial ou amigavelmente qualquer dúvida ou oposição que encontrar na parte dos herdeiros do Dr. Estacio Goulart, relativa a linha divisoria entre eles, visto que para correr-se a mesma linha é necessário cortar-se a parte dos fundos ocupados por aqueles possuidores, inquilinos ou arrendatarios. Sendo êste terreno destinado a edificação de uma Capela e Casas pertencentes, e devendo esta Capela ser térrea e nunca assobradada, reservam os vendedores para si ou seus sucessores, ou para aqueles a quem expressamente o cederem o direito de a todo o tempo não só edificarem, erguerem, e alçaram-se sôbre o muro que servia o dito edificio dos compradores, sem obrigação de pagar-lhes alguma parte de seu valor, mas até de abrir sacadas, janelas, ou qualquer vistas para êsse lado ou sôbre os telhados da dita Capela, sem que todavia os compradores possam abrir vistas sôbre os terrenos e quintais que ficam para a parte dos vendedores, entendido que o vendedor só poderá abrir janelas por cima da altura do muro exterior. Ultimamente declaram os vendedores que o título por que são senhores e possuidores do terreno aqui vendido é o Fideicomisso creado pelo Excelentissimo finado Bispo desta Diocese Dom João Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, o qual se acha registrado no livro de notas que se viu com o tabelião Antônio Teixeira de Carvalho no ano mil oitocentos e um às fôlhas dezenove, confirmado por sua Majestade, cuja carta de confirmação se acha registrada no mesmo cartório às fôlhas 113 do livro de registro e papeis que com o mesmo tabelião servia no ano mil oitocentos e dois. E como para fazerem esta venda e desmembração foram autorisados por Sua Majestade de vinte e seis de julho do corrente ano e Provisão que fica registrada no meu livro atual de Registro às folhas – dando-se os compradores por contentes e seguros com êstes títulos, sem que fique a vendedora responsavel por dúvida alguma que de futuro possa mover-se a respeito deste contrato que os compradores aceitam por valioso e firme com todas as condições aqui expressadas, as quais prometeram por si e por todos os seus secessores e os hão por empossados do terreno aqui vendido por esta Escritura e de Clausula constituri; e assim justos e contratados pediram a mim tabelião lhes lavrasse êste instrumento em estas notas que sendo-lhes lida disseram estar com as vontades, do que doi fé; e o Conhecimento de Siza é do teor seguinte: Número mil duzentos e quatorze. Pagou o senhor David Stevenson e outros a quantia de quatrocentos mil réis de siza, correspondente a quatro contos de réis, importância porque compraram ao Dr. Jacintho Furtado de Mendonça e sua mulher, um terreno com oito a nove braças de frente, sito à rua dos Barbonos. Rio de Janeiro, seis de novembro de mil oitocentos e dezenove. O Caixa Manoel Moreira Lirio. E o bilhete de distribuição é do teor seguinte: Distribuido a Pires. O Dr. Jacintho Furtado de Mendonça e sua mulher vendem um terreno na rua dos Barbonos a David Stevenson e outros em nove de novembro de mil oitocentos e dezenove. Matos. E assinam sendo testemunhas aqui [falta o final do documento]..//

1849 Julho 07, Rio de Janeiro

A Câmara Municipal estipulou o valor dos terrenos ocupados pelas novas ruas abertas por Francisco de Paula Mattos em sua chácara

CÓPIA devidamente autenticada do documento original guardado no Arquivo Geral da Prefeitura, como se segue: Nós abaixo assignados, declaramos que em virtude do Despacho da Ilustrissima Camara Municipal de cinco de junho deste anno, fomos a chacara do Cidadão Francisco de Paula Mattos, e ahi medimos todo o terreno occupado pelas novas ruas, que aquelle Cidadão tem aberto, em sua chacara, cortando-a em diversos sentidos, e onde tem já crescido numero de predios; e achamos occuparem essas ruas huma superficie de duas mil oitocentas e cincoenta braças quadradas, a que dámos o valor estimativo de vinte hum contos tresentos e setenta e cinco mil reis, por calcularmos cada braça a sete mil e quinhentos, valor comparativo, e proporcional aos preços porque se tem realisado as vendas de terrenos n'esse lugar. Rio em sete de julho de mil oitocentos quarenta e nove. No presente documento constam as seguintes assinaturas: Amaro Emilio da Veiga, Antônio José de Araujo, Severianno Francisco Manuel e Sebastião José de Oliveira. E porque nada mais constasse do documento a que me reporto, bem e fielmente extraí a presente cópia, que eu, Angelica Moutinho subscrevo e assino, em 28 – 07 – 1947.

Angelica Moutinho
Escrituraria P. 23
Matrícula 34935

CONFERE
Dulce Carneiro da Cunha
DULCE CARNEIRO DA CUNHA
Matrícula 33542
Coordenadora do Setor III//

1854 Fevereiro 25, Rio de Janeiro

Medição dos terrenos do morro de Paula Mattos

Cópia autenticada do documento original guardado no Arquivo Geral da Prefeitura (2.H.D.), como se segue: Foi apensado – Rio 25 de Fevereiro de 1854. Santos Rodrigues Presidente Interino – Para que esta Camara possa solver convenientemente parte das duvidas que o dr. Engenheiro do 1º Districto suscitou na occasião em que teve de medir os terrenos do morro denominado – Paula Mattos – cujo dominio direito pertence á mesma Camara; para o fim não só de os extremar de uns outros que se dizem allodiaes, mas ainda para que os cofres da Ilustríssima Camara possão ser indemnizados dos laudêmios que indevidamente tem sido recebido por Francisca (sic) de Paula Mattos, conforme elle mesmo declarou na petição que fez para se determinar a referida medição; sou de parecer que o mesmo Paula Mattos seja convidado pelo Secretario desta Camara a que no prazo de 15 dias lhe venha declarar o seguinte. 1º – Se possue ainda hoje, pelo lado da rua de mata-cavallos, todo o terreno que foi do finado Manoel Caetano Muniz, de quem o houve por ajudicação judicial como geral credor do casal do finado Leonardo José dos Reis; ou se vendeo parte d'elle.

2º – No caso de que tal venda ou vendas se fizessem, as datas e pessoas a quem forão feitas, com declaração do preço e numero de braças com que cada um ficou.

3º – Se em 4 de Janeiro de 1845, quando requereo e obteve a carta de aforamento que juntou, já se achava aberta no dito morro a continuação da rua do Senado, e se na medição a que então se procedeo e que consta da mesma Carta ter sido de 200 braças para o lado da rua de Mata-cavallos, forão incluidas ou não as que ocupa a da rua. 4º – Que quantias existem em seu poder pertencentes á Ilustríssima Camara, e recebido o titulo de laudêmio; com declaração das pessoas de quem os houve, de que numero de braças, e em que localidade. 5º – Que declarando a referida carta de aforamento, que fica a salvo á Ilustríssima Camara o direito de reimsindicar o terreno que o impetrante possue como livre de onus naquele naquele lugar se por ventura vier a verificar-se ser tal terreno foreiro – cumpre que o mesmo Paula Mattos exhiba no mesmo prazo documentos ou titulos legaes, por onde possa provar que possue n'esta localidade terrenos livres ou não pertencentes á Ilustríssima Camara; visto como sem esta exhibição, que é condição expressa da sua carta de aforamento, jamais se lhe poderá reconhecer tal direito. Paço da Ilustríssima Camara 25 de Fevereiro de 1854 – No presente documento constam as seguintes assinaturas: Haddock Lobo – Lima Nogueira – Dr. Lopes da Cunha. E porque nada mais constasse do documento a que me reporto, eu, Angelica Moutinho subscrevo e assino, em 2 de setembro de 1947.

Angelica Moutinho
Escrituraria – Matrícula 34935

CONFERE
Dulce Carneiro da Cunha
DULCE CARNEIRO DA CUNHA
Matrícula 33.542
Coordenadora do Setor III //

1855 Abril 02, Rio de Janeiro

Estabelecimento da linha divisória entre os terrenos pertencentes a Paula Mattos e a Câmara Municipal

Cópia autêntica do Têrmo de Vistoria nos terrenos da chacara do Cidadão Francisco de Paula Mattos, com frente para as ruas Nova do Conde e Mata Cavallos , existente neste Serviço de Arquivo Geral da Prefeitura (2.HD), como se segue: Aos dous dias do mez d'Abril de mil oitocentos e cincoenta e cinco na chacara do Cidadão Francisco de Paula Mattos, com frente para as ruas Nova do Conde e Mata Cavallos, onde se achavão presentes os Senhores Vereadores da Ilustríssima Camara Municipal d'esta cidade, sob a presidencia do Senhor Francisco José dos Santos Rodrigues, os Engenheiros, Procurador, Fiscal de Sant'Anna, Arruadores, e o proprietario da referida chacara Francisco de Paula Matos com migo official Maior servindo de Secretario, todos abaixo assignados, a fim de se processar na forma dos despachos da Ilustríssima Camara de 6 e 23 de Março proximo passado á vistoria nos terrenos da mencionada chacara para terminação das duvidas, que se ha suscitado sobre o dominio que aos terrenos do morro denominado – de Paula Mattos tem este Cidadão, e depois de se fazerem os necessarios exames, foi accordado entre a Ilustríssima Camara, e o sobredito Cidadão Francisco de Paula Mattos que se medisse pela rua Nova do Conde do canto da de Mata Cavallos, até ás proximidades do Chafariz do Lagarto setenta braças, fincando-se ahi hum marco para servir de extremo dos terrenos da Ilustríssima Camara, e do que pertence ao mencionado Cidadão Paula Mattos: que pelo lado da rua de Matta Cavallos se medissem cento e quarenta braças até encontrar com a casa do Cidadão Francisco José Gonsalves a qual foi do falecido José Ferreira dos Santos, seguindo-se a divisa do terreno do dito Cidadão Francisco José Gonsalves até completar outras setenta braças iguaes ás da frente, fincando-se no lugar, em que findarem outro marco, e que todo o terreno compreendido d'entro dos marcos, digo dos dous marcos, e que foram collocados entre a rua Nova do Conde, e a rua Mata Cavallos, seja unicamente considerado como pertencente á Ilustríssima Camara Municipal, e por consequencia aforado ao dito Cidadão Francisco de Paula Mattos, pelo qual ficará pagando o fôro annual de sete mil réis (7$000). E por esta forma se houve por concluida a vistoria, lavrando-se de tudo o presente têrmo, que, depois de lido por se achar conforme, vai por todos assignado. E eu Joaquim Antônio da Costa Official Maior servindo de Secretario o escrevi; e assignei. Seguem-se as seguintes assinaturas: Francisco Jozé dos Santos Rodrigues. Post scriptum – Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo. – Jerônimo José Mesquita. Justino José Tavares. Dr. Antônio José Gomes Fontes. Francisco de Paula Mattos. Manoel da Cunha Galvão. – Pedro Moraes da Cunha Lima. – Antônio Cardoso Vianna de Barros. Carlos Gomes de Oliveira. Sebastião José de Oliveira. Manoel José de Serpa. //

1856 Maio 13, Rio de Janeiro

Requerimento de Francisco Paula Mattos para a substituição da linha divisória entre os seus terrenos e os da Câmara Municipal

Cópia autêntica da Ata da Sessão da Camara Municipal, constante do Livro n º 124, folhas 182 verso e 183, que serviu nos anos de 1855-1857, ora guardado neste Serviço de Arquivo Geral da Prefeitura (2.HD), como se segue: 16 Sessão em 13 de Maio de 1856

Leo-se a seguinte informação do Engenheiro – Ilustríssimos Senhores Informando o requerimento incluso do Senhor Francisco de Paula Mattos em que pede seja substituida a linha divisoria que separa os seus terrenos dos da Ilustríssima Municipal, reporto-me a meos officios de 9 de Setembro de 1853 e 24 de Outubro de 1854 em que eu fazia ver que não sendo possivel preencher-lhe pela rua de Matacavallos as 200 braças que lhe marca a Carta d'aforamento passada por esta Camara e que resultando graves inconvenientes da linha divisoria fixada pela juncção do ponto da rua do Conde

proximo ao Chafariz ao ponto fixado na diviza de Ferreira dos Santos, acho rasoavel que em conpensação do terreno em que elle se acha prejudicado se marque para linha divisoria dos terrenos de Paula Mattos dos da Ilustríssima Camara a rua de Paula Mattos até a sua intersecção na rua do Conde, vindo elle a ganhar a facha do terreno compreendido entre esta linha divisoria e a mesma rua. No cazo de ser approvado o meo parecer dever-se-ha passar nova carta d' aforamento em que se declara que em compensação das 60 braças de frente que faltão pela rua Matacavallos se concede a facha acima mencionada.

Deos Guarde a Vossas Senhorias Directorias das obras municipaes em 6 de Maio de 1856. Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores da Ilustríssima Camara Municipal – Manoel da Cunha Galvão, Director das obras Municipaes do 1º Distrito Foi apenso O Senhor Lima Nogueira não votou por ter suspeição. //

1857 Agosto 27, Rio de Janeiro

Edital informando que os prédios abaixo relacionados estão localizados em área desmembrada do aforamento feito Senado da Câmara à Ordem Terceira do Carmo

A Illustríssima Camara Municipal desta muito Leal e Heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: Faz saber a todos os proprietarios de predios das ruas abaixo designadas, que pelo Tombamento a que se acaba de proceder, e vai annexo a este Edital, se reconheceu que os mesmos predios se achão edificados em terreno "desmembrado" do aforamento feito pelo Senado da Camara á Veneravel Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em 22 de dezembro de 1779, competentemente registrado a folha 126 vol. do Livro 4º de aforamentos existente no archivo da mesma Camara, e como tal sujeitos – 1º, a lhe pagarem laudêmio de quarentena sempre que passarem por venda ou troca á novos possuidores, para o que são obrigados os vendedores a lhe impetrarem previamente a devida licença; 2º, ao pagamento annual de fôro de 1$000 réis, instituido naquelle primeiro aforamento, sómente aquelles que já possuirem o dominio util do mesmo terreno por compra que delle tenhão feito por si ou por seus antecessores áquella referida Ordem 3ª, devendo tambem nesse caso impetrarem o competente titulo de aforamento sob pena de que, não cumprindo estes dous deveres, ficarão incursos na pena de commisso que se lhes ha de pedir para o perdimento do dominio util que tiverem, como é de Lei.

rua do Conde	Predios n. 2 a 50.
" dos Ciganos	" n. 1 a 63 e 2 a 68.
" da Lampadosa	" n. 49 a 63 e 96 a 116.
" do Hospício	" n. 199 a 287 e 266 a 354.
" do Senhor dos Passos	" n. 81 a 217.
" de São Jorge	" n. 1 a 49.
" do Regente	" n. 1 a 41 e 2 a 44 F.
" do Nuncio	" n. 1 a 27 e 2 a 40.
praça da Constituição	" n. 73 a 89.
" da Acclamação	" n. 2 a 34.

E para que chegue á noticia de todos os interessados, Tabelliães e Escrivães do Civel. Commercio e Orphãos, e se não possa allegar ignorancia em tempo algum, se mandou affixar e publicar o presente Edital. Paço da Ilustríssima Camara Municipal do Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1857.

Dr. João de Oliveira Fausto
Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo

Dr. José Mariano da Costa Velho.
José Lopes Pereira Bahia.
Dr. Francisco Lopes da Cunha.
Está conforme. – Luiz Joaquim de Gouvêa.
Empreza Nacional do Diario. – rua do Rosario N. 84.//

1859 Outubro 15, Rio de Janeiro

Pedido de licença para construção de um prédio

Cópia autenticada do documento original guardado neste Serviço de Arquivo Geral da Prefeitura (2.HD), como se segue: A Contadoria. Rio em 3 de Outubro de 1859 – A Directoria – Rio em 11 de Outubro de 1859. Ao Ilustríssimo Senhor Dr. Fon. Mesmos Senhores tes. Rio(em abreviatura) em 15 de Outubro de 1859. O Barão da Bella Vista, pretende fazer na praça de Dona Antonia n. 24 em prédio assobradado, e por isso pede licença a Ilustríssima Camara Municipal – do que espera. Receberá Mercê – Concedida. Rio 21 de Outubro de 1859. Assinatura ilegivel. Ilustríssimos Senhores. O terreno em que o Suplicante pretende edificar he dos que pertencem a Francisco de Paula Mattos. Rio 10 de Outubro de 1859. O Contador – assinado – Innocencio da Rocha Maciel. Rio em 1. De Outubro (em abreviatura) de 1859. Como Procurador – Francisco de Paula Mattos. E porque nada mais constasse do documento a que me reporto, bem efielmente extraí a presente cópia, que dato e assino.

Em 17 de setembro de 1947.

Angelica Moutinho

CONFERE
Dulce Carneiro da Cunha
DULCE CARNEIRO DA CUNHA
Matrícula 33.542
Coordenadora do setor III

VISTO //

Inventário dos bens deixados pelo Bispo
da cidade do Rio de Janeiro

SYNOPSE GERAL DOS BENS DOADOS PELO BISPO DO RIO DE JANEIRO À SUA SOBRINHA D. ANNA DE LEMOS MASCARENHAS, E DO SEU DESTINO.

D. JOSÉ JOAQUIM JUSTINIANO MASCARENHAS CASTELLO BRANCO

a) – Casas de sobrado no canto da rua da Ajuda, nesta cidade, herdadas de seu Pae, no inventario julgado por sentença de 22 de Setembro de 1787.

b) – Duas casas terreas contiguas e em seguida, havidas por seu Pae, por compra feita em 23 de Dezembro de 1778, e outra pelo Bispo recebida em pagamento, em 20 de Fevereiro de 1796.

c) – Uma fazenda denominada Capão, a Quinta de Sant'Anna, além de outras terras havidas por

compras de 12 e 15 de Maio de 1795 e 13 de Dezembro de 1796, todas na Freguezia de Inhauma.

d) – O Engenho de Nossa Senhora da Conceição, em Mira Penha, na Freguezia de Irajá.

DONA ANNA DE LEMOS MASCARENHAS

Sua sobrinha que recebeu os ditos bens em doação (menos a Quinta de Sant'Anna e o Engenho de Nossa Senhora da Conceição de Irajá, que tinha em fideicomisso) em 30 de Março de 1801, com a condição de conserva-los intactos e sem delles se poder desfazer por qualquer forma, passando, depois de sua morte, por ter falecido solteira e sem herdeiro, legitimo, ao seu Irmão Coronel Ignacio Manoel de Lemos Mascarenhas, porem, em fideicomisso.

CORONEL IGNACIO MANOEL DE LEMOS MASCARENHAS

Falecendo este sem descendencia, legitima, passou o fideicomisso para a sua outra irmã, Dona Francisco (sic) de Paula Liz Castello Branco, casada em primeiras nupecias (sic) com o Capitão José Thomaz Gusmão, que não deixou filhos, e em segundas nupcias com o Senador Jacinto Furtado de Mendonça, com geração.

DONA FRANCISCA DE PAULA LIZ CASTELLO BRANCO

Falecendo ela em 6 de Janeiro de 1833, foi feito inventario e partilha amigavel pelo viuvo e seus filhos: Jacinto Mascarenhas Furtado de Mendonça, a Marqueza de Quixeramobim e Fernando de Mascarenhas Furtado de Mendonça, na qual manteve-se a validade do fideicomisso quanto aos bens da cidade, da Fazenda do Capão e da Quinta de Sant'Anna, que passaram imediatamente ao filho mais velho Jacinto de Mascarenhas Furtado de Mendonça, mas ficando considerado nullo o fideicomisso concernente o Engenho de Nossa Senhora da Conceição de Irajá, que passou para o monte-mór.

JACINTO MASCARENHAS FURTADO DE MENDONÇA

Recebeu o fideicomisso como terceiro fideicomissario e mandou registrar as fazendas do Capão e de Sant'Anna, no Registro de Terras da Freguezia de Inhauma, em 24 de Fevereiro de 1856, de acordo com a Lei de Terras, na Freguezia de Inhauma. //

Propriedades em Botafogo

Luiz Alves da Silva Porto foi por muito tempo procurador do rico negociante Joaquim Marques Batista de Leão – o velho, o qual era tambem grande proprietario de predios e terrenos em Botafogo, onde residia em grande chacara á rua de São Clemente.

Em morrendo Batista de Leão, Silva Porto apareceu como credôr ipotecário de quasi todos os prédios e terrenos deixados pelo seu finado constituinte. Moveu ação de penhora e teve ganho de causa, obtendo a adjudicação dos imoveis penhorados. Ainda grande vantagem conseguiu Silva Porto, obtendo da Ilustríssima Camara, em 15 de abril de 1834, o aforamento dos terrenos adjudicados. Por morte de Silva Porto e [folha 2] e da sua mulher, os mesmos terrenos passaram ao dominio útil dos sete filhos do casal, todos com os seus titulos de aforamentos registrados na Municipalidade – Repartição de Tombaménto, em 6 de julho de 1885. Em 1931, Eduardo Alves da Silva Porto, por sucessão dos seus irmãos, era o unico posseiro dos terrenos, e no dito ano propôr a Prefeitura comprar o dominio direto dos mesmos. A situação politica do momento, não permitiu fosse aceita a sua proposta.

Assim, os terrenos, em Botafogo, que foram possuidos pelos Silva Porto são do dominio direto da Municipalidade e obrigados a fôro á Prefeitura do Distrito Federal por serem desmembrações de um todo que constituiu a Fazenda da Olaria, por sua vez desmembrada de um outro todo de [folha 3] de muito maior porção, que era a Quinta de São Clemente, foreira á Municipalidade de tempos imemoriais, por se achar assente em terras compreendidas nas sesmarias da Municipalidade do Rio de Janeiro: sesmaria de 16 de julho de 1565, concedida pelo capitão mór governador Estacio de Sá, e a de 18 de agosto de 1567, concedida pelo governador geral do Brasil – Mem de Sá, confirmando e ampliando a primeira.

Quinta de São Clemente

Importante propriedade que pertenceu ao padre dr. Clemente Martins de Matos, homem culto, formado em Direito e foi Vigario Geral do Bispado do Rio [folha 4] de Janeiro, de onde era natural e onde morreu a 8 de julho de 1702. A testada de frente da Quinta, cerca de 344 braças, estendia-se pela antiga praia de Botafogo, desde o riacho do "Banana Pôdre", que desaguava na dita praia, no local onde está assente a igreja do colégio da Imaculada Conceição, e terminava na fóz do rio Berquó – atualmente, começo da rua da Passagem. O fundo ou sertão da Quinta alcançava as terras, tambem foreiras, de Rodrigo de Freitas, na grande lagôa. Os seus lados confinavam, o do norte – ou esquerda, com Larangeiras, e o da direita – ou sul com Sacópenapam – hoje Copacabana. Nessa Quinta existiu uma capela sob [folha 5] a invocação de São Clemente, dai a sua denominação. Em 1675 o padre Clemente fez a primeira desmembração da Quinta, na parte sul e que ficou margeando um caminho – digo ficou constituindo o lado esquerdo de um caminho publico, depois rua do Berquo, atual General Polidóro, Assim, nessa porção desmembrada estão compreendidos todo o chão do cemiterio de São João Batista e todos os terrenos que se seguem até a rua da Passagem, e portanto foreiros á Municipalidade, como desmembração de um todo – Quinta de São Clemente – que era foreiro, á razão de 2560 reis anuais.

[folha 6]

Fazenda da Olaria:

O restante da Quinta de São Clemente, por morte do seu já referido dono, veiu a pertencer a Pedro Fernandes Braga e a sua mulher Barbara Xavier de Carvalho e depois desmembrou-se, por completo, na partilha entre os filhos e herdeiros do dito casal. Um rico oleiro, capitão Francisco de Araujo Pereira, comprou aos precipitados herdeiros uma grande porção, lado esquerdo da rua de São Clemente e que se estendia até o morro do Pasmado, com fundos, na lagôa Rodrigo de Freitas. Essa porção constituiu a fazenda da Olaria, que pertenceu mais tarde, a Joaquim Marques Batista de Leão. = Assim, todos os terrentos (sic) compreendidos entre o lado direito da rua General Polidóro e o lado esquerdo[folha 7] da rua de São Clemente e todos os fundos ate a Piaçaba, na lagôa Rodrigo de Freitas, fizeram parte da fazenda da Olaria.

Niteroi, terça feira, 26 – junho – 1956
Aureliano Restier Goncalves//

Bibliografia

Obras de Aureliano Restier Gonçalves

Manuscriptos sobre aforamentos. Rio de Janeiro: Archivo do Distrito Federal, 1929.

Extractos e manuscriptos sobre vacina. Rio de Janeiro: Archivo do Distrito Federal, 1929.

"Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro-1500/1900", Revista do Arquivo do Distrito Federal, vol.III, 1952, p.283-358.

"Paço municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro", Revista do Arquivo do Distrito Federal, vol.IV, 1953, p.27-69.

"A governança de Luiz Vahia Monteiro – Correspondência entre Senado da Câmara e Luiz Vahia Monteiro", Revista do Arquivo do Distrito Federal, vol.V, 1954, p.3-57.

Bibliografia citada pelo autor

FONTES

Legislação

BRASIL. Parlamento. Coleção de leis do Brasil.

PORTUGAL. Ordenações Filipinas. São Paulo: Saraiva, 1957, 3v.

Manuscritos públicos

Auto dos arrolamentos dos bens dos jesuítas no Rio de Janeiro.

Autos das demandas e das vistorias sobre as terras do Valongo,1770-1780.

Autos de arruação e vistorias, 1602.

Autos de vistoria de terras no sítio de Matacavalos no ano da Graça de N. S. Jesus Cristo, 1789. Rio de Janeiro: Arquivo Municipal.

Autos de vistorias, 1835.

Cartas de aforamentos: documentos sobre as invasões francesas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [18--?].

Classe de manuscritos – Brasil – Correspondências, 1790-1794. Lisboa: Arquivo da Torre do Tombo, [18--?].

Consultas do Conselho Ultramarino, 1724-1735. Rio de Janeiro: [s.n., 18--?].

Documentos inéditos: Intendência da Polícia, 1795-1807. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [19--?].

Livro das décima urbanas.

Livro de aforamento.

Livro do imposto predial nº 1558 de 1947.

Parecer do síndico do Senado da Câmara, 3 de março de 1820.

Provisões e registros dos governadores do Rio de Janeiro, séc.XVI e XVII.

Registros da recebedoria do Tesouro Nacional.

Registros de licenças da Ilma. Câmara.

Registros de tombamento municipal de 1870.

Registros do Senado da Câmara, 1730-1740 e 1730-1805. Arquivo Municipal.

Relatório do fiscal-engenheiro Charles Neate de 1861. Rio de Janeiro: IHGB, col. Olinda. [19--].

Resolução 15 de junho de 1818.

Sentença de dezembro de 1859 de processo corrido na 3ª Vara Cível da Corte.

Tombo das terras municipais de São Sebastião do Rio de Janeiro, 6 de julho de 1885.

Tombo dos foreiros do Senado da Câmara 1810; 1818.

Manuscritos particulares

Carta do padre Xavier de 25 de dezembro de 1793.

Carta do superior da Casa Conventual do Rio de Janeiro, Frei José Policarpo de Santa Ana Gertrudes sobre remissão de foro, 1835.

Escritura de 9 de agosto de 1831, Livro de Notas do tabelião Manoel de Lares Pinto, Niterói.

Escritura de compra e venda da Chácara do Souto de 12 de maio de 1849, Livro de Notas do tabelião Joaquim José de Castro.

Escritura de compra e venda de 14 de fevereiro de 1833 do tabelião João Caetano de Oliveira.

Escritura de compra e venda de 1º de abril de 1806, Livro de Notas nº 133 do tabelião Manoel Marques Perdigão.

Escritura de doação de 8 de março de 1811, Livro de Notas do tabelião Rocha Pita.

Escritura de transferência de propriedade de 17 de janeiro de 1887, Livro de Notas nº 391 do tabelião Marcolino de Moura e Albuquerque.

Escritura pública de 14 de agosto de 1721 do Notário Jorge de Souza Coutinho Escritura de compra e venda de 10 de março de 1744 – Tabelião Francisco Xavier da Silva.

Escritura pública de 14 de fevereiro de 1801 em Livro de Notas do Tabelião Antonio de Carvalho.

Escritura Pública de 23 de janeiro de 1646 no Livro de Notas do Tabelião Pedro da Costa.

Escritura pública de 25 de janeiro de 1766 do Notário Vicente de Andrade.

Inventário de Francisco de Paula Matos. Cartório do 1º Ofício de Órfãos da 2ª Vara Cível da Corte, 1866-1870.

Inventário de Joaquina Maria da Conceição – sentença de 4 de dezembro de 1876 Juízo da

1ª Vara Cível da Corte.

Livro de Escrituras de 1656 do Notário Antonio Ferreira da Silva, consultado no Cartório do Tabelião Castro em 1923.

Livro de Tombo da Irmandade da Lampadosa.

Livro nº 150 do Tabelião Pires Garcia.

Testamento de Manoel Alexandre Alvares, escrivão-mor, de 12 de abril de 1812.

Periódicos

ALMANAQUE LAEMMERT, Rio de Janeiro,1844.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.2, 1877.

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL, Rio de Janeiro, 17 abr, 1860.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA, São Paulo, t.III.

ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 1864.

BOULANGER, Luiz Alexis. “Autos dos arrolamentos dos bens dos jesuítas no Rio de Janeiro”, Anuário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1861.

BRANDÃO, Paulo Pires. “Biografia de Francisco José Fialho”, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 9 jun 1935.

CABRAL, Vale. “Etimologia brasílicas”. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.201-4; 404-6, 1876/1877.

Documentos inéditos. Arquivo Ultramarino, Lisboa.

DORIA, Escragnole. “A rua do Ouvidor”, Revista da Semana, Rio de Janeiro, v.28, no 26, p.18, 18 jun 1927.

Estudo-relatório do engenheiro Júlio Rey, 1886.

FAZENDA, Vieira. “Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro”, Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t.88-89, v.142-3, 1920/1921.

FLEIUSS, Max. “Apostilas de História do Brasil”, Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1933. 467p., vol. especial.

FREITAS, Augusto Teixeira de. Consolidação das leis civis.

GAZETA MÉDICA, 1862.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 10 out 1883, 18 dez 1875, 1864..

O IMPARCIAL, 29 jun 1916.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “O descobrimento do Brasil”, Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t.19, p.293-302, jul/set 1855.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “A carioca”, Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t.25, v.4, p.565-87, 1862.

REVISTA FARMACÊUTICA, Rio de Janeiro, [20--]. ?????

REVISTA POPULAR, 15 nov 1862.

Recortes de jornais

COLEÇÃO PIRES DE ALMEIDA, 83-1-20, fls.9.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA DOS SELETOS. História cronológica do bispado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Júbilos da América, 1752.

AGOSTINHO, de Santa Maria, Frei. Santuário Mariano, v.10.

ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. Memórias históricas da do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945-1951. 10v.

CAVALCANTE, J. Cruvelo. Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1873-1876.

CRÔNICA da Companhia de Jesus. Livros 2 e 3.

KITZINGER, Alexandre. Resenha histórica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IHGB, [19--].

LERY, Jean de. Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil. [S.l; s.n.], 1600.

LISBOA, Balthazar da Silva. Anais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1834/1835.

LUCENA, João. Vida de são Francisco Xavier. [S.n.t.].

MACIEL, Inocêncio da Rocha. Relatório do encarregado das terras da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Diário do Rio de Janeiro, 1857/1872.

MARTINS. Glosiaria Linguarium Brasiliensis. [S.n.t.].

MORAIS, Alexandre José de Mello. Chronica do Brazil. Rio de Janeiro, [s.n.], 1878/1879.

PINHEIRO, José Joaquim. "Memória sobre o bispo Guadalupe". In: Memórias dos prelados e bispos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo do Cabido, [19--].

PITA, Sebastião Rocha. História da América Portuguesa. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, col. Reconquista do Brasil, 32, 1976.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. Memórias para servir a história do Reino do Brasil. Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1943, 2v.

SANTOS, Noronha. Meios de transportes. Rio de Janeiro: Jornal do Commércio, 1934.

SILVA, Antonio Morais e. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813, 2v.

SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1862., v.1.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. História geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal. [S.l., s.n.], 1876. t.I.

Bibliografia utilizada para esta edição

ABREU, Alzira Alves e BELOCH, Israel. (coord.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária/FGV-CPDOC, 1984.

ALMANAK LAEMMERT, Rio de Janeiro, 1912/1915, 1924/25, 1929.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Dicionário de história do Brasil. Porto Alegre: Globo, 1969

AMARAL, Alexandrino Freire do. Consolidação das Leis e Posturas Municipais. Rio de Janeiro: Paula Souza e Companhia, 1905.

ANUÁRIO GENEALÓGICO LATINO. São Paulo. Revista Genealógica Latina, 1952, v.4.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Aforamentos: inventário sumário. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, col. Biblioteca Carioca, v.2, 1987, 112p.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, l988, v.2..

AS RUAS do Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos/Imprensa Oficial, 1977, 3v.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. Dicionário das famílias brasileiras. São Paulo: Ibero Americana, s.d., 2v.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro –1565/1965. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965. 27p, 22 pranchas.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BERGER, Paulo. Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: I e II Regiões Administrativas (Centro). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974, 145p, il.

BERGER, Paulo e BERGER, Eneida. Copacabana. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal/Departamento de História e Documentação, 1959.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Diccionário bibliographico brazileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Conselho Federal de Cultura, 1970.

BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Rio de Janeiro, 1909, 1912, 1924, 1934, 1937.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (dir.). História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, t.II, v.1.

CARLETTI, Almicare. Dicionário de latim forense. São Paulo: Livraria e Editora

Universitária de Direito, 2000

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Rio de Janeiro, centro histórico 1808/1998: marcos da Colônia. Rio de Janeiro: Edição do autor/Dresdner Bank Brasil, 1998, 143p, il.

CAVALCANTI, João Cruvello. Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1878, 2v.

COARACY, Vivaldo. Memórias da cidade do Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1988, 401p, il.

CORRÊA, Armando Magalhães. Terra carioca. Fontes e chafarizes. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, s.d.

CRULS, Gastão. Aparência do Rio. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985, 624p, il.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/DGDIC, 1990.

DINIZ, Maria Helena. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraiva, 1998, vol 3

EDMUNDO, Luiz. A corte de dom João no Rio de Janeiro(1808-1821).Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

_____. O Rio de Janeiro do meu tempo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, 2v.

ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica, 1979, 16v.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1983, 20v.

FERNANDES, Fernando Lourenço. A feitoria da ilha do Gato. Pau Brasil. São Paulo: Axis, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa, 1ª edição. Nova Fronteira, sd

_____. Novo dicionário Aurélio. São Paulo: Nova Fronteira, 1975, 516p.

_____. Novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa, 3ªed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, João da Costa. A cidade do Rio de Janeiro e seu termo: ensaio urbanológico. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Administração, col. Memória do Rio, v.1, [1978?], 379p.

FLEIUSS, Max. História administrativa do Brasil. 2ªed. São Paulo: Melhoramentos, 1925, 844p.

_____. História da cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Melhoramentos, 1928.

FRAIHA, Silvia (Coord.). Glória e Catete. Rio de Janeiro: Fraiha/Rioarte, col. Bairros do Rio, 1999, 75p, il,.

FREIRE, Felisbelo. História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, 2v.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. Light, rua Larga, arredores: mostra fotográfica, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

GERSON, Brasil. História das ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, [1960?], 358p.

_____. História das ruas do Rio e da sua liderança na história política do Brasil. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, 5ªed.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998,

24v.

GUIA DO VIAJANTE NO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1884.

GUIA 4 Rodas. Ruas. Rio de Janeiro, 2004. São Paulo: Abril, 2003.

HOLANDA, Nestor de. Itinerário da paisagem carioca. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPANEMA, Cybelle de. História da ilha do Governador. Rio de Janeiro: Marcello de Ipanema Ed., 1991.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Evelyn Furkim Werneck. Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, col. Biblioteca Carioca; v.12,1990, 144p, il.

LISBOA, Balthazar da Silva. Annaes do Rio de Janeiro. Ed. fac-símile, Rio de Janeiro: Typ. Imp. Const. de Seignot-Plancher e Cia, 1834, 8v.

LOBO, Roberto Jorge Haddock. O Tombo das terras municipais que constituem parte do patrimônio da Ilustríssima Câmara Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Paula Brito, 1883.

LUDOLF, Dulce. Rio histórico- cultural. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

MARANHÃO, R., MENDES Jr., A. e RONCARI, L. Brasil história. Texto e consulta. São Paulo: Brasiliense, 1976, 4v.

MAURÍCIO, Augusto. Igrejas históricas do Rio de Janeiro, 2ªed. Rio de Janeiro: Kosmos, [197-?], 286p.

MORALES DE LOS RIOS FILHO. Adolfo. O Rio de Janeiro imperial. Rio de Janeiro, A Noite, 1946, 494p, il.

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. As freguesias do Rio antigo. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

_____. Meios de transporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1996, v.1.

NUNES, Rodrigues. Grande dicionário jurídico. São Paulo: RG, 1995

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Puc/Funartet/Fundação Roberto Marinho, 1978.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Notícia sobre o desenvolvimento da indústria fabril no Distrito Federal e sua situação atual. [Rio de Janeiro]: Milano/Fratelli Treves, 1908.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RIBEIRO FILHO, J.S. Ordens honoríficas nacionais e estrangeiras. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.

SALGADO, Graça (coord.). Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 452p.

SANTOS, Paulo F. Quatro séculos de arquitetura. [Valença].Valença Ed., 1977.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. DIRETORIA DE PARQUES E JARDINS. Monumentos do Rio. Obras de arte existentes nos logradouros. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos/Diretoria de Parques e Jardins, 1983.

SÉGUIER, Jaime de. Dicionário prático ilustrado. Porto: Lello e Irmão, 1966.

SCISINIO, Alaôr Eduardo. Dicionário da escravidão. Rio de Janeiro: Leo Christiano, 1997.

SILVA, de Plácido E. Vocabulário jurídico. São Paulo: Forense, v.I, A-C.

SILVEIRA, Vladimir Magalhães da; VALENÇA, Suetônio Soares (coord.). Light, rua Larga, arredores: mostra fotográfica. Rio de Janeiro: Light/SPHAN, 1984, 44p, il.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, 583p.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. [Rio de Janeiro]: FENAME/DAC, 1975.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VIANA, Hélio. Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. História diplomática do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

VIEIRA DE MELLO, Carl. E.H. O Rio de Janeiro no Brasil quinhentista. São Paulo: Giordano, 1996.

ZANINI, Walter (org.). História geral da arte no Brasil. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, 2v.

Glossário

a grosso venda por atacado.
à guisa à maneira de; à moda de; à feição; ao modo de.
a retalho venda a varejo.
acaçapado baixo.
achamento achado.
achegas subsídios, contribuições para o aperfeiçoamento e/ou ampliação de um ramo do conhecimento.
adjudicação transferência de valor ao exeqüente de bens ou valores penhorados, ou seus rendimentos, em pagamento de seu crédito contra o executado.
aforamento instituto jurídico pelo qual o proprietário de terra passava a posse do imóvel para outra pessoa, então chamada foreiro, em troca do pagamento anual de uma taxa chamada foro. A posse era hereditária sucedendo o filho ao pai; **enfiteuse**.
aguada no caso, abastecimento de água potável.
água-furtada espécie de sótão em que as janelas abrem-se sobre o telhado.
álacres alegres; animados; entusiasmados.
alcantilado escarpado.
alferes cargo na hierarquia militar, cavaleiro.
algures em alguma parte ou lugar.
almoxarife oficial da fazenda encarregado da cobrança das rendas reais.
alodial livre de foros, vínculos, pessoa e ônus.
aluvião depósito de cascalho, areia e argila que se forma junto das margens devido a erosão, enchentes ou, no caso, recuos do mar.
apaniguado protegido.
apatacado endinheirado; rico.
apresto provimento necessário; preparativo necessário.
arcediago eclesiástico investido pelo bispo de certos poderes de jurisdição da diocese; o primeiro entre os diáconos.
arquiepiscopal relativo à sede do arcebispado.
arribar desviar da rota prevista em razão das condições de tempo ou mar.
arruamento traçado, demarcação e abertura de ruas.
assobradada com dois ou mais pavimentos; residência nobre em oposição às casas térreas ou chãs que, ao tempo, denotavam mais baixa categoria.
áulico cortesão, palaciano.
auto conjunto ordenado de peças dos processos.
aviar atender.
aviso designação dada a um ofício de um ministro de Estado dirigido a outro ministro.
bahiana antiga dança de pares, espécie regional de lundu, em que os parceiros eram convidados a participar por umbigadas ou acenos de mãos.
bando pregão público; proclamação.
batel pequeno barco; embarcação pequena usada para comunicação entre naus e galeões;

batente lugar onde a maré bate e se quebra; quebra-mar.
bizarria sem ostentação ou pompa.
boiota testículo muito desenvolvido ou com hidrocele.
bosquejo rascunho. croqui; esboço.
botica estabelecimento onde se preparam e vendem medicamentos; farmácia; mais antigamente, loja em geral.
boulevard rua larga e arborizada; avenida.
braça unidade de comprimento utilizada neste texto equivalente a 2,20m (braça antiga) ou a 1,80m (braça inglesa).
brejal pântano.
breve rescrito papal que contém uma decisão de caráter particular.
bulício rumor ou sussurro contínuo e indefinido de coisas e vozes; burburinho; agitação; tumulto.
cabedal conjunto dos bens que formam o patrimônio de alguém; riqueza.
cabido conjunto dos cônegos de uma catedral, no caso, a do Rio de Janeiro.
cabotagem navegação mercante ou comércio marítimo realizado em áreas costeiras de um só país ou em águas marítimas limitadas.
cabriolé carruagem leve de duas rodas, com capota móvel, puxada por um cavalo.
cacimba poço cavado até um lençol d'água.
caieiro caiador; fabricante de cal.
caldeira depressão de terreno ou fundo de lagoa; cisterna; tanque.
caleche carruagem de quatro rodas e dois passageiros, puxada por uma parelha de cavalos.
caneiro pequeno canal.
cantaria pedra para construção esquadrejada, dividida e cortada com rigor.
carne verde carne fresca, não salgada.
carreiro caminho.
cateretê dança rural cantada e em fileiras opostas.
cavilação malícia; astúcia.
celeuma barulho; algazarra; tumulto.
centúria século.
cessionário aquele que faz ou recebe cessão de um bem ou propriedade.
charco pântano; água estagnada e imunda.
charneca vegetação arbustiva misturada à cactácea; pasto.
chicana sutileza capciosa em questões judiciais; ardil; astúcia; tramóia.
chistoso espirituoso; engraçado; charmoso.
cipoal complicação; situação difícil, sem saída.
cloaca fossa que recebe dejeções e imundícies; coletor de esgoto.
cocher cocheiro.
códice registro ou compilação de manuscritos, documentos históricos ou leis.
coevo contemporâneo.
coitifício negociata.

colado investido de um título eclesiástico, no caso de pároco, que ao receber seu colar, passa a ser assim denominado.
comandita sociedade comercial em que, junto aos sócios responsáveis pela administração, há outros com obrigações referentes apenas ao capital subscrito.
comisso pena ou multa em que incorre quem não cumpre certas condições impostas por contrato ou lei.
concelhia referente à circunscrição administrativa de categoria imediatamente inferior ao distrito, do qual o conselho é divisão.
concertar harmonizar; ajustar.
cônego padre secular pertencente a um cabido, que possui impedimentos referentes a obrigações religiosas em uma sé ou colegiado.
confinante confrontante; que faz limite.
conto de réis um milhar de mil réis.
contratador negociante; comerciante.
cordeamento alinhar as edificações; arruar; medir com cordas.
cordoaria fábrica de cordas.
corográfico relativo ao estudo ou descrição geográfica de um país.
correição ato ou efeito de corrigir; correção.
corta-jaca um dos passos tradicionais do samba-de-roda em que o dançarino torce e movimenta o pé como se estivesse a cortar uma jaca.
cosmográfico referente a astronomia descritiva.
coupé carruagem fechada, de quatro rodas, geralmente para dois passageiros.
couto lugar privilegiado, onde não entrava a justiça do rei e no qual podiam asilar-se criminosos.
cristão novo judeu convertido à fé cristã.
curatela capacidade de que se investe a pessoa que tem por incumbência legal ou judicial zelar pelos bens e interesses daqueles que por si não o podem fazer, como órfãos, loucos, doentes e incapazes em geral; curadoria.
curro lugar anexo à praça de touros onde estes ficam antes e após as corridas; curral.
dança das pastoras dança popular que se realizava com meia dúzia de personagens femininas, as pastoras, diante do presépio, entre os dias de Natal e de Reis, para festejar o nascimento de Jesus.
deão dignitário eclesiástico que preside o cabido.
démarches demandas; diligências; providências.
desbarato derrota; ruína; destruição.
devassa sindicância para apurar ato criminoso.
devoluto desocupado; vazio; devolvido; adquirido por devolução.
dignidade decanal cargo e tratamento honorífico, no caso, relacionado aos párocos da Sé do Rio de Janeiro, dos quais era decano, ou seja, o mais velho.
direito senhorial poder legítimo de propriedade.
duto canal.
edil vereador.

emprazado intimado.
emprazamento ceder por contrato de *enfiteuse*; aforar.
encravado diz-se de prédio ou propriedade menor que fica dentro de outra maior e pertencente a outro dono.
enfiteuse ver aforamento.
entestar fazer frente; ser fronteiro; dar testada; confrontrar; limitar.
ermida capela fora do povoado; pequena igreja; orada.
esbulhado espoliado; despojado; roubado.
escol elite.
escravo de ganho categoria de escravo urbano e doméstico que desempenhava diversas atividades nas ruas da cidade, vendendo produtos ou prestando serviços, com os quais obtinha rendas que repartia com seu proprietário. Gozava de ampla liberdade de ir e vir e até podia morar fora da casa de seu senhor.
esculápio médicos.
esponsais noivado; contrato ou promessa recíproca de casamento.
estacaria alicerce para um prédio, ou no caso, dique, feito com estacas de madeira.
estância região; paragem; lugar onde se está ou permanece por um tempo; armazém onde se depositam ou vendem madeiras de construção; carvão; lenha; etc...
estanque local onde se recolhem os gêneros obtidos por estanco, pelo monopólio comercial instituído pelo Estado.
esteiro parte estreita de rios que penetram terra adentro; braço; estuário.
estribeiro aquele que tem a seu cargo cavalariças, coches e arreios.
estuque massa preparada com gesso, água e cola.
ex vi legis por força da lei.
exeqüente quem intenta ou promove execução judicial.
exórdio prefácio; preâmbulo.
exposto enjeitado; criança abandonada.
ex-vi por força; por determinação.
ex-vidas lei ver *ex vi legis*.
factusim fateusim; ver *enfiteuse*.
falua embarcaão de proa e popa afiladas, com dois mastros e velas latinas triangulares, usada para transportar mercadorias e pessoal em portos, rios, etc.
fateusim enfitêutico, relativo a *enfiteuse*
feudatário pessoa que paga feudo; vassalo; aquele que deve obrigações ao senhor feudal. O termo foi usado inadequadamente, uma vez que o autor se refere aos que pagam foro, e conforme o Direito brasileiro, a designação apropriada seria foreiro ou enfiteuta, pois aqui não existiram senhores feudais ou vassalos.
fideicomisso disposição testamentária na qual o testador institui dois ou mais herdeiros impondo a um ou mais deles a obrigação, quando de sua morte, de transmitir aos outros, a certo tempo e sob certa condição, sua herdade, herança ou legado.

foro quantia que o foreiro de um terreno paga anualmente ao senhorio direto; uso ou privilégio garantido pela lei ou pelo tempo.
frontispício fachada principal; parte acima do entablamento de uma construção; coroamento; numa igreja, o frontão sobre a portada principal.
fronton antigo jogo em que dois times tentam derrubar, com bolas de madeira, paus ou pinos que os antecedem; jogo da bola; frontão.
frotilha flotilha; frota pequena; agrupamento de navios de pequeno tamanho.
gelosia grades de ripas de madeira cruzadas espaçadamente que vedam o vão de uma janela.
gentilismo os gentios; a religião dos gentios; paganismo; etnicismo; gentilismo.
gnaisse rocha metamórfica feldspática laminada e cristalina.
granjearia no caso, propriedades com produção agrícola; reunião de granjas, pequenas propriedades rurais que produzem para o mercado.
hemiciclo no caso, a metade sul do globo terrestre, onde se encontra a América do Sul e o Brasil; hemisfério.
herdade herança.
heresia professar doutrina contrária ao que foi definido pela Igreja católica como sendo matéria de fé.
homiziar abrigar; esconder; refugiar.
homizio esconderijo.
ilaquear enganar; enredar; lograr.
ilharga flanco; pequeno largo lateral a um prédio, geralmente tomando o nome deste; lado de qualquer corpo ou edifício.
in fine no fim.
in solidum solidariamente; em conjunto.
in verbo sacerdotis forma de juramento com força de norma jurídica.
indigitar apontar; indicar de forma pejorativa.
industrioso esperto; hábil; habilidoso; sagaz.
ingente enorme; desmedido.
inovar tornar novo; renovar; aumentar o prazo de validade das condições de um contrato ou acordo.
insigne muito distinto; notável; célebre.
insulado separado; ilhado; isolado.
internúncio agente diplomático do Vaticano, cujas atribuições correspondem às de ministro plenipotenciário.
intrusão ato ou efeito de introduzir-se, contra o direito ou as formalidades, no caso em terreno alheio; posse.
jacente herança jacente é aquela cujos beneficiários ainda não são conhecidos e que fica, por isso, sob a guarda, conservação e administração de um curador, até aparecerem os herdeiros ou declarar-se-lhe a vacância.
janela-rótula grade de fasquias de madeira cruzadas a intervalos regulares, que veda o vão de uma janela.
jaspeado pintura em fingimento semelhante ao jaspe (tipo de quartzo) na cor, nos matizes e nos veios.

lançador funcionário público encarregado de fazer o lançamento dos impostos.
latoeiro fabricante ou vendedor de lata e/ou latão; funileiro.
laudêmio imposto que o foreiro paga ao senhorio direto quando há alienação do respectivo prédio por parte do enfiteuta.
legatária aquela a quem se deixou um legado; herdeira.
legítima parte da herança reservada por lei aos herdeiros necessários (descendentes e ascendentes), e da qual não se pode dispor livremente.
légua medida itinerária, no caso, por ser uma "légua de sesmaria" equivalente a 3.000 braças, ou 6.600m.
lés-sueste variação de leste-sueste (abreviatura: LSE), ponto astronômico a meia distância entre o Leste e o Sudeste, ou Sueste.
levadio diz-se do telhado feito de telhas soltas.
lhana simples; despretensiosa; afável; amável.
libelo exposição articulada daquilo que se pretende provar contra alguém.
licenciado aquele que exerce profissão devidamente autorizado.
lineamento traço; linha, no caso modernizando as fachadas e dotando-as de estuques retos, cornijas, entablamentos, platibandas.
litigante que disputa; demandante.
locupletar enriquecer; fartar; abarrotar.
lustre honra; glória.
mangal mangue; pântano; charco.
maninho estéril; não aproveitável para o cultivo.
manutenir conceder mandato de manutenção.
mão-morta diz-se de bens inalienáveis, como são os das agremiações religiosas, dos hospitais, etc...
maracá Instrumento chocalhante que era usado pelos índios nas solenidades religiosas e guerreiras.
marnéis pântano.
maroteira vigarice; esperteza; malandragem; patifaria; velhacaria; malandrice.
maxixe espécie de dança de par unido, surgida na cidade do Rio de Janeiro (entre 1870/80) numa mistura da habanera e da polca com o ritmo africano. Foi sendo substituído pelo samba a partir da década de 1920.
mazurca dança popular polonesa originariamente cantada e dançada e que no século XIX, no Brasil, foi dança de salão.
mercancia comércio.
mercê benefício.
miasma emanação fétida e maléfica oriunda de animais e plantas em decomposição.
mística no caso, contígua; vizinha.
miunça dízimo eclesiástico que se pagava em gêneros por miúdos; o que resta da mercadoria em liquidação.
modicidade qualidade de módico; exigüidade.
montepio instituição assistencial através de cotas cujos associados têm o direito de indicar um

beneficiário para o recebimento de pensão, após sua morte, caixa de pecúlio.
morgado propriedade vinculada ou conjunto de bens vinculados que não podem ser alienados ou divididos e que, em geral, por morte do possuidor, passam para o filho mais velho.
mucama escrava negra, geralmente moça, de estimação, que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama-de-leite.
nomeada fama; reputação; renome.
nominata lista ou relação de nomes.
núncio embaixador do papa.
obliterar fazer desaparecer pouco a pouco; destruir; obstaculizar.
obrar realizar; praticar; produzir; fazer.
olaria fábrica de louça de barro, manilhas, tijolos e telhas.
oleiro dono de olaria; trabalhador em olaria.
ombreira umbral; limiar; entrada.
onzenário usurário; agiota.
orago culto, no caso; cerimônia religiosa; também santo da invocação que dá nome a um templo.
orquite inflamação dos testículos.
outeiro pequeno monte.
palmo unidade de comprimento equivalente a 0,22m.
paludosa onde há lagoas. pantanosa.
palustre pantanosa.
paquetes navios, geralmente a vapor, para transporte rápido e regular de passageiros entre certos portos.
pataca moeda antiga de prata, com valor de 320 réis.
paús manguezais; mangues; pântanos.
peça qualquer armamento usado pela artilharia, especialmente canhões, obuses, morteiros, bocas de fogo, etc.
pedra e cal parede construída com pedra argamassada, no caso com cal; construção segura e de maior porte ou excelência.
pedra fundamental pedra que é assentada, geralmente com solenidade, com o conteúdo de uma ata ou documento, jornais do dia e moedas, marcando assim, a data do início de uma construção; cápsula do tempo.
pejar encher.
penedia reunião de penedos.
peremptório terminante; decisivo.
perifiróide forma periférica, no caso, o gnaisse à flor da pedreira de onde era extraído.
piçarra saibreira; barreira.
pingue fértil, fecunda; produtiva.
polé tormento que consistia em pendurar o torturado com uma corda grossa pelos pulsos e pelas mãos, com pesos de ferro presos aos pés; local onde era realizado esse castigo.
pomicultura cultura das árvores frutíferas.

pontifical missa; cerimônia religiosa.
porfiada insistente; obstinada; perseverante; renhida.
portolanos mapa adaptado às necessidades da navegação; portulanos.
positivar evidenciar.
praça venda; hasta pública.
preceptor aquele que ministra preceitos ou instruções; mestre; mentor.
preciosa rubiácea fruto do cafeeiro; café.
pregão proclamação pública; propaganda; divulgação; anúncio.
prelação direito de preferência que os filhos tinham de serem providos, colocados, nos cargos dos pais.
prelado título honorífico de dignitário eclesiástico.
prelazia cargo de prelado; prelatura.
pressurosamente apressadamente; zelosamente.
preta forra escrava alforriada.
primi capientis primeiro ocupante.
privança privação.
prócer homem importante.
progênie ascendência.
progredimento progresso; desenvolvimento.
provecto experiente.
provedor dirigente ou chefe de certos estabelecimentos de caridade.
provisão documento oficial em que o governo confere benefícios ou expede instruções.
provisionada garantida por documento oficial em que é conferida autorização.
quadrar dar forma quadrada ao arruamento; arruar em forma de quarteirões.
quebra-quebra passo de dança.
querelar disputar; discutir.
rapé tabaco em pó para cheirar.
razoado alegação; exposição de fatos; arrazoado.
recebedoria repartição onde se pagam os impostos.
rédito ganho; lucro; rendimento.
reinol natural do reino.
réis plural de real; antiga unidade do sistema monetário de Portugal e Brasil.
réis fortes por definição os “réis fortes” são os de Portugal em oposição aos “réis fracos” do Brasil, enquanto estes conviveram, até a Independência do Brasil.
remida liberar a propriedade de qualquer ônus foreiro.
remissão descuidado; negligente.
remuneratória inter vivus transação, gratificação ou recompensa entre vivos.
reposteiro-mor criado da casa real a quem compete fechar as cortinas.
rixoso que rixa; contendor; brigão; revoltado.
rocambolesco complicado; enredado; cheio de peripécias.

romeiro peregrino.
rossio praça ou terreno roçado pelo povo para usufruto comum.
rótula esquadria bipartida em que as partes abrem-se no sentido vertical, geralmente guarnecidas por treliças de madeira ou urupemas (esteiras de fibra vegetal).
saco pequena enseada.
salgados terrenos alagadiços e/ou estéreis, próximos ao mar; salgadios; sapais.
salso argento o mar; o oceano.
salvar saldar com salvas de tiros e/ou fogos de artifício.
sambaquis antiquíssimos depósitos formados por conchas, restos alimentares e enterramentos, amontoados por habitantes pré-históricos geralmente nas margens de praias, rios ou lagoas.
samburá cesto de cipó ou taquara, bojudos e de boca estreita, usados para pesca ou transporte de pescado.
sanha ira; fúria; rancor.
sapais ver salgados.
sátrapa homem poderoso; dominador; déspota; governadores de província da Pérsia antiga.
século no caso, vida secular, em oposição à vida religiosa; laico.
sege coche fora de uso, com duas rodas e um assento, fechado com cortinas na parte dianteira; carruagem.
semovente bens constituídos por animais selvagens, domesticados ou domésticos, podendo incluir escravos.
senhorear tomar posse; conquistar; dominar.
sesmaria lote de terra inculto ou abandonado que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo.
sisa designação antiga do imposto de transmissão de bens imóveis.
sobejando sobrando.
sobejo sobra; resto.
sofisma argumento aparentemente válido, porém, não conclusivo, que presupõe má fé de quem o apresenta.
solarenga em estilo de solar.
sóror tratamento dado as freiras; feminino de frei.
sub-enfiteuta aquele que transfere a outrem seus direitos e deveres de enfiteuta mantendo, entretanto, a responsabilidade perante o senhorio; subemprazador.
tabaqueiro fabricante de cigarros charutos e fumo em geral; proprietário de tabacaria; plantador de fumo.
taipa de pilão parede feita com argamassa de taipa de cascalho e saibro socados entre formas de madeira.
taipa-de-mão parede feita por argamassa de barro ou cal atirada com a mão, estruturada por gradeado de madeira; estuque; pau-a-pique.
talho açougue.
tanoaria oficina para o fabrico ou conserto de barris, pipas, tinas, tonéis ou cubas de madeira.

Te-Deum A ti, Deus; cântico da Igreja católica, em ação de graças e que se inicia com estas palavras latinas.
tijuco charco; pântano.
tilbury carruagem de duas rodas e dois assentos, sem boléia e com capota, puxada por um só animal.
toponímia estudo histórico da origem do nome de um lugar.
trancada estacada que atravessa um rio.
tranqueira estacada para cercar ou fortificar.
transpasse cessão; transposição; transferência.
trapiche armazém portuário onde se guardam mercadorias importadas ou para exportação, por vias marítima ou fluvial.
tremedal pântano; mangue.
turfman turfista; aficcionado por corridas de cavalo.
ubérrima fecundérrima.
urupema tecido de palha com o qual se confeccionavam esteiras para vedar portas e janelas de casas populares.
usocapião modo de adquirir propriedade móvel ou imóvel pela posse pacífica e ininterrupta da coisa por certo tempo; prescrição aquisitiva.
usufrutuário aquele que usufrui, sem concessão de venda, do direito do uso e da vantagem pecuniária (frutos) do bem imóvel de outrem.
valido protegido; favorito; amigo.
vara manada de porcos; porcadas.
vela latina em ângulo; esconso.
venda a retro venda com validade anterior ou antiga, no caso datada da época da hipoteca aludida no texto.
vereança no caso, seção da Câmara dos Vereadores.
vicinal vizinho.
vigias baixos recifes; parcéis; bancos de areia.

Quadro de Logradouros

Adelos Beco dos, Centro. Atual travessa Tinoco (desde 1873), começa na rua Visconde de Itaboraí e termina na rua do Mercado. Teve também os nomes de beco da Alfândega e rua Dom Fernando. Adelos eram aqueles que vendiam coisas e móveis usados e que naquelas imediações se reuniam ou faziam ponto. O nome Alfândega deve-se à proximidade com a mesma (a velha) e Dom Fernando, homenageia o vice-rei dom Fernando José de Portugal, depois ministro de dom João VI. O atual nome faz referência, aventa Brasil Gerson, a Luís Antonio Tinoco, provedor da Santa Casa de Misericórdia e comerciante importante na virada dos séculos XIX e XX.

Ajuda Campo da, Centro. Partes das atuais praças Mahatma Gandhi e Floriano. Recebeu este nome pela existência, no local, do convento de N.S. da Conceição da Ajuda, desaparecendo com a demolição do mesmo em 1911.

Alferes Saco do, ou **praia do Saco do**, Centro. Atual rua de Santo Cristo (desde 1874). O saco ou praia ficava fronteiro à ilhas das Moças (ver) e com os sucessivos aterros foi incorporado ao continente, transformando-se em logradouro, as antigas ruas da Gamboa e de Santo Cristo dos Milagres. Diogo de Pina foi o alferes em questão, combatente incansável contra os franceses de LeClerc e Duguay-Troin, em 1710/11, respectivamente. Gamboa refere-se aos currais que os pescadores colocavam no mar para aprisionar os peixes. Santo Cristo dos Milagres remete à igreja de mesmo nome construída em 1850.

Andradas Rua dos. Ver Fogo, rua do.

Arco do Teles Beco do, Centro. Atual travessa do Comércio (desde 1863), começa na praça XV e termina na rua do Ouvidor. Antigos becos do Teles, da praia do Peixe Nova e da capela. O arco foi construído pelo brigadeiro Alpoin para suportar os sobrados sobre o referido beco, nas casas do dr. Francisco Teles Barreto de Menezes. Estas foram destruídas, junto com o Senado da Câmara que numa delas funcionava, por incêndio em 1790, mas, o arco subsiste até hoje. A seqüente denominação deveu-se à instalação do novo mercado do peixe nas imediações; capela refere-se à construção, em 1750, da ermida de N.S. da Lapa dos Mercadores ou Mascates; e Comércio faz menção à praça do Comércio, depois Associação Comercial e Banco do Brasil, atual CCBB, localizada próximo de seu final.

Belas Artes Travessa das, Centro. Com o mesmo nome (desde 1917), começa na avenida Passos e termina na rua Gonçalves Lêdo. Antigas travessas Leopoldina e do Sacramento. O nome inicial homenageava a primeira imperatriz do Brasil e por que a ruela se comunicava com a rua Leopoldina, atual Imperatriz Leopoldina. travessa do Sacramento, pois seu começo era nesta rua, atual avenida Passos; e Belas Artes remete à Imperial Academia de Belas Artes, organizada por Grandjean de Montigny e berço do ensino acadêmico da arquitetura e das artes no Brasil a partir de 1826.

Bispo Pedra do, Rio Comprido. Localizada nas terras da chácara do bispo dom Antonio do Desterro, cuja sede é hoje a Fundação Roberto Marinho, na rua Santa Alexandrina, 336 – Rio Comprido.

Caboclas Rio das. Ver Carioca, rio.

Caldeira do Mangue Vala ou grande depressão de terreno, no caso localizada no fundo do mangue da Cidade Nova, próxima ao antigo rossio Pequeno, depois praça Onze de Julho. Em 1860, a vala foi transformada em um canal, por obra do empresário barão e visconde de Mauá, segundo projeto do engenheiro Ginty. Nessa época, o canal começava no rossio Pequeno e terminava na ponte dos Marinheiros. Entre 1902 e 1906, quando da construção do cais do porto, na gestão do prefeito Francisco Pereira Passos, o canal do Mangue foi prolongado até o mar.

Capueruçu Areais do, Cruz Vermelha. Os areais eram as terras das margens da lagoa do Capueruçu, depois denominada da Sentinela. Esta lagoa corresponde aproximadamente ao quarteirão formado pelas atuais ruas Frei Caneca, Riachuelo, do Senado e General Caldwel. Nela terminava um dos mais antigos logradouros da cidade, o caminho do Capueruçu, que tinha início na rua Direita (atual Primeiro de Março), correspondendo aproximadamente ao traçado inicial da atual rua da Alfândega.

Carmo Várzea do, Centro. Atual praça XV de Novembro (desde 1890), limitada pelo mar e pelas ruas da Misericórdia, Primeiro de Março, da Assembléia, São José, e do Mercado. Antigas várzea de N.S.. do Ó; praia, terreiro e largo do Carmo; terreiro da Polé; terreiro e largo do Paço ou do Palácio e praça Dom Pedro II. Em fins do séc. XVI foi erguida uma orada à Nossa Senhora do Ó, em intenção da expectativa ao parto de Nossa Senhora, comemorado a 18 de dezembro. O Ó em evidência deve-se à adulteração da interjeição – Oh! -, inicial de muitas das antífonas e cantos religiosos. Teve efêmera existência este culto, uma vez que já em 1590 estavam na ermida os irmãos da Ordem do Carmo, oficialmente a eles cedida em 1611, passando o local a tomar o epíteto, do Carmo. Aos recuos do mar e aterros sucessivos devem-se os substantivos terreiro e largo, sucedâneos da praia. Polé resulta da vinda das casas de câmara e cadeia do Castelo para a várzea, conseqüentemente trazendo junto seu símbolo, o pelourinho, picota ou polé. Paço remete à inauguração, pelo vice-rei Gomes Freire em 1743, do Palácio dos Governadores ou Vice-Reis. Em 1870 recebe o nome de praça Dom Pedro II, de curta existência visto ter sido, em 1889, proclamada a República.

Carro Caminho do, Botafogo. Atual rua São Clemente, começa na praia de Botafogo e termina no largo dos Leões. São Clemente refere-se a invocação da capela que existia na quinta de mesmo nome, no vale de Botafogo, de propriedade do padre Clemente Martins de Matos.

Catumbi Grande Área aproximada ao atual bairro do Catumbi.

Catumbi Pequeno Área aproximada aos atuais bairros do rio Comprido e Estácio.

Cidade Praia da. Ver Marinha da Cidade.

Ciganos Rua dos, Centro. Atual rua da Constituição (a partir de 1865), começa na praça Tiradentes e termina na praça da República. A denominação original provém de ali alojarem-se no séc. XVIII, entre os campos da Lampadosa (atual praça Tiradentes) e de Santana, muitos bandos de ciganos. O nome atual homenageia o juramento da Constituição do Império, de 1824.

Clapp Rua. Ver Marinhas Novas

Conceição do Cônego Rua da, Centro. Atual rua Miguel Couto (desde 1936), começa na rua do Ouvidor e termina na rua Acre. Teve também os nomes de rua de N.S. da Conceição para o Parto; caminho que vai para a Conceição; caminho do Parto para Conceição; travessa de Santa Rita ao Parto; rua do Padre Bento Cardoso; rua Rodrigo Silva e rua dos Ourives. Os nomes inicialmente fazia alusão a ligação entre dois dos extremos da cidade de então, a igreja de N.S. do Parto, no sopé do morro do Castelo e o morro da Conceição, onde havia a caso do Bispo (ou Cônego), feita através do logradouro. Ourives data da época (meados do séc. XVIII) que, para maior controle do contrabando de ouro foram determinados locais para residência e trabalho dos ourives, no Rio de Janeiro concentrados neste local. A abertura da avenida Central (atual Rio Branco) fez desaparecer um grande trecho da rua dos Ourives, dividindo-a em duas partes. A primeira, entre 7 de Setembro e São José, voltou a ser Rodrigo Silva (assim denominada durante curto tempo em 1888) e o trecho maior permaneceu como rua dos Ourives até 1936, quando, após a morte do ilustre médico dr. Miguel Couto, em 1934, passou a homenageá-lo, já que o mesmo teve consultório durante anos neste logradouro.

Costa Velho Travessa Doutor. Ver Guindaste, Beco do.

Cotovelo Beco do, Centro. Próximo à praia de dom Manoel, na área hoje denominada Castelo. Seu nome devia-se ao fato de a rua ser estreita e tortuosa, fazendo um cotovelo. Teve vários outros nomes, como beco e rua do Açougue Grande; beco do Padre Vicente; beco do Cairu e rua do Bispo Dom Vital. Uma parte sua sobrevive na atual rua Vieira Fazenda, que começa na avenida Almirante Barroso e termina na rua Manuel de Carvalho.

Cova da Onça Rua da, Rio Comprido. Atual rua Barão de Petrópolis, começa na rua da Estrela e termina no acesso ao túnel Rio Comprido. Antiga rua da Conciliação. Originalmente este caminho atravessava as terras o sítio Cova do Onça e cortava a chácara do visconde do Rio Comprido, começando no Catumbi e terminando no largo do França.

Curtume Lagoa do, Centro. Depois lagoa de Santo Antonio. Foi aterrada em meados do séc. XVIII e ficava no eixo da atual avenida 13 de Maio, indo aproximadamente da Biblioteca Nacional até o largo da Carioca. O nome deve-se a ter ali se instalado o curtume de Filipe Fernandes, em meados do séc. XVI.

Curvelo Rua do, Santa Teresa. Atual rua Dias de Barros, começa na rua Hermenegildo de Barros e termina na rua Almirante Alexandrino, no largo do Curvelo. O barão do Curvelo foi um antigo morador e proprietário de terras em Santa Teresa.

Direita Rua, Centro. Atual rua Primeiro de Março (desde 1870), começa na praça XV e termina na ladeira de São Bento. Antigos caminho ou praia de Manuel de Brito (início séc. XVII) e ruas Direitas (ou Diretas) do Carmo para São Bento (meados séc. XVII); de N.S. do Bonsucesso para São José; de São José para São Bento; e de São José para Misericórdia. A marinha da cidade, ou sua orla original, ia da Misericórdia (largo, capela e hospital no sopé do morro do Castelo) ao morro de Manuel de Brito (atual de São Bento). Inicialmente era chamada de praia de Manuel de Brito visto ser este o seu proprietário, bem como de vastas áreas próximas. Manuel de Brito, capitão de infantaria e cavaleiro fidalgo da Casa de El-rei, veio com Estácio de Sá em 1562 e ajudou a fundar a cidade e expulsar os franceses de Villegaignon, recebendo aqui diversas sesmarias. Seu filho Diogo de Brito Lacerda doou, em 1586, a praia e o morro em questão aos padres da Ordem de São Bento. Direita é uma designação comum na toponímia urbana portuguesa, significando que o caminho ligava, diretamente, um ponto extremo a outro, não havendo incongruência alguma caso este fosse tortuoso e não direito ou reto, como é a nossa primitiva rua Direita, em arco côncavo acompanhando a praia. Primeiro de Março de 1870 marca a morte do ditador Solano Lopez em Cerro-Corá (as margens do rio Aquidabã) e é data oficial do término da Guerra do Paraguai.

Dom Manoel Praia de, Centro. Atual rua Dom Manoel, começa na praça XV e termina na avenida Erasmo Braga. Primitivamente rua do Porto dos Padres da Companhia (de Jesus, os Jesuítas), dali partiu o governador dom Manoel Lobo para a malograda expedição à colônia de Sacramento, em 1679.

Dona Antonia Praça, Catumbi. Com o mesmo nome, entre o Sambódromo e a avenida 31 de Março, que liga o túnel Santa Bárbara a Santo Cristo.

Dona Josefa Rua, Santa Teresa. Incorporada pela rua Paula Matos em seu trecho final, próximo à rua Eduardo Santos.

Eleone de Almeida Rua, Catumbi. Com o mesmo nome, começa na rua Catumbi e termina na rua Dom Pedro Mascarenhas. Antiga ladeira do Pinheiro, depois rua Antonio João.

Fernão Gomes Caminho de, Centro. Atual rua Senhor dos Passos (desde meados do séc. XIX), começa na rua Uruguaiana e termina na praça da República. Antigos caminho de Fernão Gomes e rua da Polé. O nome primevo remete, talvez, a um de seus primeiros moradores; Polé remete à lagoa da Polé localizada em suas imediações, porém, com a construção da capela do Senhor dos Passos em 1737, depois reconstruída como igreja em 1843, passou a tomar este nome.

Flores (Ouvidor) **Rua das.** Ver Nova do Ouvidor, rua.

Flores (Santa Rita) **Rua das**. Ver Santa Rita, travessa de.

Flores (Santana) **Rua das.** Ver Santana, rua de.

Fluminense Rua, Santa Teresa. Atual rua Pintora Djanira, começa na rua Paula Matos e termina no largo das Neves.

Fogo Rua do, Centro. Atual rua dos Andradas (desde 1866), começa no largo de São Francisco e termina na rua Júlia Lopes de Almeida. Antigas ruas da Pedreira do Aljube e do Fogo. Tomou o nome de Pedreira do Aljube quando, depois de 1742, o antigo caminho foi prolongado até a ladeira da Conceição ou da Pedreira (atual rua Major Daemon), onde existia o Aljube, uma cadeia para eclesiásticos. Fogo por ter sido aberta através da chácara de mesmo nome, a qual Vieira Fazenda aventa a possibilidade de seu nome originar-se em um incêndio que destruiu a Casa da Ópera do padre Ventura, localizada nesta mesma rua.

Fosso Rua do, Centro. Atual rua Uruguaiana (desde 1865), começa no largo da Carioca e termina na avenida Marechal Floriano. Antigas ruas da Vala; fronteira à igreja do Rosário; e de Pedro da Costa. Pelo fosso aberto junto à muralha de defesa da cidade, construída em 1711 entre os morros de Santo Antonio e da Conceição, eram escoadas, para a Prainha, as águas do Chafariz da Carioca de 1723 e também o esgoto recolhido em seu caminho. A já então rua da Vala teve esse esgotamento coberto por lajedos somente em 1765, pelo conde da Cunha. Uruguaiana deve-se à rendição das tropas inimigas, na Guerra do Paraguai, ocorrida na cidade de Uruguaiana.

Frades Campo dos, Centro. Área compreendida entre o atual beco dos Carmelitas e a praça Mahatma Gandhi, englobando as antigas praias da Lapa e do Boqueirão. Tinha este nome pois ali bem próximo estava o convento dos frades carmelitas.

Fresca Rua. Ver Marinhas Novas.

Funda Praia, Lagoa. Localizava-se na lagoa Rodrigo de Freitas, na orla voltada ao que seria atualmente o Parque do Cantagalo.

General Pedra Rua, Centro. Antigos caminho para São Diogo e ruas de São Diogo, Velha de São Diogo, de São João e de El-rei. Começava na praça Duque de Caxias e terminava na rua Pedro Rodrigues, desapareceu com as obras do viaduto da avenida 31 de Março, que liga a rua Marquês de Sapucaí a praça de Santo Cristo, dando lugar às oficinas do Metrô. Originalmente um caminho até a capela de São Diogo – que deu nome ao morro e a pedreira – teve, após 1849, incorporada um prolongamento, a rua de El-rei, posto que não havia mais reis, e sim, imperador. General Pedra homenageia o Brigadeiro Herculano Sacho da Silva Pedra que teve atuação destacada contra diversas rebeliões e revoltas no Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como na Guerra do Paraguai.

Gonçalves Lêdo Rua. Ver São Jorge, rua.

Guandu Mirim Rio, Santa Cruz. Junto com o rio Guandu é, ainda hoje, de grande importância no abastecimento de água da cidade e, à época, denotava a denominação da região por onde passava.

Guindaste Beco do, Centro. Localizava-se entre o largo do Moura e a rua da Misericórdia. O nome vem do guindaste que os jesuítas possuíam para levar água e víveres mais facilmente para seu convento no alto do morro do Castelo. Teve também o nome de travessa do Guindaste dos Padres da Companhia e travessa doutor Costa Velho, desaparecida com a reurbanização da Esplanada do Castelo.

Harmonia Rua da, Saúde. Atual rua Pedro Ernesto (desde 1946), começa na rua Sacadura Cabral e termina na rua Rivadávia Correia. Antigo caminho da Gamboa, por levar a praia de mesmo nome. Depois rua do Cemitério, por ali existir um cemitério de escravos que chegavam mortos da África ou morriam nos trapiches à espera de compradores. Harmonia por começar na praça de mesmo nome (atual Coronel Assunção) e Pedro Ernesto em homenagem ao médico e prefeito da cidade do Rio de Janeiro (como interventor de 1932/35 e eleito até 1936), falecido em 1942.

Hospício Rua do, Centro. Atual rua Buenos Aires (a partir de 1915), começa na rua Primeiro de Março e termina na praça da República. Anteriormente com diversas denominações em vários trechos, passa, em meados do séc. XVIII, a ser conhecida como rua Detrás do Hospício, depois, somente a do Hospício. Hospício deve-se a chegada em 1720 de dois frades capuchos (barbadinhos) à ermida dos irmãos dissidentes da Ordem da Penitência, que ali estavam desde meados do séc. XVII. Foi então construído um pequeno mosteiro ou hospício (alojamento) para residência destes frades e de peregrinos, cujos fundos voltavam-se para a rua em questão.

Iguaçú Rio, Rio Comprido. Atual rio Comprido, na avenida Paulo de Frontin.

Imperatriz Leopoldina Rua, Centro. Com o mesmo nome, começa na praça Tiradentes e termina na travessa das Belas Artes, segundo projeto de Grandjean de Montigny. Antigas ruas Bárbara de Alvarenga e Leopoldina. Bárbara de Alvarenga (entre 1917 e 1921) homenageava – equivocadamente, diga-se, posto que seu nome real era Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira – a esposa do coronel Inácio José de Alvarenga, inconfidente mineiro deportado para a África. Leopoldina (a partir de 1846) e Imperatriz Leopoldina (desde 1921) remetem à arquiduquesa da Áustria, primeira imperatriz do Brasil ao casar-se com Dom Pedro I em 1817.

Independência Praça da. Ver Tiradentes, praça.

Inglês Caminho do, Cosme Velho. Assim chamado porque levava ao morro do Inglês, de propriedade do britânico Jorge Britain.

Inhangá Sítio do. Chácara comprada, através de escritura datada de 13 de outubro de 1755, por José Antônio Sobral e sua esposa Agostinha Caetana da Silva, com foro perpétuo pago ao Senado da Câmara, localizada no morro do Inhangá, em Copacabana. Após o falecimento de Sobral, em 1778, foi feita a partilha do seu espólio, cabendo a sua viúva a referida chácara que se estendia das terras de Antônio Pires Afonso até a chácara de Francisco Pereira Leme. A palavra inhangá é um termo de origem indígena, que, conforme Teodoro Sampaio, é uma alteração da palavra anhangá, que significa mau espírito, alma errante ou espírito que anda vagando. O morro do Inhangá foi parcialmente demolido, na década de 1920, quando a Prefeitura da cidade interligou as duas partes que constituíam a avenida Nossa Senhora de Copacabana, até então separadas pelo morro. No início do século XX, foi aberto o logradouro do mesmo nome no bairro de Copacabana.

João Faro Rua, Urca. Atual rua Venceslau Brás, começa na avenida Pasteur e termina na praça Juliano Moreira. Antiga rua Barão do Rio Bonito e, mais ancestralmente, Guapimirim.

João Homem Ladeira, Saúde. Com o mesmo nome, começa na ladeira Felipe Néri e termina na praça Major Valô. Antigas ladeiras da Prainha e da Fortaleza da Conceição. O primitivo nome remete a seu início no largo da Prainha. Fortaleza da Conceição, pois era acesso ao dito morro onde localizam-se ainda hoje a casa do Bispo e a fortaleza da Conceição (atuais serviços cartográficos do Exército). Seu nome último faz menção ao comerciante e mercador de escravos João Homem de Amaral, que ali residia e possuía casas.

Junquilhos Rua, Santa Teresa. Atual rua Felício dos Santos, começa na rua Pascoal Carlos Magno e termina na rua Almirante Alexandrino.

Lapa dos Mercadores Beco da, Centro. Atual travessa do Comércio, começa na praça XV e termina na rua do Ouvidor. Teve também os nomes de beco do Arco do Teles; do Teles; da praia do Peixe Nova; e da capela. Como curiosidade, capela tanto poderia ser a verdadeira loja ambulante (carregada por escravos ou empregados) que os mascates (ou capelistas) usavam para percorrer sua freguesia, quanto a capela, propriamente dita, em intenção à N.S. da Lapa dos Mercadores, erigida no local em 1750.

Lazareto Praia do. Ver Lázaros, praia dos.

Lázaros praia dos, Gamboa. A antiga praia da Gamboa e a rua do Lazareto foram unificadas num só logradouro com o nome de rua da Gamboa, depois dos sucessivos aterros.

Manoel de Carvalho Beco, Centro. Atual rua Manuel de Carvalho, começa na avenida Rio Branco e termina na avenida 13 de Maio. Teve também os nomes de beco do Carvalho e travessa Manuel de Carvalho.

Marinha da Cidade Centro. Ver rua Direita. Zona litorânea, do cais Pharoux ao cais dos Mineiros, aproximadamente seguindo o cordeamento da atual rua Primeiro de Março. Teve também o nome de praia Manoel de Brito, praia da cidade e ribeira do Mar.

Marinhas Novas Praia das, Centro. Teve também os nomes de praia de dom Manuel (ver) e ruas de Antonio João (efêmera), Fresca e Clapp. Desaparecida com a abertura das avenidas Presidente Kubitschek (elevado) e Alfredo Agache, começava na praça XV e terminava no largo do Moura. O nome Fresca remete à aragem que vinha do mar e Clapp ao vereador João Clapp, abolicionista incansável, falecido em 1889.

Marte Campo de, Centro. Área de manobras e exercícios militares próxima ao atual campo de Santana e que se estendia até a região da Cidade Nova.

Matias Morro do, Botafogo. Atual morro do Pasmado, também conhecido como morro do Secretário.

Mauá Rua, Santa Teresa. Atual rua Pascoal Carlos Magno, começa no largo do Guimarães e termina na rua Monte Alegre.

Meireles Ladeira do, Santa Teresa. Com o mesmo nome, começa na rua Almirante Alexandrino (próximo ao largo do Guimarães) e termina no acesso à favela Francisco de Castro.

Melões Ilha dos, Saúde. Incorporada ao continente com os aterros necessários a construção do cais do Porto, na administração Pereira Passos (1903-06).

Mercado Rua do. Ver Praia do Peixe, rua da.

Mercadores Beco dos, Centro. Atual rua dos Mercadores (desde 1922), começa na rua do Ouvidor e termina na rua do Rosário. Antigos beco da capela; rua das Carnes Secas; becos da Lapa dos Mercadores e da Lapa; e rua José Maurício. capela remete à construção de um oratório e depois capela em intenção à N.S. da Lapa dos Mercadores entre 1740/50. Por ali ser comercializada a carne seca, teve este nome. Terminadas as obras da referida capela, em 1753, passou a chamar-se beco da Lapa dos Mercadores ou somente da Lapa. No séc. XIX, durante cerca de 20 anos teve nome em homenagem ao padre José Maurício Nunes Garcia, organista da capela Real. Torna, em 1922, ao tradicional nome de rua dos Mercadores em atenção à igreja dos mascates;

Miguel Couto Rua. Ver Conceição do Cônego, rua da.

Misericórdia Bairro da, Centro. Sua origem prende-se à criação da capela e hospital da Misericórdia, no sopé do morro do Castelo, nos primórdios da cidade e ainda existente com sua sucessora a Santa Casa de Misericórdia (rua Santa Luzia). A área no entorno da instituição era assim conhecida.

Moças Ilha das, Saúde. Incorporada ao continente com os aterros necessários à construção do cais do porto na administração Pereira Passos (1903/06).

Moura largo do, Centro. Originalmente situava-se fronteiro ao antigo Mercado Municipal, limitado pelas praça Marechal Âncora e ruas Dom Manuel e Clapp. Desapareceu com a urbanização da Esplanada do Castelo, e sua localização atual seria, aproximadamente, onde está a praça João Paulo II, lateral ao Museu da Imagem e do Som. O nome refere-se a ali ter-se aquartelado o regimento da cidade de Moura, vindo de Portugal.

Música Beco da, Centro. Desaparecido com a urbanização da Esplanada do Castelo. Começava no largo do Moura e terminava na rua da Misericórdia, seu nome alude aos ensaios das bandas dos regimentos portugueses do Quartel do largo do Moura, que aconteciam numa casa de esquina com o este largo.

Neves Rua do ou das, Santa Teresa. Atual rua Eduardo Santos, antiga Dona Maria, começa na rua Paula Matos e termina no largo das Neves.

Nova do Ouvidor Rua, Centro. Atual travessa do Ouvidor, começa na rua Sete de Setembro e termina na rua do Ouvidor. Antigas ruas das Flores; do Padre Roque; travessas Nova do Ouvidor e do Ouvidor; Cabo Roque; Sachet e Washington Luís. Nova do Ouvidor em sua abertura, pois que nascera a partir da rua do Ouvidor, como beco, depois passando a Flores, de incerta origem. Padre Roque, pois nela residiu o padre Roque da Cunha Campos. Cabo Roque deve-se a atos de heroísmo atribuídos ao mesmo na Guerra de Canudos, depois desmentidos, inclusive sendo descoberto estar este ainda vivo à época. Sachet em homenagem ao mecânico francês, morto, junto com Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, na explosão do balão Pax, em 1902. Novamente travessa do Ouvidor, passando em apenas um ano (1946/47) a Washington Luís.

Núncio Rua do, Centro. Atual rua República do Líbano (desde 1949) com trecho final denominado avenida Tomé de Souza, começa na rua visconde do Rio Branco e termina na rua Buenos Aires. Antigas ruas do Carmo, dos Cajueiros, segunda travessa de São Joaquim, da Condessa, e Padre José Maurício. Aberta em terras dos carmelitas, na chácara dos Cajueiros, seus nomes primevos daí advém. As duas travessas abertas da rua de São Joaquim ficaram durante longo tempo assim denominadas, como primeira a Regente Feijó e como segunda, a antiga rua dos Cajueiros. Núncio deve-se a dois deles que residiram neste logradouro, primeiro o núncio apostólico em Lisboa, Cardeal Lourenço Caleppi que ao falecer foi substituído pelo também núncio monsenhor João Francisco Marafoschi. Condessa faz menção à dona Gabriela de San Marsay, viúva do conde de Linhares, que, mesmo após sua morte, residiu ali durante muito tempo. Padre José Maurício alude ao grande compositor sacro que também morou na rua. Com a reforma de Carlos Sampaio (1920/22) um trecho do logradouro, alargado, passou a denominar-se Tomé de Souza, mantendo-se Núncio a parte sem melhoramentos. Porém, em 1945, em homenagem aos comerciantes sírios e libaneses das imediações, este trecho passou a chamar-se República do Líbano.

Oliveira Travessa, Centro. Atual rua Júlia Lopes de Almeida (desde 1946), começa na rua dos Andradas e termina na rua da Conceição. Antigas travessas da Pedreira e Oliveira. e rua Chico Diabo. Originalmente da Pedreira por terminar na rua da Pedreira da Conceição (atual Major Daemon), passou em 1872 a Oliveira para homenagear José Antonio de Oliveira, morador local. Chico Diabo, durante apenas dois anos, entre 1917 e 19, para lembrar o soldado que matou Solano Lopez em 1870, terminando a Guerra do Paraguai, voltando a Oliveira em seguida. Júlia Lopes de Almeida homenageia a escritora e autora teatral, esposa do poeta Filinto de Almeida, falecida em 1934.

Oratório Travessa do, Centro. Há menção de três ruas do Oratório (de N.S. da Abadia, do Sargento-Mor e de Pedra), porém, a referência parece ater-se à rua do Oratório de Pedra, trecho da rua da Alfândega, entre travessa de São Domingos e rua do Regente (atual Regente Feijó) onde existia até 1906, na esquina com esta última, um oratório.

Ourives Rua dos. Ver Conceição do Cônego, rua da

Papa Couves Chácara do, Santa Teresa. Na rua do Aqueduto (atual Almirante Alexandrino), acima dos canos da Carioca, existia a residência de Antonio Inácio Correia, cuja alcunha deu nome ao local.

Parto à Santa Rita Travessa que ia do. Ver Conceição do Cônego, rua da.

Pedra Santa Lagoa. Originalmente localizada no antigo morro do Bahiano (parcialmente arrasado), existente na lagoa Rodrigo de Freitas, em sua saída para o mar, do lado do atual bairro do Leblon.

Pedreira Travessa da. Ver Oliveira, travessa do.

Polé Lagoa da, Centro. Área aproximadamente compreendida pelo quarteirão formado pelas atuais ruas da Conceição, Buenos Aires, Senhor dos Passos e avenida Passos, aterrada em meados do séc. XVIII. Antigas lagoas da Pavuna, da Panela ou da Lampadosa. Polé refere-se ao pelourinho ou picota que foi transferido em 1705 do largo da Polé (atual praça XV) para o novo rossio (atual praça Tiradentes), nas proximidades do largo do Rosário. Pavuna e Panela são menções geográficas ao local, um vale fundo, propenso em seus baixios a reter as águas, formando lagoas ou alagadiços. Lampadosa remete a construção da igreja de N.S. da Lampadosa, em meados do séc. XVI.

Praia do Peixe Rua da, Centro. Atual rua do Mercado, começa na praça XV e termina na travessa Tinoco. Antigas ruas da Lapa dos Mercadores e Paulo Bregaro. praia do Peixe denota o estabelecimento da quitanda nova ou praia do peixe nova, em 1719. Em meados do séc. XVIII foi construído, na esquina desta com a rua do Ouvidor, um pequeno oratório em intenção de N.S. da Lapa, pelos mercadores e mascates, daí a referindo-se o nome seqüente. Com a construção, em 1835, do mercado projetado por Grandjean de Montigny, conhecido como Mercado da Candelária, o logradouro passou, a partir de 1849, a adotar este nome, visto que nascia naquele edifício, demolido em 1911. Durante curto tempo, a partir de 1935, teve o nome de Paulo Bregaro em homenagem ao dono do jornal *Correio da Independência*, levado a mando de José Bonifácio a Dom Pedro I com as notícias de Portugal que precipitaram nossa independência. Em 1938 torna à denominação tradicional de rua do Mercado.

Praia dos Mineiros Rua da, Centro. Área próxima das atuais rua Visconde de Itaboraí, praça Barão de Ladário e início da avenida Presidente Vargas, voltada aos fundos da Casa França-Brasil, cais dos Mineiros e igreja de N.S. da Candelária.

Praia Funda Travessa da, Copacabana/Ipanema. Atual, presumivelmente, rua Francisco Otaviano (desde 1917) e antigas ruas da Igrejinha e Rio Grande do Sul, começa na avenida Atlântica e termina na avenida Vieira Souto. Ao que tudo indica, pelo texto, seria um trecho de um dos três antigos caminhos que, em meados do séc. XIX, ligavam Copacabana ao restante da cidade. Esse nome, indicado por Restier Gonçalves – não oficial nem encontrado nas pesquisas -, deve-se, talvez, por este caminho originalmente partir da praia Funda (ver), na lagoa Rodrigo de Freitas. Igrejinha refere-se à igreja de Nossa Senhora de Copacabana, erguida no alto do outeiro da península daquela praia e cujo culto remonta ao século XVII. Foi demolida entre 1918/20 para a construção do quartel (1923) do Forte Copacabana, terminado em 1914. Francisco Otaviano homenageia o poeta, jornalista, advogado, diplomata e senador, ministro plenipotenciário nas negociações do Tratado da Tríplice Aliança, por ocasião da Guerra do Paraguai.

Prainha, Saúde. Cais e ancoradouro que existiu próximo de onde hoje localiza-se a praça Mauá. Área das antigas praias da Saúde e Velha das Farinhas, que transformou-se, com os aterros, no início da atual rua Sacadura Cabral.

Primeiro de Março Rua. Ver Direita, rua.

Recôncavo da Cidade Região próxima ao mangal de São Diogo, atualmente ocupada por parte dos bairros da Cidade Nova, Estácio, Rio Comprido e praça da Bandeira.

Regelo Caminho do, Cosme Velho. Formado por partes das atuais ruas e estradas que levam ao pico do Sumaré, à partir da bifurcação final da antiga estrada do Cosme Velho (hoje rua Cosme Velho). O Regelo, em questão, se deveria ao fato de o pico do Sumaré, por sua altitude, ser um lugar muito frio em relação ao restante da cidade, ao nível do mar.

Regente Rua do, Centro. Atual rua Regente Feijó (desde 1921), começa na rua Visconde do Rio Branco e termina na rua Marechal Floriano. Antigas ruas e travessa de Santa Teresa, primeira travessa de São Joaquim, travessa do Bandeira e ruas do Regente e Tobias Barreto. Como era o primeiro logradouro aberto que atravessava a rua Larga de São Joaquim, tomou esse nome. Bandeira, de incerta origem. O regente em questão, do Império, é o Padre Diogo Antonio Feijó. Tobias Barreto, de Menezes, homenageia o escritor e crítico literário. Finalmente em 1921, retorna a denominação mais conhecida.

Ribeira do Mar. Ver Marinha da Cidade.

Roso Rua do, Flamengo. Atual rua Coelho Neto, começa na rua Ipiranga e termina na rua Pinheiro Machado. O nome advém de ter sido ela aberta nas terras da chácara de Domingos de Oliveira Roso.

Sachet Rua. Ver Nova do Ouvidor, rua.

Santa Cristina Rua, Santa Teresa. Com o mesmo nome, começa na rua do Fialho e termina na rua Cândido Mendes.

Santa Rita Travessa de, Centro. Atual rua Alcântara Machado (desde 1946), começa na rua Visconde de Inhaúma e termina na rua Acre. Teve, também, os nomes de caminho da Prainha, beco de Gaspar Gonçalves; rua das Flores; beco dos Cachorros; beco para São Bento. O nome inicial referia-se à ligação entre a cidade e aquele embarcadouro, na região atual da praça Mauá. O seqüente reflete nele haver residido Gaspar Gonçalves Chaves. Durante algum tempo, em meados do séc. XVI, é nominada das Flores, após o que, dos Cachorros, ambos de incerta – ou óbvia, como queiram – origem. Santa Rita, pois iniciava-se no largo de mesmo nome e, por fim, Alcântara Machado, que homenageia o político e escritor membro da ABL, falecido em 1941.

Santana Rua de, Centro. Desde 1879 (antiga rua das Flores), começa na rua General Pedra e termina na rua Frei Caneca. Ignora-se o motivo da denominação original. Santana prende-se à construção da nova igreja em intenção a esta santa, iniciada em 1858, sobre as bases da inacabada cadeia, e inaugurada em 1879.

Santo Alfredo Praça, Santa Teresa. Atual largo das Neves, limitado pelas ruas Progresso, Fluminense, Santo Alfredo e Eduardo Santos.

Santo Amaro Rua, Glória. Com o mesmo nome, começa na rua do Catete e termina na rua Pedro Américo. Foi aberta nos terrenos da chácara do Conselheiro Amaro Velho da Silva, em 1852. O conselheiro, agraciado com o título de barão pouco antes, era diretor do Banco do Brasil e possuía terras que iam das cercanias da Glória às encostas de Santa Teresa. A rua teve, por breve tempo, a denominação de rua Dom Carlos I .

Santo Antônio Lagoa de, Centro. Ver Curtume, lagoa do.

São Diogo Morro de, Saúde. Situado entre a rua Pedro Alves e a linha férrea da Supervia atuais, confrontava com a antiga praia Formosa, onde havia uma pedreira bastante explorada. Anteriormente era denominado morro de Manuel de Pina, havendo atualmente nele a favela Moreira Pinto.

São Diogo Mangal de, Cidade Nova. Extensa região pantanosa que abrangia parte do atual bairro da Cidade Nova, acompanhando, aproximadamente, o alinhamento da atual avenida Presidente Vargas, na área do canal do Mangue, chegando até ao atual campo de Santana. O nome advém da antiga capela de São Diogo, que também deu nome ao morro, a rua e à Pedreira, mandada construir pelo célebre alferes Diogo de Pina, combatente destacado contra a invasão francesa de Duguay-Troin, em 1711.

São Diogo Rua de, Ver General Pedra, rua.

São Francisco Largo de, Centro. Com o mesmo nome (desde 1917). Limitado pelas ruas Ramalho Ortigão; do Teatro, Luís de Camões e beco do Rosário. Antigas praça da Sé Nova; largo de São Francisco de Paula; e praça Coronel Tamarindo. Demarcadas as terras do campo da Cidade em 1705, apenas em 1742 foram estas cordeadas para a praça da Sé Nova, advindo disto seu nome inicial, entretanto, as obras da catedral do bispado, iniciadas em 1749, foram logo paralisadas e seus alicerces utilizados para a construção da Academia Militar, ali instalada em 1812 e que teve, sucessivamente, de acordo com seus usos, diversas denominações: em 1851, Escola Central; em 1874, Escola Politécnica; depois Escola de Engenharia; abrigando atualmente o IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais), da UFRJ. A ermida de São Francisco de Paula construída em 1758 teve em 1801 inaugurado um templo maior, que a partir de então passou a denominar o local. Coronel Tamarindo, entre 1897 e 1917, homenageia Pedro Nunes Tamarindo, morto na Guerra de Canudos. Em 1917 retorna o nome tradicional, simplificado para largo de São Francisco.

São Jorge Rua, Centro. Atual rua Gonçalves Ledo (desde 1935), começa na praça Tiradentes e termina na rua da Alfândega. Antigas travessa Senhor dos Passos e ruas São Jorge e Ledo. Senhor dos Passos por ligar o Rossio (atual praça Tiradentes) à igreja do Senhor dos Passos, construída em fins do séc. XVIII. São Jorge remete à construção da capela para o santo (meados do séc. XVI) na esquina deste logradouro com a travessa da Lampadosa (atual rua Luís de Camões). Em 1855 foi demolida a capela, posto que o culto a seu orago fora transferido, desde 1850, para a igreja de São Gonçalo Garcia, com a qual a Irmandade de São Jorge se fundira. Esta igreja, na esquina das atuais ruas Senhor dos Passos e Alfândega, desde então abriga a sincrética devoção ao santo guerreiro. Os outros nomes homenageiam a Joaquim Gonçalves Ledo jornalista e político, um dos próceres da independência nacional.

Secretário Morro do, Botafogo. Atual morro do Pasmado, anteriormente também conhecido como morro do Matias.

Senado Ladeira do, Santa Teresa. Atual ladeira Frei Orlando, começa na rua do Riachuelo e termina na rua José de Alencar.

Senhor dos Passos Rua. Ver Fernão Gomes, caminho de.

Socopenapam Lagoa de, Lagoa. Atual Rodrigo de Freitas. Sacopenacam, Sacopenupã e Socopenapã, entre outras denominações vetustas, tem origem indígena e significam caminho dos socós, ave pernalta muito comum na região, ou, segundo alguns autores, fazem menção à vegetação característica de mangue, ou de raízes chatas. O nome atual refere-se a Rodrigo de Freitas Melo e Castro, dono de importante engenho de açúcar nestas terras.

Sucô-sarará. Ver Sucusarará, rua do.

Sucusarará Rua do, Centro. Diz-se do trecho da rua da Quitanda, entre 7 de Setembro e Ouvidor, onde havia a casa e o consultório de um médico inglês especializado no tratamento de hemorróidas. Este, ante a dor e ao desespero de seus pacientes, afiançava, confiante em suas técnicas e medicamentos, porém em um português meio atravessado: “Senhor, non se preocupe, su cu sarará!”

Tinoco Travessa, Centro. Ver Adelos, beco dos.
Tiradentes Praça, Centro. Limitada pelas ruas Sete de Setembro, da Constituição, Visconde do Rio Branco e da Carioca. Antigos rossios Grande ou da cidade; campos da Lampadosa, da Polé e dos Ciganos e praças da Constituição e da Independência. Os rossios ou rocios, na toponímia urbana portuguesa, significam campos, praças ou largos. Rossio Grande ou da cidade para diferenciar-se o outro, pequeno (atual praça Onze). Lampadosa devido à inauguração da igreja de N.S. da Lampadosa, em 1748. Ciganos por terem os mesmos ali instalado-se até transferirem-se, devido às obras de saneamento feitas por Luís de Vasconcelos (fins do séc. XVII), para o campo de Santana (ver rua dos Ciganos). Polé, em virtude da construção de um novo pelourinho onde hoje está a estátua de Dom Pedro I. Constituição alude ao juramento da Constituição Portuguesa de 1831. Tiradentes (desde 1890) em homenagem ao mártir da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier. Independência por curto período a partir de 1950, voltando a Tiradentes em 1953.

Urubus Campo dos, Gamboa. O assim denominado sítio da Rainha é atualmente a área ocupada pelos armazéns da Flumitrens. O nome campo dos Urubus remete, em sua lógica, a êpoca em que ali havia um matadouro público, fechado em 1798. O campo também comportou um cemitério para animais.

Uruguaiana Rua. Ver Fosso, rua do

Vala Rua da. Ver Fosso, rua do.

Valongo e Valonguinho. Área nas vizinhanças dos bairros de Saúde e Gamboa, que segue aproximadamente o traçado da atual rua Sacadura Cabral. Desapareceu com as obras do cais do Porto, no governo do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos.

Velha de São Diogo rua. Ver General Pedra, rua.

Violas Rua das, Centro. Atual rua Teófilo Otoni (desde 1869), começa na rua Visconde Itaboraí e termina na rua da Conceição. Antigas ruas de Domingos Coelho; Dona Serafina; da Ilha Seca; e dos Três Cegos. Morales de Los Rios Fº informa que ali reuniam-se os violeiros da cidade em priscas eras. Domingos Coelho foi ministro da Venerável Ordem Terceira do Carmo e rico proprietário de terras no local; sua viúva, dona Serafina de Andrade, sucedeu-o como denominadora do logradouro. Por conta de a rua estar localizada em uma parte insulada aos pântanos e alagadiços que envolviam a área (até a atual rua Miguel Couto), em dado momento deu-se a ela o nome de Ilha Seca. Três Cegos alude a proximidade com a igreja de Santa Rita, construída após 1821 e padroeira daqueles com problemas de visão. Teófilo Otoni homenageia o político (deputado provincial, geral e senador) e chefe do Partido Liberal, falecido em 1869.

Notas Históricas

Academia Militar: Criada em 23 de abril de 1811, com a denominação de Academia Real Militar, construída sobre os alicerces do que seria a nova Sé da cidade, no largo de São Francisco de Paula, pelo conde de Linhares. Seu objetivo era desenvolver o estudo das ciências físicas, matemáticas e de engenharia militar. Em 1851, foi reformada e dividida em duas: a Escola Militar e a Escola de Aplicação. Esta última foi transferida para a fortaleza de São João, na praia Vermelha. A Escola Militar, na gestão do ministro da Guerra Jerônimo Coelho, passou a ser designada Escola Central, voltando-se para o aperfeiçoamento científico dos seus alunos e dando origem à Escola Politécnica. A partir de 1874, a Escola Militar e de Aplicação voltaram a se reunir, concentrando a totalidade da formação militar na praia Vermelha, dando origem à moderna Escola de Guerra das Agulhas Negras.

Alvará Régio: Diploma legal rubricado pelo monarca e assinado pelo ministro de Estado competente que estabelecia as medidas de interesse público, certificando, autorizando e determinando certos atos e direitos, em geral em caráter temporário.

Apostolado Positivista do Brasil: Instituição que se desenvolveu no Brasil, a partir da divulgação do positivismo, doutrina fundada pelo filósofo francês Auguste Comte, no século XIX. Esta doutrina estabelece que a atividade científica deve se basear na análise dos fatos verificados pela experiência, a partir do que se pode formular as leis e as relações entre os fenômenos observados. Seus principais seguidores brasileiros foram Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que fundaram o Apostolado. Este, a partir dos anos 1880, passou a assumir um caráter religioso, promovendo cultos segundo o catecismo positivista e instalando a primeira sede da Igreja positivista no Brasil. Seus membros participaram ativamente dos movimentos abolicionista e republicano.

Asilo de Mendigos ou da Mendicidade: Instituição criada pelo governo imperial, que lançou sua pedra fundamental em 6 de agosto de 1876. Foi inaugurado, em 10 de julho de 1879, para promover o recolhimento dos mendigos e dar-lhes assistência. Localizava-se, no lado ímpar da rua Visconde de Itaúna, atual avenida Presidente Vargas, no caminho do Aterrado. Foi extinto, como órgão federal, por lei, em 30 de dezembro de 1891, sendo transferido para a esfera administrativa municipal. Em 1892, foi reinstituído no âmbito da administração municipal do Rio de Janeiro, após a promulgação da lei orgânica que reorganizou o município do Distrito Federal. Em 1894, sua denominação foi alterada para Asilo São Francisco de Assis. Mais tarde, os asilados foram transferidos para um prédio no boulevar 28 de Setembro, em Vila Isabel. O prédio da rua Visconde de Itaúna retornou para a administração federal, em 12 de dezembro de 1920, quando foi transformado em hospital, inaugurado com o nome de Hospital Escola São Francisco de Assis, em 7 de novembro de 1922. Assim, permaneceu até 1939, quando voltou para a administração da Prefeitura. Em 1946, foi novamente incorporado ao patrimônio da União, por decreto-lei, de 22 de agosto desse ano, pertencendo hoje à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Auditórios da Corte: Casas onde juízes, procuradores, escrivães, chanceleres, etc. dos diversos órgãos da administração metropolitana portuguesa se reuniam para exercer as diversas atribuições administrativas, eclesiásticas e judiciais que detinham.

Noite, A: Jornal vespertino, fundado em 1911 por Irineu Marinho, Castelar de Carvalho e Marques da Silva. Viveu seu apogeu entre 1929 e 1957 quando, sob a direção de Geraldo Rocha, passou a funcionar no primeiro “arranha-céu” da cidade, o prédio A Noite, de 21 andares, localizado na praça Mauá e projetado pelo engenheiro Eugenio Baumgart.

Aurora Fluminense, A: Jornal que circulou na cidade do Rio de Janeiro, entre 1827 e 1835, fundado por José Apolinário de Morais, Francisco Valderato e José Francisco Sigaud. A partir de 1828, Evaristo Ferreira da Veiga se tornou o seu redator e editor, transformando-o no porta-voz do liberalismo conservador desse período, combatendo tanto o absolutismo e o aulicismo, quanto o radicalismo jacobino. Seu lema era “Queremos a Constituição, não queremos a revolução”. Tornou-se um jornal conhecido em todo o Brasil e o seu redator alcançou grande popularidade, durante o período de oito anos de sua existência.

Baldios do Conselho: Terrenos incultos pertencentes ao Conselho Municipal, órgão legislativo e executivo da cidade durante os períodos colonial e imperial.

Cainhamboras, Negros: Termo que pode ter diversas variações: caiambola, caiambora, canhimbora, canhambora, canhembora, canhambola, canhembola. Designa os escravos fugidos que vivem em quilombos com outros ou, isoladamente, em mocambos. Personagem da folia de reis de Itaocara.

Caixa de Amortização: Órgão criado por lei de 15 de novembro de 1827 e regulamentado pelo decreto de 8 de outubro de 1828. Era administrado por uma junta presidida pelo ministro da Fazenda. A sua diretoria executiva era exercida por um inspetor-geral, cargo que, em 1920, foi transformado em uma diretoria. Suas finalidades eram emitir, amortizar, resgatar e substituir as apólices da dívida pública e o pagamento dos seus juros. Extinta por decreto em 1965.

Cananéia: Ilha localizada na baía do mesmo nome, no atual estado de São Paulo, onde já existia um povoado, quando para lá se dirigiu Martim Afonso de Souza, depois de partir do Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1531. Esse povoado era considerado porta de entrada para as minas do sertão.

Capitão do Terço: Oficial comandante dos antigos corpos de ordenanças, força de infantaria colonial, organizada conforme o Regimento das Ordenanças de 1570 e a provisão de 1574. Sua nomeação era feita por eleição entre os principais da terra, residentes nos limites da vila e do Conselho Municipal de atuação do terço.

Carta de Aforamento: Instrumento ou escritura legal que estabelece o contrato de enfiteuse, que serve de título de propriedade ao foreiro. Carta de foro. Este documento garante a propriedade do imóvel adquirido por compra ou aforamento, sob a condição do seu proprietário pagar uma taxa à Prefeitura, a título de aquisição.

Carta de Mercê: Documento oficial que participa a alguém que lhe foi concedida mercê lucrativa ou honorária. Era assinada pelo rei, com rubrica e tinha, além do selo, o referendo de um ministro de Estado.

Cartas de Mercês do Príncipe Regente: Documentos oficiais emitidos por dom João, concedendo títulos honoríficos e sesmarias em diversos pontos das cercanias da cidade, após a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, através dos quais fez farta distribuição de terras aos que o apoiaram, geralmente os comerciantes reinóis e os altos funcionários civis e militares. Estas concessões de terras e títulos fizeram parte da política joanina de estabelecer uma sólida aliança entre os colonos e os colonizadores, que se tornaram grandes proprietários de terras e escravos. Esta aliança favoreceu a ambos os grupos, que utilizaram as influências políticas que possuíam na Corte, em proveito de seus interesses particulares. Desse modo, ainda que privilegiasse os antigos colonizadores, a política joanina de concessão de cartas de mercês contribuiu para aproximar colonos e colonizadores, formando um poderoso bloco de interesses que garantiu a sustentação da idéia de um império luso-brasileiro nos trópicos, cujo centro aglutinador era a cidade do Rio de Janeiro, transformada em capital e sede da Corte portuguesa.

Cartas Régias: Designação de diversos títulos e documentos rubricados pelo monarca, que são dirigidos diretamente a uma autoridade, sem passar pelo ministério ou chancelaria, estipulando a determinação imediata do soberano de estabelecer ordens, direitos, regulamentos, leis, etc. Podem também estar dirigidas a um súdito, ao qual é reconhecido algum direito singular ou conferida alguma dignidade.

Casa das Aulas dos Jesuítas: Prédio assobradado, construído em meados do século XVIII, no largo de São Francisco de Paula, com a finalidade de sediar uma escola que não chegou a funcionar, por que a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e de suas colônias em 1759.

Casa da Balança de Ver-o-Peso ou Paço de Ver-o-Peso: Edifício onde foi estabelecida, na gestão do

governador Salvador Correa de Sá e Benevides (1637-1642), uma repartição aduaneira ou alfandegária, encarregada de fiscalizar e vistoriar a entrada, o carregamento e a saída de mercadorias desembarcadas no porto; cobrar os correspondentes direitos de entrada e saída; fazer as pesagens e o reconhecimento da qualidade das mercadorias e assentar, no seu livro de registros, por navio, as cargas de mercadorias em trânsito.

Casas da Câmara: Designação dada aos prédios onde se instalou a Câmara ou Conselho Municipal nas suas andanças pela cidade. A primeira foi construída no morro do Castelo pelo governador-geral Mem de Sá, abrigando, como era do costume da época, no andar térreo, a cadeia pública. Entre 1630 e 1640, a Câmara foi autorizada pela Coroa portuguesa a se mudar para a várzea, onde foi erguida pelo mestre-pedreiro Francisco Monteiro, na rua da Misericórdia, próxima ao terreiro do Carmo, mantendo a cadeia no térreo. O prédio da Câmara e da cadeia foi reconstruído no começo do século XVIII, mas ambas as instituições passaram a utilizar o novo prédio a partir de 1733, apesar das obras só se concluírem em 1747. Nesse prédio, a Câmara permaneceu até 1751, quando cedeu suas instalações para o Tribunal da Relação, transferindo-se para os prédios assobradados dos Teles de Meneses, no largo do Carmo, sobre o famoso arco do Teles. Ali funcionou a Câmara Municipal, até que os sobrados foram destruídos por um incêndio, em 1790. A partir daí, a Câmara passou a funcionar em diversos prédios alugados, na rua do Ouvidor, na rua Direita, no consistório da igreja do Rosário. O primeiro prédio a ser designado com o nome de Paço Municipal foi autorizado a ser construído em 1816, mas somente foi inaugurado em 1825, quando a Câmara Municipal ganhou uma sede própria, no campo de Aclamação, entre as ruas do Sabão e de São Pedro, no qual funcionou a partir de 1828 até 1856, quando se iniciaram as obras de construção de um novo Paço, no mesmo local. Durante o tempo em que foi construído o novo prédio, a Câmara se instalou num sobrado próximo, em frente ao campo de Santana. Em 2 de dezembro de 1882, finalmente, foi inaugurado o novo Paço da cidade, com grandes festividades, que contaram com a presença do imperador Pedro II e outras autoridades. A Câmara Municipal permaneceu neste prédio até 1897, quando, em virtude da lei orgânica de 1892, que separou os Poderes Legislativo e Executivo, a Câmara Municipal se mudou para o edifício da Escola São José, no antigo largo da Mãe do Bispo, atual praça Floriano. O prédio atualmente ocupado pela Câmara, o Palácio Pedro Ernesto, foi erguido no mesmo lugar da Escola demolida em 1922, tendo sido decorado com pinturas de Eliseu Visconti.

Casa de Correção do Rio de Janeiro: Criada por carta régia de 8 de julho de 1769. O prédio da Cadeia Nova deveria ser construído no largo, onde mais tarde foi erguida a igreja de Santana, na antiga rua das Flores, atual rua de Santana, mas a sua construção foi inviabilizada pela falta de recursos financeiros. Em 1831, a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional apresentou um projeto arquitetônico para a construção da Casa de Correção, com planta do coronel Manuel José de Oliveira, nos moldes das modernas penitenciárias norte-americanas e européias. A prisão teria a forma de um panóptico, cujos raios constituiriam os seus corredores, vigiados de um observatório central. Em 18 de agosto de 1833, um aviso do ministro da Justiça propõe a construção da Casa de Correção da cidade, com o objetivo de aliviar a superlotação das prisões do Aljube e de Santa Bárbara. Em 19 de outubro de 1833, foi comprada pelo governo imperial a chácara do Catumbi, de propriedade de Manuel dos Passos Correia, situada na rua do Conde, onde foi construída a Casa de Correção. Em 19 de março de 1835, foi aberto o primeiro livro de matrículas dos sentenciados transferidos dos calabouços do Castelo para a nova penitenciária. A Casa de Correção foi regulamentada por decreto de 6 de julho de 1850. Nesta mesma data foi nomeado o seu primeiro diretor. Oficialmente foi inaugurada em 1º de agosto de 1856. Em 11 de março de 1856 foi concluída a construção da Casa de Detenção, considerada o segundo raio da Casa de Correção. O chefe de polícia da Corte foi nomeado seu diretor e para ela transferiu os presos das freguesias e da cadeia da Intendência de Polícia. Em 24 de dezembro de 1941, a Casa de Correção teve sua denominação alterada para Penitenciária Central do Distrito Federal e a Casa de Detenção para Presídio do Distrito Federal. Em 19 de julho de 1957, a sua designação foi novamente mudada para Penitenciária Professor Lemos de Brito, pela lei nº 3.212. Em 28 de abril de 1970, o decreto nº 3.816 determinou nova alteração na sua denominação que passou para Instituto Penal Lemos de Brito.

Atualmente faz parte do sistema penitenciário do governo do estado do Rio de Janeiro..

Casa dos Contos: Órgão criando durante o reinado de dom Dinis (1279/1325) para fiscalizar e ordenar as receitas e as despesas da Coroa portuguesa, verificar as contas do patrimônio real, cobrar as rendas da Coroa e se responsabilizar pela administração econômica do reino. No Brasil colonial, este órgão originou-se do cargo de provedor das Minas, subordinado diretamente às autoridades metropolitanas. A partir de 1702, a Provedoria das Minas passou a denominar-se Superintendência das Minas e assumiu funções judiciais. Em 1736, foi substituída pelas Intendências do Ouro, que, em 1751, passaram a ficar subordinadas à Intendência Geral do Ouro. Em 1808, foi criada a Real Junta Administrativa de Mineração e Moedagem, encarregada de centralizar a administração da mineração. As intendências do ouro se transformaram em juntas territoriais de mineração. Casa dos Contos era a designação dada ao prédio ocupado pela Real Junta da Mineração e da Moedagem ou Casa de Fundição, pois recebia, fundia e descontava os quintos reais do ouro e centralizava a administração da mineração. No Rio de Janeiro, a Casa dos Contos se estabeleceu na rua Direita, a atual Primeiro de Março, junto à Alfândega e sediava a Tesouraria Geral, mais tarde Tesouro Real ou Real Erário.

Casa dos Expostos: Instituição criada em 1738, por Romão de Mattos Duarte, sob os cuidados da Santa Casa da Misericórdia, para receber as crianças rejeitadas pelas suas famílias. Estas crianças passaram a ser colocadas em uma roda de madeira, que se introduzia numa abertura no muro da instituição, mantendo-se o anonimato dos seus progenitores. Após girar a roda, batia-se uma campainha e uma freira recolhia a criança. A instituição mantinha e educava a criança até que fosse reclamada por parentes ou que se tornasse adulta e independente. Estabelecida inicialmente na rua Santa Luzia, depois se transferiu para a rua dos Barbonos, atual rua Evaristo da Veiga. Em 1911, a Casa dos Expostos foi instalada em uma nova sede, localizada em terreno doado por José Carlos Rodrigues, na rua Marquês de Abrantes. Atualmente é uma fundação de beneficência à infância, que recebeu o nome do seu fundador.

Casa da Suplicação: Órgão judiciário metropolitano para o qual se dirigiam as apelações de sentenças de todas as partes do império português, pois funcionava como um tribunal superior de justiça, recebendo os pleitos de última instância. Era composto por um regedor, um chanceler, oito desembargadores, um corregedor do crime e um do cível, um juiz de feitos da Coroa e da Fazenda, um juiz de Chancelaria, um promotor de Justiça, um ouvidor do Crime e seis desembargadores extravagantes. Em 10 de maio de 1808, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi transformado, por meio de alvará régio, na Casa da Suplicação do Brasil, passando a funcionar com as mesmas atribuições do Tribunal de Lisboa.

Cavaleiros do Santo Sepulcro de Roma: Um dos quatro graus de condecoração da remanescente Ordem do Santo Sepulcro de Roma ou Ordem de Malta. Esta ordem de cavalaria foi instituída por Godofredo de Bouillon, em Jerusalém, em 1099. Essa é uma das ordens militares que surgiram na época das cruzadas e era encarregada de zelar pelo túmulo de Jesus Cristo. Ainda no século XI, a Ordem assumiu a administração de um hospital e no século XII passou a ter encargos militares, na defesa de cristãos contra os muçulmanos. Após a queda do reino cristão de Jerusalém, a Ordem deslocou-se, sucessivamente, para a cidade de Acra, as ilhas de Chipre e de Rodes. Em 1522, foi vencida pelas forças mouras de Solimão II. E, entre 1530 e 1798, a Ordem se refugiou na ilha de Malta, que recebeu como concessão do imperador Carlos V, da Espanha, passando a denominar-se Ordem de Malta. Aí permaneceu até a conquista da ilha por Napoleão Bonaparte. Em 1854, seus estatutos foram reformados pelo papa Pio IX e, em 1880, o papa Leão XIII concedeu-lhe a administração da igreja de São Basílio e do priorado do monte Aventino, em Roma. É dirigida por um grão-mestre, conferindo condecorações honoríficas a pessoas notáveis que tenham prestado relevantes serviços à Santa Sé.

Cidade do Rio de Janeiro, A: Jornal vespertino carioca fundado por José do Patrocínio, no final do século XIX, que se tornou o porta-voz do movimento abolicionista, circulando até 1902 e contando, na sua redação, com a participação de Olavo Bilac, Pardal Malet e outros jornalistas e escritores destacados.

Companhia de Bondes de São Cristovão: A origem da empresa é a Rio de Janeiro Street Railway que tinha um contrato de concessão do serviço, firmado com o governo, desde 1869. Em 1873, a empresa passou a denominar-se Companhia dos Bondes de São Cristovão, após ser reorganizada pelos novos estatutos, aprovados pelos seus acionistas. O prazo de concessão do serviço à Companhia foi prorrogado até 31 de dezembro de 1930, através de contrato firmado entre o seu presidente, José Dias Delgado de Carvalho, e o presidente do Conselho de Intendência Municipal, José Félix da Cunha Menezes (1890-91). A alteração do contrato de concessão, estabelecendo novas bases e novas tabelas dos preços das passagens, autorizada pelo prefeito da cidade, em 24 de abril de 1901, provocou movimentos de protestos da população contra a Companhia. Esses movimentos populares resultaram na revogação dos aumentos dos preços das tarifas e, mais tarde, na suspensão de algumas cláusulas do contrato pela Prefeitura.

Companhia de Jesus ou Sociedade de Jesus: É uma ordem de clérigos regulares, fundada em Paris, em 1534, por Inácio de Loyola (1491/1556) e aprovada pelo papa Paulo III, em 1540, na época da ruptura da cristandade, causada pelas reformas protestantes. Acompanhou a renovação da Igreja católica, estimulada pelo Concílio de Trento (1545/1563). Sua organização foi inspirada na formação militar do seu fundador. É dirigida por um superior-geral, que é eleito pela ordem em caráter vitalício. Seus integrantes, os jesuítas, proferem, além dos votos de castidade e pobreza, o de obediência ao superior-geral e ao papa. Grandes missionários, espalharam-se pelo mundo, atuando tanto como confessores de reis, quanto educadores e evangelizadores. Instalou-se em Portugal em 1541, de onde partiu seu evangelizador São Francisco Xavier para o Oriente. A atuação da Companhia foi muito importante no Brasil colonial, onde os jesuítas chegaram em 1549, na comitiva de Tomé de Souza. Os jesuítas tiveram participação decisiva na catequese dos indígenas, na fundação de São Paulo e na criação de inúmeras escolas e missões. Foram expulsos de Portugal e de seus domínios em 1759, pelo marquês do Pombal, quando tiveram os seus bens confiscados pela Coroa, mas retornaram ao Brasil em 1841.

Confraria de São Gonçalo Garcia: Associação religiosa ligada à igreja dedicada ao mesmo santo, fundada em 1758, na esquina das atuais ruas Senhor dos Passos e Alfândega. Como, em 1850, o prédio da igreja de São Jorge estava prestes a ruir, sua irmandade propôs um acordo à confraria, homologado, depois, pelas autoridades eclesiásticas, para transferir a imagem e o culto de São Jorge para a igreja de São Gonçalo, reunindo as duas irmandades. Em 1854, constituiu-se a Venerável Confraria dos Gloriosos Mártires S. Gonçalo e S. Jorge, que atualmente promove os festejos que reúnem na igreja milhares de fiéis, no dia de São Jorge.

Conselho da Fazenda: Órgão português criado em 1591, com o objetivo de centralizar as disposições sobre administração dos rendimentos da Real Fazenda. Suas principais atribuições eram superintender o tráfico comercial e as armadas e deliberar sobre as despesas de navegação e de guerra. Instituído no Brasil no século XVII, como órgão deliberativo dos contratos da Real Fazenda. Foi extinto em 1769, devido à transformação das provedorias em juntas de fazenda, que se tornaram encarregadas de administrar as rendas régias. Porém, foi restabelecido em 1808, quando manteve a jurisdição do Conselho de Fazenda do Reino, com as atribuições de superintender e fiscalizar armazéns, alfândegas, mineração, etc. Em 1831, o Conselho de Fazenda foi extinto, passando suas funções para o Tribunal do Tesouro. Em 1892, após o advento da República, foi criado o Tribunal de Contas e se extinguiu o Tribunal do Tesouro, restabelecendo-se o Conselho da Fazenda, com nova composição e novas competências. Em 1931, suas competências foram incorporadas ao Tesouro Nacional.

Conselho da Intendência Municipal: Criado por decreto de 7 de dezembro de 1889, que, ao mesmo tempo, dissolveu a Câmara Municipal. Era composto por sete membros, nomeados pelo Governo Republicano Provisório, que também definiu suas atribuições. A Lei Orgânica de 20 de setembro de 1892, que estabeleceu a organização municipal do Distrito Federal, estipulou que o Conselho Municipal passaria a ter apenas funções legislativas. Os vereadores passaram a ser denominados de intendentes. Os intendentes eram dez e um deles era eleito presidente por seus pares, com mandato de dois anos de duração. Esta lei definiu também as atribuições, as competências e os poderes desta corporação. E

determinou que as funções executivas seriam exercidas por um prefeito nomeado por decreto do presidente da República. O primeiro Conselho Municipal, após dois terços dos intendentes serem reconhecidos, tomou posse em 3 de dezembro de 1892. Em 1897, o Conselho de Intendência se transferiu do prédio do Paço Municipal, que fora construído especialmente para alojar a Câmara Municipal, para o da Escola São José, no antigo largo da Mãe do Bispo, atual praça Floriano. A lei de 23 de dezembro de 1898, que reorganizou o município do Distrito Federal, além de adiar a eleição do Conselho de Intendência, concedeu ao prefeito o direito de administrar e governar o Distrito Federal com plenos poderes, exceto o de criar e elevar impostos, por um prazo de até 180 dias. Em 1911, o Conselho promoveu um concurso público para a apresentação de projetos para a construção de um novo prédio para sediá-lo. O arquiteto Heitor de Melo venceu a concorrência e o novo prédio foi construído no mesmo local, em 1922, recebendo pinturas de Eliseu Visconti na sua decoração interna.

Conselho Ultramarino: Órgão judicial metropolitano, criado em 1642 pelo rei dom João IV, para substituir o Conselho das Índias, cujo papel era cuidar de todas as possessões portuguesas na América, na África e na Ásia. Subordinado ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Centralizou as decisões sobre todos os assuntos relativos à Fazenda do Ultramar, controlando as embarcações vindas das colônias portuguesas ou que para elas se dirigiam. Tratava dos assuntos referentes às guerras coloniais, examinava as questões judiciais, os relatórios e cartas das autoridades coloniais, distribuía mercês por serviços prestados, emitia pareceres sobre todos os assuntos relativos às colônias, deliberando sobre os contratos firmados pela Coroa e dava provimento a todos os cargos civis e militares das colônias, exceto os eclesiásticos, de alçada da Mesa da Consciência e Ordens. Sua autoridade também não abarcava a competência da administração das rendas da Coroa, que permaneceram no âmbito do Conselho da Fazenda. Entrou em declínio durante a gestão do marquês do Pombal (1750/1777), quando as secretarias de estado assumiram suas funções. Em 1808, após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, suas atribuições foram transferidas para o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço.

Coroa da Alemanha: Designação dada a uma ordem honorífica instituída pelo governo da Alemanha para comemorar fatos históricos, premiar serviços à pátria e atos de valor ou de dedicação.

Décima Urbana: Imposto territorial que, por muitos anos, recebeu essa denominação, incidindo sobre os prédios, os terrenos enfiteuticos ou alodiais, edificados ou não. Foi criado em Portugal, pelo decreto de 18 de outubro de 1762, e transplantado para o Brasil, pelo alvará de 27 de junho de 1808. A resolução de 15 de outubro de 1808 delimitou a cidade para o pagamento da décima urbana, por um lado, pelo rio Laranjeiras e por outro pelo rio Comprido. Em 1830, os limites da cidade e do seu termo foram regularizados. Sob a regência, providenciou-se a demarcação dos limites da cidade para fins de arrecadação da décima urbana. No Código de Posturas de 1838 e nas leis de 1842 e 1845 definiu-se por zona urbana da cidade a área limitada até o Engenho Novo, da qual era cobrada a décima urbana. A zona rural da cidade, que era constituída pelos bairros de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e as ilhas do Governador e de Paquetá, estava isenta da arrecadação da décima, por estar fora dos limites urbanos. Em 1878, um decreto estabeleceu as disposições que regulamentaram a arrecadação e o lançamento deste imposto sobre os prédios localizados na zona urbana da cidade. Esse regulamento reuniu em um só título, sob a denominação de imposto predial, a décima urbana, a décima de uma légua e a décima adicional. Esteve em vigor até 10 de junho de 1903, quando um decreto municipal estabeleceu uma outra alteração no seu regulamento.

Dragões das Minas Gerais: Termo antigo que designava os soldados de cavalaria da antiga capitania das Minas Gerais.

Edifício da Amortização: Prédio onde funcionava a Caixa de Amortização. Ver Caixa de Amortização.

Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil: Empresa fundada pelo engenheiro Paulo de Frontin, depois prefeito da cidade do Rio de Janeiro, em 1919. Foi organizada em 17 de maio de 1890 e funcionou até 1933. Foi encarregada da construção de diversas ferrovias no Rio de Janeiro e no Norte

e no Nordeste do país. Realizou obras de melhoramentos urbanos e portuários em diversas cidades brasileiras. Investiu grandes capitais em empreendimentos agrícolas, incorporando a Companhia Brasileira de Trens, empresa ligada à formação de colônias agrícolas para imigrantes estrangeiros e colonos nacionais. Adquiriu fazendas de café, no Oeste paulista, investiu na produção de cacau, em Ilhéus (BA), na produção de cana de açúcar e de algodão, em Pernambuco, e na pecuária, no Rio Grande do Sul. Formou indústrias de vidro, de couro e fundições de ferro no Rio de Janeiro. Foi concessionária da obra de desmonte do morro do Senado. A terra desse morro, transportada em vagões de trens puxados por locomotivas, serviu para aterrar a região da Saúde e da Gamboa. Elaborou o plano geral das obras do novo cais do porto, que com modificações foi utilizado pela Comissão das Obras do Porto, participando de sua execução, cujas obras foram iniciadas em 1904, mas somente inauguradas em 1908. Foi também responsável pela construção, nos pântanos da praia Formosa, da estação ferroviária Alfredo Maia, da linha auxiliar que, a partir de 2 de julho de 1903, foi incorporada à Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi concessionária das obras de abertura da avenida Central, atual Rio Branco, e da avenida do Mangue.

Escola da Glória: Era uma das “escolas do imperador”, isto é, uma escola construída por Bethencourt da Silva, em estilo renascentista, a pedido de Dom Pedro II, com recursos da subscrição popular aberta para a ereção de uma estátua em homenagem ao imperador, em comemoração à vitória brasileira na guerra contra o Paraguai. Situada no largo do Machado, então denominado largo da Glória, é atualmente o Colégio Estadual Amaro Cavalcanti.

Escola Militar: Criada por carta régia do príncipe regente dom João, em 23 de abril de 1811, com o nome de Academia Real Militar, segundo o plano de dom Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares. Em 1851, passou a ser designada de Escola Militar. Na gestão de Jerônimo Coelho, no Ministério da Guerra, sua denominação foi novamente alterada para Escola Central, vindo a dar origem à Escola Politécnica. Em 1874, a Escola Militar foi reunida à Escola de Aplicação, na praia Vermelha, dando origem à Escola de Guerra das Agulhas Negras.

Escola Politécnica: Sua origem remonta à Escola Central, estabelecida no prédio da antiga Academia Real Militar, no largo de São Francisco de Paula. Foi criada em 1874, como escola superior, onde eram ministrados um curso geral e seis cursos especiais de ciências físicas, naturais, matemáticas e de engenharia civil, de minas, artes e manufaturas. Em 1920, foi incorporada, como Faculdade de Engenharia, à Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente denominada Universidade do Brasil (1937) e atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965).

Escola Tiradentes: Escola construída pela Intendência Municipal, por volta de 1892, num terreno desapropriado da atual rua Visconde do Rio Branco, onde se supunha haver sido martirizado Joaquim José da Silva Xavier, em homenagem ao qual foi dado o nome da escola.

Estação das Gôndolas: As gôndolas eram um meio de transporte coletivo, movido à tração animal, que surgiram no Rio de Janeiro, em meados do século XIX. A empresa responsável, denominada Companhia das Gôndolas Fluminenses, estabeleceu sua estação terminal na antiga rua Leopoldo, atual Júlio de Carmo, na Cidade Nova.

Fábrica das Chitas: Denominação dada a vários estabelecimentos fabris, localizados na região da atual praça Saens Peña. O primeiro foi instalado, em 1820, por Joaquim José da Silva, sob os alicerces lançados na época de dom João VI. Foi uma das primeiras estamparias de tecidos de algodão da cidade. Faliu em 1840. Em 1841, uma nova fábrica de tecidos de algodão foi fundada por Frederico Guilherme, na mesma região, onde funcionou por 23 anos, quando foi desmontada e transferida para Parati, tendo sido anexada à fábrica Santa Teresa. Em 1852, uma terceira fábrica de chitas, pertencente a Joaquim Diogo Hertly funcionava na região, empregando 76 teares e 56 operários e um motor movido a vapor, produzindo mais de mil metros de pano por dia. A sua denominação estendeu-se ao populoso bairro, que compreendia parte da atual rua Conde de Bonfim, desde a rua dos Araújos, até a rua Desembargador

Isidro. Por isso, a atual praça Saens Peña era antigamente denominada de largo da Fábrica.

Fábrica de Ferro de Ipanema: Possível referência à empresa organizada, em 1819, para explorar o minério de ferro existente no distrito de São João de Ipanema, no município paulista de Sorocaba. No início do século XIX, era um estabelecimento modelar e foi dirigido pelo engenheiro alemão Luiz Guilherme Varnhagen, contratado pelo governo imperial para administrá-lo. Pode também ser uma referência às oficinas de fundição, estabelecidas em terrenos da lagoa Rodrigo de Freitas, por decreto régio de 13 de junho de 1808.

Fábrica de Gás do Aterrado: Estabelecimento instalado na rua Senador Eusébio, no Aterrado da Cidade Nova, segundo projeto do engenheiro inglês Guilherme Bragge, para a companhia de iluminação pública e doméstica, fundada pelo barão e visconde de Mauá, em 1851. O primeiro diretor técnico da fábrica de gás foi o engenheiro inglês Guilherme Ginty e o primeiro gerente-geral foi o seu conterrâneo, Bartlet James. Mais do que apenas uma usina, a empresa se constituiu em um conjunto de edificações que incluía as residências dos seus operários e de suas famílias, a biblioteca, o jardim, as cozinhas, a botica e os tanques para a lavagem de roupas. Havia também um dormitório coletivo para os acendedores de lampiões e um outro para os escravos empregados pela companhia. Em 1864, a empresa foi vendida por Mauá para um grupo inglês que, por sua vez, transferiu, em 1886, sua propriedade para uma empresa belga – a Societé Anonyme du Gaz –, que obteve a concessão deste serviço público para o empresário francês Henri Brianthe.

Fábrica de Pólvora: Criada por alvará régio de dom João VI, em 13 de maio de 1808, no engenho situado junto à lagoa Rodrigo de Freitas, então propriedade de Maria Leonor Rodrigo de Freitas, filha de Rodrigo de Freitas, que deu nome ao logradouro. A fábrica de pólvora destinava-se a abastecer o exército e a marinha. Seu primeiro diretor foi João Gomes da Silva Mendonça, marquês de Sabará que, em um prédio anexo, estabeleceu um pequeno horto, um jardim de plantas exóticas, que deu origem ao atual Jardim Botânico. Em 1851, a fábrica de pólvora se incendiou. Atualmente, suas ruínas permanecem no interior do Jardim Botânico, que oficialmente foi criado em 11 de maio de 1819, com o nome de Real Jardim Botânico, como repartição do Museu Real, por decreto assinado pelo ministro do Reino, Tomás Antônio Vilanova Portugal.

Fazenda Real: Órgão fazendário da Coroa portuguesa, também denominado de Erário Régio, responsável pelas despesas da Fazenda e pela inspeção de fábricas, fundições e minerações. Em 1788, o ministro da Fazenda passou a acumular o cargo de presidente do Erário Régio, ficando responsável pelo expediente dos ofícios de recebimento do reino e de suas colônias, além das funções que já exercia. Em 1808, foi implantado no Brasil com as mesmas atribuições que detinha em Portugal. Em 1821, passou a denominar-se Tesouro Nacional.

Feudalismo: Em História, o termo designa o sistema socioeconômico-cultural no qual os indivíduos estão subordinados mutuamente por laços de dependência pessoal. O conjunto dessas relações se fundamenta, de um lado, na exploração do camponês preso à terra, o servo da gleba, pelo senhor feudal, o proprietário do domínio. Por outro lado, nas relações de subordinação e suserania entre os nobres que são estabelecidas através da vassalagem, instituindo um contrato de direitos e deveres mútuos entre os senhores feudais. No Brasil colonial, não houve feudalismo, pois o sistema feudal já estava em acelerada crise final na Europa, na época da ocupação do território pelos portugueses. No texto, o autor apropria-se do conceito para descrever as relações de dependência que se estabeleceram entre os proprietários legais das terras e os posseiros que as ocupavam, em caráter precário, por concessão dos primeiros.

Fonte do Lagarto: Chafariz público construído em 1786, no governo de Luís de Vasconcelos e Souza, a mando do Senado da Câmara, cuja autoria é atribuída a Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim. Era abastecido pelo aqueduto do Catumbi, que descia de Paula Mattos. Era formado por uma frontaria, composta por duas pilastras encimadas por um frontão curvo e por um tanque de cantaria, com um nicho elíptico, onde um lagarto de bronze fornecia água pelas mandíbulas, para servir à população e

aos animais. No frontão, havia uma placa de mármore com uma inscrição em latim: “Ao sedento povo, o Senado da Câmara deu água em abundância”. Localiza-se no antigo caminho do Engenho Pequeno, depois rua Nova do Conde, atual rua Frei Caneca.

Fortaleza de Paranapocu ou Paranapucu: Edificada na ilha dos Maracajás ou dos Gatos Bravos, atual ilha do Governador, na época da criação da colônia francesa do Rio de Janeiro, por Nicolas Durand Villegaignon, em 1556. Foi um dos principais baluartes da resistência dos tupinambás ou tamoios, dispondo de mais de mil homens na sua defesa e era equipada com artilharia, durante a chamada Guerra dos Tamoios. Antes dessa guerra, a ilha era um território ocupado pela tribo dos maracajá-guassus ou temiminós, que nela tinham várias aldeias e daí sua denominação ser ilha dos Maracajás ou dos Gatos Bravos. Os tupinambás ou tamoios, aliados dos franceses, se apossaram da ilha, destruindo as aldeias dos seus inimigos e os expulsando do local. Em 1567, durante o segundo combate da guerra entre os portugueses e os franceses pela posse do Rio de Janeiro, a fortaleza foi tomada pelos portugueses, com o apoio dos temiminós, chefiados pelo famoso Araribóia, que estavam aliados aos portugueses. A denominação de ilha do Governador é devida ao fato de que, em 5 de setembro de 1567, a ilha foi doada em sesmaria ao sobrinho de Mem de Sá, Salvador Correia de Sá, que mais tarde foi nomeado governador-geral da capitania e da cidade do Rio de Janeiro.

Forte de Vera Cruz: Localizava-se à beira-mar, próximo à região, onde, mais tarde, foi aberta a rua Direita, atual Primeiro de Março. Demolido, no governo de Salvador Correia de Sá (1568/1572), sobre suas muralhas e arcos foi erguida a primeira igreja da Santa Cruz dos Militares, em 1628.

Gabinete Rio Branco: Ministério do II Reinado que assinalou a volta do Partido Conservador ao poder, depois de um longo período de predomínio dos liberais. Foi presidido por José Maria da Silva Paranhos, o visconde de Rio Branco. Na sua gestão, entre 7 de março de 1870 e 25 de junho de 1875, foi aprovada a Lei do Ventre Livre ou Rio Branco. Esta lei determinou que os filhos de mulher escrava eram livres, a partir da data da sua promulgação, mas ficavam em poder dos senhores de sua mãe, até os 8 anos de idade, quando, então, o senhor optava por receber uma indenização do Estado ou a utilizar-se dos serviços do menor, até os 21 anos.

Havre, Le: Circunscrição administrativa do departamento de Seine-Maritime, na França, localizada na margem norte do rio Sena, a 208 km de Paris. O desenvolvimento da cidade sempre esteve ligado ao seu porto, fundado, em 1517, pelo rei Francisco I. Desse porto, partiu a expedição de Nicolas Durand de Villegaignon, em 1555, que com o apoio do rei Henrique II e do almirante Gaspar de Coligny, tinha como objetivo fundar uma colônia francesa no litoral do Rio de Janeiro. Até hoje é o porto por onde é feita a maior parte do comércio francês com o continente americano.

Homem Bom: Designação dada, em Portugal e nos seus domínios, ao súdito qualificado que reunia as condições sociais para pertencer ao estrato privilegiado que detinha o direito de ser eleito e eleger os membros das Câmaras ou Conselhos Municipais. Participava das listas que eram organizadas pelo alcaide-mor para as referidas eleições. No Brasil colonial, o critério fundamental de inclusão nessa categoria era ser proprietário de terras e de escravos, havendo uma grande resistência dos proprietários rurais a que homens ligados a outras atividades pudessem participar das eleições. Em 1705, uma provisão determinou que os mecânicos, os operários, os degredados, os judeus e os peões fossem excluídos desse processo eleitoral. Durante todo o período colonial, ocorreram conflitos entre os grandes proprietários rurais e os grandes comerciantes reinóis nessas eleições Entre os conflitos mais famosos destaca-se o denominado de Guerra dos Mascates, ocorrido em Pernambuco.

Huguenotes: Termo depreciativo com que os católicos franceses denominavam os protestantes, especialmente os calvinistas, no século XVI, durante as chamadas guerras de religião, que ensangüentaram o reino. Os calvinistas franceses, apesar das perseguições que sofreram, adotaram a denominação para se identificarem. A origem da palavra é controversa. Para alguns, deriva do nome de Hugo Capeto, fundador da dinastia dos Capetíngios, cujos últimos representantes defenderam os

calvinistas. Para outros, deriva do alemão *Eidgenossen* (confederados), utilizado para designar os habitantes da cidade suíça de Genebra, entre os quais se encontravam calvinistas franceses refugiados, que se rebelaram contra o bispo católico local.

Hospital dos Lazáros ou Lazareto: Instituição criada no Rio de Janeiro, como repartição da Santa Casa de Misericórdia, em prédio anexo à igreja do Santíssimo Sacramento da Candelária, por iniciativa do bispo dom Antônio do Desterro, que, em 1763, encarregou a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária da tarefa de recolher, socorrer e abrigar os hansenianos. O vice-rei conde da Cunha, logo a seguir, propôs ao governo português que fosse cedida a antiga casa dos jesuítas, localizada em uma colina em São Cristovão, para abrigar o lazareto. Em 1765, uma resolução régia, funda oficialmente o hospital, cujos estatutos foram aprovados em 1766, definindo suas atribuições e entregando a sua administração à irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Em 1815, passou a ser administrado pelo Intendente do Ouro da cidade, nomeado seu juiz conservador e teve sua denominação alterada para Real Hospital dos Lázaros. A extinção do cargo de juiz conservador transferiu a jurisdição de sua administração para o juiz da Provedoria das Capelas e, mais tarde, para o juiz de direito da Primeira Vara Civil. Após o advento da República, sua administração passou a ser feita exclusivamente pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que vem mantendo o hospital sem qualquer subscrição pública, até os dias de hoje.

Igreja de Santo Antônio dos Pobres: Localizada na rua dos Inválidos, foi edificada pela primeira vez em 1811, em terras foreiras do rico comerciante Antônio José de Souza e Oliveira, mais conhecido pelo apelido de Panela, que a ofereceu à irmandade do mesmo nome e aos pobres, que já não freqüentavam a igreja do convento dos Franciscanos, pois não eram bem vistos pelos seus ricos freqüentadores. Em 1828, os frades capuchinhos foram se abrigar na igreja, mas logo se desentenderam com a sua irmandade, pois retiram a imagem do seu padroeiro do altar-mor, substituindo-a pela do orago da sua ordem, S. Félix de Cantalice. Essa mudança foi feita sob os protestos da irmandade de Santo Antonio dos Pobres, que passou a pressionar os capuchinhos a saírem da igreja. Finalmente, em 1832, os capuchinhos se retiraram, cumprindo a ordem estabelecida por um aviso, de 25 de agosto de 1831, assinado pelo regente Antônio Feijó, passando a administração da igreja para a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres e N.S. dos Prazeres. Por volta de 1840, a igreja foi reformada, graças ao empenho do artífice Francisco José de Barros. Seu primeiro vigário, o cônego Quintiliano José do Amaral, foi nomeado em 24 de maio de 1855. Em 1916, foi bastante destruída por um forte temporal e foi totalmente reconstruída, entre 1940 e 1942, devido ao grande empenho de monsenhor Magaldi, vigário da paróquia. Sua fachada é em pó de pedra e a igreja é toda decorada com vitrais que evocam a vida do seu padroeiro. É tradicional na cidade a distribuição de pães bentos, confeccionados pelos membros da irmandade, no dia 13 de junho.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Criado em 18 de agosto de 1838, vinculado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Instalado oficialmente, por 27 sócios fundadores, no Museu Nacional, com os seguintes objetivos: coligir, metodizar, publicar, arquivar os documentos de interesse para a história e a geografia do Brasil; difundir conhecimentos dessas duas disciplinas, por meio do ensino público; corresponder-se com associações congêneres de todo o mundo; ramificar-se nas províncias do Império, para facilitar o desempenho dos seus fins; publicar a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. O imperador Pedro II, seu grande protetor, participou de mais de quinhentas das suas sessões. O IHGB representou o esforço da elite imperial no sentido de estabelecer, valorizar e difundir os seus ideais, tendo como presidentes e membros ilustres personalidades da vida política e cultural brasileira da época. A partir da segunda metade do século XX, organizaram-se diversas seções estaduais do Instituto, agregando historiadores, geógrafos e intelectuais importantes de cada região.

Imprensa Régia: Tipografia oficial, criada no Brasil por decreto de dom João VI, em 13 de maio de 1808, com o objetivo de editar a coleção de leis do Brasil, os atos oficiais, decretos, alvarás e provisões régias e o primeiro jornal oficial da cidade, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Depois da independência, passou a denominar-se Imprensa Nacional e ficou encarregada de publicar as coleções de leis do país e as publicações oficiais e,

desde 1834, o *Diário Oficial*. Também editava os atos normativos dos poderes Executivo e Legislativo.

Inquisição ou Santo Ofício: Tribunal da Igreja católica, instituído na Europa no século XIII para combater as heresias que questionavam os dogmas cristãos. Tornou-se uma instituição internacional, dirigida pelos frades dominicanos, ordem religiosa criada especialmente para este fim. Na época moderna, a Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício teve grande preponderância sobre as monarquias dos países da península Ibérica, voltando-se especialmente contra os judeus e os árabes muçulmanos que lá viviam. Devido a essa preponderância, tornou-se um instrumento secular importante da política monárquica ibérica, obrigando os judeus e os mouros a se converterem ao catolicismo, perseguindo-os, confiscando os seus bens e, finalmente, conseguindo expulsá-los da Espanha e de Portugal, nos séculos XV e XVI. Os instrumentos mais usados pelos inquisidores eram as delações e os atos de fé, nos quais os condenados por heresias ou práticas judaizantes eram queimados vivos em grandes fogueiras, erguidas em praças públicas. No Brasil colonial, sua atuação foi freqüente, atingindo o apogeu no século XVIII, especialmente no Rio de Janeiro, onde perseguiu os cristãos novos, judeus recém- convertidos ao cristianismo.

Intendência Geral de Polícia da Corte: Criada em 10 de maio de 1808, encarregada do expediente da Casa de Correção, prisões, hospitais e casas de caridade; da inspeção do uso de armas, da manutenção da ordem e da segurança públicas, da fiscalização portuária, de espetáculos públicos e da prevenção e repressão dos crimes de vadiagem, latrocínio e homicídio. Mas também atuava como uma prefeitura, reformando e abrindo ruas e estradas, melhorando o fornecimento de água à cidade, fiscalizando as condições de higiene e saneamento dos logradouros públicos, das lojas, oficinas e dos domicílios particulares urbanos. Em 1825, já extinta a Intendência, foi criado o Corpo da Guarda Militar da Polícia, com as funções de fiscalizar o comércio e de reprimir levantes, quilombolas e sociedades secretas. Em 1831, o Corpo da Guarda Militar foi extinto, dando lugar ao Corpo de Guardas Municipais Permanentes, subordinado ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro e ao Ministério da Justiça. Em 1832, passou a denominar-se Polícia da Corte, mantendo-se subordinada ao Ministério da Justiça. Seu órgão executor era a Secretaria de Polícia, dirigida pelo chefe ou intendente de polícia, cargo que desde a sua origem, foi exercido por um juiz de direito. A partir de 1892, transformou-se no Serviço de Polícia do Distrito Federal.

Intendência Municipal: Órgão executivo, criado após a instalação da República, encarregado de administrar o Distrito Federal, a partir de 7 de dezembro de 1889. Foi extinto em 20 de setembro de 1892, quando o governo da cidade foi regulamentado pela lei orgânica. Até então os chefes do governo municipal eram os presidentes da Intendência Municipal e eram nomeados pelo presidente da República.

Irmandade de Santo Antônio dos Pobres: Associação religiosa formada em 1808 por devotos de Santo Antônio, congregados em torno de sua nova imagem, trazida de Portugal. Recebeu, como doação do rico capitalista Antônio José de Sousa Oliveira, o terreno onde, na rua dos Inválidos, foi erguida, em 1811, a igreja dedicada ao referido santo, destinada ao povo pobre da cidade.

Imparcial, O: Jornal que surgiu no Rio de Janeiro, em 1912, sob a direção de José Eduardo de Macedo Soares, como um dos mais combativos da cidade, juntamente com o Correio da Manhã. Em 1923, quando foi comprado por Henrique Laje e passou a ser dirigido por Mário Vasconcelos, tornou-se um veículo de propaganda do governo Artur Bernardes.

Jornal do Commércio, O: Instalado por Pierre Plancher, à rua da Alfândega, 47, em 1º de outubro de 1827, aproveitando o espaço criado pelo *Diário do Rio de Janeiro*, dedicou-se a divulgar notícias comerciais – preços, chegada e partida de navios, informações sobre importação e exportação, anúncios, notícias locais e do exterior. Seus primeiros redatores foram Pierre Plancher, Emil Seignot (que depois do retorno de Plancher à França, se tornou seu proprietário), João Francisco Siguad, Júlio César Muzzi, Francisco de Paula Brito e Luís Sebastião Fábregas Guigné. Entre seus colaboradores figuraram Justiniano José da Rocha, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, Carlos de Laet,

Francisco Otaviano, José de Alencar, Homem de Mello, Joaquim Nabuco e Guerra Junqueiro. O próprio Dom Pedro II escrevia, sob pseudônimo, no jornal e influía em seus editoriais. De 1890 a 1915, foi dirigido por José Carlos Rodrigues, homem de grande cultura, que alterou a forma do jornal, mas manteve seu conteúdo conservador, de órgão oficioso do governo. Nessa época, era um dos mais importantes jornais do país, com grande circulação, lido por políticos e empresários. Contava com colaboradores de alto nível, como Rui Barbosa, Alcindo Guanabara, visconde de Taunay, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, Afonso Celso, entre outros. Em 1º de novembro de 1909, circulou a sua primeira edição vespertina, que durou até 1º de abril de 1922. Felix Pacheco chefiou sua redação e, em 1923, assumiu a direção e a propriedade da empresa até 1935, quando faleceu. Sucedeu-lhe Elmano Cardim, até 1957. E, de 1957 até 1959, foi dirigido por Francisco Clementino Santiago Dantas. A partir de 1959, o jornal passou a integrar os Diários e Emissoras Associados, organização fundada por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, jornalista empreendedor, falecido em 1968, que construiu a mais importante rede de jornais, rádios e televisões da América Latina na época. Entre 1982 e 1993, o *Jornal do Commércio* esteve sobre a presidência do jornalista Austregésilo de Athayde, também presidente da Academia Brasileira de Letras. O jornal passou por grandes transformações, a partir de 1980, para adaptar-se à era da informática. É o mais antigo jornal de circulação diária ininterrupta da América Latina.

Juiz Conservador da Nação Inglesa: Órgão judicial que foi criado pelo alvará régio, de 4 de maio de 1808, do príncipe regente dom João, com a finalidade de processar, julgar e sentenciar causas que envolvessem súditos ingleses residentes ou de passagem pelo Brasil. Esse foro privilegiado foi estabelecido pelos Tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, assinados entre os governos português e inglês, em 1810, que estabeleceram o direito dos súditos ingleses residentes nos domínios portugueses serem processados e julgados por um magistrado privativo, que teria sobre eles a jurisdição de juiz conservador (direito de extraterritorialidade). Foi extinto somente em decorrência do tratado de 17 de agosto de 1827. Em 1861, durante a chamada Questão Christie, os ingleses quiseram se prevalecer desse foro especial para influir na decisão da justiça brasileira, exigindo a presença de um juiz inglês no processo. O governo brasileiro, entretanto, se opôs a essa pretensão (ver Questão Christie).

Juízo dos Feitos da Fazenda: A origem do órgão é a criação do cargo de procurador das Câmaras Municipais, pela lei orgânica de 1º de outubro de 1828. O procurador era nomeado pelas referidas Câmaras com a atribuição de arrecadar e aplicar as rendas e multas destinadas às despesas da Câmara, demandar diante dos juizes de paz a execução das posturas municipais e a imposição de penas aos seus infratores, defender os direitos da Câmara perante a Justiça e prestar contas das despesas e receitas auferidas. A lei orgânica de 20 de setembro de 1892 determinou que o preparo e o julgamento de processos de infrações de posturas municipais passasse a ser competência do juiz dos Feitos da Fazenda Municipal e para isso criou três cargos der procuradores dos Feitos Municipais, que tinham a incumbência de representar o município em todas as causas judiciais de seu interesse. O decreto municipal, de 5 de agosto de 1893, incumbiu os procuradores deste órgão de formularem juridicamente as cláusulas dos contratos que fossem firmados nas repartições da Prefeitura. A Consolidação das Leis Federais do Distrito Federal, de 8 de março de 1904, estabeleceu que os três procuradores, nomeados pelo presidente da República, representassem o prefeito do Distrito Federal em juízo, defendendo as causas de interesse da municipalidade. Ao Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal competia ainda conhecer e julgar, em primeira instância, as causas cíveis em que a Fazenda municipal fosse autora ou ré e fossem relacionadas aos bens municipais, às habilitações de herdeiros e cessionários de quaisquer credores da Fazenda Municipal, às desapropriações e justificações de serviços remunerados. Ainda detinha a jurisdição privativa para os processos e os julgamentos das causas fiscais que tivessem por objeto a cobrança de dívida ativa da municipalidade.

Juízo do Resíduo Eclesiástico: Órgão judicial de primeira instância, criado em 22 de novembro de 1676 e regulamentado por lei em 8 de setembro de 1704. Entre as suas atribuições podemos destacar a administração dos testamentos e codicilos dos defuntos falecidos na cidade e seus subúrbios; a execução e o cumprimento das últimas vontades dos defuntos; o processamento e as sentenças dos feitos sobre as

contas e as causas dos testamentos; a organização e a reunião dos papéis e certidões dos testamenteiros; o pronunciamento das sentenças e das quitações, ao fim do prazo ordenado pelos testados.

Lei Novíssima: Supõe-se que seja uma referência rara e invulgar à Constituição Política do Império do Brasil, outorgada à nação pelo imperador Pedro I, no dia 25 de março de 1824. Esta Constituição estabeleceu como forma de governo a monarquia constitucional e representativa, instituiu os quatro poderes do Estado imperial (executivo, legislativo, judiciário e moderador) e um sistema eleitoral indireto e censitário.

Lei Orgânica de 1828: Lei de organização dos municípios, promulgada pela Assembléia Geral do Império, em 1º de outubro de 1828, que estabeleceu uma drástica redução da autonomia administrativa e política das municipalidades, rompendo com a longa tradição ibérica de centralizar nos conselhos ou câmaras municipais as funções executivas, legislativas e judiciárias. Após a promulgação desta lei, as câmaras municipais se tornaram órgãos meramente administrativos, sem poder exercer qualquer jurisdição contenciosa. Ainda que não tenha instituído um poder Executivo Municipal, mantendo essa atribuição com a câmara, essa lei determinou sua a submissão ao rígido controle dos conselhos gerais e dos presidentes de províncias e do governo geral. A concepção que estava na fundamentação desta lei comparava o município, na ordem político-administrativa, ao menor, na ordem civil, estabelecendo uma verdadeira tutela dos poderes provinciais e gerais sobre os órgãos municipais. Contudo, as funções administrativas exercidas pelas câmaras municipais eram muito amplas, incluindo o cuidado dos centros urbanos dos municípios, das estradas, pontes, prisões, matadouros, abastecimento, iluminação pública, fornecimento de água, rede de esgotos, saneamento, recolhimento de loucos, ébrios e animais ferozes nos logradouros públicos, defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, segurança pública, polícia de costumes, etc. Ou seja, as câmaras municipais podiam deliberar sobre os meios de promover e manter a ordem, a saúde e a segurança dos munícipes e garantir a limpeza e a regularidade externa dos edifícios e logradouros das cidades. Cabia também às câmaras municipais elaborar as posturas sobre os assuntos de sua competência, com validade de apenas um ano, até serem confirmadas pelos conselhos gerais das províncias. Estes órgãos, entretanto, podiam revogar ou alterar essas posturas. A lei orgânica de 1828 regulou a forma de eleição dos vereadores e estabeleceu as normas destas eleições. E possibilitou que, até mesmo os vereadores eleitos pelas municipalidades fossem suspensos do exercício dos seus mandatos pelos presidentes de províncias. Em matéria financeira estabeleceu sérias limitações à autonomia municipal, posto que não especificava a criação de nenhum imposto pelas câmaras municipais que possibilitasse à municipalidade auferir receitas financeiras. Menciona apenas a venda, o aforamento, a troca, o arrendamento e a exploração de bens e serviços municipais como fontes de receitas da municipalidade. Permitiu apenas a cobrança de multas, no caso de violações das posturas, ainda que fixasse um limite máximo para essas multas. Estipulava ainda que as transações com bens e serviços dos municípios dependiam da prévia autorização do presidente de província ou do ministro do Império, no caso da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Portanto, o poder tributário das câmaras municipais foi limitado ao de propor, aos conselhos gerais das províncias, os meios de aumentar suas rendas e as formas de aplicá-las. Com esses parcos recursos orçamentários, as câmaras deveriam realizar suas amplas competências e também remunerar seus funcionários.

Loja Maçônica Comércio e Artes: A maçonaria é uma organização cujas origens remotas se perdem no tempo. Uma das hipóteses possíveis acerca de suas origens, aponta para o seu surgimento nas confrarias francesas de pedreiros durante a Idade Média. Com o passar do tempo, desenvolveu ritos e símbolos esotéricos para diferenciar seus adeptos do restante da população, transformando-se em uma seita secreta. A loja é a célula básica da maçonaria. Um grupo de lojas constitui a grande loja, sob a direção de um grão-mestre. A partir do século XVII, a maçonaria se espalhou pela Europa, seguindo as rotas de comércio e fixando-se nos grandes portos e cidades. No século XVIII, se definiu como entidade política que visava transformar a sociedade, lutando contra a tirania, os déspotas e os privilégios, defendendo as idéias liberais e racionalistas dos filósofos iluministas. No Brasil, teve influência nos movimentos que pretendiam a libertação nacional, desde o final do século XVIII. Em 1804, um delegado português do

Grande Oriente português veio ao Brasil para convencer os maçons brasileiros a aderirem a essa grande loja, mas encontrou grandes resistências, pois as lojas brasileiras já estavam ligadas ao Grande Oriente francês, pretendendo a libertação do Brasil e a autonomia da maçonaria brasileira. Contudo, esse delegado fundou as lojas Constância e Filantropia, vinculadas ao Grande Oriente português. A primeira loja maçônica regular foi instalada no Rio de Janeiro em 1808, recebendo a denominação de Reunião e se associando ao Grande Oriente da França. Em 1815, foi fundada a loja Comércio e Artes, existente até hoje. Esta loja recebeu como filiados numerosos membros da loja Reunião. Após o retorno de dom João VI e da Corte para Portugal, a Comércio e Artes teve um papel ativo nos fatos que antecederam a independência do Brasil. O crescimento de suas atividades possibilitou que, em maio de 1822, essa loja se desdobrasse em duas novas: a União e Tranqüilidade e a Esperança, instituindo legalmente o Grande Oriente do Brasil. As lojas do Grande Oriente e do Apostolado, das quais Dom Pedro I e os irmãos Andrada e Silva eram membros, participaram ativamente das articulações que culminaram com a Declaração de Independência, funcionando quase como um bem organizado partido político.

Mercê Régia: Benefício ou graça concedido por um monarca como recompensa por serviços prestados por um súdito, que pode assumir a forma de nomeação para um cargo público, de concessão de um título honorífico ou de uma condecoração.

Mesa da Consciência e Ordens: Órgão judiciário do Estado português, criado em 1532, encarregado de tratar dos assuntos eclesiásticos e da arrecadação dos bens dos súditos defuntos e ausentes. Em 1551, incorporou os negócios das Ordens Militares, de Cristo, de Avis e de São Tiago. Seus juízes – clérigos ou civis – podiam julgar quaisquer processos de cunho eclesiástico ou civil que envolvessem religiosos com privilégios de foro. Também fornecia as provisões para as nomeações dos cargos eclesiásticos, devido ao direito do padroado, e emitia pareceres sobre assuntos relacionados a estabelecimentos de caridade, capelas, hospitais e cemitérios. Estabelecida no Rio de Janeiro em 24 de abril de 1808 por alvará régio, na regência de dom João foi extinta pela lei de 18 de setembro de 1828 e seus papéis foram transferidos para o Supremo Tribunal de Justiça.

Mesa do Desembargo do Paço: Originalmente funcionou como seção do Tribunal das Cortes ou Casa da Suplicação. Incumbido de resolver as questões judiciais, a expedição de graças, mercês e cartas de perdão de penas. Deliberava sobre petições, confirmava sentenças, perfilhamentos, doações e concedia cartas de privilégios, de habilitações e de legitimações. Em 1521, transformou-se em Tribunal dos Desembargadores do Paço, agregando às suas funções a revisão de processos julgados pela Câmara do Cível ou da Suplicação. Implantada no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1808, com as atribuições ampliadas pelas pertencentes aos Conselhos Ultramarino e do Reino. Extinta em 18 de setembro de 1828, seus papéis foram transferidos para o Supremo Tribunal de Justiça.

Ministério dos Quarenta Dias: Foi o segundo gabinete da Regência Trina Permanente (17/06/1831 a 12/10/1835), constituído por Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Albuquerque, deputado, que acumulou as pastas do Império e da Fazenda; Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, deputado, ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros e Bento Barroso Pereira, senador e oficial-general do Exército, ministro da Marinha e da Guerra. Entre as propostas que esse gabinete apresentou destacam-se a de emissão de apólices e a de proibição da concessão de sesmarias apresentadas pelo ministro da Fazenda, que foram rejeitadas pela Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, em 10 de setembro de 1832 e o decreto de 18 de agosto de 1832, de complementação dos artigos do Código Criminal, assinado pelo ministro da Justiça. Esse gabinete ministerial foi instituído em 3 de agosto de 1832 e suprimido em 13 de setembro do mesmo ano, daí a sua denominação.

Ordem da Rosa: Ordem honorífica brasileira, criada pelo imperador Dom Pedro I, por decreto, em 17 de outubro de 1829, para celebrar o seu consórcio com dona Amélia de Leuchtenberg, a segunda imperatriz do país. Destinava-se tanto a civis, como a militares. Era considerada a ordem romântica da monarquia e sua insígnia mais elevada era o colar destinado aos agraciados com o título de grãos-cruzes.

Foi extinta pelo Governo Republicano Provisório, em 22 de março de 1890.

Ordem Régia: Designação dada a lei, decreto ou ordenação que expresse uma decisão escrita do poder real, no qual é ordenada ou determinada uma regra, um regulamento ou uma medida para ser cumprida obrigatoriamente por todos os súditos. Publicação oficial, ordenada pelo rei, que contém leis, decretos, regulamentos, etc. relativos aos negócios do rei e do reino.

Ordenações do Reino: Compilação de forma clara e metódica de leis e atos emanados do poder real, através dos quais, em Portugal e na Espanha, eram promulgadas as leis, normas, decisões e outras medidas destinadas a regulamentar os mais diferentes assuntos. Eram os códigos oficiais do direito português e espanhol. Em Portugal, são especialmente importantes as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. As Ordenações Afonsinas constituem uma coleção ou código sistematizado de leis que começaram a serem compiladas no reinado de dom João I e somente foram publicadas no reinado de dom Afonso V, entrando em vigor a partir de 1446. Estavam divididas em cinco livros que tratavam da administração da justiça, das leis relativas à jurisdição da Igreja, da forma do processo civil e penal e das leis do direito civil e penal. As Ordenações Manuelinas, instituídas pelo rei dom Manoel I, em 1505, foram uma revisão das leis precedentes e mantiveram a mesma divisão e ordenação das anteriores, ainda que lhes tenham feito aditamentos e supressões importantes. Foram publicadas entre 1512 e 1521. As Ordenações Filipinas reformaram as leis anteriores, acrescentando-lhes aditamentos e poucas alterações. Sua elaboração foi iniciada no reinado de Felipe I, de Portugal. Publicadas e promulgadas em 1603, como uma recompilação sistematizada das anteriores. Foram confirmadas em 1643 e constituíram o fundamento do direito civil português até a promulgação do Código do Processo Civil.

Ouvidoria da Comarca: Órgão criado em 10 de março de 1534. Suas atribuições constam em um órgão específico, a Junta Territorial de Mineração, que devia ser instalada em cada comarca ou município onde houvesse exploração de minas. As funções do ouvidor de comarca, cargo provido pelo rei, eram: pronunciar e julgar denúncias encaminhadas pelos fiscais nos impedimentos dos intendentes; promover devassas e inquéritos na ausência do intendente; aprovar os indicados aos cargos de fiscal das intendências do ouro; mandar abrir correições e revisar as aferições de balanças, pesos e medidas nas comarcas; abrir processos, na sua área de jurisdição, contra capitães-mores e oficiais de ordenanças suspeitos de transgressões, dando apelação e agravo ao governador-geral.

Paço Municipal: O primeiro prédio destinado a abrigar o Paço da cidade foi autorizado a ser construído em 1816, porém a insuficiência de recursos retardou o início da obra, que somente foi inaugurada em 12 de julho de 1825. O Paço da municipalidade se localizou no campo de Santana, entre as ruas do Sabão e de São Pedro e tinha apenas dois pavimentos. Em 1875, os vereadores decidiram derrubar esse prédio, que já não comportava as suas necessidades, e construírem um novo no mesmo local. Em 1876, iniciou-se a construção do novo paço, sob o projeto do engenheiro José de Souza Monteiro. Foi inaugurado, com grandes solenidades, em 2 de dezembro de 1882, às quais compareceram o imperador Pedro II e altas autoridades governamentais. Após o advento da República, em virtude da lei orgânica de 1892, o paço passou a ser a sede da Intendência Municipal e, a partir de 1895, da Prefeitura da cidade, tendo sido reformado durante as gestões dos prefeitos Francisco Pereira Passos (1903/1906) e Antônio Prado Júnior (1926/1930). Em 1945, foi demolido pelo prefeito Henrique Dodsworth (1937/1945), para a abertura da avenida Presidente Vargas. Atualmente a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro está sediada no edifício do Centro Administrativo São Sebastião, na Cidade Nova e no Palácio da Cidade, em Botafogo.

Padres da Companhia: Referência aos jesuítas. Ver Companhia de Jesus.

Palácio Grandmasson: Palacete construído na faixa litorânea da praia de Botafogo, na *belle époque* carioca, de propriedade do empresário industrial Emílio Grandmasson, um dos fundadores do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 1907 e sogro do primeiro-ministro da Aeronáutica, Salgado Filho.

Plano de Melhoramentos da Cidade: Política de urbanização do Rio de Janeiro empreendida pelo governo real português, após a instalação da Corte na cidade. A Intendência Geral de Polícia, na época chefiada por Paulo Fernandes Viana, foi encarregada de realizar várias obras públicas visando adaptar a

urbe às suas novas funções de sede da monarquia lusitana. Esta política de melhoramentos urbanos concentrou-se em três pontos interligados: o aumento do nº de habitações urbanas, o incentivo ao aterramento de locais pantanosos e o estímulo à edificação de prédios assobradados, ao mesmo tempo que procurava impedir a construção de casas térreas. Pretendeu modernizar a cidade, atualizando o urbanismo pragmático adotado pelos seus habitantes, desde a sua fundação, e que estabelecera uma ordem de ocupação do espaço que acompanhava o traçado de morros e outeiros, contornando charcos, pantanais e lagoas, de forma desordenada. O Plano de Melhoramentos pretendeu ampliar o espaço urbano e estabelecer melhores comunicações entre a área central, onde se localizava o Paço Real, e a área de São Cristovão, onde se localizava o Paço da Quinta da Boa Vista. Através do aterramento dos pântanos do mangal de São Diogo, área depois denominada de Aterrado da Cidade Nova, facilitou-se essa ligação reformando a estrada que o atravessava, comunicando o centro urbano com os arredores e favorecendo o início da construção de um novo bairro. Além disto, pretendeu dar um aspecto mais europeu à cidade, proibindo a permanência de gelosias nas janelas residenciais e alargando, alinhando e calçando novas ruas e estradas. Também fizeram parte deste plano a construção do cais do Valongo e a edificação de quatro quartéis para as tropas reais.

Praça dos Ausentes: Hasta pública onde se realizava o leilão e a arrematação dos bens dos ausentes, isto é, dos indivíduos desaparecidos que eram reconhecidos legalmente como tais, por sentença judicial.

Provisão Régia: Documento pelo qual o monarca conferia mercês, cargos, e dignidades, expedia ofícios e alvarás, autorizava o exercício de uma profissão ou de uma atividade e emitia instruções e ordens.

Questão Christie: Fatos político-diplomáticos ocorridos entre 1860 e 1862, envolvendo os governos brasileiro e britânico. O contexto histórico desses episódios, marcados pela proeminência inglesa nas relações entre os dois países, possibilitou que, diante de vários incidentes, envolvendo súditos das duas nações, o embaixador inglês no Brasil, William Douglas Christie, radicalizasse suas posições, provocando um sério conflito diplomático. O primeiro incidente aconteceu em 1860, quando dois marinheiros ingleses assassinaram um funcionário da alfândega brasileira. O crime ficou impune e os criminosos foram acobertados pelo embaixador inglês, que se prevaleceu do direito de extraterritorialidade dos súditos ingleses. O segundo incidente relaciona-se com o naufrágio de um cargueiro britânico, nas costas do Rio Grande do Sul, ocasião em que o seu carregamento foi saqueado. Por fim, em 1862, três oficiais ingleses desacataram autoridades nacionais. Presos em uma delegacia de polícia, somente foram liberados, após a intervenção do embaixador Christie, que exigiu, então, o pagamento de vultosa indenização pelo governo brasileiro, alegando os prejuízos que o seu país teria sofrido nesses incidentes. Além disso, requereu, ainda, um pedido formal de desculpas do governo brasileiro e a punição dos oficiais nacionais que haviam detido os militares britânicos. Diante da recusa do governo brasileiro em atender tais descabidas exigências, ameaçou bloquear o porto do Rio de Janeiro com a esquadra inglesa. Diante de tais fatos, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra e solicitou arbitragem internacional para resolver o contencioso. O rei Leopoldo II da Bélgica, na qualidade de árbitro, deu ganho de causa ao governo brasileiro, que, no entanto, pagou uma indenização de 3.200 libras esterlinas ao governo britânico. As relações diplomáticas entre os dois países somente foram reatadas em 1865, já durante a Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai.

Real Junta de Comércio: Órgão criado em Portugal pelo rei dom José I, em 1755, para orientar as atividades econômicas do reino e de suas colônias. Em 1788, foi elevado à categoria de tribunal, passando a denominar-se Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, com poderes deliberativos sobre as iniciativas tomadas nesses quatro setores de atividades econômicas. Instalado no Brasil em 1808, recebeu as funções da então extinta Mesa da Inspeção, órgão com atribuições fiscais e técnicas, relativas ao controle da qualidade e da comercialização do açúcar e do tabaco. A Real Junta do Comércio tinha amplas atribuições, que abrangiam falências comerciais, consulados comerciais e aulas de comércio. Foi extinta em 1850.

Recebedoria do Rio de Janeiro: Órgão criado em 25 de novembro de 1834, com a denominação de Recebedoria das Rendas do município Neutro da Corte. Suas atribuições eram a fiscalização e a arrecadação das rendas provenientes dos produtos dos bens municipais, das taxas dos escravos, da cobrança da dívida ativa do município, dos impostos sobre estabelecimentos comerciais e sobre os meios de transporte. Os escrivães e os coletores da Décima Urbana e da Coletoria das Carnes Verdes estavam subordinados à Recebedoria. Extinta em 1891, foi, entretanto, restabelecida em 1892, como Recebedoria do Distrito Federal e, em 1909, passou a ser subordinada à Diretoria da Receita Pública da Prefeitura do Distrito Federal, assumindo, entre outras funções, a cobrança das rendas municipais, a organização de estatísticas, balanços e orçamentos e o pagamento das restituições do pessoal do município.

Regimentos Régios: Denominação dada aos títulos de nomeação dos ouvidores pelos reis definindo a cada um dos nomeados, os poderes e a alçada que lhes competiam.

Registros de Licenças da Câmara Municipal: Livros instituídos por necessidade ou interesse do poder público, no caso a Câmara de Vereadores, nos quais eram anotados por escrito os fatos que aconteceram para que pudessem ser mostrados em qualquer tempo. Nos livros de registros, se faziam os assentos a respeito de concessões de serviços, de aforamentos e de alvarás para o estabelecimento de ofícios e de lojas comerciais e se anotavam, nos próprios assentos originais, as modificações ou alterações que podiam surgir sobre os fatos primários.

Repartição Geral dos Correios e Telégrafos: Órgão público encarregado de centralizar os serviços postais e telegráficos do país. Depois do advento da República, foi instalado no prédio do antigo Paço Imperial, localizado na praça Quinze de Novembro, onde funcionou até meados da década de 1980. Esse prédio era a antiga Casa dos Governadores, adquirido pela Coroa portuguesa em 1698. A partir de 1808 tornou-se Paço Real e, depois de 1822, Paço Imperial. Em 1743, o governador Gomes Freire de Andrade ordenou a reconstrução desse prédio, com frente para o mar, ocupando toda a lateral direita do largo do Carmo, estendendo-se até o alinhamento das ruas Direita, atual Primeiro de Março, e da Misericórdia. Essa obra foi realizada sob a direção do brigadeiro Alpoim. Em 1763, após a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, a Casa dos Governadores foi elevada à categoria de Paço dos Governadores e novamente reformada. A partir daí, o logradouro onde ele se localiza passou a ser denominado de largo do Paço.

Revista da Semana: Periódico fundado no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1901, por Álvaro de Tefé, com a ajuda de Medeiros e Albuquerque e de Raul Pederneiras, apareceu como suplemento ilustrado do *Jornal do Brasil*, que, em seguida, passou a ser seu proprietário. Em 1915, foi vendida a Carlos Malheiros Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão. Exerceu um papel pioneiro, inaugurando no Rio de Janeiro os métodos fotoquímicos – o fotozinco e a fotogravura. Deu cobertura, depois de se desvincular do *Jornal do Brasil*, principalmente às atualidades sociais, políticas e culturais, tornando-se leitura agradável e elegante, com ilustrações de Raul Bambino, Amaro do Amaral e Luís Peixoto. Disputava a preferência do público com *O Malho*, que surgiu em 1902, com a *Kosmos*, em 1904, com o *Fon-fon*, em 1907 e com *A Careta*, em 1908. A partir de 1950, para tentar adaptar-se a uma nova fase da imprensa nacional, assumiu um caráter sensacionalista, mas desapareceu em 1959.

Revista Popular: Periódico mensal que circulou no Rio de Janeiro, entre 1859 e 1862, editado por Garnier, considerado o grande editor da segunda metade do século XIX. Foi uma das publicações mais conceituadas da época, contando com a colaboração de Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Porto Alegre, Justiniano da Rocha, Alexandre Herculano e outros intelectuais. Na fase de predomínio da imprensa política, não havia espaço nos jornais para as letras, que ficaram relegadas às revistas e jornais literários, na sua maioria, de vida efêmera. Quando a imprensa política entrou em declínio, começou a fundir-se com a literária. É a imprensa do romantismo. A *Revista Popular* trazia figurinos intercalados no texto e algumas estampas que eram impressas na França e remetidas para o seu editor publicar.

Santo Ofício: Ver Inquisição.

Sebastianopólis: Neologismo referente à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem ao seu padroeiro.

Secretaria do Reino: Órgão da monarquia portuguesa, estabelecido no Rio de Janeiro em 1808, com a denominação de Secretária de Estado dos Negócios do Reino. Em 1821, foi desmembrado em duas secretarias: a do Interior e a da Justiça. A primeira ficou encarregada dos negócios do comércio, da agricultura e das obras públicas, bem como dos relativos à indústria, aos estabelecimentos pios, instrução e saúde. Em 1891, as pastas da Justiça e do Interior voltaram a se reunir. Em 1930, o Ministério da Justiça e do Interior perdeu as atribuições referentes à saúde, com a criação do Ministério da Educação e Saúde. A partir de 1957, passou a constituir o Ministério da Justiça e Interiores.

Século das Luzes: Denominação historicamente dada ao século XVIII, quando na Europa, especialmente na França, desenvolveu-se o Iluminismo ou Ilustração, um amplo movimento intelectual, baseado na crença do poder da razão para resolver os problemas sociais, políticos e econômicos. Os filósofos desse século acreditavam que a razão era a luz que iluminava os caminhos do homem, rumo à liberdade e ao progresso. Daí, o nome do século e do próprio movimento. A principal expressão política do Iluminismo foi a Revolução Francesa (1789). Restier Gonçalves atribuiu essa denominação ao século dezenove.

Senado da Câmara: Título especial que foi conferido à Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, através de uma provisão régia, em 1757, durante o governo de Gomes Freire de Andrada (1733/1763). Era um órgão que desempenhava funções administrativas, legislativas, judiciais, fazendárias e de polícia. Sua jurisdição não se limitava à cidade, estendendo-se por todo o termo, o território municipal. Tinha um caráter local, mas se integrava ao conjunto da administração geral da colônia. Por um lado, era um órgão de representação da população da cidade, mas, por outro lado, estava subordinado ao governador-geral ou ao vice-rei, atuando como instrumento executivo das suas decisões. Era composto por um juiz presidente, três vereadores e um procurador e era regido pelas leis metropolitanas: as Ordenações do Reino. No princípio do século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, perdeu grande parte de sua autonomia administrativa e política, já então bastante limitada, desde o governo do vice-rei conde de Resende. Por ocasião dos acontecimentos que precederam a Declaração de Independência, voltou a ter expressão política. Em janeiro de 1830, começou a funcionar na cidade do Rio de Janeiro a sua sucessora, a Câmara Municipal da corte.

Serviço de Iluminação do Rio de Janeiro: Implantado na cidade pelo empresário Irineu Evangelista de Souza, o barão e visconde de Mauá. Em 1851, o empresário ganhou a concessão pública, mas somente em 1854 sua empresa, a Rio de Janeiro Gaz Companhy Limited começou a operar, garantindo a iluminação a gás de ruas, praças e domicílios do centro da cidade. Em 1904, durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos, foi estabelecida a Rio de Janeiro Light and Power, empresa fundada por um grupo de capitalistas canadenses, com o objetivo de fornecer iluminação elétrica para a cidade. A empresa foi inaugurada em 1907 e sua sede se instalou no prédio construído, em 1911, na rua Larga de São Joaquim, atual avenida Marechal Floriano, onde até hoje está funcionando.

Silogeu: Termo proveniente do grego que significa local de reunião de associações literárias e científicas. No Rio de Janeiro oitocentista foi a denominação dada ao prédio do IHGB, demolido quando das obras de alargamento e embelezamento do largo da Lapa.

Sociedade Amante da Instrução: Instituída como sociedade benemérita em 3 de setembro de 1829, por 21 sócios com a denominação de Sociedade Jovial e Instrutiva. Reorganizada, em 15 de agosto de 1831, alterou a sua denominação para Sociedade Amante da Instrução. Em 30 de julho de 1840, seus estatutos foram aprovados, determinando as suas finalidades de promover e proteger a instrução das classes sociais mais desfavorecidas. Seus objetivos eram manter, educar, instruir e cuidar de órfãs desvalidas em um estabelecimento denominado de Asilo das Órfãs da Sociedade Amante da Instrução, um internato construído com donativos e fundos próprios da sociedade. Nesse internato era ministrado um curso, dividido em quatro anos e que constava de diversas disciplinas, como português, matemática, história, geografia, desenho, francês, música e trabalhos manuais. Ao seu final, as alunas eram encaminhadas para um emprego. Além do internato, a SAI manteve também um externato, onde era ministrado um

curso primário para meninas pobres. O asilo, de início, se localizou na rua Barão de São Felix, transferindo-se, depois, para rua Ipiranga, em prédio adquirido em 1876. A partir de 1918, passou a se denominar Instituto João Alves Afonso, em homenagem a esse seu grande benemérito.

Temiminós: Designação dada ao grupo indígena, já extinto, que habitava o Sul do atual estado do Espírito Santo, o Rio de Janeiro e o vale do Paranapanema, em São Paulo. No século XVI, aliaram-se aos portugueses contra os franceses e os tamoios, confederados no Rio de Janeiro, durante a Guerra dos Tamoios e a luta pelo domínio do Rio de Janeiro.

Tobixara ou Tubixaba: O mesmo que morubixaba, muruxaua ou tuxaua. O chefe temporal das tribos indígenas brasileiras.

Tombo Municipal: Repartição pública encarregada de realizar e manter o inventário de bens, terrenos e imóveis da municipalidade, através da sua medição e tombamento. O primeiro inventário municipal foi instituído pela Lei Orgânica de 1828, estabelecendo a propriedade da Câmara Municipal sobre os terrenos que a mesma possuía dentro e fora dos limites da cidade do Rio de Janeiro. O tombamento dessas propriedades foi feito com base na organização e na compilação de documentos e títulos do Arquivo da Câmara, da Recebedoria do município e dos cartórios dos quatro tabeliães da corte, cujos livros foram consultados para que fosse estabelecida a divisão dos terrenos e aforamentos pertencentes à Câmara.

Tratado de Iperoig, Iperoígue ou Iperoí: Convenção de paz estabelecida pelos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, no local onde, no século XVI, havia a aldeia dos índios tamoios do mesmo nome, numa praia do litoral de Ubatuba, São Paulo. Este tratado estabeleceu uma trégua na luta entre os tamoios e os colonos portugueses, por ocasião da invasão do Rio de Janeiro pelos franceses, aliados daqueles índios que estavam confederados, então, contra os portugueses. Os dois jesuítas permaneceram juntos um período na aldeia, em negociações e, depois da partida de Nóbrega para São Vicente, Anchieta permaneceu como refém dos tamoios, aproveitando para compor o seu famoso poema em latim à Virgem Maria, no qual denunciou o rompimento do acordo pelos colonos portugueses.

Tratado de Paz, Aliança e Amizade, de 1810: É um dos tratados desiguais assinados pelos representantes do governo inglês, Lord Strangford e do governo português, Rodrigo de Souza Coutinho, quando da transferência da Corte para o Brasil. Consolidou a preponderância inglesa sobre o império português, pois ratificou e ampliou as vantagens estabelecidas pelo acordo de 28 de fevereiro de 1809. De acordo com os seus principais artigos, os dois reinos se apoiariam mutuamente, sendo que os ingleses ratificaram o reconhecimento da dinastia de Bragança como legítima governante de Portugal e apoiaram a invasão portuguesa da Guiana Francesa, em conseqüência da declaração de guerra dos franceses.

Tribunal da Relação: O primeiro tribunal de segunda instância do Brasil foi criado por regimento régio em 9 de março de 1609, com a denominação de Relação do Brasil, se instalando na Bahia. Por falta de recursos financeiros da Coroa, foi extinto em 1626. Enquanto existiu, foi a instância judicial máxima da colônia, subordinando todos os funcionários judiciais e tendo como atribuições fiscalizar, julgar e punir os descumprimentos da legislação vigente, atender as demandas judiciais da população, emitir alvarás, inspecionar a prática da justiça e aplicar a suspensão de salários de funcionários faltosos. Foi restabelecido pela lei de 12 de setembro de 1652. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi criado por regimento de 13 de outubro de 1751, durante o governo de Gomes Freire de Andrade (1733/1763), com as mesmas atribuições daquele instalado na Bahia, visando atender as demandas da população crescente da cidade. O governador da capitânia era o presidente do Tribunal da Relação. O pessoal era constituído por um chanceler, cinco desembargadores de agravos, um ouvidor geral do cível, um ouvidor geral do crime, um juiz dos feitos da Coroa e da Fazenda, um procurador da Coroa e da Fazenda, um promotor de justiça, um capelão, um guarda-mor, dois guarda-menores e dois escrivães de apelações. As reuniões dos desembargadores se iniciavam após a celebração de uma missa pelo seu capelão. O alvará

de 10 de maio de 1808 alterou a denominação da Relação do Rio de Janeiro para Casa da Suplicação do Brasil, elevou-a a categoria de um tribunal superior de justiça para o qual eram encaminhados os pleitos finais em última instância, não cabendo recursos às sentenças que proferisse, a não ser a revista. Seus ministros detinham a mesma alçada dos da Casa da Suplicação de Lisboa.

Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo: Associação religiosa, fundada no convento dos carmelitas da cidade do Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1648, na atual praça Quinze de Novembro. Nessa ocasião, a sua primeira mesa administrativa foi eleita, sendo composta por uma provedoria, uma secretaria e uma tesouraria. Realizavam seus cultos na igreja do convento dos carmelitas, que funcionou, até 1976, como catedral metropolitana. Em 1661, o prior propôs a construção de uma capela própria para a congregação, no terreno ao lado da Sé. A nova capela foi concluída em 1669 e a Ordem nela passou a realizar seus ofícios religiosos. Em 1749, devido ao enriquecimento e crescimento da Ordem, foi proposta a construção de uma igreja maior, dedicada à N.S. do Monte do Carmo. A sua construção, porém, começou em 1755 e somente foi concluída em 1770, inaugurada por solene procissão e por festejos que tiveram a assistência das autoridades e do povo. A Ordem possui um cemitério para seus membros no bairro do Caju e um hospital, fundado em 1743, atualmente localizado na rua do Riachuelo.

Notas Biográficas

Alcântara, barão e visconde de. João Inácio da Cunha. Político brasileiro. Nasceu no Maranhão, em 1871 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1834. Graduado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1806. Em 1807, acompanhou a família real na sua transferência para o Brasil. Foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, em 1808, e regedor da Casa de Suplicação, em 1814. Eleito senador do Império, em 1826. Ocupou, ainda, o cargo de ministro da Justiça, entre 1829 e 1831, quando da deposição de Dom Pedro I.

Alcântara, viscondessa de. Violante Luiza de Vasconcelos. Esposa de João Inácio da Cunha, visconde de Alcântara. Nobre brasileira. Nasceu em Lisboa, em 1780 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1855. Recebeu o título nobiliárquico devido ao seu casamento com João Inácio da Cunha, originário de família maranhense, em 1826.

Alegrete, segundo barão de. José de Araújo Gomes. Administrador brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1817 e faleceu na mesma cidade, em 1871. Sua família era originária do Rio Grande do Sul. Foi tesoureiro da Alfândega do Rio de Janeiro e da Casa dos Expostos. Senhor de grande fortuna. Foi agraciado com o título nobiliárquico de barão do Alegrete, em 1867, em referência à cidade gaúcha do mesmo nome.

Alpoim, José Fernandes Pinto. Militar e engenheiro português, mais conhecido como brigadeiro Alpoim. Nasceu em Viana do Castelo, em 1695 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1765. Em 1738, foi enviado ao Rio de Janeiro pelo governo real, para ministrar aulas no curso regular de engenharia militar, denominado Aulas de Artilharia e Uso de Fogos Artificiais. É figura relevante no desenvolvimento da arquitetura setecentista, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, onde lhe são atribuídas muitas edificações importantes, entre as quais se destacam: a Casa dos Governadores, depois Paço Real e Imperial; os prédios assobradados dos Teles de Menezes, nos quais se localiza o famoso Arco do Teles, no terreiro do Carmo, atual praça Quinze de Novembro; os conventos da Ajuda, de Santa Teresa e dos Barbonos; a fachada interna do claustro do mosteiro de São Bento e a igreja de N.S. da Boa Morte. Dirigiu a construção da parte principal dos arcos da carioca, o aqueduto que canalizou as águas do rio Carioca. Seus projetos alteraram o panorama arquitetônico da cidade. Em 1750, integrou a comissão de demarcação de limites do Tratado de Madri. Em 1760, foi promovido a brigadeiro.

Arcos, oitavo conde dos. Marcos de Noronha e Brito. Administrador e político português. Nasceu em Lisboa, em 1771 e faleceu na mesma cidade, em 1828. Veio para o Brasil nomeado governador e capitão-geral do estado do Grão-Pará e rio Negro. Convocado ao Rio de Janeiro, substituiu o conde de Resende no cargo de vice-rei (1806/1808). Com a transferência da família real para o Brasil, foi nomeado governador da Bahia. Lá estabeleceu a primeira tipografia do país, imprimindo o jornal *Idade de Ouro do Brasil*. Criou a biblioteca pública de Salvador e concluiu o cais da alfândega e o teatro São João, além de instalar uma linha de correio para o Maranhão. Em 1817, quando da Revolução Pernambucana, ajudou a combater os rebeldes. Nomeado ministro da Marinha e Ultramar, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Com o retorno de dom João VI a Portugal, foi secretário do Reino e dos Estrangeiros do então príncipe regente Dom Pedro. Porém, após a independência do Brasil, Dom Pedro I o demitiu por pressão das tropas que não suportavam o trato que ele lhes dispensava e, então, regressou a Portugal, onde faleceu.

Assecas, viscondes de ou casa dos. Título nobiliárquico português hereditário, criado por Mêrce de 15 de janeiro de 1666, pelo rei português dom Afonso VI para a família de Salvador Correia de Sá e Benavides, nascido em Cádiz, em 1594, e falecido em Lisboa, em 1688. Militar e político brasileiro. Recebeu o título vitalício de alcaide-mor do Rio de Janeiro, em 1627, como recompensa do governo português. Foi também cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem de São Tiago. Exerceu o cargo de governador do Rio de Janeiro em três períodos distintos: 1637/1642; 1648; 1660/1662, considerando a cidade como um domínio da sua família. Organizou as cerimônias de aclamação de dom João IV, em 1641, no Rio de Janeiro, aderindo à restauração da monarquia portuguesa, apesar do seu parentesco com

os governantes espanhóis da América, aos quais prestara relevantes serviços. Em 1643, foi nomeado general das frotas do Estado do Brasil, estabelecendo um sistema de transporte do açúcar para o reino. Em 1644, foi nomeado membro do Conselho Ultramarino. Em 1647 foi chamado a Lisboa, onde recebeu o cargo de governador do reino de Angola, então sob domínio dos holandeses, com a tarefa de recuperá-lo para a Coroa portuguesa. Em 1648, foi nomeado governador da cidade do Rio de Janeiro, de onde partiu, com uma frota de 15 navios, para Angola. No seu curto período de governo no Rio de Janeiro, conseguiu apropriar-se de extensas sesmarias que haviam sido distribuídas por Martim Correia de Sá, em Campos de Goitacases. Em Angola, após três meses de guerra, derrotou os holandeses e assumiu o governo deste país. Em 1659, retornou ao Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi investido nos cargos de governador da cidade do Rio de Janeiro e de capitão-geral das províncias do Sul do Brasil, independente do governo instalado na Bahia. No governo, estimulou as expedições em busca de esmeraldas e de prata e decretou a cobrança de novos e pesados impostos sobre a população carioca. Durante uma das expedições da qual participou, em 1660, os habitantes da cidade do Rio de Janeiro se revoltaram, sob a liderança de Jerônimo Barbalho, contra as imposições fiscais recém-criadas, depondo seu substituto, Tomé Correia de Alvarenga. Agostinho Barbalho foi aclamado como novo governador. Em 1661, quando retornou à cidade, reassumiu o governo e organizou uma corte marcial arbitrária que deliberou pela execução sumária dos principais líderes da revolta. Essa decisão foi mal recebida em Lisboa, contribuindo para que fosse substituído no cargo, em 1662, quando retornou a Portugal. A família Sá Correia e Benavides, porém, continuou a administrar o Rio de Janeiro por quase 150 anos, sendo uma das mais antigas e poderosas da cidade, ainda no século XVIII. Seus membros foram grandes proprietários de terras, de engenhos e de fazendas nos subúrbios cariocas e foram contemplados com sesmarias nos vales dos rios Paraíba, Pomba e Muriaé. O título de visconde da Ponte de Asseca foi concedido a Martim Correia de Sá e Benevides e Velasco, nascido no Rio de Janeiro em 1674. Mestre de campo do terço de Moura e general das armas do partido de Setúbal, que serviu com grande mérito na guerra de Aclamação. No Rio de Janeiro, fundou sua casa no Engenho d'água, construindo a capela de Nossa Senhora da Cabeça, nas terras da extensa sesmaria da família, que se estendia do antigo campo do Marangá, atual Campinho, até as lagoas da Tijuca, Camorim, Jacarepaguá, Marapendi e campos de Sernambetiba. Em 1753, Martim Correia de Sá, nascido em 1698 e falecido em 1778, recebeu outra mercê de dom José I, rei de Portugal, elevando seu título a conde de Asseca. Antônio Maria Correia de Sá e Benevides e Velasco da Câmara, nascido em 1786 e falecido em 1844, recebeu do rei de Portugal, o título de 6º visconde de Asseca. Nessa época, os Assecas eram grandes proprietários de terras na Tijuca, onde possuíam um cafezal de 30.000 pés na fazenda da Grande Cascata. Este cafezal fazia parte do grande morgadio da família, que se estendia da Tijuca até Jacarepaguá, cuja praça Seca pode ser uma corruptela do título da família e onde possuíam a fazenda da Taquara.

Azeredo Coutinho, Cândido. Escritor brasileiro. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, RJ, em 1878. Licenciado em matemática. Lente em química da antiga Escola Militar. Provedor e diretor da Casa da Moeda, em 1850. Membro do Conselho do imperador. Comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo. Comendador da Ordem Ernestina da Casa Ducal da Saxônia. Sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e de diversas associações nacionais e estrangeiras, literárias e científicas. Autor de várias obras sobre medalhística, sistema monetário e moeda brasileira, tais como *Reflexões sobre o nosso sistema monetário* (1837); *Notícia sobre as moedas do Brasil* (1867); *Metrologia atual do Brasil* (1868) e *Estudo sobre a moeda de cobre do Brasil* (1869). Seu nome foi dado ao logradouro da cidade, onde se localizava a Casa da Moeda, atualmente Arquivo Nacional, em reconhecimento aos serviços prestados.

Azevedo, Artur Nabantino Gonçalves de. Escritor, teatrólogo e jornalista brasileiro. Nasceu em São Luís, MA, em 1855 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1908. Desde criança era apaixonado por teatro, escrevendo peças teatrais aos dez anos de idade. Fixou-se no Rio de Janeiro, em 1873, onde começou carreira como funcionário público. Foi amanuense no Ministério da Agricultura, tendo como colega de repartição o escritor Machado de Assis. Logo, se tornou conhecido por seus versos humorísticos. Desenvolveu intensa atividade como jornalista, fundando vários periódicos, entre os quais, a *Revista dos Teatros*, em 1879; *A Gazetinha*, em 1880 e *O Álbum*, em 1891. Participou também de outros periódicos,

como *Vida Moderna* e *Revista do Rio de Janeiro*. Colaborou com diversos jornais, como *O País*, *O Século*, *A Notícia*, *Diário de Notícias e Correio da Manhã*, entre outros. Na sua atividade jornalística, muitas vezes, usava pseudônimos, sendo o mais conhecido o de Gavroche. Como ativo abolicionista, escreveu peças criticando a escravidão, como *O liberato*, dedicada a Joaquim Nabuco, outro grande abolicionista, e *O escravocrata*. Escreveu ficção e poesia (*Sonetos*, 1876; *Contos possíveis*, 1889; *Rimas*, 1908). Destacou-se como dramaturgo, escrevendo mais de 70 peças teatrais, entre as quais ressaltam: *O bilontra* (1885); *A almanjarra* (1888); *O dote* (1888); *A capital federal* (1897), *O badejo* (1898) e *O mambembe* (1904). Consolidou a comédia de costumes e, ao lado de Martins Pena, é considerado o pioneiro da dramaturgia brasileira. Casou-se duas vezes, mas somente com a segunda esposa, Carolina Adelaide Leconflé, teve quatro filhos. Em 1896, participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 29, para a qual escolheu como patrono Martins Pena. Por muito tempo, defendeu a idéia da criação de um teatro municipal com companhia própria e permanente, mas não chegou a ver sua idéia concretizada.

Bonfim, conde e marquês de. José Francisco de Mesquita. Nobre, empresário, fazendeiro, banqueiro brasileiro. Nasceu em Congonhas do Campo, MG, em 1790 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1873.Vedor honorário da Casa Imperial, foi agraciado sucessivamente com os títulos de barão de Bonfim, em 1841; de visconde, em 1854; de conde, em 1860 e de marquês, em 1872. Comendador da Ordem de Cristo. Dignatário da Ordem da Rosa e oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro. Membro da Legião de Honra francesa. Foi proprietário da fazenda Valqueire, em Jacarepaguá e de casarão na rua Barão de Itapagipe, que foi demolido para a construção do Hospital Alemão, que na II Guerra Mundial foi expropriado e transformado em Hospital da Aeronáutica.

Braga, Francisco. Compositor e regente brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1868 e faleceu na mesma cidade, em 1945. Órfão aos oito anos de idade, foi criado no Asilo dos Meninos Desvalidos, onde estudou piano. Ingressou, posteriormente, no Conservatório Imperial de Música, onde fez cursos de clarineta, harmonia, contraponto e fuga. Em 1889, inscreveu-se no concurso que o Governo Republicano Provisório instituiu para escolher o Hino da República. O vencedor foi Leopoldo Miguez, mas a composição de Braga despertou tamanho entusiasmo que as autoridades governamentais resolveram premiá-lo com uma viagem de estudos à Europa. Em Paris, foi aluno de Jules Massenet que, admirado com o seu talento, solicitou ao governo brasileiro a prorrogação de sua bolsa de estudos por mais dois anos. Compôs, nessa época, suas grandes obras sinfônicas *Paysage* e *Cauchemar*. Em 1896, foi para a Alemanha, estabelecendo-se em Dresden. Ali conheceu a obra de Wagner, da qual sofreu forte influência nas suas novas composições. De volta ao Rio de Janeiro, foi nomeado professor da Escola Nacional de Música. Musicou o poema de Olavo Bilac para o Hino da Bandeira e compôs *Marabá*, poema sinfônico, e *Jupira*, ópera, *Episódio sinfônico* e *Variações sobre um tema brasileiro*.

Cairu, barão e visconde de. José da Silva Lisboa. Economista e político brasileiro. Nasceu em Salvador, BA, em 1756 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1835. Após os estudos de humanidades feitos na Bahia, foi estudar em Portugal, onde se matriculou nos cursos de Medicina e Filosofia, que abandonou para estudar Direito. Formou-se bacharel em Direito na Universidade de Coimbra. Ao retornar ao Brasil, foi nomeado ouvidor em Ilhéus (1780), advogado e professor de Filosofia e Grego, em Salvador (1782). Em seus estudos de economia, conheceu as idéias de Adam Smith. Sob a influência do liberalismo econômico, escreveu *Princípios de Direito Mercantil* e *Leis da Marinha para uso da mocidade portuguesa* destinados ao comércio, divididos em oito tratados elementares contendo a respectiva legislação pátria e indicando as fontes originais dos regulamentos marítimos das principais praças da Europa, editado em Lisboa, em 1798. Primeira obra sobre o assunto publicada em português. Foi pioneiro do Direito Comercial e dos estudos econômicos no Brasil. Após a transferência da Corte para o Brasil, sob sua influência, o então príncipe regente, dom João, abriu os portos brasileiros para o comércio com as nações amigas e não apenas para a Inglaterra, pondo fim ao monopólio comercial e liberando a exportação de produtos brasileiros. Como conselheiro do príncipe regente, acompanhou a Corte para o Rio de Janeiro, onde continuou a desenvolver as suas atividades de político e escritor. Ainda em 1808, foi nomeado professor regente da recém-criada cadeira de Ciências Econômicas. Ocupou

diversos cargos na administração joanina, influindo nas principais medidas adotadas em prol do desenvolvimento econômico do país, como por exemplo a lei que liberou a produção manufatureira. Foi desembargador da Mesa do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciência e Ordens e da Casa de Suplicação. Depois da Independência do Brasil, foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte pela província da Bahia, quando se declarou a favor da criação de uma universidade no Rio de Janeiro. Em 1825, foi agraciado com o título honorífico de barão de Cairu e, em 1826, foi elevado ao título de visconde de Cairu. Também se dedicou ao jornalismo, sendo fundador do jornal *O Conciliador do Reino Unido*, no qual escreveu importantes artigos sobre economia e crônicas políticas. Foi escolhido senador pela Bahia, em 1826. Publicou vários outros trabalhos sobre economia, tais como: *Observações sobre o comércio franco do Brasil* (1808/1809), *Observações sobre a fraqueza da indústria e o estabelecimento de fábricas no Brasil* (1810), *Ensaio sobre o estabelecimento de bancos para o progresso da indústria e da riqueza nacional* (1811), *A constituição moral e deveres do cidadão* (1824/1825) e *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (1829).

Caravelas, segundo visconde de. Manoel Alves Branco. Estadista brasileiro. Nasceu em Salvador, BA, em 1797 e faleceu em Niterói, RJ, em 1855. Fez seus estudos em Portugal, onde se formou bacharel em Direito, pela Universidade de Coimbra. De volta ao Brasil, iniciou sua carreira como magistrado, tendo sido juiz no Rio de Janeiro. Em 1832, foi nomeado contador do tribunal do Tesouro Nacional. Dessa época são os seus estudos sobre economia política e finanças. Desempenhou diversos cargos políticos relevantes. Ligado aos liberais, foi eleito deputado à Assembléia Geral pela província da Bahia, entre 1830 e 1833. Escolhido senador do Império, a partir de 1837. Nesse mesmo ano, recusou o convite do regente Antônio Feijó para assumir a regência, quando ocupava o cargo de ministro do Império. ministro da Justiça e de Estrangeiros, em 1835 e 1844; ministro do Império, em 1837, 1847 e 1848; ministro da Fazenda em 1837, 1839, 1844, 1845 e 1847. Foi o primeiro presidente do Conselho de Ministros, na qualidade de ministro do Império e da Fazenda, entre 1847 e 1848, organizando esse gabinete. Redator de grande parte do Código do Processo Criminal, em 1832. Foi um dos colaboradores da redação do Ato Adicional, de 1834. Em 1844, como ministro da Fazenda, adotou uma política alfandegária protecionista, conhecida como Tarifa Alves Branco. Propôs a criação de um fundo de reserva do meio circulante para valorizar a moeda brasileira, somente posto em prática em 1898, quando Joaquim Murtinho ocupou a pasta da Fazenda. Após reduzir o déficit orçamentário do país, lançou as bases de um novo sistema monetário, para manter o papel-moeda brasileiro a par do ouro. Elaborou o projeto de instituição do Tribunal de Contas, que somente se efetivou em 1890. Destacou-se no parlamento por sua cultura diversificada. Agraciado com o título nobiliárquico de visconde de Caravelas, em 1854, referido à cidade baiana do mesmo nome.

Cavalcanti, João Cruvello. Intelectual e advogado brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Escriturário-chefe da Recebedoria do Tesouro Nacional do Rio de Janeiro. Tenente-coronel honorário do exército. Cavaleiro da Ordem da Rosa. Condecorado com a medalha da campanha do Paraguai, onde serviu. Inspetor da alfândega de Porto Alegre e de Recife. Foi proprietário de uma chácara na antiga estrada Real de Santa Cruz, atual avenida dom Helder Câmara, que desmembrou para a abertura das ruas Maria, Adalgisa e Teresa Cavalcanti. Foi encarregado de estabelecer a nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro, pelo presidente da Câmara Municipal, Antônio Barroso Pereira. Publicou *Nova numeração de prédios da cidade do Rio de Janeiro* (1878); *Relatório sobre a nova numeração da cidade do Rio de Janeiro*; *Relatório do delegado fiscal do Rio Grande do Sul* (1891); *Relatório sobre as fazendas de Santa Cruz e da Quinta da Boa Vista* (1892).

Coelho Neto, Henrique Maximiliano. Escritor, professor e jornalista brasileiro. Nasceu em Caxias, MA, em 1864 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1934. Filho de um comerciante português e de uma índia amazonense, aos oito anos de idade começou a estudar no Colégio Jordão, no Rio de Janeiro, mas logo interrompeu os seus estudos, por problemas de saúde. Restabelecido, estudou no colégio do mosteiro de São Bento e, a seguir, no Colégio Pedro II. Em 1883, matriculou-se no curso de Direito da Faculdade de Direito de São Paulo. Porém, em 1885, abandonou o curso de Direito e retornou ao Rio de Janeiro, onde iniciou carreira jornalística na *Gazeta da Tarde*. Depois, foi secretário de redação da

Gazeta do Rio e redator do *Diário de Notícias*. Participou ativamente das campanhas abolicionista e republicana. Em 1891, publicou a sua primeira coletânea de contos, *Rapsódia*. Em 1893, publicou o seu primeiro romance, *A capital federal*. A seguir, publicou muitos outros, entre os quais citamos, *A conquista* (1899), *Miragem* (1895), *Sertão* (1896), *Inverno em flor* (1897), *Seara de Rute* (1898), *O morto* (1898), *A tormenta* (1901), *Turbilhão* (1906), *Esfinge* (1908), *Jardim das Oliveiras* (1908), *Banzo* (1913), *Sertão* (1914), *Rei Negro* (1914) e *Fogo-fátuo* (1930). Em 1900, foi nomeado professor de literatura no Ginásio de Campinas, cargo que ocupou até 1904, quando retornou ao Rio de Janeiro. Entre 1908 e 1909, encenou, com grande sucesso, suas peças teatrais *Quebranto* e *Bonança*. Em 1909, foi eleito lente de literatura do Colégio Pedro II. Ocupou o cargo de secretário de Governo do Estado do Rio de Janeiro. Em 1909, foi eleito deputado à Câmara dos Deputados pelo Maranhão. Foi professor e diretor do curso de história das artes da Escola Dramática Municipal (1910). Colaborou com quase todos os jornais da sua época. Foi sócio-fundador e presidente da Academia Brasileira de Letras. Em 1828, foi nomeado ministro plenipotenciário brasileiro em Buenos Aires. Em 1933, foi indicado pela Academia Brasileira de Letras ao prêmio Nobel de literatura. Ao morrer, deixou 112 volumes publicados, além de 5 obras inéditas e 4 inacabadas. A sua produção literária é muito extensa e variada, incluindo contos, romances, crônicas, memórias, conferências, peças teatrais, poesia e crítica literária, mas foi no romance e no conto que encontrou seus principais meios de expressão. Depois das conferências de Graça Aranha, em 1922 e 1924, muitos dos seus escritos foram severamente criticados pelos modernistas que se opunham ao seu ideal estilístico e à sua riqueza lexical. Atualmente, sua obra foi reabilitada, pois seu processo criativo o destaca, especialmente, nas obras autobiográficas, nas quais retrata o caráter, os tipos e os costumes brasileiros.

Delgado de Carvalho, Carlos Miguel. Geógrafo, historiador, professor e educador brasileiro. Nasceu na legação brasileira em Paris, onde seu pai exercia as funções de secretário da embaixada, em 1884, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1980. Seus primeiros vinte e dois anos de vida foram repartidos entre Paris, Londres, Lyon e Lausanne e os últimos anos viveu na cidade do Rio de Janeiro. Foi um dos pioneiros da introdução das concepções geográficas modernas no país, com a publicação, em 1910, da obra *Le Brésil Meridionel*, escrita originalmente em francês. Em 1913, publicou *Geografia do Brasil*. Como historiador, publicou *História da cidade do Rio de Janeiro*, em 1926, um clássico dessa disciplina. Professor de Sociologia da Educação do Colégio Pedro II e diretor do mesmo, entre 1930 e 1933. Professor do Colégio Bennett e de História Moderna na Universidade do Distrito Federal, depois denominada Universidade do Brasil, atual UFRJ. Destacado membro da Associação Brasileira de Educação. Estudioso da Geografia Econômica e Política, a respeito das quais publicou vários livros. Seus livros didáticos formaram toda uma geração. Foi pesquisador do Conselho Nacional de Geografia. Foi diretor fundador do Instituto de Pesquisas do Departamento de Educação (1933) e presidente e fundador da Sociedade Brasileira de Educação (1926).

Dória, Luís Gastão d'Escragnolle. Escritor brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1869 e faleceu na mesma cidade, em 1948. Foi diretor do Arquivo Nacional (1917/1922). Publicou diversas obras, algumas sob pseudônimos de Ulisses de Aguiar, dom Demétrio, Branca de Mirosimar, Nemo, e Vegex. Entre elas se destacam: *Coração: cousas do passado* (1909); *Romão de Mattos Duarte* (1916); *Terra fluminense* (1929); *Memória histórica do Colégio Pedro II* (1937); *Estudo sobre a obra e a vida de Emanuel Guimarães* (1934); *Caxias* (1938) e *Irmã Luísa* (romance).

Fleiuss, Max. Historiador e jornalista brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1868 e faleceu na mesma cidade, em 1943. Membro e secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dirigiu as publicações periódicas *A Semana* (1893/1895), *O Século XX* e *A Renascença* (1904). Entre as suas várias obras, podemos destacar *Organização política do Império*, *História da imprensa no Brasil*, *História administrativa do Brasil* (1922), *Biografia de Dom Pedro II* (1925), *História da cidade do Rio de Janeiro* (1928), *A cidade do Rio de Janeiro, aspecto histórico* (1932) e as biografias de Rio Branco (1931) e de Ouro Preto (1931).

Frond, jean Victor. Fotógrafo retratista e paisagista francês, nascido em 1821 e falecido em 1881. Estabelecido no Rio de Janeiro, entre 1857 e 1862, fotografou panoramas da cidade e de outras localidades brasileiras e retratou membros da família real. Foi pioneiro na fotografia de escravos e do seu trabalho, em 1858, mostrando-os no contexto cotidiano das grandes fazendas de café do vale do Paraíba e da cidade do Rio de Janeiro. Foi autor e editor do primeiro livro de fotografias feito na América Latina – *Brasil pitoresco (Brésil pittoresque)*, publicado em Paris em 1861. Esse livro assumiu a forma de um álbum com reproduções litográficas feitas a partir das suas 74 fotografias. Essas fotografias registraram documentalmente paisagens, costumes e tipos humanos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da Bahia. A seu pedido, o texto do livro foi escrito pelo seu conterrâneo Charles Ribeyrolles e foi publicado, em separata, pela Imprensa Oficial do Brasil. De volta à França, dedicou-se a atividades editoriais.

Gaffarel, Paul. Em 1878, foi o tradutor para o português da obra de Jean de Lery, *História de uma viagem feita à terra do Brasil*.

Glaziou, Auguste Marie François. Botânico e paisagista francês. Nasceu na Bretanha, em 1833 e faleceu em Bouscal, em 1897. Em 1860, veio para o Brasil para dirigir a reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro. Em 1868, foi nomeado diretor dos jardins imperiais. Influenciado pela idéia dos grandes espaços paisagísticos, criados na década de 1860, em Paris durante a administração do prefeito Haussmann, transformou o campo de Santana em um grande parque, inaugurado no dia 7 de setembro de 1880, no qual introduziu uma concepção romântica de paisagismo. Também dirigiu as obras de reforma do parque da Quinta da Boa Vista e publicou vários estudos sobre a flora brasileira.

Gerner ou Jenner, Eward. Médico inglês. Nasceu em Berkeley, Gloucestershire, em 1749, e faleceu em 1823. Aos 13 anos, começou a estudar Medicina com Daniel Ludlow, médico cirurgião em Sodbury, perto de Bristol. Em 1770, foi para Londres, por três anos, para estudar com o naturalista e cirurgião John Hunter. Durante esse período, trabalhou com Joseph Banks, na preparação e organização de espécies zoológicas recolhidas pela primeira expedição do capitão Cook (1771). Em um dos seus escritos para a sociedade de medicina londrina, antecipou as descobertas sobre as doenças reumáticas do coração. Estudou ornitologia e geologia. De volta à sua cidade natal, exerceu a medicina e retomou o contato com as tradições locais que afirmavam a imunização dos doentes de varíola bovina diante da doença em humanos. Fez, então, experiências com a inoculação do vírus da varíola bovina em várias pessoas, conseguindo imunizá-las. Em 1798, publicou o trabalho científico Uma inquirição sobre as causas e os efeitos da vacina de varíola, no qual expôs sua descoberta. O sucesso de seu tratamento espalhou-se por todo o país, pela Europa e pelas Américas. Vários países tornaram obrigatória a vacinação antivariólica. Como recompensa pelas suas pesquisas, foi agraciado com graus honoríficos pelas Universidades de Oxford e de Harvard. Publicou, ainda, outros trabalhos científicos, tais como *Sobre a influência das erupções artificiais em algumas doenças* (1782) e *Sobre a migração dos pássaros* (1783).

Gomes, Antônio Carlos. Compositor e regente brasileiro. Nasceu em Campinas, SP, em 1836 e faleceu em Belém, PA, em 1896. Um dos 26 filhos do modesto músico José Gomes. Aos 10 anos de idade, já era percurssionista da banda regida por seu pai. Ainda em Campinas, estudou piano e compôs uma missa, fantasias e romanças que agradaram ao público. Indo estudar em São Paulo, em 1859, compôs o Hino Acadêmico e a modinha *Quem sabe?* que fez enorme sucesso. Vindo para o Rio de Janeiro nesse mesmo ano, foi apresentado ao imperador Pedro II pela condessa de Barral, que reconheceu seu talento. Matriculou-se no Conservatório Imperial de Música, onde estudou composição com Gioacchino Gianninni. Em 1860, compôs duas cantatas que alcançaram grande sucesso. Em decorrência desse fato, foi convidado a ocupar o cargo de regente da Imperial Academia de Música e da Ópera Nacional. Em 1861, estreou a sua primeira ópera – *A noite no castelo* – encenada no Teatro Lírico Fluminense, que obteve grande êxito de crítica e de público. A seguir, essa sua ópera foi representada em Campinas e em São Paulo, alcançando grande repercussão. Em decorrência desse sucesso, recebeu várias homenagens, como jovem maestro e compositor, sendo agraciado com o hábito de cavaleiro da Ordem da Rosa, pelo imperador Pedro II. Em 1863, estreou a ópera *Joana de Flandres*. Escolhido entre os alunos do Conservatório Imperial, foi aperfeiçoar-se na Europa, com as despesas custeadas pelo governo. Em 1864, instalou-se em Milão, conseguindo ingressar no conservatório de música local, ainda que fosse

estrangeiro. Lá obteve o título de maestro-compositor, em 1866. Em 1867, escreveu as partituras para as revistas *Não se sabe* e *Na lua*. Depois, se dedicou a compor sua mais importante ópera, *O Guarani*, baseada no romance homônimo de José de Alencar. Em 1870, essa ópera foi apresentada ao público no Teatro Scala de Milão. De volta ao Brasil, em dezembro desse mesmo ano, estreou *O Guarani* no Teatro Lírico Fluminense. Foi ovacionado pelo público e condecorado com a comenda da Ordem da Rosa. De volta à Itália, em 1871, compôs as óperas *Fosca* (1873), *Salvador Rosa* (1874) e *Maria Tudor* (1878). Retornou ao Brasil, em 1880, sendo recepcionado com grandes comemorações populares em Salvador, onde compôs o *Hino a Camões*. No Rio de Janeiro, foi recebido apoteoticamente, a ponto de se libertarem escravos em homenagem à sua chegada. Tornara-se o símbolo da cultura brasileira. Retornou à Itália, após equilibrar sua situação financeira, e compôs sua segunda ópera com tema nacional: *O escravo*. No Brasil, essa ópera somente foi montada no teatro Lírico Fluminense do Rio de Janeiro, em setembro de 1889. Após o advento da República, devido a sua ligação com a monarquia deposta, perdeu o apoio oficial. Em 1890, voltou a Milão, de onde recusou o convite oficial do governo republicano para compor o *Hino da República*, alegando sua amizade e gratidão a Dom Pedro II. Compôs a ópera *Condor* (1891) e o oratório sinfônico *Colombo* (1892), em comemoração ao quarto centenário do Descobrimento da América. Em 1892, foi nomeado membro da delegação brasileira à Exposição Universal Colombiana de Chicago, nos EUA. Em 1893, retornou a Milão, onde compôs peças isoladas, enquanto aguardava uma nomeação do governo brasileiro para organizar um conservatório de música em Campinas, ou em Minas Gerais, ou no Pará. Em 1895, foi nomeado diretor e organizador do Conservatório de Música de Belém (PA), mas não pôde assumir o cargo porque já estava gravemente enfermo, vindo a falecer naquela cidade, no ano seguinte.

Irapuã, barão de. **José Luís Cardoso de Sales.** Nobre brasileiro. Nasceu em Campanha da Princesa, MG, em 1815, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1876. Sua família era originária da ilha dos Açores e se estabeleceu no município de Santo Antônio do Amparo, MG, no século XVIII. Seu título provém do nome de um município paulista.

Lavradio, segundo marquês do. **Luís de Almeida Soares Portugal Alercão Eça Melo Silva e Mascarenhas, conde de Avintes.** Fidalgo, militar e político português. Nasceu em Rebaldeira, Portugal, em 1729 e faleceu em Lisboa, em 1790. Descendente de governantes, participou na administração do reino e ocupou importantes funções no Brasil colonial. Em 1761, comandou com grande eficiência o regimento de Cascais, que tornou uma unidade modelo, sendo promovido a brigadeiro. Estava indicado para ser o preceptor do príncipe dom José, quando, em 1768, foi nomeado capitão-geral da capitania da Bahia. Em 1769, foi designado, por alvará régio, vice-rei e capitão-de-mar-e-terra do Estado do Brasil. Partiu para o Rio de Janeiro, tomando posse dos referidos cargos, ainda nesse mesmo ano. Sua principal missão era preparar a resistência no Rio Grande do Sul, diante do conflito entre Portugal e a Espanha. Fortificou a barra da cidade do Rio de Janeiro, construindo as fortalezas do Pico e do Leme, ampliou quartéis e fez grandes melhoramentos urbanos, como a construção do matadouro de Santa Luzia, a construção dos chafarizes da Glória e de Matacavalos e a abertura de ruas, entre as quais a que recebeu o seu nome. Organizou as tropas dos regimentos coloniais e combateu a corrupção na arrecadação dos impostos. No seu governo, foi publicado o *Regimento do Distrito Diamantino* (1771) e se combateu o contrabando do ouro e dos diamantes. Em 1772, fundou a Academia Científica, junto com o seu médico, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, e outros eruditos, para incentivar e desenvolver os conhecimentos de história natural no Brasil. Seguidor da política do marquês de Pombal, dois anos após a morte do rei dom José I, em 1779, foi substituído no governo do Brasil. Seu relatório final é um documento clássico para o estudo da administração colonial brasileira.

Maroim, barão de. **João Gomes de Melo.** Militar e político brasileiro. Nasceu em Sergipe, em 1809 e faleceu, no Rio de Janeiro, RJ, em 1890. Comandante da Guarda Nacional de Maroim, SE. Foi eleito deputado à Assembléia Geral pela sua província natal, em duas legislaturas (1853 e 1857). Senador por Sergipe, a partir de 1861. Em 1854, foi agraciado com o título de barão de Maroim. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, cavaleiro da Ordem da Rosa e comendador da Ordem de São Gregório Magno de Roma. Em 1867, recebeu a mercê da Carta de Brasão de Armas.

Passos, Francisco de Oliveira. Empresário e político brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1878 e faleceu na mesma cidade, em 1958. Filho do prefeito Francisco Pereira Passos (1903/1906). Estudou os preparatórios nos Colégios Abílio e Pedro II. Depois foi estudar na Alemanha, onde se formou engenheiro civil pela Real Escola Superior Politécnica da Saxônia, em 1901. De volta ao Brasil, trabalhou como engenheiro na Leopoldina Railway e na Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi consultor técnico da Prefeitura do Distrito Federal, entre 1904 e 1908. Obteve o primeiro prêmio no concurso, promovido pela Prefeitura, para a escolha do projeto de construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Seu projeto, com alterações, foi aprovado, em 1904, quando a obra de edificação do teatro se iniciou. Em 1909, o teatro foi inaugurado. Foi diretor da empresa madeireira e de material de construções Comércio e Indústria Paulo Passos, após a morte do seu irmão. Presidente do Sindicato de Serraria e do Centro dos Industriais de Serraria do Rio de Janeiro. A partir de 1926, tornou-se importante líder empresarial. Entre 1926 e 1931, foi presidente do Centro Industrial do Brasil (CIB). Em 1928, tornou-se membro do Conselho Nacional do Trabalho, solicitando medidas governamentais em defesa da indústria nacional, diante da crise econômica, através de um memorial endereçado ao presidente da República. Em 1929, como representante do CIB, fez parte da comissão de empresários que entregou uma mensagem ao presidente da República, aprovada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, pedindo o apoio governamental para a classe empresarial brasileira. Em 1931, o CIB transformou-se em Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJ), do qual Passos continuou como diretor-presidente, até 1934. Destacou-se na criação do Partido Economista, organização política do empresariado, em 1932. Em 1933, propôs a fundação da Confederação Industrial do Brasil (CIB). Como delegado da FIRJ, foi eleito presidente da CIB, em 1933. Nesse mesmo ano, foi eleito deputado classista à Assembléia Constituinte. Em 1934, foi reeleito presidente da FIRJ para a gestão de 1934/1936. Porém, em 1935, renunciou ao cargo. Pertenceu ao Conselho Consultivo do Distrito Federal e foi presidente do Conselho de Contribuintes e membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia.

Pilar, barão de. José Pedro da Motta Saião. Proprietário rural brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1822, e faleceu na mesma cidade, em 1894. Sua família, de origem portuguesa, se estabeleceu em Minas Gerais, no século XVIII e, depois, no Rio de Janeiro. Agraciado com o título de barão de Pilar, em 1851.

Pinto, Rui Vaz. Militar e administrador português. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro. Vedor da Fazenda. Governador do Rio de Janeiro, entre 1617 e 1620. O seu governo foi marcado por arbitrariedades e violências. Na sua curta gestão, a capitania de São Tomé foi incorporada às terras do Rio de Janeiro, foi iniciada a construção do convento do Carmo, concluída a igreja dos beneditinos e se acentuou o tráfico de escravos africanos para a cidade.

Pirassinunga, segundo barão e visconde de. Joaquim Henrique de Araújo Filho. Fazendeiro brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1821 e faleceu na mesma cidade, em 1883. Sua família era originária da província de Entre-Douro e Minho, em Portugal. Proprietário de vastos terrenos na freguesia do Engenho Velho, onde abriu para o trânsito público as ruas dos Araújos, Santo Henrique, Dona Bibiana, entre outras. Agraciado com o título de segundo barão de Pirassinunga, em 1858, e com o de visconde de Pirassinunga, em 1876.

Porto Seguro, barão e visconde de. Varnhagen, Francisco Adolfo de. Militar, diplomata e historiador brasileiro. Nasceu em Sorocaba, SP, em 1816 e faleceu em Viena, Áustria, em 1878. Seu pai, Frederico Luís Guilherme de Varnhagen (1782-1842), engenheiro alemão, veio para o Brasil, em 1909, a serviço do governo português para administrar a fábrica de ferro de São João de Ipanema. Aos oito anos de idade, viajou para Portugal, acompanhando sua família. Iniciou seus estudos no Real Colégio Militar de Lisboa, interrompendo-os para ingressar, como voluntário, nas tropas fiéis a Dom Pedro IV (Dom Pedro I, do Brasil). Após a guerra civil portuguesa, estudou engenharia, formando-se, em 1840, na Academia Real de Fortificação. Desde os tempos de estudante, dedicou-se aos estudos históricos, publicando, aos vinte anos, na Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, o ensaio "*Reflexões críticas sobre um escrito do século XVI*". Participou também da *revista Panorama*, onde publicou a "*Crônica do Descobrimento do Brasil*". Ao retornar ao Brasil, já como membro da Academia

de Ciências de Lisboa, reivindicou ao governo imperial o direito à cidadania brasileira, que havia perdido com a abdicação de Dom Pedro I. Tornou-se oficial do Imperial Corpo de Bombeiros. Demitiu-se desse cargo para se dedicar à carreira diplomática, que iniciou em 1841. Em 1842, foi nomeado adido de 1ª classe da legação brasileira em Lisboa. Em 1847, foi transferido para a legação de Madri, como encarregado de negócios. Lá, em 1854, publicou o primeiro volume da sua *História geral do Brasil*. Nomeado ministro plenipotenciário em Assunção. Depois, foi transferido para Caracas. Posteriormente, representou o país no Peru e no Chile. Terminou sua carreira como ministro plenipotenciário brasileiro em Viena, na Áustria, para onde foi removido, em 1868. Em 1872, recebeu o título de barão de Porto Seguro. Logo depois, o título foi elevado para visconde de Porto Seguro. Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É considerado o pai da História do Brasil, pois, como historiador, foi pioneiro na utilização de vasta documentação primária para estudar as grandes áreas da história brasileira, especialmente os primeiros séculos da nossa formação. Preocupado com problemas políticos, econômicos e administrativos do país, escreveu o *Memorial orgânico*, onde defendeu a administração baseada em uma nova divisão territorial, em departamentos. Dirigiu uma famosa carta ao ministro da Agricultura, na qual expôs a proposta de vários melhoramentos que poderiam ser feitos nos engenhos de açúcar. Publicou cerca de cem livros, entre os quais se destacam: *História geral do Brasil* (Viena, 1845, 2 v.), *História da Independência do Brasil* (Revista do IHGB, 1916), *O descobrimento do Brasil: crônica do século XVI* (1840) e *Os holandeses no Brasil*.

Rio Doce, barão do. Antônio José Gonçalves Fontes. Médico e político brasileiro. Faleceu em Paris. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Fundador póstumo da escola denominada Barão do rio Doce, construída na freguesia de Santo Antônio e mantida com o patrimônio legado pelo seu patrono. A escola ministrava ensino gratuito para os alunos que a freqüentavam, nos dois turnos em que funcionava. Foi agraciado com o título de barão do rio Doce, em 1876.

Rio Seco, barão, visconde do e marquês de Jundiaí. Joaquim José de Azevedo. Nobre brasileiro. Nasceu em Lisboa, em 1761, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1835. Fidalgo cavaleiro da Casa Real (1808), acompanhou a família real, quando da transferência da Corte para o Brasil. Conselheiro de Sua Majestade (1810). Alcaide-mor de Santos (SP). Tesoureiro da Casa Real. Escrivão de filhamentos. Almoxarife dos Paços Reais. Sob a sua inspeção, foi aprovado o regimento da Real Coutada da ilha do Governador, em 1811. Agraciado pelo governo português com o título de barão do rio Seco, em 1813, foi elevado a visconde, em 1818. Decidiu permanecer no Brasil, quando dom João VI voltou a Portugal, passando a servir a Dom Pedro I. Recebeu do governo brasileiro os títulos de barão e de visconde do rio Seco, em 1822 e foi elevado a marquês de Jundiaí, em 1826. Publicou a *Exposição analítica e justificativa da conduta e vida pública*, no Rio e Janeiro, em 1821. Essa obra é uma fonte importante para o estudo da transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

Santos, Luís Gonçalves dos. Padre Perereca. Sacerdote e cronista histórico brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1767, e faleceu na mesma cidade, em 1844. O apelido é proveniente do hábito que tinha de saltitar e arregalar os olhos, de modo esbugalhado, quando fazia os seus sermões. Colaborou com o jornal *O Revérbero*, em 1821. Entre os seus livros, destacam-se: *O Império do Brasil considerado em suas relações políticas e comerciais* (1824) e, sobretudo, as famosas *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* (1825), que são de consulta obrigatória para o período de 1808 a 1821. Durante o período de regência de Antônio Feijó, manteve com ele uma polêmica pública, através dos jornais, sobre o celibato clerical.

São Simão, conde de. Paulo Fernandes Carneiro Viana. Nobre brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1804, e faleceu na mesma cidade, em 1865. Filho do primeiro intendente geral da polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana. Agraciado pelo governo português com o título de barão de São Simão, em 1818. Recebeu do governo imperial brasileiro o mesmo título, em 1823. Depois foi elevado a conde de São Simão, em 1826.

Taunay, barão de. Felix Émile Taunay. Pintor francês. Nasceu em Montmorency, França, em 1795, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1881. Veio para o Brasil em 1816, com seu pai, o pintor Nicolas Antoine Taunay, membro da Missão Artística Francesa, convidada por dom João VI para desenvolver as

artes no país. Foi nomeado professor de pintura da Real Academia de Belas Artes, da qual foi diretor, entre 1834 e 1851. Implantou reformas decisivas nessa instituição e como preceptor do jovem Dom Pedro II, cujo retrato pintou, participou das atividades diárias do monarca. Foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua obra pictórica inclui paisagens, cenas históricas e retratos. Foi pai do romancista Alfredo d' Escragnolle Taunay e avô do historiador Afonso Taunay.

Valença, barão, conde e marquês de. Estevão Ribeiro de Resende. Político e fazendeiro brasileiro. Nasceu em Prados, MG, em 1777, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1856. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Ao terminar o curso, recebeu a propriedade do ofício de tabelião judicial de São João del Rei, MG. Em 1806, foi nomeado juiz de fora em Palmela, Portugal. Permaneceu no seu cargo durante a invasão do reino português pelas tropas francesas, em 1807. Em 1810, retornou ao Brasil, tendo sido nomeado ouvidor da cidade de São Paulo. Em 1813, foi nomeado fiscal dos diamantes. Em 1814, foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia. Em 1817, foi nomeado ajudante do intendente geral de Polícia do Rio de Janeiro e, em 1818, desembargador da Casa de Suplicação. Em 1821, foi nomeado superintendente do contrabando. Procurador da província de Minas Gerais, foi nomeado secretário de Estado de Dom Pedro I. Em 1823, foi nomeado intendente geral de polícia do Rio de Janeiro, eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte por Minas Gerais e recebeu o título de barão de Valença. Em 1824, foi nomeado desembargador honorário da Mesa do Desembargo do Paço. Nesse ano e no seguinte, ocupou o cargo de ministro de Império. Indicado ao senado por Minas Gerais e São Paulo, optou pela cadeira oferecida pela sua província natal. Assumiu o seu cargo de senador, em 1826. Nesse ano, passou a desembargador efetivo do Paço e pediu sua aposentadoria. Ainda nesse ano, seu título foi elevado a conde de Valença. Em 1827, foi ministro da Justiça, até a dissolução do gabinete. Em 1828, seu título foi elevado a marquês de Valença. Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Sociedade de Agricultura da Suécia. Dignatário honorário da Ordem Imperial do Cruzeiro, por carta de 1830, e cavaleiro e grão-cruz da Ordem de Cristo. Durante o período regencial, combateu o liberalismo, mas, em 1840, quando os liberais se tornaram maioria e abandonaram as idéias republicanas, aderiu ao ministério liberal da Maioridade.

Vasconcelos, Bernardo Pereira de. Estadista, político e jurista brasileiro. Nasceu em Ouro Preto, MG, em 1795 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1850. Aos doze anos, foi estudar em Portugal, mas logo retornou ao Brasil, por causa da invasão francesa de 1807, concluindo os preparatórios no Rio de Janeiro. Em 1813, viajou para Portugal, formando-se em Direito e Filosofia pela Universidade de Coimbra, em 1819. Regressou ao Brasil, em 1820, e foi nomeado juiz de fora em Guaratinguetá. Depois, foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação do Maranhão. Foi membro da Junta de Governo da província de Minas Gerais. Foi eleito deputado à Assembléia Geral por Minas Gerais, defendendo o parlamentarismo, na primeira legislatura. Em 1828, foi escolhido senador vitalício. Com a ascensão dos liberais ao poder, depois do 7 de abril de 1831, ocupou a pasta da Fazenda, durante a Regência Trina. Em 1832, quando foi dissolvido esse ministério, deixou o governo. Em 1833, como primeiro vice-presidente da província de Minas Gerais, reprimiu a revolta contra o presidente mineiro. Em 1834, elaborou uma proposta de Ato Adicional, defendendo o fortalecimento do Executivo, dentro de uma política parlamentarista. Em 1835, foi eleito deputado à Assembléia Provincial mineira, apresentando projetos sobre estradas e ensino público. Expoente do liberalismo no país, recuou dessas idéias, durante regência de Antônio Feijó, fundando o Partido Regressista, tendência política fundamentalmente conservadora. Na regência de Pedro de Araújo Lima, foi ministro da Justiça e, interinamente, do Império. Nesse período, referendou a fundação do Colégio Pedro II e de outros estabelecimentos de ensino, que não chegaram a ser implantados por falta de recursos. Foi fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Deixou o cargo de ministro com a dissolução do gabinete. Em 1839, como senador, apresentou uma proposta de reforma do Código do Processo Criminal. Em 1840, de volta à política, como ministro do Império, tentou adiar a proclamação da maioridade de Dom Pedro II, mas

fracassou e o gabinete, do qual fazia parte, foi deposto nove horas depois de formado. No Ministério Liberal da Maioridade, como senador, foi o autor da proposta, depois aprovada, de criação do Conselho de Estado. Foi nomeado conselheiro de Estado, ainda em 1840. Em 1849, foi condecorado com a grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro. Colaborou com os jornais *Sete de Abril* e *A Sentinela da Monarquia*. Escreveu *Comentários à Lei dos Juizes de Paz* (1839) e *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* (1838), na qual resumiu a história de seus trabalhos legislativos.

Vassouras, barão de. Francisco Teixeira Leite. Proprietário rural, empresário e banqueiro brasileiro. Nasceu em São João del Rei, MG, em 1804, e faleceu em Vassouras, RJ, em 1884. Abastado proprietário de fazendas de café, era descendente de uma das mais importantes famílias da aristocracia rural cafeeira, os denominados "barões do café", estabelecidos no Vale do Paraíba fluminense. Agraciado com o título de barão de Vassouras, em 1874, em referência ao município do mesmo nome, onde se localizavam suas fazendas. Foi dignitário da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador do Império.

Viana, Paulo Fernandes. Administrador e advogado brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, em 1757, e faleceu nessa mesma cidade, em 1821. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado desembargador do Paço, deputado da Mesa de Consciência e Ordens e conselheiro de Estado. Em 1808, foi nomeado intendente-geral da Intendência de Polícia do Rio de Janeiro, por dom João VI. A polícia, nessa época, detinha funções mais amplas do que a manutenção da ordem pública e a prevenção e repressão de crimes e delitos. Exercia atribuições executivas, legislativas e até judiciárias. Como intendente-geral ordenou a construção do cais do Valongo, a edificação de quatro quartéis, a organização da polícia, a abertura, o alinhamento e o calçamento de ruas, o aterro de pântanos, a construção do chafariz do caminho de Matacavalos, atual rua do Riachuelo, em 1817, e do chafariz das Lavadeiras, no campo de Santana. Melhorou o abastecimento de água da urbe e construiu novas estradas e pontes, dando início a drenagem do mangue do Aterrado da Cidade Nova. Introduziu o cultivo de amoreiras e a criação do bicho-da-seda no campo de Santana, onde criou o seu primeiro jardim. Foi ouvidor geral do crime e comendador da Ordem de Cristo.

Visconti, Eliseu d'Angelo. Artista plástico e professor brasileiro, de origem italiana. Nasceu na Villa Santa Caterina, Giffoni Valle e Piana, Itália, em 1866 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1944. Ainda criança, viajou com a família para o Brasil. Estudou no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Cursou a Academia Imperial de Belas Artes, onde foi aluno de Victor Meirelles, Rodolfo Amoedo e José Maria Medeiros. Participou do movimento de renovação das artes plásticas nacionais e foi um dos fundadores do Ateliê Livre, com Zeferino Costa e os irmãos Henrique e Rodolfo Bernadelli. Em 1892, ganhou o prêmio de viagem à Europa do Salão Nacional de Artes Plásticas. Em Paris, entre outras atividades que desenvolveu, estudou na École des Arts Décoratifs. Em 1900, retornou ao Brasil. Entre 1906 e 1913, lecionou na Escola de Belas Artes. É o autor da decoração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde pintou as *Oréadas no espaço*, na frisa do alto do proscênio e a notável pintura de dança antiga na cúpula, em 1909. É de sua autoria, também, a pintura do teto do *foyer*, realizada entre 1913 e 1917. Em 1934, refez a pintura do proscênio, mantendo alguns nus femininos deitados ou flutuantes e a figuração da serra dos Órgãos e do Dedo de Deus. É também autor das pinturas internas da Biblioteca Nacional e da Câmara Municipal. Dedicou-se ao desenho industrial e à produção de cerâmicas, papéis de decoração, cartazes e vinhetas publicitárias. Deixou inúmeras pinturas de paisagens, de retratos e de cenas urbanas e familiares. Inicialmente, seus trabalhos eram influenciados pelos pré-rafaelistas, em voga no país, no final do século XIX. Na maturidade, transitou entre o estilo art-nouveau e o impressionismo.